Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Contribuições das Câmaras Setoriais e Temáticas à
Formulação de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio

ISBN 85-99851-05-5

Ministério da
Agricultura,
Pecuária e
Abastecimento

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

CONTRIBUIÇÕES DAS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS PARA O AGRONEGÓCIO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Contribuições das Câmaras Setoriais e Temáticas à Formulação de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio

Dezembro de 2006

Exemplares dessa publicação podem ser adquiridos na:
Central de Relacionamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas – CGAC
End.: Esplanada dos Ministérios, Bloco "D"
Ed. Sede, 9° Andar, Sala 953.
CEP: 70043-900
Brasília-DF
Fone: 0800 61 1995
binagri@agricultura.gov.br
Organizadores:
Duarte Vilela
Engenheiro Agrônomo, mestre em 1978 e doutor em 1988 pela Universidade Federal de Viçosa, pesquisador da Embrapa Gado de Leite, Coordenador-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas e Secretário Executivo do Conselho do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
End: Esplanada dos Ministérios, Bloco "D"
CEP: 70043-900 Brasília, DF
Fone: (61) 3226-3354
E-mail: duartevilela@agricultura.gov.br
Paulo Marcio M. Araujo
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Assessor Técnico da Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas.
Permitida a reprodução desde que citada a fonte.
Catalogação na Fonte
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI
Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Contribuições das Câmaras Setoriais e Temáticas à Formulação de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio / Duarte Vilela, Paulo Márcio M. Araujo (Org.). – Brasília : MAPA/SE/CGAC, 2006.

496 p.

ISBN 85-99851-05-5

ISBN 978-85-99851-05-5

1. Câmaras Setoriais e Temáticas. 2. Políticas Públicas. 3. Agronegócio – diretrizes. I. Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas. II. Vilela, Duarte. III. Araujo, Paulo Márcio M. IV. Título.

AGRIS E14

CDU 63:338

Apresentação

O recente desempenho surpreendente do agronegócio brasileiro é resultado da disponibilidade de terras agricultáveis, mecanizáveis e de baixo custo, de gente empreendedora, (pequenos, médios e grandes produtores rurais) e da disponibilidade de tecnologia tropical. Além da tecnologia biológica que multiplica o potencial da terra e da tecnologia mecânica que potencializa a capacidade da mão-de-obra, a tecnologia organizacional disponibiliza informações de mercado para a tomada de decisões dos agricultores e incentiva uma interação harmoniosa entre os diferentes elos das cadeias produtivas.

A harmonização dos interesses entre os agentes de uma determinada cadeia produtiva engloba o estabelecimento de prioridades de ação, questões relativas a suprimento de produtos ou insumos em quantidade e qualidade estabelecidos e acordo de preços que remunerem todos os agentes, incentivando-os a permanecerem na atividade. Não se configuram somente interesses privados de lucro das empresas, mas também interesse público de garantia de suprimento dos bens e serviços e crescimento sustentado da cadeia, no médio-longo prazos, com aumento da renda e do emprego e seus efeitos colaterais no resto da economia.

Para alcançar tais resultados, o setor público conta com a forte atuação das cadeias produtivas do agronegócio, organizadas em Câmaras Setoriais e Temáticas. Essa parceria resulta no apoio à formulação de políticas públicas setoriais e no debate de temas, orientados para o aumento da eficiência econômica nos processos produtivos.

A interlocução com a sociedade, uma das prioridades estratégicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, procura estabelecer diálogo e organizar suas demandas, dando maior visibilidade e efetividade às políticas públicas, valorizando o agronegócio e seus componentes perante a sociedade. Esse diálogo se dá por meio da atuação de 30 Câmaras Setoriais e Temáticas, atualmente instaladas, reunidas sob a coordenação do Conselho do Agronegócio e do Conselho Nacional de Política Agrícola, e apoiadas por uma unidade na estrutura organizacional específica do MAPA.

A formulação de políticas, a sua negociação e implementação, exigem do MAPA uma gestão efetiva. A recente reforma administrativa foi o primeiro passo na modernização e aparelhamento, embora todas as atividades sejam importantes, algumas merecem prioridade por sua importância e por apresentarem necessidade constante de aprimoramento. É neste contesto que o Ministério ganha papel de destaque ao deter informações e estudos estratégicos sobre o agronegócio. Numa visão de longo prazo, o MAPA se transforma no grande instrumento de apoio ao setor produtivo.

Ao construir o documento com as ***Contribuições das Câmaras Setoriais e Temáticas à Formulação de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio***, o MAPA se projeta para o futuro quanto às principais tendências de setores e temas do agronegócio, com o objetivo de fornecer subsídios aos formuladores de políticas públicas, para a tomada de decisão e para o delineamento de linhas de atuação, embasando e fortalecendo os instrumentos de política agrícola, visando o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro.

Luis Carlos Guedes Pinto
Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Sumário

Introdução *5*
Documento Básico *7*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina *12*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool *24*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos *34*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno *44*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Viticultura, Vinhos e Derivados *56*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças *70*
Câmara Setorial de Equideocultura *86*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados *94*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura *108*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo *182*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais *194*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados *210*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica *224*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis *234*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos *248*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Citricultura *264*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça *294*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz *306*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Borracha Natural *330*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados *354*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel *364*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e Produtos Apícolas *376*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo *398*
Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Feijão *408*
Câmara Temática de Ciências Agrárias *418*
Câmara Temática de Insumos Agropecuários *436*
Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio *462*
Câmara Temática de Infra-Estrutura e Logística do Agronegócio *482*

Introdução

O presente livro apresenta inicialmente um sumário do conceito, fundamentos e características das Câmaras Setoriais e Temáticas, que representam foros de discussão voltados ao agronegócio e integram a estrutura funcional dos órgãos colegiados vinculados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Em seguida, há uma breve apresentação da Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas – CGAC, órgão subordinado à Secretaria Executiva do MAPA, responsável pelo apoio às Câmaras, bem como de sua estrutura e princípios. A parte substancial do trabalho consiste, contudo, na apresentação de uma síntese das ***Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio, uma Contribuição das Câmaras Setoriais e Temáticas***, em uma dimensão preferencial de médio e longo prazos.

A base da construção deste livro está no documento preliminar, apresentado na reunião do Conselho do Agronegócio e do Conselho Nacional de Política Agrícola, em 20 de dezembro de 2005, sendo complementado e aprimorado em 2006. Das 30 Câmaras Setoriais e Temáticas atualmente instaladas no MAPA, 28 destas tiveram reservados capítulos contendo um breve histórico, preparado pelo supervisor da Câmara, figura contemplada no organograma da CGAC, seqüenciado por uma apresentação, preparada pelo Presidente da Câmara, introdução, cenários externo e interno do setor ou tema, culminando pelo ponto alto do livro, que são as contribuições das Câmaras Setoriais e Temáticas à formulação de políticas públicas e privadas para o agronegócio, sendo então finalizado pelas entidades e órgãos que oficialmente compõem a Câmara.

Por último, cabe ressaltar que os documentos originais elaborados pelos Grupos Temáticos responsáveis por eles, encontram-se disponíveis na íntegra, para consulta, na CGAC e todas as informações aqui apresentadas são de inteira responsabilidade dos representantes oficiais das respectivas Câmaras.

A CGAC

Documento Básico das Câmaras Setoriais e Temáticas

As Câmaras

As Câmaras Setoriais e Temáticas são foros de interlocução criados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA para a identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, definindo ações prioritárias de interesse para o agronegócio brasileiro e seu relacionamento com os mercados interno e externo. Este elo entre governo e setor privado resulta em um mecanismo democrático e transparente de participação da sociedade na formulação de políticas públicas.

As Câmaras Setoriais – relacionadas à idéia de agrupamento de segmentos da cadeia produtiva; e Temáticas – relacionadas com serviços, temas ou áreas de conhecimento e atuação no agronegócio – têm seus princípios fundamentados em seis conceitos básicos: eqüidade no tratamento entre os diferentes elos das cadeias produtivas, qualidade nos serviços, garantia da segurança alimentar, competitividade, harmonização entre os setores e paridade público e privado na sua co-gestão.

Constituídas por representantes de entidades de caráter nacional, representativas de produtores, trabalhadores, consumidores, empresários, autoridades do setor privado e representantes de órgãos públicos, parlamentares, técnicos governamentais e instituições bancárias, as Câmaras atendem às exigências de um setor em franco crescimento e que é responsável por uma parcela representativa da economia nacional – 27,9% do Produto Interno Bruto, 36% das exportações e 37% dos empregos – 18 milhões de postos no campo. Seus integrantes discutem e propõem soluções que se refletem em diferentes ramos do setor desde a matéria-prima, necessária à produção, até a logística de distribuição, armazenamento, comercialização e exportação.

As 30 Câmaras do MAPA

Existem 30 Câmaras que representam diferentes setores e temas do agronegócio nacional. As Câmaras Setoriais abrangem as Cadeias Produtivas do Leite e Derivados; Carne Bovina; Aves e Suínos; Caprinos e Ovinos; Eqüideocultura; Mel e Produtos Apícolas; Fruticultura; Citricultura; Hortaliças; Flores e Plantas Ornamentais; Oleaginosas e Biodiesel; Açúcar e Álcool; Cachaça; Fumo; Viticultura, Vinhos e Derivados; Algodão e Derivados; Borracha Natural; Cacau e Sistemas Florestais Renováveis; Arroz; Feijão; Mandioca; Milho e Sorgo; Culturas de Inverno e Agricultura Orgânica. As Câmaras Temáticas abrangem Infra-estrutura e Logística do Agronegócio; Insumos Agropecuários; Agricultura Competitiva e Sustentável; Financiamento e Seguro do Agronegócio; Negociações Agrícolas Internacionais; Ciências Agrárias.

As Câmaras Setoriais e Temáticas atuam como estrutura de apoio ao Conselho Nacional de Política Agrícola e ao Conselho do Agronegócio. Esses organismos contribuem com análises e informações sobre a conjuntura econômica e social do país, na identificação de prioridades definidas em planos da macroeconomia, definição de preços mínimos, elaboração de plano de safras, busca de consenso para conflitos e negociações internas e externas, assim como na definição dos índices de produtividade da terra.

A Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas - CGAC

A CGAC foi criada pelo Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, com os principais objetivos de dotar o MAPA de estrutura adequada para receber, encaminhar e dar respostas às proposições das Câmaras Setoriais e Temáticas e estimular as Câmaras a priorizar a discussão de questões estruturais da cadeia produtiva, colaborando para a formação de políticas de longo prazo.

Tem como missão: articular as ações entre as Câmaras Setoriais e Temáticas e o Governo, tendo em vista atender às demandas do agronegócio em benefício da sociedade.

Sua visão é ser instrumento de referência na articulação entre os diferentes segmentos envolvidos nos arranjos produtivos do agronegócio e o governo, capaz de responder com eficácia aos desafios da sociedade.

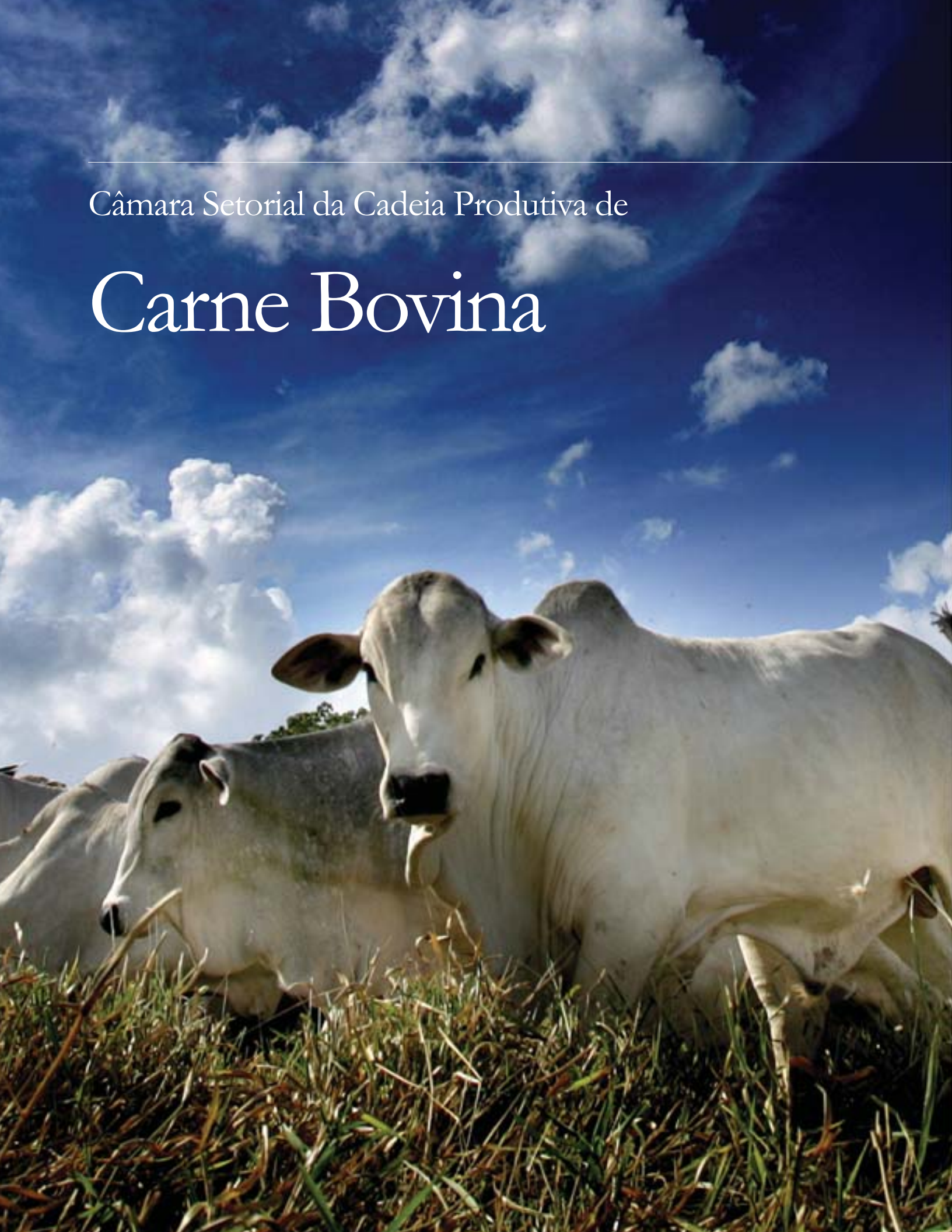
Como diretrizes; manter as Câmaras atuantes e cumprindo sua missão, motivando a participação da sociedade nas Câmaras e incentivando a criação de Câmaras que tenham relevância para o agronegócio. Além disso, procura estimular a qualidade da informação oriunda das Câmaras e dar suporte logístico às reuniões das Câmaras.

Dentre suas atribuições destacam-se:

- Coordenar os processos de gestão do suporte técnico-operacional necessário ao funcionamento dos órgãos colegiados e de suas Câmaras.
- Apoiar a manutenção do relacionamento do setor agropecuário com as entidades e órgãos vinculados, estabelecidos pelas referidas Câmaras.
- Apoiar o encaminhamento das demandas apresentadas pelas Câmaras, observadas as interfaces com os assuntos da área de competência do Ministério ou demais áreas da administração pública.
- Apoiar o intercâmbio e o fluxo de informações entre as Câmaras e os setores público e privado do agronegócio.
- Interagir com as Secretarias do MAPA, para articulação das propostas apresentadas pelas Câmaras em relação à especificação e elaboração de instrumentos e mecanismos técnicos, econômicos e financeiros para o agronegócio.

Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de

Carne Bovina



Histórico

Sônia Azevedo Nunes [1]

No dia 1º de maio de 2003 foi instalada em Ribeirão Preto, São Paulo, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina. O então Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Amauri Dimarzio, indicou como Presidente o representante da CNA, Antenor de Amorim Nogueira e como Secretário Executivo o representante da Embrapa, Kepler Euclides Filho, que tiveram seus nomes referendados na 1ª Reunião da Câmara, ocorrida em Brasília no dia 27 de maio de 2003. A Câmara é constituída oficialmente por 42 instituições e teve sua criação publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de novembro de 2003 e posteriormente alterada pela Portaria nº 15, de 05 de janeiro de 2006.

O Presidente da Câmara é economista, empresário e produtor rural. Atualmente ocupa o cargo de Presidente do Fórum Nacional Permanente de Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

O Secretário Executivo é engenheiro agrônomo e PhD em melhoramento animal. Ingressou na Embrapa em 1975, liderando a implantação do Programa Embrapa Carne de Qualidade. Atuou como presidente da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul, presidente da Sociedade Brasileira de Melhoramento Animal, Secretário Executivo do Conselho Assessor Regional da Embrapa, Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento e posteriormente Chefe-geral da Embrapa Gado de Corte. Atualmente é Diretor Executivo da Embrapa.

Como pleitos que passaram pela Câmara e foram solucionados, podemos citar a consolidação do programa sanitário de Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca); a Celebração de Convênios do MAPA com as Unidades Federativas para a execução das ações de sanidade e a participação ativa do setor no processo de reestruturação do SISBOV, conseguindo dentre outras coisas, tornar voluntária a adesão ao programa.

As perspectivas para a cadeia produtiva de carne bovina são otimistas, pois contamos com todas as condições de produzir animais e produtos com a qualidade requerida. Além disso, existe mercado externo ávido por consumo. Para concretizar essas perspectivas, alguns desafios devem ser vencidos pela cadeia, tais como; questões sanitárias (aftosa), tecnológicas, de segurança alimentar e rastreabilidade. Segundo especialistas e estudiosos, o principal desafio da cadeia produtiva da carne bovina é promover a integração vertical e aliança mercadológica.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisora da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne Bovina do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

O presente documento estabelece em grandes linhas as prioridades e objetivos para o setor de bovinocultura de corte que demandam políticas tanto públicas como privadas para alavancá-lo, demonstrando a potencialidade de expansão da pecuária no país.

Para isto, traça um panorama do setor face ao mercado tanto interno como externo, objetivando fazer o levantamento da situação atual e futura da pecuária bovina de corte e dos principais obstáculos a serem vencidos.

Propõe um conjunto de medidas de curto, médio e longo prazo percebido pela cadeia, como necessárias e mesmo urgentes para o seu desenvolvimento, visando aumentar a presença da carne bovina no mercado nacional e internacional.

Incorpora um realinhamento de atuação do setor frente aos novos desafios levando-se em conta, entre outros fatores, o crescimento da demanda por qualidade, o aumento das preocupações ambientais, os esforços de inclusão social e de redução das assimetrias regionais e a maior utilização de conhecimento, tecnologia e inovação.

Antenor de Amorim Nogueira
Presidente da Câmara

Introdução

Mudanças de natureza social, econômica, política, cultural, tecnológica e institucional colocam ante a Cadeia Produtiva de Carne Bovina, novos desafios e a necessidade de revisar e ajustar seu referencial em termos de planejamento estratégico.

É fácil perceber a dimensão que esta agenda representa para a Cadeia Produtiva de Carne Bovina. Ela permite o direcionamento, a organização e a disciplina das discussões dentro do fórum da Câmara Setorial, e mais ainda, demonstra a necessidade urgente de soluções a serem postas em prática pelos órgãos governamentais; as instituições de pesquisa, universidades e outras instituições de ensino; as instituições de fomento e de financiamento; as instituições e empresas de planejamento, extensão e assistência técnica; as indústrias de máquinas, equipamentos, insumos, ingredientes e embalagens; as empresas do setor de beneficiamento primário, transporte, distribuição e comercialização; as empresas agroindustriais; as organizações não governamentais, órgãos de classe, fundações e representações setoriais.

Com a globalização do mercado, esta dimensão extrapola os limites das fronteiras territoriais, uma vez que aponta para as demandas internacionais crescentes e cada vez mais competitivas. Ressalta-se aqui as questões sanitárias, a iminência de barreiras não-tarifárias, o protecionismo aos mercados internos, a formação de blocos econômicos, como o caso do Mercosul e da ALCA.

Esta agenda é um marco inicial para a implementação de ações concretas, a transição do discurso para a prática, que visem à estruturação da Cadeia Produtiva de Carne Bovina, tornando-a mais competitiva e atraente aos investimentos. Este é o objetivo desta agenda, suprir soluções para os desafios desta cadeia produtiva.

Ambiente Externo e Interno

O Brasil detém o segundo maior efetivo bovino do mundo (em torno de 200 milhões de cabeças), sendo superado apenas pela Índia, onde a produção de carne tem importância reduzida em função dos aspectos culturais que interferem no consumo deste produto. A bovinocultura de corte desenvolve-se em todo território nacional, com as desigualdades regionais implicando em diferentes estágios de desenvolvimento desta atividade.

Ocupando uma área de pastagem ao redor de 225 milhões de hectares, o rebanho brasileiro produz mais de 8,7 milhões de toneladas equivalente-carcaça de carne bovina, sendo superado somente pelos Estados Unidos, onde esse número está em torno de 12 milhões. Além de abastecer um mercado interno de grande magnitude, o Brasil vem se destacando de forma crescente no mercado mundial, tendo alcançado a condição de maior exportador de carne bovina a partir de 2004, com mais de 2,3 milhões de toneladas equivalente-carcaça de carne bovina e miúdos exportados em 2005.

Essa dimensão da bovinocultura de corte, tanto da carne como do couro, expressa sua grande importância na formação da riqueza do agronegócio brasileiro, além de empregar mais de 7 milhões de trabalhadores.

Aproximadamente 84% da carne bovina produzida no País atende ao mercado interno, com um consumo médio de 37 kg por habitante, por ano. Apesar desses números, uma expressiva parcela da população, limitada pela renda adquire-a em quantidade inferior à desejada, o que se reflete em uma alta elasticidade-renda da demanda por este produto.

No contexto internacional, as mudanças em curso na política agrícola da União Européia acenam para uma redução dos subsídios aos produtores, que, juntamente com os resultados das negociações na Organização Mundial do Comércio e a busca de novos mercados, ampliam as oportunidades de exportação da carne bovina brasileira. Por outro lado, outras barreiras, especialmente as não-tarifárias, tendem a se acirrar, na medida em que as tarifas protecionistas forem reduzidas ou mesmo eliminadas. As questões da segurança dos alimentos e segurança alimentar passarão então a ter importância crucial no futuro, e uma atuação proativa, visando dotar o país de infra-estrutura, recursos humanos e conhecimentos nestas áreas, serão fundamentais.

A cadeia produtiva da carne bovina apresenta grande heterogeneidade em todos os seus elos, destacando-se, o produtor rural que se diferencia quanto aos recursos naturais disponíveis, à escala, ao uso de tecnologias, à capitalização e ao nível gerencial. Essa diferenciação, que resulta em problemas e soluções específicas, tende a continuar no futuro próximo e terá que ser levada em conta na formulação de ações de pesquisa, de transferência de tecnologias e de conhecimentos. A cadeia produtiva caracteriza-se ainda pela necessidade de buscar mais harmonia entre os seus elos, elevando seu nível de coordenação, de forma a aumentar a eqüidade na distribuição dos benefícios por ela gerados. Neste ponto, é exemplar a afirmativa de que os ganhos adicionais proporcionados pelas exportações de carne não vêm sendo repartidos de forma adequada entre os diversos elos da cadeia. Apesar disso, é possível relatar um número crescente de iniciativas que visam alterar esse quadro, como é o caso da formação de alianças mercadológicas e outros arranjos produtivos.

De maneira geral, o nível gerencial praticado nas propriedades de pecuária de corte, assim como em outros elos da cadeia, ainda é insatisfatório, conforme aponta o estudo sobre a cadeia da pecuária de corte realizado em 2000 pelo Instituto Euvaldo Lodi – IEL –, Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária – CNA – e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Isto foi também evidenciado por pesquisa realizada em 2004 pelo site BeefPoint, visando identificar os pontos críticos da cadeia da carne brasileira. A principal questão levantada estava ligada à capacidade gerencial das propriedades, já que a grande maioria das empresas rurais brasileiras não conhece seu custo de produção.

Atrelada à carência gerencial, e apesar da atuação de órgãos como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, cujos resultados requerem certo tempo de maturação, a mão-de-obra rural é ainda pouco qualificada, o que poderá ser melhor solucionado por meio da formação de parcerias.

Para atender os requisitos de qualidade demandados pelos mercados mundiais de alimentos, surge como oportunidade a incorporação de métodos, técnicas e procedimentos do Sistema Agrícola de Produção Integrada – SAPI , habilitando a Cadeia Produtiva de Carne Bovina a oferecer produtos de alto valor agregado com a marca Brasil.

A globalização da economia e a intensificação do processo de trocas entre os diversos mercados, bem como a procura por novos produtos capazes de dinamizar o mercado e trazer um diferencial que permita enfrentar a concorrência, são fatores que podem ser agregados em benefício do processo de exportação da carne bovina brasileira.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Aspectos Sanitários

- Financiamento Adequado às Necessidades do Sistema de Defesa Sanitária Animal, com a alocação e liberação de recursos;
- Erradicação da Febre Aftosa, Brucelose, Tuberculose, Raiva e Clostridioses no país;
- Inspeção Rigorosa e Rotineira dos Frigoríficos, Matadouros e Instalações Industriais Ligadas à Carne Bovina, em nível Federal, Estadual e Municipal;
- Regulamentação da Lei n° 9.712/98 (Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à Defesa Agropecuária);
- Participação do Setor Privado no Financiamento de Ações ao Sistema de Defesa Sanitária Animal.

É necessária a decisão explícita do MAPA no apoio, participação estratégica e financeira para recuperar e melhorar a eficiência do sistema de defesa sanitária animal, alocando e liberando os recursos necessários. Para isto, torna-se imperioso estabelecer o conceito de autoridade sanitária permanente e mostrar de maneira clara que a questão sanitária é decisão política de governo e deve ser seguida impreterivelmente.

É essencial a erradicação da febre aftosa no país. Para tanto, os Estados dos circuitos pecuários do Norte e Nordeste devem ser rapidamente incorporados ao Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA, para que se atinja a meta continental de até 2010 ter toda a América do Sul livre da enfermidade, conforme meta do Grupo Interamericano de Erradicação da Febre Aftosa – GIEFA.

A suspensão da vacinação contra febre aftosa, deve obedecer a critérios sorológicos para constatar ausência da circulação viral, incluindo avaliação de fronteiras.

Especial atenção deve ser dada à erradicação da brucelose, tuberculose, raiva e clostridioses no rebanho brasileiro.

Os frigoríficos e instalações industriais ligadas ao processamento da carne bovina têm apresentado adequado nível de qualidade no sistema de inspeção federal, mas deveriam ser inspecionados rotineiramente para garantir a inocuidade e a segurança alimentar da carne tanto para exportação quanto para o mercado interno. Recomenda-se, entretanto, especial atenção para os estabelecimentos abrigados nos serviços de inspeção estaduais e municipais.

Prioridade deve ser dada à regulamentação da Lei nº 9.712/98, em consulta pública por meio da Portaria nº 351/05 do MAPA. Sugere-se o arquivamento do PL nº 1.142/2003.

O setor privado poderia participar do controle sanitário complementando o custeio de ações sanitárias.

Rastreabilidade

Implantação do SISBOV

- Integração do SISBOV com as Secretarias Estaduais de Agricultura;
- Participação efetiva das Agências de Defesa Sanitária dos Estados;
- Fiscalização Permanente das Certificadoras;

- Integração das Bases de Dados em um Único Sistema.
  - A aprovação da revisão do SISBOV, unificou as diferentes Instruções Normativas dando uma unicidade ao sistema. Contudo, a sua implantação precisa ser feita sem retrocessos para não desacreditar o instrumento.
  - A orientação do SISBOV obrigando a identificação dos animais exportados para mercados que exigem rastreabilidade, trará credibilidade ao sistema brasileiro, permitindo a médio prazo estender essa exigência a todos os animais exportados. Este sistema deve permitir a rastreabilidade, desde a fazenda até o consumidor. Para o mercado interno, a rastreabilidade deve ser discutida entre os agentes econômicos da cadeia.
  - A informatização e a integração entre as secretarias estaduais de agricultura com o SISBOV é essencial para uma adequada rastreabilidade.
  - A participação das Agências de Defesa dos Estados é fundamental neste processo.
  - A integração das bases de dados em um sistema único que permita a facilidade de comunicação é fundamental para a eficiência e a fiscalização.

Medidas Mercadológicas

- Estimular o Uso de Produtos Carneos em Programas Governamentais, como por exemplo: a Inclusão de Carne Processada na Merenda Escolar;
- Ações de Marketing Dirigidas a Consumidores da Terceira Idade e a População Jovem;
- Promoção e Divulgação do Valor Nutricional e dos Benefícios do Consumo de Carne;
- Estratégias de Comercialização pelo Sistema de Peso Vivo;
- Novos Mecanismos de Comercialização, Especialmente o Mercado Futuro;
- Programa de Qualidade da Indústria para Premiar Fornecedores;
- Introduzir Efetivamente a Classificação de Carcaças na Comercialização dos Bovinos e Remuneração Diferenciada para Carnes mais Tenras de Raças Zebuínas;
- Ampliação de Mercados e Eliminação das Restrições às Exportações da Carne Brasileira;
- Incentivo a Presença de Indústrias Frigoríficas em Novas Regiões Exportadoras;
- Criação de um Núcleo de Especialistas de Diferentes Seguimentos com Visão de Futuro e de Integração da Cadeia.

A expansão do consumo de carne bovina no mercado interno brasileiro é uma prioridade, pois responde por mais de 70% da produção. Para tanto, é necessária a inclusão da carne processada na merenda escolar para criar hábitos de consumo na população jovem. É importante também que a cadeia produtiva se preocupe com o consumidor da terceira idade.

Para aumentar a competitividade da carne bovina, o segmento recomenda esforços mercadológicos para a elevação do consumo dos cortes de dianteiro.

Investimentos na promoção e na divulgação do consumo de carne, mostrando seus benefícios para uma nutrição adequada e saudável devem ser rotineiros.

A modalidade de comercialização também pelo sistema de peso vivo deve ser estudada entre os agentes da cadeia.

Devem-se incentivar novas modalidades de comercialização na pecuária, objetivando a diminuição dos riscos, especialmente com a utilização de mecanismos de mercado futuro.

A indústria deve desenvolver programas de qualidade para incentivar e premiar seus fornecedores de matéria-prima tanto na evolução qualitativa da produção, quanto na sua pontualidade.

As classificações de carcaças e de couros, devem ser estabelecidas para que os produtores possam ter parâmetros para a correta avaliação de seus desempenhos zootécnicos.

A busca de carne mais tenra, principalmente nas raças zebuínas, é absolutamente indispensável, tanto para o segmento "Premium" do mercado nacional, como para exportações. Deve, portanto, ser incentivada, divulgada e constituir critério de melhor remuneração ao produtor.

Deve-se buscar a ampliação de mercados e a redução até a eliminação completa das restrições à carne bovina brasileira nas exportações.

Deve-se incentivar a presença de cooperativas de abate e de indústrias frigoríficas de elevados padrões tecnológicos e sanitários nas novas regiões exportadoras, ou seja, livres de febre aftosa, como forma de manutenção e ampliação da competitividade da carne bovina brasileira nos mercados interno e externo (distribuição estratégica dos frigoríficos).

Um núcleo estratégico formado por especialistas nos diferentes segmentos da pecuária de corte e articulado pela Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Carne Bovina, seria ideal para delinear e manter uma visão de futuro para a carne brasileira, abrangendo maior integração da cadeia, unificação de previsões, valorização do componente ecológico e distribuição mais harmônica de resultados.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I)

- Modelagem de Sistemas de Produção;
- Zoneamento Agroecológico;
- Avaliação e Desenvolvimento de Genótipos para Diferentes Características de Produção e de Resistência de Doenças e Parasitas;
- Desenvolvimento e Avaliação de Novas Variedades de Forrageiras;
- Melhoria do Sistema de Integração Lavoura-Pecuária;
- Avaliação e Aproveitamento de Subprodutos;
- Desenvolvimento e Aplicação de Métodos e Diagnósticos e de Controle das Principais Doenças;
- Métodos e Técnicas de Reprodução Avançada;
- Avaliação e Alternativas para Disposição e Utilização de Resíduos;
- Desenvolvimento e Avaliação de Métodos de Identificação e Rastreamento de Animais e dos Produtos Finais;
- Desenvolvimento de Alternativas e Métodos para Melhoria do Abate e do Processamento de Carnes e de Couro;
- Desenvolvimento de Sistema de Classificação e Tipificação de Carcaça;
- Avaliação do Valor Nutritivo e Composição dos Alimentos;
- Estabelecimento de Exigências Nutricionais dos Bovinos;
- Avaliação de Resíduos nos Produtos Carneos, Uso e Restrições de Parasiticidas, Aditivos e Promotores de Crescimento;

- Produção/Desenvolvimento de Embalagens de Bom Desempenho e de Custo Compatíveis;
- Produção/Desenvolvimento de Equipamentos para os Diferentes Setores da Indústria e da Produção;
- Desenvolvimento de Novos Produtos no Processamento de Carnes.

A área de P, D & I é crucial para o setor, porque dela depende os incrementos tecnológicos que farão com que sejam atendidas as aspirações dos consumidores e conseqüentemente, o aumento na competitividade de toda a cadeia produtiva.

A reação a esse conjunto de demandas exige a intensificação de parcerias com instituições públicas e privadas. Essas parcerias deverão buscar a complementaridade na realização de estudos em áreas de ponta, como a biotecnologia, assim como na difusão dos produtos oriundos da pesquisa, que precisam atingir uma maior parcela do público-alvo em tempo adequado. Além disso, surge como importante desafio operacionalizar o conceito de sustentabilidade por meio de modelos de pesquisa e desenvolvimento e de assistência técnica que incorporem o requisito economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. Quanto a este último, tende a aumentar a busca por informações técnico-científicas que permitam delinear modelos de produção de carne bovina que considerem fatores como a valorização da biodiversidade e do seqüestro de carbono, possibilitando a negociação deste último com liquidez internacional.

Questão Tributária

- Solução dos Problemas Tributários em nível Federal, Estadual e Municipal.

A solução dos problemas tributários da cadeia é prioridade para assegurar maior formalização dos negócios e pode concorrer para maior expansão do mercado.

Crédito e Endividamento Rural

- Crédito Suficiente e com Juros Compatíveis;
- Negociação do Endividamento do Setor.

A oferta de recursos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, a juros mais baratos, é fundamental e precisa ser disponibilizada em quantidades suficientes, que supra o aumento da produção pecuária com capital de giro suficiente e recursos de investimentos que possam atender ao incremento de tecnologia que suporte a competitividade do Setor.

As questões relativas ao endividamento do setor que se agrava com a queda expressiva do preço da carne no mercado interno e as restrições de importações do mercado externo, precisam ser equacionadas.

Distorções entre os Elos da Cadeia

- Harmonização dos Elos da Cadeia;
- Distribuição Equilibrada dos Ganhos;
- Estratégia de Implantação de Cooperativas de Abate;
- Organização dos Frigoríficos Baseada no Sistema de Integração à Semelhança ao Existente nas Cadeias Produtivas de Suínos e Aves.

A falta de harmonia e de distribuição equilibrada dos ganhos entre os diferentes elos da cadeia produtiva de carne bovina traz prejuízos a todo o setor, sendo necessárias intermediação e negociação da área governamental para o entendimento por resultados positivos, tornando a cadeia mais unida e o setor mais competitivo.

Negociações Internacionais

- Elaboração de Estudos que Suportem Negociações Profissionais com Organismos Internacionais;

- Integração entre o Setor Público e Privado para Definição de Estratégias de Negociações Internacionais.

A integração em blocos econômicos, a proteção não-tarifária dos países importadores e a hamornização do aparato regulatório em organismos internacionais como: OMC, OIE; têm trazido dificuldades na venda dos produtos carneos no mercado internacional, principalmente em decorrência de focos de doenças como a Febre Aftosa, necessitando de uma estratégia planejada e integrada entre o setor público e privado com trabalhos e estudos que suportem uma negociação profissional nas rodadas da OMC no âmbito do Mercosul, União Européia, bem como outros fóruns e mercados.

Capacitação

- Definição de uma Política de Treinamento/Capacitação para os Diferentes Elos da Cadeia.

A Cadeia Produtiva da Carne Bovina depende de treinamento contínuo dos diferentes elos da cadeia, com cursos técnicos, teóricos e práticos, envolvendo parcerias principalmente com o SENAR, SEBRAE, SENAI, SESC, Instituto de Pesquisa Tecnológica, Embrapa e Universidades.

A área de gestão e de administração de fazendas e de frigoríficos também carecem de pessoas capacitadas para fortalecer o negócio da carne bovina no Brasil.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- Antenor de Amorim Nogueira – CNA
- Kepler Euclides Filho – Embrapa

Colaboração

- Fernando Antonio Araújo Campos – Embrapa
- Paulo Sérgio Mustefaga – CNA
- Sebastião Costa Guedes – CNPC

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – ABIEC
- Associação Brasileira de Criadores – ABC

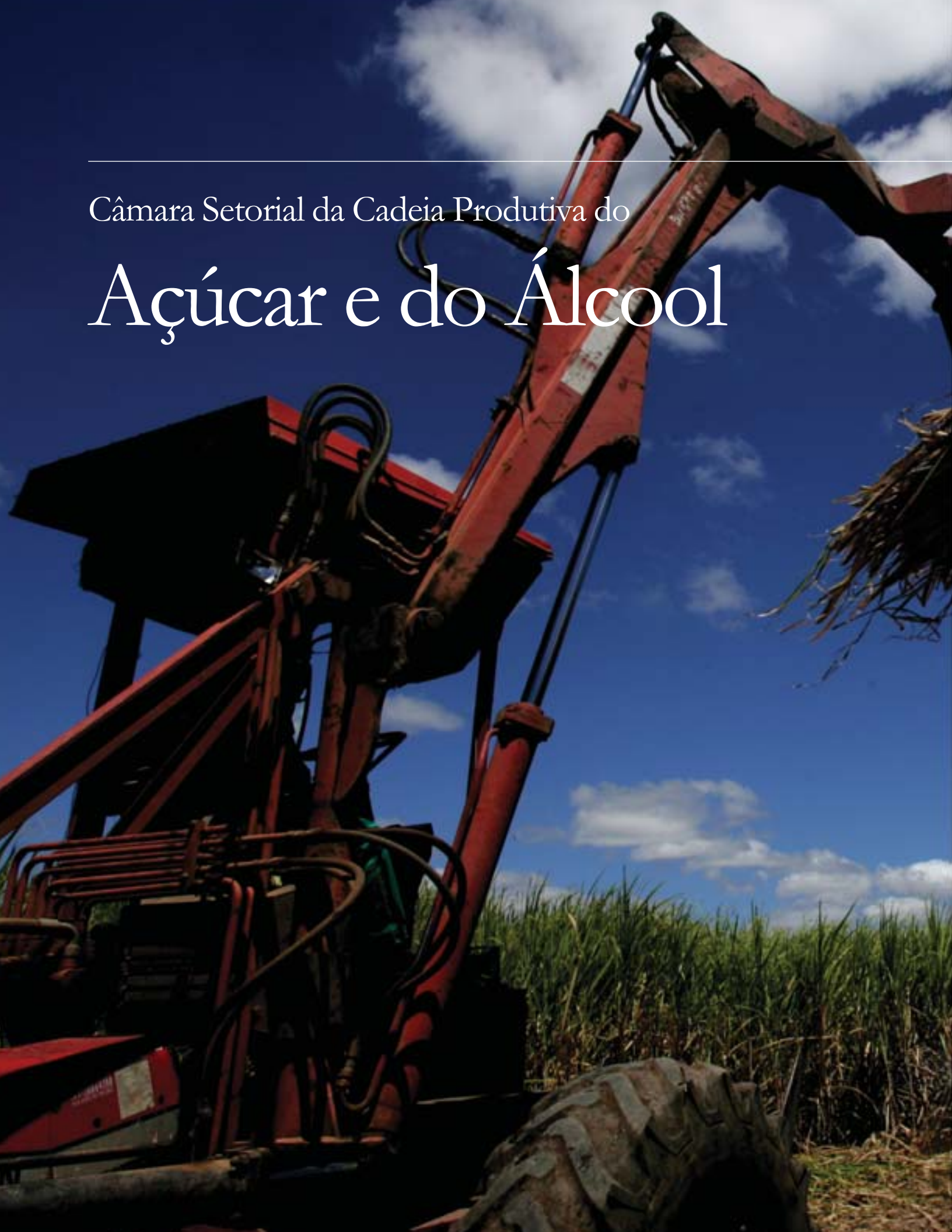
- Associação Brasileira de Criadores de Búfalos – ABCB
- Associação Brasileira de Frigoríficos – ABRAFRIGO
- Associação Brasileira de Hereford e Braford – ABHB
- Associação Brasileira de Inseminação Artificial – ASBIA
- Associação Brasileira de Novilho Precoce – ABNP
- Associação Brasileira de Pecuária Orgânica – ABPO
- Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS
- Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ
- Associação Brasileira dos Produtores de Sementes – ABRASEM
- Associação das Empresas de Certificação e Rastreabilidade Agropecuária – ACERTA
- Associação Nacional de Criadores " Herd Book Collares" – ANC
- Associação Nacional dos Confinadores – ASSOCON
- Associação Sulamericana de Produtores de Gelatina – SAGMA
- Banco do Brasil S/A – BB
- Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil – CICB
- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal – CRA
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
- Conselho Nacional de Pecuária de Corte – CNPC
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
  - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI
  - Secretaria Executiva – SE
- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Serviço de Informação da Carne – SIC
- Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal – SINDIRAÇÕES
- Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN
- Sociedade Rural Brasileira – SRB
- União Nacional do Comércio Varejista de Carnes e Derivados – UNICARNES

Bibliografia Consultada

CONSELHO NACIONAL DA PECUÁRIA DE CORTE – CNPC. **Relatório do Grupo de Trabalho da Carne Bovina**. São Paulo-SP. Out./2005.

EMBRAPA. **III Plano Diretor da Embrapa Gado de Corte, 2004-2007**. Embrapa Gado de Corte. Campo Grande, MS, 2005. 23 p.

EUCLIDES FILHO, K., ALENCAR, M.M., CEZAR, I.M., FÁVERO, J.A., VASCONCELOS, V.R., COLLARES, R.S. **Cadeias produtivas como plataformas para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação**. Embrapa Gado de Corte; Campo Grande, MS, 2002. 133 p.



Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do

Açúcar e do Álcool

Histórico

Fabrício Vieira Juntolli[1]

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool, foi instalada em 26 de maio de 2003 no Auditório Maior do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília, DF. Na ocasião, o então Ministro Roberto Rodrigues indicou para a presidência da Câmara o representante da Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG, Luiz Carlos Corrêa Carvalho e para o cargo de Secretario Executivo Ângelo Bressan Filho, da Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE/MAPA, nomes que foram referendados pelo plenário da Câmara em sua primeira reunião ordinária.

O Presidente da Câmara é Engenheiro Agrônomo, pós-graduado em Agronomia e em Administração, é Diretor da CANAPLAN, empresa de consultoria e projetos para o setor sucroalcooleiro, Diretor de Relações com o Mercado das Usinas do Grupo Alto Alegre S/A e Diretor da Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG desde março de 2004. É também Coordenador da Sub-Comissão de Biocombustíveis, da Câmara Brasil-Alemanha, Conselheiro do Centro de Tecnologia Canavieira e da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo. É também membro da Câmara Consultiva de Açúcar e Álcool da Bolsa de Mercadorias & Futuros e Membro do Conselho Deliberativo da União dos Produtores de Bioenergia – UDOP.

O Secretário Executivo da Câmara é Mestre em Economia pela Universidade de São Paulo, Diretor do Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A Câmara foi criada pela Portaria n° 154, de 2 de julho de 2004, e posteriormente alterada pela Portaria nº 12, de 5 de janeiro de 2006. Quarenta e sete representantes de órgão e entidades dos diversos segmentos da cadeia produtiva compõem a Câmara.

Dos canaviais espalhados pelas regiões Centro-Sul e Nordeste o Brasil extrai dois dos seus principais produtos do agronegócio – o açúcar e o álcool, com uma das mais modernas plantas de usinas de açúcar e de destilarias de álcool. O País é hoje o maior pólo sucroalcooleiro do planeta, liderando o ranking global de produção e exportação do setor. A busca pelos biocombustíveis, substâncias que respondem às regulamentações do Protocolo de Kyoto e os altos preços do petróleo fazem crescer um setor em potencial: o mercado internacional do álcool.

Poucos setores apresentam, na atualidade, tamanha expressividade econômica e social como o que tem a cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Por sua presença nas mais diversas regiões do Brasil e por seu potencial de expansão e de ajuste aos novos tempos, ela é um caso único de identidade cultural, que promove cidadania ao gerar empregos e renda e impulsionar o progresso.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

A agroindústria da cana-de-açúcar lidera, mundialmente, um dos mais positivos exemplos da integração da agricultura de alimentos e a de energia. Respondendo por mais de 40% do consumo de combustíveis do Ciclo Otto (gasolina, álcool e gás natural) no Brasil, esse setor brasileiro também é líder na produção de açúcar e no uso das fibras da cana para a produção de energia elétrica.

Mas isso ainda é o começo. Com excelentes estruturas pública e privada para Pesquisa & Desenvolvimento no setor, o potencial de ganhos de eficiência no Brasil vem se revelando, na prática, a taxas acima de 3% ao ano nos últimos 30 anos. Às possibilidades de continuidade nesse ritmo na produtividade no modelo convencional de produção deve se somar a próxima futura produção de etanol a partir das celuloses da cana, além do uso das suas folhas para ainda maior oferta de energia.

O presente documento procura caracterizar os esforços da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool no apoio ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na implantação de políticas públicas positivas aos ganhos de eficiência fundamentais, assim como na abertura dos mercados dos vários países, transformando o etanol em *commodity*.

Luiz Carlos Corrêa Carvalho
Presidente da Câmara

Introdução

É essencial o entendimento da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, na medida em que os seus participantes operam, talvez, uma das mais complexas cadeias do agronegócio, com produtos voltados à alimentação, energia e produtos na área química, tanto no mercado interno como no internacional.

O Brasil é líder mundial de todos os produtos desta cadeia e presença importante nos debates travados ao nível da Organização Mundial do Comércio – OMC. O peso do Brasil no mercado livre internacional do açúcar é superior a 1/3 do total comercializado anualmente e, no caso do álcool, acima de 50%.

Com estruturas públicas e privadas capacitadas, o setor brasileiro da cana-de-açúcar é "top" no mundo do açúcar e do álcool.

Ambiente Externo e Interno

A cana-de-açúcar é a essência brasileira da agricultura energética, graças a sua fantástica capacidade fotossintética. Um hectare de cana, em termos líquidos, tem potencial energético de produzir cerca de 70 barris de petróleo equivalente. No caso brasileiro, sem irrigação e com irrigação, atinge-se 100 barris equivalentes de petróleo por hectare colhido.

O Brasil é um caso claro da importância do etanol em termos energético e estratégico: Na II Guerra Mundial, pelas dificuldades de importação de petróleo, quase 50% da mobilidade dos brasileiros foi obtida graças ao etanol misturado à gasolina; hoje, anualmente, graças à cana-de-açúcar e seus produtos etanol e bagaço, reduz-se as emissões de carbono em cerca de 20% do total emitido pelas fontes fósseis de energia. A cana-de-açúcar atende ao mercado alimentar e ao energético. Para o alimentar, a diferença é a sacarose e o melaço, para o energético, o etanol e o CO_2.

Para competir com a gasolina, com preços fixados pelo governo na refinaria (e livres a partir daí), não havia outro caminho para o produtor de etanol que não fosse a procura efetiva da competitividade. Até 1997, houve suporte governamental ao etanol. Desde então, não há nada além da lei obrigatória do uso do etanol na gasolina (20 a 25%), da não incidência de uma taxa federal (CIDE) no etanol hidratado e do menor imposto federal (IPI) nos carros movidos a etanol ou os carros FFV. O fato é que o etanol, quando misturado à gasolina, reduz o seu preço ao consumidor. Hoje, 40% do Ciclo Otto no Brasil é demanda atendida pelo etanol.

Isso faz com que a matriz energética brasileira de combustíveis veiculares, em 2005, mostrava 17% etanol; 25,6% gasolina "A" (sem etanol); 54,5% diesel e 2,9% gás natural. Em 2004, o etanol respondeu com 15,4%. A frota brasileira é de cerca de 21 milhões de veículos leves, sendo 17 milhões movidos à gasolina, cerca de 2,5 milhões movidos exclusivamente a etanol e 1,3 milhão de carros FFV, quase que todo o tempo movidos a etanol. As vendas mensais dos FFV já respondem por cerca de 80% e, nessa velocidade, os FFV se aproximarão rapidamente de 90% com forte queda nas vendas dos veículos

movidos a gasohol e mesmo os movidos unicamente a etanol.

Desde 1975, o uso do etanol no Brasil tem economizado de forma efetiva o uso de gasolina. No período de 30 anos, a economia foi de 1,09 bilhão de barris equivalentes de petróleo ou cerca de 2 anos da produção atual de petróleo no Brasil. Além de ter permitido a redução de 615 milhões de toneladas de CO_2 emitidas, o etanol foi de grande importância para que o Brasil viesse a atingir a sua auto-suficiência em petróleo no ano de 2006.

É interessante observar que em 1997, após a liberação do etanol às regras do mercado, que veio a ocorrer infelizmente em momento de excedentes de produção do produto, os preços mostraram queda livre e houve grande pressão em termos do enxugamento setorial (fusões e aquisições) e da redução dos custos operacionais. Houve queda do consumo do álcool para veículos dedicados, até que alguns novos fatores ocorreram: 1) o lançamento dos carros FFV, verdadeira ruptura na lógica da queda de consumo do etanol hidratado; 2) os preços do petróleo e da gasolina, associados à cristalização da necessidade de medidas voltadas à redução das emissões dos gases do efeito estufa; 3) o crescimento do mercado internacional do etanol, que muda, para o Brasil, do patamar de 400 milhões de litros para 2,5 bilhões de litros em 2005/06 e provavelmente 3,5 bilhões de litros em 2006/07.

O aprendizado maior foi que a tecnologia faz mudar as tendências. Em termos porcentuais, de 32% em dezembro de 2004, chega-se a 70% em dezembro de 2005 e a 78% em 2006. Em termos comparativos, já se vende mais carros FFV no Brasil do que se vendeu os E100 no auge das vendas dos chamados carros a álcool na década de 1980. Pelas análises de mercado, os fatores segurança e inovação tecnológica são os que explicam a reação do consumidor brasileiro, que vê esse novo período como uma transição na direção de algo mais definitivo, como a futura economia do hidrogênio.

A grande disputa que se vê no mercado brasileiro é a travada entre os carros FFV e os movidos a gasolina. Desde meados de 2005 a liderança dos FFV é absoluta. É interessante observar que como a gasolina acaba tendo maior energia por unidade, o desenvolvimento do mercado far-se-á em função da comparação dos preços na bomba. O que aprendemos é que em condições semelhantes, o consumidor brasileiro opta pelo consumo do etanol. É o que justifica a continuidade do elevado consumo de etanol mesmo quando no início de 2006 os preços chegaram na bomba a 70% dos preços da gasolina.

Nos últimos 2 anos, pode-se notar claramente o crescimento do consumo do etanol no mercado interno brasileiro, com ênfase no carro FFV. Ao final do 1º trimestre do ano de 2006 observa-se a redução da demanda do etanol anidro pela decisão do governo brasileiro, da diminuição, na lei, do nível de álcool anidro na mistura com a gasolina (de 25% para 20%). Tal se fez face à queda de oferta de cana pelo efeito seca, tanto no Centro/Sul como na região Nordeste do país. Afinal, o álcool anidro é parte da gasolina e não pode haver risco de falta.

A lógica do processo de substituição da gasolina (e do álcool anidro a ela misturado) pelo álcool hidratado, mostra uma evolução expressiva. Se por um lado cresce a oferta e o uso total do etanol no Brasil, cai a participação do álcool misturado à gasolina. Essa tendência é fundamental para se entender as projeções de demanda de etanol no Brasil. Na medida em que o petróleo e a gasolina internacionais se mantém em níveis elevados de preços, o etanol consolida a sua posição, principalmente com os ganhos de eficiência que se observam a cada ano.

Ainda para caracterizar a forte pressão da demanda por etanol no mercado interno brasileiro, os estoques físicos em duas safras – a 2004/05 e a recém terminada 2005/06, observou-se que os estoques de etanol na última safra superam a anterior até o mês de janeiro de 2006, evidenciando claramente o efeito do crescimento da demanda de etanol, assim como a pressão sobre os estoques físicos.

Como competidor direto, a gasolina tem dado importante espaço de crescimento para a demanda de etanol. Por outro lado, seus preços elevados trouxeram como conseqüência, importante subida nos preços internacionais do etanol. No período 2005/06 a volatilidade dos preços do etanol foi muito importante e, de algum modo, desenha importante quebra de paradigma: o etanol carburante passou a ter elevado valor no mercado internacional.

A opção pelo consumidor, verifica-se na relação de preços entre a gasolina e o etanol hidratado, na bomba dos Postos de Revenda. Nos últimos 3 anos, uma banda de preços do etanol em relação à gasolina entre 40% e 70% favoreceu o consumidor de etanol. Até 70% do preço da gasolina, considera-se economicamente interessante o uso do etanol. Isso explica o êxito do crescimento das vendas dos carros FFV e a opção do consumidor pelo uso do etanol. Apenas na safra 2005/06, o consumo de etanol cresceu 1,2 bilhão de litros no Brasil.

Com a característica de elevada volatilidade de preços, os últimos cinco períodos de safra em condições de mercado, mostram diferenças pronunciadas e de difícil previsão. Afinal, é um novo mercado que vive importante transição. Como condição normal, os preços do álcool caem no início da safra e sobem na fase final de produção, quando não há excedentes sem colocação no mercado. Como o mercado internacional não mostrava resposta, os preços oscilavam durante os 12 meses. Em 2005/06, além dos preços elevados da gasolina, ocorreu a subida espetacular dos preços do açúcar no mercado internacional e o álcool subiu de forma inesperada. Muitos não entenderam o que se passava: de uma forma clara, o efeito petróleo puxa os preços das *commodities*, em especial as que se referem ao mercado de energia.

Esse crescimento da demanda de etanol, no Brasil, nos EUA e no mercado internacional, está gerando investimentos nos EUA e no Brasil em novas plantas industriais. A capacidade ociosa existente no Brasil terminará entre 2006 e 2007. Toda a nova produção virá de novas unidades em construção. Foram 348 plantas em 2005/06; serão 359 na safra 2006/07; 378 plantas em 2007/08; 392 em 2008/09; 407 em 2009/10 e 416 em 2010/11, saindo de uma moagem de 386 milhões de toneladas de cana para 560 milhões de toneladas em 2010/11. Esse salto de oferta ocorre nos estados do Centro-Sul brasileiro, inicialmente com maior expansão no Estado de São Paulo. Ou seja, após 2005 e 2006, as condições de oferta do produto, no Brasil, serão muito mais expressivas.

Para os próximos 5 anos pode-se antever o crescimento da oferta de cana-de-açúcar (que deve crescer 7,68% ao ano), assim como de açúcar (4,5% ao ano), de etanol (9,82% ao ano) e o crescimento da área com cana-de-açúcar (5,67% ao ano). No caso, considerou-se ao final da década atual, o novo patamar de exportação de etanol pelo Brasil, ao redor de 5 bilhões de litros. Daí para a frente, as projeções de oferta precisam considerar as mudanças tecnológicas que virão de forma importantíssima. Esse é o aspecto do desenvolvimento sustentado dessa agroindústria.

Como exemplo, baseados na cana-de-açúcar e nas expectativas brasileiras, para ter 10% do etanol em toda a gasolina utilizada no mundo em 2002, seriam necessários 152 bilhões de litros em 2002 e 225 bilhões de litros em 2025 (considerado que 1 litro de gasolina equivaleria a 1,3 litros de

etanol). A área de cana necessária, apesar do crescimento da demanda de etanol em 70 bilhões de litros, reduzir-se-ia. O importante, nesse exemplo, é mostrar que as projeções de longo prazo sem a avaliação das mudanças tecnológicas criam impactos que não ocorrerão. Essa é uma condição essencial para o entendimento da sustentabilidade da proposta da substituição da gasolina pelo agronegócio.

No Brasil, as mudanças tecnológicas vieram em forma de ondas, como nos anos 1970 quando foram aceleradas dramaticamente os esforços com Pesquisa & Desenvolvimento em etanol no Brasil; os anos 1980 mostraram evolução das novas variedades de cana e o lançamento dos carros movidos a álcool; nos anos 1990 a *learning curve* já mostrava sensível redução dos custos de produção do etanol e em 2003 surgem os carros FFV com os seus impactos já comentados. A grande onda verde, a do H_2, seguiria definitivamente o sentido contrário daquela do esgotamento do petróleo. De agora até lá iremos percorrer um longo período de transição com melhorias sensíveis nos campos agrícola e industrial.

As bases para as projeções apresentadas seguem a conservadora lógica dos ganhos anuais médios obtidos até então. Isso leva aos novos números de produtividade e de eficiência em 2015 e 2025. Também importante, serão as possibilidades das fibras no bagaço e nas palhas de cana nesse período, com as mudanças tecnológicas que serão trazidas pela hidrólise.

Para essas projeções definiu-se que o processo se iniciará, de fato, em 2015 (25% de bagaço e 25% de palhas utilizadas) e em 2025 (50% de bagaço e 50% de palhas utilizadas). As eficiências globais de processo deverão ser de 220 litros de etanol por tonelada de fibra na base da matéria seca em 2015 e 300 litros em 2025. Para o processo, utilizar-se-á 10% da fibra gerada.

Como conseqüência das definições dadas, a evolução dos rendimentos, na linha convencional, vai de 85 l/t de cana a 109 l/t de cana em 2025; a hidrólise, a partir de 2015, agrega 14 l/t cana em 2015 e 37 l/t cana em 2025. Ao se verificar a produção por hectare, tem-se a evolução de 6.000 l/ha em 2005 passando para 9.300 l/ha em 2015 e 13.900 l/ha em 2025. Os impactos decorrentes desse esforço caracterizarão o etanol como extremamente competitivo, com maior produção por hectare e, como conseqüência, menor será a área cultivada com a cana-de-açúcar. Os dados confirmam as posições da IEA (International Energy Agency) de que os renováveis claramente poderão substituir os combustíveis fósseis.

Traduzindo em números brutos, a área com a cana-de-açúcar cresce até 2015, mesmo com os ganhos normais de eficiência. A análise considera também o atendimento ao mercado de açúcar. O crescimento da área em 2025 sobre 2015 é mínimo, considerado o enorme aumento na oferta, tanto para o mercado interno com para exportações, crescentes. Esse é o futuro dos biocombustíveis, cuja velocidade dependerá da rápida transformação do etanol e do biodiesel em *commodities* sem barreiras de mercado, como é o petróleo, a gasolina, o diesel, e outros.

As mudanças sempre dependem de um norte que se define. A cana-de-açúcar tanto pode ser colocada com base em açúcares ou com base em energia. Já há tipos de canas que podem gerar o dobro da produção de energia primária (em GJ/ha/ano) se a meta for fibra.

Dos seus 850 milhões de hectares, o Brasil usa apenas 7% para agricultura; 35% como pastagens e 55% são florestas. A cana-de-açúcar usa 0,6% da área do Brasil (metade para a produção de etanol); as áreas consideradas adequadas para a sua expansão (sem irrigação) correspondem a 270 milhões de hectares segundo estudo da Unicamp e CTC (é claro que se considerada a irrigação o porcentual é bem superior). Nas últimas décadas

a cultura da cana-de-açúcar cresceu no Centro-Sul; de 1992 a 2003, 94% da expansão ocorreu em torno das unidades produtoras existentes. O uso dos cerrados (25% do território nacional) foi relativamente pequeno.

Para finalizar:

1) As projeções das tendências do mercado e altos preços do petróleo geram sérias preocupações:
   - Impactos negativos no crescimento econômico;
   - Aumento da vulnerabilidade às interrupções de oferta;
   - Crescente aumento das emissões de CO^2.
2) Os elevados preços do petróleo deram significativo apoio ao aquecimento do mercado de etanol;
3) Os principais programas nacionais asseguram o crescimento futuro;
4) Políticas mais vigorosas poderão reduzir a taxa de aumento da demanda e de emissões, de forma significativa;
5) Etanol na sua forma pura ou em *blends* com combustíveis fósseis irá se tornar crescentemente uma *commodity* de energia;
6) Mercados de etanol não combustível estarão separados;
7) A curva de oferta mundial futura irá refletir uma crescente banda de preços;
8) Um sistema realmente sustentável de energia chamará por mais rápidas tecnologias geradas e aplicadas.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Período 2006/2010

Curto Prazo

Constante balanço oferta/demanda de etanol e açúcar, mercado interno e externo;

A questão do PIS/COFINS incidente no etanol (há a lei, falta a regulamentação), permitindo viabilidade de atuação de outros atores no mercado;

As negociações de recursos Brasil/Japão (MAPA – JBIC – BNDES) visando competitividade na expansão setorial;

Marco Regulatório visando questões-chave ao equilíbrio do setor:

- Liquidez ao contrato futuro de álcool;
- Estoques – formação e modelo;
- Continuidade de ações visando caracterizar, em nível mundial, a sustentabilidade do etanol derivado da cana-de-açúcar;
- Reuniões/Palestras na Europa, Ásia e África;
- Reuniões com a IEA – International Energy Agency;
- Encontros planejados com o Banco Mundial, IICA e BID;
- Divulgação positiva do etanol.

Permitir maior rapidez na estrutura do MAPA para informações quinzenais processadas (recebidas das unidades produtoras) em tempo hábil a todos os setores.

Médio e Longo Prazos

- Trabalhar a transformação do etanol em *commodity*;
- Recursos externos (capital) na expansão da oferta de etanol no Brasil;
- Pesquisa & Desenvolvimento;
- Defesa do Açúcar;
- Créditos de Carbono e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL;
- Certificações dos produtos setoriais;
- Acesso aos mercados.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

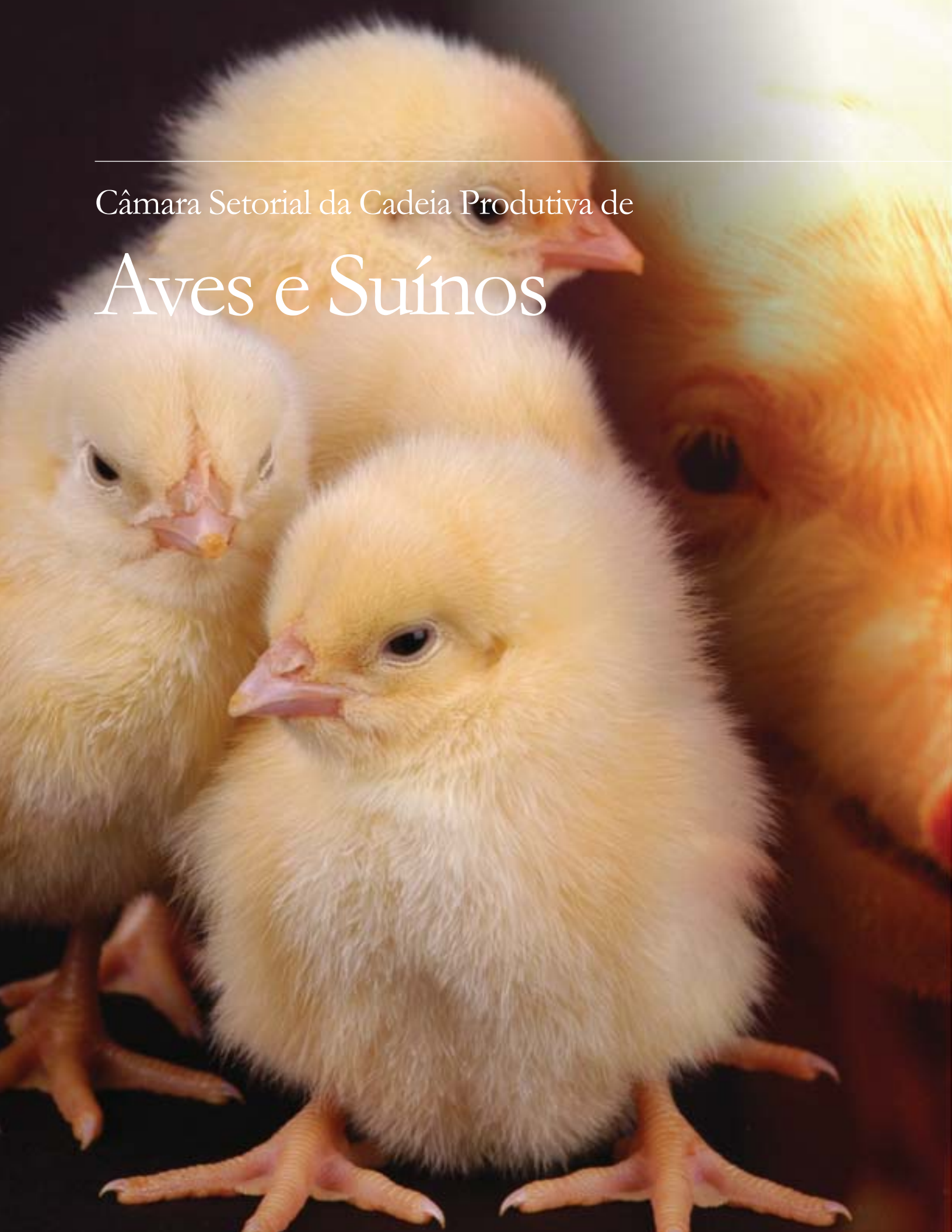
- Luiz Carlos Corrêa Carvalho – ABAG
- Ângelo Bressan Filho – SPAE/MAPA

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação dos Fornecedores de Cana da Região de Campo Florido – MG – CANACAMPO
- Assessoria de Gestão Estratégica – AGE /MAPA
- Associação Brasileira das Indústrias de Base – ABDIB
- Associação Nacional para Difusão do Adubo – ANDA
- Associação Brasileira das Indústrias de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados – ABICAB
- Associação Brasileira do Agribusiness – ABAG
- Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA
- Associação Brasileira de Empresas Trading – ABECE
- Associação Brasileira da Indústria de Álcool – ALCO
- Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA
- Agência Nacional do Petróleo – ANP
- Banco do Brasil S/A – BB
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB
- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal – CRA
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

da Câmara dos Deputados – CAPADR

- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN
- Federação dos Plantadores de Cana do Brasil – FEPLANA
- Federação Nacional dos Distribuidores de Veículos Automotores – FENABRAVE
- Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes – FECOMBUSTÍVEIS
- Força Sindical – FORÇA SINDICAL
- Fundições de Piracicaba, Saltinho e Rio das Pedras – SIMESPI
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE
  - Secretaria Executiva – SE
  - Secretaria de Relações
- Sociedade Rural Brasileira – SRB
- Organização de Plantadores de Cana do Estado de São Paulo – ORPLANA
- Organização das Cooperativas Brasileira – OCB
- Produtores de Açúcar e Álcool no Estado da Bahia – SINDAÇÚCAR
- União da Agroindústria de São Paulo – ÚNICA
- União Nordestina dos Produtores de Cana – UNIDA



Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de

Aves e Suínos

Histórico

Sônia Azevedo Nunes [1]

No dia 14 de maio de 2003 foi instalada em Florianópolis, SC, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo, Aves e Suínos. O então Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Amauri Dimarzio, anunciou a criação da Câmara apresentando como Presidente, Urbano Campos Ribeiral e como Secretário Executivo, o representante da Embrapa, Cláudio Bellaver. A indicação foi referendada na primeira reunião da Câmara, ocorrida em Brasília no dia 10 de julho de 2003. A partir da 3ª Reunião Ordinária da Câmara, em setembro de 2004, o encargo de Presidente passou a ser ocupado por Dilvo Grolli, Diretor Presidente da Coopavel Cooperativa Agroindustrial. Em fevereiro de 2006, na 2ª Reunião Extraordinária da Câmara, foi proposto seu desmembramento em duas Câmaras, a de Milho e Sorgo e a de Aves e Suínos. Na 8ª Reunião Ordinária, em abril de 2006, após aprovação dos membros e do Ministro, esse desmembramento foi oficializado. A Câmara é atualmente constituída por 33 instituições e teve sua composição original publicada no Diário Oficial da União do dia 23 de dezembro de 2004 e alterada pela Portaria nº 11, de 05 de janeiro de 2006.

O Presidente da Câmara é Administrador de Empresas e pós-graduado em Gestão Empresarial e Logística. Ocupa os cargos de Diretor Presidente da Coopavel Agroindustrial, Diretor Presidente da Cooperativa de Crédito Rural Coopavel Ltda – Credicoopavel e Vice-Presidente da ACIC – Associação Comercial e Industrial de Cascavel-PR.

O Secretário Executivo é Médico Veterinário e Doutor em Ciência Animal. Trabalhou inicialmente em Defesa Sanitária e Cooperativismo, passando a integrar a pesquisa da Embrapa em 1976. A partir de 1980 começou a atuar na Embrapa Suínos e Aves, na área de nutrição. Atualmente é Chefe de Comunicação e Negócios dessa unidade e membro do Comitê Técnico Consultivo do Sindirações.

Dentre os pleitos que foram discutidos e solucionados pela Câmara podemos destacar como principal a criação do Plano de Prevenção da Influenza Aviária e de Prevenção e Controle da Doença de Newcastle, publicado na Portaria nº 48, de 17 de fevereiro de 2006.

Embora a cadeia de aves e suínos tenha registrado nos últimos anos um impressionante salto em volume de produção e relevante participação na balança comercial brasileira, com grande impacto no desenvolvimento regional e de eficiência nos índices gerais de desempenho, ainda existem desafios que devem ser superados, dentre os quais destacam-se a questão da sanidade animal, com ênfase na estruturação dos programas sanitários; fortalecimento dos serviços oficiais de Defesa Sanitária Animal; manutenção dos mercados atuais e conquista de novos como a Ásia, América do Norte e Europa, diminuindo a dependência em relação ao mercado da Rússia, no caso da carne suína; segurança alimentar da cadeia de carne, legislação ambiental e OGM; sistemas de tipificação de carcaças e rastreabilidade e aumento do consumo doméstico e crescimento das exportações.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisora da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos do Conselho do Agronegócio

Apresentação

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo, Aves e Suínos teve seu início em 14 de maio de 2003 e assumimos a Presidência em 22 de setembro de 2004, tendo como Secretário-Executivo, Claudio Bellaver, e tem sido uma experiência e uma oportunidade de ouvir e compartilhar com as cadeias do Milho, Sorgo, Aves e Suínos.

O ano de 2005 foi caracterizado pela escassez de Milho e Sorgo, com redução na produção devido à estiagem.

Para o setor de Aves e Suínos foi um bom ano, com produção de 9,3 milhões de toneladas de carne de frango e 2,7 milhões de toneladas de carne de suínos. As exportações foram 2,8 milhões e 625 mil toneladas de carnes, respectivamente.

Mas, o ano de 2006, para a Pecuária Nacional e, particularmente, para a Avicultura e a Suinocultura, vivem momentos de extrema dificuldade, com queda nas exportações, muita oferta no mercado nacional e conseqüentemente preços que não cobrem o custo de produção.

As questões sanitárias de febre aftosa no Brasil e influenza aviária em outros países levaram a situações preocupantes nas carnes de aves e suínos, colocando os setores em extrema dificuldade, principalmente por que os custos de produção são 15% a 20% acima do valor final dos produtos.

São necessários uma análise e um posicionamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para manter essas atividades que geram emprego e alavanca aproximadamente U$ 5 bilhões em exportações.

Altamente moderno, competente e competitivo, o Setor do Agronegócio, vai superar os percalços e o futuro que se descortina para o Agronegócio Nacional é auspicioso.

Lembro-me de um trecho que diz: "A grande coisa deste mundo não é tanto onde nós estamos, e sim a direção em que estamos indo" *(Oliver Wendell Holmes)*.

E, no decorrer das reuniões da Câmara Setorial de Milho, Sorgo, Aves e Suínos, para melhorar o desenvolvimento dos trabalhos, houve consenso de desmembrá-la em Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos e Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo.

Foi o amadurecimento que levou a tal decisão e o impacto será altamente positivo para todos os setores da economia nacional, pois um bom desempenho das Câmaras Setoriais, dará a cada segmento uma presença junto ao Ministério da Agricultura para obter respostas rápidas aos problemas levantados. Pois os ganhos de produtividade no campo e na indústria dependem da correção de deficiências logísticas, com melhor qualidade de estradas, ferrovias, hidrovias, armazéns e portos.

Mas a abertura que temos com as Câmaras Setoriais tende a suavizar e reduzir gradativamente as deficiências de logística, com investimentos em infra-estrutura de acordo com as necessidades apontadas pelas Câmaras Setoriais. Em reuniões realizadas em locais diferentes, tem possibilitado uma maior participação e facilidade para os participantes.

Para finalizar essa apresentação, agradeço aos profissionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em especial ao Coordenador Duarte Vilela e a Supervisora Sônia Azevedo Nunes pelo apoio e ajuda dispensada à nossa Câmara Setorial.

Dilvo Grolli
Presidente da Câmara

Introdução

Em 2003, com a implantação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo, Aves e Suínos deu-se início a uma série de reuniões com seus membros com a finalidade de orientar o setor para os problemas setoriais. Antes que uma atividade planejada, a rotina das reuniões esteve associada a problemas conjunturais e isso provavelmente deverá continuar devido aos entraves emergenciais por que passa a agricultura como um todo. Entretanto, com a experiência acumulada até o momento, a sistemática das reuniões poderá estar ligada a diretrizes estratégicas que possam vir a ser previstas para as ações governamentais e as demandas das cadeias suinícola e avícola. São evidentes as dificuldades para atender todas as demandas da cadeia produtiva. Por outro lado, algumas demandas da cadeia podem ser antecipadas para mostrar às autoridades a necessidade de orçamentos compatíveis com as necessidades de investimentos e custeio em defesa sanitária animal; pesquisa e desenvolvimento de tecnologias; infra-estrutura e logística com apoio do setor privado por meio de parcerias público privadas; busca de novos mercados e consolidação dos atuais com a OMC; negociações bilateriais de promoção das carnes suína e de aves e modernização do setor público para serviços de apoio ao setor.

Essa agenda é um instrumento fundamental de gestão, uma vez que fornece os marcos estratégicos para o realinhamento das ações da Câmara Setorial para políticas públicas que conduzam ao desenvolvimento do setor, dentro dos princípios do conhecimento científico e tecnológico e dos pilares da sustentabilidade da produção. A elaboração deste documento inicia-se pela análise do ambiente externo, no qual alguns números setoriais, ameaças e oportunidades são mostrados e em função desses estabelecem-se as estratégias gerais com a finalidade de dar alavancagem inicial às mudanças pretendidas no longo prazo. Esse processo de análise do ambiente externo deve, ao longo do tempo, transformar-se em uma atividade de melhoria contínua de monitoramento do ambiente estratégico e constituir-se em uma capacidade de ajustamento permanente às mudanças no ambiente de atuação.

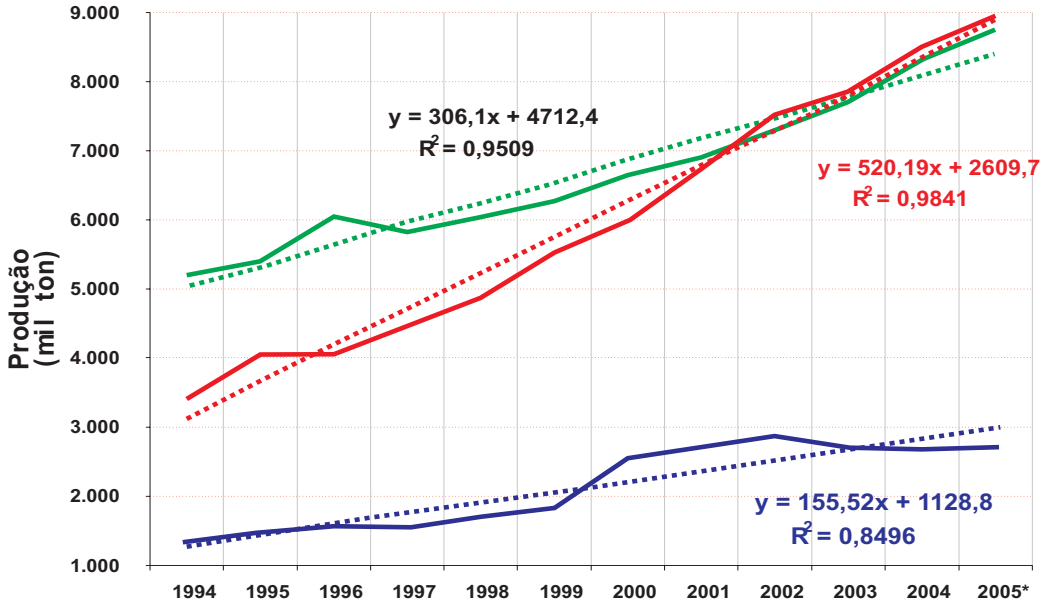
Ambiente Externo e Interno

O aumento da produtividade dos grãos e a incorporação de novas áreas para o seu cultivo levaram à agregação de valor, com a transformação desses cereais em proteína animal (carne e ovos), sendo essa uma das principais razões para o grande desenvolvimento da avicultura e suinocultura nacional, principalmente no Sul do país. Considerando que no Brasil, o milho é um ingrediente indispensável na composição dos alimentos para aves e suínos, sua produção está muito relacionada com a produção animal. Qualquer problema que altere a produção de milho trará repercussões diretas na oferta para o setor de carnes e ovos. A safra de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2005/06, segundo a CONAB, em seu Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de abril, atingirá volume de 120 milhões de toneladas, ante 112 milhões de toneladas obtidas em 2004/05, o que, se realizado, representará aumento de 7%. O Brasil é o terceiro produtor mundial de milho, com uma produção de aproximadamente 41,5 milhões de toneladas,

correspondendo a 6% da produção mundial. Em termos de rações animais, de acordo com o Sindirações, produzir-se-á cerca de 48 milhões de toneladas de rações, das quais 80% destinam-se às cadeias de suínos e de aves.

Os setores de aves e suínos se destacaram pela trajetória de crescimento (Figura 1), optando pelo desenvolvimento tecnológico com manejo adequado dos rebanhos, nutrição avançada, sanidade animal, melhoramento genético, ambiência e, aliada a um modelo de produção integrada que constitui exemplo de organização, coordenação dos participantes, uso de tecnologia e evolução da capacidade gerencial. Essas competências não se concentram apenas no elo relacionado ao sistema de produção, mas também nos elos relacionados ao processamento e à distribuição (atacado e varejo), contribuindo para o desenvolvimento social do país.

Figura 1. Evolução da produção de carnes no período de 1994 a 2005



Fonte: Adaptado de CNA, ABEF e ABIPECS

Nos últimos 30 anos, a avicultura e a suinocultura brasileiras desenvolveram-se e modernizaram-se rapidamente, alcançando elevados níveis de produtividade. Em 1970, eram necessários 70 dias para o crescimento e engorda de um frango de corte que consumia cerca de 2,5 kg de ração para 1,0 kg de ganho de peso, sendo que 80% desse peso poderíamos considerar comestível. Atualmente um frango de corte fica pronto para o abate com 2,40 kg de peso vivo, com 42 dias com conversão alimentar de 1,80 kg de ração/kg de ganho de peso. O mesmo verifica-se para suínos, onde a produtividade cresceu de 10 terminados/porca/ano, para mais de 23 terminados/porca/ano. Além disso, o tempo de engorda também foi reduzido e a idade de abate caiu de mais de 180 dias para cerca de 150 dias de idade.

A produção brasileira de carne de frango está distribuída em todo o território nacional, estando mais concentrada nas regiões sul, sudeste e centro-

oeste. Atualmente, o Brasil é o terceiro produtor mundial de carne de frango com 9,3 milhões de toneladas, das quais cerca de 70% destinam-se ao mercado interno e 30 % ao mercado externo. Em relação às exportações, o Brasil é o terceiro produtor e o maior exportador mundial de carne de frango, tendo 142 países como mercados de destino, gerando receita cambial de aproximadamente US$ 3,5 bilhões em 2005 e a atividade contribui com a geração de cerca 4 milhões de empregos diretos e indiretos. O ano de 2004 foi extremamente positivo para a avicultura brasileira direcionada à produção de frango e seus produtos. O setor teve nas exportações uma alavanca fundamental para seu desempenho. Já em 2005, motivado por crises internacionais de consumo houve uma diminuição das taxas de crescimento das exportações.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Negociações Internacionais e Promoção das Exportações

Sensibilizar os negociadores brasileiros para que incluam em suas pautas os produtos cárneos, com vistas à ampliação do acesso aos mercados e gestão para eliminação de barreiras e subsídios pelos importadores. Definida como de prioridade urgente e de longo prazo.

Encaminhamento

- Ações por intermédio do Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais (MDIC);
- Ações por intermédio da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (MAPA);
- Ações em rodadas de negociações da OMC com o apoio do MRE.

Colaborar na abertura de mercados destinados à exportação de produtos cárneos. Definida como de prioridade urgente e de prazo médio.

Encaminhamento

- Agilizar processos de habilitação de indústrias para exportação por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA;
- Viabilizar acordos de equivalência sanitária pela Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA;
- Agilizar as assinaturas dos acordos sanitários para a carne suína a Coréia do Sul, México, Chile, Japão, USA e UE.

Política Fiscal, Tributária e de Crédito

Disponibilizar os recursos em tempo adequado, garantindo o fluxo de recursos para crédito de custeio, investimento e comercialização. Definida como prioridade urgente e de prazo médio.

Encaminhamento

- Aumentar os recursos para os instrumentos de apoio à comercialização (EGF, NPR, DR, CPR);

- Criar Linha de Crédito Especial para Milho e Sorgo, Aves e Suínos.

Isentar de impostos os insumos utilizados na atividade primária. Definida como prioridade urgente e de prazo médio.

Encaminhamento

- Incluir rações, ingredientes para rações e premix na alíquota zero de PIS/COFINS;
- Incluir a carne e derivados na alíquota zero de PIS/COFINS.

Implementar linha de crédito que possibilite aos produtores e indústrias enquadrarem-se aos regulamentos oficiais. Definida como prioridade urgente e de prazo médio.

Encaminhamento

- Criar linha de crédito especial, com as seguintes características: (1) limite de R$ 30 mil por tomador ou de R$ 80 mil por grupo (3 ou mais tomadores); (2) prazo de pagamento de 12 anos, com 3 anos de carência e amortizações semestrais; e (3) taxa de juros de 8,75% a.a.

Melhoria da Qualidade da Carne

Ampliar o termo de cooperação técnica para o controle e melhoria da qualidade da carne e seus derivados. Definida como prioridade urgente e de prazo médio.

Encaminhamento

- Criar estrutura legal para punir as indústrias e distribuidores que não apliquem as normas de segurança dos alimentos (PAS – Programa de Alimento Seguro);
- Disponibilizar recursos do MAPA para ampliar o termo de cooperação técnica.

Estruturar o laboratório de referência da Rede de Gestão da Qualidade de Alimentos. Definida como prioridade urgente e de prazo longo.

Encaminhamento

- Disponibilizar recursos para estruturar o laboratório de referência da RBQC o qual terá como atribuições a monitoria de resíduos na carne, suporte técnico, treinamento e definição de protocolos operacionais para a certificação.

Normatização

Atualizar o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitário de Produtos de Origem Animal (RISPOA). Definida como prioridade urgente e de prazo médio.

Encaminhamento

- O MAPA por meio de suas Secretaria de Defesa Agropecuária deverá ter ações que visem a atualização total ou separadamente das partes referentes aos regulamentos da carne, seus derivados e subprodutos.

Viabilizar a regulamentação de medicamentos genéricos de uso veterinário. Definida como prioridade urgente e de prazo médio.

Encaminhamento

- Aprovar o PL nº 1.089/2003 que regulamenta os medicamentos genéricos para uso veterinário e dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos de uso veterinário.

Atualizar e/ou definir as normas para a biosseguridade animal. Definida como prioridade urgente, de prazo médio e em andamento.

Encaminhamento

- Agilizar a implantação/funcionamento do Comitê Nacional de Sanidade de Suídeos;
- Agilizar a implantação/funcionamento do Comitê Nacional de Qualidade da Carne Suína;
- Fiscalização de granjas produtoras de ovos SPF, controlados;
- Trânsito interestadual, regionalização e guias de trânsito.

Relações Comerciais Intra-Cadeia

Consolidar a Câmara Setorial como interlocutora e encaminhadora de políticas públicas. Definida como prioridade urgente, de prazo médio e em andamento.

Encaminhamento

- Interagir juntamente com a CGCS nas Secretarias do MAPA, Ministérios membros e entidades privadas que compõem a Cadeia Produtiva do Milho e Sorgo, Aves e Suínos, para implementação de suas demandas.

Inovação Tecnológica

Incentivar pesquisas para promoção de aumento da competitividade das cadeias produtivas de aves, suínos, milho e sorgo. Definida como prioridade moderada, de prazo médio e em debate.

Encaminhamento

- Viabilizar no âmbito do MAPA e MCT (CNPq e Finep) recursos para:
  - Geração de tecnologias para a agricultura familiar;
  - Linhas específicas de finaciamento para estudos e projetos que resultem em tecnologias inovadoras para o agronegócio.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- Dilvo Groli – OCB
- Cláudio Bellaver – Embrapa Suínos e Aves

Colaboração

- Carsten Wegener – ANEC
- Ivan Cruz – Embrapa Milho e Sorgo
- João Tomelin – UBA
- José Carlos Godoy – APINCO
- Jurandi Machado – ABIPECS
- Ricardo Gonçalves – ABEF
- Rubens Valentini – ABCS

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína – ABIPECS
- Associação Brasileira das Indústrias Moageiras de Milho – ABIMILHO
- Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS
- Associação Brasileira dos Criadores de Suínos – ABCS
- Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte – APINCO
- Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos – ABEF
- Associação dos Criadores de Avestruzes do Brasil – ACAB
- Associação Nordestina de Avicultura – ANA
- Banco do Brasil S/A – BB
- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal – CRA
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Suínos e Aves
- Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
    - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
    - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
    - Secretaria de Política Agrícola – SPA
    - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI
    - Secretaria Executiva – SE
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Sindicato Nacional da Indústria da Alimentação Animal – SINDIRAÇÕES
- Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN
- Sindicato Nacional dos Coletores e Beneficiadores de Sub Produtos de Origem Animal – SINCOBESP
- Sociedade Rural Brasileira – SRB
- União Brasileira da Avicultura – UBA

Bibliografia Consultada

RELATÓRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE SUÍNOS. Estrêla: ABCS, 2004.

FÓRUM LEGISLATIVO DA SUINOCULTURA, 2006, [S.l.]. Florianópolis: Câmara dos Deputados: Estrêla: ABCS, 2006. Não paginado.

RELATÓRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EXPORTADORES DE FRANGOS. São Paulo: ABEF, 2005.

RELATÓRIO DA ASSOCIAÇÃO DA INDÚSTRIA PRODUTORA E EXPORTADORA DE CARNE SUÍNA. São Paulo: ABIPECS, 2005.

ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA - ANUALPEC. São Paulo: FNP, 2005.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE AVES E SUÍNOS. Santa Cruz do Sul: Ed. Gazeta Santa Cruz, 2006. 136p.

BELLAVER, C. Pesquisa, desenvolvimento e inovação para o empreendedorismo no agronegócio. In: WORKSHOP INOVAÇÃO, 2006, São Paulo. **A inovação dentro da empresa**. São Paulo: SAPIA: ADISSEO, 2006. 5p.

CARTA JOX. **O Agribusiness em Foco**. 2006. Páginas indefinidas.

EMBRAPA SUÍNOS E AVES. **III Plano Diretor da Embrapa Suínos e Aves:** 2004-2007. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2005. 72p.

FAO. **Food outlook**. Rome, 2006.

MARTINS, F. M.; TALAMINI, D. J. D.; NOVAES, M. Avicultura: situação e perspectivas brasileira e mundial. **AveWorld**, v.4, n.20, p.24, 2006.

MIELE, M.; MACHADO, J. S. **Levantamento Sistemático da Produção e Abate de Suínos – LSPS**: metodologia Abipecs-Embrapa de previsão e acompanhamento da suinocultura brasileira. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2006. 27p. (Embrapa Suínos e Aves. Documentos, 104).

RELATÓRIO ANUAL DA UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA. São Paulo, UBA, 2005/2006.

SINDIRAÇÕES. **Perfil 2005**. São Paulo, Sindirações, 2005.

Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de

Culturas de Inverno

Histórico

Francisco de Assis Mesquita Facundo[1]

A seção solene de instalação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno foi realizada no dia 27 de junho de 2003, no AGROCENTRO-OESTE – Campus Samambaia da Universidade Federal de Goiás – UFG, na cidade de Goiânia, GO. Contou com a presença do então Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Amauri Dimárzio, que indicou para o encargo de Presidente da Câmara Rui Polidoro Pinto, representante da CNA e como Secretário-Executivo José Maria dos Anjos, representante da Secretaria de Política Agrícola do MAPA. Os nomes foram referendados pelo plenário da Câmara em sua primeira reunião ordinária.

O Presidente da Câmara é advogado e professor, Presidente da FECOAGRO/RS, da Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do RS – FECOTRIGO e da Fundação de Cooperação para o Desenvolvimento Cultural – FUNCOOP, exercendo ainda a função de Conselheiro de diversas entidades ligadas ao agronegócio.

O Secretário Executivo, José Maria dos Anjos, é formado em Administração e Comércio Exterior, é funcionário da CONAB, cedido ao MAPA desde 1993, onde ocupou diversos cargos. Atualmente é Diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário da Secretaria de Política Agrícola do MAPA, e Secretário Substituto desta pasta.

A Câmara conta com a representação de 30 órgãos e entidades ligados ao setor. Foi criada oficialmente com a publicação no Diário Oficial da União da Portaria n° 261 de 27 de outubro de 2004 e posteriormente alterada pela Portaria n° 9, de 5 de janeiro de 2006.

A organização desta Câmara fundamenta-se na promoção da integração e estruturação de setores relevantes para o agronegócio nacional, principalmente os relacionados ao trigo e derivados, assim como a aveia, triticale, cevada e o centeio, e tem como principais metas, acabar com as distorções tributárias entre os Estados, o Mercosul e Aladi, promovendo tarifas de cabotagem mais justas e competitivas; incentivar medidas de apoio ao custeio e a comercialização; adequar a política de comercialização e importação; instituir o seguro agrícola para as culturas, além da aprovação de padrões de identidade e qualidade para farinhas e pré-misturas de trigo.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno compõe a estrutura funcional do Conselho Nacional do Agronegócio – CONSAGRO e congrega os principais agentes da cadeia produtiva. Tem caráter consultiva e atua na identificação de gargalos impeditivos ao desenvolvimento do setor, atuando de forma articulada entre os agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum em uma visão integrada dos diferentes segmentos produtivos.

Compete à Câmara Setorial promover uma ampla avaliação sobre os diferentes aspectos que dizem respeito às atividades do setor, seja no curto, médio e longo prazo, além de fazer um diagnóstico dos setores, propor e encaminhar sugestões de soluções ao MAPA que buscam o aprimoramento da atividade, considerando as variáveis internas e externas de mercado, bem como avaliar as políticas públicas direcionadas a cadeia.

O seu funcionamento obedece a um calendário anual de reuniões tendo em vista apoiar o MAPA na formulação de políticas, plano safra e demais instrumentos de apoio a cadeia produtiva por parte do poder público.

Desde sua implantação e funcionamento, a Câmara Setorial tem debatido e encaminhado sugestões ao MAPA para solucionar entraves no setor que envolve desde aspectos relacionados à produção, a abertura de mercado para exportação, subsídios, TEC, logística, tributação, tarifas e mercado restrição de navegação e cabotagem, política de preços mínimos, importação de farinhas e de trigo, entre outros.

Como Presidente da Câmara, entendo que o seu funcionamento tem um papel estratégico para contribuir para o desenvolvimento de toda cadeia produtiva. Por outro lado, julgamos fundamental traçar as Diretrizes para Formulação de Políticas Públicas em apoio ao setor.

Neste contexto, a Câmara encaminha medidas e proposições que julgamos importante a serem estudadas para serem implementadas pelo Governo Federal, com o propósito de contribuir para a formalização de Políticas Públicas em defesa e fortalecimento da atividade trigo e demais culturas de inverno no Brasil nos próximos anos.

Rui Polidoro Pinto
Presidente da Câmara

Introdução

As culturas de inverno mais plantadas no Brasil são trigo, aveia, cevada, triticale e centeio. A área cultivada destas culturas na safra 2005/06 foi de três milhões de hectares, sendo que a maior área foi a de trigo com 2,36 milhões de hectares e produção de 4,87 milhões de toneladas. Apesar desta produção, o Brasil é um tradicional importador de trigo da Argentina (responsável por 90%, na média, da importação nos últimos seis anos), Paraguai e Estados Unidos.

Apesar da maior produção estar concentrada na região sul, os cereais de inverno são uma importante opção de cultivo, não só para o sul do país, mas também para a região dos cerrados, tanto na rotação de culturas para a produção de grãos, como no aproveitamento de sua palha no sistema de plantio direto. As condições de solo, clima e topografia, favoráveis ao cultivo, em épocas e altitudes definidas pela pesquisa, fazem do Brasil Central uma região de grande potencial para a expansão da produção de cereais de inverno.

O centeio é um cereal rústico, que exige frio e tolera solos ácidos. É também o cereal de inverno que mais produz massa verde durante o inverno. É indicado para pastoreio nas regiões mais frias do sul do Brasil e para a produção de alimentos dietéticos. A área plantada com centeio, na safra de 2005/06, foi de 4,3 mil hectares, com produção de 6,6 mil toneladas.

O triticale é um cereal obtido através do cruzamento do trigo com o centeio. Essa cultura vem sendo pesquisada desde 1969 no Brasil. A partir de 1990, tem-se enfatizado seu uso para a alimentação animal, principalmente de suínos e de aves. A área plantada com triticale na safra de 2005/06, foi de 131,1 mil hectares, com produção de 306,6 mil toneladas. A produção é concentrada nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Paraná.

A organização da cadeia produtiva das culturas de inverno visa promover a integração e estruturação do setor, com o aproveitamento do potencial existente nas diversas entidades. Tem como metas acabar com as distorções tributárias entre os Estados, o Mercosul e Aladi, promovendo tarifas de cabotagem mais justas e competitivas, além da aprovação de padrões de identidade e qualidade para farinhas e pré-misturas de trigo. Dinamizando o setor produtivo, aumentamos a inserção de seus produtos de maneira competitiva nos mercados nacional e internacional, além de incrementar as oportunidades de novos investimentos, a sua organização garante a sustentabilidade do agronegócio, agregando valor às cadeias produtivas beneficiando todos os segmentos sociais envolvidos.

O segmento produtivo, no entanto, vem buscando soluções político-econômicas junto ao Governo Federal e muitos instrumentos de política, como o PEP, foram momentaneamente bem sucedidos, porém, questões fundamentais ainda não foram solucionadas. Por exemplo, para o trigo, o setor de produção foi privatizado e aberto ao mercado global enquanto que a Lei dos Portos, de 1993, concentrou o transporte de cabotagem apenas em navios de bandeira brasileira que são insuficientes e onerosos. Existem, ainda, problemas não resolvidos com relação às salvaguardas à produção nacional, à necessidade de unificação do ICMS no comércio interno do trigo, à falta da garantia da política de preços mínimos, dentre outros.

A não solução destes pontos, que podemos denominar de "gargalos", tem causado uma crônica falta de liquidez, sem sustentação de preços e baixa rentabilidade econômica da atividade, embora não se esteja produzindo o suficiente para abastecer 60% da demanda nacional. Além do seu importante papel no campo, como opção na rotação de culturas, contribuindo para viabilizar o plantio direto, o trigo também é gerador e multiplicador de renda nos demais componentes da cadeia, como a produção de sementes, a indústria de máquinas e insumos, processamento e serviços.

Ambiente Externo e Interno

A importância do cultivo dos cereais de inverno no país, além da questão da segurança alimentar, que garante auto-suficiência na produção de alimentos básicos, engloba fatores, como a rotação de culturas com os cultivos de verão, o que torna possível a: diluição dos custos fixos das culturas de verão, pelo aproveitamento racional da estrutura que ficaria ociosa. Segundo a Embrapa, a redução no custo de produção da soja, quando cultivada após o trigo, é de aproximadamente 15%, o que é importante para a competitividade internacional; racionalização de uso da estrutura de armazenamento; ocupação racional de terras; viabilização da rotação de culturas, com um manejo mais adequado do solo, reduzindo o risco de erosão e a proliferação de plantas invasoras; o aumento da oferta de empregos em toda a cadeia produtiva, sendo que para cada 27 hectares, agrega-se, em média, um emprego direto e dois indiretos; o aumento da renda familiar rural, contribuindo para a sua fixação no campo; melhoria da renda dos estados e municípios, através da movimentação da produção, transporte, industrialização e comercialização; garantia de fornecimento à indústria, substituindo as importações; redução de gastos com a importação e aumento nos investimentos internos; industrialização para exportação de derivados; possibilidade eventual de exportação, como o ocorrido em 2003 e 2006; melhoria da balança comercial.

Diante desta situação e pela reiterada importância dos cereais de inverno para o país propõem-se novas diretrizes políticas visando a sustentabilidade do setor produtivo e a segurança de abastecimento ao consumidor brasileiro.

A triticultura brasileira passou por um período de expansão durante a década de 1980, graças, principalmente, à compra estatal, com preços pré-estipulados e demanda garantida. O MAPA administrava grupo de trabalho do trigo nacional, mais tarde transformado em Câmara Setorial do Trigo, que estudava o setor e propunha políticas, executadas com resultados favoráveis à cadeia produtiva. Essas políticas permitiram ao país produzir, em 1987, cerca de 90% do consumo doméstico, o que evitou o gasto de quase US$ 1 bilhão com importações.

No início da década de 1990 aconteceu a privatização da comercialização do trigo nacional e a abertura de mercado, a exemplo de outros setores da economia, de forma arbitrária e prejudicial ao setor que não estava preparado para competir.

A produção de trigo no Brasil sempre enfrentou um problema logístico de distribuição e armazenamento. A maior parte da produção está concentrada no sul do país no período do inverno, porém o consumo está distribuído ao longo do ano e em todo território nacional.

A Região Sul produz aproximadamente 92% do trigo brasileiro. Em 2005, o Paraná participou com cerca de 57% do total colhido, com 2,8 milhões de toneladas, seguido pelo Rio Grande do Sul com 33%. Nos estados do Sul predominam as pequenas e médias propriedades, com área média ao redor de 15 hectares, as quais tem no trigo um importante componente da sua renda média.

Os produtores brasileiros semearam 3,83 milhões de hectares de trigo em 1979 e, após passar por um período de significativo declínio, a área de 2004 foi de 2,76 milhões de hectares, a maior depois de 1989. Em 2005 e 2006 ocorreram novas reduções de área.

A tendência de aumento do rendimento médio das lavouras, como observado na Tabela 1, prova que a triticultura nacional é tecnicamente viável e que os pesquisadores brasileiros e o setor produtivo tem investido em eficiência produtiva, superando as dificuldades edafoclimáticas, porém, a privatização da comercialização do trigo nacional, a abertura e liberação do mercado para a globalização, entre outros fatores, têm aumentado a vulnerabilidade da triticultura nacional, com risco de eminente retrocesso na produção interna. Pela importância da cadeia produtiva do trigo na economia nacional e especialmente pela sua presença diária na alimentação da população brasileira é fundamental que se atribua ao setor o tratamento diferenciado que se costuma atribuir aos produtos de segurança alimentar, no seu conceito básico, para se evitar no futuro problemas com relação a soberania nacional.

A região Sul apresenta poucas opções de inverno. O trigo tem como culturas complementares a cevada e a aveia. Para se evitar a repetição do binômio trigo/soja, é imprescindível o plantio da aveia. Além da cobertura do solo, serve para forragem em programas de integração lavoura-pecuária.

A área de aveia vem aumentando no Brasil a cada ano e pode chegar a uma produção de mais de 500 mil toneladas em 2006, de acordo com a previsão da Conab.

Tabela 1. Área, produção e produtividade nacional de trigo nas safras 2000/01 a 2006/07

Safra	Área(mil hectares)	Produção(mil toneladas)	Produtividade(kg/ha)
2000/01	1.710,2	1658,4	0.970
2001/02	2.051,6	3194,2	1.557
2002/03	2152.2	2913,9	1.354
2003/04	2.464,2	5.851,3	2.375
2004/05	2.756,3	5.845,9	2.121
2005/06	2.361,8	4.873,1	2.063
2006/07[1]	1.749,9	3.159,2	1.805

Fonte: CONAB (2006)
[1] Previsão

A aveia se adapta melhor em climas frios e úmidos. A variedade conhecida como aveia vermelha é tolerante ao calor e cresce em climas quentes e úmidos. A aveia, como o centeio, tem bom rendimento em solos pobres e desempenha papel importante na rotação de culturas. É cultivada para os propósitos de pastagens, forragem verde, base para o plantio direto na palha e grãos. A produção mundial é distribuída da seguinte maneira: aproximadamente 78%

para alimentação animal, 18% para alimentação humana e os 4% restantes para uso industrial, sementes e exportação. A área plantada com aveia no Brasil na safra de 2005/06 foi de 356,8 mil hectares com produção de 516,5 mil toneladas (Tabela 2).

Tabela 2. Área, produção e produtividade nacional de aveia nas safras 2000/01 a 2005/06

Safra	Área(mil hectares)	Produção(mil toneladas)	Produtividade(kg/ha)
2000/01	248,5	330,7	1.331
2001/02	256,5	284,7	1.110
2002/03	267,2	390,1	1.460
2003/04	299,2	411,0	1.374
2004/05	326,2	433,3	1.328
2005/06(1)	356,8	516,5	1.448

Fonte: CONAB (2006)

A cevada é produzida em escala comercial desde 1930, em resposta à demanda da indústria de malte cervejeiro. A produção brasileira caracteriza-se por ter sido sempre realizada mediante contratos firmados entre as empresas fornecedoras de semente, as quais provêm orientação técnica, e os produtores. Até meados de 1970 a produção contou com pouco ou nenhum apoio oficial. Porém, em 1976, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Auto-Suficiência em Cevada e Malte (PLANACEM), visando substituição do produto importado pelo doméstico. Embora não tenha atingido a meta de auto-suficiência, os incentivos propiciaram a ampliação significativa da capacidade interna de produção de malte e armazenagem, e a intensificação e diversificação de pesquisa, realizada então pela iniciativa privada.

O engajamento da Embrapa Trigo no plano, executando e coordenando esforços de pesquisa, foi fundamental para consolidação e expansão da cevada no país. Os avanços tecnológicos obtidos por meio de cultivares adaptados e de técnicas de manejo adequadas às condições locais de clima e solo, tem sido rapidamente incorporados à produção, através de ações conjuntas dos diferentes segmentos da cadeia produtiva. Graças à integração e à sintonia existente entre os segmentos do agronegócio, a cultura de cevada está em expansão, apresentando competitividade para continuar crescendo de forma sustentada, em tempos de intensa competição por mercados.

O consumo de malte para cerveja no país está estimado em 850 mil toneladas por ano. Caso o país fabricasse este volume, a demanda total por cevada seria de 1,2 milhão de toneladas por ano. A área necessária para a produção deste volume chegaria então a 550 mil hectares. Isto seria atingido facilmente nas atuais regiões produtoras. Nos cerrados do Brasil central há disponibilidade de áreas irrigadas aptas para a cevada, ampliando ainda mais o potencial de oferta nacional. Entretanto, a instabilidade das safras em quantidade e/ou qualidade, o alto custo de produção e a falta de mercado alternativo para a produção fora do padrão indústria, destacam-se entre os obstáculos ao auto-abastecimento. Condições de clima favoráveis à produção de grãos

com qualidade cervejeira definem as concentrações da produção, obtida em regiões de alta luminosidade, baixa umidade relativa do ar e de temperaturas amenas durante as fases de formação, enchimento e maturação dos grãos.

A produção de cevada no país aumentou mais de 40% nos últimos 5 anos. Os Estados do Rio Grande do Sul (50%) e Paraná (40%) produzem 90% da cevada brasileira (Tabela 3).

O Brasil importou em 2005, 146 mil toneladas de cevada cervejeira, sendo que deste total cerca de 90% foi importado da Argentina. Esta quantidade importada representa 40% da cevada produzida no país. Já as importações de malte foram de 650 mil toneladas e custaram ao país quase US$ 200 milhões (Tabelas 4 e 5).

Tabela 3. Área, produção e produtividade nacional de cevada nas safras 2000/01 a 2005/06

Safra	Área(mil hectares)	Produção(mil toneladas)	Produtividade(kg/ha)
2000/01	140,6	283,0	2.013
2001/02	154,1	234,8	1.524
2002/03	112,5	303,7	2.700
2003/04	137,1	367,2	2.678
2004/05	140,0	386,7	2.762
2005/06(1)	142,9	399,4	2.795

Fonte: CONAB (2006)
(1) Preliminar

Tabela 4. Importação de cevada cervejeira nos anos 2000 e 2005 e nos primeiros 7 meses de 2006

Período	US$ FOB	Toneladas
2000	17.422.663	133.717
2005	22.890.211	146.316
jan-jul 2006	14.436.047	96.479

Fonte: Secex (2006)

Tabela 5. Importações de malte não torrado, inteiro e partido nos anos 2000 e 2005 e nos primeiros 7 meses de 2006

Período	US$ FOB	Toneladas
2000	156.067.849	626.491
2005	194.132.480	650.191
jan-jul 2006	119.891.258	415.458

Fonte: Secex (2006)

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Trigo

Medidas de apoio à comercialização

Garantir dotação orçamentária para que o governo apóie a comercialização de safra sempre que o preço estiver abaixo do mínimo, lançando mão dos seguintes instrumentos:

- Aquisição do Governo Federal (AGF);
- Prêmio de Risco Para Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP);
- Contrato de Opção de Venda (COV);
- Prêmio de Escoamento da Produção (PEP);
- Linha Especial de Crédito (LEC);
- Empréstimos do Governo Federal (EGF);
- Remoção dos estoques adquiridos;
- Adquirir o trigo nacional para destinação de seus derivados nos programas sociais do Governo.

Recursos para custeio do trigo

- Reajustar o limite do crédito de custeio respeitando os índices de variação dos custos de produção do trigo brasileiro e respeitando as características de cada região;
- Reduzir as exigências e a burocracia que dificulta o acesso ao crédito por parte dos produtores e cooperativas, armazenadores e indústrias;
- Aumentar a dotação de recursos a juros controlados para o custeio;
- Manter as atuais regras, com custeio alongado.

Criar mecanismos de salvaguardas contra as importações de trigo com subsídios na origem.

- Fixar a Tarifa Externa Comum (TEC) para o trigo e seus derivados para países não membros do Mercado Comum do Sul, de maneira a evitar a concorrência desleal de países que subsidiam na origem;
- Estabelecer cotas de importação do trigo e seus derivados no âmbito do MERCOSUL evitando prejuízos aos produtores brasileiros na época de comercialização da safra nacional;
- Alocar recursos para a produção de sementes;
- Aperfeiçoar os instrumentos de política agrícola referente à produção de sementes, especialmente, as operações de EGF (Empréstimo do Governo Federal), de forma que as fontes de recursos sejam garantidas e que estes estejam disponíveis aos produtores de sementes nas épocas oportunas.

Flexibilizar a legislação de Cabotagem para que seja viabilizado o uso de navios de bandeiras estrangeiras para remoção do trigo para outras regiões brasileiras utilizando o transporte marítimo.

- Criar programa de incentivo ao transporte da produção da Região Sul do país para outras regiões consumidoras de trigo;

- Editar Normativo autorizando, conforme previsto nos incisos I e II do Artigo 9º da Lei n° 9.432, de 08 de janeiro de 1997, a utilização de embarcações com bandeira estrangeira para a navegação de cabotagem para transporte de produtos agrícolas ao longo da costa brasileira;
- Criar programas de apoio às empresas brasileiras auferindo-lhes condições de competitividade por meio de programas de investimento para recuperação e modernização da frota brasileira, antiga e insuficiente, de maneira a reduzir o custo do transporte de cabotagem;
- Conceder incentivos fiscais federais e estaduais para a utilização do modal marítimo de cabotagem.

Qualidade e segregação

- Criar no âmbito do MAPA normas atualizadas para a classificação e para a certificação do trigo, para conferir credibilidade no mercado aos nossos produtos, demonstrando que o Brasil dispõe de metodologia que assegura a sua segregação;
- Alocar mais recursos para institutos de pesquisa, visando o desenvolvimento de novas tecnologias e variedades de trigo, que atendam a demanda nacional em volume e qualidade.

Unificar, no âmbito nacional, o ICMS do trigo e da farinha de trigo

- Estabelecer uma alíquota do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, nas operações interestaduais com trigo e farinha de trigo e unificar procedimentos, prazos e incentivos, evitando, desta forma, a guerra fiscal.

Cevada, Aveia, Triticale e Centeio

- Garantir preço mínimo efetivo e estabilizador de renda para os produtores de cevada, aveia, triticale e centeio;
- Alocar recursos para comercialização da cevada, da aveia, do triticale e do centeio; Alocar recursos para custeio com limite de acordo com o projeto técnico;
- Estabelecer taxa de importação equivalente ao subsídio concedido na origem;
- Instituir o seguro agrícola compatível com a atividade;
- Aumentar os recursos para a pesquisa e promover convênios entre a iniciativa privada e os órgãos oficiais de pesquisa;
- Elaborar uma política de fomento a longo prazo, para que as atividades possam ser melhor planejadas;
- Executar política semelhante à do trigo para a cevada, aveia, triticale e centeio para que as culturas possam ser mais competitivas;
- Fixar o preço da cevada, do triticale e do centeio em 90% do preço mínimo do trigo nacional;
- Fixar o preço da aveia em 85% do preço mínimo do trigo;
- Adequar a política de comercialização e importação da cevada e do malte estabelecendo a Tarifa Externa Comum (TEC) em 6% para a cevada e 10% para o malte;
- Realizar estudo comparativo de incentivos tributários (eliminação da guerra fiscal) entre os estados como forma de unificar a alíquota do ICMS, no comércio de cevada, malte, triticale, aveia e centeio, garantindo competitividade aos produtos em todos os estados produtores.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- Rui Polidoro Pinto – FECOAGRO
- José Maria dos Anjos – MAPA

Colaboração

- Benami Bacaltchuk – Embrapa Trigo
- Flávio Turra – OCEPAR
- Gustavo Bracale – CONAB
- Ivo Carlos Arnt Filho – CNA
- Luiz Carlos Caetano – ABITRIGO
- Tarcisio Minetto – FECOAGRO

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

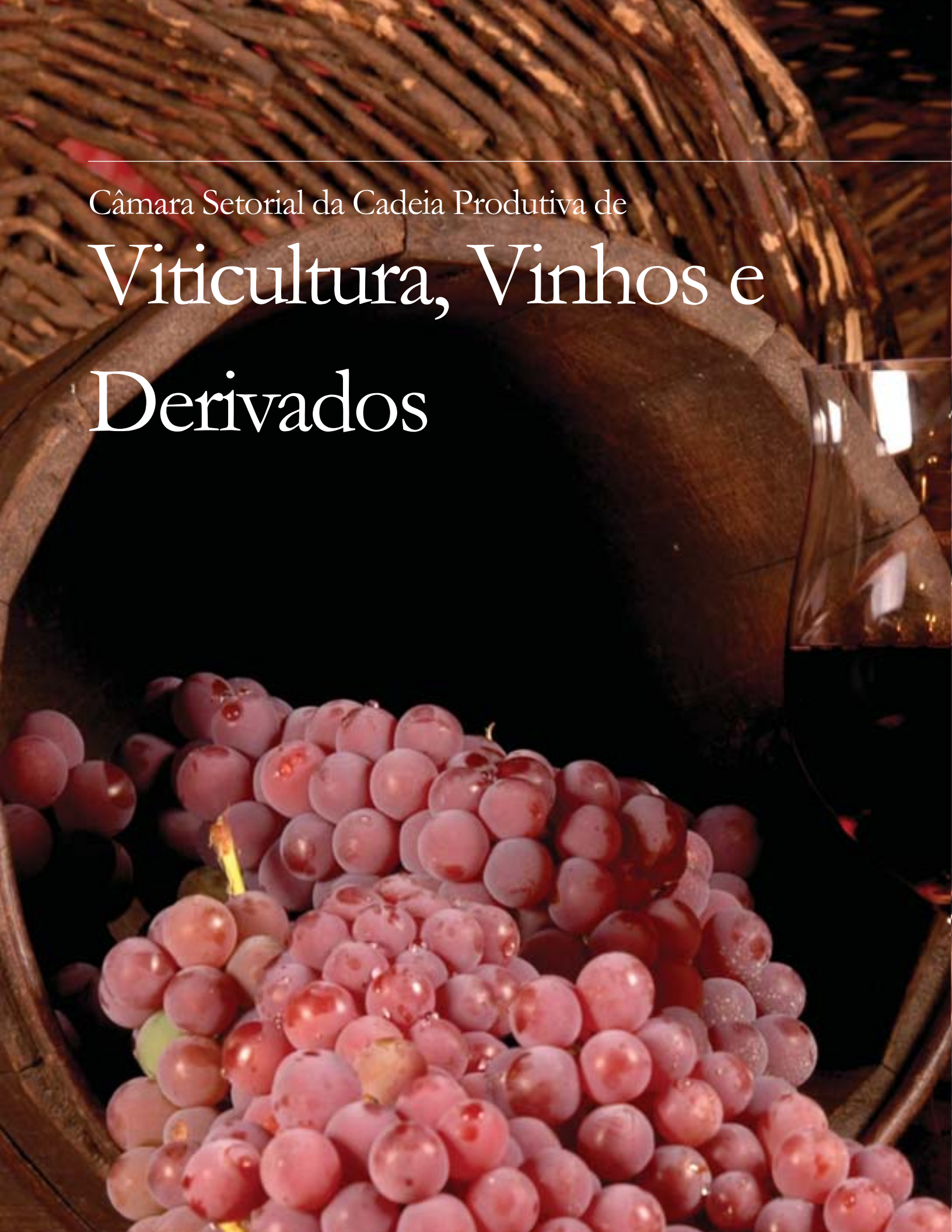
- Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria – ABIP
- Associação Brasileira da Indústria do Trigo – ABITRIGO
- Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias – ABIMA
- Associação Brasileira de Bebidas – ABRABE
- Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS
- Associação Brasileira dos Produtores de Sementes – ABRASEM
- Associação das Empresas Cerealistas do Brasil – ACEBRA
- Associação Nacional das Indústrias de Biscoitos – ANIB
- Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – ANEC
- Banco do Brasil S/A – BB
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

- Federação da Agricultura do Estado de Goiás – FAEG
- Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul – FECOAGRO-RS
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Assessoria de Gestão Estratégica – AGE
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria Executiva – SE
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento Social – MDS
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Organização das Cooperativas do Brasil – OCB
- Sindicato da Indústria do Trigo no Estado de São Paulo – SINDUSTRIGO
- Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja – SINDICERV

Bibliografia Consultada

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **FAO STATISTICAL DATABASE**. Disponível em: http://apps.fao.org/inicio.htm última atualização: março de 2006. Consultado em 10.ago.2006.

SISTEMA DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR (ALICEWEB) – Secretaria de Comércio Exterior (Secex) - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). http://aliceweb.mdic.gov.br. Consultado em 02.out.2006.



Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de

Viticultura, Vinhos e Derivados

Histórico

Francisco de Assis Mesquita Facundo[1]

A instalação da Câmara da Cadeia Produtiva de Viticultura, Vinhos e Derivados ocorreu no dia 11 de agosto de 2003, no Galpão Crioulo do Palácio Piratini, em Porto Alegre, RS, e contou com a presença do então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues e do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto. Houve, por parte da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, a sugestão do nome do representante da Federação das Cooperativas Vinícolas do Rio Grande do Sul – FECOVINHO, Hermes Zaneti, para presidir a Câmara. Com o apoio do plenário, o Ministro confirmou Zaneti como Presidente da Câmara. Na ocasião, o Ministro anunciou também o nome do representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, José Fernando da Silva Protas, como Secretário Executivo da Câmara. No decorrer da reunião houve ainda a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, entre os governos Federal e Estadual, em prol da área da fiscalização de vinhos.

A Câmara conta com a representação de 41 órgãos e entidades, tendo sido criada oficialmente com a edição da Portaria nº 139, de 21 de junho de 2004, e alterada pela Portaria nº 103, de 18 de abril de 2006.

O Presidente da Câmara é também Superintendente da Cooperativa Vinícola Aurora no Rio Grande do Sul. Hermes Zaneti é graduado em Pedagogia do Direito e Ciências Jurídicas e Sociais, Pós-Graduado em Advocacia Empresarial e Mestre em Ciência Política. Já dirigiu importantes entidades ligadas ao agronegócio e a educação, foi Deputado Federal e Constituinte.

O Secretário Executivo é graduado em Ciências Econômicas, com Mestrado em Economia Rural e Doutorado em Desenvolvimento Rural. É pesquisador da Embrapa, onde já ocupou o cargo de Chefe-Geral da Embrapa Uva e Vinho, é autor de uma extensa produção técnico-científica, artística e cultural e é também colaborador do Instituto Brasileiro do Vinho – IBRAVIN.

A organização da cadeia produtiva da uva, vinhos e derivados visa promover a integração e estruturação do setor, com o aproveitamento de todo potencial dentro das diversas entidades. Tem como meta principal dinamizar o setor produtivo, propondo políticas que incentivem a produção nacional, trabalhando para melhorar a imagem do vinho brasileiro no exterior e aumentar a inserção de seus produtos de maneira competitiva nos mercados internacional e nacional. Para tanto, necessário se faz superar grandes desafios como revisar o valor limite de alocação dos recursos tomados na forma de Empréstimo do Governo Federal (EGF), por empresa; implantar o cadastro vitivinícola nacional; promover a renovação estrutural da fiscalização do setor vitivinícola; adequar a legislação brasileira com limite de utilização de ácido sórbico aos parâmetros estipulados no Regulamento Vitivinícola do Mercosul, dentro outros. Além de incrementar as oportunidades de novos investimentos, a sua organização garante a sustentabilidade do setor, agregando valor à cadeia produtiva e beneficiando todos os segmentos sociais envolvidos.

---

[1] Chefe de Divisão da CGAC/ SE /MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Viticultura, Vinhos e Derivados do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

O presente documento, elaborado com vista a contribuir na formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor vitivinícola brasileiro, sintetiza de forma objetiva os resultados obtidos através de mais de dois anos e meio de trabalhos realizados em reuniões ordinárias, Grupos Temáticos Permanentes e Temporários, promoção de seminários e reuniões técnicas, audiências com autoridades entre outras atividades, desenvolvidas no âmbito da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Viticultura, Vinhos e Derivados.

A Agenda de Trabalho aqui apresentada reflete o entendimento das entidades representativas de todos os elos da cadeia produtiva vitivinícola as quais compõem a Câmara Setorial, quanto as principais diretrizes para definição de uma Política Setorial efetivamente focada nas demandas e capaz de superar as deficiências estruturais existentes. Registre-se ainda, a dedicação, o empenho e a responsabilidade com que os membros titulares e demais convidados têm desempenhado suas funções no âmbito das reuniões ordinárias ou nos Grupo Temáticos promovidos pela Câmara Setorial.

Por último, cabe registrarmos o nosso reconhecimento e agradecimento aos membros da Câmara que com dedicação e empenho colaboraram na elaboração do presente documento.

Hermes Zaneti
Presidente da Câmara

Introdução

O setor vitivinícola brasileiro, a despeito das dificuldades impostas pela forte concorrência com produtos (vinhos) importados no mercado interno e, reagindo a este cenário, vêm nos últimos anos, num processo crescente de articulação interinstitucional envolvendo todos os elos da cadeia produtiva nos seus diferentes segmentos (vinhos e espumantes finos, vinhos de mesa, suco de uva e uva de mesa). Exemplo emblemático deste processo foi a elaboração por parte do Instituto Brasileiro do Vinho – IBRAVIN e SEBRAE-RS, no período entre 2004 e 2005, do Programa de Desenvolvimento Estratégico da Vitivinicultura do Rio Grande do Sul, estado maior produtor de uvas e vinho do Brasil. O referido Programa, denominado Visão 2025, por estabelecer diretrizes programáticas de desenvolvimento setorial para um horizonte temporal de 20 anos, encontra-se atualmente em fase de implantação. Ações pró-ativas do setor privado como o exemplo citado do Rio Grande do Sul, embora em dimensão menor, estão sendo desenvolvidas em todos os estados da federação onde a vitivinicultura está estabelecida ou apresenta potencial importância econômica e social. Com base neste esforço de organização setorial, tem se criado, no âmbito da Câmara Setorial implantada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, em agosto de 2003, um ambiente de reflexão, análise, discussão e definição dos grandes temas no sentido da construção de uma política pública capaz de dar ao setor vitivinícola nacional, em todo a sua plenitude, condições objetivas de competitividade e consolidação. Assim, a construção do presente documento está fundamentada e consubstanciada na agenda construída ao longo de quase três anos de existência e atuação ativa da Câmara Setorial. Embora cientes da dinâmica com que se desenvolvem e alteram os cenários do agro-negócio internacional, especialmente em setores produtivos muito pressionados pela concorrência internacional, entende-se que, com base no presente documento, será possível construir um documento oficial que oriente as ações do MAPA relativas às demandas oriundas do setor vitivinícola.

Ambiente Externo e Interno

A agroindústria do vinho nacional, centrada no Sul do país, assumiu historicamente a exclusividade da produção e abastecimento da demanda do mercado interno brasileiro. Segundo o Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul de 2004, a área total de parreirais no estado é de 35.263 ha distribuídos entre 14.438 pequenas propriedades agrícolas, cuja produção foi processada em 2005, por 669 empresas vinícolas de pequeno, médio e grande porte.

Mais recentemente, especialmente a partir da década de 1980, começaram a ocorrer investimentos com a implantação e/ou com a modernização das vinícolas (setor industrial), motivados por um mercado interno com potencial para produtos de melhor qualidade (vinhos finos) e de maior preço. No mesmo período a agroindústria de suco conseguiu se destacar pela qualidade e singularidade do produto elaborado, vindo a conquistar espaço importante no mercado interno e externo de sucos. Porém, o setor de produção vitícola (produção agrícola) não participou desta mudança com a velocidade e objetividade necessários, embora já houvessem tecnologias disponíveis capazes de promoverem melhora significativa da produção. Como conseqüência deste quadro, a qualidade da matéria-

prima nacional (uvas para processamento) tem apresentado potencial enológico inferior ao dos concorrentes, prejudicando sua capacidade competitiva no atual contexto de mercado globalizado.

Relativamente à estrutura produtiva e mercadológica, o setor vinícola brasileiro, concentrado no Estado do Rio Grande do Sul, apresenta uma característica atípica relativamente aos países tradicionais produtores de vinhos e derivados da uva e do vinho, pois enquanto naqueles são admitidos apenas produtos originários de variedades de uvas finas (*Vitis vinifera*), no Brasil, além destes, existem produtos originários de variedades americanas (*Vitis labrusca* e *Vitis bourquina*) e híbridas, que representam mais de 80% do volume total de produção desta cadeia produtiva, o que evidencia a existência de uma dualidade estrutural no setor. O segmento de vinhos finos (vinhos tranqüilos e espumantes), com o processo de abertura da economia brasileira, tem enfrentado uma forte concorrência registrando-se taxas significativas de crescimento das importações de vinhos finos. No período de 2001-2005 a participação dos vinhos importados no mercado brasileiro de vinhos finos passou de 53% para 59% (Tabela 1), sendo que, em 1994 esta mesma participação era de 31,6%.

Por outro lado, fica evidente o espaço conquistado pela Argentina e pelo Chile no mercado brasileiro, em detrimento dos demais países exportadores, em especial dos europeus, já que neste mesmo período o crescimento do mercado brasileiro de vinhos finos foi de apenas 4%. Este quadro revela-se ainda mais preocupante quando confrontado com as estatísticas referentes à comercialização do vinho fino nacional (Tabela 2), verificando-se, no período, uma queda no volume absoluto comercializado de 15,5%, sendo que, quando analisado esta mesma estatística para o período de 1999-2004, esta queda atinge 47%, portanto, a perda de competitividade dos vinhos finos brasileiro no mercado interno, embora com uma inversão de tendência em 2005, tem se mostrado inexorável.

Por outro lado, chama a atenção o significativo incremento verificado na comercialização dos espumantes, sobretudo dos "tipo moscatel" que, no período referido, apresentou um crescimento no volume comercializado de 122,2%. Da mesma forma, o crescimento consistente verificado nos volumes comercializados dos espumantes (Brut e Demi-Sec), que no período foi de 41,3%, também é significativo, podendo ser considerado fato raro, mesmo tratando-se de volumes absolutos relativamente pequenos. Este, parece ser um dos segmento da vitivinicultura nacional com grandes possibilidades de crescimento, pois, além do potencial de expansão do mercado interno, há o reconhecimento internacional quanto à boa relação qualidade/preço dos espumantes brasileiros, fator decisivo para a sua inclusão na pauta de exportação de produtos brasileiros. Entretanto, a despeito dos

Tabela 1. Participação dos vinhos importados e nacionais no mercado brasileiro de vinhos finos de 2001 a 2005 (1.000 litros)

País	2001		2002		2003		2004		2005	
ARGENTINA	2.618.001	3,94%	3.884.432	6,96%	5.863.683	10,37%	11.210.771	17,44%	11.981.135	17,22%
CHILE	5.175.898	7,77%	6.206.675	11,12%	7.971.749	14,11%	11.160.061	17,36%	11.685.418	16,79%
OUTROS	27.397.927	41,19%	16.463.321	29,50%	15.493.907	27,41%	16.786.455	26,18%	17.271.782	24,82%
NACIONAIS	31.327.391	47,10%	29.258.639	52,42%	27.189.888	48,11%	25.121.136	39,00%	28.650.377	41,17%
TOTAL	66.519.217	100,00%	55.813.067	100,00%	56.519.227	100,00%	64.278.423	100,00%	69.588.712	100,00%

Tabela 2. Comercialização de vinhos, espumantes e sucos de uva do Rio Grande do Sul de 2001 a 2005 (1.000 litros)

		2001	2002	2003	2004	2005
Vinhos	Mesa	223.591.164	227.379.872	217.040.188	224.750.461	270.671.067
	Especiais	299.819	270.365	205.270	66.989	285.987
	Viníferas	25.910.072	25.259.850	23.211.221	19.727.449	21.906.759
Total de Vinhos		**255.054.665**	**257.539.419**	**246.303.596**	**250.003.353**	**296.704.627**
Champanhes		4.021.737	3.741.548	4.775.864	4.805.280	5.682.526
Moscatéis		477.531	525.997	594.038	671.874	1.061.092
Total de Espumantes		**4.499.268**	**4.267.545**	**5.369.902**	**5.477.154**	**6.743.618**
Suco de uva Total		**21.574.676**	**19.034.810**	**17.779.377**	**20.778.355**	**30.602.544**

avanços verificados nas exportações dos vinhos brasileiros que cresceram, no período 2003/2005, em volume de 1,4 milhão para 3,6 milhões de litros e, em faturamento, de U$ 772.171 para U$ 2.711.141. O incremento do consumo dos produtos vitivinícolas nacionais e as nossas chances de ingresso no mercado internacional, além dos aspectos promocionais e outros, passa, necessariamente, por um ajuste nas políticas setoriais. Apenas para abordar parte desta questão, vejamos alguns aspectos relativos à política tributária e seu desdobramento na nossa competitividade. Um estudo desenvolvido em 2005, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Estratégico do Rio Grande do Sul – Visão 2025, apresenta a seguinte configuração relativa à tributação incidente sobre a produção de uma garrafa de vinho no Brasil: Vinhos de Mesa: entre 36,5 e 47,2%; Vinhos Finos: entre 37,1 e 47,9% e Vinhos Espumantes: entre 38,1 e 49,2%, do preço ao consumidor. Já na Argentina este valor é de cerca de 21% e no Chile 19%, segundo o mesmo estudo. Com esta carga tributária a onerar os custos de produção, além de outros fatores também de ordem política (cotas com imposto de importação diferenciados para o Chile, isenção de tributação para os países do Mercosul, incentivos via subsídios por parte dos países exportadores, entre outros), criou-se um cenário onde o Brasil perdeu a capacidade competitiva, tanto para vender o produto nacional no exterior quanto para se manter competitivo no próprio mercado interno.

Quanto à estrutura produtiva, a vitivinicultura brasileira apresenta o seguinte perfil:

Viticultura de Clima Temperado

É uma viticultura tradicional, concentrada nos Estados do Sul e do Sudeste, representando cerca de 88% da área de vinhedos e mais de 98% da uva utilizada para processamento (vinhos, sucos e outros derivados) do país. Vários são os sistemas de manejo utilizados, dependendo da região e do tipo de produto objeto da produção. Em sua maioria são usadas cultivares e porta-enxertos convencionais, oriundos de outros países. Entretanto, algumas novas cultivares, criadas no Brasil, estão em fase de expansão.

Campanha e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul

Localizada na "Metade Sul do Estado", é uma região de campo, com topografia ondulada, apta à mecanização, cuja situação geográfica está entre 29°45'23''S/57°05'37''W (município de Uruguaiana) e 31°33'45''S/53°26'15''W

(município de Pinheiro Machado), com altitude variando entre 75m e 420m. A temperatura média na região varia entre 17,6ºC e 20,2ºC, a precipitação pluviométrica média varia entre 1.367mm e 1.444mm, e a umidade relativa do ar, em média, situa-se entre 71% e 76%.

Esta diversidade ambiental oportuniza a produção de uvas que originam vinhos com diferentes características de tipicidade dentro da própria região, de acordo com as condições climáticas específicas de cada local de produção. A região da Campanha, atualmente com aproximadamente 1.500 ha (os números apresentados no Gráfico 1 encontram-se defasados e estão sendo atualizados pelo Cadastro Vitícola), consolidou-se como produtora de vinhos finos na década de 1980 a partir de um Projeto implantado por uma empresa multinacional no município de Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai. Já na Serra do Sudeste, a vitivinicultura veio a ganhar importância econômica mais recentemente a partir de investimentos efetuados por vinícolas localizadas na Serra Gaúcha, onde elaboram os vinhos com as uvas lá produzidas. Em ambos os pólos produtores são cultivadas exclusivamente castas de *Vitis vinifera*, com predominância das uvas tintas "Cabernet Sauvignon", "Merlot", "Tannat", "Cabernet Franc" e "Pinot Noir"; entre as uvas brancas destacam-se "Chardonnay", "Sauvignon Blanc" e "Ugni Blanc" ("Trebbiano"). O principal porta-enxerto utilizado na região é o SO4. Os vinhedos são conduzidos em espaldeira simples, espaçamento de 3,5m x 1,5 a 2,0m, poda em cordão "esporonado" ou "guyot". O período vegetativo começa em setembro, com poda realizada em agosto, e a colheita transcorre em janeiro e fevereiro. A produtividade dos vinhedos na região situa-se entre 8 e 12 t/ha, dependendo da cultivar e da safra.

As uvas produzidas originam principalmente vinhos tranqüilos, embora venha crescendo em importância a produção de uvas das castas "Chardonnay e "Pinot Noir" para a elaboração de espumantes.

Serra Gaúcha

A Serra Gaúcha está localizada no Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, cujas coordenadas geográficas e indicadores climáticos médios são: latitude 29ºS, longitude 51ºW, altitude 600-800m, precipitação 1.700mm, temperatura 17,2ºC e umidade relativa do ar 76%. É a maior região vitícola do país com cerca de 32 mil hectares de vinhedos. Trata-se de uma viticultura de pequenas propriedades, pouco mecanizada devido à topografia acidentada, onde predomina o uso da mão-de-obra familiar. A poda é realizada em julho-agosto e a colheita concentra-se nos meses de janeiro e fevereiro. Mais de 80% da produção da região se origina de cultivares de uvas americanas (*V. labrusca, V. bourquina*) e híbridas interespecíficas, sendo "Isabel", "Bordô" ("Ives"), "Niágara Branca", "Concord" "Niágara Rosada", Jacquez"e "Seibel 1077" as cultivares de maior expressão neste grupo. Referente às castas de *Vitis vinifera*, (5.376 ha) destacam-se as cultivares de uvas brancas "Moscato Branco", "Riesling Itálico", "Chardonnay" e "Trebbiano" ("Ugni Blanc"); entre as tintas as principais são "Cabernet Sauvignon", "Merlot", "Cabernet Franc", "Tannat", "Ancellota" e "Pinotage". São utilizados mais de dez porta-enxertos, predominando o Solferino (seleção local de berlandieri x riparia) e o 1103 Paulsen.

A densidade de plantio situa-se entre 1.600 a 3.300 plantas por hectare e predomina o sistema de condução em latada ou pérgola (horizontal), proporcionando produção de 10 a 30 toneladas/ha, de acordo com a cultivar e as condições climáticas da safra. A maior parte da uva colhida é destinada à elaboração de vinhos, sucos e outros derivados. As uvas de origem americana são utilizadas sobretudo para a elaboração de suco e de vinho de mesa, produtos muito bem aceitos no mercado interno devido a sua tipicidade de sabor e aroma, característicos das uvas labruscas, e preços acessíveis. No que se refere aos vinhos finos, merece destaque a produção de vinhos espumantes de alta qualidade, além dos vinhos tranqüilos, brancos e tintos. Detentora de alta tecnologia

enológica, sobretudo no segmento de vinhos finos, esta região vem crescendo como produtora de vinhos de qualidade. Uma evidência da evolução organizacional da vitivinicultura da região foi a criação da Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos, em 2002, iniciativa que motivou outros grupos de produtores da região a seguirem o mesmo caminho. Dado o adiantado estágio dos estudos desenvolvidos pela Embrapa Uva e Vinho neste sentido, espera-se para os próximos anos o surgimento de mais duas Indicações Geográficas na Serra Gaúcha. Embora com menor expressão econômica, uma pequena porcentagem da produção de uvas, especialmente de uvas americanas, como "Niágara Rosada" e "Isabel", é destinada ao mercado de uvas de mesa.

Vale do Rio do Peixe

Localizada no Estado de Santa Catarina, latitude de 27ºS, longitude 51ºW, altitude 600-800m, esta região apresenta como indicadores climáticos médios 1.800mm de precipitação anual, temperatura 17,1ºC e umidade relativa do ar de 80%. A viticultura ocupa cerca de 1.800 hectares. Apresenta grande similaridade com a Região da Serra Gaúcha quanto à estrutura fundiária, topografia e tipo de exploração vitícola, baseada no uso da mão-de-obra familiar e voltada à produção de uvas, em sua maioria, para processamento agroindustrial (vinhos e sucos). A cultivar "Isabel" ocupa cerca de 75% da área de vinhedos, seguida por outras cultivares de V. labrusca e híbridas interespecíficas como Niágara Branca, Niágara Rosada, Ives e Couderc 13. Predomina o sistema de condução em latada e a densidade de plantio situa-se entre 1.600 a 3.000 plantas por hectare. A região consolidou-se produzindo vinhos de mesa à base de uvas labruscas, destinados ao mercado interno, entretanto é evidente a tendência de um redirecionamento na estrutura produtiva do setor no sentido de aumentar a produção do suco de uva em detrimento do vinho de mesa.

Nesta região, a produção de uvas viníferas não chega a 5% do volume total produzido, entretanto chama a atenção o fato de que os projetos implantados neste sentido são recentes e há a manifesta intenção de produtores tradicionais de vinhos de mesa migrarem para a produção de vinhos finos. Este programa, que podemos considerar de reconversão parcial, tem o apoio da Estação Experimental da Epagri de Videira e deverá promover nos próximos anos, juntamente com o crescimento da produção de suco de uva, uma mudança significativa na estrutura produtiva deste pólo vitivinícola. Entretanto, há que se considerar a acirrada competitividade existente no mercado interno e externo de vinho fino como elemento determinante do ritmo desta mudança.

Leste de São Paulo

Situada a 23ºS47ºW e entre 700 e 900m de altitude, a região leste do Estado de São Paulo apresenta médias anuais de 1.400mm de precipitação, temperatura de 19,5ºC e umidade relativa do ar de 70,6%. É uma região onde a altitude compensa a latitude, condicionando à prática de uma viticultura de clima temperado. O inverno é ameno, porém sujeito à ocorrência de geadas, e com baixa precipitação pluviométrica. O verão é quente e chuvoso, propiciando a incidência de doenças fúngicas como míldio, oídio e podridões do cacho, entre outras. A área de vinhedos é da ordem de 7.250 hectares e a produção vitícola da região está distribuída em três categorias. Destaca-se num primeiro grupo a produção de uva americana para mesa, com predomínio absoluto da "Niágara Rosada". Com uma área de parreirais de cerca de 5.025 ha, este grupo representa cerca de 44% da área cultivada da região.

Os vinhedos são conduzidos em espaldeira simples, numa densidade ao redor de 4.000 plantas/ha, enxertados sobre 106-8 Mgt. ou IAC 766. A produtividade média neste sistema é de 8 a 10 t/ha, sendo a colheita concentrada em dezembro-janeiro. No segundo grupo estão as uvas européias para mesa, representadas pela cultivar "Itália" e suas mutações "Rubi" e "Benitaka" , com

uma área de parreirais de cerca de 2.170 ha, este grupo representa cerca de 34% da área total cultivada na região. Os vinhedos são conduzidos em latada, com 330 a 625 plantas por hectare, enxertadas sobre os porta-enxertos 420A ou IAC 766, sendo a colheita concentrada nos meses de fevereiro e março. A produtividade situa-se em torno de 30 t/ha. Em terceiro lugar estão as uvas destinadas à elaboração de vinho, representando aproximadamente 0,7% do total, todas americanas e híbridas, com destaque para a Seibel 2. Os vinhedos, em geral, são enxertados sobre os porta-enxertos 106-8 Mgt. ou IAC 766; também existem áreas plantadas em pé-franco. O sistema de condução mais utilizado é a espaldeira simples. São fortes os indícios de que a atividade vitícola, voltada à elaboração de vinho na região, tem os dias contados. Tomando como exemplo o município de São Roque, importante pólo vinícola da região, onde estão instaladas 15 vinícolas, estima-se que existam atualmente apenas cerca de 35 ha de parreirais, sendo que cerca de 12 milhões de litros de vinho engarrafado pelas vinícolas da região são importados à granel do Rio Grande do Sul. Estão na origem deste fato a exploração imobiliária, que alavancou os preços das terras na região, o envelhecimento da sua população rural e a existência de uma estrutura de produção de vinho de mesa na Serra Gaúcha voltada à abastecer os engarrafadores do centro do país com preços competitivos.

Sul de Minas Gerais

Este pólo situa-se a 21ºS40ºW e altitude em torno de 1.150m. O clima da região caracteriza-se por uma média de precipitação pluviométrica de 1.500mm, temperatura média anual de 19ºC e umidade relativa do ar de 75%. É uma região tradicional no cultivo de uvas de origem americana (*Vitis labrusca* e *Vitis bourquina*), com área de produção estabilizada em torno de 350ha. As principais cultivares utilizadas são "Bordô" (localmente também conhecida por Folha de Figo), "Jacquez", "Ives", "Niágara Rosada" e "Niágara Branca". Aqui a latitude é compensada pela altitude, praticando-se uma viticultura de clima temperado, com poda em julho e agosto e colheita em dezembro e janeiro. O perfil do viticultor da região é de agricultura familiar e tradicional. Os parreirais são conduzidos no sistema de espaldeiras e grande parte implantado em sistema de pé franco (sem o uso de porta-enxerto), nestas condições, a produtividade média da região gira em torno de 8 toneladas de uva por ha. Mais recentemente, tem havido a implantação de novas área de vinhedos com base em tecnologia melhorada, com maiores cuidados no aspecto sanitário do material a ser utilizado e com o uso de porta-enxertos, entretanto na maioria dos casos são investimentos com base na cultivar Niágara Rosada cuja produção é destinada ao consumo *in natura*, embora hajam diversas ações de pesquisa e desenvolvimento lideradas pela EPAMIG/Estação Experimental de Caldas no sentido de introduzir novas variedades para a produção de vinho de mesa (Moscato Embrapa) e fazer seleção clonal das cultivares já tradicionais (Bordô), os investimentos na produção deste tipo de uva são insignificantes.

Quanto à produção de vinho na região, que em sua grande maioria (95%) são vinhos de mesa, estima-se que cerca de 2,4 mil toneladas das uvas processadas anualmente sejam as produzidas na região às quais se somam mais 2 mil toneladas de uvas (principalmente Bordô e Isabel), que são adquiridas no Rio Grande do Sul. Portanto, o volume de vinho processado no pólo é de cerca de 3 milhões de litros, sendo a este volume adicionados mais cerca de 700 mil litros de vinho importado à granel também do Rio Grande do Sul. Embora haja uma manifesta vontade de técnicos e produtores de tornar a região auto-suficiente na produção de uvas e de vinhos, cuja defasagem hoje é de cerca de 150 ha de parreirais, o certo é que o processo de renovação dos parreirais antigos e investimentos em novas áreas de produção de uvas se dão de forma muito lenta e, por enquanto, sem maiores incentivos governamentais.

Uma característica marcante na região é a grande proliferação de pequenas cantinas produtoras de vinhos artesanais, que produzem,

individualmente, volumes de vinhos que variam de um a cinco mil litros que são comercializados localmente. Relativamente a estrutura tecnológica para produção de vinhos, apenas três cantinas locais apresentam bom nível, as demais ainda utilizam-se de processos artesanais tecnologicamente defasados. Embora a vitivinicultura do pólo de Caldas e Andradas seja focado na produção de vinhos de mesa e suco de uva, existem ações de empresários e da própria Empresa de Pesquisa e Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – EPAMIG, no sentido de incentivar a produção de uvas viníferas, não tanto no pólo em questão, que apresenta problemas com altos índices pluviométricos no verão, mas principalmente em regiões mais secas como no Cerrado Mineiro. Entretanto, há vinícolas na região que adquirem uvas viníferas no Rio Grande do Sul com as quais elaboram, localmente, vinhos finos, as quais, mais recentemente, têm realizado investimentos na implantação de parreirais com cultivares viníferas. Relativo às ações de mercado, verifica-se na região, principalmente por parte das principais vinícolas, um forte foco em ações de enoturismo, embora neste caso, diferentemente do pólo de São Roque, às ações não tenham um apoio direto dos governos municipais e estadual.

Não menos importante na estrutura produtiva da cadeia vitivinícola é o segmento de uvas de mesa, voltado ao abastecimento do mercado do consumo *in natura*. Concentrado, sobretudo, em pólos vitícolas localizadas em regiões tropicais e, apesar de relativamente recente, esta viticultura alcançou significativa evolução tecnológica no Brasil. Da produção inicial de uva "Itália", praticamente única alternativa até a década de 1990, a viticultura tropical brasileira ingressou no século XXI com tecnologia para a produção de "Niágara Rosada", antes restrita ao sul do país, com tecnologia para a produção de uvas finas (*Vitis vinifera*) para a elaboração de vinhos de alta qualidade em regiões tropicais, com tecnologia para a produção de uvas labruscas de alta qualidade, próprias para a elaboração de suco sob condições tropicais. Com base em novas cultivares e porta-enxertos, criados pelos programas brasileiros de pesquisa em viticultura, especificamente para o ambiente tropical e técnicas de manejo finamente ajustadas, viabilizaram-se e consolidaram-se as regiões abaixo descritas, ao mesmo tempo em que se criaram fortes perspectivas de surgimento de novos pólos de produção vitícola nos trópicos do Brasil.

Noroeste de São Paulo

A área de vinhedos está em torno de 900 ha, com predomínio absoluto de uvas de mesa. A principal cultivar é a "Itália", seguida por suas mutações "Rubi" e "Benitaka", entre as uvas finas (*Vitis vinifera*). A "Niágara Rosada" (*Vitis labrusca*), antes ausente nos vinhedos da região, vem crescendo em área cultivada a partir do ano de 2000, estimando-se que atualmente existam cerca de 250 ha desta cultivar em produção na região. Esta região que tem como município pólo Jales, está localizada a 20ºS, 50ºW e altitude variando de 450 a 550 metros.

Norte de Minas Gerais

Este pólo produtor localizado no município de Pirapora, está às margens do Rio São Francisco, a 17ºS, 44ºW e a uma altitude média de 470m. A área de vinhedos é de cerca de 500 ha, com produção totalmente voltada para o mercado de uva de mesa. A base da produção ainda é a uva "Itália"e suas mutações "Rubi", "Benitaka" e "Brasil". Entretanto, vem crescendo o cultivo da "Niágara Rosada" e de cultivares de uvas sem sementes, principalmente cultivares brasileiras (BRS Clara, BRS Morena e BRS Linda).

Vale do Sub-médio São Francisco

Está situado no trópico semi-árido brasileiro, em latitude 9ºS, longitude 40ºW e altitude ao redor de 350 m. É a principal região vitivinícola tropical

brasileira, com cerca de 10.000 hectares de vinhedos, distribuídos nos Estados de Pernambuco e Bahia. Cerca de 95% da área plantada com vinhedos é para a produção de uvas de mesa objetivando não só o abastecimento do mercado interno como, principalmente, a exportação. A uva "Itália", embora ainda cultivada em grande escala, principalmente pelos pequenos produtores, vem cedendo espaço para as uvas sem sementes, mais valorizadas no mercado internacional. Embora com importância secundária, a viticultura voltada à produção de vinhos concentra-se no cultivo de castas de *Vitis vinifera*, com destaque para as cultivares Syrah, Cabernet Sauvignon e Ruby Cabernet, entre as tintas, e Moscato Canelli e Chenin Blanc, entre as brancas. Atualmente estima-se a existência de uma área de 500 ha de parreirais com estas cultivares que dão origem a, aproximadamente, 6 milhões de litros de vinho/ano, sendo 80% vinho tinto e 20% branco. Iniciativas recentes, a partir de 2004, buscam também o desenvolvimento da viticultura para a produção de suco de uva, utilizando novas cultivares de *Vitis labrusca* desenvolvidas para as condições tropicais do Brasil.

Embora, comparativamente aos países tradicionais produtores de uva e vinho, o Brasil ainda apresente uma estrutura produtiva relativamente pequena, tanto em área de parreirais quanto em volume de produto processado, o fato é que nos últimos anos tem se verificado o surgimento de diversos novos pólos de produção vitivinícola, nas mais diferentes regiões do país. Se por um lado, este fato pode ser encarado como positivo, na medida que o setor ganha em importância econômica e social, por outro, certamente representa um acréscimo de tarefas e desafios no sentido da reestruturação via o estabelecimento de uma política de desenvolvimento setorial sintonizada com a realidade e as necessidades da vitivinicultura brasileira.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Revisão das políticas tributárias estaduais e federal incidentes sobre os produtos da cadeia vitivinícola no sentido de harmonizá-las com aquelas dos países concorrentes;

Análise das barreiras à competitividade setorial no sentido de subsidiar sensibilizar os negociadores brasileiros para que incluam em suas pautas os produtos vitivinícolas, com vista à eliminação das barreiras às exportações, ampliando o acesso aos mercados e eliminação de subsídios e outros tratamentos diferenciados às exportações de terceiros países;

Criação de mecanismos que mobilize os demais estados produtores de uva, vinho e derivados a fazerem parte do Instituto Brasileiro do vinho – IBRAVIN, hoje restrito ao estado do Rio Grande do Sul;

Adequar as linhas de créditos específicos para investimentos na implantação de parreirais com base em novas tecnologias de modo a adequar a qualidade da matéria-prima (uva) às exigências qualitativas impostas pela alta concorrência mercadológica;

Incluir o setor vitivinícola nos Programa Nacionais de incentivo à investimentos, como MODERINFRA do BNDES/MAPA, de modo a viabilizar a modernização, via adequação tecnológica das empresas vinícolas;

Garantir recursos de PRONAF para linha de crédito de custeio para os viticultores enquadrados conceitualmente como agricultores familiares;

Priorizar recursos dos Fundos Setoriais para as atividade de desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Assistência Técnica voltados à vitivinicultura brasileira;

Estabelecer cotas de importação de vinho e derivados no âmbito do Mercosul, bem como revisar os acordos de diferenciação tributária para a importação de vinho do Chile;

Implementar, no âmbito do setor vitivinícola, o mecanismo "Prêmio para Escoamento de Produto" (PEP) e dar continuidade as intervenções por meio de aquisições do Governo Federal (AGF) e Linhas Especiais de Crédito (LEC);

Incentivar a inclusão do suco de uva na merenda escolar e na dieta das forças armadas;

Desenvolver ações promocionais e de divulgação da uva, do vinho e seus derivados no exterior, identificando novos mercados emergentes e estratégias mais eficazes;

Estruturar os órgãos do MAPA relacionados com análise de risco, emissão de certificado fitosanitário e responsáveis pela fiscalização de exportações e importações para que sejam dotados de recursos humanos e materiais adequados para agilizar e desburocratizar os procedimentos administrativos;

Monitorar e exigir que as regulamentações sobre genuinidade, qualidade, embalagem, rotulagem e segurança alimentar da uva, do vinho e seus derivados sejam efetivamente cumpridas em todo o território nacional;

Criar mecanismos que evitem a inclusão do vinho nas campanhas anti-alcoolismo;

Estimular a criação de mecanismos de certificação formal ou auto-certificação da qualidade, da identidade (geográfica e artesanal) e do processo de produção (certificação social) da uva, do vinho e seus derivados.

Políticas Públicas

Revisar quanto à incidência dos recursos tomados na forma de Empréstimo do Governo Federal (EGF), no limite de crédito de cada empresa vinícola tomadora junto às instituições bancárias, em especial do Banco do Brasil S/A, já que, como desdobramento deste fato, verifica-se um grande desistímulo das empresas em tomar recursos na forma de EGF para financiar o pagamento da safra, pois este financiamento acaba por comprometer a sua capacidade de tomar os créditos necessários às suas operações de rotina;

Implantar os Cadastros Vitícola e Vinícola em nível nacional, a exemplo do que já existe no Rio Grande do Sul, onde as ações são desenvolvidas por meio de convênio com a Embrapa Uva e Vinho e com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento – SAA/RS. Esta demanda ganha maior relevância por trata-se da estruturação de um importante instrumento de controle da produção vitivinícola e de referência para a implantação das ações de fiscalização estabelecidas no Termo de Cooperação Técnica assinado entre o MAPA e as instituições representativas do setor, bem como, para a definição e implementação de políticas de desenvolvimento setorial;

Desencadear, por meio da CGVB/DIPOV/DAS/MAPA, um processo de renovação estrutural da fiscalização do setor vitivinícola, com especial ênfase no credenciamento de laboratórios para a realização de análises e emissão de laudos oficiais;

Adequar na legislação brasileira o limite de utilização de ácido sórbico aos parâmetros estipulados no Regulamento Vitivinícola do Mercosul. Atualmente esta questão é regulamentada, no âmbito da legislação brasileira, pela Resolução nº 04, de 24 de novembro de 1988, do Ministério da Saúde, hoje a cargo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que estabelece como limite de utilização de ácido sórbico como conservador, o valor de 200 mg/L. Contudo, este limite, no regulamento

Vitivinícola do Mercosul, está estabelecido em 250 mg/L;

Viabilizar, junto a Secretaria da Receita Federal – SRF/MF, a utilização do Selo Fiscal para bebidas enquadradas na TIPI sob o número 2206, acima de 7% v/v de álcool. Entre os aspectos positivos de tal medida destaca-se: a) o maior controle sobre os produtos contrabandeados, b) maior controle fiscal e, conseqüentemente, maior arrecadação por parte do governo e, c) maior formalidade fiscal por parte dos produtores;

Revisar a TIPI do produto "Vinhos Licorosos" nacional, com vista à reclassificação da posição 2204.29.00 (Ex: Vinhos da Madeira, do Porto e de Xerez, com tributação de 40% , para a classificação na posição 2204.29.00 – Outros, com tributação de 10%.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Hermes Zaneti – FECOVINHO
José Fernando da Silva Protas – Embrapa Uva e Vinho
Carlos Raimundo Paviani – IBRAVIN

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA
- Associação Brasileira de Fornecedores de Insumos, Equipamentos e Serviços para a Indústria Vitivinicultura – ABRAFIV
- Associação Brasileira de Bebidas – ABRABE
- Associação Brasileira de Enologia – ABE
- Associação Brasileira de Exportadores e Importadores de Alimentos e Bebidas – ABBA
- Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS
- Associação de Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco – VALEXPORT
- Associação Gaúcha de Vinicultores – AGAVI
- Associação Nacional das Indústrias de Vinagre – ANAV
- Associação Nacional dos Engarrafadores de Vinho – ANEV
- Banco do Brasil S/A – BB
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal – CRA
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Comissão Interestadual da Uva – CIU
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba –

CODEVASF
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG

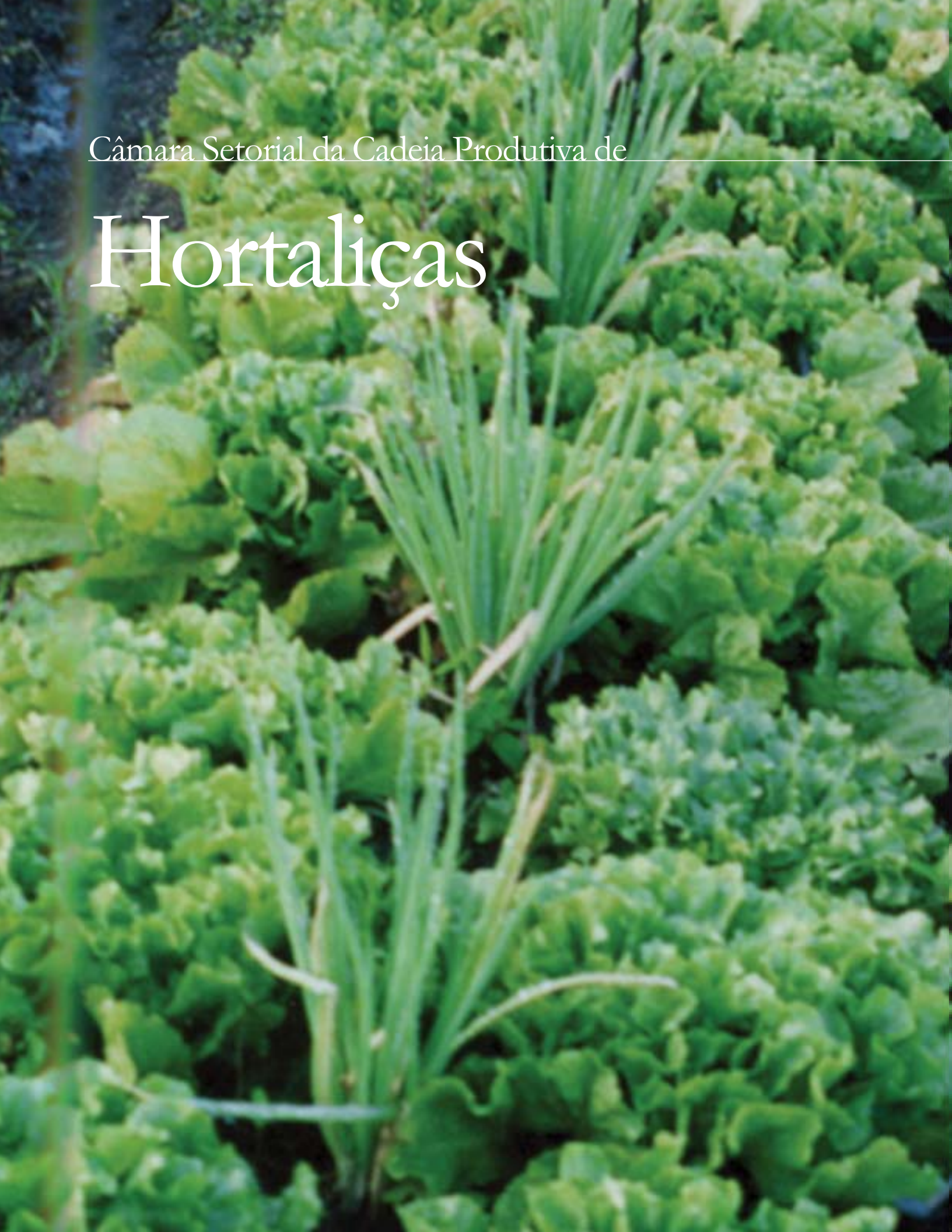
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Federação das Cooperativas Vinícolas – FECOVINHO
- Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
- Instituto Brasileiro de Frutas – IBRAF
- Instituto Brasileiro do Vinho – IBRAVIN
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
    - Assessoria de Gestão Estratégica – AGE
    - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
    - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
    - Secretaria Executiva – SE
    - Secretaria de Política Agrícola – SPA
    - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Secretaria da Receita Federal – SRF
- Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul – SEBRAE/RS
- Sindicato daS Indústrias de Vinho de Videira – SINDIVINHO/SC
- Sindicato das Indústrias do Vinho de Jundiaí – SINDIVINHOS
- Sindicato das Indústrias do Vinho do Rio Grande do Sul – SINDIVINHO
- União Brasileira de Vitivinicultura – UVIBRA

Bibliografia Consultada

MELLO, L. M. R. **Produção e comercialização de uvas e vinhos - Panorama 2004** . Disponível em: http://www.cnpuv.embrapa.br. Acesso em: 10.jan.2006.

MELLO, L. M. R. de. (Ed.). **Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul 2001-2004**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2005. 1 CD-ROM. 8.

PROTAS, L.F. da S. **Programa de desenvolvimento estratégico da Vitivinicultura do Rio Grande do Sul – Visão 2025**. Disponível em: http://www.ibravin.org.br. Acesso em: 10.jan.2006.



Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de

Hortaliças

Histórico

Saulo Gonzáles[1]

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças foi instalada em 23 de setembro de 2003 na Sala Antonio Casacia do Hotel Serrano, em Gramado, RS. Na oportunidade, o Ministro Interino da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, José Amauri Dimárzio indicou para a Presidência da Câmara o representante da Associação Brasileira de Sementes e Mudas – Abrasem, Célio Rogério do Nascimento Espíndola e como Secretário Executivo o representante da Embrapa, Henoque Ribeiro da Silva, indicações que foram referendadas na primeira reunião ordinária da Câmara.

Em reunião da Câmara realizada em 23 de junho de 2006 foi indicado para substituir a Presidência, Marcio Nascimento, representante da Associação Brasileira dos Obtentores Vegetais – BRASPOV. Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", atua na área de sementes desde 1976. Desenvolveu sua carreira na iniciativa privada, onde ocupou várias posições na área comercial. Ocupou posições ligadas ao mercado externo, tendo sido, de 1990 a 1995, responsável pelas atividades de vendas e marketing da empresa Seminis no Brasil, Chile, Uruguai e Argentina. Atualmente é Gerente de Marketing desta. Foi, por muitos anos, membro da diretoria e depois Presidente da Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Tesoureiro da Associação Paulista de Produtores de Sementes. Tem se empenhado constantemente para que o setor de hortifruti passe a ter um maior espaço na atividade agrícola do país, identificando como oportunidade de desenvolvimento uma evolução do nível de gestão neste setor.

O Secretário-Executivo é engenheiro agrônomo, pós-doutorado em engenharia da irrigação, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária desde 1983, atuando hoje como Chefe de Pesquisa e Desenvolvimento na Embrapa Hortaliças.

A Câmara foi oficialmente criada pela Portaria/MAPA nº 177, publicada no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2004. Posteriormente teve retificados seus integrantes pela Portaria/MAPA nº 7, publicada no DOU de 9 de janeiro de 2006. Atualmente constituída por 33 integrantes, representantes de órgãos públicos e entidades privadas dos diversos segmentos ligados ao setor, tem trabalhado na identificação das principais demandas do setor.

Dentre os principais assuntos da pauta de discussões da Câmara está o registro de agrotóxicos para culturas com suporte fitossanitário insuficiente; a estruturação do MAPA na fiscalização de sementes e mudas nos estados e em seus laboratórios; a participação da Câmara na elaboração das normas e padrões de mudas de hortaliças conduzido pela Comissão de Sementes e Mudas do MAPA e as Análises de Risco de Pragas realizadas pelo MAPA quando da importação de plantas e suas partes.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças por intermédio de lideranças do setor olerícola e representantes dos órgãos públicos e entidades oficiais e privadas de apoio à horticultura elaboraram o presente documento, ora publicamente divulgado como a Agenda de Discussão da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças.

O documento aborda os ambientes externos e internos, no que tange a sua importância social e econômica para o agronegócio e dispõe sobre sua inserção no mercado interno e externo, apresentando dados estatísticos do setor.

Apresenta propostas para a formulação de políticas públicas e privadas, gerais para a horticultura, considerando todos os fatores interferentes direta e indiretamente no setor.

Em síntese, a mensagem da horticultura é que o setor tem capacidade de elaborar estratégias, mobilizar empresas e instituições e contribuir para o crescimento sustentado do meio rural brasileiro e continuando a gerar emprego e renda com redução da pobreza e da desigualdade social desde que devidamente apoiado.

Marcio Nascimento
Presidente da Câmara

Introdução

A horticultura brasileira é um dos principais setores do agronegócio capaz de gerar empregos e desenvolvimento regional. Uma política agrícola específica para o setor também poderia torná-lo o principal gerador de renda ao produtor de pequena escala devido ao elevado valor agregado por hectare e por se tratar de uma cultura intensiva em insumos e mão-de-obra.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o valor da produção de hortaliças nacional é atualmente estimado em torno de R$ 7 bilhões em uma área em torno de 650 mil hectares[2] do qual emprega 1 milhão de pessoas. Isso significa que para cada hectare cultivado com hortaliças tem-se uma receita média de R$ 10,8 mil por hectare ao setor. No entanto, a instabilidade na renda e a redução às margens de comercialização (aumento dos custos de produção) são os principais gargalos do setor produtivo que há uma década não cresce em área e provoca a exclusão anual de milhares de produtores. Sendo o financiamento público deficitário, a sazonalidade de oferta e suas características de perecibilidade (o que dificulta o armazenamento do produto para estabilizar os preços) causam uma elevada volatilidade nos preços e, conseqüentemente, na renda do produtor.

Outra barreira para ampliar a renda do setor produtivo é sua falta de organização do setor, devido ao elevado número de produtores distribuídos de forma pulverizada pelo país e ao grande número de espécies que compõem o setor hortícola, dificultando uma convergência de interesses e do estabelecimento de metas para impulsionar o crescimento do setor.

Dentro desse contexto, a formação de uma Câmara Setorial que possibilite convergência de interesses e articulação de demandas é essencial para a sustentabilidade e crescimento da cadeia produtiva de hortaliças.

Ambiente Externo e Interno

No Brasil, a produção de hortaliças evoluiu mais acentuadamente a partir da década de 1940, durante a 2ª Guerra Mundial. Naquela época, existiam apenas pequenas explorações diversificadas, localizadas nos chamados "cinturões verdes", localizados nos arredores das grandes cidades, com tendência de deslocamento em direção ao meio rural, estabelecendo-se em áreas maiores e mais especializadas. Essa interiorização certamente deveu-se ao fato de alguns produtores buscarem melhores condições agroecológicas ou mesmo de ordem econômica. A partir de então, a olericultura nacional evoluiu de pequenas "hortas" para uma exploração comercial com características bem definidas.

A partir da década de 1950, instituições de pesquisa e ensino passaram a apoiar a olericultura, surgindo uma retaguarda técnico-científica composta por professores, pesquisadores e extensionistas. O efetivo empenho do governo federal na implantação e funcionamento das Centrais de Abastecimento (CEASA's), ao longo da década de 1970, também foi decisivo,

[2] Batata e tomate são as hortaliças de maior importância econômica. Mas, há dezenas de outras hortaliças que integram a olericultura, as mais relevantes são: abobrinha, açafrão, acelga, agrião, aipo (salsão), alcachofra, alface, alho, almeirão, aspargo, mandioquinha-salsa, berinjela, beterraba, brócolis, bucha, caruru, cebola, cebolinha, cenoura, chicória, chuchu, coentro, cogumelos comestíveis, couve, couve-flor, erva-doce, ervilha, espinafre, gengibre, hortelã, jiló, manjerona, maxixe, mostarda, nabo, pepino, pimenta, pimentão, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, salsa e (feijão vagem), entre outras.

racionalizando a comercialização, beneficiando a produção e a oferta de produtos de melhor qualidade.

A década de 1980 é considerada decisiva para a olericultura brasileira, especialmente graças às atividades da pesquisa oficial, com a recomendação e lançamento de cultivares de hortaliças adaptadas às mais diversas condições climáticas do território nacional. Na última década, acentuou-se a implantação dos sistemas de cultivo protegido em estufas e hidroponia.

A característica mais marcante da olericultura é o fato de ser uma atividade agroeconômica altamente intensiva em seus mais variados aspectos, em contraste com outras atividades agrícolas extensivas. Sua exploração econômica exige alto investimento na área trabalhada, em termos físicos e econômicos. Em contrapartida, possibilita a obtenção de elevada produção física e de alto rendimento bruto e líquido por hectare cultivado e por hectare/ano. Outras características importantes nos empreendimentos olerícolas são a intensa utilização de tecnologias modernas, em constante mudança, e o reduzido tamanho da área ocupada, porém, intensivamente utilizada, tanto no espaço quanto no tempo. Há de se considerar a olericultura como sendo uma atividade econômica de alto risco para o produtor rural, em virtude da maior ocorrência de problemas fitossanitários, maior sensibilidade às condições climáticas e instabilidade de preços praticados na comercialização.

O sistema de exploração de olerícolas é extremamente especializado e exigente em qualidade, principalmente quanto ao aspecto comercial, e vem se tornando dominante no Brasil onde os produtores estão reduzindo o número de culturas trabalhadas e intensificando os cultivos durante todo o ano, em sistema de plantio seqüencial, o que pode ocasionar o agravamento de problemas fitossanitários. A diversidade climática brasileira permite o cultivo de cerca de sessenta espécies de hortaliças, a maioria de forma competitiva e com possibilidades de exportação.

A produção mundial de hortaliças ocupa uma área em torno de 89 milhões de hectares, com uma produção total de 1,4 bilhão de toneladas, com destaque para a cultura da batata, com produção de, aproximadamente, 308 milhões de toneladas.

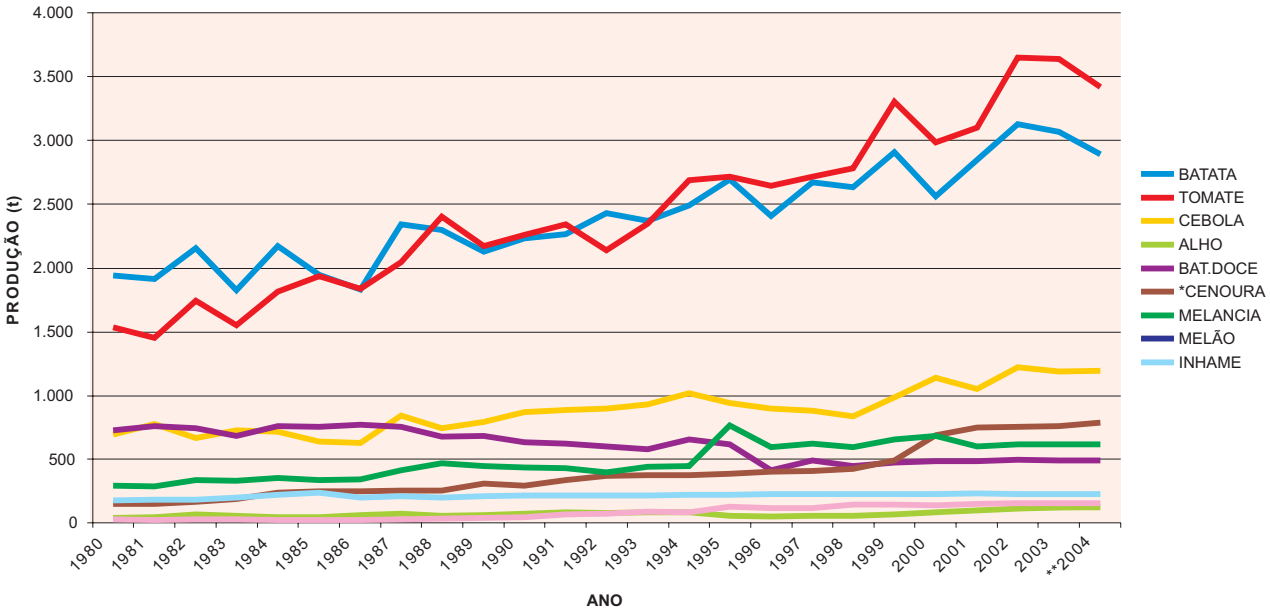
A produção nacional de hortaliças, no período de 1980 a 2004 (Figura 1), teve um incremento de 122% no total produzido, com destaque para as culturas de tomate, batata, cenoura e cebola, demonstrando a potencialidade do mercado consumidor para esses produtos. Entretanto, observa-se decréscimo nas áreas cultivadas com as culturas da batata-doce, batata e cebola, num total de 79 mil hectares, compensados com o plantio de 77 mil hectares de outras olerícolas (Figura 2), observando-se sensível incremento da produtividade da maioria das hortaliças cultivadas no Brasil (Figura 3).

Um dos maiores problemas da cadeia produtiva das hortaliças está nas perdas pós-colheita e nos desperdícios dos alimentos, que começam na colheita do produto indo até os consumidores intermediários e finais. Estudos realizados revelam que no Brasil os níveis médios de perdas são de 35 a 40%, enquanto em outros países, como nos Estados Unidos, não passam de 10% (VILELA *et. al.*, 2003).

O agronegócio brasileiro movimentou, em 2005, R$ 537,63 bilhões, respondendo por aproximadamente 27,9% do PIB (Produto Interno Bruto), no valor total de R$ 1,9 bilhão. O PIB das hortaliças, com maior peso para derivados de tomate, batata, cebola, melão e melancia, foi estimado em R$ 15,9 bilhões, ou seja, US$ 5,4 bilhões, que corresponderam a 3,0% do valor total do agronegócio.

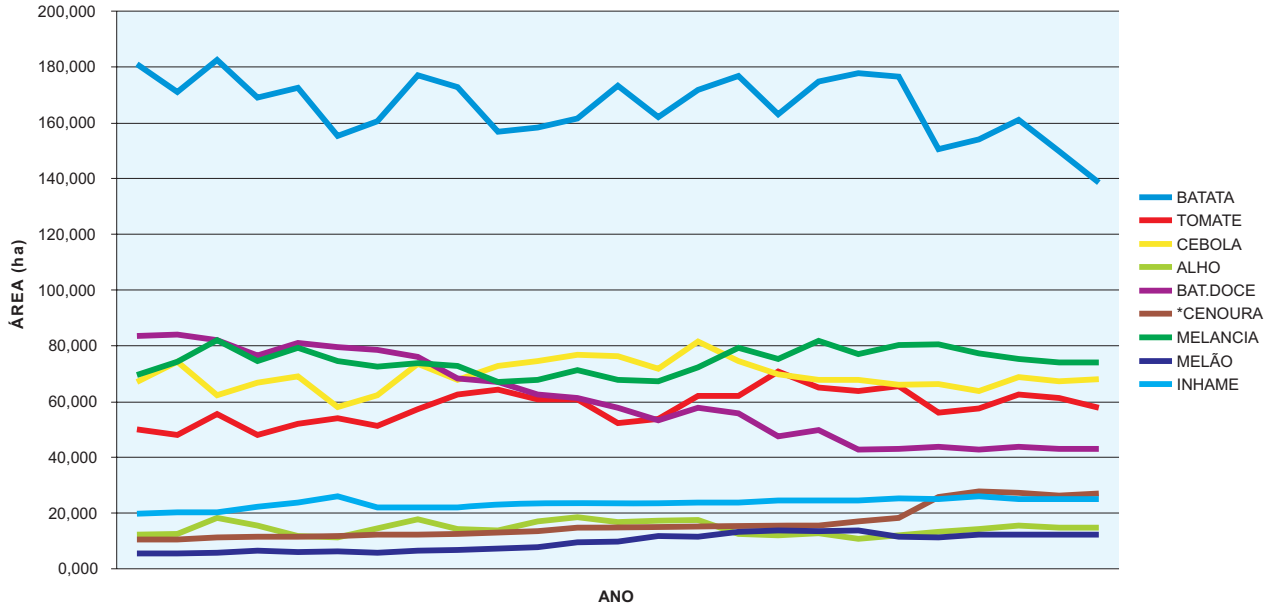
Atualmente, a olericultura é realizada por micro, pequenas, médias e grandes propriedades, localizadas tanto no interior, quanto nas

Figura 1. Evolução da produção de hortaliças no Brasil, no período de 1980 a 2004



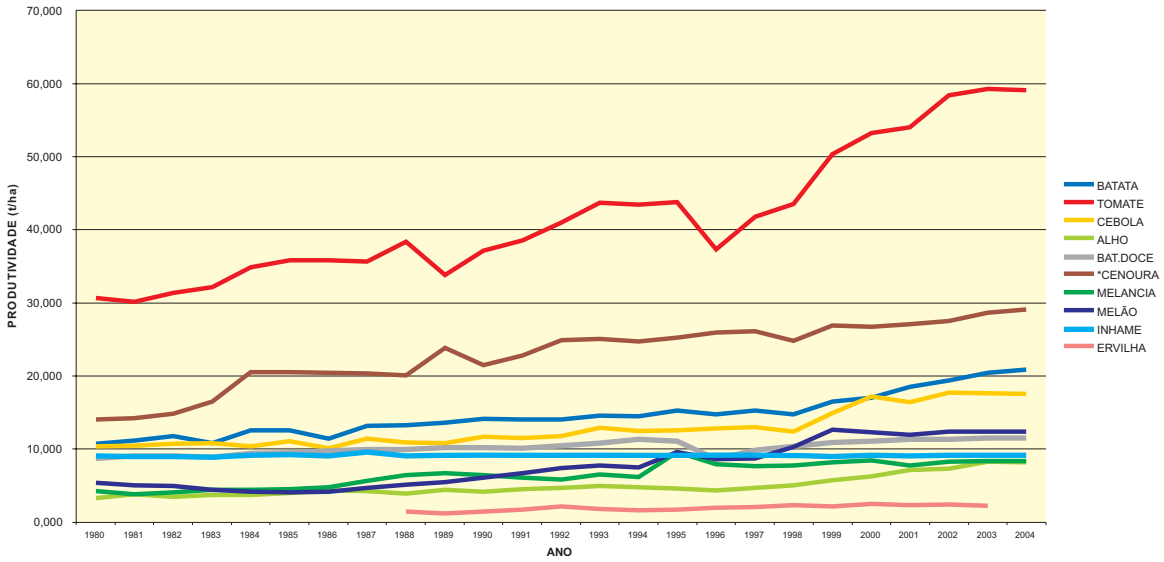
Fonte: Embrapa (2006)

Figura 2. Evolução da área colhida de hortaliças no Brasil, no período de 1980 a 2004



Fonte: Embrapa (2006)

Figura 3. Evolução da produtividade de hortaliças no Brasil, no período de 1980 a 2004



Fonte: Embrapa (2006)

proximidades dos grandes centros urbanos. Com base nas informações do censo agropecuário (IBGE, 2002), no aspecto de segmentação dos produtores, estima-se que, em média, 60% estão concentrados nos extratos de menos de 10 hectares, com explorações típicas de agricultura familiar.

Geradoras de lucros maiores por hectare, quando comparada com outras culturas, como as dos grãos, hortaliças em sistemas de produção em campo aberto, exigem investimento médio inicial de US$ 1 mil a US$ 5 mil por hectare.

Apesar das variações cíclicas e sazonais das hortaliças, os negócios com essas culturas vêm sendo bastante atrativos. Em condições normais de mercado, estima-se que as hortaliças geram renda entre US$ 2 mil e US$ 20 mil por hectare (campo aberto). Desta forma, os lucros obtidos dependem do valor agregado do produto e da conjuntura de mercado. Além disso, a maior rentabilidade da cultura é, fundamentalmente, condicionada ao alto nível tecnológico, incluindo, de maneira específica, cultivares/híbridos mais produtivos e manejo adequado da cultura.

As hortaliças são culturas exigentes em mão-de-obra, desde a semeadura até a comercialização. Por isso podem gerar um grande número de empregos na região. Estima-se que cada hectare de hortaliças gera, em média, entre 3 e 6 empregos diretos e um número idêntico de empregos indiretos. Na cadeia produtiva, estima-se que são mais de 2,4 milhões de empregos criados. À montante do setor produtivo, a olericultura movimenta as indústrias paralelas de insumos, embalagens, máquinas agrícolas e equipamentos de irrigação (SAASP, 1997).

Bastante dinâmico, o mercado de hortaliças é altamente influenciado pela preferência dos consumidores, que têm redirecionado a produção. Nota-se nos últimos anos uma forte demanda por produtos diferenciados (tamanho, cor), não necessariamente associados a espécies desconhecidas. Além dos tradicionais produtos *in*

natura, as indústrias processadoras vêm ampliando a oferta de produtos, seja na forma de vegetais conservados, gelados ou supergelados, desidratados e liofilizados, seja como hortaliças minimamente processadas.

As hortaliças produzidas em sistemas orgânicos também vêm conquistando a preferência dos consumidores. Este segmento de mercado cresce a cada ano. Em 2002, no Brasil, as hortaliças em sistemas orgânicos eram cultivadas por 549 produtores, em uma área de quase três mil hectares, com 70% da produção concentrada nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo (ORMOND *et. al.*, 2002; DAROLT, 2003).

Com referência à comercialização, estima-se que, atualmente, uma parcela entre 55% e 60% do volume de hortaliças é comercializada pelos mercados atacadistas, que movimentam uma média anual de 15 milhões de toneladas de hortaliças oriundas da produção nacional e importada, totalizando um valor no atacado superior a R$ 10 bilhões. Adicionalmente, existem os processos de vendas diretas por produtores, em geral, destinadas às feiras livres locais, sacolões, supermercados ou mercados sobre veículos. Em alguns casos, as hortaliças são vendidas diretamente aos consumidores institucionais (hospitais, escolas, restaurantes).

Um fator desfavorável que afeta os negócios de hortaliças são as perdas pós-colheita, em razão do manuseio excessivo, injúrias mecânicas e embalagens inadequadas.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Apoio, Fomento e Promoção do Crescimento e Desenvolvimento do Mercado Interno

- Incentivar, apoiar e promover o crescimento e o desenvolvimento do mercado interno de consumo de hortaliças, considerando a extrema relevância, no caso brasileiro, das suas dimensões, características e potencialidades, de modo a agregar as vantagens competitivas;
- Aumentar a oferta de produtos de elevada qualidade, durabilidade e competitivade para o mercado interno, melhorando, de maneira global, as condições de operação, rentabilidade, acessibilidade e modernização do mercado, garantindo melhores níveis de remuneração de produtores, comerciantes e distribuidores e da satisfação dos clientes e consumidores;
- Viabilizar a adoção generalizada de melhores práticas de conservação pós-colheita, padronização, classificação, embalagem, apresentação, circulação das hortaliças, bem como a da implementação de melhores e mais adequadas infra-estruturas logísticas de distribuição e conservação dessas mercadorias;
- Incentivar, fomentar e promover a adoção generalizada da padronização e classificação de produtos, embalagens e processos baseados nos melhores resultados, tendências e expectativas do mercado internacional, viabilizando, a criação e a consolidação de uma cultura da qualidade

no País e de uma cultura exportadora;

- Incentivar, fomentar e promover a diversificação e diferenciação dos hábitos regionais de consumo de hortaliças, favorecendo as vocações, preferências e habilidades geográficas, ecológicas, culturais e socioeconômicas das populações e reduzindo a atual centralização da produção, do fluxo e do reduzido número de espécies difundidas massivamente para todo o País;
- Incentivar, promover e participar de campanhas institucionais e educativas permanentes que informem o consumidor sobre características, origens, usos e cuidados com as hortaliças, que incentivem e impulsionem novas compras, que diminuam o efeito sazonal no comércio e que estimulem a entrada de novos segmentos consumidores no mercado.

Pesquisa, Ensino e Extensão Rural

Ciência e Tecnologia

- Incentivar o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas especialmente vocacionadas e especializadas no atendimento da horticultura nas condições ecológicas e geo-climáticas dos principais pólos de produção e restante do país, agregando ainda uma eficiente rede de assistência técnica e extensão rural, de âmbitos público e/ou privado, aos produtores e distribuidores;
- Incentivar e promover a pesquisa científica e tecnológica especialmente voltada para a criação, desenvolvimento e proteção de novos materiais genéticos e produtos de interesse e potencial estratégicos para os negócios setoriais;
- Desenvolver e implantar o Programa de Produção Integrada de Hortaliças, incentivando a sua ampla, ágil e generalizada adoção pelos produtores, especialmente nos segmentos focados no mercado interno e no mercado externo como forma de promover a adequação aos padrões básicos de exigências no mercado internacional;
- Investir na formação de pesquisadores e de centros de pesquisa especializados na área de melhoramento genético de hortaliças;
- Investir em novas variedades mais adaptadas ao clima tropical, levando em conta as principais características agronômicas das hortaliças, tais como produtividade, resistência a pragas e doenças e as preferências do consumidor moderno.

Formação de técnicos especializados & extensão

- Agregar uma eficiente rede de assistência técnica e extensão rural, de âmbitos público e/ou privado, aos produtores e distribuidores;
- Melhorar a grade curricular das escolas técnicas e universidades ligadas à área agrícola para formar especialistas na área de horticultura, principalmente baseada nos princípios das "Boas Práticas Agrícolas";
- Mobilizar as Universidades e Centros de Pesquisa para que promovam uma maior difusão dos resultados de atividades de Pesquisa e Desenvolvimento para a comunidade olerícola;
- Capacitação do produtor objetivando torná-lo empresário rural, por meio de cursos de gestão do agronegócio olerícola.

Manejo fitossanitário

- Realizar maiores atividades em pesquisa básica sobre a interação nutrição da planta e de manejo de pragas e doenças próprias do setor.

Pós-colheita

- Aperfeiçoar programas que visem à melhoria

da qualidade das hortaliças cultivadas no país, principalmente na tecnologia de pós-colheita;

- Desenvolver tecnologias para aumentar a vida útil de hortaliças perecíveis e que permitam a produção em larga escala dos produtos minimamente processados.

Insumos

Regulação, Normas, Regulamentações e Políticas que afetam a horticultura

- Contribuir ativamente junto aos órgãos de representação setorial e Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças, no sentido de agilizar, atualizar, adequar e rever todo o arcabouço legislativo e normativo político-institucional que afeta o desenvolvimento e a operacionalização das atividades da olericultura brasileira, especialmente no que se refere a registro, extensão de uso e rotulagem de produtos agro-químicos, proteção fitossanitária, importação e exportação de insumos e materiais biológicos, registro e proteção de cultivares;
- A legislação da área de insumos deve levar em conta as particularidades do setor de hortaliças em contraposição ao de grandes culturas;
- Agilizar os procedimentos na área de "Análise de Risco de Pragas", permitindo aproveitar as oportunidades do comércio externo e interno.

Comercialização

Infra-estrutura

- Deve-se buscar estímulos governamentais capazes de melhorar a rede de distribuição de alimentos no País através de estradas mais seguras e de locais de comercialização que permitam manter a qualidade das hortaliças no ponto final de venda, objetivando um salto de qualidade do produto ao consumidor.

Apoio a programas de modernização da cadeia

- Apoiar e tornar a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças, um instrumento facilitador de programas em prol do crescimento do setor olerícola, como o desenvolvido pelo Departamento Econômico da CEAGESP, entitulado "Um Programa para os Produtos Hortícolas Frescos".

Promoção de Consumo

- Incentivar, promover e participar de campanhas institucionais e educativas permanentes que informem o consumidor sobre características, origens, usos e cuidados com as hortaliças, que incentivem e impulsionem novas compras, que diminuam o efeito sazonal no comércio e que estimulem a entrada de novos segmentos consumidores no mercado;
- Dar apoio e tornar-se um instrumento facilitador de programas de estímulo ao consumo de hortaliças no País;
- Cobrar do Ministério da Saúde campanhas nacionais enfatizando a importância do consumo diário de frutas e hortaliças para a saúde. Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Saúde devem apoiar a "Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde", da Organização Mundial da Saúde, e também elaborar uma estratégia brasileira de incentivo a hábitos saudáveis, fomentando o consumo de hortaliças;
- Estimular a criação de leis federais que controlem a venda e a comercialização de alimentos nutricionalmente inadequados nas escolas e que regulamentem as estratégias de marketing e propaganda, especialmente dirigidas a crianças e a adolescentes;
- Parcerias público & privada seriam importantes para melhorar a imagem do

setor quanto ao uso de agrotóxicos, divulgando ao consumidor a adoção de programas de Produção Integrada e o respeito à carência de defensivos agrícolas;

- Dar espaço para que as associações organizem bancas de degustação dos seus produtos dentro dos equipamentos varejistas (supermercados) e de órgãos públicos (embaixadas, congressos, estádios, escolas, hospitais); com distribuição de brindes, prêmios e folder a respeito do produto.

Economia

Política Olerícola

- Mais linhas de financiamento para o setor com vistas a melhorar o fluxo de caixa do produtor. Proporcionar sua continuidade no negócio e dar maior estabilidade aos preços ao consumidor;
- Desenvolvimento e aplicação de políticas de comércio internacional visando à redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias; bem como a busca por diminuição do "Custo Brasil" ao se exportar. Priorizar acordos que possam incentivar mais comércio, como a ALCA, Ásia e a União Européia.

Certificação & Rastreabilidade

- É importante tornar obrigatório o uso de rotulagem, divulgação de informações a respeito do produto e da sua origem dentro dos supermercados, varejões e feiras livres;
- Evoluir para a criação e implementação de Sistemas de Certificação de Qualidade e de Origem para as hortaliças, agregando valor, confiabilidade, visibilidade e referencial qualitativo nos mercados interno e externo;
- Desenvolver e implantar o Programa de Produção Integrada de Hortaliças, incentivando a sua ampla, ágil e generalizada adoção pelos produtores, especialmente nos segmentos focados no mercado interno e no mercado externo como forma de promover a adequação aos padrões básicos de exigências no mercado internacional.

Sistemas de informação

- Estimular o aumento da base de informação econômica do setor olerícola (área de plantio, área colhida, previsão de safra, preços e volumes de comercialização), bem como desenvolver um ambiente eletrônico que facilite o acesso a elas;
- Cobrar dos órgãos públicos estatísticas (federais e estaduais) que desenvolvam e divulguem mais dados sobre o setor olerícola, incluindo também a expansão do número de espécies estudadas. Especificamente, incluir as espécies de maior expressão econômica do setor no programa de previsão de safras do GEOSAFRAS e estudos de custos de produção pela CONAB;
- Estimular um calendário de eventos aos produtores que propiciem a troca de informações e facilite a divulgação de dados econômicos e projeções a respeito do mercado de hortaliças. Fortalecer o potencial de geração, captação, análise e divulgação das informações pertinentes a todos os setores e segmentos da Cadeia Produtiva, especialmente quanto aos mercados e suas oportunidades técnicas e comerciais, melhorando a qualidade na tomada de decisão, o nível de conhecimento técnico, a atualização permanente, o intercâmbio e a visibilidade da olericultura brasileira;
- Aumentar e fortalecer o intercâmbio e o envolvimento permanente dos agentes regionais, suas associações e cooperativas com seus congêneres de outros Estados, ou de nível nacional e internacional, de modo a propiciar o crescimento profissional contínuo, maior potencial na coletivização de demandas e busca de soluções comuns;
- Viabilizar sistemas de captação e produção

sistemática e periódica de estatísticas e indicadores sobre a evolução de todos os segmentos da Cadeia Produtiva, especialmente a partir da realização de censos abrangentes e confiáveis sobre as bases produtivas e comerciais, números de produtores, estabelecimentos, áreas cultivadas, sistemas de cultivos, valores de venda, entre outros, com particular envolvimento de órgãos como o IBGE, SEBRAE, CNA – Confederação Nacional da Agricultura, CNI – Confederação Nacional da Indústria e CNC– Confederação Nacional do Comércio, entre outros;

- Fortalecer o potencial de geração, captação, análise e divulgação das informações pertinentes a todos os setores e segmentos da Cadeia Produtiva, especialmente quanto aos mercados e suas oportunidades técnicas e comerciais, melhorando a qualidade na tomada de decisões, o nível de conhecimento técnico, a atualização permanente, o intercâmbio e a visibilidade da olericultura brasileira.

Coordenação e Governança da Cadeia Produtiva de Hortaliças

- Buscar a permanente estruturação orgânica e funcional da Cadeia Produtiva, por intermédio do fortalecimento dos seus principais fóruns e órgãos nacionais, regionais e estaduais, como a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças e suas congêneres de âmbitos estaduais, e Sociedades e Associações de segmentos e áreas componentes, especialmente de produtores e suas cooperativas, do comércio e distribuição atacadista e varejista, de proteção de cultivares, entre outros, visando a consolidação da prática da discussão sistemática e da deliberação conjunta sobre as melhores soluções e encaminhamentos das demandas e expectativas setoriais, em um ambiente de mútua cooperação entre as esferas pública e privada da economia nacional;
- Estimular o debate amplo, franco e aberto entre as partes componentes da Cadeia, bem como a construção formal ou informal de Códigos de Conduta e de Relacionamentos entre as Partes, de modo a favorecer a consolidação de alianças estratégicas. Promover a especialização, o ganho de eficiência e competitividade no atendimento ao cliente final, maior harmonia e redução das assimetrias nos relacionamentos e um melhor fluxo das informações sobre as reais condições e expectativas do mercado ao longo de toda a Cadeia Produtiva de Hortaliças;
- Fortalecer o potencial de geração, captação, análise e divulgação das informações pertinentes a todos os setores e segmentos da Cadeia Produtiva, especialmente quanto aos mercados e suas oportunidades técnicas e comerciais, melhorando a qualidade na tomada de decisões, o nível de conhecimento técnico, a atualização permanente, o intercâmbio e a visibilidade da olericultura brasileira;
- Aumentar e fortalecer o intercâmbio e o envolvimento permanentes dos agentes regionais, suas associações e cooperativas com seus congêneres de outros Estados, ou de nível nacional e internacional, de modo a propiciar o crescimento profissional contínuo, maior potencial na coletivização de demandas e busca de soluções comuns;
- Incentivar a criação de associações, entidades e fóruns de representação, promoção e defesa de interesses em cada um dos elos específicos da Cadeia Produtiva de Hortaliças, de modo a viabilizar e promover maior fortalecimento, representatividade e equilíbrio nas ações de coordenação e governança interna da Olericultura de todo o Brasil;

- Combater sistemática e eficazmente a informalidade em todos os elos e segmentos da Cadeia Produtiva de Hortaliças, de modo a garantir total transparência, o correto dimensionamento das características socioeconômicas da atividade no País, seu potencial de contribuição, bem como a justeza de suas demandas junto aos órgãos governamentais competentes de fiscalização, tributação, normalização e fomento.

Gestão Empresarial

- Organização de cadastros e disponibilização de informações sobre a idoneidade e histórico comercial de compradores e consumidores intermediários e finais, nos diversos segmentos, de modo a contribuir para a minimização de inadimplências e aumento das seguranças nas transações entre os agentes da Cadeia Produtiva de Hortaliças;
- Busca de mecanismos e tecnologias atualizadas e adequadas de comercialização, com vistas à rápida adaptação às mudanças e novas exigências do mercado, incorporando gradativamente opções de comércio eletrônico, gestão informatizada de produtos e processos, entre outras que, além dos efeitos diretos e imediatos sobre os resultados econômicos e financeiros da comercialização, gerarão e distribuirão benefícios gerais ao longo da Cadeia Produtiva de Hortaliças, especialmente no que se refere à padronização e classificação de produtos, embalagens e processos, conservação pós-colheita de produtos e regularização do abastecimento do mercado.

Associativismo e Cooperativismo

- Estímulo e fortalecimento do associativismo e do cooperativismo nos diversos segmentos componentes da Cadeia Produtiva de Hortaliças, como mecanismo dos mais relevantes na defesa dos interesses setoriais e conquista de objetivos comuns;
- Estímulo à criação, implementação e gestão de consórcios e outras alternativas coletivas de comercialização, especialmente no campo das exportações, visando à superação dos gargalos identificados de agregação de cargas e grandes volumes para o comércio internacional, padronização de produtos e embalagens, aumento a competitividade da olericultura nacional.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- Márcio Nascimento – BRASPOV
- Henoque Ribeiro da Silva – Embrapa

Colaboração

- Maria Mazzarello Fonseca Boquadi – SDC
- José Amauri Buso – Embrapa
- Célio Rogério do Nascimento Espíndola – ABRASEM

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira da Batata – ABBA
- Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA
- Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT
- Associação Brasileira de Sementes e Mudas – ABRASEM
- Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS
- Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes – ABRATES
- Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas – ABCSEM
- Associação Brasileira do Papelão Ondulado – ABPO
- Associação Brasileira dos Obtentores Vegetais – ABIOVE
- Associação Nacional dos Produtores de Alho
- Banco do Brasil S/A – BB
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Câmara Setorial de Hortaliças, Cebola e Alho do Estado de São Paulo
- Comitê Executivo de Fitossanidade do Rio Grande do Norte
- Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP
- Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
- Instituto Brasileiro de Frutas – IBRAF
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
    - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
    - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
    - Secretaria de Política Agrícola – SPA
    - Secretaria Executiva – SE

- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
- Ministério da Fazenda - Receita Federal do Brasil – SRF
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Organização das Cooperativas Brasileira – OCB
- Secretaria da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará – SEAGRI/CE
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
- Sociedade de Olericultura

Bibliografia Consultada

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Agência de Desenvolvimento: **Nova perspectiva para o agronegócio – projeto básico**. Brasília, 1998. 206p.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Desenvolvimento. **Análise das informações do comércio exterior – Alice**. Brasília. 2005. Não paginado.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio. **Novas normas do comércio internacional**. Brasília .MDIC-FUNCEX. Disponível: http://www.mdic.gov.br. Consultado em: 26.ago.2006.

DAROLT, M.R. **A evolução da agricultura orgânica no contexto brasileiro**. Artigo disponível em: http://www.planeta orgânico.com.br. Extraído em 05.fev.2002.

FAO. FAOSTAT - Database. Disponível: http://www.apps.fao.org. Consultado em 01.abr.2006.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria Nº 232 – Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças. Nº 177, terça-feira, 14 de setembro de 2004, Seção 2, p. 2 e 3.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria Nº 7 - Retificação dos integrantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças. Nº 6, segunda-feira, 9 de janeiro de 2006, Seção 2, p. 2.

FONTES, R.R; VILELA,N.J. **The current status of Brazilian Vegetable crops and future opportunities**. Acta Horticola. Leuven, Belgium, n.607, p.135-141.

IBGE. **Produção Agrícola**. Disponível: site Sistema IBGE de recuperação automática-SIDRA (2001). URL: http://www.sidra.ibge.gov.br/cgi-bim/v/m/pamltap. Consultado em 15.abr.2006.

IBGE. **Censo agropecuário 1996**. Disponível: site Sistema IBGE de recuperação automática- SIDRA (2000). URL: http://www.sidra.ibge.gov.br/cgi-bim/v/m/pamltap. Consultado em 12.ago.2006

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (SÃO PAULO, SP). **Área cultivada e produção dos principais produtos olerícolas em São Paulo, 2002**. São Paulo: IEA/CATI, [2003]. Não paginado.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. São Paulo. Pioneira. 428 p. 1991

KADER, A.A. Postharvest biology and technology: an overview. In: Kader, A.A. Postharvest **Technology of Horticultural Crops**. Oakland: University of California. p. 39- 48, 2002.

ORMOND, J.G.P.; PAULA, S.R.L.; FILHO FAVERET.P.; ROCHA,L.T. M. **Agricultura orgânica: Quando o passado é futuro**. Revista de Política Agrícola, n.5, jan. fev. mar., 2002. p.57-74.

SAASP. **Repensando a agricultura Paulista**. São Paulo. Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo. Documento não paginado.

SISTEMA DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR (ALICEWEB) – Secretaria de Comércio Exterior (Secex) – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). http://aliceweb.mdic.gov.br. Consultado em 02.out.2006.

VILELA, N.J.; MACEDO, M.M.C. **Fluxo de poder no agronegócio: O caso das hortaliças**. Horticultura Brasileira. v.18, n.2, p. 88-94, jul.2000.

Câmara Setorial de

Eqüideocultura

Histórico

Sônia Azevedo Nunes[1]

No dia 06 de outubro de 2003 foi instalada em Goiânia, GO, a Câmara Setorial de Eqüideocultura. O então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, anunciou a instalação da Câmara indicando para a presidência Pio Guerra e como Secretário Executivo Antonio Carlos Motta, nomes que foram referendados pelo plenário por ocasião da primeira reunião ordinária da Câmara ocorrida em Brasília no dia 18 de outubro de 2005. Sua criação foi publicada no Diário Oficial da União do dia 06 de abril de 2004. A partir de julho de 2005 o encargo de Secretário Executivo da Câmara passou a ser ocupado por Walmoré Muler Lacort, e atualmente é exercido por Andréa Mônica Moretti Alves de Freitas Barbosa. A Câmara é composta por 24 instituições e teve sua composição original alterada pela Portaria nº 60, de 09 de março de 2006.

O Presidente da Câmara é engenheiro agrônomo e criador de cavalos em Pernambuco. Atualmente ocupa os cargos de Vice-presidente executivo da CNA e Presidente da Comissão Nacional do Cavalo da CNA, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco – FAEPE, Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE/PE e membro do Conselho Deliberativo Nacional do SEBRAE.

A Secretária Executiva tem mestrado em Zootecnia, atuou como professora nas Faculdades Integradas do Planalto Central – FIPLAC, nas disciplinas de Zootecnia e Melhoramento Animal. Em 2002 ingressou no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento exercendo o cargo de Fiscal Federal Agropecuária na Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA.

Dentre os pleitos que foram discutidos pela Câmara e solucionados, podemos destacar, na área de reestruturação das atividades dos jockey clubes, a aprovação da Instrução Normativa nº 21, de 27 de outubro de 2005, que incluiu o Sistema de Apostas denominado *simulcasting* nos planos gerais de apostas dos Jockey Clubes Brasileiro (Rio de Janeiro) e do Rio Grande do Sul.

Dentre os assuntos considerados estratégicos para o desenvolvimento do setor, destacam-se a melhor organização dos agentes da cadeia produtiva; a revitalização dos jockey clubes; a construção de um adequado terminal de carga viva no aeroporto internacional de Viracopos; o aperfeiçoamento dos instrumentos que regulam as exportações brasileiras de eqüídeos; a identificação e abertura de novos mercados internacionais; a intensificação e ampliação das ações do Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos; o acesso dos criadores às linhas de crédito rural brasileiro e criação de programas específicos; a ampliação do fomento à pesquisa na área de eqüideocultura e por último a criação de estrutura compatível com as obrigações legais do MAPA sobre fiscalização e fomento da eqüideocultura no País.

[1] Chefe da Divisão da CGAC/SE/MAPA. e Supervisora da Câmara Setorial de Equideocultura do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

A presente agenda de discussão tem como objetivo ordenar a atuação da Câmara Setorial de Eqüideocultura, elencando desde já ações e metas, bem como definindo prioridades e atores que possam ser mobilizados na busca dos objetivos que se propõem atender em benefício da organização e desenvolvimento da eqüideocultura brasileira.

Historicamente, as informações acerca do tema sempre foram escassas. Porém, por meio de recentes iniciativas para a realização de estudos específicos, indicadores econômicos e sociais podem comprovar a grandeza da nossa eqüideocultura. Temos o terceiro maior rebanho de eqüinos do mundo, por exemplo, e não há nada mais oportuno do que o envolvimento de todos que possam facilitar o aumento da eficiência do setor e sua devida valorização.

Pontos de estrangulamento relevantes na eqüideocultura brasileira contemplam diversos eixos, quais sejam: política agropecuária, política administrativa, pesquisa, defesa animal, normatização, comércio internacional, jockey clubes, esportes, exposições e eventos. Para solucionar esses entraves, medidas precisam ser tomadas a curto, médio e longo prazo. Paralelamente, é necessária a realização de estudos mais detalhados que ilustrem com mais clareza a realidade de alguns segmentos.

Espera-se que o esforço conjunto seja o ponto de partida para o sucesso de nossa missão.

Pio Guerra
Presidente da Câmara

Introdução

A desativação da Secretaria Executiva da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN) do quadro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), deixou o setor da eqüideocultura sem recursos próprios e sem interlocutor direto no Governo Federal. Essa lacuna provocou o enfraquecimento do setor e, sem políticas públicas específicas, a eqüideocultura viveu um processo de fragmentação, com a atuação personalizada das associações de criadores de cavalos de raça cada vez mais isoladas em suas questões particulares.

Somente em 2003 essa fase começou a ser superada, com a criação de instrumentos voltados para estimular a organização coletiva do setor e ampliar a capacidade de promoção da atividade. Em agosto de 2003, foi criada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA a Comissão Nacional do Cavalo que, congregando 23 associações de criadores de cavalos de todo o Brasil, acolhe e busca soluções objetivas para as principais reivindicações dos criadores.

Logo em seguida, em outubro do mesmo ano, foi instalada no âmbito do MAPA, a Câmara Setorial de Eqüideocultura. Tal Câmara, composta por representantes do Governo Federal e do setor privado, tem como objetivo a formulação de políticas públicas que estimulem o crescimento do setor, buscando ordenar os interesses dos vários segmentos que atuam na eqüideocultura brasileira.

Ambiente Externo e Interno

A eqüideocultura brasileira apresenta indicadores que, apesar de pouco conhecidos, são bastante representativos do ponto de vista econômico e social. São 8,3 milhões de animais, dos quais 5,8 milhões são eqüinos, 1,3 milhão são muares e 1,2 milhão são asininos. As principais funcionalidades dos eqüídeos no Brasil são: lida nas atividades agropecuárias, uso militar, competições hípicas (hipismo), esportes eqüestres (enduro, vaquejada, rodeio, volteio, adestramento etc.) e competições turfísticas (corridas de cavalo).

A Região Sudeste possui a maior população de eqüinos com 1,54 milhão de cabeças (860 mil em Minas Gerais), seguida das regiões Nordeste (1,41 milhão de cabeças), Centro-Oeste (1,13 milhão), Sul (1,05 milhão) e Norte (662 mil cabeças). A maior concentração de asininos e muares encontra-se na Região Nordeste. A distribuição do rebanho eqüino brasileiro pode ser observada na Figura 1.

No Brasil existem 23 associações de criadores de eqüídeos, divididas por raças, quais sejam: Cavalos de Corrida (Puro Sangue Inglês), Mangalarga, Mangalarga Marchador, Pantaneiro, Quarto de Milha, Pampa, Brasileiro de Hipismo, Appaloosa, Marajoara, Campeiro, Bretão, Trotador, Paint, Lusitano, Espanhola, Puruca, Crioulo, Campolina, Árabe, Anglo-Árabe, Pônei, Jumento Nordestino e Jumento Pêga.

O rebanho eqüino, particularmente, é o maior da América do Sul e o terceiro maior do mundo, e movimenta 7,3 bilhões de reais, gerando 3,2 milhões de empregos diretos e indiretos. Esse rebanho, formado por animais utilizados na lida diária das propriedades rurais, nos esportes, nas Forças Armadas, no lazer etc. compõe a base do Complexo do Agronegócio Cavalo, composto por mais de 30 segmentos distribuídos entre insumos, criação e destinação final.

O mercado de insumos voltados para eqüinos possui um elevado potencial de crescimento, visto que rações e medicamentos utilizados nesses animais ainda têm pouca representatividade

perante o faturamento total das empresas.

Na área de educação e pesquisa, existem 270 cursos de graduação relacionados com o tema, além de 68 programas de pós-graduação e 34 grupos de pesquisa. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR também possui grande relevância, principalmente na abrangência geográfica de seus cursos técnicos. Em 2005, foram 1.138 cursos oferecidos para 16.170 pessoas em 17 estados brasileiros.

A grande maioria dos eqüinos existentes no Brasil tem como função a lida diária nas atividades agropecuárias, onde aproximadamente cinco milhões de animais são utilizados, principalmente no manejo do gado bovino.

No segmento militar, o uso do cavalo é bastante relevante. Polícia e Exército, juntos, criam mais de cinco mil animais utilizando uma mão-de-obra superior a 6.200 pessoas.

Embora não tenha a cultura de consumir carne e derivados de eqüinos, o Brasil destaca-se como o oitavo país em exportações, tendo abatido 205 mil animais em 2004, com um faturamento de 34 milhões de dólares. Os principais países importadores de carne de cavalo brasileira são: Bélgica, Holanda, Itália, Japão e França. A evolução das exportações brasileiras de carne eqüina pode ser observada na Figura 2.

O Brasil possui 21 hipódromos. Os quatro maiores (Jockey Club Brasileiro, Jockey Club de São Paulo, Jockey Club do Rio Grande do Sul e Jockey Club do Paraná), empregam 3.781 pessoas diretamente. Em 2004, foram arrecadados mais de 300 milhões de reais em apostas.

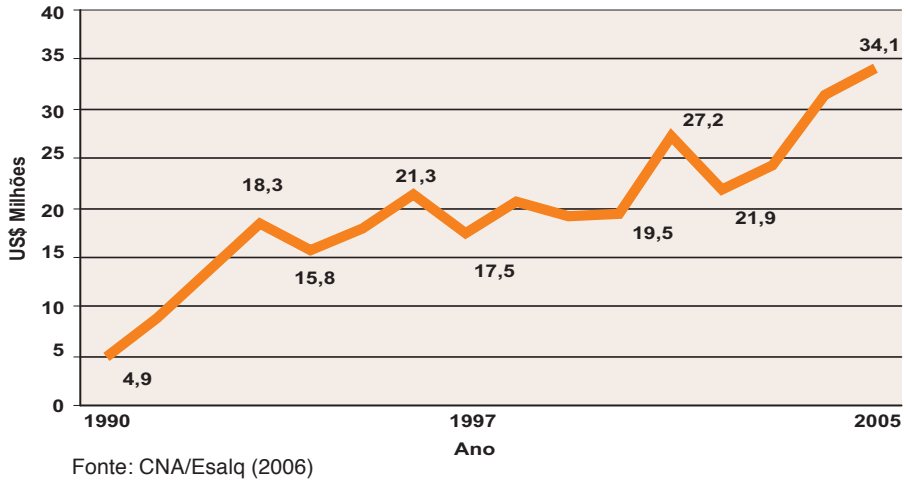
O volume de exportações brasileiras de cavalos vivos aumentou consideravelmente nos últimos anos, indo de cerca de US$ 260 mil em 1996 para mais de US$ 2 milhões em 2004, representando um crescimento de 692% no período – Figura 3. A evolução das exportações brasileiras de cavalos vivos pode ser observada na Figura 2. Em 2005, o maior importador de cavalos vivos do Brasil foi os Estados Unidos, respondendo por 50,5% das importações. Angola aparece como segundo maior importador, com 23% das importações, seguida por Uruguai (7,1%), Venezuela (4,3%), Reino Unido (3,1%) e África do Sul (2,3%).

Dados detalhados sobre o setor eqüino, contendo indicadores econômicos e sociais de todos os segmentos que o compõem, podem ser obtidos no Estudo do Complexo do Agronegócio Cavalo (2006).

Figura 1. Distribuição do Rebanho Eqüino Brasileiro

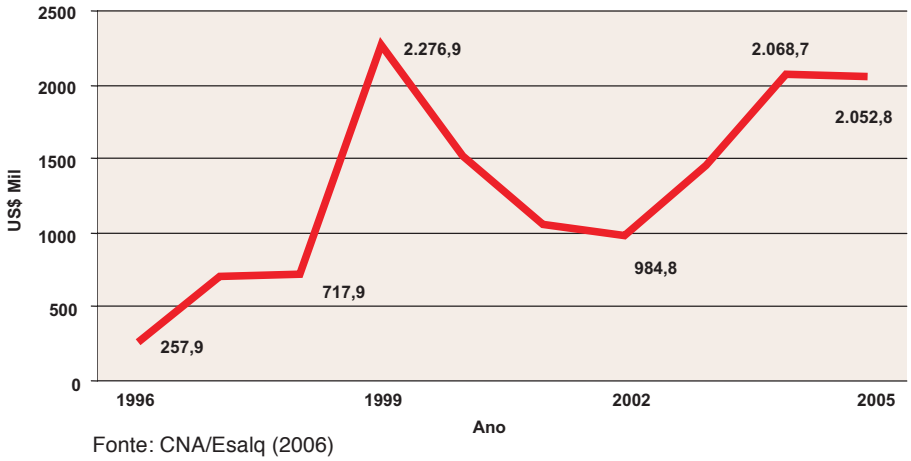
Fonte: CNA/Esalq (2006)

Figura 2. Evolução das Exportações Brasileiras de Carne Eqüina



Fonte: CNA/Esalq (2006)

Figura 3. Evolução das Exportações Brasileiras de Cavalos Vivos



Fonte: CNA/Esalq (2006)

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Prioridade alta

Política Agropecuária

- Incluir no Plano Agrícola e Pecuário linhas de financiamento (custeio e investimento) que contemplem a eqüideocultura.

Política Administrativa

- Criar dentro do MAPA uma estrutura adequada capaz de atender ao tema de eqüideocultura, dando sustentação ao Decreto nº 5.351 de 21 de janeiro de 2005, de

reestruturação do MAPA, que subordina a CCCCN à SDC.

Defesa Animal

- Discutir as ações do Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos;
- Agilizar a celebração de acordos sanitários bilaterais com países potenciais importadores de eqüídeos brasileiros;
- Uniformizar os procedimentos sanitários entre os países do Mercosul;
- Elaborar cartilha orientadora para divulgar os procedimentos legais, inclusive sanitários, exigidos para exportação de eqüídeos.

Exportação/Importação

- Desburocratizar os procedimentos para exportação e importação de animais;
- Priorizar as providências do MAPA para construção do terminal de exportações e importações brasileiras de cargas vivas de Viracopos-SP;
- Discutir regulamentação do passaporte eqüino.

Proposição de Estudos

- Fazer levantamento do acervo histórico da CCCCN.

Prioridade média

Pesquisa

- Ampliar as linhas de pesquisa da EMBRAPA na área de eqüideocultura;
- Atuar junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, Ministério da Educação – MEC e demais entidades de pesquisa no sentido de se disponibilizar maiores recursos para fomento à pesquisa na área de eqüideocultura, mobilizando instrumentos como CNPq, FINEP, CAPES etc.

Entidades Turfísticas

- Relatar à Câmara o andamento dos processos de implantação e acompanhamento do *simulcasting* internacional;
- Discutir reforma da Lei do Turfe.

Exposições, Eventos e Esportes

- Apoiar de forma concreta a realização de exposições e eventos relacionados com o setor.

Proposição de Estudos

- Realizar estudo detalhado sobre as pequenas indústrias de selaria, que precisam atualizar sua tecnologia de produção e o design de seus produtos;
- Realizar diagnóstico acerca do segmento "Lida" para direcionamento das discussões.

Prioridade baixa

Exportação/Importação

- Simplificar e agilizar a formalização das importações de sêmen de eqüídeos.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- Pio Guerra – CNA
- Andréa Moretti – DEPROS/SDC/MAPA

Colaboração

- Paulo César Nogueira – DEPROS/SDC/MAPA
- Eduardo Simões – ABCCMM
- Thomaz Montelio – CBH
- Flávio Obino Filho – JCRS

- Sônia Azevedo Nunes – CGAC/SE/MAPA
- Luiz Rocco – CBH
- Renata Mello – ABCCMM
- José Fernandes Souza – CNA
- João Carlos de Carli – CNA
- Sidney Medeiros – CNA

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira de Jockey Clubs
- Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Quarto de Milha – ABQM
- Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos Crioulos – ABCCC
- Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Árabe – ABCCA
- Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador – ABCCMM
- Associação Brasileira dos Criadores e Proprietários do Cavalo de Corrida – ABCPCC
- Associação Nacional de Equoterapia – ANDE BRASIL
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Confederação Brasileira de Hipismo – CBH
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Pecuária Sudeste
- Gerência Nacional de Loterias / Caixa Econômica Federal – GELOT/CEF
- Jockey Club Brasileiro – JCB
- Jockey Club de São Paulo – JCSP
- Jockey Club do Paraná – JCPR
- Jockey Club do Rio Grande do Sul – JCRS
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
  - Secretaria Executiva – SE
- Ministério da Defesa – MD
- Sindicato dos Proprietários do Cavalo de Corrida do Estado de São Paulo
- Sindicato dos Treinadores, Jockeys, Aprendizes e Similares, Autônomos de Cavalos de Raça para Corridas, Esportes e Serviços do Estado de São Paulo – SINTREIJOQ
- Sociedade Rural Brasileira – SRB

Bibliografia Consultada

CEPEA/ESALQ/USP – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Estudo Complexo do Agronegócio Cavalo no Brasil**. Brasília: Coleção Estudos Gleba, 40, 2006.

Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do

Leite e Derivados

Histórico

Sonia Azevedo Nunes[1]

No dia 11 de novembro de 2003 foi instalada, em Brasília, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados. O então Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Amauri Dimarzio, anunciou a instalação da Câmara indicando para o encargo de Presidente Rodrigo Sant'Anna Alvim e como Secretário Executivo Sávio Rafael Pereira. Os nomes foram referendados na primeira reunião da Câmara, ocorrida durante o III Congresso Internacional do Leite em Araxá, MG, em 02 de dezembro de 2003. Sua criação foi publicada no Diário Oficial da União no dia 05 de maio de 2004. A partir de julho de 2005, o Secretário Executivo da Câmara passou a ser Paulo do Carmo Martins, representante da Embrapa. A Câmara é atualmente constituída por 44 instituições e teve sua composição original alterada pela Portaria nº 13, de 05 de janeiro de 2006.

O Presidente da Câmara é engenheiro agrônomo, produtor rural, e ocupa os cargos de Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Diretor da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG e Membro do Comitê Assessor Externo da Embrapa Gado de Leite.

O atual Secretário Executivo da Câmara é doutor em Economia Aplicada, atuou como pesquisador da Epamig, Secretário Municipal de Agropecuária e Abastecimento em Juiz de Fora – MG e desde 1997 atua como pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Atualmente ocupa o cargo de Chefe-geral da Embrapa Gado de Leite.

Dentre os pleitos que foram discutidos pela Câmara e solucionados, podemos destacar a inclusão do leite em pó na alíquota zero de PIS/COFINS; publicação dos preços mínimos do leite em tempo hábil para o setor tomar os financiamentos de EGF; tornar a adesão ao SISBOV voluntária; retirar a retenção do imposto de renda na comercialização agropecuária da Medida Provisória nº 232; renovação do acordo de compromisso de preços homologado com as indústrias de leite da Argentina e do Uruguai; abertura do mercado Mexicano aos produtos lácteos brasileiros; e a Instrução Normativa nº 51 que regulamenta a qualidade do leite produzido no país.

A pecuária leiteira no Brasil vem sendo marcada, nos últimos anos, por um intenso processo de especialização da produção. Apesar do cenário atual ser mais favorável ao setor, alguns pontos devem ser observados para promover o seu crescimento como o aumento da demanda por produtos lácteos; o programa de incremento da produção de sólidos no leite cru; programa de melhoria de qualidade do leite; aumento da rentabilidade na cadeia, com a diminuição do número de intermediários e também de custos logísticos; aumento da produtividade nacional, participação governamental no sentido de disponibilizar recursos para apoio à comercialização, inclusive Contratos de Opção Privada, além da abertura de mercados até então fechados ao Brasil.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisora da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

A Criação da Câmara Setorial da Cadeia de Produção do Leite era uma demanda de muitos anos do setor.

Com tantas assimetrias entre seus elos – interesses conflitantes, alguns mais organizados que outros, por vezes prevalecendo o poder econômico dos mais fortes –, um fórum onde se pudesse buscar o entendimento entre os elos da cadeia certamente poderia ser uma excelente ferramenta para encontrar sua harmonização.

Em 11 de novembro de 2003, foi finalmente instalada a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados. Como nas demais Câmaras criadas até aquela data, a estrutura do Conselho do Agronegócio – CONSAGRO do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lhe dá maior legitimidade.

Desde o início de sua gestão, o então Ministro Roberto Rodrigues já mencionava a reestruturação do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), do CONSAGRO e das Câmaras Setoriais como mecanismos de organização do setor agropecuário, para promover o crescimento e o desenvolvimento da atividade.

Já na segunda reunião ordinária da Câmara Setorial, criou-se um Grupo Temático com o objetivo de apresentar um conjunto de políticas de longo prazo para o crescimento sustentável do setor. Para tanto, não bastava, por exemplo, aumentar a produção. Teríamos, simultaneamente, que negociar a abertura de novos mercados. Outras questões relacionadas a crédito, política fiscal, qualidade, promoção ao consumo, políticas de exportação, pesquisa e tecnologia, entre outras, também deveriam ser avaliadas.

Na mesma época, identificou-se a necessidade de organizar um seminário em Minas Gerais, maior Estado produtor de leite do país. Felizmente, foi possível interagir com o grupo que organizava o Congresso Nacional de Políticas de Longo Prazo (UNILAC), de forma que o Grupo Temático da Câmara Setorial utilizou a estrutura do Congresso como ferramenta para proporcionar maior transparência e legitimidade ao documento final.

Com o valoroso apoio e efetivo trabalho da Embrapa Gado de Leite na relatoria dos documentos, foi possível concluir os trabalhos em dois dias. Em reunião da Câmara Setorial, em 15 de julho de 2004, o documento consolidado no UNILAC foi apresentado aos seus membros, que tiveram 60 dias para avaliá-lo e apresentar sugestões.

Finalmente, em setembro de 2004, o documento final foi aprovado, consolidando prioridades entre as 16 macropolíticas propostas pelo UNILAC. Portanto, o objetivo deste documento é trazer a público este trabalho, aprovado pela Câmara Setorial em 2004 e revisado por seus membros em 2006.

Diferente de documentos gerados anteriormente, muitas vezes construídos a partir de interesses de um único elo da cadeia, desta vez procurou-se, por intermédio da Câmara Setorial, um debate transparente, consolidando os pontos de convergência que tornassem possível o consenso.

Agradecemos a todos que ajudaram a pensar e a elaborar este conjunto de ações, que formarão, a partir de agora, se assim pretendermos, o Projeto para o Agronegócio Leiteiro de nosso país.

Rodrigo Sant'Anna Alvim
Presidente da Câmara

Introdução

O presente documento é fruto de intensa participação dos agentes que compõem a cadeia produtiva do leite, bem como de entidades do Governo. Sob este aspecto, difere de todos os demais produzidos sobre o setor. Mas sua principal característica, que o coloca como ímpar em relação aos que foram até então produzidos, é que não se pauta somente por reivindicações do setor privado junto ao Governo. Vai além, ao listar reflexões intra-cadeia, fato este inédito, com compromissos a serem perseguidos, sem a intervenção do poder público.

Mais do que os homens, os documentos por eles produzidos são frutos do momento vivido. E o momento é de acentuar a organização da cadeia produtiva, considerando-se a visão particular do presente e do que se vislumbra para o futuro, expressa por representantes de produtores, processadores, transformadores, fornecedores de insumos e ingredientes, além de entidades do Governo comprometidas com a geração de soluções tecnológicas, quer seja de produto, de processo, de serviços, ou mesmo de arcabouço legal. Na visão desses agentes – menos no que é palpável e mais no que permite vislumbrar – solidifica-se a resultante obtida.

É por esse motivo que o presente documento está alicerçado em dois documentos básicos. O primeiro refere-se ao *Plano PluriAnual 2004-2007*, que o torna consoante com as diretrizes da atual administração federal. No quadriênio 2004-2007, todas as ações de Governo devem convergir no combate à concentração de renda e riqueza, à exclusão social, à baixa criação de emprego e às barreiras para a transformação dos ganhos de produtividade em aumento de rendimentos da grande maioria das famílias, que são as de menores rendas. A Cadeia Produtiva do Leite é um veículo natural para a consecução dos objetivos explicitados. O segundo pilar referencial diz respeito a *Cenários 2002-2012*, construído por especialistas no agronegócio brasileiro, sob a coordenação da Embrapa.

Este milênio iniciou-se com o acirramento da competição internacional, sem que regras de convivência entre nações assegurem partilhas e acesso a ganhos do comércio de modo menos desigual. Visando a inserção na economia global, nações como o Brasil promovem fortes ajustes internos, ao mesmo tempo em que procuram dar respostas a demandas sociais não satisfeitas. Também sob esse aspecto, a atividade láctea tem importantes contribuições a oferecer à sociedade brasileira.

O presente documento foi construído em diferentes dimensões. Sob a ótica da **dimensão produtiva,** incorpora e releva posicionamentos quanto à agricultura comercial e também familiar. Na **dimensão da organização privada**, estabelece pontos nevrálgicos a serem modificados na relação produtor-indústria. Em termos de **dimensão de mercado**, entende que é possível e necessário o setor atuar nos mercados interno e externo, simultaneamente, pelas oportunidades postas, traduzidas em vantagens comparativas e competitivas que o Brasil detém, estas últimas a serem melhor exploradas, na medida em que a cadeia amadurece.

Há também a **dimensão da geração do emprego e da renda**. O documento relaciona ações necessárias para que o setor seja desonerado de subsídios negativos – os impostos, que são o contraponto do que se verifica nos países desenvolvidos e exportadores. Desgravar o setor é agir em favor do que mais impacta a sociedade brasileira. Afinal, que setor da economia brasileira é capaz de gerar emprego e renda em todo o território nacional, com demanda de mão-de-obra com reduzida educação formal, com baixo investimento e rápido retorno, tendo penalidades fiscais líquidas, e, ainda, encadeadas com 16 dos 42 setores que estruturam a economia brasileira? Enfim, que setor tem a vitalidade de gerar emprego

e renda, distribuindo-o no espaço e entre grupos distintos, com tamanha intensidade, sendo punido por tributações, em vez de subsídios, como é prática corrente nos principais países desenvolvidos e concorrentes em termos de produção?

Por tratar do futuro, o documento também se posiciona quanto à **dimensão de segurança alimentar e do alimento.** Elege como prioridade a qualidade do leite, além da necessidade de se conceber estratégia clara de viabilizar a **dimensão ambiental**, ao reconhecer que as plantas industriais de boa parte dos laticínios precisam ser atualizadas.

As contribuições de instituições, apresentadas nas páginas que se seguem, ao serem efetivadas, certamente contribuirão para que se consolide, no país, a vocação natural para a produção de leite e derivados.

Ambiente Externo e Interno

As transformações mundiais ocorridas nos anos noventa podem ser traduzidas em tendências para o novo milênio, que merecem reflexões de todos os que se vinculam à atividade láctea. Por serem estruturais, criam ambiente propício para repensar concepções e estratégias de atuação. Internalizar tendências é de relevância capital para que as empresas e o Governo possam conceber novos papéis e redefinir papéis clássicos, considerando variáveis novas e a mudança de peso relativo para as variáveis tradicionais. A seguir, são apresentadas variáveis consideradas na construção do presente documento.

Redução lenta e gradual do protecionismo internacional

O mercado mundial de leite e derivados é reduzido em comparação ao somatório dos mercados domésticos. Somente cerca de 7% da produção mundial é transacionada entre países. Em grande parte, se deve a políticas específicas de proteção aos mercados nacionais, que têm o claro propósito de atender a sólidos grupos de pressão locais.

Esta característica estrutural fica consignada até mesmo no conflito aberto entre Estados Unidos e Canadá nos últimos cinco anos, mesmo tendo estes países acordos de livre comércio, conhecido como Nafta. Os EUA resolveram eleger a Organização Mundial de Comércio – OMC como arena de solução para o conflito e aquela entidade reconheceu substância nos reclamos norte-americanos.

Conflitos como este são exemplos da dificuldade nas transações comerciais de produtos lácteos entre os países. Mas este cenário tende a se modificar. A Rodada Uruguai culminou com o Acordo Agrícola, inserindo o agronegócio no âmbito das negociações multilaterais de comércio. Ainda que lentamente, espera-se a conseqüente redução de políticas protecionistas em países desenvolvidos e a abertura de mercados em países em desenvolvimento, aumentando a competição no mercado lácteo. Isso deverá se dar pela perda relativa de poder dos grupos de pressão de países protecionistas em lácteos, face ao crescimento da pressão dos grupos de exportadores não agrícolas, nesses países. Não é possível manter a demanda efetiva elevada via comércio internacional, por meio de exportação de produtos e serviços de elevado valor agregado não agrícolas, sem que ocorram restrições à atual política protecionista agrícola.

Crescimento da Demanda Mundial de Leite

Estudo da FAO (2005) revela que o consumo e a produção de lácteos estão em queda nos países desenvolvidos, enquanto ambos crescem nos países em desenvolvimento. Mas a taxa de crescimento da demanda vem superando a da oferta. Esta conclusão não difere daquelas obtidas pela OCDE (OCDE, 2004), em simulações realizadas para 2013, por

meio de modelos de equilíbrio geral.

Essa tendência traz perspectivas favoráveis à cadeia de lácteos do Brasil. A produção apresenta tendência de crescimento nas últimas três décadas e ainda há espaço razoável para que seu potencial se realize. Portanto, o Brasil é uma exceção às previsões da FAO e da OCDE. Sendo caracterizado como país em desenvolvimento, a produção vem crescendo mais que o consumo, a ponto de se vislumbrar a real possibilidade de o Brasil gerar excedentes líquidos de leite. Ademais, as relações bilaterais do Brasil com países em desenvolvimento vêm se acentuando e, em geral, com países tradicionais importadores de lácteos.

Novos Produtos Lácteos

Lançamento contínuo de novidades de produtos e não somente de marcas é tendência concreta do setor. Tal fato se reflete nos novos desenhos corporativos das cinco maiores cooperativas do mundo, que criaram divisões específicas para atuarem em novos mercados, como os de nutracêuticos e alimentos funcionais (USP/CBCL/OCB, 2003).

Reorganização da Cadeia de Lácteos

Fusões, aquisições e alianças estratégicas entre laticínios intensificaram-se a partir de 1998 em todo o mundo, principalmente nos trinta países que compõem a OCDE, com repercussões relevantes nos processos produtivos, no mercado de trabalho e na comercialização, dada a concentração de mercado, que tende a se intensificar.

Mudança no Padrão de Consumo de Lácteos

O envelhecimento da população, a busca por alimentos saudáveis, a redução do tamanho médio das famílias, a homogeneização de consumo mundial e o crescimento do consumo de novos produtos substitutos ao leite são tendências que afetam o mercado de lácteos e merecem ser considerados.

Importância dos Grupos de Interesse

A ampliação dos movimentos sociais, a solidificação de novos canais de participação, aliada à redução do tamanho do Estado e ao reconhecimento da ineficiência/ineficácia de governos em questões específicas consolidaram a atuação das organizações não-governamentais e das entidades de representação de interesses. Como resultado, torna-se inócua qualquer ação pública que desconsidere os novos atores que, continuamente, crescem em importância.

Exigências Éticas e de Qualidade no Processo Produtivo

A garantia de qualidade de vida daqueles envolvidos no processo produtivo e a valorização das questões ambientais são itens cada vez mais considerados pelos consumidores, ao atribuírem valores intangíveis aos produtos lácteos, de forte impacto em termos de competitividade dos produtos.

Fortalecimento da Produção de Leite

A atividade leiteira é intensiva em manejo e na contínua tomada de microdecisões em termos de gestão. Algumas regiões caracterizam-se pela produção via mão-de-obra contratada, como nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, enquanto em outras há preponderância do uso da mão-de-obra familiar, como no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e oeste do Paraná. A convergência desses dois pilares produtivos consubstancia-se no profissionalismo do processo primário de produção, o que sinaliza ganhos de produtividade e, conseqüentemente, competitividade de toda a cadeia produtiva.

Substituição de Importações Via Mercado

A industrialização brasileira se deu a partir dos anos 1950, quando barreiras comerciais

viabilizavam a construção de mercados cativos, proporcionando posteriormente a maturação de investimentos. A produtividade viria somente no último estágio do processo, se bem-sucedido.

Sob esse aspecto, a trajetória do setor lácteo brasileiro merece ser consubstanciada como um *case* e, como tal, deve ser estudada. Afinal, não se beneficiou de políticas compensatórias dadas ao setor dinâmico e exportador do agronegócio brasileiro, quando as políticas públicas priorizavam a industrialização e o mercado externo como fonte de divisas para sustentar o desenvolvimento econômico, nos anos 1960 e 1970. Ao contrário, o setor lácteo arcou com a sangria teoricamente aceita como natural, por aqueles que acreditam que um dos clássicos papéis da agricultura é fornecer, por vias indiretas, parte do capital necessário à consolidação do modelo industrial-exportador nos países em desenvolvimento.

Tampouco foi o setor de lácteos beneficiado ou até mesmo poupado nos anos 1980, quando aquele modelo ruiu. Naquela década, tida como perdida, o setor lácteo foi penitenciado pelas políticas que visavam controlar a espiral inflacionária. Como o leite e derivados pesavam, em média, 10% no cálculo do custo da alimentação, controlar o preço do leite foi a primeira política heterodoxa que o Brasil gerou, antes mesmo que se conhecessem as contribuições dos economistas Pérsio Arida e André Lara Resende.

Nos anos 1990, a abertura econômica e a desregulamentação dos mercados internos jogaram o setor lácteo no patamar de competição aberta com produtos importados subsidiados. Em trinta anos, o setor conviveu com mercados fechado e aberto, controlado e desregulamentado. Ainda assim, a produção cresceu continuamente, modernizou-se tecnologicamente, diversificando sua inserção em novos setores – alimentares ou não. Enfim, o setor lácteo conseguiu substituir importações sem proteção. Isso ocorreu via mercado nos anos 1990, configurando relevância potencial em termos de *player* exportador, já que, a partir de 2004, as exportações têm superado as importações.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Negociações Internacionais, Defesa Comercial e Promoção das Exportações

Sensibilizar os negociadores brasileiros para que incluam em suas pautas os produtos lácteos, com vistas à eliminação de barreiras às exportações, ampliação de acesso a mercados e eliminação de subsídios às exportações.

Atualmente, o Brasil está participando de três frentes de negociações internacionais cujos resultados influenciarão o futuro do setor leiteiro: a Rodada de Doha, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), e as negociações regionais para a constituição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e para o acordo de livre comércio Mercosul – União Européia.

Os atores que participam de negociações internacionais em nome do Brasil, naturalmente são representantes do Governo, que somente poderão desempenhar um bom papel se estiverem convencidos e tecnicamente informados sobre a importância da reforma do comércio mundial para a atividade leiteira nacional. Por esse motivo, a Câmara Setorial deve continuar a sensibilizar o Executivo e o Legislativo para que priorizem na agenda de negociações do País a busca de melhor

acesso aos mercados e a eliminação dos subsídios às exportações de produtos lácteos.

Essa ação torna-se relevante, dado o elevado suporte que países desenvolvidos emprestam aos seus setores lácteos. A título de exemplo, de acordo com estudos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2002, os gastos totais dos países desenvolvidos com apoio ao setor lácteo foram de US$ 41,13 bilhões.

Após a criação da Câmara Setorial, alguns avanços ocorreram. O México, por exemplo, que é o principal país importador de lácteos do mundo, certificou plantas industriais brasileiras e analisa outros pedidos nacionais de igual teor, como resultante da ação do Governo, em consonância com os reclamos e apoio do setor produtivo nacional. Ademais, o Brasil vem participando firmemente da Aliança Láctea Global (ALG), uma entidade que reúne representantes do setor produtivo da Argentina, Uruguai, Chile, Brasil, Austrália e Nova Zelândia. Estes países têm trocado informações e promovido reuniões visando criar discurso único em prol da redução de políticas protecionistas.

Obter compromisso do governo brasileiro que assegure a aplicação de medidas de defesa comercial nas importações de lácteos, sempre que comprovadas práticas desleais de comércio.

Para neutralizar os danos causados pelas importações desleais, o setor produtivo, seguindo o ritual preconizado pela OMC, tem recorrido às ferramentas de defesa comercial. Como resultado dessa iniciativa, em 2001, foram aplicados direitos *antidumping* sobre as importações de leite em pó provenientes da União Européia e Nova Zelândia e firmado compromisso de preços com a Argentina e Uruguai.

O Departamento de Defesa Comercial (Decom) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) necessita manter a sensibilidade que vem apresentando quanto à revisão do compromisso de preços firmado com os vizinhos do Mercosul. Há evidências concretas de que a eliminação dos preços mínimos de importação levaria à retomada da prática de *dumping*, com prejuízos irreparáveis ao setor leiteiro.

Diante desse quadro, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados espera do Governo ação para a aplicação das medidas *antidumping* apuradas pelo Decom.

Avaliar a possibilidade de abertura de um painel na OMC para tratar dos subsídios dos EUA e da União Européia à produção e exportação de produtos lácteos.

Na primeira semana de outubro de 2004, a Aliança Láctea Global (ALG) reuniu-se em Montevidéu para desenvolver um programa de trabalho relativo à próxima fase das negociações da Rodada Doha. Na ocasião, a Aliança registrou em sua declaração à imprensa que está considerando as implicações potenciais para os lácteos das recentes decisões dos painéis sobre algodão e açúcar, abertos na OMC por solicitação do Brasil. Até o presente, nenhuma decisão concreta foi tomada por aquela entidade, cujo assunto continua em análise. Por entidades nacionais que têm acento na ALG, a Câmara Setorial vem sendo informada das conversações.

Agilizar processos de habilitação de indústrias para exportação e realizar acordos de equivalência sanitária.

Apesar das dificuldades relacionadas ao câmbio valorizado e a custos inerentes à ineficiência em logística, desde 2004 o Brasil vem demonstrando inequívoca condição de exportador líquido de leite.

Na conquista de novos mercados, o setor privado deve levar ao mercado internacional produtos que atendam aos requisitos de preço e qualidade. No entanto, para viabilizar as vendas externas o Governo tem papel indelegável,

especialmente quanto à formalização de acordos de equivalência sanitária, que permitem a aceitação dos certificados emitidos pelo Executivo. Também fica sob responsabilidade e a coordenação do Governo, a iniciativa de negociar as visitas de equipes técnicas dos países potenciais importadores de produtos brasileiros, com o objetivo de habilitar as fábricas nacionais a exportarem. Esse é um trabalho que merece ser cada vez mais agilizado.

Políticas Fiscais, Tributárias e de Crédito

Garantir fluxo de recursos para as linhas de crédito de custeio, investimento e comercialização existentes.

Tradicionalmente, os recursos para o crédito são liberados não respeitando o calendário agrícola, o que inviabiliza a tomada de recursos em condições de serem plenamente utilizados pelo produtor. A melhor proposta é que os recursos sejam disponibilizados no tempo adequado, liberados sem maiores burocracias, facilitando o acesso do pecuarista. Enfim, que se estabeleça um calendário de liberação e que o fluxo seja mantido.

Incentivar a criação de fundo de aval.

Esta iniciativa facilitaria o acesso ao crédito de grande parte dos agricultores que hoje encontram-se à margem do crédito oficial. Além do mais, o estabelecimento do fundo de aval simplificaria as exigências bancárias e reduziria os custos de transação que envolve a atividade de crédito.

Incluir leite com a menor alíquota de ICMS.

A importância social da produção de leite na geração de emprego e renda, sua disseminação em todo o território nacional, além do fato de ser produto essencial ao consumo da população, principalmente dos jovens, tornam relevante a inclusão do leite na lista de produtos com a menor alíquota de ICMS, quando da consolidação da Reforma Tributária que, afinal, ainda não foi feita no Brasil na intensidade que se esperava. Além do mais, é preciso harmonizar a legislação do ICMS entre os Estados da União, visando eliminar vantagens competitivas artificiais. Também é preciso observar a simetria das alíquotas dos diversos produtos lácteos, evitando que uma commodity tenha maior tributação que outra. A chamada Lei do Bem eliminou impostos federais incidentes no leite em pó e em seis tipos de queijo. É uma importante iniciativa que precisa ser ampliada.

Isentar de impostos os insumos utilizados na atividade primária.

A participação dos gastos com alimentação nas famílias mais pobres é ainda, em média, superior a 50% do rendimento familiar *per capita*, segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Nesse contexto, políticas públicas redutoras dos preços dos alimentos apresentam grande potencial de melhoria do bem-estar das populações mais pobres. Um dos instrumentos que pode atingir este fim, com eficácia e rapidez, é a desoneração da carga tributária de bens e serviços de maior peso no orçamento da população mais pobre, particularmente a desoneração dos impostos indiretos – principalmente o ICMS e o PIS/COFINS – dos produtos alimentares, especialmente os lácteos.

Seguindo estes princípios, é necessário ampliar a base de insumos isentos do pagamento de PIS/COFINS, que contempla atualmente sementes, adubos e defensivos. A solicitação é que também sejam incluídos rações e sal mineral, pois estes insumos geram impacto em quase 50% do custo operacional efetivo da produção de leite.

Da mesma forma, é necessário reduzir o impacto do PIS/COFINS nas agroindústrias. Demanda-se a manutenção do crédito presumido

ou a redução da alíquota para os produtos agroindustriais destinados à alimentação humana, como o leite e todos os seus derivados, com manutenção no sistema não cumulativo.

Melhoria da Qualidade do Leite

Implementar linha de crédito que possibilite aos produtores e indústrias enquadrarem-se aos regulamentos técnicos da Instrução Normativa nº 51.

A nova legislação sanitária sobre a produção, identidade e qualidade do leite, definida na Instrução Normativa nº 51 do MAPA, visa implementar o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite – PNQL. A plena implantação dessa legislação proporcionará ao consumidor brasileiro acesso a produtos de qualidade comparável aos dos países desenvolvidos mais exigentes, além de facilitar as exportações brasileiras de produtos lácteos.

Não obstante as vantagens inquestionáveis da regulamentação do PNQL, os produtores e indústrias carecem de condições que possibilitem a sua adequação as novas regras. É preciso simplificar o acesso ao crédito para aquisição de tanques de resfriamento individuais e coletivos, equipamentos e itens de infra-estrutura.

Implementar o Programa Nacional de Profissionalização e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

A capacitação de produtores e trabalhadores rurais é fundamental ao aumento da competitividade da pecuária de leite. O aprendizado deve focar o conhecimento dos processos que envolvem a administração de uma propriedade rural e formas de produzir leite com qualidade, usando tecnologias adequadas que valorizem o produto.

Estruturar o laboratório de referência da RBQL.

O monitoramento dos requisitos mínimos de qualidade do leite cru prevista no PNQL criou a demanda por uma estrutura laboratorial nacional capaz de processar grande número de amostras. Atualmente, estão credenciados laboratórios no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Pernambuco. No entanto, é necessário estruturar o laboratório de referência da Rede Brasileira de Laboratórios – RBQL, que fiscalizará a qualidade dos serviços prestados pelos demais. Além de suporte técnico e treinamento, o Laboratório de Referência deverá fornecer amostra padrão para a calibração de equipamentos, definir protocolos operacionais para a harmonização de procedimentos laboratoriais e atuar no credenciamento de novos laboratórios.

Ampliar o Termo de Cooperação Técnica para o Controle e Melhoria da Qualidade do Leite e seus Derivados.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a iniciativa privada criaram o Termo de Cooperação Técnica para o Controle e Melhoria da Qualidade do Leite, com o objetivo de garantir a qualidade dos produtos lácteos à população. Trata-se de um instrumento de proteção ao consumidor, englobando não somente os atributos relativos à saúde, mas também os relacionados a outros direitos do cidadão, como a proteção contra fraudes no peso e na composição dos alimentos e informações enganosas nas embalagens.

Normatização

Alterar o Regulamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal-RIISPOA.

As modificações no RIISPOA, permitirão implementar o Programa de Melhoria da Qualidade

do Leite e novos regulamentos técnicos para o setor, a exemplo do regulamento técnico de identidade e qualidade do leite modificado.

Manter a adesão ao SISBOV voluntária.

A implantação de sistemas de rastreabilidade nas cadeias produtivas de alimentos é uma tendência mundial. Os inúmeros problemas sanitários que abalaram, recentemente, a confiança dos consumidores em todo o mundo transformaram a rastreabilidade em requisito para acesso aos principais mercados. No entanto, a Câmara Setorial do Leite entende que o mercado deve ser o principal balizador no processo de criação de sistemas de certificação que assegurem atributos de qualidade da produção, tanto para o mercado consumidor interno, como para os mercados de exportação. Cabe ao poder público zelar pela segurança da produção e dos consumidores, bem como fomentar o desenvolvimento das cadeias agroindustriais, com o mínimo de interferência e ônus ao sistema produtivo.

Viabilizar a regulamentação de medicamentos genéricos de uso veterinário.

A comercialização de medicamentos humanos genéricos conseguiu reduzir os preços dos remédios, aliando qualidade e baixo custo. Se for adotado o mesmo tratamento aos produtos veterinários, será possível alterar substancialmente os preços dos medicamentos agropecuários no País, beneficiando os produtores rurais e abrindo espaço para uma concorrência saudável neste segmento do agronegócio.

Relações Comerciais Intra-Cadeia

Divulgar com antecedência o preço do leite ao produtor e as regras de pagamento por volume e qualidade.

A atual forma de pagamento do leite transfere grande parte dos riscos do mercado ao produtor. Com raras exceções, o produtor toma conhecimento do preço recebido pelo litro de leite pela nota fiscal fornecida pela empresa de beneficiamento, após um mês da entrega do produto. A ausência de informação sobre o preço a ser pago pelo leite impede o planejamento eficiente da atividade. O produtor não consegue prever quanto irá dispor de recursos para custear sua produção no mês seguinte. Recomenda-se informar ao produtor antecipadamente o preço que irá receber no mês seguinte, além da adoção de critérios de pagamento de preços diferenciados por volume e qualidade. Para institucionalizar o processo, recomenda-se apoio ao Projeto de Lei nº 547/2003, em tramitação na Câmara dos Deputados, que regulamenta a informação, com antecedência, do preço a ser pago ao produtor.

Recomendar a instalação do Conseleite nos Estados.

A Câmara Setorial recomenda que, em cada Estado, considerando as suas peculiaridades, seja criado um conselho paritário de representantes dos produtores e das indústrias de laticínios. Iniciativas como o Conseleite/Paraná tem permitido remunerar com valor justo os dois segmentos, reduzindo as distorções na cadeia produtiva.

Criar grupo temático coordenado pela Láctea Brasil com o objetivo de promover o consumo de lácteos.

O consumo por habitante médio no Brasil é inferior a 130 litros/ano, bem abaixo de países vizinhos, como Argentina e Uruguai, onde o consumo é próximo a 200 litros por habitante/ano. Para reverter este quadro, é necessário criar mecanismos de estímulo ao consumo de lácteos, bem como esclarecer a população sobre os benefícios do leite à saúde.

Deve-se apoiar os programas institucionais de âmbito federal, estaduais e municipais. Para tanto, precisam ser implementadas, com urgência, três medidas de extrema relevância. A primeira é a

inclusão de leite fluido e pasteurizado na merenda escolar, conforme determina o Projeto de Lei do Senado nº 41/2003. A outra medida, de iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome diz respeito à consolidação do Programa de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, que pretende atender 9,5 milhões de famílias até 2006. Suas atividades já começaram a ser implementadas nos Estados da Região Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais.

Há uma terceira ação, que se refere ao marketing institucional do leite, que precisa ser operado com o propósito de estimular o consumo de leite por meio de informação da população e dos formadores de opinião, como educadores e profissionais de saúde.

Criar código de boas práticas comerciais.

As experiências anteriores realizadas no Brasil não tiveram resultados práticos principalmente pela interrupção das ações políticas que sustentavam a iniciativa. Também colaborou para o insucesso a ausência dos grandes varejistas no processo de discussão.

Queixa constante nos últimos anos, o abuso do poder de compra dos supermercados é apontado, principalmente, pelas indústrias de laticínios, que sofrem pressões para baixar os preços de venda. As denúncias ainda são feitas de forma velada, devido ao alto risco de represálias por parte destes grandes varejistas.

A Câmara deverá tratar o assunto por meio de mecanismos de negociação direta com as entidades de representação dos supermercados, em busca de um código de boas práticas comerciais, a exemplo do modelo institucionalizado na Argentina.

Consolidar a Câmara Setorial como interlocutora e agente das denúncias de práticas comerciais abusivas.

A Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) nº 63/2001, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, foi criada para unificar os resultados das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's) dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. A PFC constatou que há indícios de que segmentos da cadeia produtiva do leite infringem dispositivos da Lei de Defesa da Concorrência – Lei nº 8.884, de 1994 – como abuso de poder econômico.

A Câmara Setorial deve recomendar que o setor organize-se para interagir junto à Secretaria de Defesa Econômica, para auxiliar no andamento dos processos de aplicação da lei de defesa da concorrência. Outra recomendação é estudar formas de implementação das ações propostas nos estudos realizados pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), a pedido da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), sobre práticas comerciais dos grupos varejistas no Brasil.

Inovação Tecnológica

Contemplar a agricultura familiar na geração de tecnologias.

Grande parte das propriedades produtoras de leite caracteriza-se como agricultura familiar, com a maior parcela da mão-de-obra utilizada na propriedade proveniente dos membros da família. Portanto, a grande maioria das tecnologias desenvolvidas ou adaptadas por universidades e institutos de pesquisas nacionais, além da Embrapa, é adaptada a esse segmento. A proposta é de intensificação desta noção, adaptando-se a tecnologia agrícola aos fatores ambientais e socioeconômicos.

Criar linhas específicas de financiamento para estudos sobre qualidade do leite.

As agências de fomento de geração de conhecimento, quer sejam estadual ou nacional, como CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), elegem prioridades de pesquisa, que são explicitadas nos editais para apresentação de propostas de projeto pelos pesquisadores. O que se espera é que a qualidade do leite seja contemplada nos referidos editais, dada a

importância do quesito sob a ótica da segurança do alimento. As repercussões dessa iniciativa traduzir-se-ão em relevantes ganhos econômicos, sanitários e sociais.

Incentivar estudos sobre o aumento do volume de sólidos no leite.

Os países de expressão na produção mundial de lácteos adotam sólidos no leite como critério de remuneração ao produtor. Essa é uma tendência a se efetivar também no Brasil. Ocorre que toda a pesquisa focou, até o presente, o aumento de produção e de produtividade, mas não essa variável. Torna-se necessário incorporar a questão dos sólidos no leite na agenda da pesquisa brasileira.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- Rodrigo Alvim – CNA
- Paulo do Carmo Martins – Embrapa Gado de Leite

Colaboração

- José Edson Rosolen – LEITE BRASIL
- Marcelo Costa Martins – CNA
- Marcelo Girão Barroso – OCB
- Vicente Nogueira Netto – CBCL

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira da Indústria da Alimentação – ABIA
- Associação Brasileira da Indústria de Leite Desidratado – ABILD
- Associação Brasileira da Indústria de Leite Pasteurizado – ABILP
- Associação Brasileira das Indústrias de Queijo – ABIQ
- Associação Brasileira das Pequenas e Médias Cooperativas e Empresas de Laticínios – G100
- Associação Brasileira de Criadores – ABC
- Associação Brasileira de Inseminação Artificial – ASBIA
- Associação Brasileira de Leite Longa Vida – ABLV
- Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS
- Associação Brasileira dos Produtores de Leite – LEITE BRASIL
- Associação Brasileira dos Produtores de Sementes – ABRASEM
- Associação das Empresas de Rastreabilidade e Certificação Agropecuária – ACERTA
- Associação dos Produtores de Leite do Estado de São Paulo – LEITE SÃO PAULO
- Associação para o Progresso do Agronegócio Lácteo – LÁCTEA BRASIL
- Associação Brasileira de Empresas Trading – ABECE
- Banco do Brasil S/A – BB

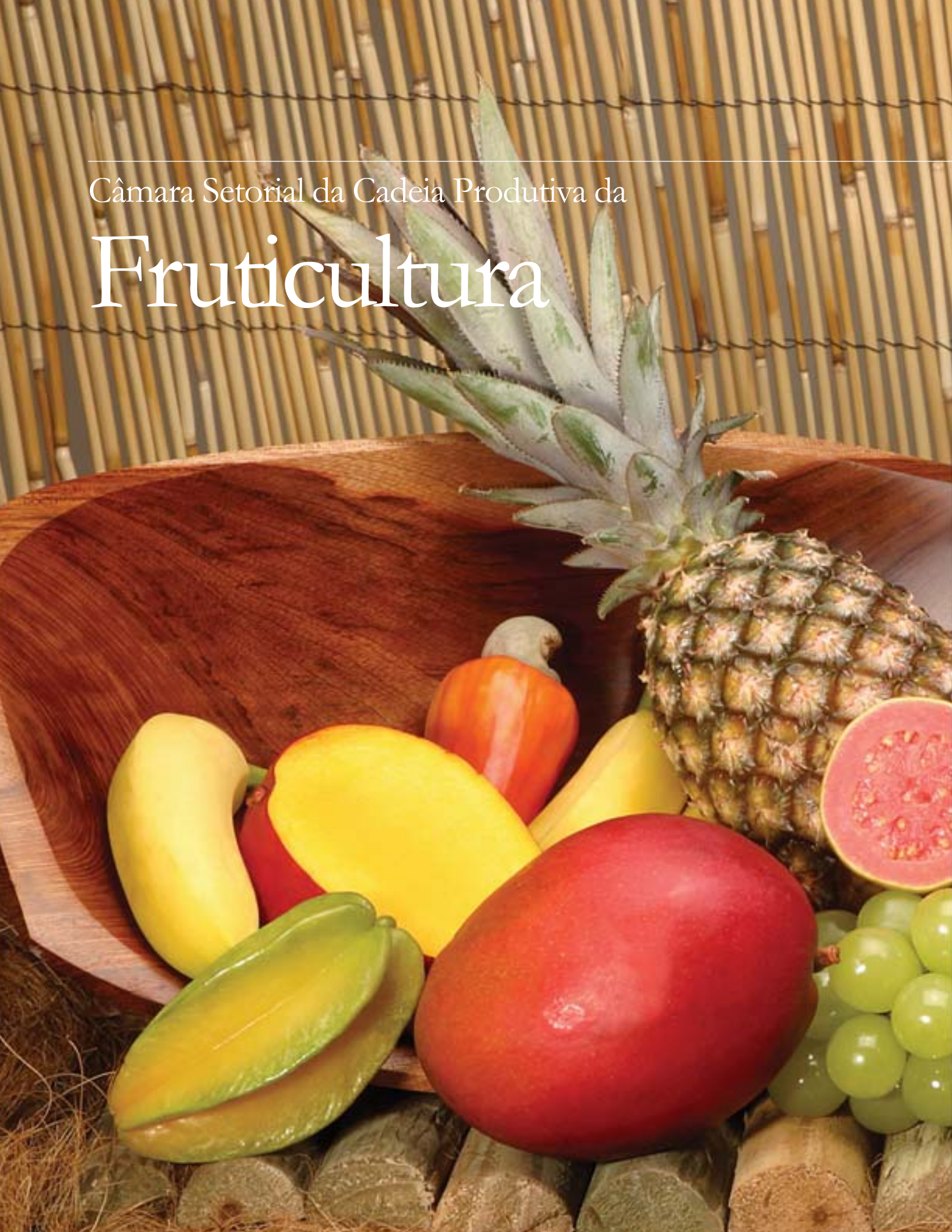
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB
- Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios – CBCL
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
- Conselho Brasileiro de Qualidade do Leite – CBQL
- Conselho Nacional da Indústria de Laticínios – CONIL
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Gado de Leite
- Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN
- Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
  - Secretaria Executiva – SE
- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
- Ministério da Educação – MEC
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério da Saúde – MS
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
- Sindicato Nacional da Indústria da Alimentação Animal – SINDIRAÇÕES
- Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN
- Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia – SBEM
- Sociedade dos Criadores do Agreste Meridional – SOCAM
- Sociedade Rural Brasileira – SRB

Bibliografia Consultada

FAO. **Livestock industrialization, trade and social-health-enviroment impacts in developing countries**. Italy, 2005. 216 p.

OCDE, **The market of dairy products and dairy policies in the OECD and observer countries**. Paris, 2004. 279 p.

Universidade de São Paulo; Confederação Brasileira de Cooperativas de Leite; Organização das Cooperativas Brasileiras. **O Censo do Cooperativismo de Leite no Brasil**. Brasília. OCB-CBCL. 2003. 87 p.



Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da

Fruticultura

Histórico

Saulo Gonzales[1]

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura foi instalada em 25 de novembro de 2003 no Auditório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília, DF, reunindo de modo fiel e participativo associações de viveiristas, de produtores, de industriais, de exportadores, de varejistas, órgãos públicos e entidades privadas de âmbitos econômico, técnico, político e social.

O então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, abriu os trabalhos da Câmara empossando como Presidente o representante do Instituto Brasileiro de Fruticultura - IBRAF, Moacyr Saraiva Fernandes, e como Secretário Executivo o representante da Embrapa, Jorge Luiz Loyola Dantas.

O Presidente Moacyr Saraiva Fernandes, que representa o setor privado em razão de sua liderança junto ao segmento, é o atual Diretor do Instituto Brasileiro de Frutas- IBRAF. Na área empresarial atua como Diretor Presidente da MV-Engenharia de Alimentos, e no setor público, como Pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária.

O Secretário-Executivo, Jorge Loyola Dantas, é pesquisador em melhoramento genético, ex-Chefe Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical e atualmente é Chefe Adjunto de Comunicação, Negócios e Apoio desta mesma Unidade. É ainda Membro da Comissão Editorial de várias revistas técnico-científicas e representante da Sociedade Brasileira de Fruticultura (SBF) no Estado da Bahia.

O presidente da Câmara exaltou que a constituição da Câmara virá proporcionar união dos diversos segmentos do setor para vencerem desafios importantes como falta de credibilidade nas informações existentes para subsidiar decisões e capacidade de organização para comercialização.

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura foi criada pela Portaria nº 34, de 26 de janeiro de 2006 sendo constituída atualmente por 31 órgãos e entidades.

Alguns avanços são necessários para o setor, como o crédito rural, que é considerado deficiente em relação às necessidades do segmento; o registro de defensivos ainda é incipiente, o que tem impedido, por vezes, a exportação das frutas brasileiras; o consumo interno, de apenas 47Kg de frutas frescas/ano, por habitante, é muito inferior ao consumo de países desenvolvidos, com uma variação de 70 a 120 kg/ano; barreiras administrativas, com ênfase nas questões fitossanitárias pelo mercado internacional limitam a ampliação do setor; demanda em capacitação, em gestão empresarial e em áreas técnicas, como controle de qualidade, processamento de produtos, entre outros; deficiências de infra-estrutura nas vias de transporte, no armazenamento em frigoríficos e nos pontos-chave do canal de escoamento das frutas. Enfim, a organização do setor, de modo que todos os segmentos da cadeia se fortaleçam, tornando-se competitivos e sustentáveis, encontra forte apoio no mecanismo de trabalho das Câmaras.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

A Câmara Setorial de Fruticultura por meio da coordenação do Instituto Brasileiro de Frutas – IBRAF, organização privada, sem fins lucrativos, criado em 1990 pela principais lideranças do setor frutícola juntamente com participação de todas as entidades representativas de setores frutícola e órgãos públicos, instituições financeiras e entidades oficiais e privadas de apoio à fruticultura apresenta a presente Agenda de Trabalho, conforme sugestão da Coordenação Geral das Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Este trabalho é uma estrutura de ação solicitada para harmonização de informações por todas as Câmaras e está baseado na Agenda Propositiva do Agronegócio das Frutas que é um dos documentos base para a Câmara Setorial, que anualmente é reatualizado por todos os seus integrantes, desde a instalação deste foro, o que dispensa a criação de um grupo temático para isto.

O documento também envolve os outros balizadores para atuação da Câmara, como as metas e objetivos a serem atingidos e seus indicadores de desempenho.

Aborda, ainda, o ambiente externo e interno, no que tange a sua importância social e econômica para o agronegócio e o país, e dispõe sobre sua inserção no mercado interno e externo, apresentando dados estatísticos do setor.

O Plano de Trabalho apresenta propostas para a formulação de Políticas Públicas e Privadas, gerais para a fruticultura, considerando todos os fatores interferentes direta e indiretamente no setor. A seguir são propostas ações regionais que se fazem necessárias pelas inúmeras diferenças e particularidades apresentadas por este segmento da economia em função da sua localização no imenso território nacional.

Assim sendo, todas as regiões do Brasil foram analisadas e suas necessidades identificadas e integrada no presente plano.

Em síntese, a mensagem da fruticultura é que o setor tem capacidade de elaborar estratégias, mobilizar empresas e instituições e contribuir para o crescimento sustentado do meio rural brasileiro e continuando a gerar emprego e renda com redução da pobreza e da desigualdade social desde que devidamente apoiado.

Complementando o referido trabalho apresentamos prioridades para não apenas formação de políticas públicas e privadas, assim como ações que estamos procurando induzir, através de consenso da plenária da Câmara.

Moacyr Saraiva Fernandes
Presidente da Câmara

Introdução

Considerando o Sistema Agroalimentar das Frutas de forma sistêmica e com visão global de todos seus segmentos funcionais, ao observarem-se os grandes condicionantes de tendências, os desequilíbrios, as dimensões atuais do Sistema e sua importância nacional e os resultados da análise de competitividade, obtém-se um diagnóstico setorial complexo com grandes barreiras a serem transpostas, mas com previsões de crescimento sustentado, desde que apoiado por estratégias corretas e políticas governamentais adequadas e efetivas.

Contudo, seja qual for o modelo que o desenvolvimento da fruticultura brasileira vier a considerar, seja o modelo dos "Marketing-boards", seja o que considera a liderança de grandes companhias, o papel do Estado é fundamental e determinante para a consolidação do setor como agroexportador concomitantemente ao papel principal de abastecimento e suprimento interno.

O modelo dos "Marketing-boards" é adotado pela África do Sul e Nova Zelândia e é caracterizado pela centralização dos canais de comercialização, por meio de organizações estatais ou mistas. Já o modelo caracterizado pela liderança das grandes companhias como o caso típico do Chile, o controle da comercialização e exportação das frutas foi absorvido por grandes empresas, a maior parte transnacionais.

Em ambos os casos a concentração do elo intermediário é que permite o ganho de escala, a estruturação de logísticas, redução de compra, fortalecimento da captação e transferência de informações e também o aumento do poder de negociação em relação com os grandes canais de distribuição e varejo.

Os países com uma fruticultura forte e competitiva mostram em comum uma formulação e execução de políticas governamentais específicas para o setor, que consideram a cadeia como um todo, assim como buscam a interação e integração de todos os segmentos intervenientes.

Ambiente Externo e Interno

Importância Socioeconômica

No que tange à importância socioeconômica do setor, é importante considerar o seu grande potencial empregador e de geração de renda.

Atualmente, a fruticultura brasileira oferece 5 milhões de postos de trabalho.

Demanda mão-de-obra intensiva e qualificada, fechando o homem no campo de forma única, pois permite uma vida digna de uma família dentro de pequenas propriedades, como também nos grandes projetos de irrigação.

Permite a exploração comercial lucrativa em áreas inferiores a 15 hectares, desde que se produza com qualidade e tenha-se uma boa produtividade.

Gera oportunidades de ocupação de 2 a 5 trabalhadores, na cadeia produtiva para cada hectare cultivado.

Quanto aos aspectos de renda na fruticultura, lucra-se muito mais melhorando a qualidade e a produtividade dos hectares existentes, desde que sejam mantidos em níveis que permitam ser controlados pelo proprietário.

Implantar um hectare de frutas custa US$ 1.500 a US$ 4.000 e são necessários de 28 meses

(acerola) a 80 meses (manga) para a renda do pomar superar gastos anuais.

A fruticultura proporciona uma margem de lucro de 20% a 40% do rendimento bruto obtido.

Importância Econômica

A importância econômica da fruticultura para as diversas regiões do Brasil não pode ser medida apenas por meio de dados estatísticos. O segmento está entre os principais geradores de renda, de empregos e de desenvolvimento rural. Os excelentes índices de produtividade e os resultados comerciais obtidos nas últimas safras são fatores que demonstram a vitalidade desse setor, que veio para ficar e para se desenvolver. Hoje, existem no país pelo menos trinta grandes pólos de produção de frutas, espalhados de Norte a Sul, centrando uma atenção especializada em mais de 50 municípios.

O estado de São Paulo lidera o ranking como maior produtor de laranja, banana e abacate, ficando em segundo lugar uva, pêra, pêssego, manga e figo. No caso da laranja, por exemplo, os pomares paulistas responderam por 13,3 milhões de toneladas das 16,9 milhões de toneladas que totalizaram a produção brasileira de fruta em 2003, segundo dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2004, esse volume chegou a 18,2 milhões de toneladas.

Em relação à banana, São Paulo colheu 1,1 milhão de toneladas das 6,8 milhões de toneladas produzidas no país em 2003. A Região Sudeste teve ainda participação expressiva na produção de abacaxi, sendo que Minas Gerais respondeu por 277 mil toneladas de um total de 1,4 milhão de toneladas de fruta colhida no mesmo período.

O Nordeste brasileiro é outro grande centro por excelência para a fruticultura, com destaque para o Vale do São Francisco. Em 2004 a região produziu 300 mil toneladas de manga superando os resultados obtidos em 2003, quando a colheita ficou em 287 mil toneladas. A Bahia, que em 2003 liderou a produção do mamão, com 784 mil toneladas de um total de 1,7 milhão, é atualmente o segundo maior produtor de citrus do país. A produção baiana de laranja em 2004 foi de 783,3 mil toneladas, enquanto em 2003 havia chegado a 772 mil toneladas. Já o limão alcançou 43 mil toneladas. A Bahia também é responsável pela produção de 845 mil toneladas de banana, situando-se em segundo lugar no ranking nacional.

Na Região Sul, a viticultura colocou o Rio Grande do Sul novamente à frente de São Paulo, com 498 mil toneladas de uvas colhidas em 2003, ano em que a produção nacional fechou em um milhão de toneladas. Em 2004 os gaúchos ampliaram sua participação no mercado, elevando a produção brasileira 1,2 milhão de toneladas.

Excelente foi também o desempenho da maçã, que ajudou a solidificar a posição de destaque dos três estados do Sul no setor em 2004. A fruta teve maior safra da sua história e liderou as exportações brasileiras. Os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná foram responsáveis pela quase totalidade das 977 mil toneladas colhidas em 2004 (contra 835 mil toneladas em 2003).

As Tabelas apresentadas a seguir posicionam o volume de produção brasileira de frutas frescas por Estado em 2003 e o volume produzido a respeito das principais frutas cultivadas comercialmente no país.

Comparando o Brasil com os demais países, somos atualmente o terceiro maior produtor de frutas do mundo, com 39 milhões de toneladas em 2004, depois da China e da Índia.

No caso da fruticultura brasileira um subsetor que evoluiu rapidamente é o das frutas orgânicas e merece um destaque.

A demanda por produtos orgânicos cultivados sem agrotóxicos, fertilizantes químicos ou fito-hormônios é crescente principalmente entre os consumidores de maior poder aquisitivo.

Tabela 1. Produção Brasileira de Frutas Frescas por Estado - 2004

Estados	Volume (Ton)	Participação %
São Paulo	18.344.006	47,02
Bahia	4.014.096	10,29
Rio Grande do Sul	2.322.374	5,95
Minas Gerais	1.711.834	4,39
Santa Catarina	1.531.945	3,93
Pará	1.496.551	3,84
Espírito Santo	1.181.606	3,03
Pernambuco	1.174.445	3,01
Paraná	1.090.774	2,80
Sergipe	1.047.077	2,68
Ceará	920.633	2,36
Rio Grande do Norte	806.246	2,07
Paraíba	716.362	1,84
Rio de Janeiro	515.108	1,32
Goiás	497.433	1,28
Amazonas	405.429	1,04
Maranhão	232.639	0,60
Tocantins	209.249	0,54
Alagoas	179.714	0,46
Mato Grosso	163.945	0,42
Piauí	106.232	0,27
Rondônia	105.945	0,27
Acre	86.011	0,22
Mato Grosso do Sul	57.418	0,15
Roraima	47.496	0,12
Distrito Federal	34.438	0,09
Amapá	12.859	0,03
Total	**33.774.694**	**100,00**

Fonte: IBGE

Tabela 2. Produção brasileira de frutas frescas em 2004
Produção Brasileira de Frutas Frescas - 2004

Frutas	Volume (Ton)	Valor (R$ Mil)	Área (ha)
Laranja	18.313.717	4.307.155	823.902
Banana	6.583.564	2.273.680	495.385
Melancia	1.719.392	382.480	81.281
Mamão	1.612.348	830.030	35.553
Uva	1.291.382	1.388.218	71.640
Tangerina	1.163.213	372.783	63.099
Limão	985.623	306.922	49.372
Maçã	980.203	514.583	32.993
Manga	949.610	394.527	73.239
Maracujá	491.619	249.660	37.252
Goiaba	408.283	174.464	18.826
Melão	340.863	260.154	15.505
Pêssego	235.720	230.504	23.952
Abacate	170.534	66.267	12.126
Caqui	162.288	112.459	8.134
Figo	26.839	32.016	3.113
Pêra	19.894	18.130	1.787
Marmelo	1.248	1.216	233
Total em Ton.	**35.456.340**	**11.915.248**	**1.847.392**
Coco-da-baía*	2.078.226	597.308	288.142
Abacaxi*	1.477.299	673.677	59.353
Total *	**3.555.525**	**1.270.985**	**347.495**

(*) Valores Expressos em Mil Frutos
Fonte: IBGE

As frutas orgânicas tendem a conquistar, mesmo a médio prazo, nichos de mercado próprio dos consumidores com uma consciência ecológica e que estão em busca de uma vida saudável.

A participação dos orgânicos no mercado de varejo já chegam nos grades centros entre 1,6 a 10,3%, conforme o tipo de estabelecimento comercial.

O principal motivo que, segundo os varejistas, limita uma maior demanda por orgânicos são:

- Preços muito altos;
- Pouca variedade e quantidade disponível.

Em termos financeiros a fruticultura brasileira movimenta cerca de 5,8 bilhões de dólares anualmente com frutas frescas, atingindo um patamar de 12,2 bilhões de dólares incluindo as castanhas, nozes e os produtos processados.

É importante também considerar que a fruticultura ocupa uma área agrícola de 2,5 milhões de hectares e pode gerar produtos de médio e alto valor agregado, considerando a exploração de frutas para exportação e ou frutas nobres, como por exemplo, uvas de mesa sem sementes.

Ao analisarmos o segmento agroindustrial da cadeia a par dos doces, geléias e outros derivados, assume importância crescente o setor de sucos e néctares.

O consumo atual *per capita* de sucos integrais (conhecidos como concentrados) está por volta de 4 l/hab./ano, e o consumo *per capita* de sucos prontos para beber, néctares e drinques e é de 2 l/hab./ano.

A Figura 1 indica a grande evolução do consumo de sucos no Brasil, com uma evolução de 14% ao ano.

Comércio Exterior

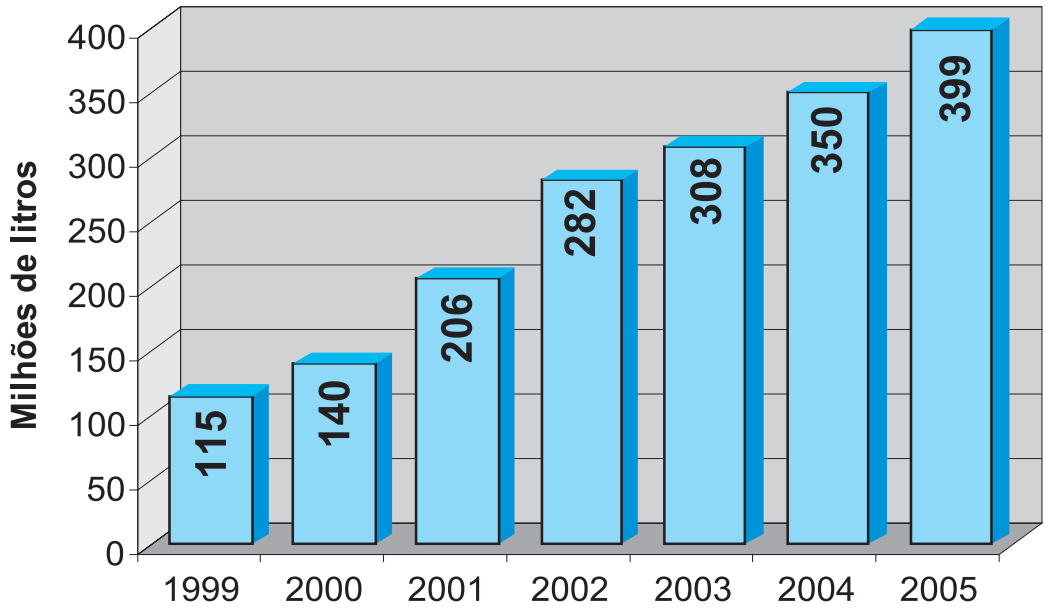
Frutas Frescas

Quanto ao Comércio Exterior, a exportação de frutas frescas vem crescendo sistematicamente, e o volume embarcado cresceu 2,8 vezes nos últimos oito anos (Figura 2).

Apesar das exportações de frutas frescas estarem muito concentradas na União Européia, já se exporta para 74 países (Figura 4).

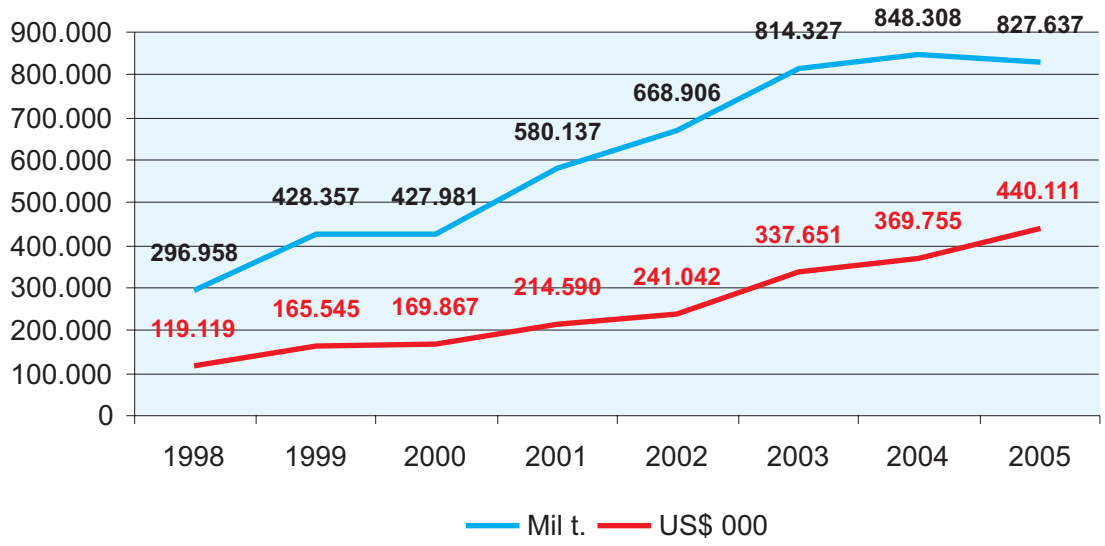
Contudo, um dos pontos mais relevantes no que se refere ao nosso comércio exterior é de que a partir de 1999, conforme mostrado na Figura 5, passamos a apresentar um saldo positivo crescente na nossa balança de pagamentos de frutas frescas.

Figura 1. Evolução da produção , consumo de sucos, néctares e drinques a base de frutas no Brasil



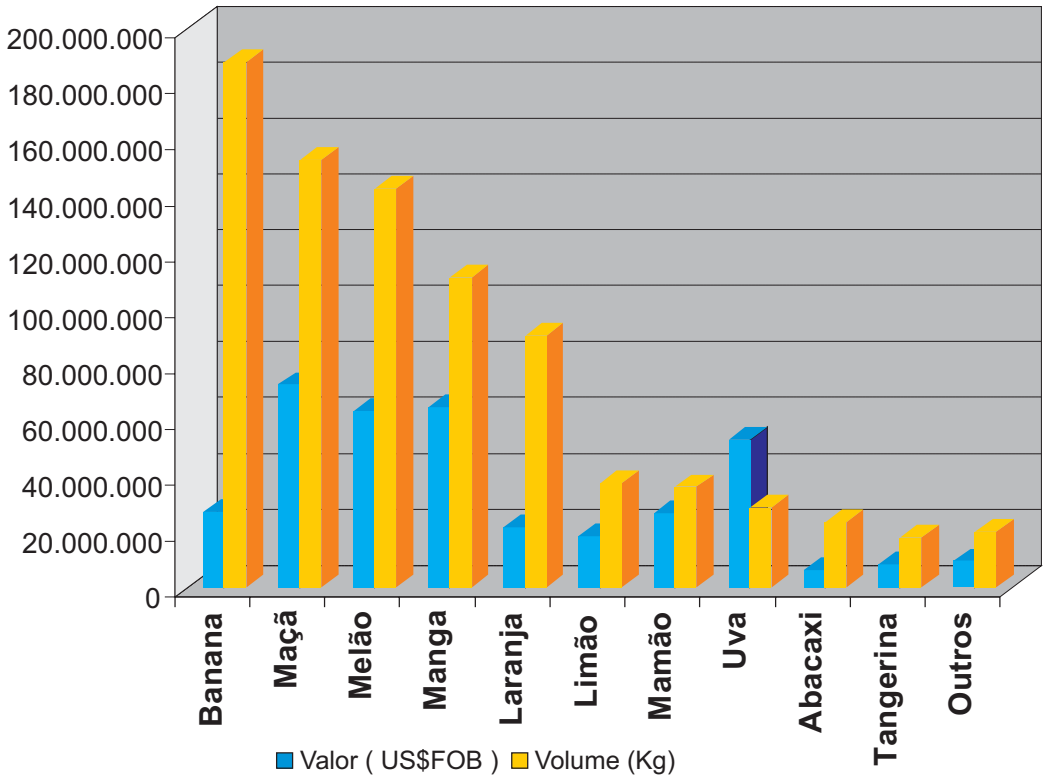
Fonte: IBRAF, Latin Panel, Trends Nielsen, TetraPak

Figura 2. Evolução das exportações brasileiras de frutas frescas - 1998 e 2005



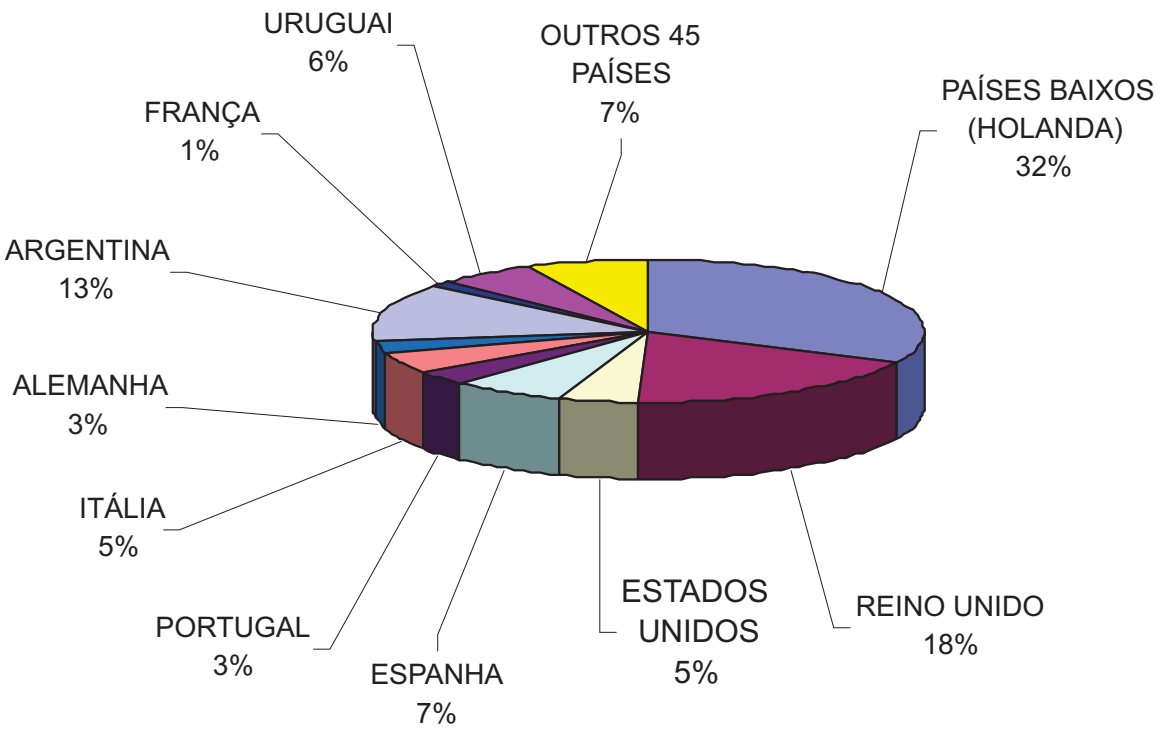
Fonte: IBRAF

Figura 3. Principais frutas exportadas



Fonte: IBRAF

Figura 4. Destino das exportações em 2004



Fonte: IBRAF

A perspectiva é que deveremos manter uma característica consolidada agroexportadora para a fruticultura brasileira.

Se formos comparar o desenvolvimento das exportações em 2004 e as projeções para 2005 do setor, que estima embarcar 930 mil toneladas equivalentes a US$ 410 milhões, alguns cálculos mostram que a taxa média de crescimento das vendas internacionais será inferior à do período 1998-2003.

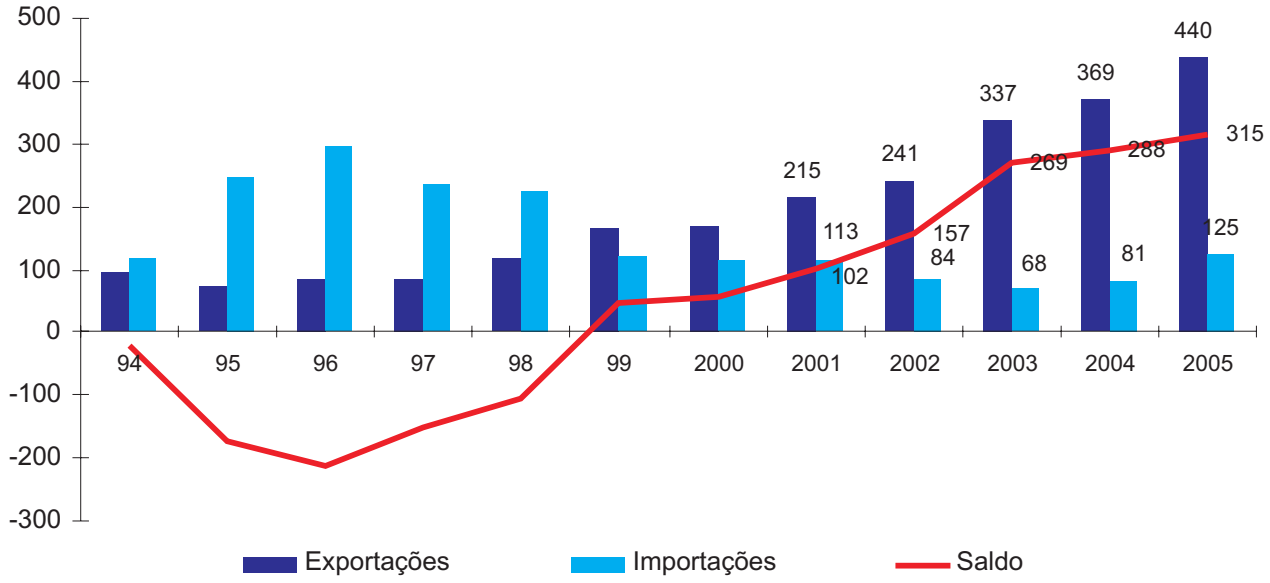
Na opinião de todos os exportadores, o inibidor deste crescimento no curto prazo é o dólar desvalorizado, que surpreendeu até mesmo as perspectivas mais pessimistas. É importante ressaltar que a alta da moeda dos EUA, a partir de 1999, juntamente com o início das promoções estruturadas da fruta brasileira no exterior melhoraram a competitividade nacional e abriu novas perspectivas para as exportações de frutas.

No entanto, a queda do dólar em 2005, aliada às perspectivas de instabilidade do seu valor no futuro dificultam a fixação dos preços internacionais, capazes de superar o custo de produção. Essa situação provoca queda de rentabilidade do setor e pode desmotivar investimentos para exportação.

Frutas Processadas (Sucos de Polpas)

Em relação ao comércio exterior do setor de Sucos e Polpas, a nossa performance refere-se basicamente aos sucos e polpas concentrados distribuídos ao mercado industrial internacional.

Figura 5. Balança comercial de frutas frescas em US$ milhões



Fonte: IBRAF

Isto porque ainda é pouco representativa a exportação de produtos para o consumo final.

Devido à amplitude dos usos comerciais dos produtos em referência, foi necessário um corte analítico, separando-se os sucos de laranja, das polpas e outros sucos de frutas exportados.

O suco de laranja e suas várias formas foram separados por se tratar de negócios específicos, consolidados e com dinâmica própria, além do que seu volume de exportação tornaria quase insignificantes, relativamente, os valores exportados pelo restante do complexo dos sucos e polpas de outras frutas.

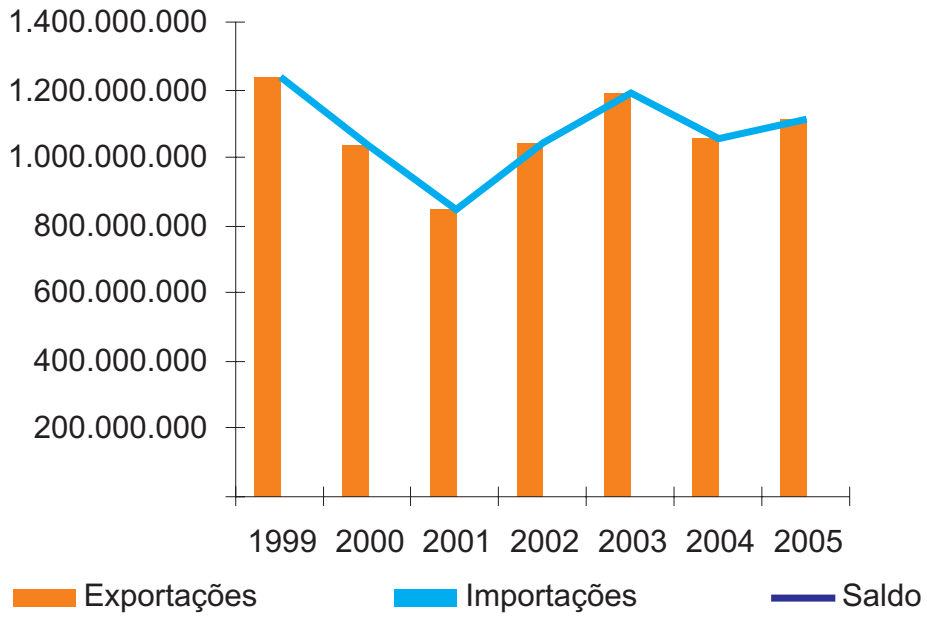
No que se refere à evolução da balança comercial internacional do suco de laranja, no período de 1999 a 2005 verifica-se saldo médio de US$ 1,1 bilhão com flutuações basicamente provocadas por variações do preço do suco de laranja no mercado internacional (Figura 6).

Quanto aos demais sucos, o comércio exterior nos últimos sete anos demonstrou um crescimento acumulado de 145,8% no mesmo período, enquanto que as importações diminuíram 67,1% no mesmo período. Nestes termos o saldo da nossa balança comercial em 2005 foi de US$ 68,2 milhões, inferior em 85,4% ao obtido em 2004, mas o segundo maior no período de 1999 a 2005 (Figura 7).

Já no comportamento da balança comercial das polpas, temos mantido um déficit comercial (US$ 163,5 mil dólares em 2004) que apesar de crescente a partir de 2004, reflete nossa dependência externa para suprir principalmente a indústria de néctares e drinques à base de frutas (Figura 8).

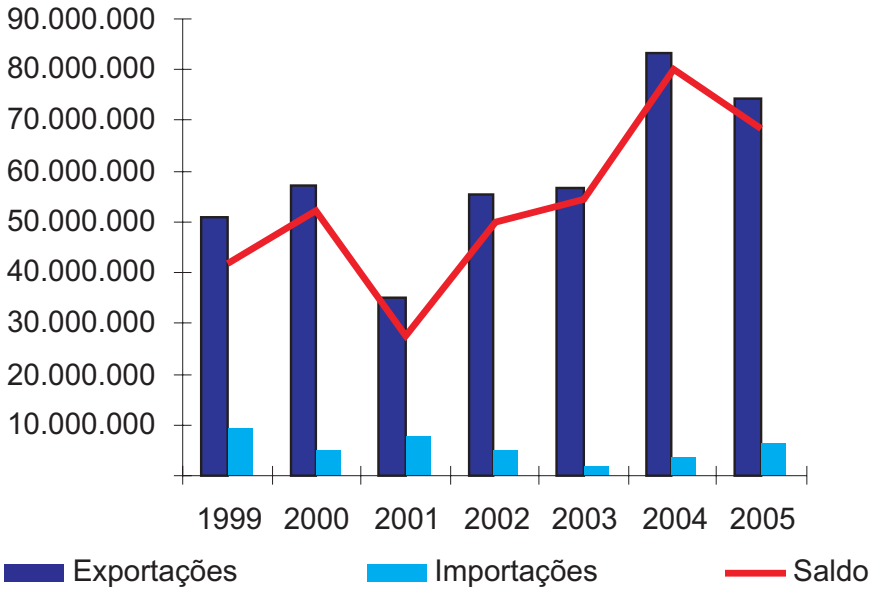
Por grupo de produtos, as exportações brasileiras de Sucos e Polpas apresentaram a seguinte composição em 2005 (Tabela 3).

Figura 6. Balança comercial de sucos de laranja



Fonte: IBRAF, SECEX

Figura 7. Balança comercial de outros sucos

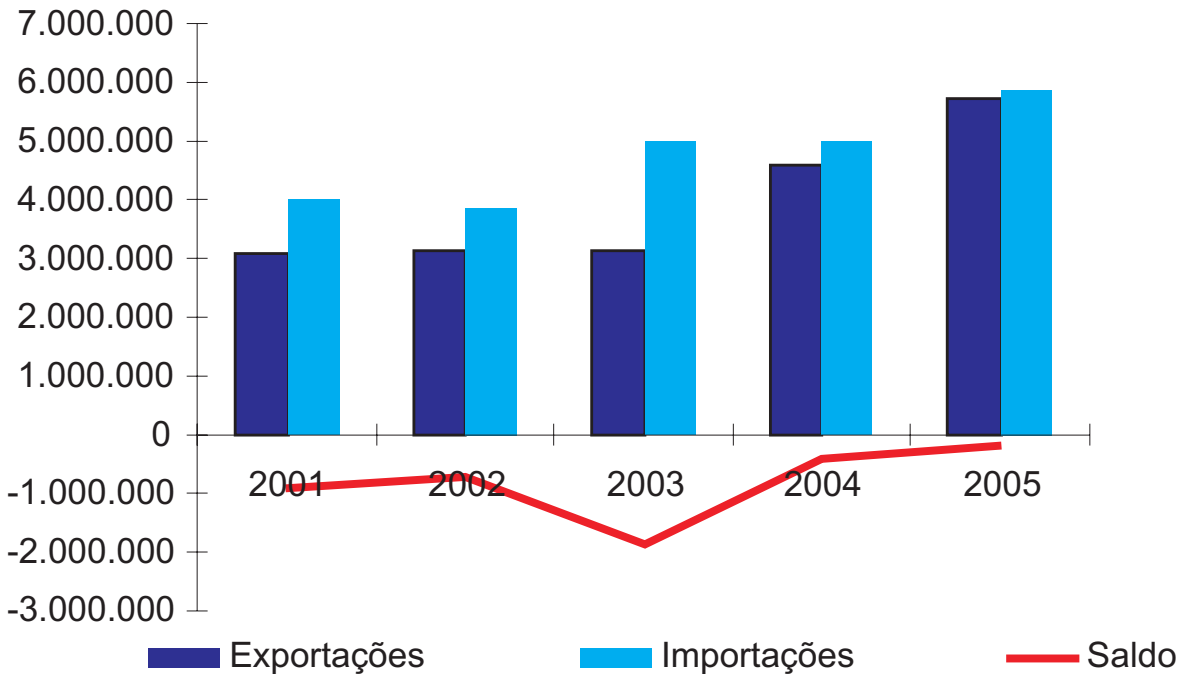


Fonte: IBRAF, SECEX

Apesar de já se exporta para 77 países, é notória a concentração das exportações à Holanda, Estados Unidos, e Alemanha, que tem representado de 46,6 a 63,0% das nossas exportações nos últimos cinco anos (Tabela 4).

No que se refere ao comércio internacional, é ainda importante considerar que para as exportações de sucos e polpas, apesar de não estarem sobre forte pressão de medidas fitossanitárias como as frutas frescas, as barreiras mais fortes para o setor de frutas processadas são as tarifas alfandegárias e sobretaxas aplicadas. Afora as conhecidas taxas aplicadas ao nosso suco de laranja pelos Estados Unidos, a grande barreira para as nossas polpas e sucos de frutas tropicais na União Européia são as preferências tarifárias concedidas unilateralmente para determinados países por meio dos mecanismos do seu SGP. Assim sendo, os países do Pacto Andino tem acesso livre ao mercado europeu, sem pagar taxas, enquanto que os produtos brasileiros estão sujeitos a tarifas de 10,5% a 21% mais 12,9 Euros/100kg, dependendo do produto. Isto dificulta sobremaneira nossa competitividade.

Figura 8. Balança comercial de polpas de frutas



Fonte: IBRAF, SECEX

Tabela 3. Comparativo das exportações brasileiras de frutas processadas - 2005/2004

Produtos	Variação 2005/2004		2005		2004	
	Valor (%)	Volume (%)	Valor	Volume (t) (US$ FOB)	Valor	Volume (t) (US$ FOB)
Suco de Laranja (todos os tipos)	4,95	12,22	1.110.499.732	1.777.599.455	1.058.090.916	1.584.056.595
Suco de Maçã Concentrado	19,46	7,16	24.604.032	33.795.540	20.596.425	31.538.235
Outros Sucos	-18,67	-14,01	29.208.050	31.762.967	35.912.976	36.936.668
Suco e Bases Concentradas de Abacaxi	-38,65	-36	9.776.276	9.586.118	15.936.237	14.977.998
Suco Concentrado de Uva	-0,22	0,58	10.798.481	7.710.522	10.822.209	7.666.265
Polpas e Purês Congelados	22,42	4,16	6.326.695	6.042.340	5.167.926	5.801.050
Polpas, Purês e Pastas de Frutas	-2,22	-14,1	3.119.125	4.325.753	3.189.917	5.035.931
Total	**3,88**	**10,96**	**1.194.332.391**	**1.870.822.695**	**1.149.716.606**	**1.686.012.742**

Fonte: SECEX, DATAFRUTA, IBRAF

Tabela 4. Destino das exportações de sucos e polpas de frutas

	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações Totais US$	**34.961.129**	**55.244.529**	**56.526.074**	**83.267.912**	**74.386.906**
Principais Mercados US$: Alemanha, EUA e Holanda	**16.325.771**	**34.898.499**	**35.623.834**	**51.784.777**	**37.276.830**
Participação dos Principais Mercados sobre o Total (%)	**46,7**	**63,2**	**63,0**	**62,2**	**50,1**
Quantidade de Países de Destino	**48**	**57**	**67**	**71**	**77**

Fonte: SECEX, MDIC

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

I- Pontos Relevantes para Discussão Levantados pelo Setor Frutícula

POLÍTICAS NACIONAIS

Nos últimos anos algumas sugestões de políticas do setor frutícola foram acolhidas pelo Governo, porém sem a presença oficial das entidades civis.

Recomendações

- Criar uma Câmara Setorial ou Comissão Nacional para Cadeia Frutícola, envolvendo a produção agrícola, beneficiamento, industrialização, distribuição, comércio e exportação para se realizar um planejamento estratégico da cadeia e aconselhar e assessorar o Governo na formulação de suas políticas e diretrizes para o setor.

Incentivo às Exportações de Frutas e Derivados

O saldo da balança comercial do setor (frutas frescas) atingiu US$ 315 milhões, em 2005, o que contribuiu para minimizar os desequilíbrios externos da economia brasileira. O aumento da produção interna de frutas e derivados tem contribuído para o crescimento das exportações nos últimos anos, além de reduzir as importações de frutas frescas nos últimos quatro anos.

Igualmente, no que se refere aos produtos processados capitaneados pelo suco concentrado de laranja, mantém-se um saldo de balança comercial importante.

A Lei Complementar n° 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), estabelece com isonomia de tratamento tributário as exportações de produtos primários e semi-elaborados com os produtos industrializados, já isentos de tributos.

Da mesma forma e reforçada pelo apoio da Agência de Promoção das Exportações (APEX), a partir de 1998, as nossas exportações de frutas frescas evoluíram de 119 milhões de dólares em 1998 para US$ 440 milhões de dólares em 2005, e com evolução positiva prognosticada para 2006 e 2007.

Embora a Lei Kandir tenha desonerado o ICMS, as exportações de frutas ainda permanecem com taxas e impostos que incidem no custo da produção, o que caracteriza uma carga fiscal considerável, que reduz a competitividade das vendas externas brasileiras.

Uma outra ferramenta importante para apoiar o aumento das exportações são atividades de marketing, como campanhas para a promoção das frutas brasileiras: objetiva a implementação de sistema de gestão do comércio internacional, envolvendo participação em acordos multilaterais, formação de parcerias estratégicas para atração de investimentos e estabelecimento de mecanismos internacionais de intermediação para a efetiva inserção de frutas brasileiras nos principais mercados importadores; e implementação de estratégias de ação mercadológica concentrada em produtos frutícolas selecionados para importantes mercados internacionais. As ações destinam-se à renovação de esforços para a realização de metas em exportação e o incremento do mercado interno; focalizam, no exterior, principalmente os mercados da Europa, como Alemanha, Inglaterra, França, Holanda e Itália, além de Estados Unidos, Japão e Mercosul.

Recomendações

- Manter a Lei Kandir e conceder crédito tributário aos produtores rurais quando da exportação, em porcentual equivalente à carga tributária inserida nos insumos de produção;
- Criar mecanismos para facilitar o financiamento das exportações, com taxas especiais;
- Manter o Programa da Agência de Promoção das Exportações (APEX);
- Fortalecer a Agência de Promoção de Exportação (APEX) no seu papel de executora de políticas de Promoção de Exportação com ênfase para agronegócios frutícolas de pequeno e médio porte;
- Capacitar as embaixadas e escritórios de representação brasileira para se tornarem instrumentos de inteligência comercial;
- Articular com Ministérios de Relações Exteriores a figura do Adido Agrícola;
- Eliminar impostos incidentes na cadeia produtiva destinada à exportação (Emenda Constitucional 33);
- Potencializar o acesso ao mercado das agroindústrias rurais familiares comerciais e pequenas empresas processadoras de frutas, pela internacionalização das normas, padrões e códigos de boas práticas de fabricação internacionalmente harmonizadas;

- Buscar a captação de mais investimentos compartilhados entre o governo e a iniciativa privada destinados à promoção das frutas brasileiras e seus derivados;
- Aprimorar e inovar as campanhas de promoção e divulgação das frutas no exterior, identificando novos mercados emergentes e estratégias mais eficazes.

Apoio Político

A fruticultura nacional em 2006 ganhou significativo apoio político. No dia 16 de fevereiro foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa da Fruticultura no Congresso Nacional.

A Frente Parlamentar em setembro já contava com 211 adesões, entre deputados e senadores. A coordenação é do deputado federal Carlos Alberto de Sousa Rosado (PFL/RN).

Como Surgiu

A Frente Parlamentar da Fruticultura era uma reivindicação dos fruticultores e de órgãos representativos como o Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf), a Câmara Setorial da Fruticultura, instituições de pesquisa, associações dos fruticultores, entre outras entidades.

Objetivos

A instalação da frente parlamentar teve como finalidade buscar as melhores alternativas e respaldos do Congresso Nacional para este importante segmento do agronegócio. A idéia é de fomentar o seu crescimento na produção, exportação, geração de renda e emprego, considerando que a Fruticultura tem apresentado uma evolução continuada no atendimento do grande mercado interno e na otimização do acesso ao mercado internacional.

A frente foi criada para atuar junto ao Governo Federal, em busca de políticas públicas para o setor mais aderentes às suas peculiaridades e de soluções para diminuir os impactos das barreiras fitossanitárias.

Recomendações

- O setor produtivo e os vários setores da sociedade, direta e indiretamente relacionados com a fruticultura, deverão dar suporte para sustentabilidade e consolidação da Frente Parlamentar;
- O setor produtivo deverá priorizar e encaminhar à Frente Parlamentar temas estruturantes e de interesse da comunidade frutícola de forma representativa;
- Deverá ser buscada sempre uma interação estreita da Frente Parlamentar com a Câmara Setorial de Fruticultura do MAPA e as entidades representativas dos vários setores da cadeia frutícola brasileira;
- Deverá ser sempre mantido o caráter suprapartidário deste colegiado;
- A Frente Parlamentar de Fruticultura deverá sempre ter uma visão nacional da fruticultura, considerando suas peculiaridades e especificidades, principalmente regionais.

Agroindustrialização

A Importância da Agroindustrialização no Sistema Agroalimentar das Frutas.

- Uma das maiores deficiências da maior parte das cadeias produtivas das frutas é a falta de uma agroindústria integrada, que evitaria em parte as perdas que temos hoje, as quais podem chegar a alguns casos até 25% - 30%;
- Permite transformar produtos perecíveis em produtos armazenáveis, proporciona a realização de negociações de comercialização com mais poder de barganha;
- O segmento de processamento da fruta é um dos instrumentos com que conta o Sistema Agroalimentar das Frutas, para agregação de valor econômico e social às matérias-primas;
- O processamento das frutas pode ser um dos mais eficientes sistemas de proteção negocial quando se consegue valor tecnológico agregado e controle do processo;

- O mercado internacional da fruta processada é significativamente maior do que a fruta "in natura";
- O mercado internacional de frutas tropicais "in natura" está calculado hoje em US$ 7,3 bilhões FOB;
- Este valor sobe para US$ 28 bilhões quando se considera as frutas processadas;
- Permite ao fruticultor, se optar pela agroindustrialização de transformação primária, expandir com maior segurança sua capacidade de oferta aos utilizadores finais que via de regra apresentam demandas mais confiáveis e previsíveis.

Entraves ao Desenvolvimento da Agroindústria de Frutas

- É preciso sempre considerar que a agroindústria das frutas, apesar do seu crescimento, enfrenta entraves para sua plena expansão;
- Inexistência no Brasil de forma institucionalizada de uma fruticultura dirigida para a agroindustrialização (exceto citros);
- Ausência do conceito de diversificação industrial e aproveitamento integral das matérias-primas agrícolas;
- Formas de organização para industrialização das frutas frágeis ou não existentes;
- Falta de orientação para direcionar o setor pela ausência de um planejamento estratégico diretor e ausência de uma política agroindustrial;
- Desconsideração e ou desconhecimento da Tipologia e Função das agroindústrias que acarreta dificuldades de estabelecimento dos mercados foco;
- Muito poucos projetos cooperativos de pesquisa e desenvolvimento entre a iniciativa privada (empresas) e centros de excelência brasileiros;
- Deficiência na capacitação e desenvolvimento de recursos para gestão;
- Falta de linhas de crédito e financiamento adequadas às peculiaridades do setor.

Quanto aos aspectos de mercado, o principal segmento das frutas processadas é o de sucos, polpas, néctares e drinques a base de frutas, que conjuntamente representam hoje mais de 1 bilhão de litros/ano.

Este segmento tem crescido a taxas médias anuais de 14%, com destaque para a água de coco (*coconut juice*), que vem evoluindo 23% ao ano nos últimos cinco anos.

É importante mostrar o crescimento setorial das frutas processadas, fundamentado na performance do segmento de sucos, néctares e drinques de fruta. Neste sentido, a tabela a seguir compara a evolução do Produto Interno Bruto com a da indústria em geral e os índices do segmento em referência.

Recentemente, em junho de 2006, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior reconheceu o setor de processamento das frutas como importante segmento da economia nacional, firmando um convênio com o Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF) para implementação do Plano de Desenvolvimento Setorial – PDS – que terá um investimento conjunto de R$ 1,26 milhão, e visa fortalecer o setor de frutas processadas, principalmente a indústria de polpas e sucos.

O PDS é um dos instrumentos de formulação e execução da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) do governo federal brasileiro, buscando concretizar ações orientadas às macro-diretrizes de fortalecimento e expansão da base industrial brasileira e da ampliação da capacidade inovadora das empresas.

Voltado para o setor de frutas processadas, o Plano está fundamentado em 11 projetos sinérgicos iniciais e que se interagem.

Tabela 5. Crescimento setorial

Ano	PIB	Indústria Geral	Indústria de Sucos Deflacionado (*)
2001	1,4	-0,3	46,8
2002	1,5	1,5	36,9
2003	0,5	0,1	25,6
2004	5,2	6,2	14,1
2005	2,3	3,0	15,3
Acumulado 2001 / 2005	11,3	10,8	139,1
Médio Composto 2001 / 2005	2,2	2,1	27,7

Nota: (*) Deflator: índice IPC FIPE Alimentos.
Fonte: IBGE, Banco Central, ABIA, IBRAF

Recomendações

- Promover a organização integrada para comercialização, por meio de modelos que serão desenvolvidos e implantados, conforme as várias regiões e os tipos de agroindustrialização e parcerias requeridas.

Serão a princípio estudados:

- Modelo empresarial com uma indústria integradora ou âncora;
- Condomínios agroindustriais;
- Modelo para inclusão social e econômica para pequenos produtores e sua inserção na agroindustrialização;
- Desenvolver e implantar indicadores de desempenho do Sistema Agroindustrial das Frutas;
- Crescimento do volume e valor da produção;
- Crescimento das Exportações;
- Dependências dos fatores de produção na formação dos custos, etc;
- Aprimorar as relações entre a indústria e agricultura, procurando definir e caracterizar uma fruticultura dirigida para industrialização;
- Articulações e recomendações que permitam aos vários agronegócios do setor, acesso ao crédito, financiamentos e a um sistema de seguros que levem em conta as peculiaridades do setor;
- Ações e recomendações para equacionar os gargalos e deficiências da infra-estrutura especificamente ao setor;
- Articular e participar junto com os órgãos competentes, regulamentos técnicos com padrões de interesse do setor para disciplinar o mercado;
- Ações que permitam uma correta orientação para os Centros de Excelência da Fruticultura das prioridades de estudo e pesquisa, assim como recomendar a necessária canalização de recursos financeiros públicos e privados. "Tecnologia a Serviço da Competitividade";
- Ações e recomendações para o aperfeiçoamento do Capital Humano inerente ao Sistema Agroalimentar das Frutas, buscando sua valorização e formação dentro dos perfis exigidos pelos vários intervenientes dos segmentos funcionais da cadeia;

- Em parceria com ABNT, estabelecer normas técnicas voluntárias para auto-regulamentação do mercado e criação de um selo de garantia de identidade e origem para os derivados de fruta;
- Aprimorar o sistema de informações de mercado e de produção disponíveis em nível interno e externo;
- Estudos para a criação e a implementação de fundos setoriais para dar ao setor uma base mínima permanente de sustentabilidade para Pesquisa e Desenvolvimento e Promoção no Brasil e no exterior dos derivados das frutas;
- Proceder a articulações para fortalecer as agroindústrias existentes, reconverter linhas e ou negócios de empresas em dificuldade e realizar estudos visando a recuperação de empresas desativadas;
- Contribuir com o desenvolvimento e implantação de novos negócios que contribuam com o desenvolvimento regional;
- Ações que possam contribuir para o aumento do consumo de frutas e seus derivados no Brasil por meio de um programa nacional de promoções e ações e recomendações que possam contribuir com o aumento das exportações brasileiras de frutas e seus derivados;
- Elaboração e execução de um plano estratégico para o setor que permita uma melhor inserção no mercado das pequenas empresas de transformação primária e um maior acesso dos nossos produtos no mercado internacional;
- O fortalecimento da ABDI é prioritário para o apoio sistemático ao desenvolvimento da agroindustrialização das frutas.

Consumo

Apesar das frutas serem reconhecidas como uma das mais importantes fontes de vitaminas, fibras e sais minerais para uma alimentação saudável, no Brasil são ainda consideradas como complementos alimentares e o consumo *per capita* de apenas 45kg/ano de frutas fresca é muito inferior ao consumo dos países desenvolvidos, com uma variação entre 70 a 120 kg/ano *per capita*.

Para tanto, e considerando a sua importância não só no âmbito da segurança alimentar, como no combate a fome, é altamente recomendada a estruturação de um plano integrado por órgãos públicos e instituições privadas, no sentido de aumentarmos o consumo das frutas no país. O plano deve refletir as posições de organizações da sociedade civil, nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento social e segurança alimentar, como um dos instrumentos de uma política pública de largo espectro.

Recomendações

- Incluir as frutas/derivados nas cestas básicas;
- Fomentar e induzir o consumo das frutas frescas e ou transformadas nos programas de merenda escolar;
- Considerar as frutas e seus derivados como produtos-chave nos vários programas sociais de alimentação implementados ou a serem implementados;
- Subsidiar em parceria com o Setor Privado um plano de aumento de consumo de frutas com forte interação entre os Ministérios da Saúde, Educação e Agricultura.

Crédito Rural e Financiamento ao Setor

Fontes de Financiamento do Setor

Tradicionalmente, a produção agropecuária brasileira é atendida pelas seguintes fontes de recursos:

- Crédito rural oficial (aplicação obrigatória de um determinado percentual dos

depósitos a vista dos bancos comerciais e de outro percentual da caderneta de poupança, pelos bancos oficiais federais);

- Emissão de CPR pelos produtores, com aval e/ou aquisição pelos bancos;
- Fundos e Programas Governamentais (Fundos Constitucionais, Funcafé, Proger, Pronaf, etc.);
- Linhas de Investimento do BNDES;
- Vendas antecipadas da produção agropecuária;
- Fornecimento antecipado de insumos pelas indústrias; e
- Recursos próprios dos produtores.

Embora o volume de crédito rural destinado ao setor tenha apresentado crescimento real nos últimos sete anos, o volume que tem sido destinado à Fruticultura ainda é considerado muito pequeno em relação às necessidades do segmento.

Diferentemente de outras cadeias, os fruticultores não contam, também, com fontes expressivas de financiamentos indiretos, patrocinados pelas agroindústrias e tradings, por não haver, ainda, sistematização de compras e vendas a prazo.

Dessa forma, o produtor de frutas vê-se obrigado a financiar com recursos próprios a quase totalidade de seus cultivos. Segundo levantamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), de Piracicaba/SP, no ano de 2001, apenas 4% dos R$ 10,5 bilhões disponibilizados para custeio agrícola tiveram como destino os segmentos de hortifrutícolas.

Estima-se que do total da receita obtida com a produção de frutas, apenas 1% provém da participação do crédito oficial. Já entre os grãos, este índice situa-se entre 20% a 23%. Há que se buscar as razões para essa diferença para que se possa ampliar o acesso dos fruticultores ao crédito rural.

Exceto em casos de programas para determinados setores ou regiões, de um modo geral, as linhas de crédito disponibilizadas pelos bancos não são específicas para atendimento deste ou daquele produto. Em princípio, os ditos recursos para cumprir a exigência de aplicação no crédito rural imposta pelo Banco Central, podem ser emprestados a qualquer segmento da produção agropecuária, desde que respeitados determinados tetos por cultura e tomador do crédito.

Então, por que alguns segmentos são mais assistidos com crédito rural? É claro que, além dos tetos por produtor, que são diferenciados por cultura, existem outros fatores determinantes dessa diferenciação, quais sejam:

- Tradição de demanda por parte de determinados segmentos, inclusive com poder de gestão junto às autoridades governamentais com o objetivo de obtenção de tetos de financiamentos adequados aos seus cultivos;
- Existência de cadeias de produção mais estruturadas para alguns produtos, com adequado mercado e liquidez;
- Maior especialização do sistema de assistência técnica e extensão rural no apoio ao cultivo de alguns produtos e insuficiência de apoio em outros;
- Necessidade de maior prazo para os financiamentos, em razão das características do segmento;
- Inexistência de mecanismos que reduzam o risco de crédito em determinadas culturas (convênios com integradoras, mercado futuro, seguro agrícola, etc.);
- Desconhecimento dos próprios produtores quanto à existência das linhas de crédito;
- Receio, de alguns produtores, em contratar financiamento bancário;
- Dificuldades de alguns produtores,

notadamente dos pequenos, de atender exigências dos agentes financeiros para concessão do crédito, notadamente garantias;

- Especialização dos bancos no financiamento de determinados cultivos, o que levou, ao longo do tempo, a um maior conhecimento, por parte dos agentes financeiros, do mercado daqueles produtos;
- Necessidade de que os agentes financeiros estejam convictos quanto à capacitação técnica do produtor, mercê da maior exigência para o sucesso desse tipo de produção;
- Percepção, por parte dos agentes financeiros, de que alguns segmentos apresentam riscos mais elevados que outros.

Especificamente para investimentos, há linhas de crédito gerais para o setor agropecuário e algumas específicas para a Fruticultura que poderiam vir a atender boa parte das necessidades dos fruticultores, sendo importante que se dê maior divulgação das mesmas e que se apresente projetos adequadamente formulados.

Recentemente, em setembro de 2006, o Banco do Brasil apresentou um programa para apoio exclusivo à Cadeia Produtiva das Frutas denominado BB Fruticultura.

- Está sendo lançado com a finalidade de promover o incremento e melhoria dessa importante cadeia produtiva.

Utilizará linhas de crédito e serviços disponíveis como:

- BNDES Prodefrut;
- Modeinfra;
- Finame Especial;
- Custeio Agrícola;
- Crédito Agroindustrial;
- Desconto de NPR/DR;
- Comércio Exterior;
- Entre outros.
- A meta do programa é aplicar R$ 3,6 bilhões em cinco anos, a partir de 2006.
- Está dirigido a toda a cadeia do agronegócio das frutas, ou seja:
- Mini e pequenos agricultores;
- Empresas frútícolas;
- Cooperativas;
- Agentes intermediários;
- Supermercados;
- Empresas exportadoras;
- Agoindústrias de frutas;
- Taxas de Juros: 8,75 ao ano incluido a remuneração da instituição financeira credenciada de 5% ao ano.

Limites de Crédito:

- Até R$ 200.000,00 para empreendimentos individuais.
- Até R$ 600.000,00 para empreendimentos coletivos.

Prazos

- Até 96 meses incluindo a carência de 36 meses.

Garantias:

- A critério da Instituição Financeira credenciada observada as norma pertinentes do Banco Central do Brasil

Recomendações

- Articular a formatação de convênios de integração entre os produtores, as agroindústrias e os bancos, de forma a favorecer o acesso dos produtores tanto aos financiamentos para custeio, quanto aos de investimentos rurais. Ditos convênios já são bastante utilizados em outros segmentos produtivos rurais e apresentam as seguintes vantagens:

Para os produtores:

- Possibilidade de acesso ao crédito, mesmo não dispondo de garantias a oferecer;
- Garantia de comercialização;
- Ganhos de produtividade e aprimoramento tecnológico;
- Garantia antecipada de preços.
- Para a agroindústria:
- Garantia do produto dentro da qualidade requerida;
- Maior eficiência de sua capacidade técnico-operativa;
- Oferta programada de matéria-prima;
- Possibilidade de planejamento a médio prazo assegurada.

Para o Financiador:

- Redução de riscos (garantias do produtor + comprometimento da agroindústria);
- Redução de custos operacionais;
- Oportunidade de efetuar negócios com todo o sistema (produtor, fornecedor, comprador).

Para o Sistema Agroalimentar Frutícola:

- Garantia dos suprimentos das matérias-primas (quantidade e qualidade);
- Redução da flutuação de preços e estabilização da oferta (insumos e produtos derivados);
- Otimização do sistema, aumento da competitividade.
- Articular formas para divulgação aos produtores rurais das linhas de crédito existentes nos bancos, bem como de outros mecanismos de financiamentos como a emissão e colocação, no mercado, de Cédulas de Produto Rural – CPR;
- Articular a criação/desenvolvimento de seguros nos níveis estadual e federal para a produção frutícola, bem como de mecanismo de subsídio aos prêmios, notadamente para os mini e pequenos produtores. O Manual do Crédito Rural já permite que o prêmio seja financiado concomitante com o financiamento da lavoura;
- Articular a renovação anual das linhas de investimento já existentes, de forma a assegurar a disponibilização de volumes adequados de recursos, bem como a criação de novas linhas para eventuais necessidades ainda não atendidas;
- Articular a manutenção de tetos adequados de recursos controlados para o segmento de fruticultura, atualmente R$ 200 mil por cliente;
- Trabalhar junto ao Governo Federal no aprimoramento dos programas de financiamento já existentes, a exemplo do PRODEFRUTA, que poderia permitir o financiamento do custeio associado nos primeiros anos após implantação do projeto e até que atingida a maturação do empreendimento;
- Buscar apoio institucional permanente para capacitação de crédito, enfim, exigir uma política agroindustrial para a fruticultura dinâmica e efetiva que considere as peculiaridades e especificidades das regiões e pólos de produção;
- Proceder a estudos para criação e implementação de fundos setoriais frutícolas para dar ao setor uma base permanente de sustentabilidade para Pesquisa e Desenvolvimento e Promoção das Frutas e Derivados no Brasil e no exterior.

Renda da Cadeia Frutícola Brasileira

A fruticultura brasileira movimenta hoje 5,8 milhões de dólares somente com frutas frescas, ascendendo para 12,2 bilhões de dólares se considerarmos também todos os derivados das frutas.

É importante considerar o efeito multiplicador sobre outros setores da economia.

A cada R$ 1,00 de renda obtida no segmento, consegue-se gerar outros R$ 4,00 nos demais setores, isto é, na indústria de insumos, processamento e nos serviços agregados a essas atividades.

De outra forma apresenta um efeito multiplicador de renda incomparável. Contudo, é imprescindível uma melhor organização do setor para comercialização e mecanismos viáveis de agregação de valor social, tecnológico e econômico da fruticultura.

Recomendações

- Desenvolver políticas efetivas de suporte ao desenvolvimento da agroindústria rural, familiar comercial. Isto permitirá o desenvolvimento das áreas rurais por meio da organização familiar na exploração e agregação das frutas através do processamento junto às fronteiras agrícolas;
- Fortalecer o desenvolvimento de sistemas de organização de produtores e ou pequenas empresas na área de comercialização dos produtos gerados;
- Fortalecer o desenvolvimento de formas modernas de comercialização das frutas e seus derivados, via leilões, mercados futuros para alguns produtos e mesmo comércio a distância.

Geração de Empregos

A fruticultura usa intensamente mão-de-obra, gerando oportunidades de trabalho na razão de 2 a 5 trabalhadores, nos diferentes elos da cadeia produtiva, para cada hectare cultivado. Esta necessidade de força de trabalho apresenta ainda a vantagem de poder ser criada com investimentos médios consideravelmente inferiores ao da agricultura em geral. Se em Agricultura o investimento necessário é da ordem de R$ 37 mil (PADFIN) por hectare; em fruticultura, o investimento é de 6 vezes menor.

O fato de projetos frutícolas exigirem menor volume de investimentos para a mesma absorção de mão-de-obra pretendida, não indica que o setor não requer tecnologia moderna. Assim sendo, todo e qualquer segmento da cadeia de produção de frutas exige qualificação tecnológica especial. A produção, o plantio e a condução das culturas; a irrigação, o monitoramento/manejo de pragas, as operações no preparo e embalagem nos *packing-house* e estocagem a frio; o despacho, o transporte, a distribuição e a comercialização; a agroindustrialização, além da gestão de todos estes complexos de ações, exigem qualificações e aptidões específicas. Em cada etapa a tecnologia exigida é elevada e não pode ser deixada ao empirismo e à improvisação.

Pequena Propriedade

O segmento agrícola do Sistema Agroalimentar Brasileiro das Frutas está fundamentado em pequenas e médias propriedades e muitas propriedades possuem áreas de até quatro Módulos Rurais.

Um dos grandes desafios nos dias de hoje é a capacidade do país de transformar uma fruticultura familiar edificada em pequenas propriedades, em intervenientes através da cadeia produtiva comercial, capaz de gerar renda, gerar empregos e proporcionar desenvolvimento, enfim, obter auto sustentabilidade.

Para tanto, é necessário conhecermos a fundo todas as comunidades frutícolas identificadas, considerando suas peculiaridades e suas raízes.

É importante mencionar que tendo o Estado da Bahia como pioneiro, já dispomos de um instrumento para identificação e discussão sobre as limitações e oportunidade de uma fruticultura familiar comercial em microrregiões produtoras do aporte tecnológico, de gestão e do apoio ao encaminhamento correto de problemas de ordem estrutural e conjuntural necessários.

Trata-se do "Programa Caravana da Fruta", que é direcionado a todos os segmentos direta e indiretamente ligados à fruticultura local e regional em particular aos pequenos fruticultores, pequenas cooperativas e às Empresas de Extensão Rural, órgãos de Formação Profissional, às Empresas de Pesquisa Agronômica, às Universidades, Faculdades de Agronomia, fornecedores de produtos e distribuidores de frutas, bem como aos órgãos governamentais correlatos e agentes financeiros.

O Programa foi concebido pelo Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF) e contou na fase inicial com o apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e logo após foi encampado e implementado com sucesso pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI) da Bahia, que é seguramente o Estado que mais conhece sua fruticultura.

O Programa em referência, através do uso de metodologias específicas, permite promover a integração e a inserção do pequeno fruticultor no setor frutícola comercial a nível local e estadual, além de possibilitar o desenvolvimento da fruticultura em si e o desenvolvimento rural local e o entorno destas atividades.

As regras de enquadramento do PRONAF para fins de crédito, cujas diretrizes são definidas pelos CNDRS, apresentam restrições que limitam sua aplicação aos pequenos fruticultores, o que tem impedindo o seu desenvolvimento econômico e social dos próprios pequenos fruticultores.

A base de crédito para pequenos produtores concentra-se no PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), tem mostrado certa eficiência apenas para manter o pequeno produtor no campo. Os baixos juros desse programa são uma forma de subsídio que o governo oferece a esse segmento. No entanto, o PRONAF é restrito a pequenos produtores com renda bruta abaixo de R$ 30 mil por ano (sendo 80% provenientes da atividade de campo) e utiliza basicamente a mão-de-obra familiar. Estes critérios acabam inviabilizando o crédito a produtores de fruta, mesmo aos pequenos, já que o valor bruto de produção (frutas tem bom valor agregado) é elevado e requer, na maior parte dos casos, contratações de mão-de-obra.

Recomendações

- Adotar novos critérios de enquadramento no PRONAF para estimular a geração de empregos a partir dos pequenos produtores de frutas e adequar novos limites de renda bruta, caracterizando a fruticultura familiar comercial;
- Instituir um fundo de aval para as operações contratadas com pequenos produtores com o objetivo de estimular um maior interesse dos agentes financeiros, priorizando suas aplicações por meio das cooperativas de crédito;
- Implementar o Programa Caravana da Fruta em todos os Estados com pólos de produção de frutas por meio de uma parceria interinstitucional oficial e a iniciativa privada voltada para a fruticultura;
- Integrar todas as ações de governo que devam dar sustentação a um modelo integrado de inserção de pequeno fruticultor no mercado como o fortalecimento da fruticultura familiar, reforma agrária, fortalecimento do cooperativismo e associativismo e conseqüente redução da pobreza rural;
- Criar um sistema de coordenação central no país, com observações das exigências e peculiaridades regionais da fruticultura, considerando um modelo onde a agricultura familiar comercial seja a base, a reforma agrária seja formadora de novos fruticultores familiares comerciais e a organização dos produtores seja a base de toda a articulação do processo;

- Ampliar os recursos destinados ao cooperativismo de crédito para facilitar o acesso dos pequenos e médios fruticultores ao financiamento agrícola;
- Formular e implantar uma política de crédito subsidiado ao fruticultor familiar, para acesso e incorporação de tecnologias disponíveis para o segmento agrícola tradicional;
- Formular e implantar políticas de crédito subsidiado à agricultura rural familiar comercial para acesso aos insumos, matérias-primas, máquinas, equipamentos e outros meios de produção.

Previdência Social

Uma grande parte dos empregados rurais da cadeia frutícola brasileira poderá ficar excluída dos benefícios previdenciários da aposentadoria por falta de contribuição à Previdência Social. Conforme dados de 1999 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando todo setor agrícola e não apenas a fruticultura, somente 110.538 produtores, ou 24% do total de 458.245 empregadores rurais, contribuem para a Previdência Social.

Se prevalecer a situação identificada pela pesquisa, caso este contingente de pessoas não tenha acumulado renda ao longo da vida ativa, poderá vir a depender de benefícios assistenciais ou viver à custa de suas famílias. Segundo o Ministério da Previdência e Assistência Social, trata-se de uma verdadeira bomba relógio, programada para explodir nas mãos da futura geração.

O resgate da cidadania dos trabalhadores rurais do setor frutícola excluídos dos benefícios previdenciários, poderá ser feito por meio de um programa governamental semelhante ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), recentemente implantado no setor urbano e que objetiva a regularização de débitos relativos a tributos e contribuições de competência federal, estimados em mais de R$ 150 bilhões.

Recomendações

- Aprovar o Projeto de Lei nº 4.312/2001, de autoria da Deputada Kátia Abreu, inspirado no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), prevendo a renegociação das contribuições devidas e não pagas pelos empregadores rurais decorrentes do exercício da atividade rural desde a época que deixou de recolhê-las até a data da promulgação das Leis nºs 8.212 e 8.213, com pagamentos anuais, comprometendo parte da renda bruta, conforme já consagrado no Refis;
- Manter a sub-rogação de recolhimento das contribuições previdenciárias do produtor rural pelo comprador ou consignatário do produto agropecuário;
- Extinguir a contribuição de 0,2% sobre a folha de salários em virtude de contribuição ao extinto Serviço Social Rural.

Agregação do Valor

No setor frutícola, a agregação de valor torna-se imprescindível porque muitas vezes a agroindustrialização das frutas é um dos pilares para a competitividade e uma forma de expandir as exportações com produtos não perecíveis e atender demandas internacionais importantes.

Como a localização da agroindústria é vinculada preponderantemente pela disponibilidade da matéria-prima, a agregação de valor deve obedecer a prioridades e especificidades regionais. A importância da agregação de valor na fruticultura via a agroindustrialização é atestada pelo fato de que o valor atual do mercado internacional de frutas frescas, que está por volta de US$ 23 bilhões, ascende para US$ 90 bilhões quando consideramos os produtos agroindustrializados.

Por outro lado, a agrocomercialização das próprias frutas pode por si só ser um instrumento de agregação de valor, fomentando o cultivo de frutas de valor econômico diferenciado.

Recomendações

- Criar políticas de desenvolvimento a nível regional, com definição de programas de investimento para agregação de valor à produção primária e geração de emprego e renda, utilizando-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como indutor e ordenador dos programas, considerando a Agroindústria Frutícola tradicional e a Agroindústria Frutícola Rural;
- Desenvolver modelos adequados de agroindustrialização junto aos principais pólos de produção de frutas frescas;
- Apoiar financiamento de projetos de investimentos fixos e semi-fixos para projetos visando o aumento de valor agregado e inovação para o desenvolvimento da fruticultura de valor econômico contemplando todos os segmentos da cadeia;
- Aprimorar as relações entre as indústrias e a agricultura procurando definir e caracterizar uma fruticultura dirigida para a industrialização.

Seguro Rural

Depois de dois anos de espera, finalmente o governo decidiu subsidiar o setor rural através do Plano Trienal do Seguro Rural e com isto lançar o edital do primeiro leilão, porém com um volume de recursos de apenas R$ 2,5 milhões, através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Contudo, os lotes contemplam apenas a maçã nos estados do Sul, com uma subvenção de 30% , com limites de R$ 12 mil por produtor. Do valor oferecido apenas 10% ficará com a maçã, ou seja, R$ 250 mil.

Para o ano safra 2005/07, quando serão destinados R$ 47 milhões, o governo irá ampliar a lista, e dos produtos da fruticultura será contemplada apenas mais a uva, com uma subvenção de 30%.

Infelizmente a grande parte da fruticultura tecnificada para a exportação, como a manga, o mamão, o melão e outros citros continuarão a não receber subsídio algum no que se refere aos prêmios de seguro como instrumento de proteção aos seus cultivos.

O subsídio ao seguro rural é enquadrado na chamada caixa verde da Organização Mundial de Comércio (OMC), podendo os países subsidiá-lo sem necessidade de redução de gastos, por ser entendido como instrumento imprescindível à atividade rural.

Os Estados Unidos prevêem gastos com o seu programa de seguro rural de US$ 8,2 bilhões, em seis anos, com subsídios. Na Espanha, os gastos anuais são de 500 milhões de euros. O subsídio ao prêmio do seguro é de 50%, podendo atingir até 80% em casos de catástrofes. O Chile subsidia o prêmio do seguro rural em até 80% e a Colômbia, entre 20% e 40%. No Brasil, a implementação deste instrumento depende de aprovação do projeto pelo Congresso Nacional e a subvenção governamental deverá ser inserida na Lei do Orçamento, já encaminhada ao Legislativo sem a destinação destes recursos.

Recomendações

- Incluir já para o biênio 2005/06 pelo menos frutas como a manga, abacaxi, mamão, melão e outros citros de mesa (laranja, limão e tangerina);
- Alocar recursos do Orçamento para o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR);
- Implantar o seguro de valor da produção, conhecido também como seguro de renda,

cujo princípio é segurar um valor de produção esperado, que depende tanto da produtividade como dos preços de mercado na comercialização da safra;

- Considerar as peculiaridades da fruticultura e comercialização dos produtos gerados na formulação dos planos de seguro;
- Buscar alternativas para seguro rural via os Estados e Federações.

Relações do Trabalho

O setor rural vem buscando trilhar os caminhos da formalização em seus contratos de trabalho, por meio da conscientização do empregador rural, na observância da legislação trabalhista em vigor e das formas de contratação existentes. Os convênios de cooperação técnica entre órgãos do Governo e o setor patronal têm proporcionado uma perfil de fiscalização mais educativa.

A legislação atual induz à rotatividade porque incentiva o trabalhador pouco qualificado formalizado a buscar a sua demissão quando as condições econômicas são favoráveis. Quanto menos qualificado o trabalhador, menor seu nível salarial e maior o valor do benefício do seguro desemprego em relação a seu salário atual, o que incentiva a rotatividade da mão-de-obra.

Desde a edição da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, observou-se tímida evolução no que se refere aos aspectos mais fundamentais das relações do trabalho. A atual legislação inibe a negociação coletiva por parte dos sindicatos, porque grande parte dos direitos individuais dos trabalhadores não é passível de negociação por estarem inscritos na Constituição Federal ou na CLT. Podem, no entanto, ser negociados na Justiça do Trabalho, o que induz ao não cumprimento da legislação e dos contratos de trabalho em geral.

Estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostra que o Brasil possui um alto número de crianças trabalhando: 25 mil aos cinco anos de idade e 1,7 milhão aos 17 anos. O trabalho infanto-juvenil ocorre com maior freqüência nas regiões agrícolas, em atividades rurais e em famílias que trabalham por conta própria, tanto na agricultura, como em atividades urbanas, como o pequeno comércio e os serviços. A Portaria nº 04, de 21 de março de 2002, que trata das piores formas de trabalho infantil, eliminou qualquer possibilidade de qualificação profissional no setor rural a menores de 18 anos por parte do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

No Brasil, o trabalho forçado e degradante vem sendo combatido pelo Governo Federal, por intermédio do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com o apoio de associações nacionais, organismos internacionais e entidades de classe. O setor frutícola rejeita, no entanto, a banalização da tipificação penal do trabalho forçado e degradante.

Recomendações

- Incentivar a adoção do Condomínio de Empregadores Rurais;
- Responsabilizar de forma diferenciada o pequeno, médio e o grande produtor rural no que se refere à legislação de segurança, saúde, higiene e medicina do trabalho;
- Manter a Emenda Constitucional nº 28;
- Criar programas que incentivassem a fidelidade laboral entre empregado e empregador, minimizando a rotatividade da mão-de-obra;
- Dar incentivos fiscais e tributários para empregador rural que qualificasse sua mão-de-obra.
- Flexibilizar as normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

- Dar abertura para o fortalecimento das representações sindicais através das negociações de acordos e convenções coletivas de trabalho entre empregadores e trabalhadores;
- Definir a eficácia legal das Convenções 98 e 154 da OIT ratificadas pelo Brasil;
- Reviver a Portaria nº 4 do MTE;
- Adequar os benefícios das políticas públicas na erradicação do trabalho infantil para o teto de 16 anos, em conformidade com a Constituição Federal;
- Permitir a participação tripartite e igualitária das discussões sobre a prática do trabalho forçado e degradante, adaptando esse conceito às peculiaridades das atividades econômicas desenvolvidas no campo.

Tributação

Além da incidência em cascata e da exportação de impostos, o sistema tributário vigente tem aberrações como bi-tributação, bases de cálculos impróprias, iniqüidades fiscais, cobranças de ICMS sobre frutas destinadas a industrialização e "in-natura" e sobre o frete destas, entre outras.

Mais da metade dos encargos é debitado antes mesmo de se apurar a receita com a venda, pois estão implícitos nos custos e despesas para se produzir (INSS, FGTS, ICMS, PIS, FIS, IR, que incidem sobre a mão-de-obra ou sobre os insumos, máquinas e materiais). A carga tributária que incide sobre maçã, manga e melão foi detalhada em estudo da ABPM e Profrutas e se divide em:

	% sobre o Faturamento		
	Maçã	Manga	Melão
Tributos indiretos no custo e despesas	17,00	19,62	18,00
Tributos sobre a venda	12,90	4,56	5,67
Tributos sobre o lucro	5,69	3,40	2,80

Nas manifestações governamentais, observa-se grande preocupação em reduzir o chamado "Custo Brasil", composto por despesas e encargos ocorrentes ao longo das diversas etapas que procedem a entrega de nossos produtos no exterior. Entre eles, os custos portuários são, sem dúvida nenhuma, uma questão importantíssima a ser resolvida e, nessa área, deve-se incluir os altos honorários impostos pelos despachantes aduaneiros, através de seus sindicatos de classe,

Tabela 6. Comparativo entre carga tributária da fruta nacional e importada - Venda no Atacado

Produtos	Maçã Imp.	Maçã Imp. Terceiros	Uva Mesa Imp.	Uva Mesa Imp.	Manga Imp.	Melão Imp.
Tributos	Mercosul	Países	Mercosul	Terceiros	Terceiros	Terceiros
Imposto Importação	0,00	10,00	0,00	10,00	10,00	10,00
ICMS	12,00	12,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIS/COFINS	2,65	2,65	2,65	2,65	2,65	2,65
Total	**14,97**	**26,46**	**2,65**	**12,91**	**12,91**	**12,91**
Tributos	Maçã Nacional	Maçã Nacional	Uva Mesa Nacional	Uva mesa Nacional	Manga Nacional	Melão Nacional
Carga Tributária	38,21	38,21	25,83	25,83	25,96	25,67
Total	**38,21**	**38,21**	**25,83**	**25,83**	**25,96**	**25,67**
Vantagem Produto Imp.	23,24	11,75	23,18	12,92	13,05	12,76

Fonte: Grupo Temático de Frutas

com a complacência, às vezes até o apoio das autoridades. Em adição, a Contribuição Previdenciária de 2,2%, a que estão sujeitas as mercadorias adquiridas de produtores rurais, mesmo que destinados à exportação, onera diretamente as frutas e vegetais exportados.

Por outro lado, o sistema previsto em lei para reembolso do PIS/CONFINS, através de compensação do IPI, coloca o setor em posição desvantajosa em relação a outros produtos. Como não são contribuintes habituais do IPI, não podem fazer a compensação mensal automática, tendo que aguardar até o final do ano para solicitar da Receita Federal o pagamento do crédito a que fazem jus, acarretando desencaixe e custos financeiros. Assim, enquanto para alguns produtos o reembolso é automático e imediato, contrariamente para o setor, há a demora de cerca de um ano para que se tenha o direito de solicitação, sem previsão para o efetivo recebimento.

Da mesma forma, a taxa por tonelada cobrada pela INFRAERO nos embarques aéreos, representa um elevado custo percentual nos produtos do setor, pois é calculada sobre o peso embarcado, sem levar em conta o seu preço FOB. Estatísticas oficiais indicam que o preço por tonelada de frutas e vegetais exportados por via aérea varia de US$ 300,00 a 1.000,00, o que faz com que essa taxa represente entre 3% a 10% do valor FOB dos produtos exportados.

No que se refere a outras taxas temos ainda a cobrada para emissão do CERTIFICADO DE ORIGEM (FORM "A") a que estão obrigados alguns produtos, quando enviados para países signatários do Sistema Geral de Preferências – SGP (referente às tarifas alfandegárias).

O FORM A é uma exigência constante de Acordos Comerciais firmados entre o Brasil e os países outorgantes do Sistema Geral de Preferências – SGP, considerados unilaterais, e objetiva suspender o pagamento dos tributos incidentes sobre os produtos exportados, junto às autoridades alfandegárias do país no exterior. Este documento é que irá atestar a origem e composição do produto e para sua emissão devem ser cumpridas exigências constantes dos acordos mediante apresentação dos seguintes documentos:

- Registro da exportação-RE no Siscomex;
- Fatura comercial;
- Conhecimento de embarque; e
- Quadro demonstrativo do preço (objetiva comprovar a composição e origem das matérias-primas utilizadas no produto).

Cabe ao Banco do Brasil, como emissor exclusivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDIC, Secretaria de Comércio Exterior-SECEX, Departamento de Negociações Internacionais-DEINT, verificar, através da documentação fornecida, se a exportação atende às exigências constantes do país de destino (são diferentes por países). Portanto, eventual alteração nas exigências tem que ser negociada nas revisões dos acordos comerciais firmados pelo país.

Também é atribuição do Banco esclarecer eventuais questionamentos das autoridades alfandegárias estrangeiras em relação a produtos para os quais tenham sido emitidos referidos documentos, devendo o Banco guardar cópia da documentação por 20 anos.

Para emissão do Certificado, a mencionada documentação pode ser entregue em qualquer agência do BB que a encaminhará para um dos 20 Núcleos do Banco que podem emiti-lo. O compromisso do Banco é de entrega do Certificado no dia seguinte, se a agência for da mesma praça do Núcleo, ou em até 48 horas, se de praça diferente.

Para facilitar o preenchimento do formulário, desde 23 de agosto de 2004, o Banco disponibilizou na Internet o referido modelo – que pode ali ser preenchido –, bem como toda a

orientação para seu preenchimento e sobre a documentação exigida. No *site* há, também, *link* com os respectivos Acordos Comerciais (página eletrônica do MAPA).

Ainda para melhorar o processo, o Banco planeja expandir para as agências com maior demanda (pelo menos todas as capitais) a autorização para emiti-los, estando em teste projeto em Natal e Mossoró. O propósito é de que a entrega do Certificado ocorra 6 horas depois de recebida a documentação.

Para emissão do documento, o Banco do Brasil cobra 0,1% sobre o valor da exportação. O valor mínimo cobrado é de R$ 30,00 e o máximo de R$ 100,00 por documento emitido. Micro e pequenas empresas (ME e EPP) estão isentas de pagamento dessa taxa, segundo a legislação vigente.

A Tabela 6 sumariza a situação nacional, em termos de tributos, comparando-a aos custos finais de frutas importadas, deixando claro a necessidade de que se promova urgente reforma, sem a qual a competitividade do setor estará sempre comprometida.

No caso do mercado interno, outro fator que faz com que o produto importado tome lugar do produto nacional, do mesmo nível de qualidade, são os prazos de liquidação de guias oferecidos pelos exportadores. Para efeito de comparação, objetivando a concorrência em igualdade de condições, os nossos parceiros do Mercosul e o Chile operam em condições extremamente vantajosas, a saber:

- Para liquidação de uma guia com prazos até 90 dias, não há custo financeiro, bastando apresentação da carta de crédito;
- Para liquidação de operações com prazos de até 360 dias, o custo financeiro corresponde à "Libor" ao redor de 8% ao ano, para quitação final.

Endividamento do Setor

Os altos juros históricos do sistema de crédito rural, aliados aos diversos planos econômicos e à rápida abertura comercial trouxeram um quadro grave de insolvência generalizada principalmente no Sub-Sistema Agrocomercial.

Recomendações

- Transformar em Lei a Medida Provisória nº 66, com as sugestões de alteração apresentadas pelo setor privado, mantendo-se a revogação do seu artigo 12, conforme previsto na Medida Provisória nº 74;
- Instituir incentivos que permitam reduzir do imposto os gastos dos produtores rurais utilizados na conservação ambiental;
- Instituir alíquotas de contribuição previdenciária diferenciada por produto;
- Revogar legislação que instituiu contribuição sobre folha de salários para o Serviço Social Rural;
- Permitir que os recolhimentos sobre folha de salários para o salário educação possam ser utilizados para o funcionamento de escolas rurais, mantidas pelos proprietários rurais;
- Isentar os produtos do Sistema Agroalimentar das Frutas da incidência tributária, tanto na produção como nas vendas, inclusive nas operações realizadas pelas cooperativas;
- Reduzir a carga tributária incidente sobre toda a cadeia do fruticultor, insumos e máquinas agrícolas, que hoje ultrapassa, em muitos casos, a taxa de 30%;
- Coibir o deferimento de ICMS nas importações de derivados de frutas, privilegiando a produção e comercialização de produtos nacionais;

- Rever as taxas da INFRAERO nos embarques de frutas por via aérea;
- Rever por parte do Banco do Brasil na sua sistemática de emissão de Certificado de Origem (FORM 'A'), tanto no que se refere a metodologia, quanto a taxas cobradas.

Legislação e Auto-Regulamentação

Nacional

Em 12 de novembro de 2002 foi publicada a Instrução Normativa Conjunta SARC/ANVISA/INMETRO n°009, que dispõe sobre o acondicionamento e rotulagem de produtos hortifrutícolas "in natura".

Apesar de esta Instrução ter entrado em vigor em boa parte dos sistemas de comercialização, a mesma não vem sendo cumprida.

Ainda observa-se, em muitas partes do país, frutas comercializadas em embalagens inadequadas, sem rotulagem e algumas vezes a granel em condições impróprias para assegurar a qualidade sanitária das mesmas.

Além disto, tal fato contribui para o aumento das perdas ao longo da cadeia produtiva.

A cadeia frutícola de todos os países importantes neste setor dispõe de auto-regulamentações voluntárias, para disciplinar e organizar os mercados. Isto se faz necessário no Brasil em caráter de urgência.

Quanto à Legislação de Agrotóxicos em janeiro de 2002, foi editado o Decreto nº 4.074/2002 que complementava a Lei de Agrotóxico. Até o presente momento não foram publicados as normas que permitiriam introduzir na Legislação Brasileira princípios aprovados na OMS/CODEX aos quais o Brasil foi signatário, e que facilitavam o registro de moléculas para o Mercado Brasileiro, os assuntos pendentes de regulamentação federal pelo CTA são:

- Registro por Equivalência Química;
- Normas Específicas para Pequenas Culturas (Minor Crops);
- Normas de Registros para Semioquímicos e Feromônios;
- Normas para autorizar o Uso Emergencial de Agroquímicos.

Recomendações

- Uma intensificação da fiscalização para garantir a aplicação da Instrução Normativa;
- Para os casos aonde identificadas dificuldades para aplicação, estabelecer alianças e parcerias que permitam apoiar os fruticultores a se enquadrarem nas exigências legais;
- Desenvolver e publicar uma Instrução Normativa unilateral oficializando um manual de transporte e armazenamento para frutas frescas comercializadas no Brasil;
- Em parceria com a ABNT e IBRAF, estabelecer normas técnicas voluntárias para auto-regulamentação do mercado e criação de um selo de garantia de identidade e origem para frutas frescas e os principais derivados;
- Fazer gestões para agilizar os pressupostos e determinações do Decreto nº 4.074/2002.

Internacional

Em 2001, a União Européia publicou o Regulamento (CE n°1.148/2001) da Comissão, em junho relativo aos controles de conformidade com as normas de comercialização aplicáveis no setor das frutas e produtos hortícolas frescos.

O regulamento em questão foi alterado pelo Regulamento (CE n°408/2003) da Comissão de 5 de março de 2003 e complementado pelo Regulamento (CE n° 761/2003) da Comissão de 30 de abril de 2003.

Por esta legislação, a partir de 2005, as frutas importadas que possuam "E. C. Marketing Standards" necessitarão, para circularem nos países da União Européia, de Certificado de Conformidade em relação aos *standards* acima mencionados.

A diretiva estabelece que as frutas deverão ser classificadas logo que chegarem na UE conforme os "standards", antes de serem liberadas para a comercialização.

Contudo, o artigo 7 do regulamento (EC n° 1.148/2001) faculta que esta classificação e a emissão do Certificado de Conformidade seja feita no país de origem se seus órgãos oficiais compatibilizarem seus parâmetros de classificação e procedimentos com os da União Européia.

Esta abertura é de extrema necessidade para a competitividade das frutas (sujeitas à classificação) no mercado europeu, pois os custos seriam muito menores.

Pensamos que temos todas as condições de nos credenciarmos junto a UE, pois temos a Lei nº 9.972 que estabelece classificação obrigatória para as frutas e estamos já publicando os padrões das nossas frutas.

As frutas brasileiras que deverão, por esta legislação, serem classificadas são: abacate, maçã, tangerina, uva de mesa, pêssego , melão, melancia e morango.

Apesar do setor já ter entrado em contato com os órgãos competentes do MAPA, não temos ainda nenhum posicionamento sobre o assunto.

Recomendações

- É de extrema importância que o SARC do Ministério da Agricultura movimente-se e articule-se para atender estas demandas, auxiliando a competitividade das nossas frutas na UE.
- Para agilização podem ser estabelecidas parcerias com o setor privado, viabilizando as ações e atividades que se tornarão necessárias.

Barreiras para as Exportações e Negociações Internacionais

Nenhum setor do comércio mundial é mais distorcido do que a agricultura. Estas distorções são provocadas pelo protecionismo agrícola, amplamente utilizado pelos países ricos para proteger seus mercados internos da concorrência de outros países mais eficientes e competitivos. A prática de exportar os excedentes domésticos da produção agrícola para os mercados mundiais a preços menores que o custo de produção – o *dumping* – é um dos aspectos mais danosos das políticas agrícolas dos países ricos. Vale lembrar que os países ricos gastam cerca de US$ 7 bilhões por ano com subsídios às exportações.

É comum a imposição, por parte dos países desenvolvidos, de elevados picos tarifários que restringem o acesso de produtos agropecuários e protegem seus produtores da concorrência internacional. Além das restrições tarifárias, há ainda as barreiras não-tarifárias que dificultam o acesso aos mercados dos países ricos, incluindo as restrições quantitativas, sanitárias e fitossanitárias, que afetam principalmente o segmento de frutas tropicais.

Com a conclusão da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), os países desenvolvidos introduziram novos padrões de ajuda interna aos seus produtores. Para se adaptarem aos novos critérios de limitação de subsídios e acesso a mercados, modificaram os suportes das políticas internas, de forma a se adequarem às novas regras da OMC.

A abertura do mercado mundial, apesar de muito divulgada, ainda está longe de ser o que se

espera: um comércio completamente livre. O protecionismo existe e é quase sempre utilizado pelos países que pretendem defender seus interesses internos. As barreiras tarifárias e não-tarifárias são usadas no mundo inteiro de diferentes formas.

Os regulamentos, as normas técnicas e fitossanitárias influenciam na perda de competitividade externa, uma vez que o exportador precisa adaptar seu produto às exigências do país importador, o que gera custo adicional, que poderá se transformar em efetivo protecionismo à entrada no mercado.

Negociações internacionais abrangentes, embora demoradas, são o meio mais adequado para lograr uma maior abertura nos mercados agrícolas, atrelado à redução do conjunto de práticas protecionistas que distorcem os mercados agrícolas mundiais. Atualmente, o Brasil negocia em três grandes frentes: nas rodadas multilaterais da Organização Mundial de Comércio (OMC), nas negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e nas rodadas preliminares para o Acordo de Livre Comércio Mercosul /União Européia.

Os interesses brasileiros estão bem alinhados com a "Southern Hemisphere Association of Fresh Fruit" (Shaffe). Este bloco é extremamente importante, pois representa US$ 6 bilhões em exportações de fruta fresca.

Para a fruticultura brasileira, os mercados que mais apresentam medidas protecionistas são os Estados Unidos, a União Européia e o Japão. Embora outros países adotem, isso ocorre em menor escala. No caso da UE ainda persistem, em diversos graus, diferenças e procedimentos entre os Estados – membros, além de uma vasta legislação ambiental e ênfase em certificação ISO de qualidade, produção integrada e outras pressões das entidades comerciais privadas.

A Comunidade Européia taxa o melão e a melancia brasileira em 5,3% (15% de preferência pelo SGP), enquanto nossos concorrentes como Costa Rica, Honduras, Colômbia, Equador e Peru gozam de isenção total. Para se ter uma percepção correta desta taxação para os produtos brasileiros, a mesma representa cerca de 17% sobre o preço FOB Brasil. Além dessas barreiras, existem cotas tarifárias que prejudicam especialmente a banana brasileira.

Outra medida restrita à comercialização da fruta brasileira é a fixação de um preço de entrada, tomando-se por base o preço CIF. Esse procedimento permite a cobrança de um imposto adicional, em valor igual à diferença entre o preço CIF de entrada e o preço efetivo de importação. Estes valores podem variar a cada ano, criando preços artificialmente baixos, penalizando a entrada de novas frutas.

A Comunidade Européia também dispõe de regulamentação que autoriza sob determinadas condições os Estados Membros a aplicarem direitos de importações suplementares no setor de frutas e produtos hortícolas.

O dispositivo legal é o Regulamento (CE) n° 1.555/96 da Comissão de 30 de julho de 1996 que estabelece as normas de execução do regime relativo à aplicação dos direitos de importação adicionais no setor das frutas e produtos hortícolas.

Este Regulamento vem sofrendo alterações sucessíveis, mas que não alteram o conceito fundamental de exercer o direito de sobretaxar importações.

As barreiras sanitárias impostas pelos Estados Unidos vedam a importação da maioria das frutas brasileiras. Para aquelas que conseguem permissão de entrada, vigora a obrigatoriedade da obtenção de licença prévia pelos importadores.

As exportações de frutas cítricas são proibidas para os Estados Unidos sob a alegação de

contaminação pelo cancro cítrico. O figo e o abacate enfrentam restrições devido a mosca da fruta. As exportações de mamões, exceto do Espírito Santo, são proibidas em função da mosca da fruta mediterrânea, a mesma praga que responde pelas dificuldades impostas ao maracujá, que ainda enfrenta proibições pela alegada ocorrência de *Anastrepha fraterculus*. A carambola e os melões, com exceção das zonas livres de Mossoró, no Rio Grande do Norte, também são proibidos sob a justificativa de incidência da mesma *Anastrepha fraterculus*.

As licenças de importação de frutas são concedidas aos importadores ou corretores residentes nos EUA. Depois de constatado que o produto é admissível naquele mercado, o importador deverá verificar se o produto está sujeito a "marketing orders", mecanismo usado pelo governo para equilibrar a oferta de produtos de qualidade e proteger tanto o produtor como o consumidor americano.

No que se refere a barreiras tarifárias nos Estados Unidos, as importações de melão são livres de imposto de importação sob o Sistema Geral de Preferência (SGP) no período de 1º de dezembro a 31 de maio. Entretanto, nos demais períodos há taxação de 31,5%, sendo que as exportações do México são gravadas em 25,6% e o melão caribenho é livre de imposto de importação.

Quanto ao Japão, ainda não temos acesso ao mercado japonês pois as normas e regulamentos são bastante rigorosos e somente com a comprovação irrestrita de que temos uma segurança quanto à ausência de pragas julgadas quarentenárias pelo Japão e padronização de qualidade rigorosa teremos chances neste importante mercado.

Somente em 2004 conseguimos autorização para exportarmos mangas, mas só da variedade Tommy Atkins.

Com o Canadá, apesar de não termos problemas com as frutas tropicais, ainda persiste um contencioso comercial referente à maçã brasileira.

A fruticultura brasileira está sujeita a outros entraves e obstáculos, comprometendo nossa competitividade e acesso aos mercados.

É importante ser mencionado o problema das triangulações. São constantes as triangulações para mascarar a origem das importações, anulando a adoção das sobretaxas do "anti-dumping". É o caso do coco, que vem prejudicando a competitividade dos agronegócios deste setor no Brasil.

Por outro lado, normas de propriedade intelectual, marcas, créditos de exportação e compras governamentais podem encobrir vantagens discriminatórias. É inadmissível, por exemplo, a tentativa por terceiros países de registro de marcas e patentes de recursos biológicos e conhecimentos tradicionais da Amazônia. Recentemente a empresa japonesa "Asahi Foods" tentou homologar o registro para várias classes de produtos na União Européia e nos Estados Unidos do cupuaçu. É tipo de risco que não podemos correr.

Ainda no que se refere à proteção da nossa fruticultura é necessário que através do INMETRO tenhamos uma regulamentação urgente no sentido de podermos na fruticultura brasileira aplicar os conceitos de Denominação de Origem Protegida, Indicação Geográfica Protegida e Especialidades Tradicionais Garantidas. Já estamos tendo de competir no exterior com produtos que obtém uma franquia comercial por incorporarem estas caracterizações.

É importante também considerar algumas oportunidades que estão se apresentando como o que está sendo oferecido pela CE através do seu Regulamento n° 1.148/2001, que faculta à países exportadores de frutas o credenciamento das suas

operações de controle de conformidade com as normas de comercialização, aplicáveis às frutas pela Comunidade Européia na origem e a emissão de um Certificado Oficial de Exportação por parte das autoridades competentes, avalizando os embarques.

Recomendações

- Aumentar a participação do setor privado nas negociações dos vários fóruns;
- Priorizar a agricultura nas negociações internacionais;
- Agilizar a defesa comercial agrícola nos casos de práticas desleais;
- Fortalecer e agilizar negociações com a CE, Estados Unidos e Japão, visando contornarmos as barreiras existentes e aumentarmos a nossa participação neste mercado;
- Buscar a abertura de novos mercados para os produtos da cadeia frutícola brasileira;
- Promover os produtos frutícolas nos mercados internacionais;
- Dotar as principais embaixadas brasileiras de especialistas em negociações comerciais (adidos agrícolas) voltados principalmente à identificação de oportunidades de negócios e remoção dos obstáculos que impeçam o acesso a importantes mercados consumidores;
- Prover mais recursos ao Comitê Brasileiro do Codex Alimentarius, para que possamos representar adequadamente os interesses da cadeia de produção de frutas em toda a sua plenitude no âmbito da legislação agroalimentar internacional;
- Redução e/ou eliminação da aplicação de tarifas específicas nas exportações brasileiras de suco de laranja;
- Fazer gestões junto aos Estados Unidos e Comunidade Européia para redução das taxações do melão brasileiro;
- Criação de uma força tarefa para acompanhar o contencioso comercial na área de frutas com nossos principais parceiros, como a maçã no Canadá;
- Junto aos países importadores, estabelecer negociações bilaterais no sentido de que aceitem, para frutas tropicais, os limites de outros países exportadores dos quais o importador tenha adquirido frutas, quando o próprio importador ainda não tiver o limite estabelecido para a fruta em questão;
- Vistoriar e exigir estruturas de classificação, embalagem e armazenagem, como exigem nossos clientes do hemisfério Norte;
- Combater as taxas impostas às frutas frescas por alguns países, com o argumento da perecibilidade dos produtos e sazonalidade da oferta;
- Buscar eliminar o sistema de cotas latifundiárias e cotas para frutas nos casos aplicáveis;
- Tentar negociar com países de interesse comercial do agronegócio das frutas nacionais a eliminação quando houver de aplicação do regime de licenças;
- Analisar com profundidade o mecanismo de Preço de Entrada (Entry Price) / Cláusula de Salvaguarda e buscar transparência também no sistema de cálculo dos valores estabelecidos diariamente para os preços de entrada eliminando-se preços artificialmente baixos;
- Para as medidas *anti-dumping* proceder gestões por regras mais claras a serem definidas para sua aplicação a produtos frescos como as frutas, buscando critérios compatíveis com a realidade destes produtos;
- Buscar o aperfeiçoamento da harmonização das normas alfandegárias, buscando, maior padronização, reduzindo a burocracia e entraves ao fluxo do comércio, inclusive coibindo a informalidade em certos mercados;

- Analisar e interpretar com profundidade e combater se for o caso, se as exigências sobre selos, certificações não são novas barreiras técnicas funcionando como compensação a redução de tarifas alfandegárias;
- Priorizar e aplicar recursos necessários para dar urgência a harmonização de Regras de Origem na OMC, Acordo Mercosul/União Européia e ALCA, para minimizar os riscos de triangulações, acobertamentos de subsídios ilícitos e proteger o acesso aos mercados dos produtos competitivos;
- Elaborar regulamentos para os conceitos de Denominação de Origem Protegida, Indicação Geográfica Protegida e Especialidades Tradicionais Garantidas;
- Urgenciar a defesa dos nossos interesses quanto a registros de marcas e de patentes de recursos biológicos brasileiros, buscando inclusive reversões como o do cupuaçu, através de medidas cabíveis junto a OMC e outros fóruns;
- Fortalecer setores especializados para o suporte ao processo decisório das políticas fitossanitárias, incluindo temas como: acordos, ajustes, memorando de entendimento, suporte das iniciativas de abertura de mercado;
- Apoiar e participar conjuntamente de forma integrada por meio dos órgãos competentes do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Ministério da Agricultura e Pecuária e Ministério das Relações Exteriores, das estratégias e ações do setor privado para o acesso a novos mercados da Ásia, Países Árabes e Leste Europeu;
- Através dos setores competentes do Ministério da Agricultura e Pecuária, analisar a viabilidade de nos enquadrarmos às premissas do Regulamento (CE n° 1.148/2001);
- O governo deve dar mais importância às frutas nas negociações bilaterais para que o número de países importadores aumente.

Mercosul

Com a implantação do Mercosul sem as devidas equiparações das cargas fiscais, o subsetor de produção de frutas temperadas do Brasil perdeu largas faixas do mercado interno, situação bastante agravada pelas altas taxas de juros. A situação reverteu-se após a desvalorização da moeda nacional, mas que voltará com um reequilíbrio cambial que se prognostica.

A entrada do Chile e outros países no Mercosul poderá tornar ainda mais crítica a situação.

Recomendações

- Buscar um tratamento igualitário para corrigir tais distorções e assimetrias fiscais, para evitar grandes dificuldades para a nossa fruticultura de clima temperado;
- Permitir a presença da iniciativa privada do setor frutícola com mais peso nas discussões e novas proposições para este espaço econômico.

O Controle Fitossanitário

As dificuldades para a produção agrícola relacionada com restrição de produtos autorizados e o impacto de utilização destes produtos no consumo e nas estratégias de monitoramento de resíduos de agrotóxicos são objeto de constante preocupação pelos diversos setores envolvidos na produção e para os Órgãos com responsabilidades na regulação dos produtos, e é atualmente o grande gargalo para a fruticultura brasileira.

Por outro lado, a segurança alimentar na atualidade é a primeira preocupação dos consumidores dos países compradores de frutas e derivados.

As frutas e seus derivados devem ser inócuos e aptos para o consumo humano, segundo os critérios da legislação agroalimentar vigente dos mercados-alvo, sendo proibido sua comercialização caso não atendam os requisitos técnicos legais.

O novo marco jurídico dos países-alvo da fruticultura brasileira de exportação estabeleceu um regime de responsabilidades para o caso de não cumprimento dos requisitos de segurança alimentar. Neste sentido, estão bem estabelecidas as responsabilidades de todos que intervém ao largo de toda cadeia produtiva.

"Os produtores estão obrigados a cumprir os requisitos da legislação alimentar e são os responsáveis pela segurança alimentar do produto final".

Neste sentido, a grande preocupação da fruticultura brasileira não diz respeito ao uso ou não de agroquímicos, mas sim a sua utilização com critério e segurança em benefício do desenvolvimento agrícola com risco "zero" para os consumidores das frutas ofertadas.

O uso de defensivos agrícolas na cadeia produtiva das frutas deverá continuar como um fator-chave na produção agrícola e pós-colheita. Mas o uso inadequado ainda persiste no país, podendo não só significar riscos à saúde, como ao meio ambiente.

Tal situação pode anular os esforços que estão sendo feitos para transmitir para a sociedade a imagem de uma fruticultura brasileira preocupada com a segurança alimentar e preservação do meio ambiente.

O avanço extraordinário das técnicas de análise químicas permite na atualidade detectar nas frutas e outros alimentos concentrações realmente mínimas de princípios ativos ou de seus produtos de degradação.

Descobrir estes resíduos não necessariamente indica risco toxicológico por exemplo, mas simplesmente indica que substâncias químicas (defensivos) foram empregadas em algum momento da cadeia produtiva das frutas.

É bastante possível a detecção de determinados componentes que não provenham de sua utilização no cultivo das frutas propriamente dito, mas presentes nas águas, terra ou ar, por sua utilização em outras culturas.

Devido aos fatos acima mencionados, quando detectado, em muitos países certos traços de princípios ativos considerados restritivos, colocam em risco a credibilidade de uma fruticultura voltada para a geração de produtos saudáveis, que é o propósito brasileiro.

A União Européia deverá restringir cerca de 320 substâncias correspondendo a 194 ingredientes ativos (Commission of the European Cummunity Regulation n° 2.076/2002).

Para a fruticultura brasileira estão registrados 18 princípios ativos apenas, e alguns deles não estão sendo mais utilizados.

O grande problema é de substâncias que podem estar ou não na listagem da Comunidade Européia, que não estão registrados, mas sendo utilizados e recomendados por certos fabricantes para o uso em determinados cultivares.

Particularmente no que se refere à expansão das áreas e culturas, com a Produção Integrada, é fundamental:

- Necessidade urgente de alternativas de registro de agrotóxicos nos órgãos governamentais, tendo em vista que este procedimento além de custoso demora muito tempo, inviabilizando a implantação imediata de alguns programas de governo como a Produção Integrada de Frutas que exige exclusivamente a utilização de agrotóxicos registrados no MAPA;
- As culturas de manga, uva, papaia e melão, apesar de já terem suas tecnologias de Produção Integrada definidas e publicadas,

não puderam, até o momento, concluírem o processo de certificação, devido à falta de produtos registrados para as referidas culturas. A mesma situação se repete frente ao protocolo "Eurep Gap", que a partir de janeiro de 2006 não certificará as frutas citadas e os mercados mais sofisticados e rentáveis estarão fechados para estes produtos;

- A ANVISA estabeleceu que para o registro de agrotóxicos de interesse da Produção Integrada de Frutas será dada prioridade e agilidade para facilitar a implantação das frutas priorizadas e que dependem de registros para consolidação.

Para resolução do problema de uso indevido de defensivos em maio de 2004, o Grupo Técnico sobre Resíduos de Pesticidas – GTPR, sob coordenação do DDIV/DAS/MAPA, apresentou um proposta para registro emergencial de agrotóxicos para "Pequenas Culturas" (Minor Crops) onde se inclui a maior parte da fruticultura brasileira de exportação. Contudo, recentemente, foram rejeitados pela ANVISA.

Porém, apesar de ter sido criado o Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos – CTA, com representantes do MAPA, da ANVISA e do MMA, a morosidade para o desencadeamento de ações práticas e operacionais atrasa os programas de rastreabilidade do país, as negociações fitossanitárias para exportação e o que é preocupante, não permite o desenvolvimento das negociações de exportações a médio prazo. A normatização do uso de simioquímicos, cuja consulta pública encerrou-se no início de 2004, até agora não foi publicada por falta de consenso entre os membros do CTA.

Perante a situação atual, a Região Nordeste é a mais prejudicada, pois as frutas tropicais produzidas e exportadas são a principal fonte de renda e geração de empregos dos grandes pólos irrigados, a exemplo do Vale do São Francisco, Vale do Açu e Chapada do Apodi no Rio Grande do Norte, Baixo Jaguaripe no Ceará, além do norte de Minas Gerais representado pelos pólos de Janaúba, Jaíba e Pirapora. Para que se tenha idéia da magnitude do problema, vale a pena informar que o Vale do São Francisco em 2006, foi o responsável por 98% das uvas e 93% das mangas exportadas pelo Brasil. Sem o registro dos produtos químicos utilizados nas referidas culturas, definitivamente ficaremos impedidos de exportar e teríamos sérias conseqüências de ordem econômica e social para a região e para o país, pois deixaríamos de gerar, em divisas, mais de US$ 127,6 milhões e reduziríamos mais de 300 mil empregos diretos, o que seria um verdadeiro caos.

No caso da abertura do mercado japonês para outras frutas além das mangas brasileiras, o mesmo quadro se repetirá, porque os exportadores deverão informar oficialmente ao governo japonês todos os produtos usados para o controle de pragas e com isso, mais uma vez, o acesso a este mercado ficará protelado.

É importante que o Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento através da Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL, ao assumir as responsabilidades de apoio laboratorial vegetal através da LANAGROS, dotem os mesmos de recursos humanos especializados e recursos materiais para que os mesmos cumpram com suas funções. Hoje, por exemplo, em alguns estados como São Paulo os exportadores de sucos e polpas de frutas estão correndo o risco de perderem negócios devido a morosidade insustentável do LANAGRO-SP para emissão dos laudos.

Recomendações

- Tendo em vista os sérios prejuízos que os setores de frutas tropicais e hortaliças terão, caso não seja autorizado o uso dos agrotóxicos constantes na relação apresentada ao CTA pelo setor produtivo,

sugerimos que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento leve à Presidência da República o pedido de publicação de um Decreto contemplando a adoção das sugestões do grupo GTR – CODEX, para o registro emergencial e também autorize o uso de novas moléculas enquadradas nas classes toxicológicas III e IV (médio e baixo risco) que estão há mais de 02 anos aguardando registro junto aos órgãos responsáveis;

- Reestruturar e compatibilizar a legislação brasileira às dos nossos países compradores e ao CODEX;
- Agilizar e reduzir custos de registro de substâncias de última geração que necessitam via de regra volumes de aplicação muito menores;
- Eliminar as inconsistências entre registro de produtos na Agricultura e as monografias do Ministério da Saúde;
- Viabilizar o registro no IBAMA e na Saúde de produtos biológicos, de feromônios e fitorreguladores para redução do uso de defensivos químicos;
- Sensibilizar o Ministério da Agricultura e articular-se junto ao setor privado no sentido de dotar o laboratório LANAGRO de São Paulo de recursos humanos e materiais para análise de importação e exportação de sucos e polpas de frutas com a agilidade de que se necessita;
- Perseguir a batalha já iniciada na OMC contra a União Européia a respeito da prática afrontosa aos Acordos de jogar o ônus da prova de medidas de seu interesse às partes afetadas, ainda mais quando se trata de países em desenvolvimento. O Brasil contou com a adesão de sete países nesta queixa;
- Ampliar os recursos FINEP destinados para reconversão de pomares para adoção de sistemas de gestão fundamentados no controle integrado de pragas e doenças e produção integrada dos cultivos de frutas;
- Agilizar a realização de convênios e acordos fitossanitários, incluindo as frutas para os países e mercados de interesse da fruticultura brasileira;
- Estabelecer programas especializados para avaliação de riscos de importação de produtos vegetais e reconhecimento de áreas livres de pragas pelos parceiros comerciais;
- Estimular as entidades não governamentais a assumirem responsabilidade nos programas de controle e erradicação de pragas de interesse econômico no campo da fruticultura;
- Para aprimorar a proteção fitossanitária da fruticultura brasileira, buscar alternativas para melhor capacitar o Departamento de Defesa Vegetal – DDIV em termos de recursos humanos e recursos materiais. Isto permitirá que sejam estabelecidas as medidas mitigadoras dos riscos de pragas.

Qualificação da Mão-de-Obra Rural

A fruticultura necessita dar sustentação econômica e ambiental aos projetos de irrigação, quer públicos, quer privados. Assim sendo, requer um nível elevado de profissionalização e a maximização da eficiência de uso de todos os insumos e serviços. Por isto, não podemos deixar de fugir à responsabilidade de apoiar um programa de capacitação em gestão adaptado às características regionais. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e o Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae) podem organizá-los e, mesmo, patrociná-los, tendo como público os atores do negócio.

Em termos de educação, principalmente do ensino fundamental e médio, os municípios dos

pólos de produção da maior parte dos estados onde se pratica a fruticultura competitiva estão abaixo do padrão esperado, uma vez que as empresas necessitam de mão-de-obra especializada ou em condições de absorver o conhecimento para o uso das tecnologias preconizadas. Este fato pode-se associar à necessidade de a família aumentar sua renda, principalmente na época da colheita. Para contornar a situação, as escolas públicas, principalmente no meio rural, deveriam adaptar o calendário escolar, considerando as peculiaridades regionais.

Em termos de profissionalização e administração do negócio agroindustrial, para acompanhar as atuais mudanças, as empresas necessitam continuamente qualificar os seus dirigentes. A qualificação do executivo principal, a adoção de técnicas de gestão empresarial, o planejamento e o nível de informatização da empresa são elementos essenciais à competitividade da empresa.

Por outro lado, os pequenos e médios produtores mantêm-se à margem dessas atualizações, recebendo informações apenas por meio de palestras e treinamentos na própria região. Para contornar essa deficiência, algumas entidades como cooperativas, SEBRAE e órgãos governamentais procuram, pela formação de grupos de produtores, promover visitas técnicas a empresas mais avançadas, objetivando induzi-las ao uso de novas tecnologias de produção.

Em termos de adoção de novas técnicas de gestão, a maioria dos empresários está sendo conscientizada de sua importância pelo uso de consultorias, treinamentos e participação em palestras.

Grande parte das empresas desconhece o principal cliente, ou seja, o consumidor final, uma vez que seus negócios são realizados por intermediários. Estes, em geral, não têm demonstrado interesse em passar informações às empresas produtoras.

Recomendações

- Complementar a atual fonte de recursos institucionais do SENAR com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e outras dotações governamentais;
- Desenvolver um programa de capacitação deverá levar em consideração o tipo de público envolvido, de pequenos irrigantes a empresários, e conter os seguintes módulos:

  (i) Fundamentos de administração e economia;

  (ii) Contabilidade e análise de projetos;

  (iii) Estratégias empresariais;

  (iv) Na área de capacitação técnica, cabe ainda assinalar:

Metodologia de formação de associações comunitárias.

- Treinamento em operação e manutenção de áreas irrigadas;
- Marketing e processamento de produtos;
- Tecnologia de sanidade vegetal;
- Controle de qualidade;
- Monitoramento ambiental.

- Induzir e apoiar o SENAI com vistas para atender a comunidade agroindustrial rural, conforme as necessidades regionais caracterizadas no território nacional;
- Ampliar as parcerias institucionais com o SENAI, SEBRAE, SENAR e outras entidades não governamentais para a difusão dos programas de capacitação e profissionalização dos Recursos Humanos dos agronegócios frutícolas em boas práticas de manipulação, procedimentos operacionais de higiene, gestão pela qualidade e implantação de sistemas de APPCC e outros.

Pesquisa e Desenvolvimento

O Brasil, em tese, possui uma inteligência tecnológica na fruticultura e por extensão no setor agropecuário brasileiro, através de Empresas Públicas como a EMBRAPA, as Universidades e Institutos regionais e ou estaduais, como o Instituto Agronômico de Campinas, a EPAGRI de Santa Catarina e outros.

Contudo, as Universidades e os demais constituintes do sistema oficial de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) brasileiro, que formaram nas décadas entre 1970 e 1990 a base do aprimoramento das atividades agropecuárias do país, atravessam seu pior momento em termos financeiros. Apesar do expressivo número de resultados da pesquisa convertidos em maior produção, renda e emprego, os últimos 10 anos registraram o sucateamento do sistema público de pesquisa.

Considerada uma das áreas de excelência do governo federal, a Embrapa teve seu orçamento, previsto inicialmente em R$ 159 milhões, reduzido para apenas R$ 94 milhões. A escassez de recursos levou à paralisação de dezenas de projetos, comprometendo anos de investimento e recursos materiais e humanos despendidos nos processos.

Por outro lado, por falta de informações e orientação comercial, ainda é comum por parte de órgãos institucionais, estaduais e federais, recomendações de plantio que se baseiam em dados históricos e não em tendências de mercado. O referido diagnóstico indica urgente integração com os vários segmentos da cadeia produtiva organizada para uma real interpretação das necessidades da fruticultura e todos os seus entornos.

Apesar dos avanços existentes, ainda se nota certa defasagem na implantação e adaptação de culturas pelos centros de pesquisa e os investimentos que os empresários rurais desejam fazer para atender aos gostos e preferências dos consumidores. A falta de pesquisa em algumas áreas faz com que se importe muito material genético sem tratamento e adaptação adequados, acarretando certos transtornos do ponto de vista ambiental, pelo risco de importação de pragas e doenças.

Um dos gargalos para a evolução da fruticultura sem dúvida é a deficiência na oferta de mudas e sementes certificadas, sendo que, por exemplo, para o cultivo do melão é necessária a importação de sementes. O Subprograma de Produção de Mudas Certificadas do Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (Profruta) já está investindo neste setor, mas ainda temos muito a percorrer.

O Fundo Setorial de Agronegócio, recentemente criado, através da Lei n° 10.332, de 19 de dezembro de 2001 e o Decreto n° 4.157, de 12 de março de 2002 que a regulamenta, com gestão do Ministério da Ciência e Tecnologia, tem como objetivo o financiamento de atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do Setor do Agronegócio e, portanto, do Sistema Agroalimentar das Frutas. Os recursos para este fundo são advindos de impostos de exportação de recursos naturais e produtos industrializados cujo montante deve ser compartilhado entre os 13 fundos criados pelo Governo Brasileiro dos quais inclui-se o de Agronegócio e distribuídos por editais da Finep e CNPq.

O mesmo poderia atender pelo menos em parte os recursos demandados para P&D pelo Sistema Agroalimentar das Frutas se orientado para atender as necessidades das demandas do setor produtivo e não orientado pelas demandas da oferta tecnológica. Contudo, até agora acumulou 6,1 bilhões de reais dos quais apenas 2,8 bilhões foram aplicados desde sua criação estando retido cerca de 3,2 bilhões de reais, ou seja 52,4 % dos recursos que deveriam ser destinados para os fundos em referência.

É de extrema importância considerar que os avanços obtidos e a serem obtidos pela pesquisa voltada para a fruticultura gerada pelos nossos já mencionados centros de excelência, somente estão ocorrendo graças ao esforço desprendido na formação de Recursos Humanos, para a geração da informação técnica, a preocupação com os aspectos de meio ambiente e segurança alimentar, como graças aos ganhos tecnológicos advindos do uso da biotecnologia, informática, biodiversidade, agricultura de precisão etc.

Finalizando, é importante considerar os esforços em P&D para apoiar a adoção por parte da nossa fruticultura na produção integrada e também no apoio à fruticultura orgânica.

Recomendações

- Dar prioridade e ênfase nos estudos que se fazem necessários para apoiar o desenvolvimento tecnológico da Produção Integrada das várias cultivares exploradas pela fruticultura nacional;
- Conceder espaço para estudos e pesquisas que apóiem o desenvolvimento da fruticultura orgânica no Brasil;
- Prioridade absoluta para estudos que levem à redução das perdas e desperdício e aumento da segurança da cadeia produtiva das frutas no país;
- Estudos que busquem identificar, nos vários pólos de produção de frutas no Brasil, variações, peculiaridades ou propriedades que caracterizem diferenciações, visando a possibilidade de se requerer denominações de origem reservadas ou mesmo a indicação geográfica; assim obter uma franquia para os produtos gerados pela fruticultura;
- Elaborar um novo modelo de pesquisa e desenvolvimento com a participação mais ativa do segmento privado da cadeia frutícola;
- Rever o orçamento e custo do Sistema Nacional de Pesquisa e considerar a fruticultura de forma a assegurar as condições mínimas para a geração e aplicação de conhecimentos necessários à competitividade do Sistema Agroalimentar das Frutas;
- Priorizar programas e projetos cooperativos com definição clara dos objetivos e participação na execução dos projetos, tanto técnica como financeira;
- Promover uma integração com os mecanismos e órgãos de difusão e extensão rural para impulsionar a transferência adaptada para os demandantes primários;
- Dar atenção a estratégias que viabilizem a realização de estudos sobre as novas formas de gestão institucional frutícola;
- Promover e incentivar a adoção de técnicas e estratégias que visem a inserção brasileira em redes internacionais de pesquisa e desenvolvimento;
- Promover a formação de redes interinstitucionais e multidisciplinares de pesquisas para o desenvolvimento de projetos de Ciência e Tecnologia para o agronegócio frutícola;
- Apoiar ações de prospecção tecnológica no exterior por meio do estabelecimento de observatórios internacionais e missões técnicas especializadas, entre outros;
- Contribuir para qualificação de recursos humanos no desenvolvimento de inovação e gestão de empresas ligadas ao agronegócio frutícola;
- Investir pesadamente em programas de capacitação científica para a formação de recursos humanos estratégicos voltados ao apoio e sustentabilidade do agronegócio frutícola brasileiro;
- Fortalecer o poder de competição do Brasil em frutas e seus derivados;
- Viabilizar tecnologias para efetivação de um desenvolvimento sustentável em novas

áreas de produção de frutas;

- Intensificar e modernizar o processo de transferência de tecnologia referente ao setor, de modo a agilizar o trânsito de informações entre as equipes de pesquisadores, especialistas em assistência técnica, extensão e produtores;
- Intensificar mecanismos de transferência de tecnologia e desenvolver novos mecanismos, utilizando sistemas modernos de comunicação;
- Investir em estudo e pesquisas na busca de tecnologias adequadas, mas competitivas para modernização dos fruticultores familiares;
- Investir em estudos e pesquisas na busca de tecnologias de transformação agroindustrial das frutas, ajustadas para dar suporte a agroindústria rural familiar comercial competitiva;
- Estimular os avanços em pesquisa e desenvolvimento com a fruticultura, através de editais específicos pelos órgãos de fomento – CNPq, FINEP, FAPES, entre outros.

Difusão, Extensão Rural e Assistência Técnica

Os sistemas de extensão e capacitação rural passaram a ser gerido pelos Estados, após a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), na reforma administrativa de 1990 e o afastamento do Governo Federal da gestão oficial. Essas mudanças na gestão e estrutura operacional afetaram adversamente vários Estados brasileiros, em especial os de menor renda.

A capacidade de atendimento ao produtor, especialmente dos pequenos, foi reduzida, prejudicando não só a assistência direta aos produtores e suas comunidades rurais, mas também seu acesso a outros projetos, a exemplo do crédito rural. Em âmbito nacional, pelo segmento privado, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) têm sido os principais agentes de extensão e capacitação rural. Apesar de seus programas dependerem de recursos externos e repasses de fundos, cuja limitação reduz o potencial de cobertura, os resultados têm sido considerados satisfatórios.

No que se refere à assistência técnica, as maiores carências destes pequenos produtores, contudo, não se localizam na assistência para as atividades de cultivo em si, mas, principalmente, no campo da assistência gerencial. O controle do processo produtivo, em geral, ainda se faz de modo intuitivo, sem referências maiores às técnicas gerenciais modernas.

É fundamental que o sistema de assistência técnica no país para os pequenos e médios produtores seja repensado, incluindo-se os grandes perímetros de irrigação administrados pela CODEVASF.

Recomendações

- Criar uma agência de extensão rural para coordenação nacional para garantir a implantação dos programas de tecnologias compatíveis com as políticas agrícolas e agrárias do país;
- Rever o orçamento de investimento e custeio dos sistemas públicos de difusão e extensão rural, assegurando as condições mínimas para a geração e difusão de conhecimentos necessários à competitividade da agropecuária nacional;
- Estimular a parceria público-privada para dar maior capacidade às ações de assistência técnica e extensão rural;
- Impulsionar a transferência de tecnologia adaptada, levando espécies mais eficientes, sob

sistemas de produção ecologicamente corretos, acompanhados de capacitação em gestão, para todas as regiões do país;

- Ampliar a oferta de assistência técnica, priorizando pequenos e médios produtores.

Infra-Estrutura

As deficiências de infra-estrutura de escoamento da produção de frutas, rodovias precárias, deficiência de estrutura de frio disponível e custos aeroportuários elevados oneram o produtor e o exportador de frutas em todos os pólos frutícolas.

Os investimentos realizados pelos produtores estabelecendo novas fronteiras agrícolas para a produção de frutas não estão sendo acompanhados na mesma proporção pelos investimentos públicos em infra-estrutura de aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias e armazenagem pública adequada (rede de frio).

É impossível ter competitividade, qualidade e ausência de perdas significativas quando em muitos pólos de produção de frutas um caminhão pode levar até nove horas para percorrer 200/300 km. O exportador brasileiro para muitas frutas delicadas exportadas via aérea não dispõe nos aeroportos de saída de infra-estrutura de frio suficiente e adequada.

É importante considerar que em grande parte há uma insuficiência da rede de frio disponível e dificuldade de acesso dos pequenos produtores a esta infra-estrutura.

Recomendações

- Priorizar a manutenção das vias de transporte utilizadas para o escoamento das frutas para o mercado externo e mercado interno, pavimentando e duplicando trechos quando necessários;
- Investir na tecnificação e infra-estrutura de armazenamento frigorificado nos pontos-chave do canal de escoamento das frutas;
- Implantar políticas para reduzir o custo aéreo portuário brasileiro que em tese virá a beneficiar não só a fruticultura como toda a agropecuária brasileira;
- Intensificar e agilizar uma política meteorológica e climatológica para apoio à fruticultura no Brasil (extensiva a toda agricultura);
- Priorizar os projetos de modernização e atualização do INMET como a implantação de um centro de supercomputação meteorológico, o processo de implantação de estações de coleta digitais automáticas e a expansão da Rede Nacional de Telecomunicações Meteorológicas.

Políticas Regionais

Região Sul

A Região Sul caracteriza-se por condições de clima tipicamente temperado, diferente de todas demais regiões brasileiras, contribuindo com 14,4% da produção de frutas no Brasil. O Sul produz atualmente 95% da maçã brasileira (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), cuja produção total está por volta de 825 mil toneladas em 2002/03, provenientes de 32.323 hectares. A pomicultura gera cerca de três empregos diretos e indiretos para cada hectare de maçã, totalizando quase 100 mil postos de trabalhos.

No que se refere às exportações, a maçã contribui com 10% das exportações em volume e 13% das exportações em valor.

Temos como destaque ainda no Pólo do Rio Grande do Sul, tradicional produtor de uva para produção de vinho, respondendo por 94% do total

do país, que é cerca de 470 mil toneladas. As propriedades da região, cuja média varia de dois a cinco hectares, empregam em sua grande maioria, mão-de-obra essencialmente familiar.

A Região Sul é ainda a principal área de produção de outras frutas temperadas, como frutas de caroço, tangerinas, e particularmente na Metade Sul gaúcha, em Pelotas, nós temos o principal pólo de produção de pêssego tanto para mesa como para industrialização, onde 19 mil hectares plantados geram três a seis empregos por hectare.

É importante ressaltar que o segmento de transformação agroindustrial na região cumpre um papel fundamental, não só pelos produtos gerados como sucos, vinhos, conservas, como pela agregação de valor proporcionando aos produtos da cadeia frutícola temperada e também como um importante demandante de frutas da região.

Com exceção da pomicultura onde se identificam grandes produtores, juntamente com pequenos produtores a maior parte dos pomares de frutas temperadas é de pequeno porte (menos de 5 ha). Este perfil caracteriza a necessidade dos pequenos fruticultores tecnificarem-se, organizando-se para contratar uma assistência técnica mais personalizada, e implantar estruturas mais eficientes de comercialização. Caso contrário serão absorvidos por estruturas alheias que ficarão com a maior parte dos lucros ou mesmo a própria fruticultura de frutos de caroço e uva poderá desaparecer em muitos pólos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Organizando-se através de Consórcios, poderão acessar com eficiência os mercados interno e externo.

Este importante segmento da economia da Região Sul, apresenta deficiências e gargalos que necessitam serem contornados. Para possibilitar e assegurar a competitividade não só nos pontos abordados como do ponto de vista técnico, onde a dificuldade é superar as limitações agroclimáticas que colocam Santa Catarina em desvantagem em relação aos concorrentes do Cone Sul. Do ponto de vista operacional, trata-se de organizar a pós-colheita e a comercialização para o produto chegar em boas condições na mesa do consumidor.

Outro ponto de estrangulamento de origem operacional é a ausência de um sistema de certificação de mudas que tem conseqüências desastrosas na produção de frutas de caroço.

A produção de frutos na Região Sul é sujeita a altos riscos de intempéries, especialmente geadas tardias e granizo, além de precipitações pluviométricas, em excesso no verão, fatos estes que necessitam de mecanismos de proteção dos pomares específicos, além de uma política de seguro agrícola eficiente e que atenda às peculiaridades desta região e suas cultivares.

Num futuro breve poderão aparecer limitações de ordem ambiental, pois no estágio atual da tecnologia, o uso de agrotóxicos é muito intenso, com 15 a 18 aplicações por ano entre fungicidas e inseticidas, dependendo da exploração agrícola.

No que se refere a estrutura de comercialização as dificuldades para financiar investimentos, especialmente a jusante da propriedade, não são de hoje. No momento os juros altos afastam, protelam ou inviabilizam investimentos na área de acondicionamento, armazenagem a frio e transporte frigorífico, os quais seriam necessários para escoar eficientemente uma produção crescente para um mercado competitivo. Trata-se de ampliar o mercado melhorando a capilaridade da distribuição. Para isso é necessário superar a perecibilidade natural do produto sem encarecê-lo demasiadamente.

Quanto aos aspectos de organização dos produtos e o mercado potencial do produtor na região é preciso considerar que o crescimento do mercado é diretamente ligado ao aumento do poder aquisitivo ao menos partindo do atual consumo muito baixo.

Porém, a ampliação do mercado poderia ser conseguida com uma redução das margens e das perdas e uma melhoria da aparência e do estado de conservação, decorrente de uma melhor organização dos produtores (selo de qualidade, padronização, cadeia de frio, redução do número de intermediários, etc).

O setor ainda não tem gerenciamento, mesmo os grandes exportadores (maçã) e, portanto, controle integral de suas frutas nos canais de distribuição e comercialização nos países de destino em que atuam. Assim sendo, o setor necessita uma estratégia consistente de aproximação que permita a gestão junto aos grandes supermercados de sistemas varejistas importantes nos Estados Unidos, Europa e novos mercados.

Para tanto é demandado um canal estabelecido e consolidado de comunicações comerciais entre a oferta dos produtores de frutas da região principalmente maçãs atualmente e a demanda internacional.

Numa primeira fase é importante o estabelecimento de um escritório de acompanhamento das operações de exportações de frutas frescas para a Comunidade Européia (maior Mercado). Este escritório faria acompanhamento e daria suporte a todas as operações de exportação de frutas temperadas e outras frutas brasileiras "in natura" para aquele continente. Terá o âmbito comunitário (para os consórcios pelo menos) e apoio integral do Ministério de Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura e Abastecimento.

Em nível de produção, as economias de escala são pequenas quando se trata de frutas de caroços. Porém, na fase de pós-colheita e comercialização, há necessidade de trabalhar com grandes volumes para poder compensar os custos de uma estrutura adequada (máquinas de classificar, câmaras frias, sistema de resfriamento...) e reduzir o impacto dos custos fixos sobre o preço/kg.

Finalizando, por ser uma região limítrofe com outros países, é de extrema importância a existência de um sistema de defesa fitossanitário de primeira linha e eficaz.

Recomendações

Crédito e Financiamento

- Criar linha de crédito específica de investimentos no segmento agrícola da fruticultura de clima temperado, considerando sempre o perfil e poder econômico do fruticultor da região;
- Criar uma linha de crédito específica de investimentos no segmento de processamento industrial de frutas temperadas e regionais;
- Incentivar o investimento em todos os segmentos da cadeia produtiva de clima temperado, mediante incentivos fiscais nas áreas produtoras;
- Implementação de um sistema de seguro agrícola eficiente e acessível a todos os intervenientes, principalmente o pequeno fruticultor, para protegê-lo contra os efeitos das adversidades climáticas em grande parte não previsíveis, típicas desta região;
- Propor a revisão de políticas de incidência de impostos estaduais da região sobre o setor, compatibilizando-as com as de Estados concorrentes para eliminar distorções competitivas.

Gerenciamento e Coordenação

- Definir o papel do Estado como responsável pelo gerenciamento de: Sanidade, Direitos sobre Tecnologia, Relações Trabalhistas, Sustentabilidade Ambiental e Apoio à Iniciativa Privada nas questões referentes ao Planejamento Estratégico, Modelagem das Cadeias, Franquia e Centros de Informações Tecnológicas e Comerciais;

- Implantação de Câmaras Setoriais para frutas no nível dos Estados da Região.

Defesa e Controle Fitossanitário

- Apoiar com recursos técnicos e financeiros em parceria com os Estados um sistema de defesa fitossanitária que nos permita tranqüilidade quanto ao risco de ingresso de doenças e pragas restritivas e perniciosas, não só à agricultura da região como do Brasil;
- Aperfeiçoar o monitoramento de pragas e doenças exógenas, com possibilidades de ingresso via o Cone Sul, provendo recursos humanos e financeiros suficientes;
- Promover a melhoria do sistema de certificação e fiscalização de mudas utilizadas pelos fruticultores dos Estados da região a fim de reduzir a difusão de pragas e doenças e garantir a qualidade e sanidade das frutas;
- Promulgar leis e ou decretos que permitam erradicar, eficientemente culturas abandonadas, que venham a servir como foco de pragas e doenças em cultivos frutícolas de interesse econômico na região Sul.

Treinamento, Capacitação e Assistência Técnica

- Fortalecer os órgãos estaduais de extensão rural na região, integrados a uma agência de extensão rural nacional, para garantir a implantação de programas tecnológicos e difusão adequada aos problemas específicos da região e seus Estados componentes;
- Fortalecer os órgãos estaduais de extensão rural na região, integrados a uma agência de extensão rural nacional, para garantir a implantação de programas tecnológicos e difusão adequada aos problemas específicos da região e seus Estados componentes;
- Propor/elaborar modelo de extensão rural, com a participação mais ativa do segmento privado da fruticultura no estabelecimento de prioridades e necessidades de alocação de recursos.

Organização dos Produtores

- Reformular os conceitos atuais e fomentar novos conceitos do associativismo como modelo de organização por excelência para comercialização do pequeno agronegócio frutícola, enfatizando que do estabelecimento correto de parcerias estratégicas decorrerá a maior chance de sucesso dos empreendimentos. Considerar Consórcios, Câmaras Comerciais, Escritórios Comunitários nos mercados-alvo e outros modelos;
- Apoiar e fortalecer modelos de gestão empreendedora e negocial para que os pequenos e médios fruticultores possam se organizar para o controle e administração das suas exportações;
- Apoiar o pequeno e médio produtor na formação de consórcios para comercialização e exportação, para permitir um volume de escala de oferta administrável;
- Desenvolver esforços na organização da fruticultura familiar de subsistência para alcançar o patamar de fruticultura familiar comercial e desenvolvimento da agroindústria rural familiar comercial;
- Estimular a criação de entidades representativas para os segmentos da cadeia produtiva de frutas;
- Aprimorar o sistema de informações disponíveis sobre o mercado doméstico;
- Difundir informações sobre o mercado externo de frutas, como exigências de qualidade, períodos de entressafra, preços praticados etc., e sobre os procedimentos para exportação, visando adequar a produção dos pólos da região aos padrões internacionais;

- Tentar desenvolver um sistema integrado de informações que permita ao produtor obter dados confiáveis sobre os compradores, minimizando problemas relacionados à inadimplência.

Gestão pela Qualidade

- Induzir e apoiar o fruticultor da região em ações de conscientização e adoção de sistemas de gestão pela qualidade como condição fundamental para ter acesso ao mercado nacional e internacional.

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

- Apoiar com ênfase a criação ou seleção de novas cultivares (de forma sistêmica) mais resistentes às doenças e de melhor durabilidade ou geração de tecnologias no combate às pragas e doenças das fruteiras de clima temperado;
- Apoiar com prioridade pesquisa e desenvolvimento de frutas adequadas às condições agroclimáticas da região com potencial de exportação como tangerinas sem sementes, frutas de caroço e frutas vermelhas;
- Definição e implementação de uma política de ciência e tecnologia para a Região limítrofe aos países do Mercosul, de modo a viabilizar a reconversão produtiva de algumas explorações frutícolas, fortalecimento de outras e a formação de estratégias de abrangência internacional;
- Promover o planejamento da produção dos pólos, visando maior diversificação das frutas e plantio de novas variedades.

Sementes e Mudas

- Aprimorar e modernizar um sistema de certificação de mudas para as frutas de clima temperado.

Gestão de Água e Infra-estrutura

- Proceder a investimentos em infra-estrutura, com ênfase na construção de mais armazéns e instalações frigorificadas de uso público e ou consorciado em zonas novas emergentes de produção de frutas e em pontos estratégicos para a distribuição e escoamento para o mercado interno e externo, assim como financiamento/ incentivos para adequação de *packing houses* para frutas de caroço, como condição fundamental para viabilizar a comercialização internacional.

Sustentabilidade Ambiental

- Apoiar ações para conscientização dos problemas do uso indevido de tecnologias na produção e pós-colheita de frutas temperadas, e o seu impacto negativo no meio ambiente;
- Apoiar estudos, programas e projetos de tecnologias mais "limpas", minimizando o uso de agrotóxicos que se mostra atualmente muito elevado.

Agroindustrialização

- Apoiar tecnologicamente projetos de implantação e modernização de Agroindústrias Frutícolas, de caráter inovativo, geradoras de produtos com alto valor agregado;
- Desenvolver modelos de agroindustrialização junto aos principais pólos de produção de frutas frescas;
- Estimular a formação de alianças e integração entre produtores e agroindústria, favorecendo a formalização de instrumentos contratuais para garantia de compra e venda, prestação de assistência técnica, favorecendo de sementes e mudas, financiamento para compra de insumos e produção, etc;
- Apoiar a modernização das indústrias

existentes para maior diversificação e ampliação da produção, através do acesso e adoção de tecnologias mais modernas que aumentem a competitividade das plantas industriais;

- Incentivar o uso de programas como o PATME para análise de instalações industriais das agroindústrias de informação primária, agroindústrias rurais familiares comerciais e industriais de produtos artesanais;
- Estabelecimento de política de reconversão de produção para as indústrias de conservas e doces de pêssego da sub-região de Pelotas.

Região Sudeste

A Região Sudeste caracteriza-se por condições de clima bastante variados, prevalecendo o clima tropical ameno com microclimas tipicamente temperados, possibilitando a produção de frutas, tanto de clima tropical como muitas frutas típicas dos climas temperados, contribuindo com cerca de 50% da produção de frutas no Brasil.

O pólo frutícola de São Paulo, um dos pioneiros do país e que hoje sofre a concorrência do Nordeste nas exportações, ainda é o grande fornecedor do mercado interno de frutas frescas, o primeiro nas exportações de citros e suco de laranja, e tem forte presença em banana, manga, goiaba, uva de mesa e outras. São Paulo exportou em 2004, 18.315.742 toneladas de frutas com destaque para a laranja, tangerina, limão taiti, banana, mamão formosa e outras.

No Espírito Santo a fruticultura emprega 50 mil pessoas e é a terceira principal atividade do agronegócio capixaba, com geração de receita de R$ 500 milhões por ano. O Estado é o sexto em produção de frutas com 1,28 milhões de tonelada por ano. Deste total, 630 mil toneladas são de mamão. O Espírito Santo responde por dois terços das exportações desta última fruta mencionada.

A fruticultura no Estado está se diversificando, estimulada pela presença de agroindústrias importantes na região. Novos pomares estão substituindo culturas menos rentáveis. A área de banana foi reduzida em 9 mil hectares nos últimos três anos, para 21 mil. Em seu lugar surgiram pomares de goiaba (300 hectares), maracujá (2,1 mil) e abacaxi (1,5 mil) entre outras. A expectativa é de que a área com fruticultura cresça de 85 mil hectares para 95 mil em quatro anos.

No Rio de Janeiro está sendo criado um Pólo de Fruticultura Irrigada nas Regiões Norte e Noroeste, que tem como objetivo a reconversão de áreas de cultivo com cana-de-açúcar. As frutas serão destinadas ao mercado interno do Estado, grande importador de produtos hortifrutícolas em geral. Contou com um Programa de Fruticultura do BNDES, até 31 de dezembro de 2003, e teve como objetivo financiar investimentos de modernização, expansão e implantação de empreendimentos de fruticultura localizados na Região Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro.

O Estado de Minas apresenta dois pólos de frutas diferenciados e importantes.

O Pólo Triângulo Mineiro é atualmente o maior produtor de abacaxi do Brasil com uma produção de 807 mil toneladas. No pólo ainda é produzido em menor escala abacate e manga.

O Pólo Norte de Minas merece ser citado por sua importância na produção frutícola, que já ultrapassou 270 mil toneladas de banana prata, limão taiti, manga, uva, coco e mamão, numa área aproximada de 18 mil ha. É uma região apta para a fruticultura irrigada, dispõe de água de boa qualidade, abundância de mão-de-obra, e numa área das mais carentes do país a fruticultura se suportada por bons investimentos e apoio governamental eficaz, poderá não só desenvolver

uma fruticultura de exportação como um pólo agroindustrial rural, favorecendo pequenos empresários e promovendo emprego e renda.

O segmento agroindustrial da cadeia frutícola do Sudeste é sem dúvida o mais importante do País, mas carece de aprimoramentos e investimentos para manter-se competitivo e cumprir com seu papel de agregação de valor aos produtos da fruticultura, com eficiência, gerando emprego e renda. Contudo, o conceito de Agroindústria Rural ainda é mal compreendido e necessita ser fomentado e difundido com instrumento de apoio e promoção o desenvolvimento da zona rural desta grande região.

Quanto à tipologia e perfil do produtor de frutas do Sudeste ainda no segmento destacam-se as várias limitações como: baixa participação em movimentos associativos, limitado conhecimento empresarial, conduta tradicionalista para algumas culturas e utilização de métodos e instrumentos inadequados de colheita (exposição ao sol e transporte até os galpões de embalagem).

É importante considerar, mesmo sabendo-se da pujança de alguns setores da fruticultura do Sudeste como o Mamão no Espírito Santo, Laranja em São Paulo e Maçã em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, alguns fatores limitantes à maior eficiência do setor frutícola na região. São diagnosticados:

- A fruticultura é atividade de utilização intensiva de mão-de-obra, permitindo a exploração em regime de parceria e o emprego de mão-de-obra familiar. No entanto, apresenta como sério problema a escassez de recursos humanos com boa capacitação particularmente no tocante a tratos culturais;
- Há carência de equipamentos modernos para seleção, classificação e manuseio de frutas e comumente utilização de água sem controle de qualidade. É um segmento que pode contribuir para melhoria da aparência do produto e controle de oferta, bem como redução de custos no transporte, retendo produtos inferiores;
- A Região Sudeste é importadora de mudas de qualidade duvidosa, problema agravado pela ineficiência no sistema de fiscalização fitossanitária, com perigo de introdução do exterior e de outras regiões do país de pragas e doenças não existentes em São Paulo. A situação de descaso na produção de mudas pode ser melhor observada no setor de citros, onde parte dos 1.556 viveiros se encontram em situação fitossanitária irregular. Outra questão a merecer estudos mais apurados é a atualização dos padrões para mudas de frutíferas e de normas para sua produção e comercialização;
- Os maiores problemas são a inexistência de produtos registrados para o uso em diversas fruteiras, dificultando a aplicação correta do receituário agronômico. A aplicação descontrolada de defensivos (excesso de uso) onerando os custos é facilitada pela falta de controle e de fiscalização de resíduos nas frutas. A não utilização de equipamentos de segurança nas pulverizações e o descarte incorreto das embalagens também devem ser assinalados;
- Apesar da existência de indústria de máquinas e equipamentos agrícolas de qualidade no Estado, os investimentos em novos equipamentos por parte do setor são baixos. Há pouco uso de veículos adequados para transporte, carregamento e empilhamento das embalagens e pouca proteção das cargas às intempéries, sem cuidados no sistema de ventilação e circulação de ar, quando da utilização de encerados;
- No que tange à organização do produtor e ao potencial do mercado, é necessário que o produtor de frutas principalmente de

pequeno e médio porte da região, de uma forma geral, seja sensibilizado de que é fundamental para sua sobrevivência o mesmo se organizar para a comercialização de seus produtos;

- O primeiro aspecto a ser entendido é que o produtor não está isolado e não pode tomar suas decisões de alocar fatores e serviços sem levar em conta o mundo que o engloba. Este mundo é formado não só por outros agricultores, seus competidores reais ou potenciais, mas também pelos prestadores de serviços, pelos vendedores de insumos, pelos compradores, intermediários, corretores, agroindústrias e empresas de comercialização. O agricultor deve entender a cadeia produtiva na qual está inserido e como deve se organizar para tirar maior proveito dessa inserção;
- Quanto à organização para controle e administração das exportações, considerando a necessidade de inserir concomitantemente os pequenos e médios produtores no mercado internacional, é fundamental nos vários pólos implantar e introduzir modelos de organização que atendam às especificidades dos produtores da região e dos produtos comercializados, mas que assumam o papel de centros de inteligência de comércio exterior para seus integrantes;
- Igualmente às demais regiões brasileiras a participação do Estado no custeio da produção é ínfima, num setor onde os recursos para instalação dos pomares são pesados, assim como na condução dos plantios principalmente no que se refere aos tratos culturais e as demais linhas de crédito e financiamentos disponíveis não atendem aos intervenientes da cadeia produtiva frutícola do sudeste;
- Os comerciantes, por falta de iniciativa ou por receio de prejuízos financeiros procuram manter suas escalas de vendas e relutam em introduzir novos procedimentos operacionais. As vendas a prazo são prejudicadas pelos elevados índices de inadimplência, que acabam se refletindo por toda cadeia produtiva;
- Observa-se também que não existe programa integrado entre Instituições Oficiais de Pesquisa, Universidades e Iniciativa Privada. As presentes deficiências e gargalos podem caracterizar-se como pontos fracos e até como ameaças, que devem ser controladas através de pacotes de políticas e estratégias governamentais de apoio e de alianças com o setor privado interferente no setor.

Recomendações

Crédito e Financiamento

- Desenvolver e implementar mecanismos de proteção financeira às operações comerciais principalmente da agricultura familiar e pequenos produtores;
- Incentivar o investimento em todos os segmentos da cadeia produtiva com potencial e competitividade exportadora, mediante instrumentos fiscais nas áreas de produção, pós-colheita e comercialização;
- Fortalecer e adequar linhas de crédito para implantação de agronegócios voltados à agrocomercialização das frutas e para industrialização com prioridades para frutas destinadas a exportação e fábricas para produção de produtos de valor agregado e inovadores;
- Propor a revisão de políticas de incidência de impostos estaduais da região sobre o setor, compatibilizando-as com as de Estados concorrentes para eliminar distorções competitivas.

Gerenciamento e Coordenação

- Definir o papel do Estado como responsável pelo gerenciamento de: Sanidade, Direitos sobre Tecnologia, Relações Trabalhistas, Sustentabilidade Ambiental e apoio à iniciativa privada nas questões referentes ao Planejamento Estratégico, Modelagem das Cadeias, Franquia e Centros de Informações Tecnológicas e Comerciais;
- Implantação de Câmaras Setoriais para todos os Estados da Região, nos moldes de São Paulo.

Defesa e Controle Fitossanitário

- Uniformizar via regulamentação e coordenar programas estaduais de proteção fitossanitária;
- Financiar e ou apoiar a criação e ou aperfeiçoamento de laboratórios públicos/ privados na área de análise de resíduos de pesticidas;
- Promover a melhoria do sistema de certificação e fiscalização de mudas utilizadas pelos fruticultores dos Estados da região a fim de reduzir a difusão de pragas e doenças e garantir a qualidade e sanidade das frutas;
- Promulgar leis e ou decretos que permitam erradicar, eficientemente culturas abandonadas, que venham a servir como foco de pragas e doenças em cultivos frutícolas de interesse econômico na Região Sudeste.

Treinamento, Capacitação e Assistência Técnica

- Fortalecer os órgãos de extensão rural na região, integrados a uma agência de extensão rural nacional e em parceria com o setor privado;
- Estabelecer programas de treinamento e capacitação com ênfase a tratos culturais e pós-colheita;
- Apoiar o aperfeiçoamento da extensão rural nos municípios, com ênfase e enfoque na fruticultura familiar, pequenos e médios fruticultores;
- Fortalecer os programas de capacitação e treinamento de recursos humanos, particularmente no tocante a tratos culturais, pós-colheita e gestão pela qualidade.

Organização dos Produtores

- Apoiar e financiar o desenvolvimento de modelos visando a organização do produtor, para comercialização independentemente do porte e função na cadeia;
- Fomentar e orientar os produtores para o estabelecimento correto de parcerias estratégicas para seus negócios;
- Fortalecer o conceito do desenvolvimento de uma fruticultura predominantemente orientada pelo mercado;
- Apoiar e financiar o desenvolvimento de modelos visando a organização de pequeno produtor (incluso agricultura familiar comercial) para exportação nas regiões competitivas, nos moldes preconizados pela Agência de Promoção às Exportações APEX, considerando consórcios, câmaras setoriais ou redes de agronegócios exportadores;
- Difundir informações sobre o mercado externo de frutas, como exigências de qualidade, períodos de entressafra, preços praticados etc., e sobre os procedimentos para exportação, visando adequar a produção dos pólos da região aos padrões internacionais;
- Tentar desenvolver um sistema integrado de informações que permita ao produtor obter dados confiáveis sobre os compradores, minimizando problemas relacionados à

inadimplência.

Gestão pela Qualidade

- Quanto às demandas de gestão tecnológica é importante fortalecer a adoção de boas práticas agrícolas, análises de perigos e pontos críticos de controle (APPCC), manejo integrado de pragas e produção integrada, e métodos recomendados pelos compradores internacionais.

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

- Incentivar e fomentar programas integrados entre as Instituições Oficiais de Pesquisa, Universidades e a Iniciativa Privada;
- Financiar e ou apoiar projetos técnicos/ tecnológicos na área de novas variedades, pós-colheita, sistemas de produção, melhoramento genético, controle de doenças e pragas como a mosca do figo que atualmente nos alija do mercado internacional;
- Incentivar e financiar trabalhos, estudos e pesquisas voltados à obtenção, divulgação de frutas/variedades adequadas às condições edafoclimáticas da região com potencial de exportação como o caqui, tangerinas e uvas sem sementes e outras tantas.

Sementes e Mudas

- Estabelecer padrões para mudas frutíferas e normas para sua produção e comercialização (extensivo a todas as regiões brasileiras);
- Estabelecer normas eficazes para a produção e comercialização de mudas e sementes;
- Atualizar os padrões referentes para mudas de frutíferas.

Gestão de Água e Infra-estrutura

- Financiar e incentivar projetos de otimização do uso de água em pomares irrigados;
- Fortalecer e dotar os portos e aeroportos de escoamento das frutas de uma infra-estrutura de frio adequada e exigida para o armazenamento das frutas objetivando manter o índice de qualidade nos níveis internacionais exigidos.

Sustentabilidade Ambiental

- Financiar e apoiar projetos na área de preservação do meio ambiente e sustentabilidade das áreas cultivadas com frutas.

Agroindustrialização

- Incentivar a implantação de agroindústrias rurais comerciais na região, com ênfase para produtos de valor agregado e inovadores;
- Desenvolver modelos de agroindustrialização junto aos principais pólos de produção de frutas frescas;
- Estimular a formação de alianças e integração entre produtores e agroindústria, favorecendo a formalização de instrumentos contratuais para garantia de compra e venda, prestação de assistência técnica, favorecendo de sementes e mudas, financiamento para compra de insumos e produção, etc;
- Apoiar a modernização das indústrias existentes para maior diversificação e ampliação da produção, através do acesso e adoção de tecnologias mais modernas que aumentem a competitividade das plantas industriais;
- Incentivar o uso de programas como o PATME para análise de instalações industriais das agroindústrias de informação primária, agroindústrias rurais familiares

comerciais e industriais de produtos artesanais.

Centro-Oeste

A região em questão compreende o Distrito Federal e os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A região contribui hoje com apenas 2,7% da produção brasileira de frutas. A fruticultura sistematizada e organizada ainda é pouco desenvolvida, estando mais concentrada no entorno do Distrito Federal, porém as condições climáticas e de solo desta vasta região poderá desenvolver uma fruticultura baseada nas frutas do cerrado, incorporando outras cultivares, podendo tornar-se um futuro pólo produtor de frutas.

Com redução da destinação de recursos a financiamentos associados ao deslocamento da participação oficial e ampliação das taxas de juros incidentes sobre o crédito à produção e comercialização e, conseqüente, redução da área plantada e produtividade nas commodities, surge um novo cenário favorecendo a fruticultura de valor agregado entre as novas alternativas para a Região Centro-Oeste

A fruticultura é potencialmente poupadora de terra, não exige alterações corriqueiras na camada superficial do solo, requer menor utilização de agrotóxicos no controle de pragas e permite manejo adequado de culturas intercalares viabilizando o aumento da fertilidade do solo com o tempo.

Considerando o potencial da fruticultura, e as características da região, algumas oportunidades se sobressaem:

- Quanto ao desenvolvimento da exploração de frutas, devido à região ser nova são boas de edificarmos uma fruticultura inclusive para exportação competitiva e sem os vícios e incorporação dos erros e falhas cometidas nas outras regiões com o cultivo das frutas num estágio mais avançado;
- O apoio institucional somando-se ao esforço de dotar a região de infra-estrutura para suportar grandes negócios agrícolas é uma oportunidade ímpar para o estabelecimento de agronegócios frutícolas;
- É um fator importante de competitividade a região estar inserida em um dos Eixos de Desenvolvimento delimitados e caracterizados pelo Governo Brasileiro para nortear sua Política de Desenvolvimento.

Contudo, alguns pontos fracos devem ser fortalecidos:

- A pouca diversidade genética oriunda do processo de substituição da vegetação original do cerrado pela monocultura, principalmente da soja, com excessivo desmatamento, compactação e erosão dos solos e poluição por agrotóxicos, requer mudanças no modo de produção, visando resgatar o equilíbrio natural;
- O cultivo das frutas na região devido às condições edafoclimáticas de cerrado requer um acompanhamento técnico constante e especializado. A tendência é que a fruticultura venha a ser explorada por pequenos produtores rurais muitas vezes despreparados. O produtor precisa de assistência para ajustar suas práticas culturais em função de variedades e condições climáticas e ter acesso às novas tecnologias disponíveis;
- A ausência atual de um sistema de certificação de mudas próximos aos pólos de produção é um ponto fraco que necessita ser repensado e evoluir juntamente com a evolução da fruticultura no Estado;
- Da mesma forma que em outras regiões falta organização dos produtores para ter mais peso na cadeia, dispor de assistência técnica, e ter maior eficiência na comercialização;

- O pequeno e médio produtor não têm acesso e controle da comercialização de seus produtos tanto no mercado interno como nas exportações, o que praticamente limita sua expansão comercial e rentabilidade.

É importante que a fruticultura na região se desenvolva contornando os obstáculos apresentados.

As dificuldades para financiar investimentos, especialmente a jusante da propriedade, não são de hoje. No momento os juros altos afastam, protelam ou inviabilizam investimentos na área de acondicionamento, armazenagem a frio e transporte frigorífico, os quais seriam necessários para escoar eficientemente uma produção crescente para um mercado competitivo. Trata-se de ampliar o mercado, melhorando a capilaridade da distribuição. Para isso é necessário superar a perecibilidade natural do produto sem encarecê-lo demasiadamente. A região conta em tese com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, mas que necessitam de correções de rumos da implementação do fundo em questão, de modo a atender também os segmentos historicamente postos à margem das políticas de atendimento das instituições financeiras repassadoras de recursos.

Para o desenvolvimento da fruticultura na região é importante o equacionamento destes gargalos.

Avanços tecnológicos, que só poderão ser conseguidos por meio de pesquisas, podem fortalecer em muito o setor produtivo. É o caso, por exemplo, da criação ou seleção de novos cultivares mais adequadas à Região do Cerrado. Enquanto novos cultivares chegam sozinhas ao produtor, outras tecnologias como combate a pragas e doenças ou tratos culturais requerem uma difusão eficiente.

Um ponto fraco a ser considerado é a distância dos pólos de produção do Centro-Oeste aos grandes centros de demanda e consumo, que estão concentrados na Região Sul e Sudeste, respectivamente. Isto deverá acarretar que para ser competitivo o setor deverá compensar a distância (custo dos fretes) com maior rentabilidade e menores custos de produção.

O desenvolvimento do agronegócio fruticultura na Região Centro-Oeste, para tornar a alternativa da fruticultura economicamente viável e socialmente desejável pelo incremento da produção de frutas no Centro-Oeste devem se ater aos seguintes aspectos:

- Modernização, que implica o uso de tecnologias mais avançadas, ocupando novas áreas, preferencialmente aquelas já exploradas com culturas anuais, e outras irrigadas e que atualmente se encontram ociosas;
- Desenvolvimento de novas tecnologias deve ser compatível com a dotação de recursos próprios dos fruticultores e capaz de remunerar capital de terceiros nos financiamentos, indispensáveis para explorações de longo prazo. Não devem elevar riscos nas atividades;
- Aumento da produtividade das áreas já em produção, utilizando-se de toda a estrutura dos órgãos de Pesquisa, Extensão e Ensino, existentes, já capacitados para pesquisa e desenvolvimento, sem impactos nos custos das frutas.

De modo geral, a melhor maneira de incrementar a produção é aumentar a produtividade, por meio da irrigação. Considerando-se que menos de 2% do total das áreas irrigadas no Centro-Oeste são cultivadas com frutíferas, e que atualmente apenas 1% das áreas irrigadas utilizam sistema de irrigação localizada, existe grande potencial para expansão das áreas irrigadas de frutíferas utilizando o sistema localizado.

Recomendações

Crédito e Financiamento

- Resgatar os propósitos e pressupostos que levaram à criação deste instrumento de desenvolvimento regional, que é o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) com regras claras para todos os segmentos da economia beneficiados, inclusive para o Sistema Agroalimentar das Frutas em todas suas dimensões e intervenientes;
- Estudar linhas de crédito que levem em conta as peculiaridades do agronegócio frutícola para análise de solicitações de financiamento junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), assim como junto a outras instituições provedoras de recursos financeiros para a fruticultura da região;
- Implantar programas que poderão utilizar recursos do FCO para a fruticultura familiar comercial, assim como para a agroindústria rural frutícola comercial, com linhas de crédito específicas e adequadas para apoiar o desenvolvimento dos negócios inerentes a esses setores;
- Formular políticas estratégicas que promovam o investimento na fruticultura regional, mediante incentivos fiscais adequados e eficazes;
- Propor a revisão de políticas de incidência de impostos estaduais da região sobre o setor, compatibilizando-as com as de Estados concorrentes para eliminar distorções competitivas.

Gerenciamento e Coordenação

- Apoiar iniciativas dos setores públicos estaduais/municipais e privados para o desenvolvimento da fruticultura na região;
- Definir o papel do Estado como responsável pelo gerenciamento de: Sanidade, Direitos sobre Tecnologia, Relações Trabalhistas, Sustentabilidade Ambiental e apoio à iniciativa privada nas questões referentes ao Planejamento estratégico, Modelagem das Cadeias, Franquia e Centros de Informações Tecnológicas e Comerciais;
- Implantação de Câmaras Setoriais para frutas no nível dos Estados da Região.

Defesa e Controle Fitossanitário

- Igualmente a outras novas fronteiras agrícolas para a fruticultura, aperfeiçoar o monitoramento de pragas e doenças exógenas, promovendo maiores investimentos na detecção e controle para evitar prejuízos incalculáveis para toda fruticultura nacional;
- Introduzir o desenvolvimento regional de proteção fitossanitária, para proteção das áreas agrícolas de produção de frutas envolvidas.

Treinamento, Capacitação e Assistência Técnica

- Apoiar os esforços estaduais e municipais no desenvolvimento de um modelo de assistência técnica e difusão tecnológica, que atenda os pequenos empresários frutícolas, com ênfase nos esforços para o desenvolvimento de agroindústrias familiares comerciais;
- Promover e apoiar programas regionais de capacitação e treinamento de produtores e trabalhadores para dar suporte a todos os intervenientes das cadeias frutícolas independentemente de porte e função no sistema produtivo, em parceria com o Senai e Senar.

Organização dos Produtores

- Formular políticas e estratégias visando apoiar a organização do setor para a comercialização e para os setores

competitivos a exportação, incluindo a agricultura e agroindústria rural familiar e comercial;

- Estimular a criação de entidades representativas para os segmentos da cadeia produtiva de frutas;
- Criar um sistema de informações disponíveis sobre o mercado doméstico;
- Tentar desenvolver um sistema integrado de informações que permita ao produtor obter dados confiáveis sobre os compradores, minimizando problemas relacionados à inadimplência.

Gestão pela Qualidade

- Em parceria com universidades, institutos de pesquisa, instituições privadas e outros centros de excelência, fomentar, apoiar e auxiliar a adoção de sistemas de gestão pela qualidade na condução do agronegócio frutícola na região.

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

- Prover e direcionar recursos para pesquisas visando um melhor conhecimento tecnológico das frutas do Cerrado e ou adaptáveis ao Cerrado, assim como para programas de melhoramento genético das fruteiras nativas da região;
- Apoiar com prioridade pesquisa e desenvolvimento de frutas adequadas as condições agroclimáticas da região com potencial para o mercado interno e externo.

Sementes e Mudas

- Através dos centros de excelência do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias desenvolver bancos de germoplasmas e um programa rígido de padronização, normatização e certificação de mudas e sementes para a região, com ênfase nas fruteiras do Cerrado.

Disponibilidade de Água e Infra-estrutura

- Financiar e incentivar projetos de otimização do uso de água em pomares irrigados;
- Adotar políticas que permitam o desenvolvimento da infra-estrutura necessária para dar o devido suporte ao desenvolvimento progressivo da fruticultura na região.

Sustentabilidade Ambiental

- Financiar e apoiar projetos na área de preservação do meio ambiente e sustentabilidade das áreas de cultivo de frutas.

Agroindustrialização

- Incentivar a implantação de agroindústrias rurais comerciais na região, com ênfase para produtos de valor agregado e inovadores;
- Desenvolver modelos de agroindustrialização junto aos principais pólos de produção de frutas frescas;
- Estimular a formação de alianças e integração entre produtores e agroindústria, favorecendo a formalização de instrumentos contratuais para garantia de compra e venda, prestação de assistência técnica, favorecendo de sementes e mudas, financiamento para compra de insumos e produção, etc;
- Apoiar a modernização das indústrias existentes para maior diversificação e ampliação da produção, através do acesso e adoção de tecnologias mais modernas que aumentem a competitividade das plantas industriais;
- Incentivar o uso de programas como o PATME para análise de instalações industriais das agroindústrias de informação primária, agroindústrias rurais familiares comerciais e industriais de produtos artesanais.

Região Norte

A Região Norte contribui com 6,1 % da produção brasileira comercializada de frutas. Muitas das frutas amazônicas ainda são obtidas pelo extrativismo, como a castanha-do-pará, o açaí e o bacuri, por exemplo. O conhecimento gradativo da região vem beneficiando diversos produtos regionais, aumentando a sua demanda. Várias frutas nativas, até então de consumo essencialmente regional estão ganhando dimensão nacional e internacional, juntamente com outras frutas já conhecidas como a banana, abacaxi e maracujá. Isto sem considerarmos frutas asiáticas que estão mostrando uma boa adaptação, como o "rambutã", "durian" e o "mangustão", cuja produção já está canalizada para o Centro-Sul do país.

Os Estados do Pará e do Tocantins aparecem na região com excelente potencial para a fruticultura.

Sob o ponto de vista socioeconômico a fruticultura é considerada a opção mais barata de manutenção e geração de novos empregos e renda na economia da Região Norte, apesar da pouca informação sobre fruteiras típicas da Amazônia. As oportunidades segundo os especialistas devem ser orientadas para as áreas desmatadas prioritariamente.

No estado do Pará, o mais avançado na fruticultura, existe cerca de 160 mil hectares explorados pela fruticultura, dos quais 34% com banana, 30% com cacau, 9% com coco, 8,8% com frutas cítricas, 7,5% com abacaxi e os restantes 11,2% com frutas como o maracujá, mamão, manga, cupuaçu, entre outras.

Já o estado de Tocantins tem se destacado como emergente, expandindo sua fruticultura. Os produtores principalmente de abacaxi, organizam-se para a exportação.

No Tocantins, nos últimos dois anos, a área plantada de abacaxi cresceu atingindo 5 mil hectares atualmente. O número de produtores também aumentou e a produtividade média chegou a 22 mil frutos/ha, resultado do sistema de produção cooperado desenvolvido pelos produtores.

Atualmente existem 20 mil hectares de cupuaçuzeiros plantados no Pará, Rondônia, Amazonas e Acre.

O açaí parece ter despertado maior simpatia dos consumidores fora da Amazônia, o que explica o crescimento da coleta de frutos de açaí de 92 mil toneladas em 1994 para 211 mil toneladas em 2005.

A sua industrialização para produção de polpa vem promovendo benefícios socioeconômicos e ambientais para a região produtora, mas enfrenta obstáculos, como escassez da fruta e falta de mão-de-obra qualificada.

A agroindustrialização de frutas da Amazônia pode contribuir para o seu desenvolvimento sustentado, reduzindo desmatamentos e queimadas. A existência de grandes extensões de áreas desmatadas na Amazônia, equivalente à superfície dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, no qual a utilização de uma fração dessas áreas, face abundância de água, energia elétrica e de luz solar, colocam a fruticultura amazônica como uma das grandes opções regionais e para o país. A proximidade da Amazônia com os mercados europeus, americanos e do Caribe, constitui outra razão para o desenvolvimento da fruticultura na região.

Novas opções do uso das frutas amazônicas na indústria de doces, bombons, cosméticos e fármacos, delineiam perspectivas bastante amplas para o setor.

As características peculiares de dezenas de frutas amazônicas, cujo aroma, gosto, cor, formato, nomes indígenas etc., afetando os cinco sentidos

da percepção humana, tem despertado a curiosidade dos novos consumidores e, em muitos casos, atribuindo propriedades medicinais e geriátricas.

A cadeia produtiva da fruticultura foi escolhida pelo Governo do Estado e pelo Banco da Amazônia (Basa) para a construção de uma plataforma tecnológica, pelo seu valor estratégico para a superação do modelo econômico extrativista que ainda predomina no Estado, que não agrega valor à produção, ao contrário da agroindústria dos sucos e outros produtos da fruticultura regional, cuja capacidade de formação de cadeias produtivas é maior.

Contudo, muitos desafios devem ser enfrentados para o desenvolvimento e consolidação da fruticultura na Região Norte.

Das 176 frutas mencionadas no clássico livro de Paulo Bezerra Cavalcante, cerca de 50% são nativas, indicando a necessidade de se encetar um grande esforço de pesquisa visando a domesticação de novas frutas potenciais pelas instituições de pesquisas regionais, criando novas alternativas de produção. Há necessidade de estabelecer metas concretas de domesticação e divisão de tarefas entre as instituições de pesquisa, bem como a necessidade de proteção de espécies da flora amazônica.

No campo da pesquisa agrícola, maciços investimentos precisam ser canalizados para programas de melhoramento genético das fruteiras nativas (variedades de cupuaçuzeiros com frutos menos ácidos, aumento da quantidade de polpa de bacuri, variedades mais precoces etc.), controle de pragas e doenças (vassoura-de-bruxa e outras), entre os principais.

A incerteza quanto aos caminhos dos financiamentos voltados ao beneficiamento e à comercialização de produtos agrícolas e às flutuações quanto ao volume de recursos disponíveis, exigências burocráticas e a carência de assistência técnica constituem algumas das limitações que precisam ser revertidas para o desenvolvimento da agroindústria na Amazônia.

Muitas propostas para a implantação de agroindústrias terminam com a construção física da unidade, esquecendo que sem mão-de-obra treinada e sem capital de giro para a aquisição da matéria-prima e o seu beneficiamento para a formação de estoques para comercializarem na entressafra, apresentam poucas chances de sucesso.

A região amazônica tem sido a porta de entrada de diversas pragas e doenças que atacam as fruteiras, tais como a "Sigatoka-amarela" em 1944, da "mosca-da-carambola" em 1996, da "Sigatoka-negra" que ataca as bananeiras e vem entrando no Pará pelo Estado do Amapá. A doença já chegou aos municípios de Almeirim e Porto de Moz, mas está sob controle. Estes eventos negativos induzem a necessidade de monitorar a região amazônica, promovendo maiores investimentos na detecção e controle, sob risco de prejudicar a fruticultura nacional.

No que se refere a crédito e financiamento, em tese a região conta com o apoio das linhas próprias oferecidas pelo Banco da Amazônia – BASA e conta também com os recursos do Fundo Constitucional de Investimento do Norte, assim sendo, o Sistema Agroalimentar da Frutas poderá recorrer aos recursos acima mencionados, desde que as linhas sejam melhor adequadas às peculiaridades e necessidades da fruticultura praticadas no Norte do Brasil.

As ameaças ao desenvolvimento e evolução da fruticultura na Região Norte podem ser sintetizadas como:

- Desvantagens comparativas em relação a proximidade dos centros de consumo no país;
- A inexistência de um sistema de defesa fitossanitária para proteger os cultivos,

principalmente o cultivo do abacaxi que está se mostrando extremamente competitivo em várias áreas da região pela ausência de doenças graves a esta fruta. Muitas pragas e doenças têm ingressado pela Amazônia, como a mosca da carambola e a "sigatoka" como já mencionadas, caracterizando a região como bastante vulnerável;

- O perigo sempre existente de que por ser uma região nova não haja uma integração necessária dos órgãos de apoio institucional para apoiar as explorações do agronegócio da fruta de forma eficiente e massiva;
- A iniciativa em grande parte ainda desordenada e sem bases negociais sólidas para agroindustrialização por produtores e empresas e o fraco nível de organização para comercialização poderão provocar se não reestruturados uma perda de competitividade do setor no mercado interno e externo;
- O baixo nível de recursos humanos nos vários níveis de escolaridade para suportar as várias cadeias frutícolas que iniciam seu desenvolvimento será um gargalo importante;
- Dificuldade de acesso ao crédito muitas vezes existente, devido a baixa capacidade de garantias do fruticultor da região.

Recomendações

Crédito e Financiamento

- Formular políticas estratégicas que promovam o investimento na fruticultura regional, mediante incentivos fiscais nas áreas de produção agrícola e transformação agroindustrial;
- Manutenção de linha creditícia, fortalecimento e aumento do Crédito Rural ao segmento da fruticultura do trópico úmido com ênfase no Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada (Agricultura familiar comercial) - PRORURAL;
- Manutenção da linha com fortalecimento e aumento do crédito do PRODEX (Programa de Apoio ao Desenvolvimento ao Extrativismo Vegetal), destinado aos mini e pequenos produtores extrativistas e cooperativas (associações de produção de castanhas e frutas silvestres da mata amazônica como o bacuri e outras);
- Manutenção e expansão do PROMICRO (Programa de Apoio às Microempresas) com atenção especial para a transformação frutícola, destinado às microempresas de capital nacional e associações/cooperativas de produção;
- Manutenção, desburocratização e aumento creditício do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria (PROAGRIN) com incentivos diferenciados para as agroindústrias frutícolas com geração de produtos diferenciados e inovadores;
- Manutenção, desburocratização para a concessão de crédito e expansão das atividades financeiras no Programa de Apoio à Exportação (FNO – EXPORTAÇÃO) e análise especial para os agronegócios frutícolas.

Gerenciamento e Coordenação

- Definir o papel do Estado como responsável pelo gerenciamento de: Sanidade, Direitos sobre Tecnologia, Relações Trabalhistas, Sustentabilidade Ambiental e apoio à iniciativa privada nas questões referentes ao Planejamento estratégico, Modelagem das Cadeias, Franquia e Centros de Informações Tecnológicas e Comerciais;
- Implantação de Câmaras Setoriais para frutas no nível dos Estados da Região.

Defesa e Controle Fitossanitário

- Aperfeiçoar o monitoramento de pragas e doenças exógenas, promovendo maiores investimentos na detecção e controle para evitar prejuízos incalculáveis para toda fruticultura nacional;
- Desenvolver e implementar um sistema de Defesa Vegetal supra-estadual para a Região Norte.

Treinamento, Capacitação e Assistência Técnica

- Promover e apoiar programas massivos de treinamento em todos os segmentos produtivos da cadeia da fruticultura, incluso no segmento agroindustrial e envolvendo a agricultura familiar comercial e a agroindústria rural regional comercial;
- Promover e estruturar um modelo de assistência técnica e difusão tecnológica agrícola e agroindustrial, fomentando parcerias com o setor privado e integração com os municípios.

Organização dos Produtores

- Formular políticas e estratégias visando apoiar a organização do setor para a comercialização e para os setores competitivos a exportação, incluindo a agricultura e agroindústria rural familiar e comercial.

Gestão pela Qualidade

- Em parceria com universidades, institutos de pesquisa, instituições privadas e outros centros de excelência, fomentar, apoiar e auxiliar a adoção de sistemas de gestão pela qualidade na condução do agronegócio frutícola na região.

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

- Promover e direcionar recursos canalizados para programas de melhoramento genético de fruteiras nativas;
- Recuperar e revitalizar como instrumento não só na área de pesquisas e estudos, como no âmbito fitossanitário, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica criada em 1978, atualmente com sede em Brasília;
- Promover e direcionar recursos para possibilitar o esforço de pesquisa necessário, visando a domesticação de novas frutas potenciais do trópico úmido pelas instituições de pesquisas regionais criando novas alternativas de produção e oferta de frutas e derivados;
- Fortalecimento das pesquisas e a difusão do conhecimento gerado, estabelecendo uma rede de parcerias, criando e fortalecendo um centro de excelência em fruticultura tropical, de modo a promover o desenvolvimento sustentado deste setor na região, tendo como base os seus diferentes ecossistemas.

Sementes e Mudas

- Considerar a fruticultura do trópico úmido nos investimentos em matrizes, para produção de material genético de qualidade, destinando à formação de mudas frutíferas certificadas.

Disponibilidade de Água e Infra-estrutura

- Adotar políticas que permitam o desenvolvimento da infra-estrutura necessária para dar o devido suporte ao desenvolvimento progressivo da fruticultura na região;
- Incentivar o princípio do uso adequado da água na implantação de pomares na Região norte.

Sustentabilidade Ambiental

- Financiar e apoiar projetos na área de preservação do meio ambiente e sustentabilidade de frutas.

Agroindustrialização

- Incentivar a implantação de agroindústrias rurais comerciais na região, com ênfase para produtos de valor agregado e inovadores;
- Desenvolver modelos de agroindustrialização junto aos principais pólos de produção de frutas frescas;
- Estimular a formação de alianças e integração entre produtores e agroindústria, favorecendo a formalização de instrumentos contratuais para garantia de compra e venda, prestação de assistência técnica, favorecendo de sementes e mudas, financiamento para compra de insumos e produção, etc;
- Apoiar a modernização das indústrias existentes para maior diversificação e ampliação da produção, através do acesso e adoção de tecnologias mais modernas que aumentem a competitividade das plantas industriais;
- Incentivar o uso de programas como o PATME para análise de instalações industriais das agroindústrias de informação primária, agroindústrias rurais familiares comerciais e industriais de produtos artesanais.

Região Nordeste

A Região Nordeste possui muitas condições favoráveis à fruticultura como mão-de-obra disponível, projetos de irrigação públicos e no semi-árido clima que propicia baixa incidência de doenças e produção de frutas com qualidade de exportação.

A fruticultura irrigada, estimulada pelos Programas de Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste (Padfin) e Desenvolvimento da Fruticultura (Profruta), vem transformando o Semi-árido nordestino numa região de produção por excelência de frutas tropicais e competitivas para oferta no mercado internacional de muitas frutas.

A cultura de frutas vem transformando os pólos de produção da Região Nordeste. Por trás disto está o Padfin, que aplicou, ente 1997 e 1999, R$ 45,5 milhões em projetos de irrigação na região do semi-árido brasileiro, capacitação de pessoal em técnicas de manejo e no desenvolvimento de sementes e mudas adequadas para a região. Isto levou à extensão da área irrigada para mais 160 mil hectares, gerando mais de 120 mil empregos e investimentos privados diretos avaliados em R$ 500 milhões.

No biênio 2000/01, o Profruta por sua vez deu continuidade às atividades de fomento. No Nordeste, as frutas mais produzidas e exportadas são: manga, uva, melão e castanha de caju.

A produção de frutas do Nordeste contribui com 27% da produção de frutas do Brasil e é o maior pólo de produção de frutas para exportação do país.

Dentre os Estados Nordestinos merecem destaque como produtores de frutas a Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Contudo, os demais Estados apresentam potencial para desenvolver uma fruticultura irrigada e competitiva para certas cultivares, pois as condições reinantes no semi-árido propiciam baixa incidência de doenças, permitindo tratos culturais com baixo nível de agrotóxicos, favorecendo o alcance de padrões internacionais e a oferta de frutas dentro de parâmetros de segurança alimentar adequados.

Hoje existe na Região Nordeste, 14 pólos representativos de produção de frutas. Dois deles se destacam: o Pólo Assu/Mossoró, no Rio Grande do Norte, que se tornou a maior região produtora de melão do país, e o Pólo Petrolina/Juazeiro, que já conta com mais de 100 mil hectares irrigados, exportando manga, banana, coco, uva, goiaba e pinha, e garantindo emprego a 400 mil pessoas em áreas do semi-árido da Bahia e Pernambuco.

Favorecido pela existência de duas grandes bacias hidrográficas, formadas pelos rios Piranhas e Apodi, o Pólo de Desenvolvimento Integrado Assu-Mossoró vem diversificando a produção de frutas, com uso de modernas tecnologias e acesso garantido aos mercados nacional e internacional. Uma das suas vantagens é situar-se em uma zona livre da mosca da fruta.

Outro que vem crescendo e que é um dos mais avançados na produção de frutas para exportação é o Pólo Baixo Jaguaribe, no Ceará, que já conta com 52 mil hectares irrigados, sendo 15,2 mil ha em áreas de projetos públicos e 36,8 mil ha em áreas particulares. Para o próximo ano, estão previstas exportações de 40.000 toneladas de frutas. O crescimento da área plantada com frutas tem sido expressivo, tendo aumentado 27,6% nos últimos anos, segundo dados da Secretaria da Agricultura Irrigada do Estado (Seagri). São produzidas banana, coco, goiaba, mamão, manga, melão e uva, inclusive sem semente.

Na região, a fruticultura poderá ser a alternativa para os pequenos irrigantes dos perímetros públicos, gerando empregos e renda, proporcionado um efetivo desenvolvimento econômico nestas áreas.

A fruticultura familiar comercial vem tentando caracterizar-se como um novo caminho para a geração de emprego e renda, movida por crédito, capacitação e orientação técnica , se bem que ainda num nível inicial e não suficiente.

O desenvolvimento da fruticultura principalmente na região do São Francisco e Parnaíba vem ocorrendo com o apoio da Campanha de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Paraíba (Codevasf). Grande parte de seus projetos apresenta um componente social e objetivam o desenvolvimento socioeconômico desta região.

São 120 mil hectares irrigados no Vale do São Francisco sendo 104 mil com frutas. Produz uva sem caroço, manga, banana, coco, goiaba, melão, acerola, limão, maracujá, papaia e pinha. A produção de frutas ultrapassa 1 milhão de toneladas/ano. A atividade gera 240 mil empregos diretos e 960 mil indiretos. O pólo é responsável por 92% da manga exportada pelo Brasil.

Em 2005, exportou 48.846 toneladas de uva, número referente a 98% da fruta exportada pelo País.

Com o Programa de Fruticultura, a Codevasf pretende promover o desenvolvimento do setor, para atender ao mercado interno e à exportação, além de gerar empregos e melhorar a renda familiar dos irrigantes. O Vale do São Francisco, com a agricultura irrigada, deixou de ser apenas uma região de grande potencial, para se tornar uma região produtora de fato.

Sintetizando, existe uma oportunidade de investimento no Nordeste do Brasil no setor da fruticultura tropical devido:

- Grande vantagem comparativa com a irrigação (possibilidade de mais de uma colheita por ano);
- Frutos tropicais de padrão internacional em quase todo o ano;
- Retorno mais rápido dos investimentos (ciclo produtivo mais precoce);
- Grande disponibilidade de terras agricultu ráveis e baratas.

A região já conta com apoio institucional, como instrumentos fiscais e financeiros do poder público para impulsionar o desenvolvimento.

A iniciativa privada dispõe de financiamentos, em condições especiais do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FN, administrado pelo Banco do Nordeste e das linhas próprias desta mesma instituição financeira que contempla a agroindustrialização, o cultivo de fruteiras irrigado

e ou por sequeiro e desenvolvimento e inovação tecnológica.

Contudo o acesso ao crédito é de difícil acesso para os pequenos, devido a baixa capacidade de garantia e de endividamento do pequeno produtor, junto as instituições de crédito e bastante burocratizado para os sistemas produtivos organizados.

As oportunidades para agregação de valor são reais e necessárias através do desenvolvimento da agroindustrialização visando a produção de sucos, polpas, conservas, frutas secas e outros produtos derivados de maior agregação tecnológica.

Por outro lado, a Região apresenta gargalos e pontos fracos, que se caracterizam como ameaças se não forem contornados como os que se seguem:

Apesar do potencial da fruticultura na Região Nordeste existe um lado obscuro que é a difícil situação em que vivem os colonos dos perímetros irrigados da região completamente descapitalizados, inadimplentes às instituições bancárias, aos distritos à Codevasf e principalmente junto ao comércio estes irrigantes não estão vendo perspectivas para se desenvolverem. Desorganizados na produção e comercialização o pequeno agricultor é um alvo fácil de atravessadores que compram os seus produtos muitas vezes por R$ 1,00/kg e vendem por R$ 4,00/kg.

Depara-se com problemas como: a baixa eficiência de irrigação, concentração das safras a exemplo da manga e ainda obrigado a conviver já com erradicações de culturas como a da goiaba devido ao ataque de nematóides e do coqueiro pelos baixos preços.

Não bastasse, a falta de crédito para custeio (o último, data de 1998), ocasionada principalmente por inadimplência e que levou o produtor a ser inscrito no CADIN, SERASA, SPC, etc., estão desmotivando os produtores para recomeçarem de novo.

O produtor entende que lhe falta capacitação em gestão, associativismo e as entidades que foram anteriormente criados pelos mesmos, careçam de planos estratégicos de ações, pois não dispõe nem de competência para uma administração e gestão das mesmas.

Sob outro aspecto a formulação do Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste permitiu constatar que os perímetros públicos irrigados construídos na região dependem de investimentos significativos que, em virtude da limitada eficiência de sua gestão pública, não estão gerando suficiente retorno social, medido em termos de produção agrícola, exportações, emprego, renda familiar e receita fiscal (tributos). A expansão dos perímetros assim como a pela viabilização dos existentes, vão depender da capacidade da identificação de direcionamentos corretos e otimização da sua gestão.

No que tange aos setores de apoio para a expansão substancial da fruticultura no Semi-árido nordestino, em termos de insumos, cabe mencionar que são necessários recursos para potencializar os recursos hídricos e energéticos e os serviços de transporte intermodal, comunicações, armazenamento e operações portuárias, aeroportuárias, retroportuárias e alfandegárias.

Sob o ponto de proteção ao meio ambiente, a região é muito sensível aos efeitos da irrigação, que mal conduzida pode ocasionar prejuízos ao ambiente regional, com conseqüente diminuição do próprio rendimento dos cultivos. Por outro lado, observa-se com freqüência o nível de compactação/erosão dos solos resultantes, sobretudo dos efeitos da mecanização de certos processos de produção, notadamente quando não se observa curvas de nível e da ausência de cobertura vegetal por longo período. O nível de poluição das águas com produtos tóxicos resultantes do uso inadequado de fertilizantes e defensivos agrícolas é outro fator preocupante.

Problemas de infiltração de água e deficiências de drenagem são igualmente observados. Naturalmente a proteção ambiental precisa ser concebida mais amplamente, porém trata-se de uma tarefa envolvendo outras instituições além dos fruticultores e outros produtores agrícolas e suas organizações.

Sob o ângulo do desenvolvimento tecnológico, a fruticultura irrigada do Nordeste necessita acima de tudo de programas e projetos de P&D que suportem principalmente sua liderança nas exportações. Assim sendo, a pesquisa e difusão de tecnologia para a Região Nordeste em fruticultura irrigada e para a área do sequeiro são fundamentais para auxiliar na necessidade de assegurar a formação pela sociedade local de forças motrizes de desenvolvimento sustentável regional.

A assistência técnica pública aos fruticultores na região, assim como a difusão tecnológica para o pequeno fruticultor mostra deficiências que precisam ser contornadas.

A capacitação e a profissionalização do homem do campo é fundamental para a modernização da fruticultura e para o aumento de renda da população rural envolvida.

Portanto, programas profissionalizantes, dando ênfase no gerenciamento da propriedade, gestão pela qualidade e absorção do conhecimento tecnológico são chaves para auxiliar a consolidação de uma fruticultura competitiva no Nordeste.

Questão fundamental é a organização, principalmente dos pequenos produtores para comercialização e modelos para sua inserção às cadeias competitivas e eficientes da fruticultura, principalmente a de exportação.

De modo geral, quanto mais organizado é o setor, maior a integração entre os produtores primários e os agentes industriais ou os do setor de serviços. O setor de fruticultura para exportação, ainda não conta com esse elemento aglutinador devido à falta de escala. Esse papel presumivelmente poderá ser desempenhado por empresas-âncora e suas unidades empacotadoras, que tratarão de uniformizar lotes de produtos e acondicioná-los, visando minimizar perdas na fase de transporte até o usuário final. Pode-se dizer, portanto, que a tendência no agronegócio das frutas corresponde à formação de cadeias produtivas.

No caso da fruticultura, a gestão da cadeia produtiva poderá ficar por conta das empresas-âncora.

Contudo, para que este modelo seja integrador é fundamental que haja mecanismos que assegurem a elaboração de contratos que beneficiem e integrem todos os agentes envolvidos, principalmente os pequenos produtores e que consubstanciem as providências a serem implementadas com vistas a obtenção de qualidade total.

Um outro modelo alternativo e ou complementar é a formação de consórcios e ou câmaras setoriais de comercialização, que têm se mostrado eficiente no Brasil e em outras regiões em desenvolvimento, desde que se consiga um volume de escala caracterizando uma oferta administrável, não só na comercialização interna como principalmente para o mercado externo.

Existem poucos planos de melhoria de eficiência do uso da água nas diversas sub-bacias, especialmente nas que serão receptoras das águas de transposição do rio São Francisco.

Um outro ponto fraco que merece ser mencionado é a morosidade para liberação de sementes, principalmente para o melão. Hoje para importar uma semente e ter a mesma devidamente

liberada para plantio pelo Ministério da Agricultura, pode demorar de 2 a 6 meses. Para as empresas exportadoras o planejamento e programas de plantio são bastante dificultados.

Recomendações

Crédito e Financiamento

- Reestruturar e revitalizar as linhas de crédito e ou administradas pelo Banco do Nordeste, para promover o acesso e atendimento a todos os intervenientes da cadeia frutícola, incluindo as pequenas cooperativas e os pequenos produtores;
- Reavaliar e revalorizar os limites de financiamento e, considerando a realidade atual do fruticultor e da agroindústria rural frutícola do Nordeste, estabelecer políticas de juros, carências e montantes a serem concedidos;
- Considerar para efeito de reestruturação e reavaliação conforme acima abordado as linhas:
  - Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECT;
  - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – PRODETEC;
  - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste – Rural;
  - Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Agroindústria do Nordeste – AGRIN;
  - Programa Nordeste Competitivo – PNC;
  - Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Rurais – PMPE;
  - Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR;
  - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.
- Programa de renegociação das divisas agrícolas e refinanciamento, principalmente para os pequenos fruticultores;
- Buscar apoio institucional permanente para a busca de crédito, capacitação, em fim, exigir uma política agroindustrial para a fruticultura dinâmica e efetiva que levem em conta as peculiaridades e especificidades das regiões e pólos de produção.

Gerenciamento e Coordenação

- Definir o papel do Estado como responsável pelo gerenciamento de: Sanidade, Direitos sobre Tecnologia, Relações Trabalhistas, Sustentabilidade Ambiental e apoio à iniciativa privada nas questões referentes ao Planejamento estratégico, Modelagem das Cadeias, Franquia e Centros de Informações Tecnológicas e Comerciais;
- Reestudar os Perímetros Públicos Irrigados do Nordeste, visando um retorno social aceitável e a viabilidade de implantação de uma fruticultura auto-sustentável comercialmente, nos perímetros com vocação para o cultivo de frutas;
- Promoção da integração dos segmentos de produção, agroindustrialização e comercialização de frutas tropicais brasileiras;
- Ampliação da produção de material de divulgação dos sistemas de produção para fruteiras irrigadas, bem como da integração dos sistemas de informação tecnológica, comercial e da defesa sanitária.

Defesa e Controle Fitossanitário

- Elaboração de um programa de fitossanidade, de apoio e suporte à expansão da fruticultura irrigada e desenvolvimento da citricultura irrigada no Semi-árido.
- Desenvolver ações relacionadas ao controle

e monitoramento das principais pragas e doenças a nível supra-estadual considerando:

- Atualização do Regulamento sobre Tratamentos Quarentenários para Exportação de Frutas Tropicais, em consonância com as leis internacionais;
- Levantamento, organização e sistematização de dados sobre avaliação do nível de resistência a pesticidas em populações das principais pragas de fruteiras e definição de estratégias de manejo;
- Operacionalização, controle e monitoramento do processo de manejo integrado das principais pragas e doenças às necessidades estratégicas da região;
- Implementação de medidas sobre procedimentos de quarentena com vistas à observação, investigação, inspeção, provas e/ou tratamentos adicionais de plantas ou produtos vegetais submetidos à regulamentação fitossanitária;
- Desenvolvimento de tecnologias e ações relativas à pós-colheita, considerando basicamente os requisitos de avaliação e controle sobre doenças, pragas e resíduos químicos em fruteiras.

- Buscar com urgência alternativas para agilizar análise de sementes importadas pelos laboratórios credenciados para isto.

Treinamento, Capacitação e Assistência Técnica

- Apoiar e fomentar reorganizações técnicas e administrativas da Emater da Região Nordeste, de forma a manterem seus serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública, de forma que os mesmos passem a se orientar pelos princípios básicos do desenvolvimento rural sustentável, com foco no cliente, interiorização das ações, descentralização das decisões, estabelecimento de parcerias com o setor privado, visão de agronegócio, profissionalização e planejamento municipal;
- Capacitação de recursos humanos em produção, planejamento e desenvolvimento de sistemas de apoio e gestão integrada da produção, distribuição e comercialização de frutas tropicais;
- Induzir investimentos em recursos humanos, materiais e financeiros nas atividades de assistência técnica e extensão rural, compartilhados entre órgãos públicos e iniciativa privada.

Organização dos Produtores

- Apoiar e fortalecer a implantação dos vários modelos de organização que permitam uma gestão das cadeias frutícolas do Nordeste, tanto para o mercado interno, quanto para exportação;
- Desenvolver esforços na organização da fruticultura familiar de subsistência para alcançar um patamar de fruticultura familiar comercial, assim como o desenvolvimento da inserção da agricultura rural familiar comercial no contexto pleno do Sistema Agroalimentar das Frutas;
- Apoiar o pequeno e médio fruticultor na formação de modelos associativistas para comercialização e para exportação como instrumento de obtenção de volume de escala de oferta possível de ser administrada e controlada não só no mercado interno, quanto no mercado externo;
- Apoiar a formação de escritórios comunitários nos principais mercados-alvo para promoção comercial permanente e monitoramento da oferta de consórcios, câmaras setoriais e mesmo produtores individuais;
- Incentivo ao desenvolvimento de práticas

e processos orientados ao incremento da competitividade irrigada, por meio da agroindustrialização; da implementação de mecanismos gerenciais e operativos de comercialização; da criação de unidades modelo de produção; e da implementação do processo de gestão e inscrição competitiva por cadeia/fruta, com a constituição dos modelos considerados mais adequados;

- Dotar a base produtiva em todos os níveis de informações estruturais que norteiem os produtores de forma continua e atualizada aos acessos aos mercados, acesso a tecnologia e quando plantar, e fundamentalmente dos preços praticados;
- Desenvolver um plano de revitalização das cooperativas e associações, por meio de ações de capacitação, apoio gerencial e empresarial.

Gestão pela Qualidade

- Financiar estudos de pré-avaliação específicos por cadeia para inserção dos pequenos produtores na implementação de sistemas de produção agrícola baseado nos conceitos de Produção Integrada (PI);
- Adequar e aprimorar linhas de crédito para implementação de sistemas de produção de frutas baseados em modelos de Gestão pela Qualidade como: Boas Práticas Agrícolas, Análise de Pontos Fortes e Pontos Críticos de Controle no Campo, Pós-Colheita e Agroindustrialização e Certificação ISO 9001-2000.

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

- Aumentar a produtividade e a competitividade da fruticultura irrigada no Nordeste;
- Desenvolver e manter um banco de germoplasma de frutas nativas do Semi-árido brasileiro com potencial de cultivo sistematizado e exploração comercial;
- Induzir e fomentar projetos cooperativos entre vários centros de excelência em fruticultura e a iniciativa privada, para o desenvolvimento de sistema de produção, melhoramento genético, controle de doenças e pragas, propagação, introdução de novas variedades e novas frutas, com ênfase para culturas com potencial de exportação futura, como a graviola, cajá e outras;
- Articular-se para conseguir uma prioridade de estudos e investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento que atendam rigorosamente as necessidades do produtor;
- Articular-se para que os investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento referentes a cadeia produtiva da fruticultura seja sempre avalizada pela Câmara Setorial de Fruticultura;
- Fomentar parcerias dos centros de excelência em fruticultura do Nordeste e a iniciativa privada na condução de trabalhos de pesquisa que visem:
  - Oferecer novas alternativas de variedades de uva sem semente, adaptadas às condições tropicais semi-áridas e que apresentem produtividade e qualidade capazes de competir com as principais variedades consumidas no mundo;
  - Permitir a oferta de novas variedades de uvas sem semente obtidas para cultivo em condições tropicais semi-árido, tolerantes ou resistentes às principais doenças fúngicas, produtivas e de elevada qualidade;
  - Produção de mudas de videira livres de vírus;
  - Esforços para eliminar o vírus da mancha anelar e as manchas fisiológicas no mamão e outras pragas e doenças da cultura;
  - Obter mudas de abacaxi de boa qualidade

a menores custos;

- Introduzir novas variedades de manga e estudos de atmosfera controlada no armazenamento e transporte;
- Aprimorar a tecnologia de produção e pós-colheita de melões nobres e desenvolvimento de tecnologia de manejo integrado para o controle da mosca branca, bactérias e "oídio".

- Ampliação do planejamento, desenvolvimento e implantação de rede de pesquisa em fruticultura irrigada.

Sementes e Mudas

- Priorizar e prover recursos e investir em parceria com os centros de excelência públicos e privados da Região Nordeste, para instalar e ampliar matrizes para a produção de material genético de qualidade, destinado à formação de mudas frutíferas certificadas para as atuais cultivares exploradas e fundamentalmente para atender à demanda de novas variedades que se fazem necessárias, considerando o melão, uvas sem semente, mangas e novas frutas como cajá, graviola e outras;
- Realização do diagnóstico situacional da produção e comercialização de sementes e mudas de fruteiras tropicais, elemento de apoio à promoção de incentivos à organização do sistema produtivo e comercial, à formação de entidades representativas de produtores e à produção de material com elevado padrão genético e fitossanitário, assegurado por processos biotecnológicos avançados;
- Fornecimento a viveiristas, pela Embrapa, de material de propagação básica das espécies preferidas pelo mercado (borbulhas, garfos, estacas e sementes oriundos de pomares-matrizes e jardins clonais, com origem controlada) livres de vírus e doenças.

Gestão de Água e Infra-estrutura

- Ampliação de estudos e levantamentos sobre os recursos hídricos, notadamente voltados para a análise das disponibilidades de água para irrigação, das necessidades hídricas das culturas, dos métodos de irrigação mais apropriados para os cultivos, objetivando a formulação de propostas de regulamentação do uso desses recursos; ao estabelecimento da estratégia de desenvolvimento sustentável e do balanceamento de oferta e demanda de água;
- Criar instrumentos preventivos para conflitos pelo uso da águas no Nordeste devido o crescimento da parcela de demanda de água pele agricultura irrigada na região;
- Ampliar a estrutura pública de frio e estabelecer linhas especiais para a implantação de *packing houses* tecnificados e câmaras de frio pela iniciativa privada, que permitam principalmente o acesso da fruticultura e agroindústria rural familiar comercial respectivamente, e outros pequenos agronegócios;
- Considerar nos planos de investimento a manutenção das vias de escoamento da produção frutícola nordestina, para os mercados interno e externo;
- Criar condições para as tecnologias de irrigação e fertirrigação sejam incorporadas pelo setor produtivo com a agilidade que os mercados exigem.

Sustentabilidade Ambiental

- Fomentar e subsidiar projetos de Gestão Ambiental no âmbito da Cadeia Frutícola como implementação de normas ISO 14.000;
- Fomentar e subsidiar processo de Educação Agroambiental para levar junto ao homem

do campo a conscientização e importância da necessidade de se preservar o meio ambiente juntamente com a exploração frutícola;

- Subsidiar e financiar estudos e projetos que busquem novas tecnologias e conhecimentos aplicados, referentes à área ambiental.

Agroindustrialização

- Incentivar a implantação de agroindústrias rurais comerciais na região, com ênfase para produtos de valor agregado e inovadores;
- Desenvolver modelos de agroindustrialização junto aos principais pólos de produção de frutas frescas;
- Estimular a formação de alianças e integração entre produtores e agroindústria, favorecendo a formalização de instrumentos contratuais para garantia de compra e venda, prestação de assistência técnica, favorecendo de sementes e mudas, financiamento para compra de insumos e produção, etc;
- Apoiar a modernização das indústrias existentes para maior diversificação e ampliação da produção, através do acesso e adoção de tecnologias mais modernas que aumentem a competitividade das plantas industriais;
- Incentivar o uso de programas como o PATME para análise de instalações industriais das agroindústrias de informação primária, agroindústrias rurais familiares comerciais e industriais de produtos artesanais.

Competitividade

- Recomendar fortemente a diversificação de variedades de mangas;
- Tentar viabilizar a construção e operacionalização de *packing houses* comunitários para os pequenos fruticultores;
- Diversificar o plantio de frutas, buscando aumentar o portfólio de tipos e variedades de frutas;
- Tentar viabilizar sistemas de resfriamento cooperativos conjugados com câmaras frias nos vários pólos de fruticultura irrigada do nordeste com ênfase ao pólo Petrolina/Juazeiro.

II – Prioridades para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas Levantadas pela Câmara Setorial

As prioridades que se seguem correspondem as metas e objetivos relativas as ações e decorrentes da implementação de políticas públicas e privadas consensuradas pelo Plenário da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Fruticultura, como sendo prioritárias para o desenvolvimento e competitividade do setor e que abaixo apresentamos:

- Ações pró-ativas para diminuir/contornar barreiras internas e externas que afetam o desempenho da cadeia produtiva da fruticultura;
  - Barreiras administrativas;
  - Barreiras técnicas com ênfase nas barreiras fitossanitárias.
- Ações em caráter prioritário que possam contribuir com a redução (inaceitável de 20% a 50%) de perdas e desperdício ao longo da cadeia produtiva de frutas;
- Ações que possam contribuir para o aumento do consumo de frutas e seus derivados no Brasil por meio de um programa nacional de promoções;
- Ações e Recomendações que possam contribuir com o aumento das exportações brasileiras de frutas e seus derivados;
- Contribuir para o desenvolvimento de modelos de organização dos intervenientes da cadeia para a comercialização, através de modelos cooperativos e associativistas;

- Ações para implementar a produção integrada de frutas (PIF) e produção orgânica nas diferentes espécies frutíferas para aumentar a segurança alimentar, proteger o ambiente, diferenciar os produtos e dar condições para competir nos diferentes mercados;
- Diretrizes e ações junto ao Sistema Agroalimentar das Frutas que possam proporcionar aumento da oferta de emprego pelo setor;
- Diretrizes e ações que possam auxiliar no desenvolvimento do meio rural frutícola:
  - Agroindústria Rural Comercial;
  - Comércio justo, etc.
- Ações que permitam uma correta orientação para os Centros de Excelência da Fruticultura das prioridades de estudo e pesquisa, assim como recomendar a necessária canalização de recursos financeiros públicos e privados. "Tecnologia a Serviço da Competitividade";
- Ações e recomendações para o aperfeiçoamento do Capital Humano inerente ao Sistema Agroalimentar das Frutas, buscando sua valorização e formação dentro dos perfis exigidos pelos vários intervenientes dos segmentos funcionais da cadeia;
- Articulações e recomendações que permitam aos vários agronegócios frutícolas, acesso ao crédito, financiamentos e a um sistema de seguros para a produção e comercialização adequado ao perfil, características e peculiaridades da fruticultura;
- Ações e recomendações para modernizar a logística do escoamento da frutas dos pólos de produção aos centros de consumo, visando menos perdas, melhoria de qualidade e diminuição de custos;
- Ações e recomendações para equacionar os gargalos e deficiências da infra-estrutura específica inerente à cadeia frutícola nacional;
- Estudos para a criação e implementação de fundos setoriais para dar ao setor uma base mínima permanente de sustentabilidade para Pesquisa e Desenvolvimento e Promoção no Brasil e no exterior das frutas brasileiras;
- Buscar permanentemente diminuir as tensões nas relações entre os segmentos da cadeia;
- Desenvolver e implantar indicadores de desempenho do Sistema Agroindustrial das Frutas;
- Crescimento do volume e valor da produção;
- Crescimento das exportações;
- Dependências dos fatores de produção na formação dos custos, etc;
- Ações para apoiar o desenvolvimento tecnológico do setor;
- Ações para apoiar o desenvolvimento comercial para o setor;
- Aprimorar as relações entre a indústria e agricultura, procurando definir e caracterizar uma fruticultura dirigida para industrialização;
- Em parceria com ABNT, estabelecer normas técnicas voluntárias para auto-regulamentação do mercado e criação de um selo de garantia de identidade e origem para as frutas frescas e os principais derivados;
- Buscar a captação de mais investimentos compartilhados entre o governo e a

iniciativa privada destinados à promoção das frutas brasileiras e seus derivados;

- Aprimorar e inovar as campanhas de promoção e divulgação das frutas no exterior, identificando novos mercados emergentes e estratégias mais eficazes;
- Induzir fortemente para que os exportadores diversifiquem as variedades utilizadas, principalmente a manga, investindo em frutas como a "Kent e Keit", as favoritas dos consumidores europeus;
- Induzir fortemente para que os exportadores coordenem melhor os embarques e evitem a concentração em poucos mercados;
- Recomendar que os órgãos do Ministério da Agricultura, relacionados com a análise de riscos, emissão dos certificados do fitossanitários e responsáveis pela fiscalização de exportações e importações sejam dotados de recursos humanos e materiais adequados para termos uma agilidade que se faz necessária, e que esforço sejam feitos para desburocratizar os procedimentos administrativos;
- Exigir que as regulamentações sobre qualidade, embalagem, rotulagem e segurança alimentar sejam efetivamente cumpridas em todo território nacional.

Prioridades Relevantes

É extremamente importante a gestão do MAPA no sentido de que as disposições do Decreto nº 4.074/2002 sejam cumpridas; que as normas que permitiriam introduzir na Legislação Brasileira princípios ativos aprovados na OMS/CODEX e que facilitariam o registro de moléculas no Mercado Brasileiro sejam implantadas com urgência.

É também importante que os assuntos pendentes de regulamentação federal pelo CFA, abaixo apontados, sejam urgenciados:

- Registro por Equivalência Química;
- Normas Específicas para Pequenas Culturas (Minor Crops);
- Normas de registros para Semioquímicos e Feromônios;
- Normas para autorizar o uso emergencial de agroquímicos.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- Moacyr Saraiva Fernandes – IBRAF
- Jorge Luís Loyola Dantas – Embrapa

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas e Sudoeste da Bahia – ABANORTE
- Associação Brasileira de Citros de Mesa – ABCM
- Associação Brasileira de Sementes e Mudas – ABCSEM
- Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos – ABECITRUS
- Associação Brasileira da Indústria da Alimentação – ABIA
- Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT
- Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Limão – ABPEL
- Associação Brasileira de Produtores de Maçã – ABPM
- Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento – ABRACEN
- Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS
- Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco – VALEXPORT
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
- Agência de Promoção de Exportações do Brasil – APEX-BRASIL
- Associação Brasileira de Citricultores – ASSOCITRUS
- Associação das Indústrias Processadoras de Frutas Tropicais – ASTN
- Banco do Brasil S/A – BB
- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
- Associação Brasileira dos Exportadores de Papaya – BRAPEX
- Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara Federal – CAPR
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
- Comitê Executivo de Fitossanidade do Rio Grande do Norte – COEX
- Comitê de Fruticultura da Metade Sul
- Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
- Fórum dos Secretários de Agricultura
- Fundo de Defesa da Citricultura – FUNDECITRUS
- Fundo Passiflora
- Associação Brasileira dos Produtores de Goiaba – Goiabras
- Instituto Brasileiro de Qualidade em Horticultura – HORTIBRASIL
- Instituto Brasileiro de Frutas – IBRAF
- Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO
- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO
- Instituto Agropólos do Ceará
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE
  - Secretaria Executiva – SE
- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Sociedade Brasileira de Fruticultura – SBF
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
- Sindicato Nacional dos Produtores de Coco do Brasil – Sindcoco

Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do

Fumo

Histórico

Manoel Galvão Messias Júnior[1]

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo foi instalada em 12 de dezembro de 2003 no auditório da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Rio Grande do Sul. Valdomiro Rocha, Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, representando o então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, indicou para a Presidência da Câmara da Cadeia Produtiva do Fumo o Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil-Afubra, naquela ocasião, Hainsi Gralow, e como Secretário Executivo o Superintendente Federal da Agricultura no Rio Grande do Sul, Francisco Natal Signor. A indicação foi arpovada pelo plenário da Câmara em sua primeira reunião ordinária. Com o falecimento do Senhor Gralow em 1º de março de 2006, foi nomeado Romeu Schneider, Diretor-Secretário da Afubra.

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo é constituída por 38 representantes de órgãos e entidades ligados ao setor. Foi criada pela Portaria nº 231, de 10 de setembro de 2004 e posteriormente alterada pelas Portarias nº 10 e nº 140, de 5 de janeiro e 30 de maio de 2006, respectivamente.

Para analisar os assuntos do setor com mais profundidade, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo criou três grupos temáticos permanentes: Renda do Fumo e complementação com outras atividades; Combate ao mercado ilegal de cigarros e Convenção-Quadro para o controle do Tabaco e outros acordos Internacionais. Os Grupos Temáticos discutem a reestruturação da portaria de classificação do Fumo, ações para combate ao contrabando e à pirataria para apresentar ao Conselho Nacional de Combate à Pirataria e o lançamento de um Programa de Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

Na primeira reunião ordinária, em 15 de janeiro de 2004, no auditório do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), em Brasília, DF, após a abertura, realizada pelo então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, já tiveram início os trabalhos, com a criação de dois grupos temáticos:

Combate ao Mercado Ilegal de Cigarros. Distribuição da Renda Proveniente do Fumo entre o Governo e os Atores da Cadeia Produtiva (em 15 de março de 2005, o grupo intensificou suas atribuições e passou a denominar-se Renda do Fumo e Complementação com Outras Atividades).

Em 28 de julho de 2004, foi criado mais um grupo temático: Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (em 09 de fevereiro de 2006, o grupo intensificou suas atribuições e passou a denominar-se Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e Outros Acordos Internacionais).

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo recebeu maior dinamismo e objetividade com a reformulação da estrutura organizacional do MAPA. A instituição de órgãos específicos de formulação e apoio ao agronegócio, a integração da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio e, especialmente, a modernização organizacional, instituída pela Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas, através de Duarte Vilela e de sua equipe de trabalho, foram fundamentais para valorizar o trabalho desenvolvido.

As atividades da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo estão se adequando às reformulações propostas e se adaptarão às inovações para dar mais objetividade e oferecer maior apoio ao MAPA e, por extensão, ao nosso país.

Romeu Schneider
Presidente da Câmara

Introdução

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo já realizou reuniões no Sul, no Nordeste e na capital do Brasil. Conseguiu mobilizar o senado federal para realizar seis audiências públicas para tratar da ratificação da Convenção-Quadro para o controle do tabaco. Duas foram organizadas pela Comissão de Relações Exteriores, sendo uma em Brasília/DF e outra em Santa Cruz do Sul/RS, com a presença de aproximadamente 10 mil produtores. As demais foram realizadas pela Comissão de Agricultura: em Irati/PR, em Florianópolis/SC, em Camaquã/RS e em Cruz das Almas/BA.

Em 27 de outubro de 2005, o senado federal aprovou a ratificação do Brasil à Convenção-Quadro para o controle do tabaco, em consideração às promessas apresentadas em documento específico firmado na ocasião pelos Ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim; chefe da Casa Civil, Dilma Roussef; Fazenda, Antônio Palocci; Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto; Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, e o interino da Saúde, José Agenor Álvares da Silva.

As Tabelas 1 e 2 expressam a importância do fumo para o Brasil e, por conseguinte, para os brasileiros.

Tabela 1. Custos e resultados do fumo e de outras culturas

CUSTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO - 2005/06 - R$/HECTARE

DISCRIMINAÇÃO		CULTURA		
		MILHO	FEIJÃO	FUMO Va
1.	**CUSTOS VARIÁVEIS**			
	Mão-de-obra	510,40	603,20	4.755,40
	Operações diversas	36,50	52,40	322,80
	Insumos agrícolas	519,10	351,60	1.876,40
	Lenha / energia			801,50
	Seguro / Funrural / Juros	49,30	41,70	557,80
	SUBTOTAL	**1.115,30**	**1.048,90**	**8.313,90**
2.	**CUSTOS FIXOS**			
	Correção do solo	14,00	21,00	57,80
	Depreciações	167,60	167,80	764,20
	SUB-TOTAL	**181,60**	**188,80**	**822,00**
T O T A L		**1.296,90**	**1.237,70**	**9.135,90**
	Produtividade kg/ha	3.600	1.020	2.137
	Custo R$/kg	0,36	1,21	4,28
	Preço médio R$/kg	0,22	0,88	4,60
	Receita bruta R$/ha	**792,00**	**897,60**	**9.830,20**
	Lucro / Perda R$/ha	**-504,90**	**-340,10**	**694,30**
	Mão-de-obra dias/homem/ha	**22**	**26**	**149**

ITEM	UN	EQUIVALÊNCIA		
		MILHO	FEIJÃO	FUMO
Mão-de-obra	**ha**	**6,8**	**5,7**	
Receita bruta		**13,2**	**11,5**	**1,0**
Receita líquida		**-1,6**	**-2,3**	

Fonte: Afubra (2006)

Tabela 2. Fumicultura regional brasileira

Safra: 2005/06

Região	Famílias produtoras	Hectares plantados	Produção t
Sul	193.310	417.420	774.410
Nordeste	36.460	33.520	33.880
TOTAL	**229.770**	**450.940**	**808.290**

Fonte: Afubra (2006)

Tabela 3. Distribuição e tamanho das propriedades
FUMICULTURA SUL-BRASILEIRA - 2005/06
Distribuição Fundiária

HECTARES	FAMÍLIAS	%
0	**39.350**	**20,4**
De 1 a 10	70.230	36,3
De 11 a 20	51.840	26,8
De 21 a 30	21.162	10,9
De 31 a 50	8.044	4,2
Mais de 50	2.684	1,4
T O T A L	**193.310**	**100**

Fonte: Afubra (2006)

Através da Câmara Setorial, o setor pode, finalmente, demonstrar sua importância ao governo. A fumicultura brasileira está alicerçada no sistema integrado de produção. A maioria dos fumicultores possui pequenas áreas de terra (80%) e 20% nem sequer possuem terra própria, plantando em regime de parceria (Tabela 3). A área de produção por propriedade é de somente 2,7 hectares e a maioria das propriedades localiza-se em regiões acidentadas.

Ambiente Externo e Interno

O fumo é uma planta originária da América e começou a ser cultivado no Brasil, mais especificamente no Estado da Bahia, no século XVI. Esse tipo de fumo, de secagem natural, destina-se basicamente à fabricação de charutos.

No Sul, o cultivo iniciou com a imigração germânica, às margens do Rio dos Sinos, em 1824, e intensificou-se com a colonização de Santa Cruz do Sul/RS, em 1849. O clima e solo adequados para a cultura do fumo, associados à laboriosidade dos imigrantes, garantiram o sucesso do plantio. Em 1851 já foram plantados os primeiros lotes, dos quais foram exportadas 160 arrobas. Uma década mais tarde, foram exportadas 4.700 arrobas.

Hoje, o Nordeste estabilizou sua produção e mantém diversas fábricas de charutos, que proporcionam muitos empregos e geram renda para o seu povo. No Sul, a fumicultura cresceu muito.

Na safra 2005/06, foram produzidas 774,4 mil toneladas em 417,4 mil hectares, o que gerou uma receita de R$ 3,4 bilhões para as 193 mil famílias fumicultoras (Tabela 4). Da produção brasileira, 85% são exportados para mais de 100 países.

A plantação, o beneficiamento e a industrialização do fumo passaram a ter grande importância econômica e social em nosso país. Em 1993, o Brasil assumiu a liderança mundial na exportação.

abastecer os mercados interno e externo. Nesse caso, o seu valor agregado é muito alto. Também as folhas exportadas, do tipo capeiro, são de valor muito elevado.

O maior crescimento do fumo se verifica no sul do país, que cultiva as variedades Virgínia (82%), Burley (17%) e Galpão Comum (1%). Os fumos do Sul se destinam, em geral, à fabricação de cigarros, sendo 85% do fumo sul-brasileiro exportados e 15% consumidos internamente.

Tabela 4. Crescimento da fumicultura Sul-Brasileira
FUMICULTURA SUL-BRASILEIRA

SAFRA	Famílias produtoras	Hectares plantados	Produção t
79/80	94.840	171.080	286.090
89/90	127.400	201.940	367.980
99/00	134.850	257.660	539.040
00/01	134.930	253.790	509.110
01/02	153.130	304.510	635.110
02/03	170.830	353.810	600.540
03/04	190.270	411.290	851.060
04/05	198.040	439.220	842.990
05/06	193.310	417.420	774.410
Var. %	**104**	**144**	**171**

Fonte: Afubra (2006)

A produção e industrialização dos fumos do Sul e do Nordeste têm aspectos diferenciados entre si. A Figura ilustra as regiões onde concentram a produção de fumo no país.

Os fumos do Nordeste são destinados à fabricação de charutos e do fumo de corda. Em pequena escala de produção, o fumo aromático, também conhecido como oriental, é utilizado como "tempero" na fabricação de cigarros de alta qualidade. O fumo para charutos é absorvido internamente pelas indústrias brasileiras para

O mercado mundial de fumo continua favorável ao Brasil, sobretudo pela excelente qualidade do produto brasileiro. Produzido por minifundiários, através do sistema integrado mantido com as indústrias de beneficiamento que designam os insumos mundialmente aceitos e recomendados pelos compradores, nossos fumos são conhecidos como os mais limpos do mundo. Dessa forma, o Brasil conseguiu, com grande destaque, ser o maior exportador de fumo beneficiado e industrializado de todos os tempos.

Nas Tabelas 5 e 6 são ilustrados dados sobre a produção e exportação de fumo em alguns países selecionados.

Podíamos citar inúmeros fatores que levam nossos agricultores a produzir fumo em vez de outras culturas, como garantia de crédito agrícola com aval prestado pela empresa integrada; garantia de compra de toda a produção; assistência técnica nas lavouras; pagamento do frete e do seguro do transporte do fumo da propriedade do fumicultor

Tabela 5. Principais países exportadores de fumo

FUMICULTURA MUNDIAL - Toneladas

ANO	PRODUÇÃO		
	Brasil	USA	Zimbabwe
1980	372.970	806.030	125.000
1990	447.980	737.710	139.800
2000	577.110	453.600	245.210
2001	544.780	449.750	207.250
2002	669.950	403.000	165.840
2003	635.820	403.520	79.980
2004	882.650	383.780	69.050
2005	876.430	312.800	84.540
Var %	**135**	**-61**	**-32**

Fonte: USDA

Tabela 6. Principais países produtores de fumo

FUMICULTURA MUNDIAL - Toneladas

ANO	EXPORTAÇÃO		
	Brasil	USA	Zimbabwe
1980	129.900	273.480	98.980
1990	198.040	223.410	122.350
2000	353.020	179.890	182.070
2001	443.900	186.300	135.020
2002	474.470	153.320	142.810
2003	477.540	160.000	90.000
2004	592.850	153.320	71.000
2005	629.630	174.920	66.010
Var %	**385**	**-36**	**-33**

Fonte: USDA

até a empresa compradora integrada; recebimento do pagamento do fumo em um prazo de quatro dias úteis e negociações da tabela de preços entre a representação dos produtores e as indústrias.

Com a redução da produção nos Estados Unidos, no Zimbabwe e em alguns países europeus, o Brasil ganhou esse mercado. A produção brasileira, pela abundância de mão-de-obra disponível e pelo seu clima e solo apropriados, cresceu ainda mais.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Prioridades

- Evitar novos ataques antitabagistas internos e externos;
- Controlar mais eficientemente o contrabando e a falsificação de cigarros (mercado ilegal);
- Não aumentar nem criar novos impostos ou taxas;
- Manter a alta qualidade do fumo brasileiro, já conhecido como o mais limpo do mundo, o que se deve à produção artesanal realizada por pequenos agricultores, através do sistema integrado;
- Melhorar a receita do fumicultor;
- Facilitar a exportação para os mais de 100 (cem) países importadores;
- Substituir, na Câmara Setorial, os membros que não freqüentam as reuniões.

A ratificação do Brasil à Convenção-Quadro, apesar das promessas do governo, constitui um dos grandes percalços para o desenvolvimento do país. Enquanto a excelente aceitação mundial de nossos fumos e a grande capacidade de produção que possuímos estimulam o crescimento de nossa produção, o acordo internacional firmará protocolos para frear a produção, o beneficiamento, a industrialização e o consumo do tabaco em nível mundial. Isso fatalmente trará insegurança ao setor.

Prioridades Políticas do Poder Público

O setor fumageiro espera que o poder público não implemente novas adversidades ao setor já supertributado ou que intensifique as já existentes. Espera que as autoridades prepostas pelo governo brasileiro para as negociações das partes, em Genebra, não aceitem novas retaliações e imposições adversas ao setor fumageiro, sob pena de perda de muitos empregos no Brasil. Alerta, pois, que o capital que produz em nosso país – as empresas – pode facilmente ser repatriado para outros países, mas os produtores e operários desempregados permanecem no Brasil. Espera, também, uma política cambial que beneficie a exportação e uma firme posição do MAPA no sentido de proteger o setor produtivo e não admitir quaisquer ameaças antes da segura e exitosa reconversão econômica e social.

Prioridades Políticas do Poder Privado

O setor produtivo está capacitado para continuar a crescer. Tem solo, clima, mão-de-obra e mercado em abundância. Espera-se que não ocorram mais campanhas antitabagistas desenfreadas no Brasil, que acabem por transferir a produção para outros países.

Políticas Públicas e Privadas

A Cadeia Produtiva do Fumo tem optado pela discussão dos assuntos que envolvem a fumicultura em suas reuniões. Para analisar os assuntos com mais profundidade, criou três grupos temáticos permanentes.

Renda do Fumo e Complementação com Outras Atividades

Está, em estudo, a substituição das Portarias Ministeriais nº 526 e nº 79, de 20 de outubro de 1993 e 17 de março de 1994, respectivamente. A proposta de alteração foi encaminhada ao MAPA. Esse grupo também trata dos assuntos que envolvem melhor remuneração ao produtor.

A apresentação de atividades alternativas que garantam renda similar e as garantias que a cultura do fumo possui, entrou como proposta nesse grupo temático. As ações requerem soluções a curto e médio prazo.

Combate ao Mercado Ilegal de Cigarros

Esse grupo temático tem realizado um grande trabalho, com bons sinais de resultado. Direcionou suas atividades à manutenção de audiências com autoridades federais, estaduais e municipais, com o intuito de expor a problemática do comércio ilegal de cigarros. Estabeleceu parcerias com prefeituras, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Secretaria da Receita Federal. Esse caso enseja ação continuada em curto prazo.

Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e Outros Acordos Internacionais

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo procurou evitar a aprovação da ratificação do Brasil à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Para isso, sentou à mesa com deputados e senadores, e conseguiu a realização de audiências públicas. Duas foram promovidas pela Comissão de Relações Exteriores, então presidida pelo Senador Eduardo Suplicy e a relatoria do projeto a cargo do Senador Fernando Bezerra, e quatro, pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, presidida pelo Senador Sérgio Guerra e a relatoria do Senador Heráclito Fortes. Atuaram, com especial destaque, os senadores Paulo Paim, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul; Jorge Bornhausen, Leonel Pavan e Ideli Salvatti, de Santa Catarina; Flávio Arns, Álvaro Dias e Osmar Dias, do Paraná; Antonio Carlos Magalhães, César Borges e Rodolpho Tourinho, da Bahia; e muitos outros. Ações de curto, médio e longo prazo.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

- Romeu Schneider – Afubra
- Francisco Natal Signor – Superintendência Federal da Agricultura RS/MAPA
- Sálvio Tonini – CNA
- Luis Carlos Folador – SDC/MAPA
- Constantino L.N. de Mendonça – Sindifumo/RJ
- José Adelmar Batista – MDA

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira da Indústria do Fumo – ABIFUMO
- Associação Brasileira de Sementes e Mudas – ABRASEM
- Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA
- Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEV
- Associação Nacional dos Pequenos Agricultores – ANPA
- Banco do Brasil S/A – BB
- Central Única dos Trabalhadores – CUT
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
- Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins – CNTA
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
- Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS
- Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF–SUL/CUT
- Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Afins – FENTIFUMO
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
  - Secretaria-Executiva – SE
  - Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério da Fazenda – MF – Secretaria da Receita Federal
- Ministério da Previdência Social – Secretaria da Receita Previdenciária
- Ministério da Saúde – MS
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério do Meio Ambiente – MMA

- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul – SAA
- Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná – SEAB
- Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural de Santa Catarina – SAR
- Sindicato da Indústria do Fumo – SINDIFUMO/RS
- Sindicato da Indústria do Fumo do Estado da Bahia – SINDIFUMO/BA
- Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo – SINDIFUMO/SP
- Sindicato da Indústria do Fumo do Estado do Rio de Janeiro – SINDIFUMO/RJ
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e Alimentação de Cruz das Almas – SINTIFA

Bibliografia Consultada

AFUBRA. Associação dos Fumicultores do Brasil. Disponível em: http://www.afubra.com.br.

Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de

Flores e Plantas Ornamentais

Histórico

Saulo Gonzales[1]

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais foi instalada em 16 de dezembro de 2003 no Auditório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília, DF, reunindo de modo fiel e participativo associações de viveiristas, produtores, exportadores, varejistas, órgãos públicos e outras entidades privadas relacionadas ao setor.

O Ministro interino da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, José Amaury Dimarzio abriu os trabalhos da Câmara indicando como Presidente o representante do setor privado, Renato Opitz, e, como Secretária Executiva, a representante do setor público, Maria Mazzarello, nomes que foram referendados por ocasião da primeira reunião ordinária da Câmara. Os perfis destes espelham a organização, o nível técnico e a importância econômico e social do setor. O Presidente Renato Opitz é engenheiro agrônomo, pós-graduado pela FEA/USP e vem atuando como Presidente da Câmara Setorial de Flores e Plantas Ornamentais do Estado de São Paulo desde 2001. É Diretor-Geral da empresa Promoções & Eventos RBB, organizadora dos eventos Hortitec, Enflor e Garden Fair, desde 2002. Foi Gerente de Produto da Cooperativa Agro Pecuária Holambra de 1990 a 1997 e Diretor Geral da Cooperativa Veiling Holambra de 1997 a 2001. A Secretária Executiva Maria Mazzarelo é engenheira agrônoma e possui mais de 20 anos de experiência no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, nas áreas de produção, certificação de sementes e mudas, defesa fitossanitária, coordenação de laboratório vegetal e negociações internacionais no agronegócio.

A Câmara foi criada pela Portaria/MAPA nº 26, publicada no Diário Oficial da União, de 19 de janeiro de 2006 e posteriormente alterada pela Portaria nº 120, de 15 de maio de 2006. Em suas reuniões, têm sido identificadas as principais demandas do setor e encaminhadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para esclarecimentos e providências cabíveis pelas áreas técnicas, bem como o Presidente da Câmara e outros integrantes do setor têm sido recebidos diretamente pelo Ministro.

O Presidente enfatiza a importância da instalação da Câmara para melhor articular os trâmites público-privado, tais como: desembaraço nas exportações, redução de tributos incidentes sobre o setor, registro e proteção de cultivares, e, elaboração e fiscalização da legislação fitossanitária.

Enfim, a organização do setor de modo que todos os segmentos da cadeia fortaleçam-se tornando a cadeia competitivas e sustentável, encontrou forte apoio no mecanismo de trabalho da Câmara.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

As lideranças especialmente indicadas como representantes da floricultura brasileira nos âmbitos nacional, regionais e estaduais dos diversos pólos brasileiros de produção, reunidos e congregados pelo Congresso FIAFLORA EXPOGARDEN de Floricultura / Brasília 2005, realizado em Brasília, Distrito Federal, nos dias 26 e 27 de maio de 2005, elaboraram o presente documento, ora publicamente divulgado como as Diretrizes da ***Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais***.

Esta Agenda representa um documento síntese das discussões e propostas surgidas ao longo dos dois dias de trabalho do Congresso, bem como das contribuições agregadas de diversas lideranças previamente consultadas e está destinada a constituir-se numa agenda de trabalho, comprometimento mútuo e envolvimento cooperativo e convergente entre técnicos, profissionais, produtores, empresas e instituições públicas e privadas objetivando o desenvolvimento permanente e o crescimento ambiental e economicamente sustentado e socialmente includente da floricultura brasileira do futuro.

Renato Opitz
Presidente da Câmara

Introdução

Este documento representa uma síntese das discussões e propostas surgidas ao longo dos dois dias de trabalho do Congresso FIAFLORA EXPOGARDEN de Floricultura / Brasília 2005, bem como das contribuições agregadas de diversas lideranças previamente consultadas e está destinada a constituir-se numa agenda de trabalho, comprometimento mútuo e envolvimento cooperativo e convergente entre técnicos, profissionais, produtores, empresas e instituições públicas e privadas objetivando o desenvolvimento permanente e o crescimento ambiental e economicamente sustentado e socialmente includente da floricultura brasileira do futuro.

Ambiente Externo e Interno

No Brasil, ainda que com uma profissionalização e dinamismo comercial relativamente recente, a atividade contabiliza números extremamente significativos. Já são formalmente reconhecidos mais de 4 mil produtores, cultivando uma área de cerca de 5,2 mil hectares anualmente, em 304 municípios brasileiros. No entanto, estudos setoriais conduzidos recentemente em diversos Estados vêm sinalizando para o fato de que, na realidade, tais números devem estar grandemente subestimados. Uma nova consolidação de informações é, hoje, objetivo de estudo por parte dos principais órgãos de representação setorial.

Embora ainda fortemente concentrada no Estado de São Paulo, particularmente nas regiões dos municípios de Atibaia e Holambra, a floricultura brasileira evidencia fortes tendências de descentralização produtiva e comercial por várias regiões de todo o país. Atualmente, assiste-se ao notável crescimento e consolidação de importantes pólos florícolas no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, Tocantins, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Alagoas, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Bahia e Maranhão.

Em termos globais, estima-se que a atividade responda pela geração de mais de 120 mil empregos, dos quais 58 mil (48,3%) estão localizados na produção; 4 mil (3,3%) na distribuição; 51 mil (42,5%) no comércio varejistas e 7 mil (5,9%) em outras funções, principalmente nos segmentos de apoio.

A produção de flores e plantas ornamentais propicia rendimentos entre R$ 50 mil a R$ 100 mil por hectare, gerando, na média nacional, 3,8 empregos diretos por hectare, que vêm a equivaler a 14,2 empregos numa propriedade dedicada à floricultura. Ressalte-se, ainda, que 94,4% desses empregos são preenchidos com mão-de-obra permanente, essencialmente contratados (81,3%), enquanto que o trabalho familiar responde por 18,7% do total empregado, caracterizando-se, assim, o seu inquestionável papel e importância socioeconômica.

A produção é desenvolvida em pequenas propriedades, cuja média nacional de área cultivada é de 3,5 hectares. Existem diferenças regionais importantes. Assim, o estado de Goiás, por exemplo, possui uma área média de cultivo - a maior nacional - de 6,3 hectares, o que se explica pelo fato da sua vocação para a produção de mudas de plantas ornamentais, exigentes em maiores dimensões físicas de área.

No Brasil, a distribuição da área cultivada com flores e plantas é de 50,4% para mudas; 13,2% para flores envasadas; 28,8% para flores de corte; 3,1% para folhagens em vasos; 2,6% para folhagens de corte e 1,9% para outros produtos da floricultura.

No mercado interno, avalia-se que a floricultura brasileira movimente, anualmente, um valor global entre US$ 750 milhões e US$ 800 milhões. O consumo doméstico gira em torno de US$ 4,70 *per capita*, valor esse, que já experimentou notável crescimento no período de 1994 a 1998, quando somou US$ 6,00 *per capita*. Contudo, tais números são, ainda, muito baixos

frente a padrões mundiais. Na Suíça e na Noruega, por exemplo, o consumo *per capita* chega a US$ 170,00 e US$ 143,00, respectivamente. Na Alemanha, US$ 137,00, nos EUA, US$ 36,00 e na Argentina, US$ 25,00. As estimativas indicam que o consumo potencial é, pelo menos, equivalente ao dobro do atual, se superadas as restrições geradas por aspectos econômicos e culturais, entre os quais o da concentração da demanda apenas em datas festivas e comemorativas, como o dia das mães, dos namorados, finados, entre outros.

Os principais mercados atacadistas estão concentrados no Estado de São Paulo, envolvendo cerca de 800 agentes e movimentando, anualmente, perto de R$ 356 milhões. Ressalte-se que alguns desses mercados incorporam as mais modernas técnicas de comercialização, tais como o sistema de leilões próprios do modelo "Veiling Holandês" e a comercialização eletrônica de mercadorias, destacando-se de todo o restante da horticultura comercial no Brasil.

A distribuição varejista de flores e plantas ornamentais no Brasil conta com cerca de 18 mil pontos de venda. O Estado de São Paulo representa cerca de 40% de todo o consumo nacional, enquanto que apenas a cidade de São Paulo absorve perto de 25% de toda a demanda dessas mercadorias.

Em termos de faturamento, as flores em vaso representam 50% da movimentação na Cadeia, as flores de corte, 40% e as plantas verdes, 10% (não incluem as palmeiras, árvores e arbustos para paisagismo).

No comércio internacional, a participação das exportações no valor global da floricultura brasileira é avaliada em cerca de 3%, com resultados crescentes e vigorosos ao longo dos últimos anos.

Rompendo o ciclo de performance inconstante verificado ao longo dos anos 1990, o setor tem conseguido alavancar significativamente seus resultados no comércio internacional, com valores acrescidos em 113% no período dos quatro primeiros anos de implantação e execução do Programa Setorial Integrado de Exportações de Flores e Plantas Ornamentais do Brasil e que significaram vendas globais próximas de US$ 23,5 milhões, em 2004.

A profissionalização do segmento exportador vem se intensificando nos últimos anos e, hoje, o país já se projeta neste cenário como importante referencial de qualidade e competitividade. Os investimentos realizados na Cadeia Produtiva estão atingindo maturidade e seus efeitos já se fazem sentir com maiores velocidade e intensidade. A abertura de novos mercados, o aumento da eficiência e competitividade e o fechamento contínuo de novos negócios permitem projetar que as exportações, em 2005, atingirão resultados próximos de US$ 31 milhões, o que representará incremento de mais de 30% sobre os resultados do ano anterior.

O mercado mundial de flores e plantas ornamentais é avaliado em 75 bilhões de euros anuais, sendo que, deste total, 60 bilhões de euros advêm do setor de flores e plantas, 14 bilhões do mercado de mudas e o restante da produção e circulação de bulbos. Por sua vez, o fluxo no comércio internacional é avaliado como sendo da ordem de US$ 9 bilhões anualmente, hoje concentrado em países como a Holanda, Colômbia, Itália, Dinamarca, Bélgica, Quênia, Zimbábue, Costa Rica, Equador, Austrália, Malásia, Tailândia, Israel, EUA (Havaí) e outros.

A participação nacional é de apenas 0,22% no fluxo internacional dessas mercadorias. Contudo, o potencial do país permite um crescimento para cerca de 1,5%, nos próximos anos.

A participação brasileira é concentrada principalmente na exportação de mudas de flores e plantas ornamentais (48,46% do total, com notável destaque para crisântemos), bulbos (23,08%), além de rosas, flores tropicais como orquídeas, bromélias, abacaxis ornamentais, zingiberáceas e outros itens. As folhagens brasileiras também têm muito boa e crescente aceitação no mercado internacional.

A Holanda, principal cliente internacional da floricultura brasileira, concentra suas aquisições nos seguintes grupos de produtos: Mudas de Outras Plantas Ornamentais, principalmente de crisântemos (44,29%), Bulbos em repouso vegetativo (40,09%), Flores Frescas (12,42%) e Folhagens Secas (3,20%).

Para os EUA, a preferência de importações fica com as Flores Frescas, principalmente rosas, com 56,82% das aquisições. Mudas de Outras Plantas Ornamentais ficam com 22,44%, Folhagens Secas, com 10,51%, Bulbos (9,64%) e Mudas de Orquídeas (0,58%).

A Itália, terceiro maior comprador em importância econômica, concentra suas compras também em Mudas de Outras Plantas Ornamentais, com 84,57% de sua pauta. Seguem-lhe as Folhagens Secas (9,92%) e as Folhagens Frescas (2,52%).

Atualmente, os mercados prioritários para o crescimento das exportações do Brasil são: Alemanha, Holanda, Estados Unidos da América, Itália, França, Inglaterra, Japão e Argentina. Também é evidente o crescente interesse dos mercados dos países ibéricos (Portugal e Espanha) pelos produtos brasileiros, notadamente para flores e folhagens tropicais. Como mercados opcionais, em fase de prospecção, encontram-se a Rússia e os Emirados Árabes.

As extraordinárias condições de produção do país, dotado de diversidade de solo e clima, permitem o cultivo de um infinito número de espécies de comprovada qualidade e beleza e conferem ao produto brasileiro como flores tropicais, crisântemos, orquídeas, bromélias, gerânios, abacaxis ornamentais, entre outros, condições de abrir espaços e firmar-se competitivamente no mercado mundial.

A transformação das potencialidades em oportunidades efetivas de negócios tem se tornado uma realidade, na medida em que produtores e exportadores rompem importantes pontos de estrangulamento ao longo da cadeia produtiva. Isto tem sido possível graças à adoção de um elenco de medidas e ações apontadas, orientadas e coordenadas por órgãos, instituições, empresas e programas de apoio, fomento e promoção, como o ***FloraBrasilis*** – programa resultante de Convênio de cooperação técnica entre o Instituto Brasileiro de Floricultura – Ibraflor e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX-Brasil, SEBRAE Nacional, Câmara Setorial Nacional da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais, entre outros.

O fortalecimento do comércio exterior da floricultura brasileira, sob todos os aspectos, é uma ação absolutamente vital para a garantia de um grande número de empregos, tanto no meio rural, quanto nas cidades e, mesmo, para a sobrevivência de inúmeras propriedades e empresas agrícolas. Constitui-se, desta forma, numa alternativa eficiente e eficaz para o desenvolvimento econômico e social, nos âmbitos nacional e macro-regionais, bem como para o enfrentamento do êxodo rural, evitando a caótica migração para as metrópoles e o crescimento do desemprego, da fome e da violência urbana.

Neste sentido, levando-se em consideração o estímulo exportador, e as potencialidades produtivas do país, que lhe conferem possibilidades de inserção competitiva no mercado mundial, estima-se que as exportações evoluirão de forma expressiva, a partir do patamar atual, alcançando cerca de US$ 80 milhões/ano em 2007.

Todo esse esforço exportador deverá elevar a área de produção destinada à de exportação, para cerca de 1.500 ha, contribuindo com a geração de 15.000 novos postos de trabalho, com mão-de-obra qualificada e capacitados para o desempenho efetivo de suas atividades.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

A partir das discussões, debates e sugestões das lideranças e da Plenária do Congresso FIAFLORA EXPOGARDEN de Floricultura / Brasília 2005 e, com o objetivo de identificar e encaminhar as mais adequadas propostas e soluções para os atuais entraves e gargalos ocorrentes ao longo da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais do Brasil organizou-se a presente Agenda com as Diretrizes para Formular Políticas, segundo o envolvimento sugerido para os principais agentes, instituições, empresas e organismos públicos e privados com atuação direta ou em importantes interfaces com a floricultura profissional em todo o país.

Apoio, Fomento e Promoção do Crescimento e Desenvolvimento do Mercado Interno.

- Incentivar, apoiar e promover o crescimento e o desenvolvimento do mercado interno de consumo para as flores e plantas ornamentais, considerando a extrema relevância, no caso brasileiro, das suas dimensões, características e potencialidades, de modo a agregar as vantagens competitivas em relação à imensa maioria dos fornecedores internacionais, como os países produtores da América Central e África e que se constitui na existência simultânea e sinérgica de um potente mercado doméstico e de imensas potencialidades no comércio internacional. Diretriz de Longo Prazo;
- Aumentar a oferta de produtos de elevada qualidade, durabilidade e competitivade para o mercado interno, melhorando, de maneira global, as condições de operação, rentabilidade, acessibilidade e modernização do mercado, garantindo melhores níveis de remuneração de produtores, comerciantes e distribuidores e da satisfação dos clientes e consumidores. Diretriz de Médio Prazo;
- Viabilizar a adoção generalizada de melhores práticas de conservação pós-colheita, padronização, classificação, embalagem, apresentação, circulação das flores e plantas ornamentais, bem como a da implementação de melhores e mais adequadas infra-estruturas logísticas de distribuição e conservação dessas mercadorias. Diretriz de Médio Prazo;
- Incentivar, fomentar e promover a adoção generalizada da padronização e classificação de produtos, embalagens e processos baseadas nos melhores resultados, tendências e expectativas do mercado internacional, viabilizando, a criação e a consolidação de uma cultura da qualidade no país e de uma cultura exportadora. Diretriz de Médio Prazo;
- Incentivar, fomentar e promover a diversificação e diferenciação dos hábitos regionais de consumo de flores e plantas ornamentais, favorecendo as vocações, preferências e habilidades geográficas, ecológicas, culturais e socioeconômicas das populações e reduzindo a atual centralização da produção, do fluxo e do reduzido número de espécies difundidas massivamente para todo o país. Diretriz de Longo Prazo;
- Incentivar, promover e participar de campanhas institucionais e educativas permanentes que informem o consumidor sobre características, origens, usos e cuidados com as flores e plantas ornamentais, que incentivem e impulsionem novas compras, que diminuam o efeito sazonal no comércio e que estimulem a entrada de novos segmentos consumidores no mercado, como os públicos masculinos, o jovem e o infantil. Diretriz de Médio Prazo;
- Organizar e disponibilizar sistemas de monitoramento da evolução e mudanças do comportamento do consumidor e dos principais mercados internacional, nacional e locais, através da realização de pesquisas de campo diretas e de fontes secundárias permanentes de informação, de modo a promover adaptações e ajustes necessários, fidelizando a clientela e identificando novas oportunidades de negócios. Diretriz de Curto Prazo.

Coordenação e Governança da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais do Brasil

- Buscar a permanente estruturação orgânica e funcional da Cadeia Produtiva, por meio do fortalecimento dos seus principais fóruns e órgãos nacional, regionais e estaduais, como a Câmara Setorial Nacional e suas congêneres de âmbitos estaduais, o Instituto Brasileiro de Floricultura, Sociedades e Associações de segmentos e áreas componentes, especialmente de produtores e suas cooperativas, profissionais do paisagismo, do comércio e distribuição atacadista e varejista, de proteção de cultivares, entre outros, visando a consolidação da prática da discussão sistemática e da deliberação conjunta sobre as melhores soluções e encaminhamentos das demandas e expectativas setoriais, em um ambiente de mútua cooperação entre as esferas pública e privada da economia nacional. Diretriz de Longo Prazo;

- Estimular o debate amplo, franco e aberto entre as partes componentes da Cadeia, bem como a construção formal ou informal de Códigos de Conduta e de Relacionamentos entre as Partes, de modo a favorecer a consolidação de alianças estratégicas, promover a especialização, o ganho de eficiência e competitividade no atendimento ao cliente final, maior harmonia e redução das assimetrias nos relacionamentos e um melhor fluxo das informações sobre as reais condições e expectativas do mercado ao longo de toda a Cadeia Produtiva. Diretriz de Longo Prazo;
- Viabilizar sistemas de captação e produção sistemática e periódica de estatísticas e indicadores sobre a evolução de todos os segmentos da Cadeia Produtiva, especialmente a partir da realização de censos abrangentes e confiáveis sobre as bases produtivas e comerciais, números de produtores, estabelecimentos, áreas cultivadas, sistemas de cultivos, valores de venda, entre outros, com particular envolvimento de órgãos como o IBGE, SEBRAE, CNA – Confederação Nacional da Agricultura, CNI – Confederação Nacional da Indústria e CNC – Confederação Nacional do Comércio, entre outros. Diretriz de Curto Prazo;
- Fortalecer o potencial de geração, captação, análise e divulgação das informações pertinentes a todos os setores e segmentos da Cadeia Produtiva, especialmente quanto aos mercados e suas oportunidades técnicas e comerciais, melhorando a qualidade na tomada de decisões, o nível de conhecimento técnico, a atualização permanente, o intercâmbio e a visibilidade da floricultura brasileira. Diretriz de Médio Prazo;
- Aumentar e fortalecer o intercâmbio e o envolvimento permanentes dos agentes regionais, suas associações e cooperativas com seus congêneres de outros Estados, ou de nível nacional e internacional, de modo a propiciar o crescimento profissional contínuo, maior potencial na coletivização de demandas e busca de soluções comuns. Diretriz de Médio Prazo;
- Incentivar a criação de associações, entidades e fóruns de representação, promoção e defesa de interesses em cada um dos elos específicos da Cadeia Produtiva, de modo a viabilizar e promover maior fortalecimento, representatividade e equilíbrio nas ações de coordenação e governança interna da floricultura de todo o Brasil. Diretriz de Longo Prazo;
- Combater sistemática e eficazmente a informalidade em todos os elos e segmentos da Cadeia Produtiva, de modo a garantir total transparência, o correto dimensionamento das características socioeconômicas da atividade no país, seu potencial de contribuição, bem como a justeza de suas demandas junto aos órgãos governamentais competentes de fiscalização, tributação, normalização e fomento. Diretriz de Longo Prazo.

Ciência e Tecnologia

- Incentivar o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas especialmente vocacionadas e especializadas no atendimento da floricultura nas condições ecológicas e geo-climáticas dos principais pólos de produção do país, agregando ainda uma eficiente rede de assistência técnica e extensão rural, de âmbitos públicos e/ou privado, aos produtores e distribuidores. Diretriz de Longo Prazo;
- Incentivar e promover a pesquisa científica e tecnológica especialmente voltada para a criação, desenvolvimento e proteção de novos materiais genéticos, produtos e cultivares de interesse e potencial estratégicos para os negócios setoriais, especialmente aquelas baseadas em produtos originais da flora ou melhor adaptados às condições geo-ecológicas brasileiras. Diretriz de Longo Prazo;
- Evoluir para a criação e implementação de Sistemas de Certificação de Qualidade e de Origem para as flores e plantas ornamentais do Brasil, agregando valor, confiabilidade, visibilidade e referencial qualitativo nos mercados interno e externo. Diretriz de Médio Prazo;

- Desenvolver e implantar o Programa de Produção Integrada de Flores e Plantas Ornamentais do Brasil, incentivando a sua ampla, ágil e generalizada adoção pelos produtores, especialmente nos segmentos focados no crescimento das exportações, como forma de promover a adequação aos padrões básicos de exigências no mercado internacional. Diretriz de Médio Prazo;
- Promover o desenvolvimento e a alocação de recursos humanos especializados no atendimento das demandas locais, através de políticas de contratação coletivas de serviços, convênios e protocolos com universidades e centros de pesquisa e intercâmbios, entre outros mecanismos. Diretriz de Longo Prazo.

Profissionalização, Qualificação e Capacitação de Recursos Humanos

- Promover a capacitação para todos os elos componentes da Cadeia Produtiva, entendida como um processo permanente e cumulativo, inserido na realidade objetiva de cada grupo de produtores e outros agentes, nas áreas temáticas técnico-produtivas, gerenciais e comerciais, utilizando-se de instrumentos como cursos, treinamentos, viagens, missões técnicas e outros afins. Diretriz de Curto Prazo;
- Promover a formação de quadros profissionais de níveis superior e técnico, especialmente capacitados para o atendimento das demandas da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais do Brasil, de modo a viabilizar um adequado atendimento, bem como a construção de uma verdadeira inteligência brasileira em floricultura, paisagismo e jardinagem. Diretriz de Longo Prazo;
- Promover a capacitação e a profissionalização do técnico em jardinagem. Diretriz de Médio Prazo;
- Participar e promover feiras, rodadas e encontros de negócios como modo comprovadamente eficiente de atualização, promoção e intercâmbio de informações, produtos e oportunidades comerciais em todos os segmentos afins. Diretriz de Curto Prazo;
- Estimular a busca pela constante atualização técnica e informação sobre as tendências contemporâneas dos mercados consumidores internacional, nacional, regionais e locais, especialmente no campo da arte floral, da decoração, do paisagismo e da jardinagem, como modo de impulsionar vendas, adequar produtos e processos e agregar valor aos produtos e serviços produzidos e oferecidos pela Cadeia Produtiva. Diretriz de Curto Prazo;
- Incentivar a especialização profissional e a habilidade técnica e comercial de técnicos, gerentes e empresários dos diversos segmentos, dando especial ênfase a projetos e programas de educação continuada, estágios de intercâmbio, palestras e cursos motivacionais e de atualização tecnológica. Diretriz de Médio Prazo;
- Promover o treinamento, capacitação, intercâmbio e atualização tecnológica permanente de artistas e *designers* florais, especialmente no tocante ao uso de flores e folhagens tropicais em ornamentação e a sua promoção tanto no mercado interno, quanto internacional. Diretriz de Médio Prazo.

Normas, Regulamentações e Políticas que afetam a Floricultura

- Contribuir ativamente junto aos órgãos de representação setorial como o Ibraflor e a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais do Brasil, no sentido de agilizar, atualizar, adequar e rever todo o arcabouço legislativo e normativo político-institucional que afeta o desenvolvimento e a operacionalização das atividades da floricultura brasileira, especialmente no que se refere à registro, extensão de uso e rotulagem de produtos agro-químicos, proteção fitossanitária, importação e exportação de insumos e materiais biológicos, registro e proteção de cultivares, tributação da atividade

produtiva e comercial e simplificação dos processos e rotinas burocráticas e fiscais na implantação, operação e gestão de empresas e negócios, do comércio interno e da exportação. Diretriz de Curto Prazo;

- Promover, colaborar e incentivar a aprovação da Lei da Pequena Empresa no Brasil. Diretriz de Médio Prazo;
- Promover e orientar a regulamentação da profissão do paisagista no Brasil. Diretriz de Médio Prazo;
- Promover e orientar a elaboração e implementação de Planos Diretores de Arborização e Paisagismo Urbanos em todo o país, segundo as diferentes vocações, características e condições geo-climáticas e ecológicas de cada região. Diretriz de Longo Prazo.

Créditos, Financiamentos e Seguros

- Buscar a instituição e a criação de mecanismos adequados e eficientes de concessão de créditos e financiamentos para os diversos elos e segmentos da Cadeia Produtiva, especialmente no que se refere a investimentos na aquisição de máquinas agrícolas e veículos de carga, construções, ampliação e reforma de instalações para a produção, conservação, comércio atacadista e varejista, custeio e aquisição de insumos, entre outros. Diretriz de Médio Prazo;
- Estimular o conhecimento dos principais indicadores do funcionamento e desempenho da floricultura junto às entidades bancárias e creditícias, no sentido de aumentar a percepção, avaliação e aceitação da atividade no rol das culturas normalmente beneficiadas com o crédito, o financiamento e o seguro. Diretriz de Longo Prazo;
- Criar mecanismos de captação e concessão de créditos e financiamentos específicos para Programas de Certificação, Qualidade, Produção Integrada Padronização e Classificação de Produtos e Embalagens na Floricultura Brasileira. Diretriz de Longo Prazo.

Gestão Empresarial

- Organização de cadastros e disponibilização de informações sobre a idoneidade e histórico comercial de compradores e consumidores intermediários e finais, nos diversos segmentos, de modo a contribuir para a minimização de inadimplências e aumento das seguranças nas transações entre os agentes da Cadeia Produtiva. Diretriz de Médio Prazo;
- Busca de mecanismos e tecnologias atualizadas e adequadas de comercialização, com vistas à rápida adaptação à mudanças e novas exigências do mercado, incorporando gradativamente opções de comércio eletrônico, gestão informatizada de produtos e processos, entre outras que, além dos efeitos diretos e imediatos sobre os resultados econômicos e financeiros da comercialização, gerarão e distribuirão benefícios gerais ao longo da Cadeia Produtiva, especialmente no que se refere à padronização e classificação de produtos, embalagens e processos, conservação pós-colheita de produtos e regularização do abastecimento do mercado. Diretriz de Curto Prazo.

Associativismo e Cooperativismo

- Estímulo e fortalecimento do associativismo e do cooperativismo nos diversos segmentos componentes da Cadeia Produtiva, como mecanismo dos mais relevantes na defesa dos interesses setoriais e conquista de objetivos comuns. Diretriz de Médio Prazo;
- Estímulo à criação, implementação e gestão de consórcios e alternativas coletivas de comercialização, especialmente no campo das exportações, visando à superação dos gargalos identificados de agregação de cargas e grandes volumes para o comércio internacional, padronização de produtos e embalagens, aumento a competitividade da floricultura nacional. Diretriz de Longo Prazo.

Infra-estrutura e Logística

- Aumento da capacidade geral de investimento em todos os elos da Cadeia Produtiva que resultem no mais amplo e adequado aparelhamento da infra-estrutura produtiva e comercial, incluindo a instalação de estufas, *packing houses*, câmaras frias, depósitos e lojas de varejo melhor localizadas e capazes de realizar as reformas de *layout* e apresentação nos padrões estéticos e funcionais, com a freqüência que o consumidor exige. Diretriz de Médio Prazo;
- Criar e implantar os Corredores de Exportação de Flores e Plantas Ornamentais do Brasil, gerando fluxos tipo *courrier*, conferindo agilidade e prioridade no trânsito e despacho dos produtos mais perecíveis. Diretriz de Médio Prazo;
- Implantar linhas regulares de vôos e fretes cargueiros nos principais trechos ponto-a-ponto entre a origem e o destino das principais mercadorias exportadas. Diretriz de Longo Prazo;
- Despender esforços permanentes para a redução do Custo Brasil, especialmente no que se refere aos custos dos fretes aéreos, visando ao aumento da competitividade e agressividade das exportações nacionais. Diretriz de Médio Prazo;
- Implementar câmaras frias e ambientes climatizados especializados no setor de flores e plantas ornamentais junto aos principais aeroportos de embarque de mercadorias, em todo o país. Diretriz de Longo Prazo;
- Desenvolver programas de adequação e melhorias na infra-estrutura, equipamentos e no transporte fluvial e marítimo de cargas de perecíveis. Diretriz de Longo Prazo.

Promoção no Mercado Internacional

- Promoção de campanhas de apoio, divulgação e promoção dos produtos brasileiros nos principais mercados-alvo internacionais, especialmente nas grandes feiras e eventos de projeção setorial, com ênfase na criatividade, beleza e atualidade da arte floral do Brasil, como um dos principais instrumentos impulsionadores das vendas externas. Diretriz de Médio Prazo.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- Renato Optiz
- Maria Mazarelo Boquadi

Colaboração

No Âmbito da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais:

- Instituto Brasileiro de Floricultura – IBRAFLOR
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Associação Brasileira de Proteção de Cultivares de Flores e Plantas Ornamentais – ABPCFlor
- Sociedade Brasileira de Floricultura e Plantas Ornamentais

- Associação Nacional de Paisagismo – ANP
- Associação Nacional de Arquitetos Paisagistas – ANAP
- Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas – ABCSEM
- Associação Nacional de Defensivos e Fertilizantes – ANDEF
- Companhias de navegação e transportes terrestre, marítimo e aéreo
- Mercados Atacadistas e Centrais de Distribuição Privados ou Mistos

No Âmbito do Setor Público e Institucional
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- Ministério da Fazenda / Secretaria da Receita Federal
- Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Ministério da Ciência e Tecnologia
- Ministério do Meio Ambiente
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
- Confederação Nacional da Agricultura – CNA
- Confederação Nacional da Indústria – CNI
- Confederação Nacional do Comércio – CNC
- Confederação Nacional dos Transportes – CNT
- Serviço Social do Comércio – SESC
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI
- Organização das Cooperativas do Brasil – OCB
- Banco do Brasil S/A – BB
- Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária – INFRAERO
- Universidades Federais
- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC

Nos Âmbitos regional e estadual
Privado:
- Câmaras e Comitês Estaduais da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais
- Associações e Cooperativas de Produtores
- Organizações das Cooperativas Estaduais
- Sindicatos Rurais
- Empresas organizadoras de feiras e eventos técnicos e comerciais
- Associações Estaduais e Regionais de Paisagistas

Público e Institucional:
- Secretarias Estaduais e Municipais de Agricultura
- Secretarias Estaduais e Municipais de Desenvolvimento, Indústria e Comércio
- Secretarias Estaduais e Municipais de Ciência e Tecnologia
- Secretarias Estaduais da Fazenda/Receitas Estaduais
- Secretarias Estaduais e Municipais do Meio Ambiente
- SEBRAEs Estaduais
- Federações Estaduais de Agricultura
- Federações Estaduais da Indústria
- Federações Estaduais do Comércio
- SESCs Estaduais
- SENAIs Estaduais

- SENARs Estaduais
- Universidades Estaduais/Municipais
- CEASAs e outros mercados atacadistas
- Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira de Proteção de Cultivares de Flores e Plantas Ornamentais – ABPCFLOR
- Associação Brasiliense dos Produtores de Flores e Plantas – Central Flores Brasília
- Associação dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais de Atibaia – PROFLOR
- Associação dos Produtores de Flores Tropicais de Sergipe – SERGIFLORA
- Associação dos Produtores Rurais e Distribuidores de Flores e Plantas Ornamentais do Estado do Rio de Janeiro – AFRORG
- Associação Riograndense de Floriculturas – AFRORI
- Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF
- Banco do Brasil S/A – BB
- Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Câmara Setorial de Flores e Plantas Ornamentais do Estado de São Paulo
- Centrais de Abastecimento do Paraná S/A – Mercado de Flores e Plantas Ornamentais
- Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Cooperativa dos Produtores e Exportadores de Plantas, Flores e Folhagens Tropicais de Alagoas – COMFLORA
- Cooperativa Veiling Holambra
- Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa
- Instituto Agronômico de Campinas – IAC
- Instituto Brasileiro de Floricultura – IBRAFLOR
- Mercado das Flores e Plantas Ornamentais de Santa Catarina/Associação dos Produtores de Plantas Ornamentais de Santa Catarina – MERCAFLOR
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
- Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
- Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
- Secretaria Executiva – SE
- Secretaria de Política Agrícola – SPA
- Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul – SFA/RS
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

- Ministério da Fazenda – MF
- Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – SAA/SP
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
- Sociedade Brasileira de Floricultura e Plantas Ornamentais

Bibliografia Consultada

ABIPTI. **Agropolo como modelo de gestão para organização e inserção da agricultura familiar nas cadeias produtivas**. Informe Nº 136, ano 24. Brasília-DF. abr.mai.2003.

AGÊNCIA CT. **Município do agreste pernambucano terá Centro Vocacional Tecnológico de Floricultura**. Disponível em: http://www.agencia.mct.gov.br. Acesso em: 04.mai.2006.

AGRIANUAL 2001. Anuário da Agricultura Brasileira. **Artigos especiais: Valter Udler Cromberg,** FNP: São Paulo. p.337-340.

AGRIANUAL 2002. Anuário da Agricultura Brasileira. **Artigos especiais: Valter Udler Cromberg,** FNP: Editora, p.353-354, 2002.

AGRONLINE. Disponível em: http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=564. Acesso em 01.jun.2006.

AGROBRASIL. **Balanço Brasileiro do Agronegócio**. Ano 01. Nº 01. p. 96-103. Dezembro, 2004.

ANEFALOS, Cristina Lílian & GILHOTO, Joaquim J. M. **Estrutura do Mercado Brasileiro de Flores e Plantas Ornamentais**. Agric. São Paulo, SP, 50(2): 41-63, 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Crédito Rural**. Disponível em: http://www.bcb.br. Acesso em 03.jun.2006.

BANCO DO NORDESTE. **O nosso negócio é desenvolvimento**. Disponível em: www.bnb.gov.br. Acesso em: 03.jun.2006.

BRITISH Columbia. **An Overview of the BC Floriculture Industry**. FactSheet. Oct. 2003. Disponível em: http://www.agf.gov.bc.ca/ornamentals/publications/documents/overview_floriculture_2003oct28.pdf . Acesso em: 14.jun.2005.

CBI NEWS BULLETINS 2004, Disponível em: http://www.cbi.nl/. Acesso em jan.2005.

DUTCH MINISTRY OF AGRICULTURE, NATURE AND FISHERIES. **The dutch floriculture sector**. Haia, Oct. 2000.

FLORABRASILIS. **Relatório do diagnóstico da produção de flores e plantas ornamentais brasileiras** (compact disc). Campinas: IBRAFLOR, 2002.

FLORANET. **Análise Conjuntural das Exportações de flores e plantas ornamentais do Brasil**. Disponível em: http;//www.floranet.com.br. Acesso em jun.2006.

FNPonline. Disponível em: http://www.fnp.com.br. Acesso em: mai.2005.

IBRAFLOR. Instituto Brasileiro de Floricultura. Relatório do Diagnóstico da Produção de Flores e Plantas Ornamentais Brasileira. São Paulo. IBRAFLOR. 2002. p.02.

IBRAFLOR. **Plano estratégico para as exportações de flores e plantas ornamentais do Brasil – Relatório final.** jan.2005.

INFORMATIVO SECEX. **Panorama setorial: flores e plantas ornamentais**. Brasília: Secretaria de comércio exterior – Secex – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior, ano V, n. 31, mar. 2002.

JORNAL DE PERNAMBUCO ONLINE. **A terra das flores tropicais**. Disponível em: http://www.pe.gov.br. Acesso em 03.jun.2006.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio e PEETZ, Macia da Silva - **Pesquisa Qualitativa sobre o Potencial Exportador de Flores e Plantas Ornamentais do Brasil**.Programa FloraBrasilis (Ibraflor/APEX-Brasil), jun.2004, 60 p. (mimeo).

JUNQUEIRA, Antonio Hélio e PEETZ, Macia da Silva. **Os pólos de produção de flores e plantas ornamentais do Brasil: uma análise do potencial exportador**. Revista Brasileira de Horticultura Ornamental. Campinas, São Paulo, 2002, v.8, n.º 1/2:25-48.

KIYUNA, I. et al. **Desempenho do Comércio Exterior Brasileiro de Produtos da Floricultura em 2003.** Disponível em http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1228. São Paulo, 2004. Acesso em: 05.jul.2005.

_____ *et al.* (a) **Desempenho do Comércio Exterior Brasileiro de Produtos da Floricultura em 2004.** Disponível em: http://www.iea.sp.gov.br São Paulo, 2005. Acesso em 05.jul.2005.

_____ *et al.* (b) **Floricultura: tendência crescente nas exportações.** Disponível em: http://www.iea.sp.gov.br São Paulo, 2005. Acesso em 05.jul.2005.

_____ *et al.* (c) **Comércio exterior de produtos da floricultura em 2004: desempenho e oportunidades.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, Ribeirão Preto, 2005. **Anais**... Ribeirão Preto: SOBER, 2005. CD.

KRAS, J. Marketing of cut flowers in the future. **Acta Horticulturae**, n.482, p.401-405, Mar. 1999. (Apresentado ao International Symposium of Cut Flowers in the Tropics, Bogota, 1998).

LAWS, Nancy. 2003: a strong year for floriculture. **FloraCulture International**, Batavia, v.15, n.2, p.26-29, 2005.

LIMA, C. Ricardo. Perfis Econômicos e Construção de Cenários de Desenvolvimento Para o Estado de Pernambuco, com Ênfase na Mesorregião da Zona da Mata**: Perfil Econômico e Cenários de Desenvolvimento para a Cadeia Produtiva de Floricultura, (mimeo) Recife, jul-2005. 60 p.**

MEDEIROS, F. O. **Estudo da Cadeia Produtiva de Flores Temperadas no Município de Gravatá, Estado de Pernambuco: segmento – Produção e Distribuição no Atacado.** Monografia de conclusão do curso de Economia Rural da UFRPE. Recife, 2005.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Mapeamento das Ações Orçamentárias Integrantes da Proposta Orçamentária para 2003**.

MOTOS J. R., PACHECO M. M. Mercado internacional de flor y verdes de corte. **Revista Horticultura**. Nº 181. dez.2004.

MOTOS, J.R.; NOGUEIRA JUNIOR., S. P. Flora Brasilis. **Agroanalysis**, v.21, n.8, p.39-40, ago.2001.

MOTOS, J.R.; SABUGOSA, Eduardo. **Atualização das informações sobre Mercado Internacional de Flores e Plantas Ornamentais.** Programa FloraBrasilis (Ibraflor/ APEX-Brasil), jun.2004, (mimeo).

OPITZ, R. As Perspectivas para o Mercado Mundial de Flores Tropicais. In: **12ª Semana Internacional da Fruticultura**, **Floricultura** e. **Agroindústria** – FRUTAL 2005, Fortaleza.

PERTWEE, J. **The International Cut Flower Data Base**. Netherlands. 2004.

REVISTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA on line. Ano XIII- Nº 2 – abr.mai.jun.2004. Acesso em: mai.2006.

SAITO, T. – "Logística de flores" - Trabalho apresentado na Florinvest, 2001.

SEBRAE. **Jardim de oportunidades**. Revista SEBRAE de Agronegócios. Nº 01. set. 2005.

SEBRAE (a). **Revista Agronegócios**. Avanços Científicos e tecnológicos impulsionam o desenvolvimento da floricultura brasileira. Disponível em: http://www.sebrae.com.br. Acesso em: 29.mai.2006.

SEBRAE (b). **Revista Agronegócios**. Flores que realizam sonhos. Disponível em: http://www.sebrae.com.br. Acesso em 29.mai.2006.

SEBRAE-PE. **Floricultura em Pernambuco**. Recife, 2002. (Série Agronegócio).

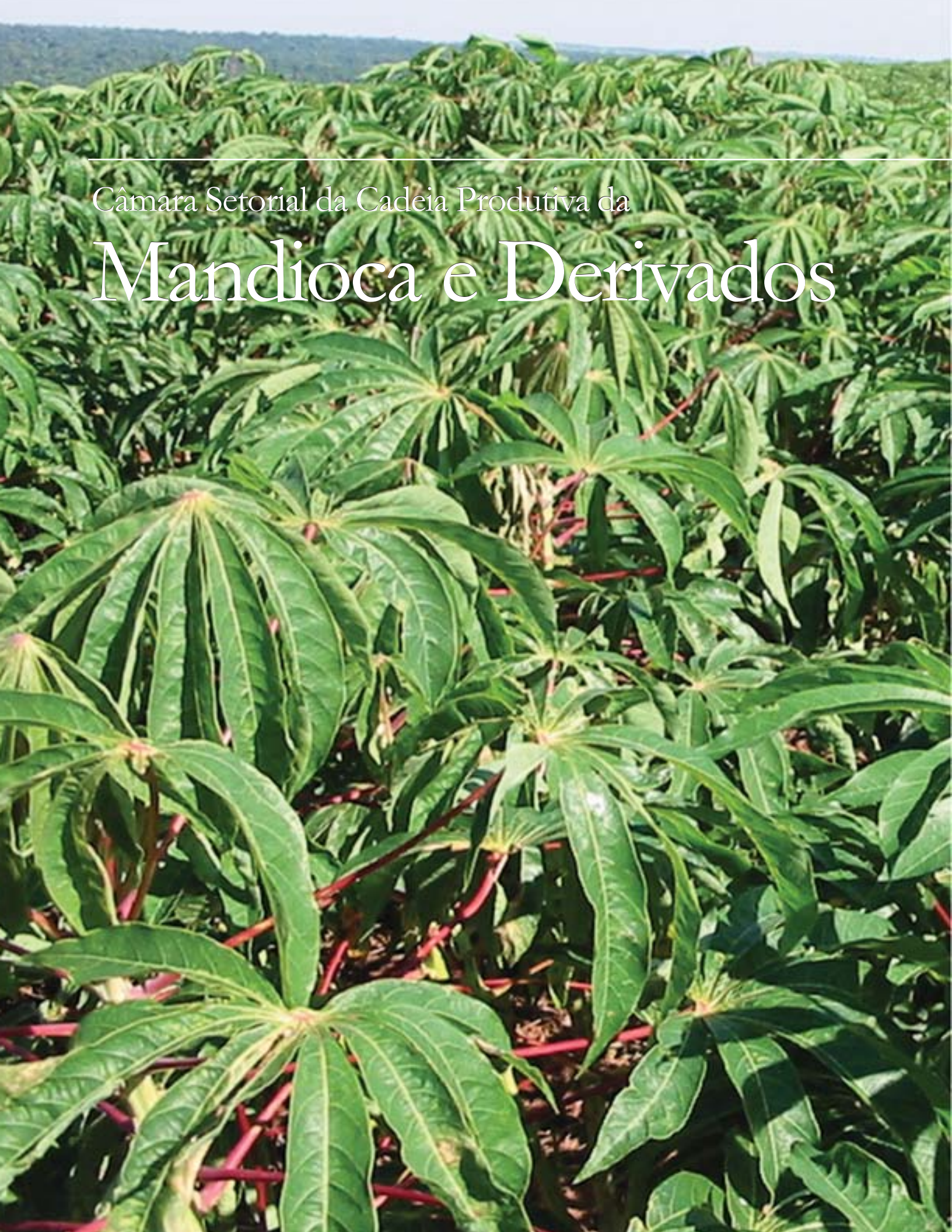
_____. **Projeto Setorial Integrado de Promoção das Exportações de Flores e Folhagens de Corte de Pernambuco – PSI**. Recife, 2003.

SECOM-Boletim de Mercado: **O Mercado de Flores Frescas e de Flores Secas no Japão** – Tóquio 1 / 9. Elaborado em mar.2004.

UNCTAD in: **Sub-Regional Workshop on Environmental requirements, market access/entry and export competitiveness in the Horticultural Sector**. Bangkok, 29 September – 1 October 2004. International Institute for Trade and Development (ITD).

VERDES MARES. **Pesquisa científica na floricultura será debatida no VIII. Agroflores**. Disponível em: www.verdesmares.globo.com. Acesso em: 30.mai.2006.

XAVIER, P. F. M.; FAVERO, L. A. **A competitividade da Cadeia Exportador de Flores Tropicais de Pernambuco.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, Ribeirão Preto, 2005. **Anais**... Ribeirão Preto: SOBER, 2005. CD.



Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da

Mandioca e Derivados

Histórico

Ayrton Jun Ussami[1]

A instalação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados foi realizada no dia 16 de fevereiro de 2004, no Teatro Maria Silvia Nunes - Estação das Docas, Belém do Pará. Na oportunidade foi indicado como Presidente o representante da Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca – ABAM, Mauricio Yamakawa, e Secretário Executivo, Petrarcas de Deus, representante da Conab.

O atual Presidente, João Eduardo Pasquini, tomou posse no dia 26 de março de 2005, motivado pelo mandato assumido pelo agora Prefeito Yamakawa, na Prefeitura de Paranavaí-PR. A Secretária Executiva em exercício é Karina Ladeira Guerreiro Vilar de Melo, engenheira agrônoma da Conab.

Pasquini é empresário e produtor rural na cidade de Nova Esperança, Noroeste do Paraná. Exerceu a função de Diretor-Financeiro da Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca – ABAM, durante o período de 2001 a 2003, assumindo, a partir de então, a Presidência, função na qual permaneceu por dois anos. Atualmente é Vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Mandioca do Paraná – SIMP, e Conselheiro da ABAM.

Karina é engenheira agrônoma e analista de mercado de produtos agrícolas da Conab. Foi consultora do PNUD em Agroextrativismo e trabalhou com extensão em Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas.

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados foi criada pela Portaria nº 67 de 16 de março de 2006. É composta, atualmente por representantes de 31 órgãos e entidades ligados ao setor.

Dentre os assuntos mais debatidos pela Câmara destacam-se o fortalecimento organizacional e político-institucional da cadeia produtiva, buscando implementar instrumentos e sistemas de informação de raiz e derivados, assim como de produtos concorrentes, que permitam reduzir a variabilidade, a instabilidade e a assimetria quanto aos preços dos produtos; a promoção da demanda contemplando a obrigatoriedade da adição da fécula de mandioca na farinha de trigo e a inclusão de produtos derivados da mandioca nos programas governamentais, como da merenda escolar e de distribuição de alimentos; a qualificação e diversificação da oferta da raiz e apoio às ações de transferência de tecnologia, de pesquisa e desenvolvimento e de capacitação dos agentes da cadeia, fortalecendo as ações de pesquisa e desenvolvimentos e a ampliação de instrumentos de políticas públicas de apoio à comercialização (PAA, Contrato de Opção, PEP, AGF, LEC, etc).

A diversidade de produtos industrializados, e aqueles que apresentam potencial de mercado, devem ser valorizados. Neste sentido as políticas do MAPA devem, dentro dos seus mecanismos de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento, contemplar estudos sobre novos produtos derivados da mandioca, especialmente em alternativas que permitam diferenciá-los (amidos diferenciados e farinhas especiais) e novos processos para a indústria, visando aumentar a eficiência.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

Este trabalho, além de representar uma ferramenta para as tomadas de decisão visando o desenvolvimento sustentável do setor, retrata o comportamento e atipicidades de uma cadeia produtiva que tem como berço natural o nosso país e que tem como principais atores, aqueles cidadãos responsáveis pela maior parte do alimento colocado em nossas mesas, os agricultores familiares.

Após abordar a metodologia utilizada para a elaboração da proposta são relatados os panoramas no âmbito regional, nacional e internacional relacionados ao comportamento do mercado, às atuações governamentais e à situação organizacional do setor, para então serem traçados os fatores limitantes, seguidos das propostas e diretrizes, abrangendo todos os elos da cadeia produtiva.

Salientamos que o Grupo Temático designado pela Câmara para interagir com os demais representantes da cadeia no levantamento das propostas e elaboração deste documento, consolidou um trabalho condizente com a real necessidade do setor. Portanto, agradecemos a esses voluntários e demais colaboradores.

Ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento agradecemos a oportunidade do setor contribuir com a construção de uma política voltada ao pequeno produtor e que, sendo implementada, trará benefícios não apenas sociais, mas econômicos, já que estamos falando de uma cultura com diversas utilizações e grandes potenciais de mercado.

João Eduardo Pasquini
Presidente da Câmara

Introdução

Cultivada em diversas partes do Mundo, inclusive no Brasil, a raiz de mandioca é importante fonte de alimentação de milhões de pessoas, incluindo os brasileiros. A raiz é extremamente importante para parte significativa da população brasileira de baixa renda.

Tanto em termos mundiais, como no Brasil, a mandioca é cultivada, principalmente, em pequenas áreas, e com baixo nível tecnológico.

Dados da Food and Agriculture Organization (FAO, 2006) indicam que, em 2005, o principal país produtor de mandioca no Mundo foi a Nigéria, tendo produzido 38,1 milhões de toneladas, e participado com 18,8% do total produzido no Mundo. A produção brasileira, no mesmo período, alcançou 26,6 milhões de toneladas, representando 13,1% do total. Outros países também se destacam na produção mundial de mandioca como a Indonésia, Tailândia, República Democrática do Congo, Gana, entre outros. Através da Tabela 1 observa-se os principais países produtores de mandioca em 2005.

No ano 2005 as exportações de fécula/amido de mandioca "in natura" representaram US$ 4,7 milhões em receita para o Brasil, equivalentes a 11,5 mil toneladas do produto. No mesmo período, as exportações de dextrina e outros amidos e féculas modificados representaram para o Brasil receita de US$ 19,7 milhões, gerada pela exportação de 27,5 mil toneladas desse item.

O Brasil é o mais desenvolvido dentre os grandes produtores, e guarda a importante característica de produzir a raiz em todas as Unidades da Federação. Poucas culturas de relevância econômica apresentam esta vantagem. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) indicam que em 2004 os maiores estados produtores foram: Pará (representando 18,5% da produção nacional), Bahia (17,3%), Paraná (12,3%), Maranhão (5,6%), São Paulo (4,5%). Através da Tabela 2 são apresentados os 10 principais estados produtores de mandioca no Brasil entre 2000 e 2004.

Tabela 1. Principais países produtores de mandioca em 2005

País	Produção (milhões de toneladas)	Participação (%)
Nigéria	38,1	15,1
Brasil	26,6	10,5
Indonésia	19,4	7,7
Tailândia	16,9	6,7
Rep. Democrática do Congo	14,9	5,9
Gana	9,7	3,8
Angola	8,6	3,4
Tanzânia	7,0	2,7
Índia	6,7	2,6
Moçambique	6,1	2,4
Outros	48,4	19,3

Fonte: FAO (2006)

Além da vasta distribuição geográfica, outro fator que diferencia a cultura da mandioca é a elevada produtividade por área. Utilizando os dados médios de produtividade da Conab, observa-se que um mandiocal produz 14 toneladas por hectare, enquanto uma lavoura de arroz produz 3,2 toneladas por hectare; de milho, 3,1 toneladas; de soja, 2,5 toneladas; e, de trigo, 1,8 toneladas.

A indústria de beneficiamento da raiz vem apresentando significativo desenvolvimento, garantindo a presença dos seus subprodutos, como o amido, como matéria-prima em uma série de indústrias, tanto alimentícias quanto não-alimentícias. Exemplos: papel e papelão, frigoríficos, massas, biscoitos e panificação, indústrias químicas, têxtil e outros.

Tabela 2. Principais estados produtores de mandioca entre 2000 e 2004

Estados	2000		2001		2002		2003		2004	
	Produção (t)	%	Produção (t)	%	Produção (t)	%	Produção (t)	%	Produção(t)	%
Pará	4.079.152	17,7	3.994.863	17,7	4.128.707	17,8	4.468.892	20,3	4.445.522	18,6
Bahia	4.143.953	18,0	3.568.393	15,8	4.088.788	17,7	3.897.694	17,7	4.160.358	17,4
Paraná	3.777.677	16,4	3.615.321	16,0	3.455.667	14,9	2.355.300	10,7	2.966.636	12,4
Maranhão	938.526	4,1	1.033.953	4,6	1.138.871	4,9	1.241.190	5,7	1.339.992	5,6
Rio Grande do Sul	1.297.740	5,6	1.261.688	5,6	1.275.913	5,5	1.315.223	6,0	1.234.546	5,2
São Paulo	769.132	3,3	1.043.700	4,6	805.435	3,5	864.230	3,9	1.086.400	4,5
Minas Gerais	901.579	3,9	824.389	3,7	858.796	3,7	850.592	3,9	881.455	3,7
Ceará	712.178	3,1	731.796	3,2	815.306	3,5	757.891	3,5	754.575	3,2
Amazonas	957.434	4,2	956.862	4,2	944.458	4,1	804.944	3,7	750.548	3,1
Santa Catarina	691.996	3,0	708.950	3,1	582.995	2,5	538.930	2,5	591.997	2,5
Outros	4.771.303	20,7	4.840.367	21,4	5.053.367	21,8	4.866.196	22,2	5.714.524	23,9
Brasil	**23.040.670**	**100**	**22.580.282**	**100**	**23.148.303**	**100**	**21.961.082**	**100**	**23.926.553**	**100**

Fonte: IBGE (2006)

Ambiente Externo e Interno

A cadeia agroindustrial da mandioca no Brasil apresenta diferentes características entre as regiões fisiográficas. Enquanto nas regiões Norte e Nordeste o produto é direcionado para a alimentação humana e animal, seja em forma de produtos como farinha, tapioca ou *in natura*, na região centro-sul a além de ser destinada a alimentação, a raiz também se constitui como importante matéria-prima agroindustrial, sendo utilizada em diversos segmentos.

Além disso, a cadeia pode ser subdividida em dois sub setores: produção de fécula e de farinha. Atualmente o produto semiprocessado para o consumo *in natura* também tem ganhado significativa importância dentro da cadeia.

Notadamente, significativos avanços foram alcançados na cadeia agroindustrial da mandioca, tanto na parte industrial como área agrícola, entretanto, são grandes os desafios a serem enfrentados pela cadeia.

No segmento agrícola, os principais gargalos para o sistema produtivo estão na colheita e no transporte, mas já se observam avanços nestes aspectos. O próprio setor privado está investindo em máquinas e equipamentos para o plantio e colheita. Interessante, que há aqueles que também estão trabalhando em pesquisas para obter variedades mais produtivas. Muito ainda há o que fazer nestes campos, assim como no desenvolvimento de defensivos específicos para a cultura, que atualmente ainda não se encontra disponível.

No âmbito de melhoramento de variedades alguns institutos de pesquisas, como o Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR), tem trabalhado para o desenvolvimento de variedades mais produtivas. No entanto, as diversidades edafoclimáticas do Brasil e a facilidade de plantio acabam implicando em dificuldades para propagação de variedades mais produtivas.

Outro aspecto que precisa de avanços é nas relações entre os agentes, tanto entre produtor e indústria, e este com seus compradores, com foco em novos mecanismos de comercialização. Já se observam, desde anos recentes, acréscimo no volume de raízes comercializadas através de contratos de garantia de preços. Dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), obtido junto com a Associação dos Produtores de Amido de Mandioca (ABAM), apontaram que em 2004; 61,7 % das fecularias ativas optaram pela comercialização de alguma parcela da matéria-prima via contratos.

A abertura desses mercados, associada à excelente adaptação do cultivo no Brasil, abre uma série de perspectivas positivas para o setor. Como exemplo, destaca-se a utilização da fécula como matéria-prima para diversos setores industriais, tendência essa que tem chamado a atenção do mercado, principalmente pela possibilidade de substituição do amido de milho e outros cereais pelo amido da mandioca.

São diversos os setores que utilizam a fécula, que apresenta três formas básicas:

(1) fécula fermentada para polvilho; (2) fécula *in natura* usada em papéis, "baby-food", álcool, fermento químico, goma para tecidos, tapioca e sagu ; e (3) fécula modificada em dextrina, pré-gelatinados, glucose, adoçante sorbitol, vitamina C e plásticos biodegradáveis.

Os principais desafios para a Cadeia Produtiva Agroindustrial da Mandioca no Mato Grosso, que pode ser estendido a todo Brasil, são dividido em três partes:

I - Desafios para o segmento produtivo - Os principais problemas na produção da mandioca, tanto destinados ao consumo *in natura* ou como matéria-prima para a indústria de farinha e polvilho, e respectivas causas, são os seguintes: baixa produtividade de raízes por hectare, sazonalidade do uso da mão-de-obra, assistência técnica limitada a poucos produtores, dificuldade de acesso às linhas de crédito rural, baixa capacidade de gestão empresarial, dificuldade no acesso aos serviços de transporte da produção e pouca organização do produtor visando à comercialização da mandioca.

II - Desafios para o segmento industrial - Os principais problemas na industrialização da mandioca estão, de alguma forma, vinculados à escala e à freqüência de produção, que permita atingir novos mercados de forma competitiva, como: oferta irregular em relação à quantidade e qualidade de matéria-prima, baixa tecnologia de industrialização, poluição ambiental, ineficiência gerencial e informalidade da indústria.

III - Desafios para o segmento de comercialização - Os principais problemas na comercialização da mandioca, farinha e polvilho são: o desconhecimento do mercado consumidor, pouca valorização do produto artesanal, falta de organização no processo de comercialização, irregularidade na comercialização, grande dependência dos intermediários, concorrência de produtos de outros Estados, infra-estrutura precária para comercialização.

Quanto ao ambiente externo, as importações mundiais de fécula de mandioca, no período de 1994 a 2004, cresceram a uma taxa média de 10,4% a.a., chegando a aproximadamente 1,8 milhão de toneladas. Nesse período, as importações mundiais foram equivalentes a 984 mil toneladas, sendo que no triênio recente (2002/2003/2004) o volume médio importado passou para 1,5 milhão de toneladas.

Por outro lado, enquanto as importações cresceram a uma taxa anual de 10,4%, os preços caíram a uma taxa de 4,0%. Os preços médios de US$ 226,50/t, no período de 1994 a 2004, caíram para US$ 196,30/t no triênio 2002/04. Isso indica que embora o mercado internacional de amido de mandioca tenha se expandido, a concorrência entre países e mesmo dentro do mercado de amido tem se acirrado, haja vista que a demanda não tem sido suficiente para absorver o incremento na oferta, implicando preços mais baixos.

Quanto às exportações, tem-se que a Tailândia continua dominando o mercado mundial, embora sua participação nas importações venha se reduzindo nos anos recentes. Os dados da FAO (2006) indicam que a China tem ocupado a fatia de mercado deixada pela Tailândia. Além disso, a Indonésia voltou a ter participação semelhante àquela observada em 1998.

A perda de participação da Tailândia no mercado mundial de fécula de mandioca tem também sido atribuída ao incremento da participação do Vietnã nesse mercado, todavia isso não se reflete nos dados de exportação daquele país publicados pela FAO (2006). Entretanto, ao se examinar a produção de raiz e a produção de raspa de mandioca seca ao sol, na base de dados da FAO, observa-se que no período de 1996 a 2005, a produção de raiz no Vietnã cresceu a uma taxa anual de 15,5% e as exportações de raspa, no período de 1995 a 2004, cresceram a uma taxa anual de 28,2%, enquanto que as exportações mundiais de raspa cresceram a uma taxa bem menor (2,1% a.a.).

Considerando-se a proximidade geográfica e o grande crescimento nas exportações chinesas de fécula é possível que a produção de raiz ou de raspa seca ao sol do Vietnã esteja sendo comercializado no mercado mundial na forma de amido produzido na China. Ou seja, o produto deve estar sendo exportado para a China que o transforma em fécula e a comercializa no mercado mundial.

Quanto aos preços praticados no mercado mundial, comparando-se o Brasil e a Tailândia, observa-se que o Brasil, sobretudo a partir do final da década de 1980, tem apresentado preços mais elevados que a Tailândia. Nos anos recentes a diferença nos preços observada entre os dois países é bastante acentuada. Isso pode ser em decorrência da exportação de produtos de maior valor agregado derivados do amido (amidos modificados e fécula orgânica), ou porque o Brasil tem tido acesso a mercados que normalmente não podem ser atendidos pela Tailândia em virtude dos custos de transporte.

Ao analisar os aspectos relevantes para a inserção da fécula de mandioca natural e/ou modificada no mercado externo é interessante descrever a evolução da exportação e importação do Brasil no tocante a esses produtos.

O Brasil sempre foi considerado um exportador líquido de fécula nativa e/ou natural. Contudo, a crise sofrida pelo setor, em especial no ano de 2003, fez com que houvesse um incremento nas importações de fécula naquele ano e em 2004. Tem-se que desde 2002 as importações estavam crescentes, enquanto as exportações decresciam. Isto fez com que a balança comercial do produto atingisse um déficit expressivo, principalmente no início dos segundos semestres de 2003 e 2004. Nos períodos seguintes a situação se inverteu, mas a balança comercial do produto não voltou a apresentar os saldos positivos observados nos anos anteriores a 2003.

Tomando-se como base a soma das exportações entre os anos de 2000 e 2005, os principais compradores do produto brasileiro são os países localizados no continente americano: Venezuela, Argentina, Estados Unidos e Chile que juntos adquiriram 58% do total exportado no período. Países de outros continentes também adquiriram o produto brasileiro, mas com pequena participação sobre o total. Contudo, em anos recentes há uma sinalização de menor dependência dos países da América, tendo a fécula brasileira se inserido em outros mercados, principalmente europeu. Tomando como o base as exportações de fécula em 2005, entre os maiores compradores aparece a Holanda, certamente devido ao importante porto localizado naquele país, o qual é considerado a porta de entrada para a Europa. Este pode ser um mercado potencial caso ocorra redução dos subsídios agrícolas nos países daquela comunidade, o que poderia impactar negativamente a produção européia de amido, tendo aqueles países de passar a depender um pouco mais de importações.

No mercado internacional de produtos agrícolas, os Estados Unidos e a União Européia têm restringido

as importações (e subsidiado as exportações). Isso também é válido para produtos de mandioca (restringido importação), especialmente fécula. As oportunidades de crescimento do uso da fécula de mandioca na América do Norte são limitadas pela preferência e pela disponibilidade de amidos produzidos a partir das matérias-primas locais (milho e batata), que gozam de fortes subsídios. Nesse processo, há interesse mútuo de governo, produtores, processadores e consumidores de amido. Essa desvantagem é ainda mais aumentada em decorrência da habilidade de a indústria química criar amidos específicos e de ocupar parcelas do mercado de fécula. As oportunidades, entretanto, aparecem na medida em que se ampliam as restrições ao uso dos amidos modificados na alimentação, e as pressões para excluir o processo de modificação dos mesmos, em virtude dos problemas de poluição ambiental.

Na Europa, há políticas que favorecem os produtores de matérias-primas. Algumas das maiores indústrias de amido são "plantas mistas", adaptadas prontamente para processar milho ou trigo, a depender da conjuntura de mercado. As matérias-primas são raramente importadas devido às barreiras tarifárias. O fator-chave de competitividade dos processadores é o reembolso: quando os preços das matérias-primas estão acima do nível de preço mundial, eles recebem a diferença, e quando exportam o governo ressarce a diferença de preço entre o mercado doméstico e o mercado internacional para tornar o produto competitivo. Estima-se que, na Europa, 40% da produção total de amido se beneficia do programa de reembolso da produção (*production refunds*) (HENRY, 1999).

Recentemente, observa-se que estão em discussão, na União Européia, novas políticas que poderão beneficiar concorrentes atuais e potencias do Brasil, no mercado internacional de fécula de mandioca. Dentre essas políticas citam-se:

- *Everything but Arms* (EBA) – "Tudo exceto armas". Negociações iniciaram em 2000 deverá vigorar a partir de 2009;
- *Economic Partnership Agreement* (EPA) – Acordos bilaterais de parceria econômica. Negociações iniciaram em 2000 deverá vigorar a partir de 2009.

Essas políticas tendem a beneficiar os países pertencentes ao ACP, grupo formado por países da África, Caribe e Pacífico, nos quais se encontram países produtores de mandioca.

No mercado internacional há comportamento diverso quanto às tarifas. No Brasil, observa-se uma tarifa linear de 10% *ad valorem* independente da fonte de matéria-prima. Já os Estados Unidos praticam tarifa zero para os amidos de mandioca e de milho e tarifa de 0,5% para a fécula de batata. Os Estados Unidos são considerados um país com nível de proteção baixo. Por outro lado, o Japão pratica uma tarifa de 559% para o amido de mandioca. Nesse caso, o Japão é considerado um país com nível de proteção alta.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

As prioridades para a formulação de políticas públicas e privadas devem contemplar os seguintes eixos temáticos:

I Fortalecimento organizacional e político-institucional;

II Promoção da demanda;

III Qualificação e diversificação da oferta;

IV Apoio às ações de transferência de tecnologia, de pesquisa e desenvolvimento e de capacitação dos agentes da cadeia.

Fortalecimento Organizacional e Político-Institucional

- Estimular a adoção de formas de coordenação, mais adequadas às características da matéria-

prima e das transações predominantes na cadeia, tais como parcerias e contratos formais entre produtores, processadores e consumidores dos produtos (sobretudo, para as indústrias que usam a fécula como insumo intermediário), objetivando inibir o surgimento de atitudes oportunistas e buscar o equilíbrio nos estoques de médio e longo prazo. Diretriz de Curto Prazo;

- Fortalecer as atuais e estimular a criação de câmaras setoriais da mandioca em todos os Estados em que a cultura assume importância no contexto estadual e nacional, visando promover a integração e a articulação de todos os programas governamentais e privados em atuação nos diferentes Estados. Diretriz de Curto Prazo;
- Considerar a mandioca produto estratégico para a agricultura familiar, levando em conta que a mesma atende a diferentes usos e destinos, o que, na definição dos próprios agricultores, significa tanto "roça pra se comer" como "roça pra vender" ¾ fenômeno conceituado como alternatividade ou flexibilidade ¾ fundamental, portanto, para a soberania alimentar das populações tradicionais e também dos segmentos mais pobres rurais e urbanos. Diretriz de Médio Prazo;
- Apoiar as ações que favoreçam os ganhos de economia de escala, especialmente no que se refere à consolidação e formação de associações e cooperativas. Diretriz de Curto Prazo;
- Ampliar e estimular a implantação de instrumentos e sistemas de informação (previsão de safra, acompanhamento de preços e dos custos de produção), de raiz e derivados e de produtos concorrentes, que permitam reduzir a variabilidade, a instabilidade e a assimetria quanto aos preços dos produtos. Diretriz de Curto Prazo;
- Promover discussão sobre os métodos e as formas de remunerar a raiz de melhor qualidade e desempenho industrial, visando reduzir os conflitos e definir as regras pré-estabelecidas nos contratos. Diretriz de Médio Prazo;
- Discutir e avaliar a viabilidade da criação de um fundo de apoio ao desenvolvimento da cultura da mandioca como meio de apoiar as ações de transferência de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento. Diretriz de Longo Prazo;
- Ampliar as políticas estaduais de incentivo fiscal (ICMS) à cadeia da mandioca. Diretriz de Curto Prazo;
- Estimular a redução do processo de informalidade por meio da desburocratização dos processos legais (previdenciários, sanitários, ambientais e tributários) para implantação e funcionamento das pequenas agroindústrias rurais. Diretriz de Médio Prazo;
- Atuar junto ao sistema financeiro para liberar o crédito rural para custeio na época oportuna, classificando a cultura como de outono/inverno. Diretriz de Curto Prazo;
- Atuar junto aos formuladores da política agrícola no sentido de manter atualizados os valores dos preços mínimos de raiz e derivados, considerando as especificidades regionais. Diretriz de Curto Prazo;
- Estimular as políticas públicas de apoio ao empreendedorismo feminino no processamento da mandioca e às iniciativas que valorizem o trabalho das mulheres nos diversos elos da cadeia produtiva, especialmente no de processamento de farinha e de mandioca de mesa, considerados os de maior absorção de mão-de-obra feminina. Diretriz de Médio Prazo;
- Condenar a utilização de mão-de-obra infantil em qualquer segmento da cadeia produtiva. Diretriz de Curto Prazo;
- Estimular a criação de uma frente parlamentar de apoio às políticas de garantia de renda e de ciência e tecnologia (C&T). Diretriz de Curto Prazo.

Promoção da demanda

- Apoiar projetos visando a obrigatoriedade da inclusão de produtos derivados da mandioca nos programas governamentais, tais como a merenda escolar e distribuição de alimentos.

A obrigatoriedade seria definida para aquelas regiões em que, reconhecidamente, os produtos já fazem parte do hábito de consumo. Diretriz de Curto Prazo;

- Apoiar projetos de obrigatoriedade da adição da fécula/amido de mandioca na farinha de trigo importada, ou na farinha de trigo oriunda do trigo importado, nos níveis técnicos recomendados, desde que os preços relativos justifiquem. Diretriz de Curto Prazo;
- Estimular a ampliação dos instrumentos de políticas públicas de apoio à comercialização (PAA, Contrato de Opção, PEP, AGF, LEC etc.), com parâmetros que atendam aos interesses da cadeia produtiva. Diretriz de Curto Prazo;
- Estimular a realização de estudos dos mercados atuais e para identificar novos mercados (nos mercados interno e externo). Diretriz de Curto Prazo;
- Apoiar estudos para identificar as barreiras tarifárias e não-tarifárias existentes no mercado internacional. Diretriz de Curto Prazo;
- Propor a realização de uma ampla campanha de *marketing* institucional dos produtos e derivados visando ampliar a utilização (sobretudo, da fécula e derivados) pelos potenciais consumidores industriais, aproveitando as propriedades físico-químicas que poderá torná-la preferível em diversos processos industriais. Diretriz de Médio Prazo;
- Estimular a difusão do potencial técnico e econômico do uso da mandioca (raiz, parte aérea, derivado e co-produtos) na alimentação animal e no arraçoamento de peixes e camarões. Diretriz de Médio Prazo.

Qualificação e diversificação da oferta

- Estimular investimentos em pesquisas sobre novos produtos derivados da mandioca, especialmente em alternativas que permitam diferenciá-los (amidos diferenciados e farinhas especiais). Diretriz de Curto Prazo;
- Promover a realização de estudos que desenvolvam novos processos para a indústria, visando aumentar a eficiência (reduzindo o uso da biomassa nativa) e a qualidade dos produtos gerados (principalmente para a indústria farinheira) e recomendar escalas alternativas de funcionamento (para indústrias de farinha e de fécula). Diretriz de Curto Prazo;
- Promover a atualização do sistema de padronização e classificação dos derivados da mandioca, visando coibir a comercialização de produtos que estão em desacordo com as normas técnicas de qualidade e segurança alimentar. Diretriz de Curto Prazo;
- Estimular a criação de mecanismos de certificação formal ou mesmo auto-certificação da qualidade, da identidade (geográfica e artesanal) e do processo de produção (certificação social). Diretriz de Curto Prazo;
- Incentivar o cultivo de mandioca "orgânica", preferencialmente certificada. Diretriz de Curto Prazo;
- Promover a divulgação e o ajuste das soluções disponíveis para utilização dos resíduos. O aproveitamento dos resíduos ou subprodutos é importante tanto para reduzir os impactos negativos no ambiente quanto para reduzir o impacto da matéria-prima nos custos de produção e aumentar as receitas. Diretriz de Curto Prazo.

Apoio às ações de transferência de tecnologia, de pesquisa e desenvolvimento e de capacitação dos agentes da cadeia

- Estimular a contratação e a formação de recursos humanos voltadas para a transferência, a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de interesse da cadeia da mandioca. Diretriz de Curto Prazo;
- Estimular a realização de pesquisas que ofereçam novas alternativas de manejo da cultura e novas variedades (para indústria e para o consumo de mesa). As novas variedades disponíveis e a necessidade de inserir a cultura

na lógica dos sistemas de produção sustentáveis exigem manejo adequado para que as mesmas expressem seu potencial genético e, paralelamente, atendam às exigências dos mercados (com alto teor de amido e qualidades específicas, níveis baixos de toxicidade de HCN, adaptadas aos diferentes ecossistemas e com novos atributos nutricionais) cada vez mais competitivos. Diretriz de Curto Prazo;

- Incentivar pesquisas que resgatem variedades crioulas e/ou tradicionais de valor cultural e de grande importância para a segurança alimentar. Diretriz de Curto Prazo;
- Estimular a divulgação de técnicas que permitam aumentar o índice de multiplicação vegetativa e restabelecer os patamares de produtividade das áreas intensivamente cultivadas com mandioca, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste. Diretriz de Curto Prazo;
- Incentivar pesquisas voltadas à identificação de alternativas viáveis de mecanização da colheita. Diretriz de Curto Prazo;
- Estimular as instituições públicas competentes e as empresas de insumos a aumentar o número de princípios ativos de herbicidas, inseticidas e fungicidas registrados para a cultura. Diretriz de Curto Prazo;
- Incentivar a realização de um zoneamento agroindustrial ¾ considerando-se potencial agrícola, risco e estabilidade de amido ¾ para o cultivo de mandioca, visando orientar decisões públicas e privadas. Diretriz de Curto Prazo;
- Estimular a identificação de procedimentos e processos que ampliem a qualidade culinária da mandioca de mesa. Diretriz de Médio Prazo;
- Dirigir atenção especial para as estratégias de inovação da cadeia da mandioca, de modo que não promovam a exclusão das trabalhadoras. Diretriz de Médio Prazo;
- Estimular a criação de uma rede multiinstitucional e multidisciplinar de intercâmbio e troca de informações entre técnicos e pesquisadores envolvidos com a cultura da mandioca. Diretriz de Curto Prazo;
- Propor a descentralização das ações dos centros geradores de tecnologias, via criação de núcleos avançados de geração e de transferência de tecnologias. Diretriz de Curto Prazo;
- Promover a reciclagem e a capacitação dos técnicos envolvidos no processo de transferência de tecnologias de produção agrícola, de processamento e de utilização dos derivados da mandioca (inclusive, na panificação). Priorizar os agentes multiplicadores e os produtores inovadores e com capacidade multiplicadora. Diretriz de Médio Prazo;
- Estimular a mobilização de professores de escolas técnicas e superiores no sentido de atualizar/ampliar o ensino e a pesquisa de assuntos relacionados ao cultivo e ao processamento da mandioca. Diretriz de Médio Prazo.

Quanto às prioridades para a formulação de políticas públicas, serão apresentadas as principais propostas pelo MAPA. Na formulação dessas propostas consideraram-se as prioridades de políticas públicas e privadas relacionadas no item anterior. Neste sentido, espera-se que as políticas públicas também contemplem os mesmos eixos temáticos.

Quanto ao fortalecimento organizacional e político-institucional, o MAPA deve implantar instrumentos e sistemas de informação (previsão de safra, acompanhamento de preços e dos custos de produção), de raiz e derivados e de produtos concorrentes, que permitam reduzir a variabilidade, a instabilidade e a assimetria quanto aos preços dos produtos. Esse sistema será de vital importância para que se mantenham atualizados os valores dos preços mínimos de raiz e derivados, considerando-se as especificidades regionais. Ademais, esse sistema poderá apoiar a formulação de políticas de garantia de renda para os diferentes atores da cadeia.

Ainda considerando as ações do MAPA, na direção do fortalecimento organizacional e político-institucional, a mandioca deveria ser considerada cultura

estratégica e prioritária nos programas de apoio à agricultura familiar e à consolidação e formação de associações e cooperativas.

As ações propostas acima convergem, perfeitamente, com a necessidade de se adotar na cadeia formas de coordenação mais adequadas às características da matéria-prima e das transações predominantes no setor.

Quanto à promoção da demanda, as políticas poderiam contemplar a obrigatoriedade da adição da fécula/amido de mandioca na farinha de trigo, e a inclusão de produtos derivados da mandioca nos programas governamentais, tais como da merenda escolar e de distribuição de alimentos.

No caso da obrigatoriedade da adição na farinha de trigo, seriam priorizadas as farinhas de trigo importadas ou oriundas do trigo importado. Essa adição seguiria os níveis técnicos recomendados considerando-se a viabilidade econômica.

O MAPA deve, também, como forma de estimular a demanda, ampliar os instrumentos de políticas públicas de apoio à comercialização (PAA, Contrato de Opção, PEP, AGF, LEC, etc.), com parâmetros que atendam aos interesses da cadeia, bem como aplicá-los na época oportuna.

A diversidade de produtos produzidos e aqueles que apresentam potencial de mercado devem ser valorizados. Neste sentido, as políticas do MAPA devem, dentro dos seus mecanismos de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento, contemplar estudos sobre novos produtos derivados da mandioca, especialmente em alternativas que permitam diferenciá-los (amidos diferenciados e farinhas especiais); e novos processos para a indústria, visando aumentar a eficiência.

A oferta pode, também, ser diferenciada por meio de um sistema de padronização e classificação dos derivados da mandioca, visando coibir a comercialização de produtos em desacordo com as normas técnicas de qualidade e segurança alimentar. Neste particular, as iniciativas em cursos do MAPA devem ser ultimadas.

No que diz respeito ao apoio às ações de transferência de tecnologia, de pesquisa e desenvolvimento, e de capacitação dos agentes da cadeia, o MAPA poderá buscar fortalecer as ações de pesquisa e desenvolvimento, principalmente pelo fato de que, nesta cadeia, segundo Cardoso (2006), sobretudo no segmento agrícola, o grau de apropriabilidade dos retornos dos investimentos em geração de tecnologia não estimula a convergência de interesses entre as iniciativas públicas e privadas. Portanto, a contribuição do poder público nos investimentos em ciência e tecnologia espera-se que seja, proporcionalmente, maior.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- João Eduardo Pasquini – ABAM
- Karina Ladeira Guerreiro Vilar de Melo – Conab

Colaboração

- Carlos Estevão Leite Cardoso – Embrapa
- Mario Takahashi – IAPAR
- Carlos Roberto Gonçalves – Seprotur-MS
- Lucilio Rogério Aparecido Alves – Cepea-SP
- Fábio Isaias Felipe – Cepea-SP

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira da Indústria da Alimentação – ABIA
- Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca – ABAM
- Associação dos Beneficiadores de Mandioca do Estado de Alagoas – ABEMAN/AL
- Associação dos Produtores e Industrializadores de Mandioca do Estado do Mato Grosso do Sul – AIPIM
- Associação dos Produtores de Mandioca e Derivados do Estado de São Paulo – APMESP
- Associação dos Produtores de Mandioca do Paraná – APROMAN
- Banco do Brasil S/A – BB
- Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – Cepea/Esalq/USP
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDERURAL
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA
- Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP
- Federação da Agricultura do Estado do Pará – FAEPA
- Instituto Agronômico de Campinas – IAC
- Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria-Executiva – SE
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Secretaria Coordenadora de Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Alagoas
- Secretaria Executiva de Agricultura do Estado do Pará – SAGRI
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
- Universidade Estadual Paulista – UNESP

Bibliografia Consultada

CARDOSO, C.E.L; ALVES, L.R.A. **A inserção da fécula de mandioca natural e/ou modificada no mercado externo**. In: WORKSHOP SOBRE TECNOLOGIAS EM AGROINDÚSTRIAS DE TUBEROSAS TROPICAIS, 2006, Botucatu. **Anais...**: Botucatu: CERAT / UNESP (no prelo).

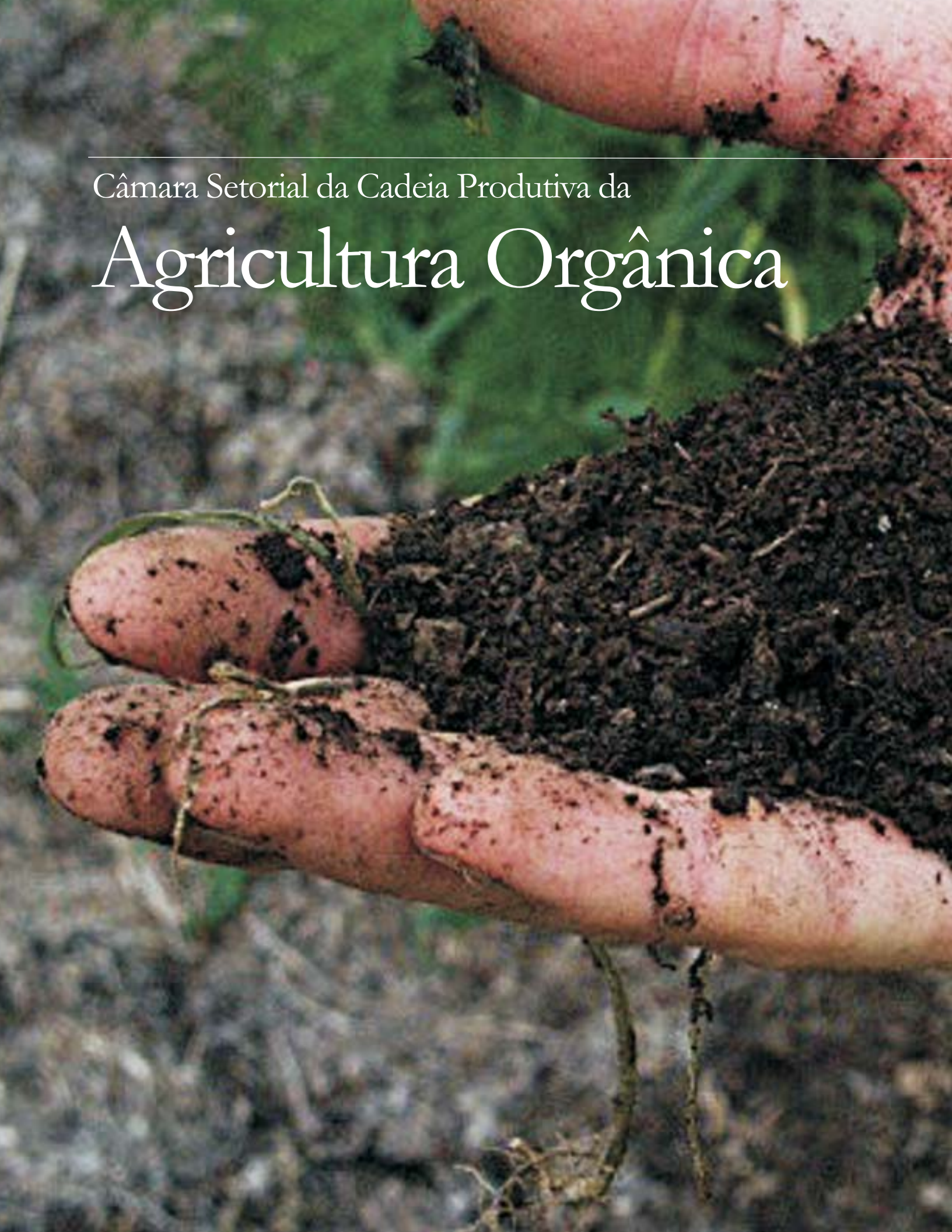
FELIPE, F. I.; ALVES, L.R.A.; GRANÇO, G.;CARDOSO, C.E.L. – Avanços e desafios na cadeia agroindustrial da mandioca no Brasil. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE MANDIOCA, 2005, Campo Grande. **Anais…** Campo Grande: Embrapa Pecuária Oeste.2005.

FAOSTAT. Food and Agriculture Organization of The United Nations. Disponível em: http://faostat.fao.org. Consultado em 02.out.2006.

HENRY, G. **Cassava starch: case study: Europe**. In: GLOBAL cassava market study: business opportunities for the use of cassava. Ontario: dTp Studies Inc./IDRC/IFAD, 1999. 184p. (Final report).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de Recuperação Automática de Dados** (Sidra).Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br. Consultado em 04.out.2006.

Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Aliceweb) – Secretaria de Comércio Exterior (Secex) - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Disponível em http://aliceweb.mdic.gov.br. Consultado em 02.out.2006.



Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da

Agricultura Orgânica

Histórico

Fabrício Vieira Juntolli[1]

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica foi instalada em 15 de abril de 2004, no Auditório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília, DF. Na oportunidade, foram indicados Presidente o representante da Associação do Agronegócio Orgânico Certificado – AECO, José Pedro Coelho Santiago, e para o encargo de Secretário Executivo, Rogério Pereira Dias, representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo – SDC/MAPA. Os nomes foram referendados pelo plenário da Câmara em sua primeira reunião ordinária.

O Presidente da Câmara é Engenheiro Agrônomo, técnico do Instituto Biodinâmico - IBD, membro da Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica – ABD, Diretor da Associação do Agronegócio Orgânico Certificado – AECO e Membro do Fórum das Certificadoras Orgânicas por Auditoria. O Secretário Executivo é Fiscal Federal Agropecuário e Coordenador Geral de Desenvolvimento Sustentável da SDC/MAPA.

A Câmara foi oficialmente criada com a publicação da Portaria nº 36, de 31 de janeiro de 2006. Representativa dos diversos segmentos do movimento orgânico brasileiro, dela participam 29 instituições, como associações e federações de todas as regiões brasileiras, representante dos consumidores, órgãos públicos e uma instituição bancária.

O movimento orgânico no Brasil desenvolveu-se a partir do início dos anos 1970. Até 1995 teve um crescimento firme e discreto em todo o país, principalmente no Sudeste e Sul do Brasil. A criação do Instituto Biodinâmico – IBD impulsionou as exportações e o interesse pela agricultura orgânica em todos os estados brasileiros, desenvolvendo-se então os mercados interno e externo.

Depois de mais de 30 anos de produção orgânica auto-regulamentada, o MAPA publicou, em maio de 1999, a Instrução Normativa n° 7, que foi o início da regulamentação da agricultura orgânica no Brasil, seguida da Instrução Normativa n° 6, de 11 de junho de 2004, e da Portaria n° 158, de 8 de julho de 2004. O principal marco legal da agricultura orgânica brasileira é a Lei n° 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que se encontra em fase de regulamentação.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica discutiu e aprovou uma série de políticas para o setor. Elas formam o programa denominado Pró-Orgânico, que passou a ser o documento orientador das ações relacionadas à agricultura orgânica a serem desenvolvidas pelo MAPA.

Tem sido dada ênfase à agricultura orgânica familiar, que é uma das formas mais adequadas para esse tipo de produção, ajudando a manter no campo milhões de famílias e evitando o êxodo rural. Segundo a IFC, órgão do Banco Mundial, o Brasil deve se tornar o país emergente líder em projetos de investimento social.

Essas famílias produzem e fornecem à sociedade brasileira alimentos limpos, seguros e saudáveis, e contribuem significativamente para a melhoria da qualidade do solo, da água dos rios e dos lençóis freáticos e para a preservação dos recursos naturais do país. Dados da UNCTAD mostram que o Brasil possui 8% de toda água doce superficial do mundo.

José Pedro Coelho Santiago
Presidente da Câmara

Introdução

A Câmara tem o objetivo de atuar como foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento da cadeia produtiva, articular agentes públicos e privados, definir as ações prioritárias de interesse comum, visando à atuação sistêmica e integrada dos diferentes segmentos produtivos.

O produto orgânico é cultivado sem o uso de adubos químicos ou agroquímicos. Proporciona produtos limpos, saudáveis, que provém de um sistema de cultivo que observa as leis da natureza, respeita o meio ambiente e a preservação dos recursos naturais.

Documento divulgado pela FAO recomenda aos governos dos países em desenvolvimento que incentivem a agricultura orgânica. "O mercado de frutas e verduras orgânicas oferece bom potencial para que os países aumentem suas exportações e diversifiquem sua agricultura". Para os técnicos da FAO, nos países desenvolvidos, a demanda por alimentos orgânicos deverá ultrapassar a capacidade de produção, o que oferece uma boa oportunidade de mercado para os países em desenvolvimento.

Os dados a seguir mostram as prioridades e os objetivos da cadeia produtiva da agricultura orgânica, que demandam políticas públicas e privadas para o agronegócio orgânico (Figuras 1 e 2).

Figura 1. Produtores orgânicos por região do Brasil

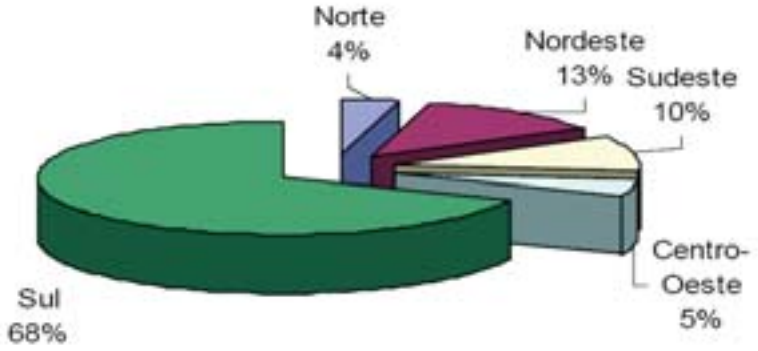
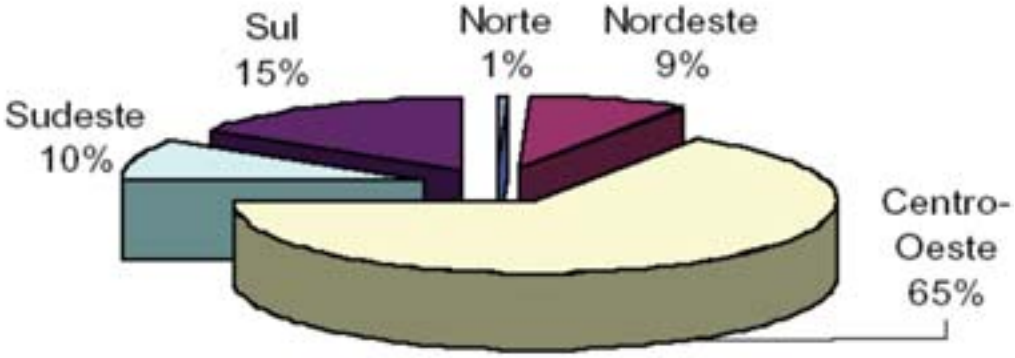


Figura 2. Área de cultivo orgânico por região do Brasil



Exceto área com extrativismo

Ambiente Externo e Interno

O agronegócio orgânico brasileiro conta com cerca de 15 mil produtores e possui, aproximadamente, 800 mil hectares cultivados organicamente.

Os principais produtos orgânicos cultivados no Brasil são:

Frutíferas: goiaba, mamão, manga, maracujá, banana, uva, morango e citros;

Olerícolas: alface, couve, tomate, cenoura, agrião, berinjela;

Culturas: arroz, soja, milho, trigo, mandioca, café, cacau e cana-de-açúcar.

Produção Animal: carne (bovino e suínos), aves, leite, ovos, peixes e mel.

Extrativismo: palmito, castanha do Brasil, castanha de caju, açaí, babaçu.

A principal motivação de compra de orgânicos dos brasileiros é a saúde da sua família, e em segundo lugar, a preservação ambiental.

Apenas os supermercados do estado de São Paulo vendem, mensalmente, cerca de R$ 60 milhões em produtos orgânicos, principalmente frutas, verduras e legumes, e as vendas têm aumentado consistentemente nos últimos anos. Suas lojas começam a montar setores exclusivos para produtos orgânicos e os consumidores começam a procurar e exigir produtos orgânicos nas lojas.

Os itens mais vendidos são: agrião, alface, cenoura, brócole, espinafre, milho verde, rúcula e tomate salada.

Todos os supermercados brasileiros exigem que os produtos orgânicos sejam certificados, como garantia de rastreabilidade, qualidade e segurança para o consumidor. Há, todavia, um descompasso entre a demanda crescente por produtos orgânicos e a produção ainda pequena.

Cresce o consumo de sucos naturais, em detrimento do consumo de bebidas gasosas. A laranja é a principal fruta no Brasil utilizada para a fabricação de sucos orgânicos, com cerca de 1,5 milhão de caixas processadas. Quase a totalidade do suco de laranja orgânico é exportado.

O Brasil é o maior exportador de açúcar orgânico, responsável por 50% das exportações mundiais; cerca de 80% do café orgânico é exportado para o Japão, EUA e Europa; e a produção de carne orgânica, que ocupa 600 mil ha, tem 95% de seu volume exportado.

Café, soja, frutas tropicais, açúcar, chá e cacau são os principais produtos brasileiros com maior potencial de exportação para a Europa, que não os produz devido ao clima.

No mundo, são cultivados organicamente 23 milhões de hectares, em 120 países, empregando cerca de 1,5 milhão de pessoas.

Segundo a Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica – IFOAM, as vendas mundiais de produtos orgânicos no mundo são crescentes:

- 21 bilhões de dólares em 2001;
- 25 bilhões de dólares em 2003;
- 30 bilhões de dólares em 2004.

Alguns dados mostram a evolução e a importância do comércio de produtos orgânicos no mundo: 50% dos norte-americanos acreditam que o orgânico é mais saudável; 70% dos alimentos para recém-nascidos, na Alemanha, são orgânicos; e 30% dos pães vendidos em Munique também são orgânicos. Até 2007, prevê-se que os sucos orgânicos representarão 50% do consumo total mundial. Aumentam na Europa as vendas de orgânicos pela internet.

Na Holanda, Áustria, Alemanha e França, cerca de 20% de todas as frutas, verduras e legumes são orgânicos. Na Alemanha, a meta de governo é atingir, em 2010, 25% da área total cultivada com produtos orgânicos.

As vendas globais de produtos orgânicos somam US$ 30 bilhões, somando Europa e Estados Unidos com US$ 11 bilhões cada, Japão com US$ 3 e outros países com US$ 5 bilhões.

A Austrália lidera em área plantada com produtos orgânicos, totalizando 7,7 milhões de hectares, seguido pela Patagônia, Argentina e Itália com 1,9; 1,1 e 1 milhão de hectares, respectivamente. O Brasil aparece oficialmente com 800 mil hectares, seguido por Estados Unidos e Reino Unido com 554 e 472 mil hectares, respectivamente.

O aumento da demanda de produtos orgânicos desperta o interesse de grandes indústrias nos Estados Unidos: a Danone comprou 80% da "Stonyfield Farm", que produz iogurte orgânico, a Coca-Cola comprou "Odwalla", que fabrica sucos de frutas frescas, a "Kellog" comprou os cereais orgânicos da marca "Kashi", japonesa, a Pepsi-Cola lançou no mercado três aperitivos orgânicos.

Nos Estados Unidos desenvolve-se uma campanha nacional para a melhoria da alimentação, com o maior consumo de frutas e verduras. Isso está fazendo aumentar o consumo de orgânicos.

A maioria dos países da Europa ocidental tem políticas e subsídios para a agricultura orgânica. Alguns estados norte-americanos subsidiam parte das despesas com certificação orgânica, durante o período de transição.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Acordos e Articulações Internacionais

A globalização do mercado tem levado ao estabelecimento de um número crescente de acordos e normas internacionais. Para os produtos orgânicos será preciso um trabalho intensivo de negociações. Pela necessidade de que esses produtos atendam às exigências de caráter sanitário e fitossanitário, além das exigências específicas para que possam ter sua qualidade orgânica reconhecida.

A inclusão do tema nas pautas de discussão com outros países e blocos deverá ser uma preocupação de todos os que participam desses fóruns.

Articulação internacional para o reconhecimento do sistema brasileiro de certificação da produção orgânica e o estabelecimento do princípio de equivalência

Um princípio básico para a facilitar da colocação dos produtos orgânicos brasileiros em outros países é o do reconhecimento do nosso sistema de certificação e a sua equivalência com o dos países importadores. Enquanto esse reconhecimento não se concretiza, os produtores brasileiros têm, muitas vezes, que trabalhar com várias certificadoras credenciadas pelos diferentes países para os quais exportam.

Associativismo, Cooperativismo e Outras Formas de Organização

O desenvolvimento da agricultura orgânica teve como característica marcante, ao longo de sua história, a organização de produtores em associações e cooperativas. O associativismo foi a base para as primeiras normas e regulamentos.

Ações

- Promoção da organização de agentes da cadeia de produção orgânica.

  O objetivo básico é apoiar a organização de agentes de diferentes segmentos da cadeia de produção orgânica, por meio de capacitação organizacional e gerencial;

- Desenvolvimento de sistema informatizado para acompanhamento das Organizações de Produtores cadastradas junto aos órgãos fiscalizadores.

Capacitação e Treinamento

Ampliar, da forma mais eficiente possível, o número de profissionais capacitados para atuarem nos diferentes segmentos da cadeia da produção orgânica.

Linhas temáticas prioritárias

- Manejo da biomassa, com enfoque na adubação verde, adubação orgânica, produção de forrageiras e ampliação da biodiversidade;
- Produção de material de propagação vegetal e reprodução animal orgânicos, com ênfase aos adaptados ao sistema orgânico de produção;
- Fundamentos e conceitos dos processo de produção Orgânica;
- Controles fito-zoo-sanitários alternativos;
- Boas práticas de produção, pós-colheita e fabricação;
- Planejamento, manejo e adequação ambiental da propriedade orgânica;
- Sistemas reguladores do comércio de produtos orgânicos.

Ações

- Capacitação de multiplicadores de organismos públicos e privados.

Essa ação dar-se-á em três níveis. No primeiro, especialistas selecionados participarão de um evento de nivelamento, formando um grupo de "formadores de instrutores";

O segundo nível é o repasse dos conhecimentos aos "instrutores".

No terceiro, os agricultores receberão curso a ser ministrado pelos instrutores já capacitados, as Cartilhas Técnicas.

- Produção de material de instrução.

  Serão elaborados materiais de conteúdo tecnológico, nas formas de Manual Técnico e de Cartilha Técnica, a serem utilizados nas ações de capacitação.

- Articulação com o Ministério da Educação e Cultura, para adequação dos currículos no ensino agrícola, médio e superior.

  Será necessária uma adequação de currículos e de conteúdos programáticos, de forma a que seja dado, aos estudantes, a possibilidade de conhecer e entender os princípios agroecológicos e sua aplicação nas atividades agropecuárias.

Certificação da Produção

A finalidade básica é garantir ao comprador que o produto possui as características indicadas no rótulo.

Ações

- Implementação do Sistema Oficial de Certificação da Produção Orgânica.

  A certificação baseia-se no credenciamento, por um órgão governamental, de certificadoras que passam a ser auditadas e ter suas atividades supervisionadas pelo Estado.

- Implantação e Manutenção da Comissão Nacional e das Comissões Estaduais da Produção Orgânica.

  As Comissões Estaduais são órgãos consultivos, compostos por organizações governamentais e não governamentais, com atuação em agricultura orgânica no seu estado.

  A Comissão Nacional é também um órgão de caráter consultivo, composta por representantes de organizações não-governamentais e governamentais com atuação na área da produção orgânica.

- lmplantação e Manutenção de Sistema Informatizado para Acompanhamento da Certificação da Produção Orgânica.
- Criação de um sistema informatizado, alimentado pelas certificadoras, que permita, em tempo real, acompanhar o desenvolvimento da produção orgânica no Brasil.

Defesa Agropecuária

Buscar o equilíbrio dos sistemas de produção, para minimizar a ocorrência de pragas e doenças em vegetais e animais.

Ações

- Adequação das quarentenas adotadas no trânsito de produtos agropecuários, considerando as normas de produção orgânica;
- Identificação de alternativas, compatíveis com as normas de produção orgânica, de medidas zôo-sanitárias e fito-sanitárias para

o atendimento de campanhas e outras exigências regulamentadas.

Financiamento Agrícola

Ações

- Trabalhar pela reformulação do Pró-natureza no âmbito do FCO e procurar expandi-lo para os demais Fundos Constitucionais;
- Trabalhar pela reformulação do Manual de Crédito Rural, para melhor atender os produtores em conversão para o sistema orgânico de produção;
- Buscar a articulação com outras fontes de financiamento para o desenvolvimento da produção orgânica;
- Adequar o Plano Agrícola e Pecuário ao atendimento das demandas por investimento para a agricultura orgânica;
- Criar mecanismos de divulgação das linhas de financiamento existentes para a agricultura orgânica.

Fomento e Incentivo à Produção

Linhas temáticas prioritárias

- Manejo da biomassa com enfoque na adubação verde, adubação orgânica, produção de forrageiras e ampliação da biodiversidade;
- Produção de material de propagação vegetal e reprodução animal, com ênfase aos adaptados ao sistema orgânico de produção;
- Controles fito e zôo-sanitários alternativos.

Ações

- Disponibilização e incentivo à produção de material de propagação vegetal e reprodução animal adaptados ao sistema orgânico de produção;
- Identificação das tecnologias com potencial de utilização nos sistemas orgânicos e organização das informações;
- Identificação das áreas mais adequadas para a implantação dos bancos regionais de produção, manutenção das sementes, mudas e animais priorizados, e disponibilização para atendimento das demandas regionais;
- Incentivo ao uso de processos, métodos e produtos alternativos para controle fito-zoo-sanitário.

Pesquisa e Desenvolvimento

Linhas temáticas prioritárias

- Manejo da biomassa, com enfoque na adubação verde, adubação orgânica, produção de forrageiras e ampliação da biodiversidade;
- Resgate de germoplasma e melhoramento genético de materiais vegetais e animais, apropriados para os diferentes sistemas orgânicos de produção e regiões do país;
- Manejo e controle fito-zoo-sanitários alternativos (pragas, doenças e plantas espontâneas);
- Produção de sementes e mudas orgânicas;
- Pesquisa e desenvolvimento de insumos para nutrição animal e vegetal;
- Tecnologia para conservação pós-colheita, processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos.

Outras Linhas Temáticas

- Desenvolvimento de sistemas orgânicos de produção animal; adequação de instalações rurais;
- Manejo e conservação do solo e da água;
- Estudo das formas sociais de organização da produção, de mercado e do consumo;
- Determinação de indicadores de ambientais promotores de sustentabilidade, considerando as diferenças regionais;
- Pesquisa e desenvolvimento em processos de conversão de sistemas convencionais em orgânicos;
- Desenvolvimento de sistema para a integração da produção vegetal e animal;
- Avaliação econômica dos processos produtivos.

Ações

- Abertura, pela Embrapa, de editais dirigidos às linhas temáticas prioritárias;
- Articulação com outros agentes de financiamento de pesquisa para a abertura de editais dirigidos às linhas temáticas prioritárias.

Promoção Comercial

Ações

- Participação em feiras e eventos, nacionais e internacionais, que possibilitem a divulgação e promoção dos produtos orgânicos brasileiros;
- Articulação com outros agentes de promoção comercial para inclusão dos produtos orgânicos brasileiros no seu eixo de atuação e na viabilização de trabalhos conjuntos;
- Sensibilização e preparação de empresas e instituições para a participação em feiras e eventos;
- Acompanhamento do mercado interno e externo de produtos orgânicos;
- Articulação para a implantação de espaços específicos para a comercialização de produtos orgânicos;
- Elaboração e produção de material promocional.

Publicidade de Utilidade Pública

Ações

- Campanhas de esclarecimento ao público consumidor sobre a produção orgânica e seu sistema de certificação;
- Campanhas de esclarecimento, aos agentes da cadeia de produção orgânica, sobre o programa para o desenvolvimento da agricultura orgânica e como se enquadrar nas ações nele contidas;
- Articulação com outras entidades para a divulgação do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica e seu sistema de certificação.

Seguro Agrícola

Ações

- Articulação para efetivação da aplicação do PROAGRO à produção orgânica.

Transferência de Tecnologia

Linhas temáticas prioritárias

- Manejo da biomassa com enfoque na adubação verde, adubação orgânica, produção de forrageiras e ampliação da biodiversidade;
- Produção de material de propagação vegetal e reprodução animal orgânicos, com ênfase aos adaptados ao sistema orgânico de produção;
- Controle fito-zoo-sanitários alternativos;
- Boas práticas de pós-colheita (ver área animal);
- Planejamento e manejo da propriedade orgânica.

Ações

- Realização de eventos técnicos destinados à transferência de tecnologia em produção orgânica;
- Implantação e manutenção de banco de dados, a ser disponibilizado na pagina eletrônica do MAPA, relacionados às linhas temáticas prioritárias;
- Multiplicação e disponibilização, para as ações de fomento, de material de propagação vegetal e reprodução animal;
- Implantação de unidades demonstrativas;
- Realização de eventos que visem à troca de experiências entre agentes da cadeia.

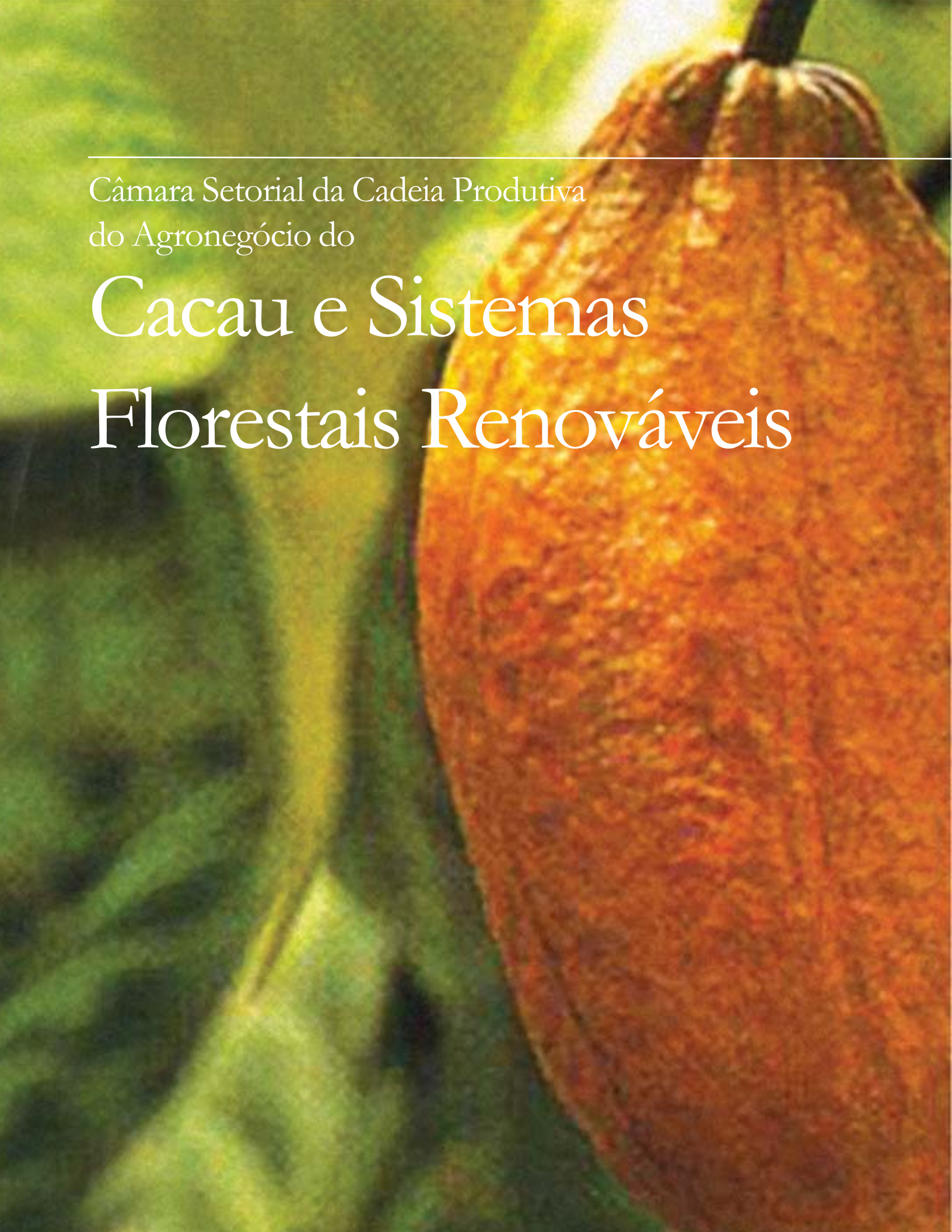
Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- José Pedro Santiago – AECO
- Rogério Pereira Dias – SDC/MAPA

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação do Agronegócio Certificado Orgânico – AECO
- Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica – ABD
- Associação Brasileira de Criadores – ABC
- Associação dos Produtores e Processadores de Orgânicos do Brasil – BRASILBIO
- Articulação no Semi-Árido Brasileiro – ASA
- Articulação Pró-Rede Sudoeste de Certificação Participativa – PRÓ-REDE
- Banco do Brasil S/A – BB
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária – CONSEPA
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Fórum das Certificadoras por Auditoria – FCA
- Grupo de Agricultura Orgânica – GAO
- Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre – PESACRE
- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC
- Instituto Pró-Cidadania e Meio Ambiente – ICMA
- Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO/MDIC
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria Executiva – SE
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
  - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Rede Ecovida de Agroecologia – ECOVIDA
- Rede Cerrado de ONGs – RC de ONGs
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
- Sociedade Rural Brasileira – SRB



Câmara Setorial da Cadeia Produtiva
do Agronegócio do

Cacau e Sistemas Florestais Renováveis

Histórico

Fabrico Vieira Juntolli[1]

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis foi instalada pelo então Ministro Roberto Rodrigues em 4 de maio de 2004, na Sala de Reuniões do CNPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília, DF. Foram indicados, para Presidente da Câmara, o representante da Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia – CABRUCA, Fausto Lavigne Soares Pinheiro, e para Secretario Executivo, o Diretor Geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, Gustavo Costa de Moura. As indicações do Ministro foram referendadas pela Câmara em sua primeira reunião ordinária.

O Presidente da Câmara é empresário rural e representa a terceira geração de produtores da tradicional família Pinheiro, ligada à cultura do cacau na região. É sócio fundador da CA-BRUCA, sócio e Diretor do Grupo J. S. Pinheiro e sócio e Diretor Superintendente da Empresa Raízes Agropecuária.

O Secretario Executivo é Engenheiro Agrônomo, Diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac, Gerente do Programa Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau no Plano Plurianual – PPA. Foi Vice-Presidente do Sindicato Rural de Camacã – BA, assessor da Comissão Nacional do Cacau, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Cacauicultores – ABC e Vice-Presidente da Comissão da Associação de Apoio à Recuperação da Lavoura Cacaueira – COMACAU.

A Câmara foi criada pela Portaria n° 9, de 7 de janeiro de 2005 e alterada pela Portaria nº 5, de 05 de janeiro de 2006. Compõem a Câmara 48 órgãos e entidades, entre instituições governamentais, associações de classe, federações e sindicatos do setor.

Com a finalidade de atender as demandas do setor cacaueiro nacional faz-se necessário implementar ações para trabalhar de forma efetiva nos principais fatores limitantes desse setor, como: mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho; aumento de produção e produtividade; política; sombreamento definitivo; *stand* de cacaueiros, política de Drawback, índice de produtividade média na região sul da Bahia; entre outros.

No aspecto operacional, a Câmara Setorial avançou nas discussões e elaboração de trabalhos que visaram o desenvolvimento do setor cacaueiro nacional, valorizando as ações compartilhadas e que dependem de outros organismos governamentais para a consecução das propostas estabelecidas e priorizadas nos Grupos Temáticos.

[1]Chefe da Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

Em atendimento ao Ofício nº 75/2006/CGAC-SE, datado de 18 de janeiro de 2006, apresentamos o documento o qual procura relatar as diretrizes e os cenários demandados pela Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis, provenientes dos Grupos Temáticos. A Câmara é composta de diferentes segmentos representativos de produtores, trabalhadores, entidades empresariais e organizações não governamentais, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, entre outros representantes das comunidades e lideranças políticas dos estados onde os componentes dessa Câmara atuam. Reuniu-se de forma sistematizada, com a finalidade de propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.

No aspecto operacional, essa Câmara avançou nas discussões e elaboração de trabalhos nas reuniões ordinárias, valorizando as ações compartilhadas e que dependem de outros organismos governamentais para a consecução das propostas estabelecidas e priorizadas nos Grupos Temáticos, como: institucionalização da Ceplac; caracterização e equacionamento das dívidas dos produtores de cacau; programa de financiamento; agroecologia e meio ambiente, especificamente Mata Atlântica e Floresta Amazônica; agroindústria do cacau e verticalização da produção; organização do produtor; comercialização e regulamentação do cacau; sistemas florestais renováveis e projetos de pesquisa visando o aumento da produção e da produtividade da lavoura cacaueira.

Importante ressaltar que em todas esses temas, se faz necessário a ação da instância federal, em apoio às esferas estaduais e municipais das regiões produtoras, por meio de instituições promotoras do desenvolvimento sustentável, por meio da execução e gestão multidisciplinar e integrada dos instrumentos de formulação e execução das políticas públicas indispensáveis ao fomento das atividades produtivas, ambientais, associativista e cooperativista, de crédito rural e de política de mercado nacional e internacional.

Fausto Lavigne Soares Pinheiro
Presidente da Câmara

Introdução

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis compõe a estrutura funcional do Conselho do Agronegócio, com a finalidade de propor, apoiar e acompanhar as ações direcionadas para o desenvolvimento das atividades, em seus aspectos de curto, médio ou longo prazo, que visem o aprimoramento da cadeia produtiva, assim como a expansão dos mercados interno e externo, a geração de empregos, renda e bem estar social.

A importância da elaboração de uma Agenda de Trabalho é pautar as novas diretrizes para a formulação de políticas, a partir de 2007, além de construir cenários sobre o setor ou tema relacionado, assim como apontar as proposições que estão encaminhadas nas instâncias governamentais, a exemplo da Institucionalização da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC; o especial equacionamento das dívidas dos produtores de cacau e programas de financiamento, assim como a liberação de recursos do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana e a comercialização e regulamentação do cacau.

Ressalta-se nesse documento, as proposições apresentadas pela Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis, durante as reuniões ordinárias realizadas onde procuraram, em circunstâncias diferentes, conduzir a uma prática que reflita o ideal proposto pelos Grupos Temáticos e que de alguma forma venha contribuir, não só para os setores envolvidos nas cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, como também, para o programa de Governo Federal voltado para o desenvolvimento sustentável regional, onde existem muitos municípios carentes e que precisam de apoio das estruturas de intervenção do Governo Federal, via órgãos setoriais, que, por sua vez, vislumbram potencializar as cadeias produtivas regionais, enquanto fator estratégico de geração de divisas para o país e de renda para o desenvolvimento territorial. Para tanto, é indispensável que, por um lado, implemente a busca pela harmonização do esforço produtivo, do direito ao desenvolvimento com a questão ambiental e as imposições legais; por outro, seja requerido o aparelhamento do Estado para o cumprimento de suas responsabilidades. Daí a necessidade de se criar condições efetivas para atender ao inabalável direito ao desenvolvimento socioeconômico de toda uma população rural, principalmente da agricultura familiar, cuja inclusão social mostra-se, ainda, fortemente dependente das ações empreendidas pelo poder público.

A elaboração desse documento contou como fonte de informações e de dados estatísticos dos órgãos públicos e privados, quais sejam: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac, Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados – Abicab, Governo do Estado do Espírito Santo, Agrianual (FNP), ICCO Annual Report 2004/2005, Revista de Política Agrícola, Revista do Agronegócio Brasileiro, além do projeto técnico da Ceplac sobre uma fábrica de chocolate artesanal, das atas de reuniões ordinárias dessa Câmara Setorial e dos subsídios retirados da síntese preliminar das diretrizes para a formulação de políticas.

Em entrevista do ex-Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, onde ele disse: "O agronegócio é tão importante porque é o maior negócio do Brasil... A busca da concorrência acaba excluindo os menos capazes e cresce a exclusão social... O maior desafio da humanidade do século XXI é reduzir as diferenças entre ricos e pobres", a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis tomou como desafio e traz, através de seus Grupos Temáticos, a base que irá beneficiar a estabilidade do homem no campo, a geração de emprego e renda, a melhoria dos serviços públicos e da infra-estrutura, como também, a dinamização dos sistemas de armazenamento e processamento de produtos agrícolas e pecuários, o aumento da produção de alimentos e riqueza para o país, assim como a reversão da posição atual das regiões produtoras de matéria-prima para a de fornecedoras de produtos beneficiados, agregando valor, através da agroindustrialização e de minimização dos riscos de desmatamentos, principalmente, nos dois grandes biomas da humanidade: Floresta Amazônica e Mata Atlântica.

Ambiente Externo e Interno

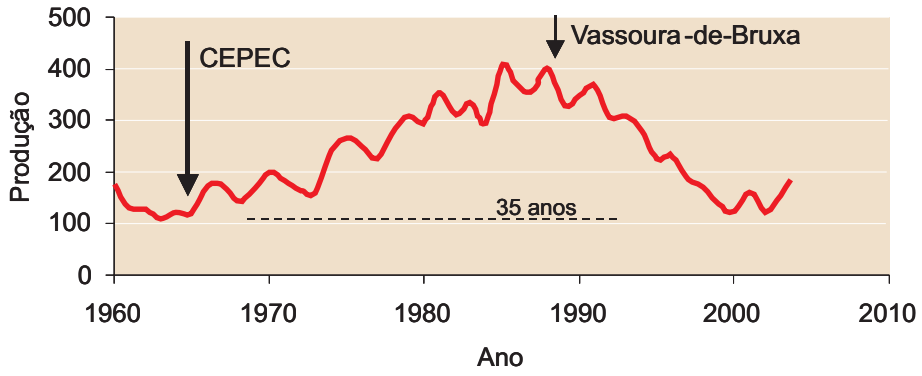
Na trajetória histórica da cultura do cacau, produto considerado uma bebida sagrada para os povos indígenas da América, passou a ter importância social e econômica no Brasil nos fins do século XVII. Embora tenha sido cultivado inicialmente no Norte do país, essa cultura só ganhou força depois de introduzido no sul da Bahia, onde encontrou as condições naturais favoráveis para se expandir. Até hoje, apesar da incidência da doença Vassoura-de-Bruxa (*Crinipellis perniciosa*), a região é o principal pólo de produção da lavoura cacaueira, setor cuja trajetória teve importante participação na economia e na política brasileira das últimas décadas. As exportações de cacau e seus derivados aumentaram 55,4% em 2003, saltando de US$ 206 milhões em 2002 para US$ 321 milhões no ano posterior.

O cacaueiro (*Theobroma cacao*) é uma espécie nativa da floresta tropical úmida amazônica, sendo seu centro de origem, provavelmente, as nascentes dos rios Amazonas e Orinoco. A partir do seu centro natural, o cacaueiro ultrapassou os Andes, sendo cultivado na Venezuela, Colômbia, Equador, países da América Central e México, como também se dispersou ao longo do rio Amazonas originando as populações encontradas no Brasil e nas Guianas.

O surgimento da enfermidade Vassoura-de-Bruxa no sul da Bahia, na década de 1980 assolou as lavouras regionais e, também, de forma significativa causou mudanças nos cenários político-econômico nacional e internacional, onde as exportações, principalmente no período de 1991-2000, tiveram uma queda substancial, na ordem de US$ 360 para US$ 110 milhões. O Brasil com isso caiu no ranking de 2º para 5º maior produtor de cacau no mundo, como demonstra a Figura 1 que ilustra a produção brasileira de cacau.

Por essa razão a economia do Brasil, a partir da década de 1990, passou por reformas radicais com a redução de gastos na política de preços mínimos e no crédito subsidiado, o comércio internacional foi liberalizado, tanto as importações (*Drawback*) como exportações, notadamente com a eliminação das licenças de exportação, quotas e impostos. Os organismos públicos redirecionaram as suas respectivas missões institucionais e estruturais, tendo como base o desenvolvimento sustentável, ou seja, focados nas questões socioeconômicas e ambientais, além de poder contar com as parcerias dos produtores e dos setores envolvidos nesse processo de investimentos, estímulos, aumento de produção e de produtividade da atividade agrícola. Dentro desse contexto, promoveu-se importantes avanços tecnológicos nas áreas de melhoramento genético e manejo integrado de doenças e pragas da lavoura cacaueira, em especial a Vassoura-de-Bruxa, tendo como objetivo principal obter variedades melhoradas, superiores em produtividade e qualidade, com resistência/tolerância à Vassoura-de-Bruxa.

Figura 1. Produção brasileira de cacau (x1000 t/ano)



Grandes perspectivas foram computadas sobre a necessidade de implementar outras ações para gerar fontes de receitas, através da diversificação agropecuária regional em vista de uma produção sustentável.

No que se refere ao mercado brasileiro de produção de chocolate, esse produto tem crescido de forma contínua no período de 1995-2004, mediante dados apresentados da ABICAB e esboçado detalhadamente na Figura 2, onde a produção cresceu de 294 mil (1995) para 423 mil toneladas (2004). Entretanto, as importações nesse mesmo período decresceram de 19 mil para 6 mil toneladas. Quanto às exportações, o comportamento já foi o oposto, de 21 para 53 mil toneladas de chocolate, e o consumo aparente de chocolate teve um aumento de 292 para 376 mil toneladas.

O crescimento da agricultura entre 1990 a 2004 tem sido atribuído principalmente, a aumentos na produtividade e a menores preços de insumos importados. Vale registrar que o aumento da produção tem ocorrido a despeito dessa queda, de longo prazo, nos preços da maioria das *commodities*. Enquanto que a produtividade melhorou substancialmente devido, principalmente, à pesquisa agrícola direcionada às condições climáticas.

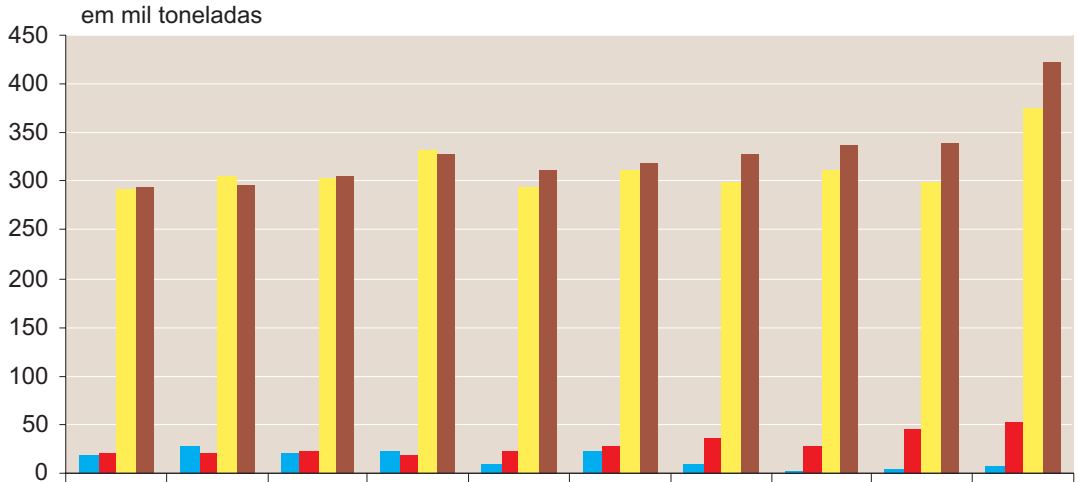
As exportações brasileiras estão dirigidas mais para a América do Norte com 37%, seguidas pela América do Sul com 28,6%, América Central com 17,3%, Circuito do Pacífico com 5,5%, África com 4,4% e somente 1,6% para a Europa.

Em relação às importações de cacau, o Brasil importou 77 mil toneladas, em 1999 e, em 2004, caiu para 40 mil toneladas. A partir de 2005, a expectativa é de uma redução ainda maior.

Segundo dados da Associação Brasileira de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados – ABICAB, o Brasil, como o quinto produtor de chocolate no mundo, obteve em 2003, uma produção de 339 mil toneladas de chocolate.

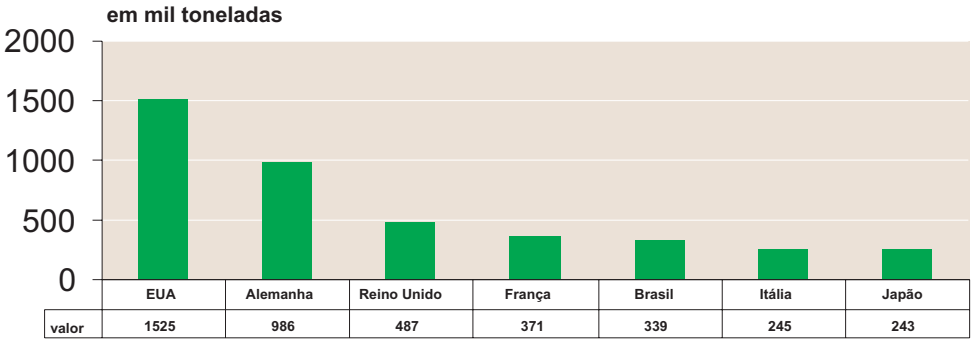
Destacam-se como os principais produtores: os Estados Unidos com uma produção de 1.525 mil toneladas, seguidos da Alemanha com 986 mil toneladas, do Reino Unido com 487 mil toneladas e da França com 371 mil toneladas (ABICAB), conforme apresentado a seguir com os principais países produtores de chocolate em 2003 (Figura 3).

Figura 2. Produção, importação, exportação e consumo aparente de chocolate no Brasil. Período 1995 a 2004



	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Importação	19	28	20	22	8	23	8	3	5	6
Exportação	21	20	23	19	22	28	37	27	46	53
Cons. Aparente	292	305	302	332	295	313	298	313	298	376
Produção	294	296	305	329	313	318	327	337	339	423

Figura 3. Principais Países Produtores de Chocolate - 2003



Com relação ao consumo *per capita* a liderança pertence à Suíça com 9,63Kg, seguido pela Austrália com 9,4Kg, Irlanda com 8,8Kg, Noruega com 8,6Kg, Reino Unido com 8,6Kg, Alemanha com 8,2Kg, Bélgica com 7,0Kg e o Brasil com um consumo *per capita* muito baixo, em torno de 1,69Kg por pessoa, conforme especificado na Figura 4 sobre o consumo *per capita* de chocolate no mundo em 2004.

Atualmente, a produção mundial de cacau está em torno de 3,3 milhões de toneladas. Os maiores produtores são Costa do Marfim, com 42% da produção mundial, seguido de Gana (20%), Indonésia (13%), Nigéria (6%) e Brasil (4%). Os principais consumidores/processadores de amêndoas de cacau são Holanda, responsável por 15%, Estados Unidos (14%), Costa do Marfim (9%), Alemanha (7%) e Brasil (6%).

Estima-se que a América Latina seja responsável pela produção de 80% do cacau fino, cabendo a Ásia por 18% e a África por 2% da Produção Mundial de cacau fino e que o volume deste tipo de cacau produzido na safra de 2002/2003 foi da ordem de 155 mil toneladas.

A título de conhecimento e de expectativas de mercado interno e externo em relação aos países produtores de cacau para o exercício de 2006, é importante saber que Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Camarões e Indonésia, esperam boas safras intermediárias a partir da segunda metade de abril. Apesar da colheita principal ter terminado muito cedo e as projeções para a safra secundária se mostrarem positivas, a safra total de 2005/06 deverá cair e ser menor do que a de 2004/05, devido à taxa lenta de exportações.

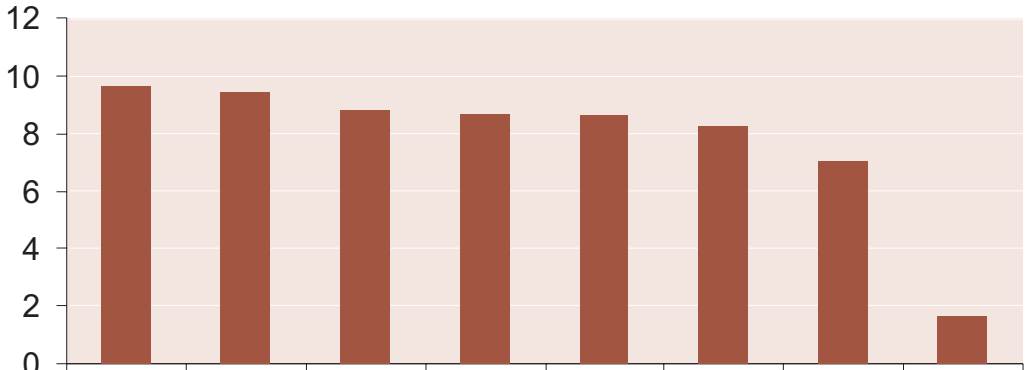
Já no Brasil, a Bahia, principal estado produtor de cacau brasileiro, experimentou uma seca severa entre meados de janeiro até meados de março de 2006, com grandes prejuízos para as fazendas de cacau.

Com relação aos preços de cacau, em Londres e Nova Iorque, estes estiveram ativos, na maioria, no longo prazo. Os preços permaneceram bem voláteis porque a maior parte deles esta tentando tirar vantagem de oportunidades de curto prazo e na expectativa de equacionar os fatores de alta, como déficit mundial esperado ao final do período 2005/06; consumo mundial de chocolate crescente; e preço de cobertura para a indústria, pequeno para a época do ano. Por outro lado, atentar para os fatores de baixa de preços: boa expectativa de safras no oeste africano; fraca influência do "La niña" durante os próximos 3 a 6 meses; e liquidação de posições de longo prazo por especuladores.

A adequação dos produtores e exportadores brasileiros de cacau ao sistema de limites máximos para resíduos químicos no cultivo de cacau de acordo com Associação de Chocolate e Cacau no Japão, é uma preocupação da Câmara. Existe hoje um convênio em tramitação com o CIRAD que avalia a contaminação do cacau, acompanhando o produto desde a saída da fazenda até a transformação do chocolate, através de análises de amostras. Informou ainda da existência de um documento do Ministério das Relações Exteriores – MRE que se refere aos produtos cujos resíduos estão acima dos limites estabelecidos pela lei do Japão, conseqüentemente, proibidos de entrar no país.

Um breve relato sobre a reunião do Comitê Internacional do Cacau, realizada na Itália, mencionando o trabalho desenvolvido pela Junta Consultiva do Setor

Figura 4. Consumo *per capita* de chocolate no mundo em 2004



	Suíça	Austria	Irlanda	Noruega	Reino Unido	Alemanha	Bélgica	Brasil
kg/per capita	9,63	9,4	8,83	8,66	8,61	8,22	7	1,69

Privado, que é representada por sete países produtores (o Brasil não está entre eles), foi apresentado por Luiz Cesar Gasser, da Divisão Agropecuária do Ministério das Relações Exteriores. Essa Junta concentrou suas discussões a respeito da sustentabilidade do cacau, onde o setor privado está criando um documento que definirá as questões econômicas, ambientais e sociais. Na área econômica, é sustentável aquilo que proporciona retorno ao investimento e, embora, o Brasil não seja uma potência no campo da exportação, porém, é importante a questão da sustentabilidade para que não se crie barreira no comércio. Outro ponto destacado foi à importância dos estudos para previsão de produção e consumo do cacau, com objetivo de prevenir prejuízos ou falta de produto no mercado, além da necessidade de controle e de intercâmbio de informações sobre estatísticas de produção, bem como da promoção e da divulgação para o aumento no consumo do cacau.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Institucionalização da Ceplac

A institucionalização da Ceplac no contexto de reestruturação organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, objeto do Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, integra um processo que busca aperfeiçoar a gestão administrativa e estratégica do Ministério, tendo como finalidade principal de atender as demandas do agronegócio brasileiro, além de maximizar as vantagens competitivas no setor para vencer os desafios do mercado mundial e melhor servir à sociedade.

A proposta de reorientação institucional permitirá, sobretudo, otimizar os benefícios decorrentes da aplicação dos instrumentos de políticas públicas, de forma a ampliar a geração de renda e de postos de trabalho, de democratizar o acesso ao crédito rural, de incentivar a estruturação de organizações associativas e a agroindustrialização, bem como consolidar um programa de conservação produtiva, via fomento dos sistemas agroflorestais.

Em vista da importância do reposicionamento institucional, há grandes expectativas para que seja

promulgada a Lei pelo Congresso Nacional, no ano de 2007.

Caracterização e Equacionamento das Dívidas dos Cacauicultores e Programa de Financiamento

O problema do equacionamento das dívidas dos produtores de cacau é a falta de liquidez para pagamento das parcelas vencidas e vincendas até o ano de 2009. Nesse sentido, foi realizado um trabalho pela Câmara, comprovado tecnicamente com base em criterioso levantamento das receitas e despesas da atividade cacaueira, ao longo do período de vigência dos empréstimos realizados ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana. Por outro lado, a atividade mostra-se excepcionalmente viável a partir do ano de 2010.

A razão básica desse problema deve-se ao cacaueiro que leva até quatro anos para começar a produzir suficiente e significativamente, permitindo mínimas condições de ressarcimento do investimento. Daí, constata-se a necessidade de uma carência mínima de quatro anos, a partir da instalação da plantação. Todavia, tal carência foi fixada, indevidamente, a partir da assinatura dos financiamentos, deixando uma defasagem de cerca de dois anos, tempo requerido para concretização da enxertia de uma roça. Com isso, a carência do produtor foi equivocadamente reduzida em dois anos.

Nessas condições, evidencia-se uma diferença de quatro anos entre as datas programadas para os pagamentos dos empréstimos e aquelas em que tais pagamentos tornam-se viáveis.

Em vista do exposto e com o propósito de não frustrar a expectativa dos produtores que estão aguardando uma providência satisfatória do Governo que, de fato, possibilite a retomada da recuperação da lavoura cacaueira, sugeriu-se a inclusão das seguintes propostas para conhecimento e decisão dos respectivos Tesouros (Federal e Estadual):

I- Incluir, como beneficiário de qualquer proposta que o Grupo Interministerial apresentará ao Governo Federal e aos Tesouros, todos os produtores que recorreram ao financiamento da primeira e da segunda etapa do Programa, inclusive aqueles que também recorreram ao PESA;

II-Alongar o perfil das dívidas amparadas pela Resolução nº 3.288, do BACEN, com escalonamento das parcelas a serem pagas a partir do ano de 2009, evitando-se a superposição com vencimentos já programados de outros contratos;

III-Calcular as dívidas da primeira e da segunda etapa com os encargos contratuais hoje vigentes para os financiamentos da espécie, com efeito retroativo às respectivas datas de liberação das parcelas dos financiamentos.

Conveniente registrar que a proposição acima é básica e emergencial, requerendo outras ações integradas e complementares, especialmente quanto à abertura de nova linha de crédito que possibilite a continuidade das ações voltadas à recuperação da lavoura e o controle da doença. A 4ª etapa do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana permanece pendente a liberação de uma parte dos recursos do Tesouro Nacional destinados aos pequenos produtores, apesar de reiteradas gestões do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento junto aos organismos competentes.

Agroecologia e Meio Ambiente

O modelo de atuação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, vem contribuindo com a promoção do desenvolvimento do agronegócio, em bases sustentáveis, através de ações de pesquisa, extensão rural, educação produtiva, certificação, fomento e o suporte técnico necessário à produção agrossilvipastoril, com foco no atendimento das demandas originadas pelas diferentes cadeias produtivas presentes na sua área de atuação.

Os técnicos da CEPLAC elaboraram e já apresentaram uma proposta básica sobre o assunto "Programa de Silvicultura Conservação Produtiva de Espécies Arbóreas Nativas e Sistemas Agroflorestais Sustentados nos Ecossistemas Mata

Atlântica e Floresta Amazônica", para estudo e adequação de uma proposta da Câmara.

Agroindustrialização do Cacau e Verticalização da Produção

A CEPLAC, através dos seus Centros de Pesquisas, elaborou e já apresentou uma proposta de agroindustrialização, que prevê a criação de pequenas unidades agroindustriais por meio de um projeto de Fomento da Indústria Chocolateira da Bahia, com a finalidade de desenvolver e avaliar o desempenho de equipamentos compatíveis com a realidade dos produtores de cacau da Bahia para a produção de chocolate, líquor e manteiga a partir de amêndoas de cacau fermentadas e secas, de forma a agregar valor ao produto base, representando uma alternativa de solução para os principais fatores de inibição do desenvolvimento da indústria chocolateira do Brasil. O projeto conta com a participação de uma empresa de equipamentos industriais, a "Meller Machines & Solutions".

Organização do Produtor

A CEPLAC, por sua natureza multidisciplinar, através dos seus serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER envidou esforços para a construção coletiva de suas ações desenvolvidas pelos seus Centros de Extensão, Educação e Desenvolvimento – CENEX na Estratégia de Desenvolvimento Territorial no espaço de atuação do órgão, de forma integrada e compartilhada com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, além de outros setores públicos e privados, a exemplo do OCEB, SEBRAE, entre outros.

A dinamização do setor é pouco expressiva, ficando como sugestão de proposta de trabalho expandir as atividades agroeconômicas, entabular formas de congregação das populações (cooperativismo e associativismo), encetar processo associativista e universalizar o acesso às informações e conhecimentos agronômicos, econômicos, gerenciais e tecnológicos.

Comercialização e Regulamentação do Cacau

Foi elaborado o documento: "Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade da Amêndoa do Cacau", que foi apresentado e aprovado pelo Plenário da Câmara, aguardando que seja submetido à Consulta Pública pelo MAPA.

O representante da Divisão de Agricultura e Produtos de Base do Ministério das Relações Exteriores, Secretário Luiz Cesar Gasser, na plenária da Câmara discorreu sobre a importância da existência de normas de classificação oficial de amêndoas de cacau no Brasil, utilizando-se do café, como exemplo, para falar da tendência no âmbito internacional da pressão em se adotar regras de certificação no plano mundial, tentativa realizada a partir de proposta dos países consumidores, que industrializam a maioria do café exportado pelo Brasil. Essa proposta tem sido abortada com esforço do Brasil, tentando estabelecer preceitos próprios, impedindo a criação de barreiras. Essa tendência também é observada no cacau, com regras impostas pelos países consumidores, entretanto, têm-se observado iniciativas com vistas a desviar a discussão sobre as respectivas regras dos consumidores, evidenciando as realizações no Brasil.

No que diz respeito à política de Drawback praticada no cacau, especificamente, a questão do deságio de imposto ao produtor, há indícios da existência de formação de *blend* pelas empresas processadoras sem o devido recolhimento dos impostos. Dessa forma, o cacau brasileiro perde competitividade em virtude da estabilização dos estoques nas indústrias e, conseqüentemente, interferindo negativamente nos preços internos. Por ser o *Drawback* um instrumento de decisão governamental que precisa ser detalhado e acompanhado, foi solicitado ao MAPA um conjunto de informações para subsidiar a Câmara, com vistas a avaliar melhor a questão.

Foi encaminhado expediente ao MAPA acerca dos efeitos negativos sobre a atividade agropecuária da MP 237/232, quanto à cobrança de Imposto de Renda, solicitando apoio junto ao Ministério da Fazenda para reverter tal situação.

Relativo aos acordos bilaterais, foi elaborado pela Câmara uma cópia da versão preliminar do trabalho

ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, apresentando como sugestão a inclusão do cacau em acordos bilaterais, especialmente Brasil-México.

Sistemas Florestais Renováveis

- Florestas plantadas no Brasil;
- Elaboração de política de desenvolvimento das atividades florestais renováveis e as estratégias de apoio.

O grupo de trabalho recém-criado pela Câmara Setorial está em fase de discussão e elaboração do documento relacionado com os assuntos de florestas plantadas no Brasil e de elaboração de política de desenvolvimento das atividades florestais renováveis e as estratégias de apoio.

Projetos e Pesquisa

- Estratégias de apoio aos órgãos públicos e privados que desenvolvem atividades de pesquisa, visando interagir e coordenar todas as ações de pesquisa, para atender as demandas do Setor.

Com a finalidade de promover as estratégias de apoio aos órgãos públicos e privados que desenvolvem atividades de pesquisa, no sentido de interagir e coordenar todas as ações de pesquisa, para atender as demandas do setor, a Câmara tem priorizado esta ação.

Políticas Públicas e Privadas: Principais Demandas do Setor

Institucionalização da Ceplac

A Câmara aprovou por unanimidade o trabalho sobre a institucionalização da Ceplac, intitulado: Projeto Ceplac – A institucionalização e o desafio da promoção do desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil, elaborado por um Grupo de Trabalho instituído no âmbito da Ceplac, com a participação dos servidores e sociedade civil, o qual prevê a reformulação da competência institucional, a adequação da estrutura organizacional e o resgate da autonomia compatível com suas atribuições e responsabilidades, incorporando-se novas ações, valorizando ações compartilhadas, por meio de parcerias com organismos governamentais e do terceiro setor. Prevê também nova personalidade jurídica, com capacidade de auto-administração sob controle do Ministério da Agricultura, objetivando torná-la um órgão que trabalhe de forma multidisciplinar e integrada para a promoção do desenvolvimento rural e o manejo sustentável das florestas, revertendo o quadro econômico e socioambiental desfavorável das regiões cacaueiras, viabilizando a redução das desigualdades e a inclusão social no ambiente rural.

Caracterização e Equacionamento das Dívidas dos Cacauicultores e Programa de Financiamento

Liberação dos recursos do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

Resolução nº 3.345, de 03 de fevereiro de 2006, que autorizou a reprogramação do pagamento das dívidas de financiamento do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

Encontra-se pendente a liberação de uma parte dos recursos provenientes do Tesouro Nacional aos pequenos produtores, referente à parcela do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana. Foi solicitado ao ex-Ministro Roberto Rodrigues apoio para reforçar gestões junto ao Tesouro Nacional, objetivando a continuidade das liberações. O prazo referente às parcelas do PESA não pôde ser prorrogado/renegociado.

Agroecologia e Meio Ambiente

A proposta básica de trabalho foi elaborada pelos técnicos da Ceplac sobre o assunto "Programa de Silvicultura Conservação Produtiva de Espécies Arbóreas Nativas e Sistemas Agroflorestais Sustentados nos Ecossistemas Mata Atlântica e Floresta Amazônica" e encaminhada para estudo e adequação a uma proposta da Câmara.

Agroindustrialização do Cacau e Verticalização da Produção

A Ceplac apresentou uma proposta de Agroindustrialização, que prevê a criação de pequenas unidades agroindustriais por meio de um Projeto de Fomento da Indústria Chocolateira da Bahia, com o objetivo de desenvolver e avaliar o desempenho de equipamentos compatíveis com a realidade dos

produtores de cacau da Bahia para a produção de chocolate, líquor e manteiga a partir de amêndoas de cacau fermentadas e secas, de forma a agregar valor ao produto base, representando uma alternativa de solução para os principais fatores de inibição do desenvolvimento da indústria chocolateira do Brasil.

Comercialização e Regulamentação do Cacau

Política de *Drawback* praticada no cacau (deságio imposto ao produtor).

Normatização de Produtos consumidos com a denominação "Chocolate e Achocolatados".

Referente à normativa 11 – Revisão do índice do Grau de Eficiência de Exploração – GEE para o cacau.

O trabalho sobre "Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade da Amêndoa do Cacau" foi aprovado pelo Plenário da Câmara, sendo o documento enviado ao MAPA.

Drawback é um instrumento de decisão governamental que precisa ser detalhado e acompanhado. Há indícios da existência de formação de *blend* pelas empresas processadoras sem o devido recolhimento dos impostos. Dessa forma, o cacau brasileiro perde competitividade em virtude da estabilização dos estoques nas indústrias e, conseqüentemente, interferindo negativamente nos preços internos. Por essa razão foi solicitado ao MAPA, um conjunto de informações para inteirar a Câmara, com vistas a avaliar melhor a questão.

Sistemas Florestais Renováveis

Criado e aprovado o Grupo Temático com o objetivo de discutir a elaboração de política de desenvolvimento das atividades florestais renováveis, das estratégias de apoio e incentivo, além de outros temas de interesse para o setor, com o apoio da Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas, sob a Coordenação do Diretor-Executivo da ABRAF, César Augusto dos Reis.

O Diretor-Executivo da ABRAF discorreu na Câmara sobre a Associação Brasileira de Florestas Plantadas, o qual explicou que esta congrega as principais empresas que se dedicam ao desenvolvimento sustentável com base em florestas plantadas, que envolvem também as cadeias de transformação (madeira, papel e celulose, siderúrgicas, painéis de madeiras, produtos de matéria sólida e móveis), atuando por meio de parcerias com pequenos produtores, órgãos de Governo, sociedade organizada, segmentos econômicos afins, órgãos de pesquisa e desenvolvimento e entidades de classe.

Assim como sobre o sistema de florestas plantadas no Brasil, destacando os números que conferem à atividade uma posição de destaque no agronegócio: 5,5 milhões de hectares e PIB de aproximadamente US$ 18 bilhões.

O Setor tem promovido a geração de empregos, tendo uma influência positiva no índice de desenvolvimento humano, além de promover o crescimento sem ameaça para o meio ambiente, atuando nas áreas já degradadas.

Os baixos custos e a alta produtividade tornam o produto brasileiro mais competitivo. Acrescentou que na produção de Pinus, por exemplo, a demanda tem superado a oferta, originando a expressão "apagão florestal", ou seja, escassez ou falta da madeira.

O desafio futuro, que deverá ser uma das diretrizes da Câmara, é de promover o equilíbrio da oferta com a demanda, além da importância das parcerias entre as grandes empresas e médios produtores que conservam suas propriedades de modo sustentável, fornecendo mudas, insumos, prestando assistência técnica, garantindo a compra e injetando recursos nessas propriedades.

Ações de pesquisa

O Grupo Temático foi criado com a finalidade de promover as estratégias de apoio aos órgãos públicos e privados que desenvolvem atividades de pesquisa, visando interagir e coordenar todas as ações de pesquisa para atender as demandas do Setor.

Inclusão do chocolate na merenda escolar e forças armadas

A inclusão do chocolate como valor agregado nos produtos da merenda escolar e consumo pelas

Forças Armadas, constitui também uma das diretrizes prioritárias da Câmara.

Revitalização do Porto de Ilhéus

Foi encaminhada uma proposta referente a melhorias de infra-estrutura do Porto ao Presidente da CODEBA, as quais estão em processo de implementação.

Índice de produtividade média para o cacau na região Sul da Bahia, estabelecido pelo INCRA / MDA

Aprovado por essa Câmara o documento sobre a necessidade de propor a revisão do índice de pro-dutividade média para o cacau, que não condiz com a situação atual da cacauicultura. Foi encaminhado o pleito ao MAPA, solicitando providências suscetíveis de transformar a proposição junto ao Governo.

Normatização de produtos consumidos com a denominação "Chocolate e Achocolatados"

Normativa II – Revisão do índice do Grau de Eficiência de Exploração – GEE para o Cacau.

Continuam pendentes as ações com vistas à regulamentação/normatização dos dispositivos legais vigentes do Brasil, pois o Regulamento Técnico para Chocolate e Produtos de Cacau da ANVISA estabelece, como padrão, que o chocolate fabricado no Brasil deve conter, no mínimo, 25% de sólidos totais de cacau. Já no resto do mundo, este teor é de 32% para que o produto seja considerado "chocolate". Quanto aos "achocolatados", a concentração de cacau nestes produtos é determinada em 12% no mundo. Entretanto, no Brasil, não há regulamentação a respeito. Dessa forma, as indústrias nacionais produzem os achocolatados com os critérios que melhor lhes convêm, resultando na maioria dos casos em quantidades de cacau inferiores às praticadas no mundo.

Fomento, leis e regimento das Florestas Plantadas no Brasil

Foi proposta e aprovada em reunião da Câmara, a criação do Grupo Temático sobre sistemas florestais renováveis, com o objetivo de discutir o fomento, a legislação e regimento para as Florestas Plantadas no Brasil, com o apoio da Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

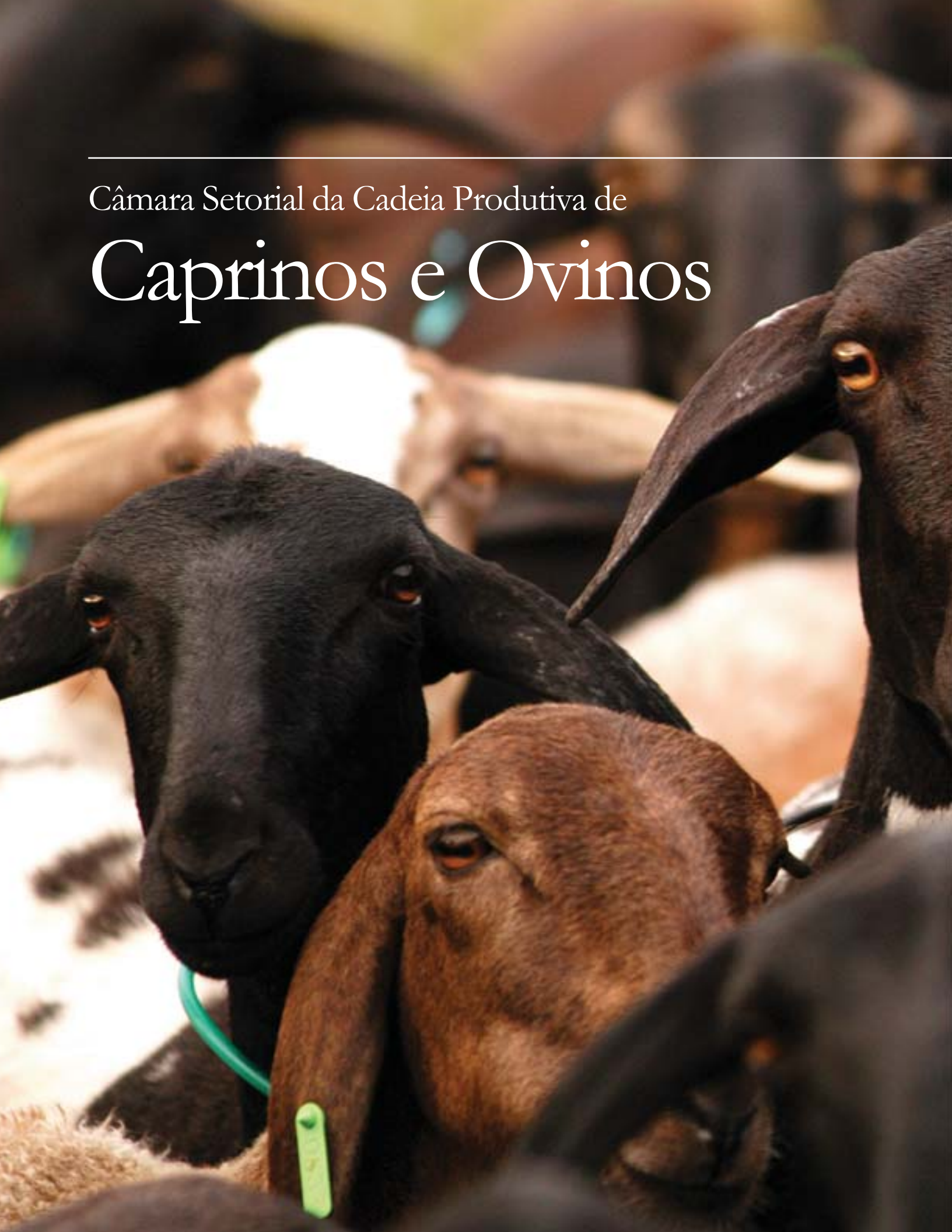
Coordenação

- Fausto Lavigne Soares Pinheiro – CABRUCA
- Gustavo Costa de Moura – CEPLAC

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação de Apoio à Recuperação da Região Cacaueira – COMACAU
- Associação Brasileira de Cacauicultores – ABC
- Associação Brasileira da Indústria da Alimentação – ABIA
- Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados – ABICAB

- Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas – ABRAF
- Associação Comercial da Bahia – ACB
- Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE
- Associação da Indústria Processadora de Cacau – AIPC
- Associação de Municípios da Região Cacaueira da Bahia – AMURC/BA
- Banco da Amazônia S/A – BASA
- Banco do Brasil S/A – BB
- Banco do Nordeste do Brasil – BNB
- Central Única dos Trabalhadores da Região Cacaueira da Bahia – CUT/ CACAUEIRA
- Centro Nacional dos Produtores de Cacau – CNPC
- Comissão de Comércio de Cacau do Brasil – COMCAUBA
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC/ MAPA
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB
- Cooperativa Central do Cacau LTDA – COPERCACAU
- Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia – CABRUCA
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo – FAES
- Federação de Agricultura do Estado do Pará – FAEPA
- Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso – FAMATO
- Federação de Agricultura, Pecuária do Estado da Bahia – FAEB
- Federação de Agricultura do Estado de Rondônia – FAPERON
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas – FAEA
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Instituto Biofábrica de Cacau – IBC
- Integrada do Estado do Amazonas – SEPROR/AM
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria Executiva – SE
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG
- Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia – SEAGRI/BA
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Balas e Chocolate da Bahia – SINDI-CACAU
- Secretaria de Agricultura do Estado do Pará – SAGRI/PA
- Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca – SEAG/ES
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural do Mato Grosso – SEDR/MT
- Secretaria de Estado da Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural
- Secretaria de Agricultura do Estado do Pará – SAGRI/PA
- Sociedade Rural Brasileira – SRB
- Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Rondônia – SEAPES/RO
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Universidade de Campinas – UNICAMP



Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de

Caprinos e Ovinos

Histórico

Sônia Azevedo Nunes[1]

No dia 13 de maio de 2004 foi instalada em Salvador, Bahia, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos. O então Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Amauri Dimarzio, indicou para exercer a Presidência, Ricardo José Schmidt Falcão e como Secretário Executivo, Luiz da Silva Vieira. A primeira reunião ocorreu em Brasília, no dia 19 de agosto de 2004, oportunidade em que foram as indicações referendadas, sendo sua criação oficializada pela portaria nº 138, de 30 de maio de 2006. A partir da 3ª Reunião Ordinária, em abril de 2005, o Secretário Executivo passou a ser Raimundo Nonato Braga Lobo. A Câmara é constituída por 47 órgãos e entidades representativos dos diversos segmentos do setor.

O Presidente da Câmara é engenheiro mecânico e produtor rural. Ocupa os cargos de Presidente da Associação Brasileira de Santa Inês – ABSI e Diretor da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Bahia – ACCOBA.

O atual Secretário Executivo é Médico Veterinário, doutor em Ciência Animal e desenvolve suas atividades na área de Genética e Melhoramento dos Animais Domésticos. Desde 2001 atua como pesquisador da Embrapa Caprinos, em Sobral, CE. Nesse período atuou como Chefe-Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento e atualmente se dedica a projetos de pesquisa.

Dentre as conquistas da Câmara podemos destacar a maior participação do setor na discussão e definição de políticas de médio e longo prazo para a cadeia produtiva.

Como desafios para a cadeia produtiva da caprinovinocultura podem-se elencar a realização de um diagnóstico do setor e disponibilização de informações sistematizadas, a produção de insumos e qualificação de mão-de-obra especializada, problemas relacionados à sanidade, oferta, qualidade e transferência de tecnologia, além da necessidade de maior articulação entre os elos da cadeia.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisora da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

O agronegócio da caprinocultura e da ovinocultura brasileiras vem apresentando crescimento vertiginoso ao longo dos últimos anos. Esta expansão é impulsionada pelo aumento do consumo interno dos produtos alimentares oriundos destes setores, como a carne, o leite e seus derivados, e pela demanda crescente, tanto interna como externa, pelos produtos não alimentares, de grande valor agregado, como o caso das peles e da lã. Antes relegadas como atividades de subsistência, de pouca importância econômica, necessárias às populações rurais menos favorecidas, concentradas principalmente nos sertões nordestino e nos estados da Região Sul, particularmente no Rio Grande do Sul, atualmente são objeto de interesse de grandes investimentos econômicos em todas as regiões do Brasil a partir de um despertar para a importância econômica destas atividades, no contexto das características agropecuárias brasileiras, e para a possibilidade de geração de emprego, renda, divisas e bem estar para a sociedade do país.

Como atividades emergentes, muito ainda há de ser feito para que estes setores do agronegócio possam estar inseridos no contexto econômico geral, principalmente no que concerne às políticas públicas e privadas. Desta forma, o conteúdo deste documento, fruto do trabalho exaustivo de um grupo de profissionais conhecedores dos desafios existentes, busca direcionar os rumos para a caprinocultura e ovinocultura nacional, através da proposta de políticas públicas e privada que venham solucionar estes desafios, contribuindo para a retirada destes segmentos do anonimato e da clandestinidade.

Neste momento, gostaríamos de agradecer a sua Excelência, o Senhor Roberto Rodrigues, ex-Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela iniciativa na criação das Câmaras Setoriais e Temáticas do Conselho do Agronegócio. Com certeza, esta valiosa contribuição já produz efeito positivo nas diversas cadeias produtivas da agropecuária nacional. Estes fóruns de discussões permitem visão holística, agregam atores e geram soluções estruturantes, beneficiando a todos indiscriminadamente.

Agradecemos também ao trabalho do Coordenador-Geral de Apoio às Câmaras, Duarte Vilela, e a toda sua equipe, pela dedicação no suporte técnico, operacional e logístico para que o trabalho da Câmara seja realizado a contento.

Por fim, não poderíamos deixa de mencionar o grupo temático que produziu este documento e a todos os representantes das entidades que se fizeram presentes nas reuniões realizadas até agora, pelo seu desprendimento gratuito e solicitude na contribuição para uma caprinocultura e uma ovinocultura fortes e viáveis.

Ricardo José Schmidt Falcão
Presidente da Câmara

Introdução

Na elaboração deste documento, em princípio, foram levantados os estudos existentes sobre o Setor. Destacam-se entre estes estudos, os resultados do projeto Plataforma do Agronegócio da Ovinocaprinocultura realizado por iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), os documentos gerados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Caprinos, pela Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba – EMEPA e pelo Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Não se pode esquecer de mencionar a experiência profissional e a vivência do dia a dia, relatada em comunicação pessoal, de produtores, empresários e técnicos das Associações de Produtores, das Indústrias, das Federações de Agricultura, das Secretarias de Agriculturas Estaduais, dos Sindicatos e das Cooperativas.

Foi formado um grupo temático para se debruçar sobre as informações existentes e gerar uma proposta de agenda de trabalho. Este grupo foi constituído por Raimundo Nonato Braga Lôbo, pesquisador da Embrapa Caprinos, Wandrick Hauss de Sousa, pesquisador da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (EMEPA), Ricardo José Schmidt Falcão, da Associação dos Criadores de Caprinos de Caprinos e Ovinos da Bahia, Araquen Pedro Dutra Telles, da Federação Brasileira dos Criadores de Ovinos de Carne (FEBROCARNE), Eduardo Amato Bernhard, da Comissão de Ovinocultura da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), e Arnaldo dos Santos Vieira Filho, da Associação Paulista de Criadores de Ovinos. Os principais critérios para a seleção deste grupo foram a disponibilidade e a experiência a respeito dos diversos desafios observados para o setor.

Após discussão prévia e elaboração do documento inicial, o grupo apresentou em plenária da Câmara, um conjunto de sugestões para formular políticas públicas e privadas de curto, médio e longo prazos. Na plenária, foram priorizadas as propostas de políticas estruturantes. Em seguida foi gerada uma agenda com suas bases estabelecidas, aprovada por todo conjunto de entidades participantes da reunião.

A Agenda de Trabalho foi então escrita nos moldes como aqui se apresenta e disponibilizada em rede para que todos pudessem contribuir com sugestões e ajustes. Após estes detalhes, finalmente o documento teve a aprovação final, fruto de um trabalho exaustivo e coletivo.

Dentre as principais dificuldades para elaboração deste trabalho, ressalta-se a priorização dos temas, em face de carência excessiva por políticas para a caprinocultura e ovinocultura. Como atividades emergentes, ainda verifica-se desarticulação de cadeias produtivas, em muitos casos com apenas um esboço de formação destas cadeias, e uma quase que total ausência de legislação específica para estas atividades, sub-amparadas inadequadamente pela legislação existente para a bovinocultura.

Diante do exposto é fácil perceber a dimensão que esta agenda representa para este segmentos. Ela permite o direcionamento, a organização e a disciplina das discussões dentro do fórum da Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos, e mais ainda, demonstra a necessidade urgente de soluções a serem postas em prática pelos orgãos governamentais; as instituições de pesquisa, universidades e outras instituições de ensino; as instituições de fomento e de financiamento; as instituições e empresas de planejamento, extensão e assistência técnica; as indústrias de máquinas, equipamentos, insumos, ingredientes e embalagens; as empresas do setor de beneficiamento primário, de transporte, distribuição e comercialização; as empresas agroindustriais; as organizações não governamentais, orgãos de classe, fundações e representações setoriais; os produtores de base familiar e demais empreendimentos de produção rural.

Com a globalização de mercado, esta dimensão extrapola os limites das fronteiras territoriais, uma vez que aponta para as demandas internacionais. Ressalta-se aqui as questões sanitárias, a iminência de barreiras não-tarifárias, o protecionismo aos mercados internos, a formação de blocos econômicos, como o caso do Mercosul e da ALCA.

A importância do documento pode ser expresso pelo próprio crescimento e oportunidades observadas para o setor. É o momento decisivo para estas explorações pecuárias. Nenhuma outra atividade pecuária cresceu tanto no Brasil nos últimos anos. São diversos projetos em fase de execução, alguns com estimativa de aumento de rebanho de cerca de 2.600% em sete anos. Não se investe demasiado em um setor se não oportunidade de retornos. E estas oportunidades existem, os preços pagos pelos produtos são atrativos, o ciclo de produção é curto, o consumo interno aumenta, há nichos de mercado não explorados, há excesso de importações pois não se supre a demanda interna. Adicionalmente, deve ser ressaltado os desequilíbrios regionais, a necessidade de inclusão social de diversas comunidades de base familiar, principalmente na região semi-árida brasileira, dependentes desta atividade para a geração de emprego e renda, e redução do êxodo rural.

Esta agenda é um marco inicial para a implementação de ações concretas, a transição do discurso para a prática, que visem a estruturação da caprinocultura e ovinocultura brasileiras, tornando-as competitivas e atraentes aos investimentos. Este é o objetivo desta agenda, suprir soluções para os desafios destas cadeias produtivas.

Ambiente Externo e Interno

A caprinocultura e a ovinocultura são atividades econômicas exploradas em todos os continentes, estando presentes em áreas sob as mais diversas características climáticas, edáficas e botânicas. No entanto, somente em alguns países a exploração de pequenos ruminantes apresenta expressão econômica, sendo, na maioria dos casos, desenvolvida de forma empírica e extensiva, com baixos níveis de tecnologia.

No panorama mundial, os países destacados como maiores detentores de rebanhos caprinos são a China, a Índia, o Paquistão, o Sudão e Bangladesh, que concentram, respectivamente, 23,3%, 16,8%, 7,1%, 5,4% e 4,6% do efetivo mundial. Quanto aos ovinos, os maiores rebanhos estão na China, na Austrália, na Índia, no Irã e no Sudão, que concentram, respectivamente, 14,4%, 9,8%, 5,9%, 5,4% e 4,7% do rebanho mundial.

De acordo com o IBGE (2005), em 2003, o Brasil tinha um rebanho de 14,5 milhões cabeças de ovinos e 9,6 milhões de cabeças de caprinos, equivalente a 1,4% do efetivo mundial, que é superior a 1,7 bilhão de cabeças. Considerando a dimensão territorial brasileira, bem como as condições edafoclimáticas favoráveis ao crescimento e desenvolvimento da caprinocultura e da ovinocultura, os nossos rebanhos são numericamente inexpressivos, principalmente quando comparados com o efetivo bovino, que é da ordem de aproximadamente 190 milhões de cabeças.

O rebanho caprino brasileiro está concentrado principalmente na Região Nordeste (93,7%). Os estados com os maiores efetivos são Bahia (38,0%), Pernambuco (15,8%), Piauí (15,3%) e Ceará (8,9%). As demais regiões concentram 2,09%, 1,72%, 1,46% e 1,03% dos caprinos, respectivamente para as regiões Sudeste, Sul, Norte e Centro-Oeste.

O rebanho ovino é mais numeroso no Nordeste, onde se concentram 53,62% dos animais. Entretanto, no que pese a redução do rebanho lanado ocorrido no Sul a partir do início da década passada, em decorrência da crise internacional no mercado da lã, aquela região ainda detém cerca de 35,56% do efetivo ovino. No Nordeste, os efetivos mais representativos são encontrados na Bahia (37%), no Ceará (20%) e no Piauí (18%). Nas regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste concentram-se, respectivamente, os 5,03%, 3,07% e 2,72% ovinos restantes.

De 2000 a 2004, o rebanho ovino nacional sofreu um decréscimo de 8,6% na Região Sul e aumentou em número nas demais regiões (17% na Região Norte, 8,3% no Centro-Oeste, 3,4% no Nordeste e 1,5% no Sudeste). Por seu turno, o rebanho caprino apresentou as mesmas tendências, diminuindo em 7,8% na Região Sul e aumentando em 25% no

Centro-Oeste, 7,6% no Nordeste, 6,7% no Norte e 3,5% no Sudeste.

Ressalta-se que estas estatísticas não apresentam grande segurança e são bastante contraditórias entre as fontes consultadas. Isto demonstra a importância da realização de um censo pecuário para caprinos e ovinos de acordo com a metodologia realizada para outras espécies, como a bovina.

Os principais produtos oriundos da caprinocultura e da ovinocultura são a carne, a pele e o leite e seus derivados. A despeito de um elevado crescimento da demanda verificado nos últimos anos, a carne ainda apresenta um baixo consumo *per capita* no Brasil, em torno de 1,5 a 2,0kg/habitante/ano. Assim, impõe-se a necessidade de aumento e regularidade na oferta de produtos de qualidade, além da implantação de um amplo programa de marketing, com vistas a elevar o consumo e a ressaltar suas qualidades e atributos. O leite de cabra e seus derivados, igualmente, são pouco explorados no país.

A produção de caprinos e ovinos é bastante dispersa, sendo realizada por um grande número de produtores de diferentes tamanhos e produtividades, com forte predomínio de pequenos e médios produtores na produção de caprinos e leve predomínio de médios e grandes produtores na criação de ovinos. Por serem ruminantes de tamanho médio, os ovinos e caprinos se adaptam bem a pequenos criatórios.

A produtividade da caprinovinocultura ainda é baixa, apesar das mudanças nos últimos anos. Os principais gargalos observados, de acordo com a exploração, são:

Produção de Carnes Caprina e Ovina

- Sistemas de alimentação deficientes, especialmente nos períodos críticos;
- Baixa qualidade genética dos rebanhos;
- Problemas sanitários, especialmente verminose;
- Manejo reprodutivo deficiente.

Como conseqüência dos gargalos tecnológicos, bem como da própria organização da cadeia produtiva, a oferta de carne no mercado é precária, verificando-se a irregularidade ao longo do ano. Os abates são tardios, comprometendo a qualidade das carcaças, limitando o acesso aos principais canais de comercialização, os frigoríficos e os supermercados. Com isso, grande parte do mercado é suprido pela carne importada de países do Mercosul e da Nova Zelândia.

Produção de Peles

- Alta incidência de ectoparasitos (carrapatos, sarnas e piolhos), depreciando a matéria-prima;
- Alta incidência de linfadenite caseosa;
- Problemas no manejo animal, propiciando defeitos oriundos de espinhos, riscos em cercas de arame farpado e aplicação de injeções em locais não apropriados;
- Problemas na retirada e no processo de conservação das peles.

O abate tardio, associado aos problemas tecnológicos listados, depreciam sobremaneira a qualidade das peles ofertadas à agroindústria (curtumes). Ressalte-se, também, que em geral os curtumes carecem de melhoria no processo de curtimento e no tratamento da água, a fim de que sejam sanadas as implicações negativas em relação à preservação do meio ambiente.

Produção de Leite e Derivados

- Qualidade genética dos rebanhos;
- Manejo alimentar deficiente, especialmente nos períodos críticos;
- Alta incidência da artrite encefalite caprina a vírus;
- Alta incidência de verminose;
- Alta incidência de mamite;
- Uso de instalações inadequadas;
- Problemas de higiene nas instalações e no manuseio do leite.

Apesar dos gargalos listados, a atividade tende a ampliar seu mercado em virtude do crescimento da demanda para seus diversos produtos, especialmente queijos finos. Por outro lado, no que pese o domínio das tecnologias de processamento, estudos devem ser

desenvolvidos com vistas a identificar enzimas de plantas nativas do país, com vistas não apenas à substituição do produto importado, mas, também, para ampliar as possibilidades de elaboração de novos tipos de queijos a partir da identificação dos novos coágulos.

Associados a estes gargalos, são verificados, independentes do objetivo da exploração, desafios relacionados à deficiência de assistência técnica e ao baixo nível de organização e de gestação da unidade produtiva.

Cerca de 2,5 milhões de caprinos e 4,4 milhões de ovinos foram abatidos no Brasil em 2001, produzindo um total de 109,9 mil toneladas de carne. Isto representa uma taxa de desfrute de cerca de 27 e 30% para caprinos e ovinos, respectivamente. Neste mesmo ano, 6,4 mil toneladas de carnes de ovinos e caprinos foram importadas pelo Brasil, contra apenas 49,5 toneladas de carnes exportadas. Isto representou um déficit acima de US$ 12 milhões na balança comercial brasileira. Este déficit foi da ordem de US$ 9,8 milhões em 1999 e US$ 18,4 milhões em 2000. Esta tendência de déficit vem se mantendo em anos mais recentes. Nos últimos anos, cerca de 96% das importações brasileiras foram provenientes do Uruguai e 1,85% da Nova Zelândia, ficando o restante dividido entre Chile, Países Baixos, França, Argentina, Estados Unidos, Austrália e Reino Unido, por ordem de participação. No mesmo período, cerca de 50% das exportações foram realizadas para Bahrein e 29% para a Arábia Saudita, ficando o restante entre Angola, Catar, Antilhas Holandesas, Paraguai, Cabo Verde e Suíça. Em 2001, 49,5 toneladas de carne caprina foram exportadas pelo Brasil para Angola.

Apesar do grande potencial brasileiro para produção de carne de ovinos e caprinos, percebe-se que não se consegue atender a demanda interna. Um dos motivos é a ineficiência dos sistemas de produção, com o abate de animais em idades avançadas, sem padronização e com baixa qualidade de carcaça, resultando na reduzida competitividade com o produto de origem externa. Por outro lado, este mercado está em ascensão, com preços praticados na unidade produtiva em torno de R$1,80 a 2,20 por kg de peso vivo, comparado ao de R$1,20 por kg de peso vivo pago pela carne bovina. Existem no Nordeste 11 abatedouros frigoríficos especializados em pequenos ruminantes, com capacidade total de abate de 31.550 animais/dia. Resta produzir e fornecer estes animais.

A produção total de leite no Brasil em 2001 foi de 22,9 milhões de toneladas, sendo que apenas 0,61% desta produção era de origem caprina (141 mil toneladas). O país possui uma inexpressiva produção de apenas 30 kg/animal/ano de leite de caprinos. Deve-se ressaltar que esta estatística foi feita com base na produção total e no número de cabeças de animais leiteiros, não sendo considerados apenas os animais em produção. Assim, demonstra-se que esta produção é comprometida pela reduzida média de produção diária dos animais e pela ineficiência no planejamento da produção, com grande número de animais secos por longos períodos e a ausência de uma distribuição uniforme das lactações, de maneira a manter uma produção total constante ao longo dos anos.

No que se refere às peles dos ovinos e caprinos, produtos de grande valor no mercado nacional e internacional, as mesmas chegam aos curtumes com elevadas porcentagens de defeitos, devido a problemas de ordens diversas. A capacidade instalada dos curtumes para processamento é de 12,2 milhões de peles/ano no Nordeste, e 1,8 milhões de peles/ano no sul do país. A exportação acumulada de peles ovinas entre 1992 e 1999 foi de US$ 87,1 milhões, e de US$ 7,1 milhões em 2000. Os principais países importadores foram a Nigéria, a Espanha e o Quênia. A exportação de peles caprinas acumulada entre 1992 e 1999 foi de US$ 25,9 milhões, e de US$ 0,3 milhão em 2000. Os principais países importadores foram a Argentina, a Nigéria e a Itália. A importação acumulada de peles neste período foi de US$ 54,6 milhões para ovinos e de US$ 60,5 milhões para caprinos. Em 2000, esta importação representou US$ 6,1 milhões para ovinos e US$ 8,9 milhões para caprinos. Os principais exportadores de peles ovinas foram a Espanha, a Itália e a Finlândia, e de peles caprina a Espanha, os Estados Unidos e a Itália.

Como pontos favoráveis ao desenvolvimento da caprinocultura e da ovinocultura podem ser destacadas as grandes áreas aptas e com vocação à atividade; o uso de pequenas propriedades (até 30 hectares), favorecendo a agricultura familiar e assentamentos; a atração de novos empreendedores, mais tecnificados e capitalizados; a ociosidade nos

abatedouros e curtumes; o mercado comprador para carne e derivados (cerca de 50% do consumo interno é importado); a existência de potencial exportador três vezes maior que o atual; o potencial de crescimento de 100% para o leite de cabra (50% é importado); o valor agregado pela agroindústria aos derivados do leite de cabra; e, o mercado comprador para couros e peles.

Embora estas atividades venham aumentando sua participação no agronegócio brasileiro, e a tendência seja que esse quadro se mantenha em expansão, ainda existem desafios que devem ser superados ou aprimorados pelas cadeias produtivas de caprinos e ovinos, como a falta de informação sistematizada sobre o setor; acesso a diagnóstico, insumo e assistência técnica especializada; cadastro de criadores; programas sanitários específicos; crédito compatível; desarticulação da cadeia; tecnologias adequadas (genética, manejo sanitário, etc.); sazonalidade e qualidade dos produtos; e legislação específica.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

As principais diretrizes consideradas pela Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos para a formulação das políticas públicas foram agrupadas com as seguintes proposições:

- Novas formas de financiamento e de crédito rural;
- Políticas tributárias compatíveis com o setor;
- Política de sanidade animal para o setor;
- Formas mais eficientes de política de assistência técnica, pesquisa e extensão rural;
- Formação de um sistema integrado de informação sobre o setor;
- Novos modelos de política de fiscalização de insumos;
- Fazer cumprir as políticas de vigilância sanitária e saúde pública.

Inovação Tecnológica

- Incentivar estudos para alternativas de produção de caprinos e ovinos;
- Elaborar tabelas de exigências nutricionais, composição química e valor nutritivo de alimentos passíveis de utilização por caprinos e ovinos no Brasil;
- Ampliar a disponibilidade de animais geneticamente superiores;
- Quantificar os impactos econômicos dos principais problemas sanitários;
- Difundir tecnologias para os setores produtivos;
- Desenvolver insumos e fatores de produção específicos para o setor;
- Incentivar os estudos relacionados à tecnologia de alimentos oriundos da carne e do leite de caprinos e ovinos;
- Sustentabilidade das cadeias produtivas de caprinos e ovinos;
- Utilizar racionalmente os recursos genéticos disponíveis por meio de cruzamento;
- Estabelecer incentivos para pesquisas voltadas à conservação dos recursos genéticos naturalizados (nativos);
- Considerar os aspectos agro-ecológicos no manejo dos diversos ecossistemas.

Novas Formas e Estratégias de Organização e Coordenação da Cadeia Produtiva

- Estabelecer relação harmoniosa entre os diversos segmentos da cadeia;
- Estimular o consumo de leite, carne e produtos derivados e a utilização de produtos com lã e peles;
- Melhorar a apresentação dos produtos;
- Criar canais de distribuição de produtos caprinos e ovinos;
- Estabelecer estratégia geral de negócios;

- Estabelecer estratégias alternativas para beneficiamento dos produtos da caprino-ovinocultura.

Políticas Públicas e Privadas

A seguir serão apresentadas as propostas demandadas pela Câmara Setorial de Caprinos e Ovinos, priorizadas como curto, médio e longo prazo.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Formas de financiamento e de crédito rural

Diretrizes com prioridade alta

- Criar linhas de crédito especiais que estimulem o desenvolvimento do setor, dentre elas para retenção de matrizes;
- Disponibilizar recursos financeiros com juros compatíveis para a caprino-ovinocultura de cada região, desburocratizando e reduzindo o excesso de garantias;
- Garantir recursos para linhas de crédito de custeio, investimento e comercialização de animais e produtos derivados;
- Incentivar crédito orientado.

Situação

- Inadequação de juros e garantias;
- Ausência de maior divulgação das linhas existentes.

Políticas tributárias compatíveis com o setor

- Adequação e equalização dos impostos estaduais e federais e com o Mercosul de modo a tornar o setor mais competitivo;
- Isenção de tributação para insumos básicos para a caprino-ovinocultura;
- Isenção de taxas e impostos para a importação de material genético.

Situação

- Alguns estados cobram imposto para abate de animais;
- Cobrança de PIS/COFINS para importação de material genético para cria.

Política de sanidade animal para o setor

- Revisão e atualização da legislação zoosanitária e posterior divulgação;
- Estimular a criação de laboratórios de referência;
- Implementar o Comitê Nacional de Defesa Sanitária Animal e Comitês Estaduais para o setor;
- Otimizar as ações do Sistema de Defesa Sanitária Animal para o setor;
- Implantar e/ou otimizar ações voltadas para a sanidade e manejo sanitário.

Situação

- Ausência de laboratórios de referências e reagentes para diagnóstico;
- Ausência de Comitês Estaduais;
- Poucos recursos humanos, materiais e financeiros.

Formas mais eficientes de política de assistência técnica, pesquisa e extensão rural

- Revitalizar, ampliar e fortalecer a atuação do sistema público e privado de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de acordo com a região;
- Estimular e priorizar a pesquisa naqueles entraves tecnológicos identificados;
- Capacitação continua para técnicos, produtores e trabalhadores rurais;
- Apoiar o fortalecimento e a organização das Associações de Criadores, Sindicatos, Cooperativas e Instituições afins;

- Priorizar recursos dos fundos setoriais sobretudo na área de ciência e tecnologia.

Situação

- Diferenças regionais no sistema de ATER;
- Baixa eficiência nos atuais modelos de capacitação na maioria dos estados.

Formação de um sistema integrado de informação sobre o setor

Demandas com prioridade média

- Realização e manutenção do censo populacional;
- Criar órgão de controle de informações de mercado e consumo;
- Incluir produtos da caprino-ovinocultura na previsão de safra.

Situação

- Ausência de informações confiáveis e centralizadas.

Novos modelos de política de fiscalização de insumos

Demandas com prioridade alta

- Avaliar e fiscalizar a eficiência dos produtos para o setor;
- Revisar e adequar o processo de registro dos insumos;
- Informar e estimular a necessidade de introdução de insumos não produzidos comercialmente no país;
- Criação de produtos genéricos para o setor.

Situação

- Produtos sem eficiência comprovada ou inexistentes para o setor.

Fazer cumprir as políticas de vigilância sanitária e saúde pública

Demandas com prioridade alta

- Adequação dos abatedouros municipais e laticínios às normas vigentes;
- Intensificar a fiscalização no trânsito de animais e produtos;
- Intensificar a fiscalização nos estabelecimentos comerciais;
- Implementar campanhas de esclarecimento à população.

Situação

- Fiscalização precária no processamento, no transporte e na comercialização dos produtos.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Incentivar estudos para alternativas de produção de caprinos e ovinos

Demandas com prioridade média

- Elaborar projetos multi-institucionais, privilegiando sistemas de produção eficientes de acordo com as regiões.

Situação

- Elevado custo de produção;
- Necessidade de identificação de alimentos e tecnologias alternativas regionais.

Elaborar tabelas de exigências nutricionais, composição química e valor nutritivo de alimentos passíveis de utilização por caprinos e ovinos no Brasil

Demandas com prioridade média

- Formação de comitê gestor dos estudos na área;
- Organização de um banco de dados nacional de forragens e produtos alimentares.

Situação

- Uso de tabelas internacionais que não atendem as exigências nacionais.

Ampliar a disponibilidade de animais geneticamente superiores

Demandas com prioridade alta

- Formação de comitê gestor dos estudos para o melhoramento genético das raças criadas no Brasil;
- Implantação de um sistema de avaliação de desempenho em nível nacional - Provas Zootécnicas;
- Criação do Arquivo Zootécnico Nacional;
- Identificação de indivíduos superiores.

Situação

- Carência de programas de melhoramento que otimizem o material genético disponível no Brasil.

Quantificar os impactos econômicos dos principais problemas sanitários

Demandas com prioridade alta

- Condução de estudos epidemiológicos;
- Quantificar perdas financeiras por doenças específicas;
- Determinar custo e eficiência de programas de controle sanitário;
- Propor soluções tecnológicas para o setor.

Situação

- Ausência de informações confiáveis.

Difundir tecnologias para os setores produtivos

Demandas com prioridade alta

- Elaborar um banco de dados nacional sobre tecnologias disponíveis no setor;
- Implantar unidades de demonstração;
- Promover cursos de treinamento específicos para a cadeia produtiva;
- Elaborar estratégias de monitoramento do uso da tecnologia disponibilizada;
- Elaborar um programa de divulgação das tecnologias já disponíveis.

Situação

- Ações executadas sem sincronia e com duplicidade de esforços.

Desenvolver insumos e fatores de produção específicos para o setor

Demandas com prioridade média

- Desenvolvimento de protótipos de equipamentos agro-industriais específicos para a caprino-ovinocultura;
- Testar produtos e insumos disponíveis e desenvolver novos.

Situação

- Carências de produtos e insumos específicos;
- Necessidade de validação dos produtos disponíveis.

Incentivar os estudos relacionados à tecnologia de alimentos oriundos da carne e do leite de caprinos e ovinos

Demandas com prioridade média

- Desenvolvimento de protótipos de equipamentos para processamento e conservação de produtos e derivados;
- Desenvolvimento de novos produtos e derivados.

Situação

- Carências de equipamentos específicos;
- Necessidade de validação dos alimentos já disponíveis.

Sustentabilidade das cadeias produtivas da caprino-ovinocultura

Demandas com prioridade alta

- Promover soluções para os entraves tecnológicos existentes.

Situação

- Carência de tecnologias aplicáveis ao setor;
- Necessidade de validação de tecnologias disponíveis.

Utilizar racionalmente os recursos genéticos disponíveis por meio de cruzamento

Demanda com prioridade alta

- Identificar estratégias eficientes de cruzamento para os diversos sistemas de produção.

Situação

- Existência de cruzamentos indiscriminados;
- Ausência de identificação de cruzamentos eficientes.

Estabelecer incentivos para pesquisas voltadas à conservação dos recursos genéticos naturalizados (nativos)

Demanda com prioridade alta

- Estabelecer estratégias para a conservação dos recursos naturalizados disponíveis.

Situação

- Risco de extinção dos diversos recursos genéticos existentes.

Considerar os aspectos agro-ecológicos no manejo dos diversos ecossistemas

Demandas com prioridade alta

- Incentivar estudos para a utilização de forma racional dos recursos naturais, considerando o potencial dos ecossistemas brasileiros.

Situação

- Expansão do setor para áreas não tradicionais;
- Esgotamento dos recursos naturais sustentáveis.

Novas Formas e Estratégias de Organização e Coordenação da Cadeia Produtiva

Estabelecer relação harmoniosa entre os diversos segmentos da cadeia

Demandas com prioridade alta

- Regularidade e escalonamento da produção;
- Estimular e regular a formação de contratos formais entre os diversos elos das cadeias produtivas;
- Sistema de classificação e preços;
- Acompanhamento de preços referências regionais.

Situação

- Desorganização das cadeias produtivas.

Estimular o consumo de leite, carne e produtos derivados e a utilização de produtos com lã e peles

Demanda com prioridade alta

- Estabelecimento de estratégias de marketing.

Situação

- Baixo consumo dos produtos.

Melhorar a apresentação dos produtos

Demandas com prioridade média

- Estabelecer normas e procedimentos para o rastreamento dos produtos caprinos e ovinos;
- Estabelecimento de padrões de qualidades para produtos e embalagens (sistemas de certificação).

Situação

- Ausência de padronização.

Criar canais de distribuição de produtos caprinos e ovinos

Demandas com prioridade média

- Atuar junto a redes de varejo em nível nacional, regional e municipal e restaurantes;
- Estimular o uso de produtos em programas governamentais;
- Explorar nichos de mercado;
- Atuar com distribuidores especializados;
- Realizar estudos de canais de distribuição.

Situação

- Ausência de canais regulares de distribuição.

Estabelecer estratégia geral de negócios

Demandas com prioridade média

- Reduzir a diferença do preço pago ao produtor e o preço final ao consumidor;
- Avaliar os custos em todos os segmentos da cadeia produtiva, visando o aumento da eficiência do setor;
- Criar condições para minimizar o mercado informal;
- Incentivar o associativismo e o cooperativismo.

Situação

- Grande diferença entre o preço ao produtor e o preço ao consumidor;
- Altos custos no sistema produtivo;
- Predominância da informalidade do mercado.

Estabelecer estratégias alternativas para beneficiamento dos produtos da caprino-ovinocultura

Demanda com prioridade média

- Estimular a utilização em produtos artesanais e de alto valor agregado.

Situação

- Oportunidade para agregação de valor, geração de empregos e renda e promoção social.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- Ricardo José Schmidt Falcão – ACCOBA
- Raimundo Nonato Braga Lobo – Embrapa Caprinos

Colaboração

- Wandrick Hauss de Sousa – EMEPA
- Araquen Pedro Dutra Telles – FEBROCARNE
- Eduardo Amato Bernhard – FARSUL
- Arnaldo dos Santos Vieira Filho – ASPACO

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira das Indústrias de Calçados – ABI CALÇADOS
- Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – ABIEC
- Associação Brasileira de Criadores de Ideal – ABCI
- Associação Brasileira de Criadores de Ovinos – ARCO
- Associação Brasileira de Santa Inês – ABSI
- Associação Brasileira dos Criadores de Caprinos – ABCC
- Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Bahia – ACCOBA
- Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Brasília – ACCOB
- Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Estado de Minas Gerais – CAPRILEITE/ACCOMIG
- Associação Nacional dos Confinados – ASSOCON
- Associação Norte Riograndense de Criadores de Ovinos e Caprinos – ANCOC
- Associação Paulista de Criadores de Ovinos – ASPACO
- Associação Pernambucana de Criadores de Caprinos e Ovinos – APECCO
- Banco do Brasil S/A – BB
- Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB
- Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil – CICB
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmata dos Deputados – CAPADR
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB

- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa
- Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA
- Federação Brasileira dos Criadores de Ovinos Carne – FEBROCARNE
- Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – FARSUL
- Federação das Cooperativas de Lã do Brasil LTDA – FECOLÃ
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  Secretaria de Política Agrícola – SPA
  Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI
  Secretaria Executiva – SE
- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia – SEAGRI/BA – EBDA
- Secretaria de Estado da Agricultura , do Abastecimento e da Irrigação de Sergipe – SEAGRI – SE
- Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul – SEAGRI/RS
- Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SP – SAA/SP
- Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca do Rio Grande do Norte – SEAGRI/RN
- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEC/MG
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca da Paraíba – SEAGRI/PB
- Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco – SPRRA/PE
- Secretaria do Desenvolvimento Rural do Piauí – SDR/PI
- Secretaria Executiva de Agricultura, Irrigação, Pesca e Abastecimento de Alagoas – SEC/AL
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
- Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN

Bibliografia Consultada

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Plataforma Regional da Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura – Região Nordeste**. Relatório Final. 2003. 19p.

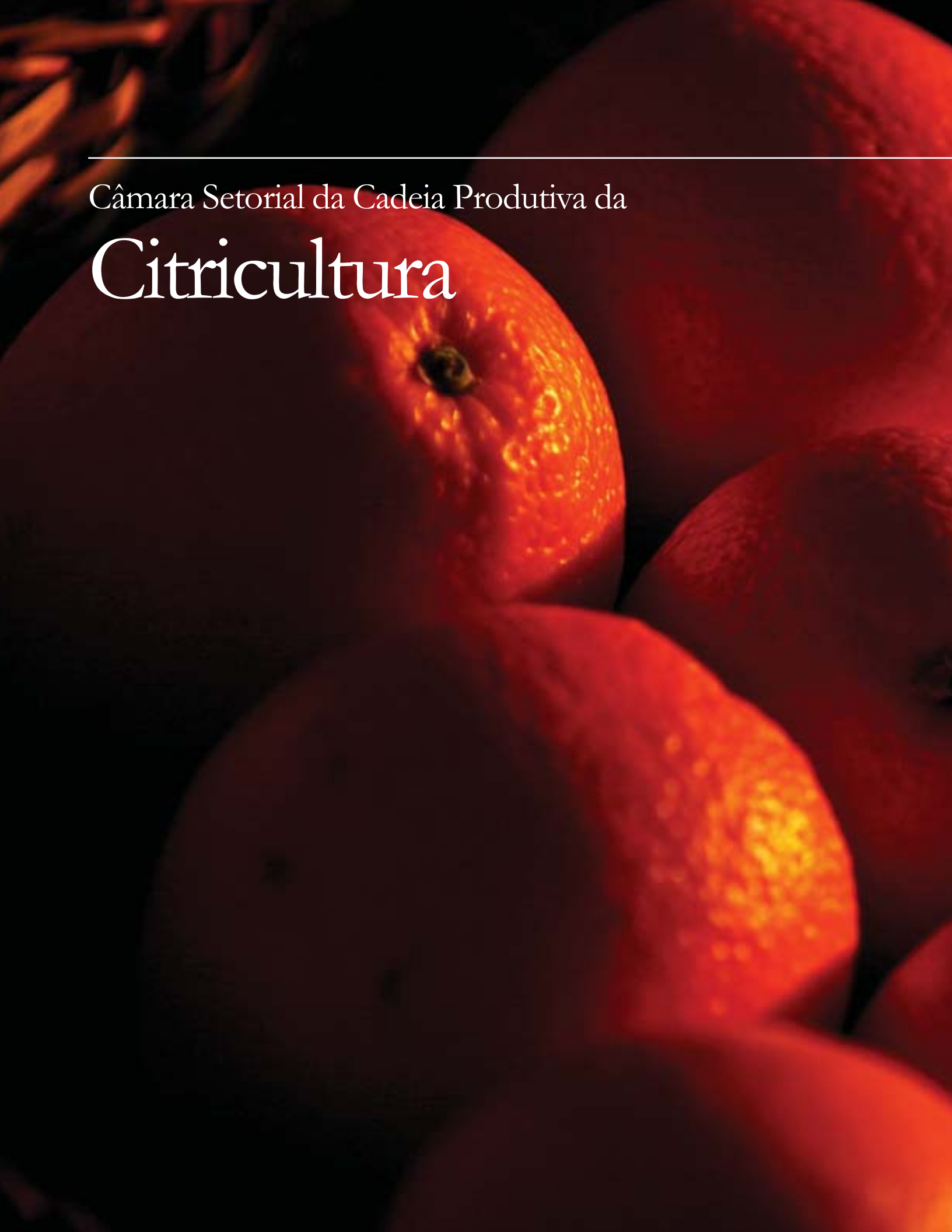
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Plataforma Regional da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura – Região Sul**. Relatório Final. 2002. 142p.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Plataforma Regional da Cadeia Produtiva da Caprinovinocultura – Região Centro-Oeste**. Relatório Final. 2002.

EMBRAPA. **III Plano Diretor: Embrapa Caprinos: 2004 - 2007**. Sobral, Ceará: Embrapa Caprinos, 2005. 44 p. (Série Documentos/Embrapa Caprinos, ISSN 1676-7659; 56.2004.

IBGE. **Pesquisa Agropecuária Municipal**. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/.

LÔBO, R. N. B. **Melhoramento Genético de Caprinos e Ovinos: Desafios para o Mercado**. Sobral: Embrapa Caprinos. Série Documentos, 39, 2002. 36 p.



Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da

Citricultura

Histórico

Saulo Gonzales[1]

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura foi instalada em 16 de julho 2004 no Auditório da Estação Experimental de Citricultura de Bebedouro, em São Paulo, Estado responsável por 80% da produção de laranja e 98% do suco concentrado congelado que o Brasil produz.

O então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, abriu os trabalhos indicando para a Presidência da Câmara o representante da Associação Brasileira dos Citricultores – Associtrus, Flávio de Carvalho Pinto Viegas e, como Secretário Executivo, Marcos Antônio Machado, representante do Centro APTA Citros Sylvio Moreira, do Instituto Agronômico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. As indicações do Ministro foram referendadas na primeira reunião ordinária da Câmara.

A cadeia produtiva é representada na Câmara por entidades privadas – associações de viveiristas, produtores, industriais, exportadores, varejistas – bem como por órgãos públicos de âmbitos econômico, técnico, político e social.

O Presidente Flávio de Carvalho Pinto Viegas, Engenheiro de Alimentos, representa o setor privado em razão de sua atuação como Presidente da ASSOCITRUS. É também produtor e teve participação marcante na estruturação da indústria pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Secretário-Executivo, Marcos Antônio Machado, atua como Pesquisador Científico no Instituto Agronômico de Campinas desde 1991. Está vinculado ao Centro APTA Citros Sylvio Moreira do IAC em Cordeirópolis, desde então coordenando o Laboratório de Biotecnologia em Citros. Atualmente é o Diretor dessa unidade.

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura passou a realizar reuniões regulares desde sua instalação e foi oficialmente criada pela Portaria nº 516, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2005. É constituída por 31 órgãos e entidades representativas dos diversos segmentos do setor.

No momento atual a Câmara tem se voltado para a formulação e execução de políticas específicas para o setor, que considerem a cadeia como um todo, além do acordo entre produtor e a indústria de sucos para definição de contrato que dê garantias de preços para a laranja estimulando a sustentabilidade e desenvolvimento do setor.

[1]Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

Com um setor altamente organizado e competitivo a citricultura no Brasil é uma das mais importantes agroindústrias, com exportação de suco concentrado e subprodutos da laranja (pectina, óleo, ração). A grande expansão dessa agroindústria nos anos 1960 e 1970 deveu-se muito mais a expansão da área de plantio do que por aumento de produtividade. A baixa produtividade brasileira está estritamente associada à expansão simultânea de pragas e doenças, com significativo reflexo nos custos de produção, associado ao fato de grande parte dessa produção ser conduzida em áreas não irrigadas, e à estreita base genética utilizada.

Caracterizado como um típico setor de agronegócio, no qual o processamento e a logística de transporte são essenciais, a citricultura tem na indústria de processamento de suco sua principal força motora, consumindo grande parte da produção agrícola. Esse setor é bastante organizado e concentrado, porém altamente competitivo internacionalmente. Por outro lado, como atividade de fruticultura voltada para a produção de frutas fresca para o mercado, seja para exportação, seja para o consumo interno, a citricultura ainda depende muito de excedentes da produção vinculada à indústria. Nesse sentido, falta-lhe ainda melhor organização, rede e variedades direcionadas a esse mercado.

Esse documento, elaborado pela Secretaria Executiva da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Citricultura, procura apresentar um perfil do setor, com um diagnóstico de áreas específicas, assim como suas principais diretrizes e prioridades para formular políticas. Não pode ser considerado um documento completo e conclusivo, pois não contou com a colaboração de todos os componentes da Câmara Setorial que, no entanto, foram convidados a participar.

Flávio de Carvalho Pinto Viegas
Presidente da Câmara

Introdução

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura veio servir como mecanismo de levantamento e discussão de interesses dos diversos elos da cadeia, sendo que vários deles têm franca concordância de todos quanto à sua importância. Todavia, alguns temas não têm consenso e extrapolam as funções desse fórum, como aqueles relacionados à assimetria na relação produtor e fornecedor de frutas à indústria. Embora todos reconheçam a importância desse tema, nunca houve nenhuma convergência de opiniões que pudesse suportar um direcionamento e uma melhor regulamentação no setor. Evidentemente que a origem das discordâncias encontra-se associada a problemas de relações comerciais entre as partes. Por outro lado, a composição da Câmara Setorial, com membros representantes de instituições, não permite uma distribuição da participação por valor de faturamento desse agronegócio, uma vez que toda a indústria sempre foi representada por uma única instituição enquanto setores menos representativos da citricultura tinham igual peso na composição da Câmara. Apesar disso, foram conduzidas várias discussões, relacionados vários pontos de demanda e estabelecidas prioridades. Esse documento procura deixar registrados esses pontos.

O documento traz um diagnóstico sintético de quatro grandes áreas na citricultura: Agronomia, com todos os aspectos relativos às condições da cultura dos citros, seus desafios e necessidades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Sobre Economia são apresentados indicadores significativos da citricultura brasileira. Em Desenvolvimento de Mercado são apresentadas as principais características do mercado de fruta fresca e as ações para melhor implementá-lo no Brasil. O grupo de Desenvolvimento Institucional procura consolidar os aspectos relativos à valorização dos principais produtos da citricultura, a fruta e o suco, sugerindo políticas para incentivá-los.

Ambiente Externo e Interno

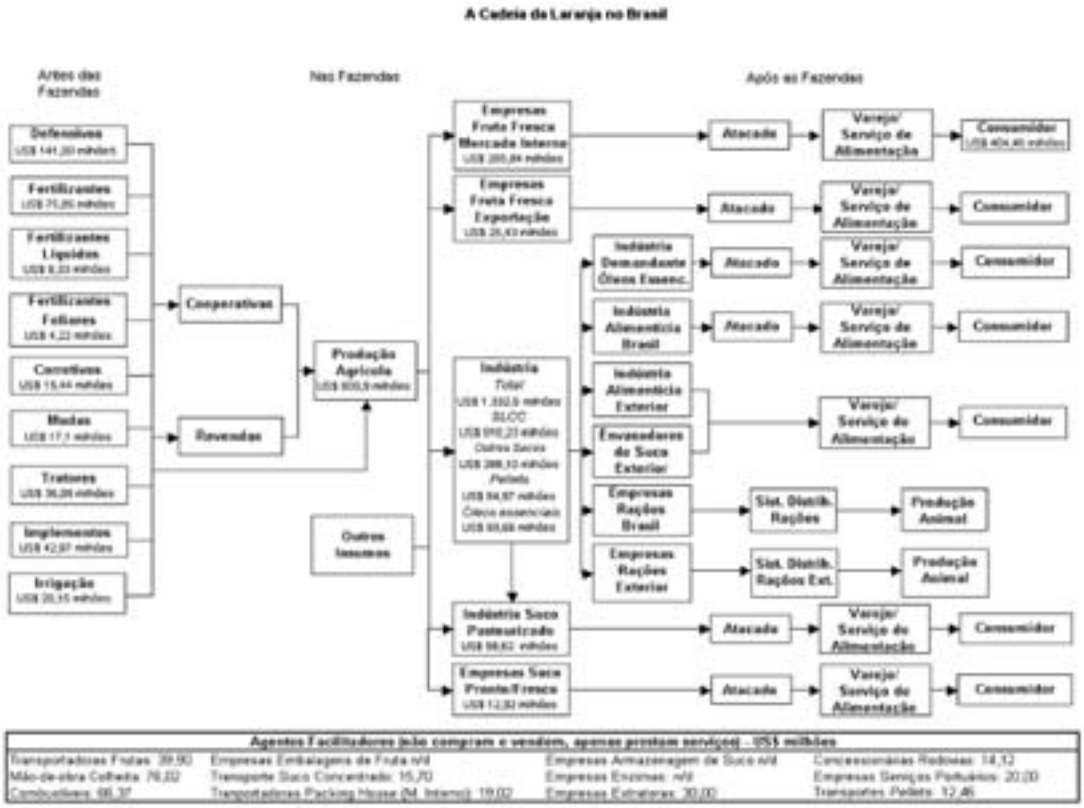
A grande expansão da citricultura deveu-se muito mais à expansão da área de plantio do que ao aumento de produtividade. A baixa produtividade brasileira está associada à expansão simultânea de pragas e doenças, com significativo reflexo nos custos de produção, associado ao fato da quase totalidade dessa produção ser conduzida em áreas não irrigadas, e à estreita base genética utilizada. Grande parte da produção destinada à indústria (93%) de suco apóia-se em apenas quatro variedades (Pêra, Valência, Natal e Hamlin). Frutas frescas destinadas ao mercado interno ou à exportação representam poucas tangerinas e híbridos, limões e limas ácidas. Essa estreita base genética por sua vez utiliza como porta-enxerto poucas espécies, como o limão Cravo (80% dos porta-enxertos), tangerina Cleópatra (10 %) e outras. Portanto, não é surpresa constatar que os desafios da atual citricultura estão quase todos associados a problemas de ordem fitossanitária.

É de amplo conhecimento que o número de pesquisadores que se dedicam integralmente à pesquisa e desenvolvimento na citricultura é muito pequeno. Considerando-se as atuais dimensões da citricultura paulista e as demandas de soluções constata-se, que a limitação dos recursos humanos constitui-se no principal obstáculo para a manutenção sustentável e competitiva desse agronegócio. À falta de número adequado de pesquisadores, acrescente-se as limitações de recursos orçamentários, os entraves burocráticos

e administrativos que inibem a flexibilidade operacional para maior eficiência do setor de pesquisa e desenvolvimento. Outra preocupação que se revela de forma crescente é a dificuldade de formação de equipes pela carência de profissionais voltados para o ensino e pesquisa citrícola.

Na citricultura, o Brasil é destacadamente o principal produtor mundial de laranja e de suco de laranja, seguindo-se os Estados Unidos, sendo que a China é o principal produtor de tangerinas. No comércio mundial de laranja e tangerina *in natura*, o Brasil uma participação muito pequena. Enquanto essas exportações mundiais atingiram em torno de 7 milhões de toneladas em 2004, o Brasil participou com apenas 1,5% (108 mil toneladas) desse total, por não produzir frutos de cultivares para consumo *in natura* com qualidade exigida pelo mercado externo, que demanda principalmente frutos sem sementes.

Por outro lado, no suco de laranja a produção brasileira responde por mais de 50% da produção total mundial, sendo que o mercado mundial de Suco de Laranja Concentrado Congelado (FCOJ) é estimado em 2,5 milhões de toneladas. Ao se excluir os Estados Unidos, o segundo maior produtor e ao mesmo tempo o maior mercado consumidor do mundo, resulta que o Brasil domina destacadamente as transações internacionais, participando com mais de 80% do suco de laranja consumido no mundo. Cerca dos 20% restantes originam-se das exportações dos Estados Unidos, México, Marrocos, Tunísia, Chipre, Israel, Costa Rica e outros.



Fonte: Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial - PENSA (2004)

Trabalho publicado pelo Pensa da USP em 2005 mostra que em 2003 a Cadeia Produtiva do Agronegócio da Citricultura movimentou US$ 3,23 bilhões, sem considerar aí o atacado e varejo. Este setor representava 1,87% da pauta total de exportações brasileiras e 4,47% das exportações brasileiras do agronegócio. Em 2003, esta cadeia produtiva gerou ao Brasil divisas da ordem de US$ 1,33 bilhão, sendo que 72% eram provenientes do suco de laranja. São Paulo concentrava 79% da produção brasileira de laranja, em cerca de 300 municípios e respondia por 95% das exportações de suco de laranja, produto que ocupava a segunda posição no valor das exportações paulistas em 2003, logo após as exportações de aviões. O sistema gerava 400 mil empregos diretos, sendo que para cada US$ 10 mil investidos na fruticultura são gerados cinco empregos diretos e indiretos. Estes números expressam a importância da Cadeia Produtiva de Citros, cujo fluxograma e magnitude pode ser verificado a seguir.

Na safra agrícola industrial 2004/2005, que abrange o período julho de 2004 a julho de 2005, as exportações brasileiras de FCOJ situaram-se em 1,41 milhão de toneladas, destinando-se a grande parcela (69,4%) para a União Européia, com importações de 978,9 mil toneladas, seguindo-se em participação os países do NAFTA (Tratado de Livre Comércio do Atlântico Norte) com 15,1%, a Ásia com 10,5%, o Mercosul (Mercado Comum do Sul) com 0,1% e outros com 4,9%.

Na safra agrícola industrial 2004/05, que abrange o período julho de 2004 a julho de 2005, as exportações brasileiras de FCOJ situaram-se em 1,411 milhão de toneladas, destinando-se a grande parcela (69,4%) para a União Européia, com importações de 978,9 mil toneladas, seguindo-se em participação os países do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) com 15,1%, a Ásia com 10,5%, o Mercosul com 0,1% e outros com 4,9%.

A citricultura brasileira vem, desde o início dos anos 1990, passando por um processo de concentração tanto no setor industrial como no setor agrícola, ocorrendo também internacionalmente elevada concentração na distribuição aos atacadistas e consumidores.

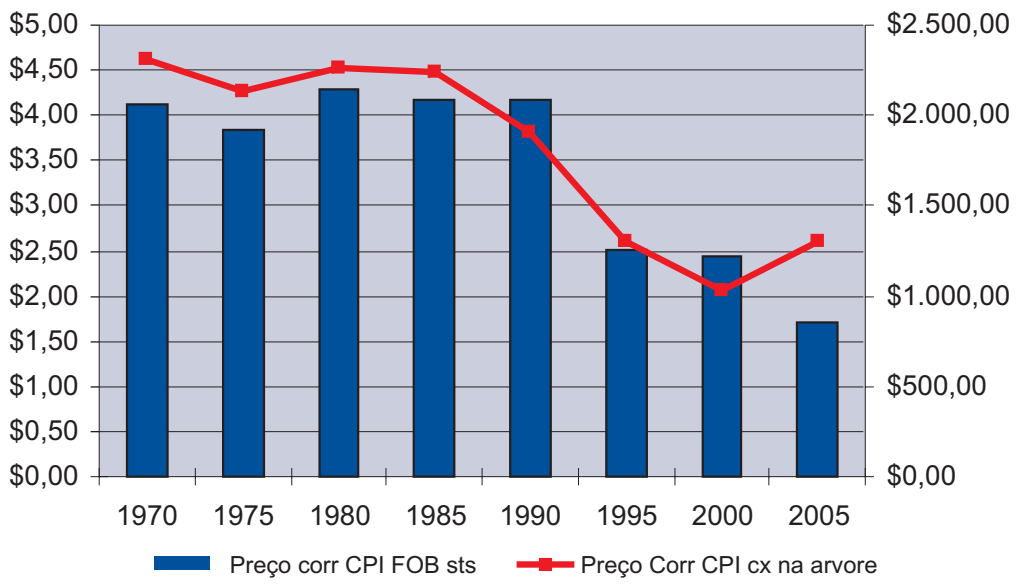
Em 1990, existiam em São Paulo 12 empresas processadoras e exportadoras de suco de laranja, enquanto que hoje este mercado está concentrado nas mãos de apenas quatro empresas. Há cerca de dez anos, no setor agrícola do Estado o número de produtores de citros atingia 25 mil, sendo 92,5% pequenos e médios, enquanto que atualmente estima-se que esteja reduzido a cerca de 10 mil e o processo de concentração continua, devido às condições de oferta e demanda nos mercados nacional e internacional, ao aumento dos riscos e queda da rentabilidade citricultura nesse período, simultaneamente ao aumento da rentabilidade cultura da cana-de-açúcar, associada aos menores riscos dessa atividade.

No final dos anos 1990 e até meados de 2004, no Brasil e nos Estados Unidos somavam-se e registravam-se um conjunto de condições desfavoráveis ao setor, como excesso de produção de laranja e de suco em relação à demanda, queda no consumo americano, aumento dos estoques brasileiros e americanos e acentuadas quedas nas cotações internacionais, nos preços recebidos pelos produtores e na rentabilidade.

Um levantamento feito pela Associtrus (Associação Brasileira dos Citricultores) demonstra que, em 1980 e 1985, os preços da laranja na árvore, em valores corrigidos pelo IPC, estavam na faixa dos US$ 4,50 e caíram para US$ 2,50 nos últimos anos, e que os preços do suco FOB Santos caíram de um patamar acima dos US$ 2 mil por tonelada para um patamar abaixo dos US$ 1 mil no período, conforme ilustrado na Figura 1.

A partir de meados do segundo semestre de 2004, entretanto, verifica-se total reversão nas condições adversas ao setor, com perspectivas muito mais favoráveis a citricultura brasileira inclusive no médio e longo prazo, fruto principalmente dos furacões que assolaram a Flórida em 2004 e em 2005.

Figura 1. Evolução dos preços FOB e por caixa de laranja na árvore



Assim, verifica-se, nas duas últimas safras mundiais de laranja e de suco, produção inferior à demanda, redução acentuada dos estoques americanos e brasileiros, elevação acentuada das cotações internacionais, bem como perspectivas de ofertas ajustadas às demandas e de manutenção de preços em níveis mais elevados dos que os registrados na última década.

Nos Estados Unidos, a principal região produtora de laranja é a Flórida, com cerca de 70% do total e com a grande parcela destinada à produção suco, seguida pela Califórnia, com produção basicamente para o mercado *in natura*.

Enquanto que em 2004 (safra 2003/04) a produção de laranja da Flórida situou-se em 242 milhões de caixas de 40,8kg, e previam-se produções semelhante para os anos seguintes, em razão dos furacões, não somente caíram acentuadamente as produções, para apenas 149,8 milhões de caixas em 2004/05 e com estimativa de 12 de junho último de 151 milhões de caixas para 2006, como foi afetado negativamente o sistema produtivo presente e futuro, através da aumento de incidência de cancro cítrico e do aparecimento do huanglongbing (HLB, ex-greening).

No Estado de São Paulo, conforme dados e artigo do IEA (Instituto de Economia Agrícola) a Tabela 1 ilustra, entre as safras agrícolas 1999/2000 e 2003/04 a produção de laranja alternou-se entre um mínimo de 327,1 e um máximo de 361,8 milhões de caixas de 40,8kg, praticamente estabilizando-se em um patamar pouco superior a 350 milhões nos dois últimos anos, na produção de 2004/05 e na estimativa de 2005/06 (Tabela 1).

Refletindo as colocações anteriores, a Figura 2 mostra a evolução de preços e a cotação do suco (FCOJ) na Bolsa de Nova Iorque, que no presente atinge o maior nível dos últimos 15 anos e que se situa em torno do patamar registrado em 1990.

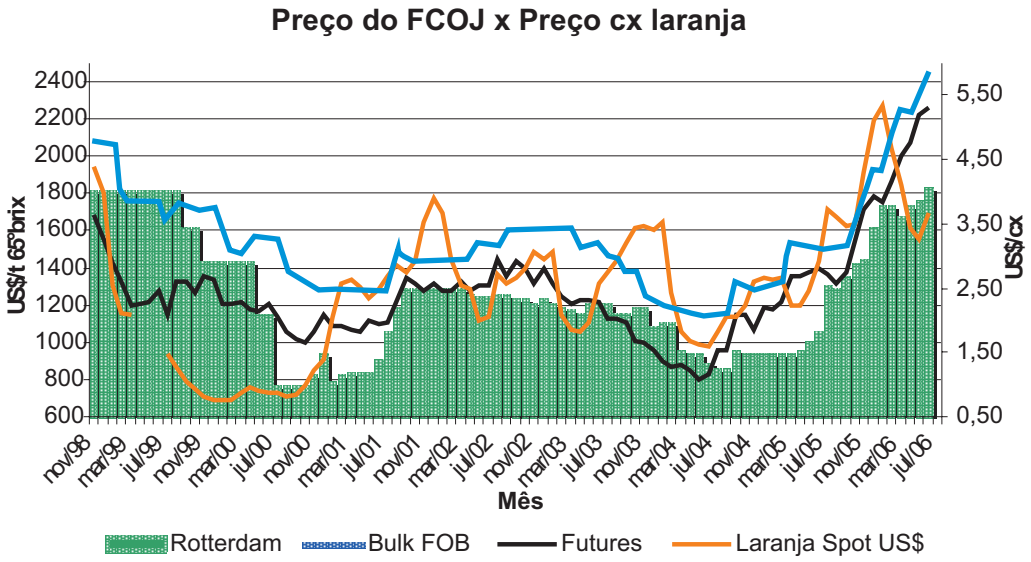
No médio e longo prazo, em trabalho publicado em março de 2006 por uma equipe de economistas americanos, a pedido do Institute of Food and Agricultural Sciences, da Universidade da Flórida, analisaram vários cenários para o mercado de suco de laranja mundial para os próximos 15 anos e, em um dos diversos cenários

Tabela 1. Produção de Laranja, São Paulo, 2000 a 2005

Safra Agrícola	Pés Novos(milhão)	Pés em produção(milhão)	Produção(milhão de caixas)
1999/2000	20,0	195,2	356,3
2000/2001	20,9	184,9	328,2
2001/2002	23,8	187,8	361,8
2002/2003	25,0	187,5	327,1
2003/2004	27,2	188,2	360,8
2004/2005	31,1	183,8	352,1

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) / Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)

Figura 2. Evolução da cotação do suco (FCOJ) em diferentes mercados em relação ao preço da caixa de laranja

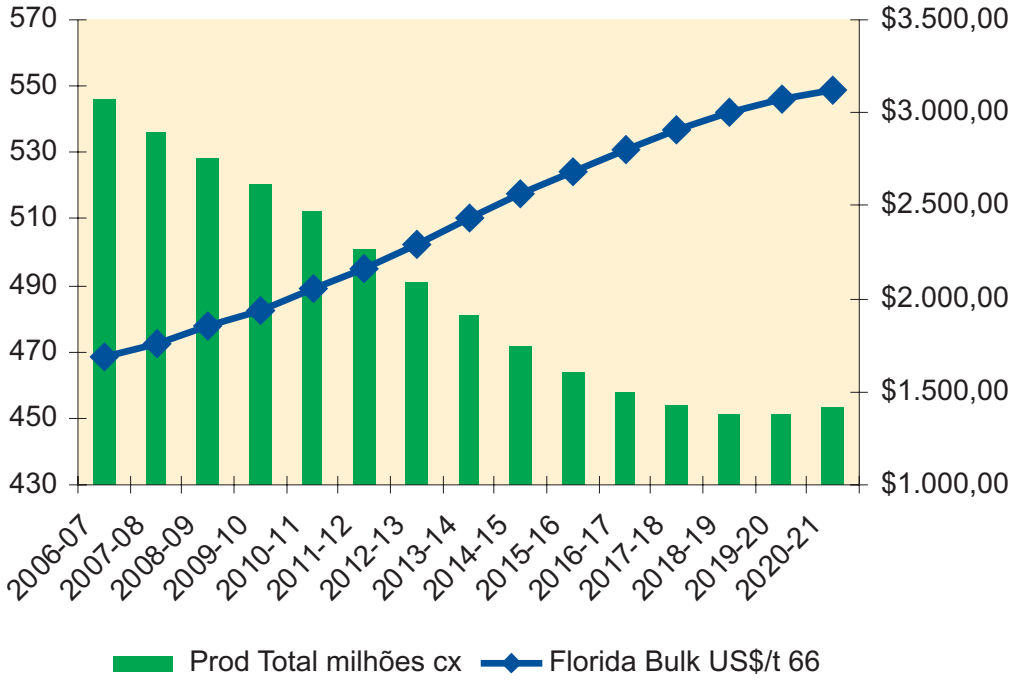


considerados prováveis, segundo o coordenador do trabalho, Thomas H. Spreen, prevê-se uma queda da oferta de laranjas para processamento de 546 milhões de caixas para 453 milhões de caixas e o aumento do preço do suco de 86%, ultrapassando US$ 3 mil por tonelada, enquanto o preço da caixa de laranja, na árvore, aumentaria 160%, indo dos US$3,98 atuais para US$ 10,39 por caixa, para os citricultores da Flórida (Figura 3).

Na citricultura paulista, na última década foram intensas as mudanças registradas no sistema produtivo, com acentuados impactos na tecnologia, custos, receitas e rentabilidade. Essa evolução contribuiu para agravar ainda mais a crônica carência de dados estatísticos e econômicos da cadeia citrícola.

Em termos de custo de produção, estudo da Conab apresenta uma estimativa aos preços de

Figura 3. Cenários para o mercado de suco de laranja mundial para os próximos 15 anos



março de 2006 de R$ 11,14 por caixa, para um pomar localizado em Bebedouro (SP), com 400 plantas por hectare e uma produtividade média de 716 caixas de 40,8 kg por hectare.

Há que se ressalvar, entretanto, que se registra no Estado, no presente, uma extensa e variada gama de sistemas produtivos, envolvendo diferentes tecnologias, densidades, produtividades, custos e rentabilidades. Conforme os dados do IEA e da Conab, a produtividade média estadual nas últimas safras situa-se pouco abaixo de 600 caixas de 40,8 kg por hectare e de duas caixas por planta em produção, para uma densidade média pouco superior a 300 plantas por hectare.

A baixa produtividade brasileira está estritamente associada à expansão simultânea de pragas e doenças, com significativo reflexo nos custos de produção, associado ao fato de grande parte dessa produção ser conduzida em áreas não irrigadas, e à estreita base genética utilizada.

Verifica-se, entretanto, a coexistência de pomares com densidades pouco superiores a 240 plantas por hectare e produtividade em torno de 500 caixas por hectare com pomares com densidades e produtividades muito superiores a 500 plantas e mil caixas por hectare, respectivamente, com acentuadas implicações nos custos e rentabilidades.

Nos últimos anos, mesmo com a redução na área ocupada no final da década passada e no início da atual, tem-se no estado manutenção dos anteriores níveis de produção, devido ao adensamento do plantio e ao aumento da produtividade por hectare, principalmente. Simultaneamente, verifica-se mudança na regionalização da atividade, com certo deslocamento da cultura para as regiões mais ao sudoeste e oeste, em busca de condições mais favoráveis à produção, em termos de terras mais baratas e de clima mais ameno.

Finalizando, observe-se que para o devido e sustentável aproveitamento das perspectivas de curto, médio e longo prazo, que se mostram favoráveis à produção brasileira de laranja e de suco de laranja, é essencial o aperfeiçoamento, desenvolvimento e progresso no relacionamento e entendimento dos agentes envolvidos na cadeia produtiva da citricultura brasileira.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

I- Pontos Relevantes para Discussão Levantados pela Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Citricultura

Por ser uma cultura na qual o sistema de produção de mudas se dá por propagação vegetativa (borbulhas para variedades copa e sementes apomíticas para porta-enxertos), os citros têm na propagação de material infectados por patógenos a mais importante via de transmissão e difusão de doenças. Doenças como a clorose variegada dos citros (agente causal: *Xylella fastidiosa*, transmitida por borbulhas e por cigarrinhas), a tristeza (agente causal: vírus da tristeza dos citros, transmitido por borbulhas e por pulgões), o huanglongbing (agente causal: *Candidatus liberibacter spp*., transmitido por borbulhas e por psilídeos), são típicas doenças que podem ser transmitidas por material de propagação. Além dessas, deve ser destacado o cancro cítrico (agente causal: *Xanthomonas axonopodis pv citri*, transmitida por vento, água e mecanicamente por ferramentas, roupas, etc.), nematóides e fungos, como o grupo *Phythophtora spp*, causador da gomose dos citros. São doenças perfeitamente evitáveis em condições de viveiros manejados de acordo com a legislação de produção de mudas em ambiente protegido.

Portanto, é absolutamente claro para a cadeia do agronegócio da citricultura que sistema de produção de mudas, assim como de plantas matrizes, não pode ser desvinculado do aspecto fitossanitário. Esse deve prevalecer, garantindo a sanidade e a qualidade da muda, assim como da planta matriz. Por outro lado, somente a garantia de fiscalização eficiente poderá assegurar o efetivo cumprimento da legislação.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura foram identificadas demandas relativas ao tema "sementes, produção de mudas e fiscalização". Especificamente são essas as demandas:

1. Consolidação de um convênio entre o MAPA e os Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal no sentido de retomar a capacidade de fiscalização desses órgãos no sistema de produção de sementes e mudas de citros;
2. Estabelecer legislação no âmbito federal com obrigatoriedade de produção de mudas de citros e mudas certificadas de citros em sistema protegido;
3. Estabelecer legislação de proibição de trânsito de mudas de citros de Estados da Federação que não atendam às condições do item dois acima;
4. Agilidade no protocolo e cadastramento de produtores de mudas, campos de produção de mudas e mudas certificadas de citros, de viveiros produtores de mudas de citros, além dos documentos que forneçam informações sobre os lotes de produção (projetos técnicos, laudos de vistorias, etc.) junto à Delegacia Federal

de Agricultura de cada Estado da Federação - DFA/ MAPA.

Implementação de entidades certificadoras de viveiros

Sementes, produção de mudas de citros e fiscalização

É fato inegável que na citricultura não é possível dissociar os aspectos fitossanitários do processo de produção de mudas. Por serem plantas de propagação vegetativa por excelência (borbulhas para variedades copa e sementes apomíticas para porta-enxertos), os citros têm na utilização de borbulhas infectadas por qualquer tipo de patógeno uma das principais fontes de contaminação e difusão de doenças limitantes.

Além de legislação que regula o processo de produção a nível nacional, é extremamente importante que haja um eficiente mecanismo de fiscalização e acompanhamento da aplicação dessa legislação. Normalmente esse processo é conduzido pelas Organizações Estaduais de Defesa Vegetal. No entanto, por razões várias isso nem sempre é possível, principalmente em função do grande número de atividades de defesa vegetal que ficam a cargo dessas unidades.

O setor citrícola entende que o modo mais eficiente de fiscalização seria o credenciamento de entidades certificadoras públicas ou privadas, como é feito em outros processos de certificação / acreditação. O papel das entidades oficiais seria o de fiscalizar essas entidades permitindo o bom funcionamento do sistema.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara foram identificadas demandas relativas ao tema "entidades certificadoras de viveiros", especificamente a do estabelecimento de legislação específica para permitir o credenciamento de entidades certificadoras públicas ou privadas para acreditação de qualidade em viveiros de mudas de citros e mudas certificadas de citros.

Sistema de Vigilância, Prevenção, Controle e Fiscalização de trânsito e Comercialização de mudas

O grande número de pragas exóticas que atacam a citricultura, quase todas introduzidas nos últimos trinta anos, revela o quão frágil é nosso sistema de vigilância e prevenção. Se o agravamento desses problemas está diretamente associado ao tamanho atual da citricultura, isto é, os problemas são graves e abrangentes porque a citricultura, além de estar apoiada em estreita base genética, também é grande e abrangente, ele ainda não alcançaram todo o país. As dimensões continentais do Brasil tornam um efetivo sistema de vigilância, particularmente no trânsito de mudas, principais agentes dos patógenos limitantes, um grande desafio. No entanto, tal sistema deve ser encarado com a mesma abordagem e eficiência que se controla a febre aftosa.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura foram identificadas demandas relativas ao tema "Vigilância sanitária e trânsito de mudas de citros", especificamente a de consolidação do sistema de vigilância e fiscalização de trânsito de mudas de citros, particularmente de Estado que não adotam o sistema protegido de produção de mudas para Estado que o fazem.

Registro e proteção de cultivares de citros

O atual quadro varietal de citros no Brasil está no seu limite como modelo de produção. O avanço de pragas e doenças comprometendo nossa produtividade e competitividade aponta para a necessidade de mudança no quadro de variedades copa e porta-enxerto. Nesse sentido, várias instituições de pesquisa têm atuado em programas

de melhoramento, tanto com abordagens tradicionais quanto implementando ferramentas de biotecnologia.

Com as leis de registro e de proteção de cultivares passou a existir a possibilidade de proteção de variedades de citros, sendo esse serviço atualmente conduzido pelo MAPA. No entanto, tem sido observado que esse serviço não tem mostrado a agilidade necessária para atender especialmente o registro de variedades de citros, provavelmente pelas dificuldades inerentes na definição do VCU (valor de cultivo e uso) para essa cultura. Por outro lado, para a inclusão no serviço de proteção existe a necessidade de descritores bem definidos que possam caracterizar as variedades.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara foram identificadas demandas relativas ao tema "Registro e proteção de variedades". Especificamente são essas as demandas:

1. Agilidade no processo de registro de variedades de citros;
2. Estabelecimento de descritores dos principais grupos de variedades de citros para permitir a solicitação de proteção.

Análise de risco de pragas quarentenárias ausentes e estações de quarentena

A citricultura brasileira, embora muito concentrada no Estado de São Paulo, tem tido sua competitividade colocada à prova pelo sem número de pragas e doenças que afetam essa atividade. Pragas quarentenárias A2 (presentes em algumas regiões no país e sob contenção) devem ser constantemente monitoradas quanto ao seu potencial de introdução em áreas existentes ou áreas potenciais para citros. Portanto, estudos de análise de risco desse tipo de praga atingir essas regiões devem ser sempre atualizados. Como pragas desse tipo podem ser citadas o cancro cítrico causado pela bactéria *Xanthomonas axonopodis pv citri*, a mancha preta causada por Guignardia citricarpa, a mancha marrom causada por *Alternaria alternata citri*, o *huanglongbing, (ex-greening)* causada pela bactéria *Candidatus liberibacter spp* e a mosca negra dos citros.

Além das pragas quarentenárias A2, existem pragas quarentenárias A1 (ainda não existem no Brasil), como o *stubborn*, o mal seco e outras pragas, mas que representam potencial para citricultura brasileira.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara foram identificadas demandas relativas ao tema "Análise de risco". Especificamente são essas as demandas:

1. Estabelecimento de estudos de análise de risco de pragas quarentenárias A1 e A2;
2. A partir dos resultados acima, estabelecer áreas livres de determinada praga.

Legislação para erradicação de pomares abandonados

A citricultura é uma das mais importantes atividades do agronegócio com significativa participação no PIB agrícola do Brasil. Apesar disso, é um setor que tem sido constantemente desafios por problemas fitossanitários limitantes, colocando em risco nossa produtividade e competitividade. Atualmente mais de 50% dos custos de produção estão relacionados ao controle de pragas e doenças, com nítida sobrecarga para a produção e para o meio ambiente.

Evidentemente que, em função da contigüidade de pomares, esse controle seria mais eficiente se todas as propriedades vizinhas executassem o devido manejo. Na prática o que se observa são pomares completamente abandonados vizinhos a pomares bem conduzidos e servindo de fonte de inóculo para bactéria, fungos, vírus, vetores de doenças e pragas de citros.

Embora exista legislação normalizando a eliminação de pomares abandonados ela não é

aplicada de modo sistemático, comprometendo assim o produtor responsável. Portanto, existe uma demanda clara identificada na Câmara no sentido de:

1. Atualizar a legislação pertinente à eliminação de pomares abandonados, tornando-a mais eficiente e responsabilizando judicialmente o proprietário ou arrendatário do pomar abandonado;
2. Promover ações concretas de fiscalização e execução dessa legislação.

Plano de contingência para pragas quarentenárias ausentes e emergenciais para as atuais e política de indenização por erradicação compulsória

A citricultura brasileira tem sido constantemente desafiada por pragas e doenças limitantes com aumento significativo nos custos de produção. Muitas dessas doenças são consideradas pragas quarentenárias A2 (existem em locais definidos no Brasil e estão sob controle de supressão). Como pragas desse tipo podem ser citados os cancros cítricos causado pela bactéria *Xanthomonas axonopodis pv citri*, a manha preta causada por *Guignardia citricarpa*, a mancha marrom causada por *Alternaria alternata citri*, o *huanglongbing (ex-greening)* causada pela bactéria *Candidatus liberibacter spp* e a mosca preta dos citros.

Ocorre que muitas das medidas de contenções dessas pragas exigem a erradicação da planta (caso do *huanglongbing*) e das plantas em torno daquela doente (caso do cancro cítrico), ou às vezes restringem a movimentação de material de propagação e de mudas (caso da mancha preta). Sempre que ocorre erradicação de plantas por problemas dessa natureza, os custos desse procedimento ficam sob responsabilidade do produtor. Portanto, o produtor perde não só por ter que eliminar uma planta ou um pomar no qual ele fez alto investimento, como pelos custos diretos do processo de erradicação.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara foram identificadas demandas relativas ao tema "Política de indenização". Especificamente são essas as demandas:

1. Estabelecimento de estudos sobre a implementação de seguro agrícola para esses riscos;
2. Estabelecimento de políticas agrícolas de indenização a pequenos produtores para cobrir os custos da erradicação.

Barreiras fitossanitárias e áreas livres, locais de produção livres, sistema de manejo de risco

Embora a citricultura seja uma atividade agrícola bastante difundida em todo o País, desde o agronegócio estruturado como no Estado de São Paulo até pomares domésticos, ela tem na difusão de material vegetal contaminado (frutos, folhas, ramos, mudas, etc.) o principal método de dispersão de pragas, como o cancro cítrico, a CVC, o *huanglongbing*, etc. Por outro lado, sabe-se que o agravamento de problemas de pragas é tanto maior quanto maior for a extensão da área plantada, principalmente quando a base genética (poucas variedades copa e porta-enxerto) for estreita, como ocorre atualmente. O conhecimento atual dos diferentes patossistemas de citros poderá permitir o planejamento de novas áreas de plantio com diferencial tecnológico. Portanto, ainda é perfeitamente possível admitir a existência de áreas livres que, uma vez credenciadas poderiam atender às exigências para produção de fruta de alto valor agregado. No entanto, para estabelecimento de tais áreas torna-se imprescindível o desenvolvimento de sistema de manejo de risco.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura foram identificadas demandas relativas ao tema "Áreas livres e manejo de risco", especificamente

a do estabelecimento de procedimentos para análise de risco de pragas limitantes em futuras áreas de citricultura no Brasil.

Proteção fitossanitária do material genético

Em função de sua condição de planta perene os citros são normalmente mantidos em coleções básicas e em condições de campo, em contato direto com pragas vetores de doenças limitantes, como a tristeza severa, a CVC, o *huanglongbing*, além de doenças outras como o cancro cítrico, a mancha preta, etc. Embora existam métodos eficientes de limpeza clonal por microenxertia, o material básico de plantas matrizes, seja de variedades copa seja porta-enxerto, deve ser preservado de recontaminações sucessivas. Para tanto, devem ser adotadas estratégias de isolamento do material básico, que pode ser feito com o plantio em campo em áreas isoladas de outros plantios de citros, ou introduzindo-se esse material em condições de casa-de-vegetação ou estufas teladas à prova de insetos. Por outro lado, a adoção de qualquer um desses sistemas de proteção obriga um compromisso de longo prazo, uma vez que essas plantas matrizes devem ser monitoradas constantemente para as principais pragas, além de terem que ser conduzidas adequadamente em todas as fases do crescimento e produção.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara foram identificadas demandas relativas ao tema "Proteção fitossanitária de material genético", especificamente a de fomento para ampliar e conservação dos bancos ativos de germoplasma de citros no Brasil.

Apoio a programas de melhoramento e sua integração com genomas

Por ser uma espécie perene e de propagação vegetativa, os citros apresentam grandes limitações ao melhoramento tradicional. Além disso, são espécies apomíticas com poliembrionia nucelar adventícia e longo período de juvenilidade. Apesar da premente necessidade de melhoramento genético, esse grupo de espécies apresenta baixo rendimento em melhoramento tradicional, embora o número de fatores bióticos (pragas e doenças) e abióticos (estresses hídricos e nutricionais) seja considerável, afetando significativamente os custos de produção e competitividade.

Com longa tradição em trabalhos na área, o Centro APTA Citros Sylvio Moreira do Instituto Agronômico de Campinas tem um extensivo e representativo programa de melhoramento, cujo foco principal concentra-se em resistência a doenças e qualidade de fruta. Esse programa tem recebido forte apoio das agências de fomento, particularmente da FINEP e CNPq do Ministério de Ciência e Tecnologia, através de programas como o PADCT, Pronex e Instituto do Milênio. Recentemente o programa foi um dos Institutos do Milênio do CNPq, durante o qual foi desenvolvimento o sequenciamento parcial do genoma de citros (laranja, tangerinas, limas e outros gêneros afins). O grande volume de informações sobre genoma de citros gerado por esse projeto deverá ampliar significativamente as possibilidades de melhoramento. Para tanto novas estratégias de análise de genes em larga escala, aliada aos trabalhos de mapeamento genético, precisam ser implementadas.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara foram identificadas demandas relativas ao tema "Melhoramento de citros". Especificamente as de apoio direto ou indireto do MAPA no sentido de recomendar o projeto sobre "Melhoramento e genoma funcional de citros" ao Fundo Setorial do Agronegócio ou da Biotecnologia para avaliação e perspectivas de contratação.

Redes de P&D e I no Brasil

À medida que a citricultura passou a ser uma das principais atividades do agronegócio brasileiro foram também aumentando a complexidade dos problemas que a desafiam. Atualmente é voz corrente que o atual "pacote tecnológico" de variedades não mais suportam a manutenção dos atuais patamares de produtividade. Para superar

tais desafios trabalhos focalizando o melhoramento genético de variedades copa e porta-enxertos, com renovação no atual quadro varietal, torna-se essencial. Por outro lado, novas abordagens de estudos básicos, não só das variedades de interesse como também dos diversos patógenos que afetam citros, têm se tornado necessário em função da complexidade dos problemas.

Evidentemente que a abordagem de problemas complexos somente se torna viável com a estruturação de redes de pesquisa que possam focalizar os problemas de modo integrado. É claro também que grupos de pesquisa somente se estruturam para trabalhar em rede se houver, além de temas de interesse, recursos necessários. Tais recursos poderiam advir ou da iniciativa privada e/ou de fundos setoriais. Para tanto, torna-se necessário que ações nesse sentido sejam conduzidas junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia, possibilitando assim a contratação de projetos integrados e em rede. Com recursos será com certeza possível agregar novos grupos em temas de interesse da citricultura.

Assim, nas reuniões plenárias da Câmara foram identificadas demandas relativas ao tema "Redes de pesquisa, desenvolvimento e inovação", especificamente a de apoio direto ou indireto do MAPA no sentido de recomendar a apresentação de propostas competitivas junto aos fundos setoriais para estruturação de rede de P&DI em citricultura.

Produção integrada de citros e sua rastreabilidade

Os padrões de certificação para a produção de frutas destinadas ao mercado interno têm sido regulamentos por programas consistentes do MAPA, particularmente o programa de Produção Integrada de Frutas (PIF). Por sua abrangência, tal programa deveria ser progressivamente implantado na citricultura, inclusive aquela destinada ao processamento. Por outro lado, a exigência de rastreabilidade da produção, desde a muda à fruta ao consumidor, é uma tendência em todos os mercados e o Brasil não pode ficar fora desse processo, sob o risco de perder competitividade.

Assim, nas reuniões plenárias da Câmara foram identificadas demandas relativas ao tema "Produção integrada de fruta e rastreabilidade", especificamente a de implementação das normas de Produção Integrada de Frutas a todas as etapas do processo de produção de todas as espécies e variedades de citros.

Zoneamento edafo-climático e varietal de copa e porta-enxertos

A expansão da citricultura brasileira, representada pela citricultura paulista, deveu-se em grande parte a um crescimento desordenado nem sempre levando em consideração a aptidão edafo-climática das diferentes espécies e variedades de copa e porta-enxerto. Como conseqüência disso observa-se um acentuado desnível de produtividade e severidade de pragas para uma mesma combinação copa / porta-enxerto. Muitas dessas situações poderiam ser evitadas com o real levantamento sobre a aptidão de determinadas combinações de copa com porta-enxerto para regiões definidas.

Assim, nas reuniões plenárias da Câmara foram identificadas demandas relativas ao tema "Zoneamento edafo-climático". Especificamente são essas as demandas:

1. Levantamento detalhado da distribuição varietal de porta-enxertos e copa nas principais áreas de citricultura do Brasil;
2. Recomendações de variedades em função da aptidão edafo-climática e do destino da fruta (mercado ou indústria).

Regulamentação de variedades destinadas ao mercado

Variedades de citros destinadas ao mercado de fruta fresca diferem-se daquelas destinadas à

industrialização por características como cor da casca e do suco, teor de sólidos solúveis, acidez, presença ou não de umbigo, etc. Na atual citricultura brasileira o mercado de fruta fresca pode ser considerado quase que um "sub-produto" da indústria, isto é, absorve seu excedente. Ao lado de problemas crônicos na cadeia de comercialização de fruta fresca, onde padronização e controle de qualidade ainda são expectativas futuras, a citricultura destinada à fruta de mesa tem grande potencial. Nesse sentido destaca-se a forte aptidão para alta qualidade de fruta que essa citricultura exige. Portanto, é um segmento por si só mais intensivo em mão-de-obra e em valor agregado, o que favorece pequenos a médios produtores, principalmente aqueles de base familiar.

Sem dúvida alguma, uma forma de melhor agregar valor a esse tipo de produto é estabelecer padrões de qualidade da fruta, começando pelo estabelecimento de padrões das principais variedades. Tal padronização deverá estar associada ao registro e, eventualmente, à proteção das principais variedades que atendam ao mercado ou a nichos de mercado de fruta fresca.

Campanha para esclarecimento sobre HLB (huanglongbing, greening)

A citricultura brasileira passa por uma nova dificuldade, que requer atenção absoluta de todo o setor: o *huanglongbing* (HLB) considerado a pior doença da cultura em todo mundo. Também chamado de *greening*, é causado por uma bactéria e transmitido por um inseto vetor (o *Psilídeo diaphorina citri*). Afeta todas as espécies e variedades de citros e é considerado a mais importante doença de citros no mundo.

O HLB causou grande prejuízo na China e na África do Sul, regiões em que está presente há anos e é considerado o responsável pela baixa produtividade dessas citriculturas. No Brasil, foi identificado em junho de 2004 e hoje afeta 102 municípios paulistas e um mineiro. A incidência no país é baixa, fato que facilita o controle, mas se as medidas não forem imediatas e constantes, o risco do descontrole é eminente.

Não há cura para o HLB, por isso, é importante que o citricultor adote o controle recomendado, que consiste em fazer inspeções periódicas (no mínimo, quatro ao ano); eliminar a planta doente assim que apresentar os primeiros sintomas para que não sirva de fonte de contaminação para outras plantas; adquirir mudas sadias e fazer o controle do inseto transmissor.

O HLB é uma doença de fácil transmissão, que traz conseqüências sérias: diminui a produtividade dos pomares, aumenta os custos de produção e pode excluir o Brasil como exportador de fruta fresca, podendo causar um forte impacto socioeconômico para uma cadeia produtiva que é uma das atividades principais de 330 municípios, gera 400 mil empregos diretos e movimenta US$ 7 bilhões por ano.

O momento exige medidas emergenciais e de envolvimento de todos no controle da doença. É impossível ao Fundecitrus e até mesmo à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo realizar todas as inspeções recomendadas. Realizar esse trabalho requer, portanto, a responsabilidade do produtor. A experiência mostra que o citricultor tem resistência em aceitar informações sobre mudança de comportamento ou manejo do pomar, a menos que um trabalho muito intenso de orientação e conscientização seja feito. Para educar todos os citricultores indistintamente é preciso utilizar ferramentas de grande abrangência e que passe a mensagem adequadamente. O quadro atual aponta para medidas efetivas, que devem ser objeto de eficiente campanha de comunicação, realizado com profissionalismo e lançando mão de todas as mídias.

Caso não haja essa grande campanha de conscientização a citricultura corre o risco de ver a perda do controle do HLB, a exemplo do que

ocorreu com a clorose variegada dos citros (CVC) há cerca de 20 anos e que hoje atinge 45% dos pés de laranja. A perspectiva é assustadora, uma vez que o HLB é muito mais agressivo que a CVC, levando à inviabilidade econômica da planta rapidamente.

A relevância de uma campanha bem planejada e implementada é sua abrangência, pois é a responsável direta por atingir a totalidade dos citricultores. A prevenção e controle da doença não têm efeito prático se não houver engajamento de todos os citricultores. Vale lembrar que, no caso do HLB, não basta alguns citricultores exercerem com excelência o combate à doença. Se seus vizinhos também não realizarem o trabalho de prevenção e controle, todas as propriedades estarão sob risco constante de contaminação.

Como estratégia, uma campanha deve ser deflagrada, utilizando todos os meios de comunicação. Para induzir o citricultor a alcançar um nível maior de credibilidade e entendimento sobre o HLB, é necessário mobilizar toda a população das áreas de contaminação. Sendo assim, em vários momentos da campanha, é preciso utilizar estratégias de comunicação segmentada que visa transmitir uma única mensagem com linguagens diferentes a públicos distintos, como citricultores e viveiristas, assim como formadores de opinião.

Previsão de safra

Embora a citricultura brasileira seja uma das mais importantes atividades do agronegócio, ela ainda carece de sistemas mais eficientes e transparentes de gerenciamento de informação, particularmente os números relativos à produção citrícola no país. É desnecessário destacar a importância estratégica que tais números significam para todos os componentes da cadeia desse agronegócio, nem como eles poderiam normalizar as quase sempre conturbadas relações entre o produtor e a indústria.

A citricultura convive atualmente como uma situação de "desinformação", uma vez que dados econômicos oficiais (estaduais e federais) encontram-se desatualizados. Assim, dados como número de árvores (novas e em produção), quadro de variedades, área plantada, números de produtores e estrutura fundiária (distribuição do número de módulos de pequena, média e grande escala), etc. são escassos e contraditórios. Faltam estimativas que reflitam o panorama atual citrícola. Usualmente informações extra-oficiais não convergentes e sem nenhum critério metodológico são divulgadas pelas indústrias, produtores e consultorias, dificultando uma análise confiável a respeito da oferta futura de laranja e de suco de laranja no país e, particularmente, em São Paulo.

É de conhecimento público a eficiência e regularidade que a Conab executa ações de previsão de safra em várias outras cadeias do agronegócio brasileiro. Por outro lado, também é de conhecimento dessa Câmara Setorial as tentativas, ainda sem sucesso, de estabelecimento desse sistema de previsão para a citricultura. Uma ação importante seria a inclusão da laranja no grupo Geosafras/Conab. Esse grupo dispõe de alta tecnologia na captação de informações e pode gerar, periodicamente, dados atualizados sobre a safra de laranja. Além da informação de dados estatísticos a respeito da laranja, é importante o setor público divulgar informações econômicas a respeito da oferta e estoques de suco de laranja, a exemplo do governo norte-americano. Assim, uma atualização dos procedimentos metodológicos dos órgãos públicos é vital para reduzir a assimetria de informações, do qual influenciam até no poder de negociação dos contratos entre a indústria e o citricultor.

Portanto, existem demandas identificadas na Câmara no sentido de:

1. Estabelecer um eficiente sistema de previsão de safra na citricultura baseado em dados públicos e de ampla confiança de todos os componentes da citricultura;
2. Promover ações concretas de parcerias

para que esse sistema de previsão de safras se torne gerador e gestor das estatísticas de produção de citros no Brasil.

Relação produtor e indústria: mecanismos de arbitragem

No segmento industrial, a concentração industrial dificulta uma negociação equilibrada entre o produtor e a indústria. É importante desenvolver uma câmara de arbitragem que resolva os conflitos a respeito do desenho do contrato e do mecanismo de fixação dos preços da laranja. Recomenda-se a formação de um conselho, o Consecitrus, para formalizar regras mínimas de contrato e de preços ao produtor. Evidentemente que existe uma carência crônica de representatividade entre os citricultores, assim como capacidade de se organizarem. Em que pese a atuação da Associtrus ou mesmo da Faesp, prevalece muito o relacionamento direto produtor com a indústria.

Por ser em sua essência um problema de relacionamento comercial produtor e indústria, espera-se que as partes possam se entender e acordarem sobre as melhores condições para cada parte. No entanto, seria altamente recomendável o estabelecimento de um fórum permanente onde os assuntos comerciais pudessem ser tratados.

Seguro agrícola e erradicação de pomares

O Brasil é o maior produtor mundial de laranja e maior exportador de suco de laranja. São Paulo é responsável por cerca de 80% da laranja produzida no país. O parque citrícola paulista está estimado em 225 milhões de árvores, com uma produção de 352 milhões de caixas em 2005. O perfil da citricultura paulista é caracterizado por produtores com menos de 20 mil plantas, o que corresponde a 92,7% das propriedades citrícolas. Menos de 1% das propriedades possuem mais de 100 mil plantas. Hoje, 95% do processamento de suco está concentrado em apenas quatro indústrias esmagadoras.

Em razão de um histórico de baixos preços, muitos citricultores têm deixado a atividade, que vem perdendo espaço para a cana-de-açúcar. O produtor não se apropriou da atual elevação no preço do suco no mercado internacional. Mesmo com todo o cenário futuro otimista, o preço médio pago pela caixa de laranja não cobre os custos de produção atuais. Além dos problemas de mercado, o custo de produção de citros é elevado devido à ocorrência de diversas pragas e doenças.

Não obstante a recente conquista desse setor – os cítricos foram incluídos no "Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural" – a citricultura ainda carece de outras ações de apoio. Dentre essas ações, destacam-se duas:

1. A previsão da safra de laranja, reduzindo a assimetria de informações;
2. A indenização dos produtores afetados pela erradicação de plantas contaminadas pelo cancro cítrico.

Os citricultores convivem com o cancro cítrico, causado pela bactéria *Xanthomonas axonopodis pv. citri*, desde 1957, quando o primeiro foco foi detectado na região de Presidente Prudente – SP. Recentemente, outra doença bacteriana, ainda mais preocupante, foi detectada nos pomares paulistas, o HLB (*greening*). Conforme dados do Fundecitrus, em 2005 foram erradicados 204.898 pés contaminados pelo cancro cítrico e, até setembro de 2005, já haviam sido eliminadas, por causa do HLB (*greening*), 280 mil plantas e ainda havia em torno de 300 mil a serem eliminadas. Desde junho de 2005 já são 206.512 plantas com sintomas de *greening*, segundo a Fundecitrus.

No caso do *greening*, o próprio produtor tem tomado a iniciativa de erradicar as plantas sintomáticas, antes mesmo da notificação pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal – OEDSV.

Em se tratando do cancro cítrico, o Decreto nº 75.061, de 9 de dezembro de 1974, instituiu a Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico – CANECC. A Portaria nº 291, de 23 de julho de 1997, aprova as normas sobre exigências,

critérios e procedimentos, a serem adotados pela CANECC. A erradicação de plantas contaminadas pelo cancro é, portanto, uma exigência legal e está sob a responsabilidade executiva dos órgãos de Defesa Sanitária Vegetal das Unidades da Federação.

Estudos recentes indicam que a convivência com a bactéria causadora do cancro acarretaria num custo adicional de R$ 300 a 400 milhões por ano, apenas em aplicação de defensivos à base de cobre, sem considerar a necessidade de instalação de quebra-ventos, os problemas de resíduos nos frutos e no meio ambiente e a conseqüente queda na produtividade, dentre outros prejuízos. Por esses e demais fatores, especialistas na área recomendam manter o programa de erradicação do cancro. Em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal existem pomares cítricos. Depois de São Paulo, destacam-se os estados de Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. A Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico – CANECC atua nos estados citados anteriormente, além de Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Roraima.

Marketing institucional e consumo de fruta e suco no Brasil e no exterior

Não há como discutir o poder da mídia em campanhas de marketing para ganho e consolidação de mercado. Infelizmente o suco de frutas não tem uma estratégia agressiva de conquista de mercado, perdendo sempre nos valores comparativos com bebidas gasosas. Portanto, torna-se essencial o incentivo a campanhas de marketing cujos objetivos são fomentar o consumo de suco de laranja. Tal campanha deve evocar o conceito de "Citros é saúde", destacando as qualidades nutricionais e nutracêuticas do suco (vitaminas, ácido fólido, carotenos, vitamina C). Campanha nos pontos de vendas ao varejo sobre o "consumo consciente", ensinando uma rápida análise de qualidade de cada tipo de Citros – Encartes, etc. Popularização das Normas de Classificação de laranjas, tangerinas e limões.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara foram identificadas demandas relativas ao tema "Marketing do suco de laranja", especificamente a de incentivar campanhas de valorização das qualidades nutricionais e nutracêuticas do suco de laranja.

Normas de classificação de frutas de citros e seu impacto

Embora a citricultura brasileira possa ser caracterizada como uma típica indústria de transformação, consumindo mais de 80% da safra de laranja para produção de suco concentrado congelado, ela tem no mercado de fruta fresca um importante segmento, no qual existe um grande número de produtores, muitos deles de base familiar. Por outro lado, embora o Brasil tenha pequena participação no mercado mundial de fruta fresca, existe um grande potencial para novas variedades, particularmente em "janelas" de possibilidades no hemisfério norte. Superados os problemas de barreira não tarifárias impostas à fruta brasileira, existe um grande espaço para crescimento de mercado de exportação de fruta fresca.

Apesar desse potencial do mercado interno e externo, o Brasil carece ainda de um sistema de padronização de classificação das variedades para comercialização. O progresso da comercialização exige que se adotem normas de classificação e apresentação de frutas cítricas, que até hoje, ao contrário da maioria dos países desenvolvidos e até do Mercosul, não está implementado. Não que esse sistema não exista; na verdade já existe uma "Norma de Classificação de Citros", elaborada ao longo de dois anos sob a coordenação do Centro de Qualidade de Horticultura do Ceagesp-SP e com a intensa participação de todos envolvidos na cadeia comercial de citros (produtores, distribuidores, supermercados, Instituto Agronômico de Campinas, agrônomos, produtores de insumos e embalagens), dentro do "Programa Brasileiro Para Melhoria dos Padrões Comerciais e Embalagens de Hortigranjeiros" tendo produzido

um "folder" que é largamente aceito pelos elos da Cadeia Produtiva de Citros, e já serve como parâmetro para outros Estados do Brasil. No entanto, sua implementação não foi consolidada por se tratar de Programa de Adesão Voluntária, portanto para o sucesso desta importante iniciativa, falta-lhe implementação legal e fiscalização rotineira nos pontos de comercialização.

Sugere-se que o processo seja deflagrado inicialmente nos mercados distribuidores em larga escala, como nas Centrais de Abastecimento (Ceasas de São Paulo e dos outros grandes centros Brasileiros, Mercado Municipal da cidade de São Paulo), e grandes redes atacadistas (supermercados e distribuidoras de hortifrutigranjeiros). A normalização da legislação nesse sentido seria altamente recomendável e benéfica aos produtores de fruta para o mercado interno e para exportação, e permitiria maior transparência no processo de comercialização, levando o Brasil ao patamar de qualidade comercial encontrada nos países nossos concorrentes.

A adoção de tal sistema de monitoramento deverá ser seguida de estudo de impacto da implementação dessas normas na estrutura de processamento e distribuição dos citros no mercado interno, incluindo aqui o treinamento dos responsáveis nas unidades embaladoras e de fiscalização.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara foram identificadas demandas relativas ao tema "classificação de variedades". Especificamente são essas as demandas:

1. Incorporação dos padrões de variedades já descritos no âmbito nacional;
2. Estabelecimento de legislação regulatória desses padrões para comercialização interna e para exportação de fruta fresca.

Barreiras à exportação

Embora uma das atividades mais competitivas do agronegócio brasileiro, a citricultura tem reduzido sua competitividade internacional em função de barreiras tarifárias e não tarifárias impostas não somente à fruta fresca, mas principalmente ao suco concentrado congelado, principal item na pauta de exportação dessa cadeia. O suco brasileiro paga atualmente cerca de US$ 295 milhões/ano de tarifa de importação em várias partes do mundo. Não é exagero afirmar que parte significativa da atividade citrícola do principal Estado produtor nos Estados Unidos, a Flórida, é mantida com o subsídio imposto à importação do suco brasileiro, sem contar com ações *anti-dumping* exercidas por aquele país. Por outro lado, a participação brasileira no mercado mundial de fruta fresca é extremamente reduzida (menos que 1%), face principalmente às barreiras fitossanitárias, nem sempre existentes, impostas à fruta brasileira.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara foram identificadas demandas relativas ao tema "Barreiras tarifárias e não tarifárias". Especificamente são essas as demandas:

1. Consolidação da sistemática interna de credenciamento de rede de certificação em apoio à exportação de fruta fresca;
2. Estabelecimento de uma política de defesa dos interesses brasileiros nos atuais e futuros mercados de suco de laranja.

Inserção no Mercosul

Embora o Mercosul tenha uma relativa capacidade de absorção da produção brasileira de suco de laranja ou de fruta fresca, existem ainda vários pontos que precisam ser mais bem equacionados nessa relação quando o assunto é comercialização de produtos da citricultura. O Brasil tem grande potencial de exportação de fruta fresca, mas esbarra com barreiras de ordem fitossanitária que inibem essas iniciativas. Por outro lado, a Argentina e o Uruguai são grandes competidores do Brasil em termos de produção de fruta fresca. O Brasil torna-se várias vezes

importador de frutas desses países, principalmente em função do padrão de variedades e da qualidade (cor da fruta). Apesar dos problemas fitossanitários que ocorrem no Brasil, os países do Mercosul são também afetados por pragas quarentenárias A1, como a sorose dos citros, e A2 como o cancro cítrico.

Portanto, nas reuniões plenárias da Câmara foram identificadas demandas relativas ao tema "Relações com o Mercosul". Especificamente são essas as demandas:

1. Estabelecimento de padrões de certificação de origem para frutas importadas daqueles países, com exigências para áreas livres de sorose e cancro cítrico;
2. Regulamentação dos sistemas de diagnóstico de pragas quarentenárias no âmbito do Mercosul e que atenta à realidade brasileira;
3. Estabelecimento de rodadas de discussão sobre a inserção de suco e fruta brasileiros no âmbito do Mercosul.

Comercialização de frutas com material vegetativo

A cultura dos citros é extremamente suscetível a uma série de doenças e pragas, como significativo aumento nos custos de produção e competitividade. Algumas dessas doenças são altamente limitantes, como o cancro cítrico, a mancha preta, a verrugose e podem ser distribuídas com materiais (folhas, ramos e frutos) infectados. Essa distribuição é facilitada pelo tipo de vida livre que esses patógenos apresentam, com capacidade de sobrevivência por longos períodos fora do hospedeiro principal (citros). Por outro lado, existe no Brasil, provavelmente associada a questões culturais, o hábito de se colher e comercializar espécies de citros com alguma parte de material vegetativo (ramos e folhas). Tal prática facilita sobremaneira a distribuição de pragas, uma vez que tais frutos podem ser comercializados em diferentes regiões do país contribuindo com a distribuição dessas doenças. Portanto, seria altamente recomendável que fosse estabelecida legislação para coibir tal prática.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura foram identificadas demandas relativas ao tema "Comercialização de frutos com material vegetativo", especificamente a do estabelecimento de legislação proibindo a comercialização de frutas de citros contendo material vegetativo, como ramos e folhas.

Mapeamento da produção e dos mercados

Por ser o maior produtor mundial de citros e de suco concentrado congelado para exportação, o Brasil não apresenta uma rede interna coordenada e amplamente aceita de informações sobre a cadeia da citricultura. Dados sobre produção, safra, mercado, distribuição de variedades, zoneamento edafo-climático, produtividade, entre outros, são escassamente levantados, não permitindo uma ampla visão da competitividade do setor. Desnecessário destacar o valor estratégico que tais informações estatísticas têm para um setor tão organizado como a citricultura brasileira.

Portanto, torna-se necessário um processo de mapeamento da produção de laranjas, limões e tangerinas, por localidade de origem, época normal de produção e capacidade de produção da zona específica. Junto, um estudo de fluxo de destino desta produção para completar o mapeamento do fluxo comercial.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara foi identificada demanda relativa ao tema "Mapeamento da produção e dos mercados", como a consolidação de bases de dados sobre produção e mercados de fruta fresca, com todas as informações estatísticas importantes do agronegócio da citricultura brasileira.

Desenvolvimento Institucional

Inclusão do suco em programas de segurança alimentar

O valor nutricional do suco de laranja é amplamente conhecido no mundo, é dele um dos principais componentes da alimentação saudável. Não por acaso, é um dos principais sucos consumidos no mundo, sendo que no Brasil ele é preferido fresco, recém extraído da fruta, ou com adequada reconstituição que aproxime do suco fresco.

O grande volume de produção de laranja no Brasil, nem sempre absorvida pela indústria processadora ou pelo mercado interno de fruta fresca, chama à atenção pelo seu potencial como alimento na rede de apoio à nutrição de crianças e jovens em escolas públicas e privadas. Se por um lado existe produção quase sempre suficiente para atender parcela significativa desse setor, por outro, não existe uma política de incentivo a esse consumo, inibindo ações esporádicas e pontuais de inclusão do suco de laranja na merenda escolar. Portanto, torna-se essencial e importante a consolidação de uma política pública de incentivo ao consumo de suco de laranja na rede de escolas do Brasil. Tal política teria não só efeito positivo direto ao consumidor, como permitiria a estruturação de uma rede de fornecimento de fruta fresca às escolas, com nítidas vantagens para o produtor, particularmente o pequeno e médio produtor que teria assim uma opção para comercializar sua produção.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara foi identificada demanda relativa ao tema "Suco na merenda escolar", especificamente a do estabelecimento de políticas públicas de incentivo ao consumo de suco de laranja na rede de segurança alimentar nas escolas públicas e privadas do país.

Treinamento e capacitação de RH em citricultura

O objetivo principal é a formação tecnológica e social dos citricultores e formação de jovens lideranças. Nesses cursos seriam discutidos aspectos como Modernização da Agricultura, Economia Agrícola, Gestão de Custos, Controle de Pragas e Doenças, Informática e Gerenciamento da produção. Para trabalhadores rurais os cursos deveriam abranger assuntos como Comunicação e Expressão, Introdução a questão agrícola e a questão agrária, Mercado de trabalho na cadeia agroindustrial citrícola, Administração de contas e Introdução a informática.

Portanto, nas reuniões plenárias da Câmara foram identificadas demandas relativas ao tema "Capacitação de Recursos Humanos em Citricultura". Especificamente são essas as demandas:

1. Fomento a ações de treinamento e qualificação de pequenos e médios produtores de citros;
2. Fomento a ações de treinamento e capacitação de trabalhadores rurais sobre aspectos de segurança de defensivos, manejo de pragas e doenças.

Citricultura e programas de agricultura familiar

Embora o setor industrial do agronegócio da citricultura seja extremamente concentrado, o setor de produção de frutas é representado por milhares de produtores, sendo a maioria considerada pequenos produtores de base familiar, com cerca de 10 mil plantas em média. Tal segmento da citricultura necessita estar apoiado em políticas públicas de incentivo. Em função da falta de apoio que esse segmento enfrenta, além da assimetria na relação com a indústria, tem sido observado que esse pequeno produtor tem abandonado a atividade citrícola, com claras conseqüências econômicas e sociais.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara foi identificada demanda relativa ao tema "Renda mínima no Pronaf", especificamente a de inclusão do pequeno produtor de citros no Programa de Agricultura

Familiar, definindo uma renda mínima compatível com essa atividade.

Renda mínima a colhedores de laranja

A atividade agrícola tem sempre um forte caráter sazonal, alternando época de intensa aplicação de mão-de-obra com épocas de ociosidade para o trabalhador rural, que retorna às cidades, com significativo agravamento de vários outros problemas. Em regiões tipicamente envolvidas com agricultura, muito dos problemas urbanos têm clara correlação com o grande volume de mão-de-obra com pouca qualificação que vem das áreas rurais. Portanto, seria altamente desejável que problemas dessa natureza pudessem ser solucionados na origem, isto é, estabelecendo uma política de renda mínima para o trabalhador rural, particularmente aquele sob os efeitos da sazonalidade de produção e colheita.

Desse modo, nas reuniões plenárias da Câmara foi identificada demanda relativa ao tema "Renda mínima do trabalhador rural", especificamente a do estabelecimento e consolidação de política pública para programa de renda mínima a trabalhadores rural sujeitos a sazonalidade da produção agrícola, particularmente colhedor de laranja.

II- Pontos Relevantes para Formular Políticas Segundo o Prazo e a Prioridade

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Medidas de curto prazo

Viveiros - Legislação

- Vinculação de legislação sobre viveiros ao serviço de defesa fitossanitário;
- Legislação nacional para viveiros protegidos;
- Implementação de normas para credenciamento de entidades certificadoras.

Fiscalização

- Intensificação e re-estruturação do serviço de fiscalização de viveiros de produção comercialização e transporte/trânsito;
- Implementação de Regumentação de entidades certificadoras.

Campanhas de esclarecimento

- *Huanglongbing (greening).*

Medidas de médio prazo

- Agilização do serviço de registro de cultivares.

Implementação de legislação de proteção de cultivares de citros

Defesa vegetal

- Fortalecimento de convênios com serviços estaduais de defesa;
- Análises de risco para pragas quarentenárias (pinta-preta);
- Plano de contingência – estabelecer política de indenização aos citricultores por erradicação compulsória por perdas fitossanitárias;
- Estabelecer legislação para erradicação de pomares abandonados e improdutivos.

Medidas de longo prazo

- Fortalecer ações contra não terrorismo com foco em patógenos de citros geneticamente modificados;
- Fortalecimento de barreiras em pontos de acessos nas fronteiras.

Pesquisa

Ações Constantes

- Fomentar ações de manutenção do

germoplasma de citros no Brasil;

- Apoiar com recursos o desenvolvimento de variedades destinadas ao mercado de frutas para o mercado interno e externo;
- Fomentar projetos de desenvolvimento científico e tecnológico parar sustentabilidade e competitividade do setor;
- Fomentar redes de P&D na citricultura;
- Fomentar ações de P&D para a mecanização e sistemas de irrigação de pomares;
- Fomentar projetos de desenvolvimento de novas práticas culturais visando redução dos insumos e proteção ambiental;
- Produção (agrícola + industrial);
- Fomentar ações de produção integrada de citros;
- Apoiar ações de regionalizada de produção de fruta para atender ao mercado interno;
- Harmonização do registro de produtos fitossanitários e de resíduos com legislação internacional;
- Regulamentação de produção destinada ao mercado externo;
- Fomentar ações de zoneamento climático fator edafo e varietal de citros.

Economia

Informação

Objetivo: minimizar a assimetria de informação.

Principais informações:

- Previsão de safra e censo citrícola;
- Dados internacionais;
- Rastreabilidade do destino da produção.

Ações:

- Curto prazo: avaliar o sistema atual de informação citrícola;
- Médio: complementar o atual sistema com o levantamento de dados primários;
- Longo: sistematizar uma rede de inteligência do setor de apoio à tomada de decisão do setor.

Relação comercial entre a indústria e o produtor

Objetivo: criar um mecanismo de arbitragem entre os "conflitos" da indústria e o produtor.

Ações

- Curto prazo: discussão de grupos para a formatar um desenho de contrato padrão do setor;
- Médio: formalizar uma câmara de arbitragem entre os representantes do setor para discutir/arbitrar as relações comerciais entre o produtor e a indústria.

Sistema financiamento do setor

Objetivo: avaliar o sistema de financiamento do setor para a proteção do sistema produtivo, incluindo instrumentos de proteção de câmbio.

Ações:

- Curto prazo: diagnóstico do sistema de financiamento do setor e apresentação de sugestões para o plano safra 2006/07;
- Médio: sugestão de desenhos financeiros para o apoio de financiamento do setor, como: CPR, contrato de hedge cambial, mercado de títulos terciários, entre outros.

Sistema da proteção fitossanitária

Objetivo: criar um fundo para a erradicação/ proteção fitossanitária e re-estruturar um sistema de seguro agrícola para minimizar os riscos fitossanitários/ climáticos.

Ações

Curto/médio prazo

- Examinar as possibilidades de um fundo

privado dirigido especificamente para a erradicação de focos em propriedades abandonadas;

- Examinar a possibilidade de desenhar um sistema de seguro citrícola, com subvenção ao prêmio de seguro, para minimizar riscos de perdas financeiras com doenças e clima.

PIB citrícola versus tributação

Objetivo: quantificar o impacto da tributação sobre a cadeia agroindustrial citrícola.

Ações

- Curto/médio prazo: avaliar a incidência tributária sob o PIB citrícola e mecanismos de recuperação de crédito de impostos para o produtor e possíveis isenções.

Direito trabalhista

Objetivo: estudar o impacto da lei trabalhista, principalmente quanto à terceirização da colheita do setor.

Ações

- Curto/médio prazo: avaliar a lei trabalhista sobre a geração de empregos e sobre os custos de produção.

Desenvolvimento de mercados

Marketing Institucional

- Campanha na mídia impressa, falada e televisiva dos benefícios do consumo de Citros à saúde, evocando as qualidades nutricionais e vitamínicas (focando em Vitamina C). Seria interessante adicionar uma chamada pela qualidade dos citros brasileiros, mostrando a pujança da citricultura e os benefícios sociais da atividade;
- Campanha nos pontos de vendas ao varejo sobre o "consumo consciente", ensinando uma rápida análise de qualidade de cada tipo de citros - Encartes, etc.. Popularização das Normas de Classificação de Laranjas, Tangerinas e Limões,
- Inserção dos citros marcadamente na campanha "5 ao dia";
- Campanhas no âmbito da APEX de estímulo ao consumo de suco e citros *in natura* de origem brasileira. Idem para nichos de mercado que dão preferência para aspectos sociais da produção, evocando o sistema de produção brasileiro.

Mercado Interno

- Consolidação dos dispositivos legais para Implementação definitiva das Normas de Classificação de Laranjas, Tangerinas e Limões, normas estas já consolidadas pelo "Programa Brasileiro para Melhoria dos Padrões Comerciais e Embalagens de Hortigranjeiros";
- Estudo de impacto da implementação das "NORMAS" como acima na estrutura de processamento e distribuição dos Citros no Mercado Interno Treinamento e Licenciamento de Responsáveis nas unidades embaladoras e de Fiscais, Reestruturação de Packings, Questão de embalagens, etc;
- Mapeamento da produção de Laranjas, Limões, Tangerinas, por localidade de origem, época normal de produção e capacidade de produção da zona específica. Junto, um estudo de fluxo de destino desta produção para completar o mapeamento do fluxo comercial;
- Elaboração de proposta para inserção do suco de laranja, tangerina e limão na merenda escolar;
- Elaboração de selos de qualidade "Laranja Brasil", "Tangerina Brasil", "Limão Brasil" – fruta *in natura* e sucos;
- Estudo de impacto de renúncia fiscal e benefícios sociais na redução de tributos

aplicados na produção de sucos e citros beneficiados ou processados, bem como insumos para estas atividades;

- Elaboração de estudo de novos canais de distribuição de sucos e frutas *in natura*;
- Proibição de comercialização de fruta cítricas com "material verde" (folhas e cabinhos).

Mercado Externo

- Consolidação dos procedimentos legais para exportação de frutas *in natura* para a Europa e outros países;
- Consolidação do acordo de exportação de Citros *in natura* à China;
- Selo - "Brazilian Produce" com fiscalização de conformidade de qualidade? – Para resgatar (recriar) conceito de credibilidade nos citros brasileiros;
- Sugerir ao Itamaraty que suas embaixadas sondem os potenciais mercados, seus perfis de consumo de citros, origens dos fornecedores habituais e épocas de mercado;
- Estabelecimento de escritório de acompanhamento e apoio comercial aos exportadores em países-chave – Holanda, Inglaterra, Espanha, Cingapura.

Geral

- Formulação de estudos (dinâmicos) de custos médios de produção para cada variedade, padrão de qualidade e tipo de mercado, não só para Laranja Industrial. Com isto, procuramos parametrizar a grande parte dos produtores com preços mínimos de mercado;
- Formulação de estudo de viabilidade de formação de "Fundo para Marketing Institucional de Citros" à partir de parâmetros comerciais de cada produtor, com contrapartida do Governo Federal;
- Estudo de pontos-críticos logísticos e definição de estratégia de melhoria dos pontos mais importantes. Exportação de Suco, Exportação *in natura*, Mercado Interno Suco, Mercado Interno *in natura*;
- Apoio efetivo ao desenvolvimento de novas variedades;
- Estudo de inovações de usos para os produtos cítricos, como desidratados, chips, barras alimentares, etc;
- Difusão de tecnologias Pós-Colheita, com elaboração de manual.

Ordem das prioridades

Curto Prazo

Marketing Institucional

Campanha mídia – benefícios consumo.

Mercado Interno

- Implementação das Normas de Classificação.
- Estudo de impacto das Normas de Classificação.
- Proibição comercialização "material verde".

Mercado Externo

- Consolidação dos procedimentos documentais.

Geral

- Estudos de custos médios de produção.
- Estudo de pontos críticos de mercado.

Médio Prazo

Marketing Institucional

- Campanha do consumo consciente.

Mercado Interno

- Mapeamento da produção.
- Merenda escolar.

- Selos de qualidade.

Mercado Externo

- Selo "Brazilian Produce".
- Itamaraty como agente de promoção.

Geral

- Fundo para narketing.
- Difusão de tecnologias.

Longo Prazo

Marketing Institucional

- Campanha "5 ao dia"
- Campanha APEX.

Mercado Interno

- Renúncia fiscal.
- Novos canais de distribuição.

Mercado Externo

- Exportação à China.
- Escritórios comerciais.

Geral

- Novas variedades.
- Inovações de usos.

Desenvolvimento Institucional

Ampliação da colocação do suco de laranja natural pasteurizado na alimentação escolar nos estados

Objetivo: ampliação do consumo institucional do suco de laranja como ferramenta de inclusão produtiva e social dos pequenos e médios citricultores.

- Preparação de um projeto técnico de montagem de micro unidade de extração de suco de laranja para municípios interessados em parceira com o apoio "Fome Zero" (Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar e com o Governo Federal (Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Social);
- Avaliação das possibilidades de formação de consórcios de municípios para a execução de um programa intermunicipal;
- Preparação de iniciativas de estimulo às boas práticas na alimentação escolar articuladas ao suco de laranja natural (concurso de redações em níveis municipal e estadual nos ensinos fundamental e médio, concurso de desenhos no ensino fundamental, etc.);
- Formação de cursos de capacitação Rural para citricultores e trabalhadores Rurais;

Cursos de capacitação para citricultores

- Modernização da Agricultura;
- Economia Agrícola;
- Gestão de Custos;
- Controle de Pragas e Doenças;
- Informática e gerenciamento da produção.

Cursos de capacitação para trabalhadores rurais

- Comunicação e Expressão;
- Introdução a questão agrícola e a questão agrária;
- Mercado de trabalho na cadeia agro-industrial citrícola;
- Administração de contas;
- Introdução à informática.

Preparação de iniciativas de marketing institucional da citricultura paulista

- Preparação e constituição de um conselho intermunicipal para o controle dos meios de transporte utilizados pelos trabalhadores rurais;
- Buscar a ampliação dos limites do crédito oferecido pelo PRONAF no âmbito do programa de compra direta de produtores agrícolas locais pelas prefeituras junto a

CONAB;

- Preparação de uma proposta de criação de um programa de renda mínima para colhedores de laranja nos períodos de entressafra que estejam vinculados a programas de qualificação profissional (parceira de atores públicos e privados);
- Turismo Projeto Circuito Paulista da Laranja

Prioridades de Curto prazo

- Frente de trabalho;
- Renda mínima;
- Criação de alternativas econômicas para entre-safra.

Médio Prazo

- Carta compromisso para senadores, governadores e candidatos à presidente, beneficiando o setor citrícol;
- Inserção de produtos cítricos na merenda escolar.

Longo Prazo

- Implementação de projeto turístico "Circuito Paulista da Laranja";
- Inclusão da citricultura dentro do Sistema de Produção Integrada.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- Flávio Viegas – ABECITRUS
- Marcos Antonio Machado – SEAGRI/SP

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG
- Associação Brasileira de Citricultores – ASSOCITROS
- Associação Brasileira de Citros de Mesa – ABCM
- Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS
- Associação dos Municípios de SP – Prefeitura Municipal de Bebedouro
- Associação Paulista de Viveiros Certificados de Citros

- Banco do Brasil S/A – BB
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP
- Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
- Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa
- Federação da Agricultura do Estado de São Paulo – FAESP
- Fundação Getúlio Vargas – FGV
- Fundo de Defesa da Citricultura – FUNDECITRUS
- Grupo de Consultores em Citros – GCONCI
- Instituto Brasileiro de Frutas – IBRAF
- Laranja Brasil
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
  - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI
  - Secretaria Executiva – SE
- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo
- Sociedade Rural Brasileira – SRB
- Universidade de São Paulo – USP
- Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
- Universidade Estadual Paulista – UNESP
- Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Bibliografia Consultada

ABECITRUS - Associação Brasileira dos Exportadores de Citros. **Série Histórica de exportação de suco de laranja**. Disponível em: www.abecitrus.com.br.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Série História de Preços da laranja (1994-2003)**. Disponível em: www.cepea.esalq.usp.br.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria Nº 516 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Citricultura. Nº 245, quinta-feira, 22 de dezembro de 2005, Seção 2, p. 3

HASSE, G. **A laranja no Brasil 1500-1987**. São Paulo, Edição de Duprat, Iobe Propaganda, 1987, 296 p.

MAIA, M.L. **Citricultura paulista: evolução, estrutura e acordos de preços**. 1992. 185 p. Dissertação de Mestrado - ESALQ/USP, Piracicaba.

MACHADO, M.A. & J. TEÓFILO SOBRINHO. **A cadeia produtiva da citricultura**. In: Caldas et al. (ed) Agronegócio Brasileiro: ciência, tecnologia e competitividade. Brasília, CNPq, 1998, p. 177-188.

Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da

Cachaça

Histórico

Francisco de Assis Mesquita Facundo[1]

A instalação da Câmara da Cadeia Produtiva da Cachaça foi realizada no dia 16 de setembro de 2004, em reunião ocorrida no auditório da Delegacia Federal de Agricultura do Estado de São Paulo, na capital do estado. A abertura da reunião se deu pelo Secretário de Produção e Comercialização - SPC/MAPA, Linneu Carlos da Costa Lima, no ato representando o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e contou também com a presença do então Delegado Federal de Agricultura naquele estado, Francisco Sérgio Ferreira Jardim. A reunião foi conduzida inicialmente pelo representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Múcio Fernandes, na qualidade de Presidente Interino. Procedida a votação em plenário, foi eleito Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça, João Luiz Coutinho de Faria, da Associação de Produtores e Amigos da Cachaça do Estado do Rio de Janeiro – APACERJ. Na ocasião, o Secretário da SPC/MAPA deu posse ao representante da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ricardo da Cunha Cavalcanti Junior, como Secretário Executivo da Câmara.

A Câmara conta com a representação de 38 órgãos e entidades, e foi criada oficialmente com a edição da Portaria n° 6, de 05 de janeiro de 2006, e alterada pelas Portarias n° 115, de 28 de abril de 2006, e n° 133, de 24 de maio de 2006.

O Presidente da Câmara e também Presidente da APACERJ, João Luiz Coutinho de Faria, é empresário (produtor de cachaça) e professor, formado em Engenharia Mecânica, já dirigiu e teve participação importante na criação, lançamento e estruturação de várias entidades e programas do setor produtivo da cachaça, com destaque para o recém criado Instituto Brasileiro da Cachaça – IBRAC.

O Secretário Executivo da Câmara é Fiscal Federal Agropecuário e pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, em Brasília.

A organização da base produtiva da Cachaça visa promover a integração e estruturação do setor e tem como meta principal, dinamizar o setor produtivo, aumentando a inserção de seus produtos de maneira competitiva nos mercados nacional e internacional. A criação do Instituto Brasileiro da Cachaça – IBRAC, com função principal de ser o guardião da Indicação Geográfica da Cachaça e coordenador de gestão do processo de certificação no Brasil, terá papel importantíssimo para o alcance dos objetivos desta cadeia produtiva.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

O presente documento traça, em linhas gerais, as prioridades e os objetivos para o setor produtivo da Cachaça que demanda políticas tanto públicas como privadas para alavancá-lo, demonstrando a potencialidade ainda não explorada do produto "Cachaça".

Ainda descreve o setor face ao mercado externo e interno, fazendo levantamento da situação atual, dos fatores críticos de sucesso e dos principais obstáculos a serem vencidos.

Em seguida, tendo em vista o exposto acima, propõe o elenco de estratégias e prioridades a serem implementadas para o crescimento do setor em termos qualitativos e quantitativos.

Propõe um conjunto de medidas a curto, médio e longo prazos, percebidas pelo setor produtivo como políticas públicas necessárias e mesmo urgentes para o seu desenvolvimento, visando aumentar a presença da Cachaça no mercado internacional e equipará-la aos melhores destilados que nele circulam.

Queremos agradecer aos membros da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça, pelo grau de maturidade que têm demonstrado ao longo de mais de um ano de trabalho, buscando sempre o consenso, mesmo que isso faça com que em alguns momentos tenham que flexibilizar suas posições e suas próprias convicções. A todos os atores da cadeia produtiva da Cachaça pela contribuição histórica que deram e continuam dando, para que a Cachaça tenha alcançado o grau de excelência e a respeitabilidade nos mercados internos e externos. Ao ex-Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, pela iniciativa de incentivar a criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça, importantíssimo fórum de discussão dos problemas do segmento.

João Luiz Coutinho de Faria
Presidente da Câmara

Introdução

O presente documento é o resultado ainda parcial de um longo processo de amadurecimento do setor que teve, como marco inicial, a criação do Programa Brasileiro de Desenvolvimento da Cachaça, que buscou reunir tanto pequenos produtores de Cachaça de alambique como grandes produtores e engarrafadores de Cachaça destilada em coluna e em grandes quantidades, e também, representantes de diversos segmentos governamentais. Papel pioneiro teve a Associação Mineira de Produtores de Cachaça Qualidade – AMPAQ que, pela primeira vez, reuniu no país os produtores de Cachaça de Minas Gerais com vistas à sua organização em defesa de interesses comuns ao setor.

Desde então, desencadeou-se um processo de organização crescente do setor, com a criação de cooperativas, associações nacionais e estaduais de produtores e a realização de diversas Feiras em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraná que mobilizaram os produtores e contribuíram para demonstrar o potencial da Cachaça. O setor passa a aglutinar-se em torno de interesses comuns e a perceber a necessidade de uma ação propriamente política para que a Cachaça fosse reconhecida como indicação geográfica do Brasil, produto genuinamente brasileiro, capaz de conquistar um lugar no mercado internacional.

O sucesso internacional da "caipirinha", amplamente divulgada pela mídia, confirma esse potencial e com certeza serviu de estímulo para que o setor tomasse consciência da existência de possibilidades ainda inexploradas.

O processo intensificou-se por meio de reuniões periódicas do PBDAC (Programa Brasileiro de Desenvolvimento da Cachaça) e FENACA (Federação Nacional de Cachaça de Alambique) onde as diversas questões atinentes ao setor foram sendo intensamente discutidas.

Posteriormente, com a criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça, pelo MAPA, em setembro de 2004, um novo e importante passo foi dado para a maior integração do setor produtivo, que se consolidará definitivamente com a criação do Instituto Brasileiro da Cachaça – IBRAC. As análises e propostas contidas neste documento espelham este processo.

Ambiente Externo e Interno

O mercado de destilados não conhece fronteiras. O caso do Whisky escocês, e mais recentemente, da Tequila mexicana ilustram bem essa afirmação e tem importantes ensinamentos a oferecer.

A conquista do mercado internacional contou, no caso do Whisky, com o decisivo apoio por parte do governo não só para regulamentar o mercado interno, como promover a qualidade e para garantir a conquista do mercado exterior. Da mesma forma, a Tequila nos últimos 20 anos deixou de ser apenas um produto típico regional para marcar sua presença no mercado mundial. Para isso foi decisiva a criação do Conselho Regulador da Tequila, que desempenhou um importante papel na organização do setor.

O Whisky, cuja produção em volume é semelhante à da Cachaça, fatura hoje cerca de 6 bilhões de dólares com a exportação. A Tequila, cuja produção em volume equivale, aproximadamente, a pouco mais de 15% da Cachaça, fatura algo em torno de 200 milhões de dólares.

O ambiente externo mostra-se grandemente favorável. Por suas características intrínsecas, a Cachaça, que é hoje o terceiro destilado mais produzido no mundo, tem a possibilidade concreta de tornar-se em pouco tempo o mais consumido. A exportação do produto em quantidades mais significativas terá reflexos positivos sobre o mercado interno, contribuindo para a melhor organização do setor e a regularização do mercado, possibilitando o escoamento da produção e evitando a oferta excessiva do produto.

A globalização da economia e a intensificação do processo de trocas entre os diversos mercados bem como a procura por novos produtos capazes de dinamizar o mercado e trazer um diferencial que permita enfrentar a concorrência são fatores que podem ser agregados em benefício do processo de exportação. Sinal disto é o surgimento de 'Cachaças' de marcas desconhecidas no país, engarrafadas na Itália, França, Argentina, Alemanha, Suíça, entre outros países, e o despertar do interesse de grandes multinacionais do setor de destilados que estão lançando a cachaça no mercado internacional.

O Brasil exporta atualmente menos de 15 milhões de litros de Cachaça, algo em torno de 10 milhões de dólares, quantia muito pouco representativa se levarmos em conta o volume produzido e consumido no próprio Brasil, ou se o compararmos a outros destilados.

Os principais países importadores em valores (acima de U$ 500.000) são: Alemanha, Portugal, EUA, Paraguai/Uruguai, Itália, Espanha, Holanda, Argentina e França. Com relação à Argentina, a Cachaça e o Rum estão na mesma categoria e a importação do Rum fabricado no Brasil é bastante significativa. No entanto, até a presente data, o mercado externo tem buscado apenas preço, sem a preocupação em agregar valor à bebida. Praticamente só os grandes produtores de Cachaça destilada em coluna conseguiram marcar presença (ainda tímida) nesse mercado. Não há o hábito de consumo da bebida pura, mas apenas como base para coquetéis. O mercado exterior desconhece a Cachaça de alambique envelhecida em madeira e faltam aos pequenos produtores, condições para se inserir nesse mercado.

As exceções apenas servem para confirmar a regra. A conquista do mercado externo só será efetivada a partir de uma maior e melhor organização do setor. Calcula-se que em menos de dez anos seja possível alcançar a meta de 100 milhões de litros exportados, podendo alcançar num segundo momento, a faixa de 1 bilhão de dólares em exportação de Cachaça.

Mercado Interno

Desconhecimento

Calcula-se que o consumo de Cachaça no país atinja de 1,3 a 1,5 bilhão de litros/ano. Mas faltam dados precisos capazes de dimensionar efetivamente o mercado interno. Existem apenas estimativas, a partir do volume produzido pelos grandes engarrafadores e do que se calcula como produção do setor informal.

Até hoje ainda não foi feito nenhum levantamento minimamente confiável sobre as reais dimensões do setor, nem sobre a importância econômica do mesmo.

Atualmente, existem 1.824 empresas registradas no MAPA, ligadas ao setor "Cachaça" mas entre elas há um grande número que apenas comercializa a bebida e, entre os produtores registrados, um número significativo já deixou de operar.

Sobre o setor informal, existem apenas estimativas que apontam para 25 a 30 mil produtores dispersos pelas diversas regiões do país.

A qualidade da Cachaça produzida por esses pequenos (e às vezes não tão pequenos) produtores não tem como ser avaliada, nem as condições de higiene, preço praticado, etc.

O desconhecimento também atinge a composição da própria Cachaça. A bibliografia existente sobre o assunto é mínima, e a determinação dos fatores que contribuem ou prejudicam a qualidade do produto e seus efeitos sobre a saúde do consumidor são, em sua maioria, puramente empíricos.

Apesar das iniciativas surgidas nesse sentido, ainda há muita carência de pesquisas objetivas sobre a realidade vivida pelo setor, os fatores que influem na qualidade da bebida (espécies de cana mais apropriadas para as diversas regiões, influência da composição do solo, processos de fermentação, formas de envelhecimento, influência de diferentes madeiras, etc.) e sobre as características do mercado mundial entre outros aspectos.

Complexidade

O "setor Cachaça" está distribuído de norte a sul do país e é, em algumas regiões a mais importante, senão a única atividade econômica. Sua realidade é extremamente complexa.

O panorama da Cachaça apresenta, a grosso modo, uma dupla vertente: o setor "formal" constituído pelos grandes produtores (destilação em coluna) e engarrafadores, detentores das grandes marcas que dominam o mercado e um número bem restrito de cooperativas e de pequenos produtores de alambique registrados.

De outro lado, um número calculado entre 25 e 30 mil pequenos e médios produtores de Cachaça de alambique dispersos pelas mais diversas regiões do país, constituem a parcela do setor na informalidade. Este também apresenta uma grande diversidade: alambiques tradicionais, que operam no mercado regional há muitos anos (alguns com mais de 150 anos) e que primam pela qualidade de seu produto, ao lado de outros que operam sem a menor condição de higiene, em processos muito primitivos, cujo produto é buscado apenas em virtude de seu efeito – a embriagues do consumidor. Esse setor informal movimenta um montante expressivo de recursos e é a única fonte de sustento de um sem número de famílias.

O volume produzido está distribuído entre grandes empresas produtoras e engarrafadoras com grande produção; poucas cooperativas que produzem e/ou comercializam o produto fornecendo-o para os grandes engarrafadores (ex. Coocachaça e Copacesp); um sem número de pequenos produtores informais de alambique dispersos pelo país, cuja produção é desconhecida; um pequeno número de produtores de alambique que se mantêm na formalidade, mas cuja produção é muito pequena se comparada ao volume total da Cachaça consumida no país.

Por um paradoxo, as vantagens comparativas que a Cachaça apresenta são, por outro lado, uma das causas de alguns de seus problemas: o baixo custo da produção, a facilidade na obtenção da matéria prima, a qualidade da Cachaça, independente de processos de aprimoramento pós-destilação, possibilitam seu consumo imediato evitando-se as despesas com armazenagem e envelhecimento. Isso permite que sejam lançadas no mercado Cachaças cuja qualidade fica muito aquém daquela que seria desejável e possível. Rubem Braga, numa crônica de 1984, já denunciava a situação de abandono do setor que fez com que a cachaça perdesse muito de seu prestígio como bebida nacional, ficando estigmatizada como bebida barata e ruim, consumida por aqueles que apenas buscam o estado de embriaguez.

Cachaça: Aguardente ordinária extraída das borras do melado e das limpaduras do suco da cana-de-açúcar // qualquer tipo de aguardente // Bêbedo (Dicionário Contemporâneo da Língua Brasileira, de Caldas Aulete).

Cachaceiro: o que se embriaga habitualmente com cachaça (idem).

Ao lado desta visão pejorativa, a Cachaça sempre foi cercada por um rico folclore, e a perspectiva folclórica dominava grande parte do interesse da mídia e das publicações sobre o assunto (marginalização folclórica). O Novo Dicionário Aurélio, por exemplo, lista mais de cem denominações regionais para designar a Cachaça. Ou seja, há uma abordagem que se manifesta ora no sentido pejorativo, ora no sentido folclórico. Nenhuma delas contribui objetivamente para o avanço do setor.

Informalidade

Até a década de 1940, existiam no país praticamente apenas os produtores de Cachaça de alambique, grande parte com pequena produção vendida nos mercados regionais, ao lado de produtores que vendiam o produto engarrafado e com marcas registradas, presentes em todo o país. A partir daí surgiu a Cachaça destilada em coluna, em grandes quantidades e a um custo bem mais baixo do que a produção em alambique. Essa Cachaça invadiu o mercado e os produtores de alambique se viram sem condição de concorrer com o preço da Cachaça de coluna. Um duplo efeito se fez sentir: o aumento da informalidade e o fechamento de um sem número de alambiques.

Hoje existem 1.824 empresas registradas junto ao MAPA (entre as quais se encontram algumas que apenas comercializam a Cachaça) enquanto o levantamento do IBGE aponta, por exemplo, a existência de 9 mil alambiques só em Minas Gerais.

Principais fatores que concorrem para manter a grande informalidade do setor:

- O aumento dos custos da produção formal;
- Burocracia e as dificuldades em legalizar o negócio;
- Taxação;
- Falta de assistência e apoio;
- Falta de estrutura eficiente nos serviços de fiscalização.

O aumento dos custos da produção formal é evidente, pela necessidade de regularização das relações trabalhistas, com todas as contribuições disso decorrente, o pagamento de impostos, etc.

A burocracia é outro fator preponderante para manter a informalidade: não só pelo custo exigido como pela complexidade do processo. O registro de uma marca junto ao INPI, por exemplo, pode demorar mais de cinco anos e exige o recurso a serviços especializados muitas vezes inexistentes nas regiões do interior.

A tributação obedece ao mesmo critério tanto para os grandes produtores e engarrafadores como para os pequenos produtores. A exclusão dos produtores de cachaça de alambique da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas através do Projeto de Lei nº123/2004 é injustificável e traz um grande prejuízo aos pequenos produtores regularizados. A falta de assistência e apoio, bem como as deficiências da fiscalização contribuem para que a situação não mude.

Especialmente delicada é a situação dos pequenos produtores de alambique legalizados, sujeitos, portanto, à fiscalização à tributação e aos custos da legalização que enfrentam a concorrência das grandes empresas, por um lado, e da informalidade, por outro. Ao mesmo tempo, é impossível ignorar a importância econômica da produção informal, pois milhares de famílias dependem dela.

Potencialidade

É indiscutível o imenso potencial constituído pela Cachaça. Comparativamente, a Cachaça apresenta uma série de vantagens sobre os outros destilados que, se bem explorados podem catapultar a produção, aumentando-a exponencialmente com grandes benefícios para diversas regiões do país.

- Baixo custo da produção;
- Processo de produção extremamente simples: extração do suco, fermentação, destilação;
- Melhor qualidade já ao final da destilação podendo até mesmo dispensar o processo de aperfeiçoamento pós-destilação, como é o caso da maioria das marcas de Cachaça de coluna;
- A matéria prima: a cana-de-açúcar demanda apenas um ano para estar pronta para a colheita e exige apenas cuidados mínimos para seu cultivo;
- Facilidade em aumentar rapidamente a produção da bebida, de acordo com a demanda do mercado;
- A variada gama de tipos de Cachaça, que vão desde a usada como base para o preparo de outros "drinks" até a produzida e envelhecida segundo os melhores processos e que pode ser apreciada pura mesmo pelo mais exigente consumidor;
- Facilidade com que a Cachaça, ao contrário de outros destilados, se soma ao sabor de diversas frutas, e combina com outras bebidas, propiciando os mais variados "drinks".

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Pré-condição para a elaboração de políticas e a definição de prioridades para o setor produtivo da Cachaça é uma radical mudança no enfoque que dominou as autoridades do setor público até a década de 1990, o que, felizmente começa a ocorrer.

Naquela época, um duplo enfoque norteava as ações do poder público:

- A geração de recursos via cobrança de impostos;
- O cuidado com a saúde pública.

Esse duplo enfoque sobeja à maioria das ações levadas a efeito pelo poder público:

- Repressão à informalidade;
- Vigilância e fiscalização;
- Penalização através de multas para os infratores, ou mesmo interdição da produção.

Ou seja, predominavam medidas repressivas, fiscalizadoras e punitivas. Nenhuma ação era desenvolvida no sentido de ouvir, apoiar, promover, regular e valorizar o setor ou qualificar os produtores.

Estes não dispunham de qualquer canal que pudesse minimamente representar seus interesses e apresentar-se como interlocutor junto às autoridades governamentais. Como também não dispunham de qualquer organização que estabelecesse um elo entre os diversos produtores que se viam mais como concorrentes do que como possíveis parceiros em luta por objetivos comuns.

Dividido internamente e submetido a uma

política eminentemente repressiva o setor não conseguia sequer tomar consciência da própria força, das próprias potencialidades e mais ainda, do valor do produto que tinha em mãos.

A década de 1990 ficará certamente gravada na história da Cachaça como a década da virada: a década em que a Cachaça foi redescoberta como produto de qualidade a merecer um tratamento capaz de tornar possível a realização de todo seu potencial, para o bem do setor produtivo, mas também de todo o país. A criação da Associação Mineira de Produtores de Cachaça de Qualidade (AMPAQ), do Programa Brasileiro de Desenvolvimento da Cachaça (PBDAC), e, a partir daí, as Associações Estaduais de Produtores, e a Federação Nacional da Cachaça de Alambique (FENACA) e agora, do Instituto Brasileiro da Cachaça por parte do setor produtivo, bem como a criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça pelo MAPA, e a ação do SEBRAE junto aos pequenos produtores, por parte do poder público, são sinais visíveis desse processo. É preciso avançar nesse sentido para levar o mais rapidamente possível a Cachaça ao patamar que lhe é reservado.

Se a meta é conquistar para a Cachaça o espaço que lhe cabe no mercado mundial é necessário e urgente desenvolver um conjunto de ações em curto prazo visando à organização do mercado interno, e, em médio prazo de conquista do mercado externo de acordo com um duplo eixo: pertinência científica e relevância social.

Em curto prazo

- Conhecimento do setor: levantamento das reais dimensões do setor, de seus problemas e dificuldades; dos gargalos na produção, distribuição, comercialização do produto;
- Conhecimento do produto, dos componentes químicos, do efeito destes componentes na qualidade do produto e sobre a saúde do consumidor;
- Levantamento do potencial já instalado (núcleos de pesquisa, laboratórios existentes, etc.) que pudessem atender às necessidades do setor no campo do conhecimento;
- Linhas de apoio à pesquisa nas Universidades e Institutos de Pesquisa motivando-os a investir mais nesse campo;
- Criação do IBRAC (Instituto Brasileiro da Cachaça), como importante agente contributivo para a regulamentação do setor cachaça;
- Incremento das ações positivas (informação, apoio, qualificação, certificação, acompanhamento) em colaboração com os setores público e privado;
- Reconsideração dos critérios de taxação com inclusão dos pequenos produtores no SIMPLES;
- Apoio e estímulo à constituição de cooperativas para diminuir a informalidade do setor e fazer face ao aumento de custos;
- Defesa da indicação geográfica "Cachaça" como denominação exclusiva da aguardente de cana-de-açúcar produzida no Brasil.

A médio e longo prazo

- Combate à informalidade;
- Efetiva fiscalização da qualidade segundo critérios estabelecidos com base científica;
- Apoio ao cooperativismo de pequenos produtores;
- Apoio à realização de feiras, congressos, encontros que tenham por objetivo o desenvolvimento do setor;
- Apoio aos núcleos de pesquisa de forma a garantir a continuidade do trabalho;
- Apoio às ações do setor produtivo que tenham como objetivo a organização do setor;

- Desenvolvimento de ações e políticas visando à conquista do mercado exterior (marketing, gestão junto aos organismos reguladores do mercado internacional, apoio ao comparecimento de feiras internacionais);
- Aperfeiçoamento dos processos atinentes a exportação da Cachaça, bem como a implementação de políticas específicas de estímulo a essa atividade.

Políticas Públicas e Privadas

Principais objetivos

- Regulamentar o mercado interno, organizá-lo e fortalecê-lo;
- Fazer da Cachaça um destilado de prestígio internacional, equiparado aos melhores destilados do planeta, capaz de conquistar e ampliar sua presença no mercado globalizado;
- Buscar o reconhecimento interno e externo da indicação geográfica;
- Aumentar exponencialmente a presença no mercado externo visando uma participação compatível com o volume da produção nacional (3° destilado mais produzido no mundo). Alcançar a marca de 100 milhões de litros exportados em dez anos, atingindo, num segundo momento, a marca de 1 bilhão de dólares em exportação.

Fatores críticos de sucesso

O setor produtivo tem plena consciência de que a falta de ações coordenadas permitiu o desgaste do produto no mercado interno fazendo com que, até recentemente, a Cachaça se destacasse principalmente pelo seu baixo preço. É urgente tomar as medidas necessárias para que a qualidade seja também um dos fatores relevantes para a conquista do mercado externo.

- Conhecimento preciso do setor produtivo, sua dimensão, suas dificuldades, sua potencialidade;
- Integração das ações e das políticas dos diferentes atores (Ministérios e/ou Instituições) que interferem direta ou indiretamente no setor;
- Aprimoramento da qualidade com investimento em pesquisa sobre os fatores capazes de melhorar a qualidade da Cachaça na produção, destilação, armazenagem e envelhecimento e engarrafamento;
- Fortalecimento do setor produtivo;
- Redução da informalidade através de ações positivas e não da simples repressão e multa;
- Real dimensionamento do mercado interno e externo e apoio às ações que visam à conquista deste mercado;
- Apoio efetivo à exportação, burocracia mínima e eficiente para garantir a boa imagem do produto no exterior;
- Normas consensuais, normatização da qualidade da Cachaça e sistema de certificação que atenda os objetivos do mercado interno e externo;
- Laboratórios de análise habilitados e acessíveis aos produtores.

Principais obstáculos

- Desconhecimento do setor sobre suas reais dimensões e potencialidades;
- Grande diversidade de perfil dos produtores. Grandes produtores de Cachaça de coluna, pequenos e médios produtores de Cachaça de alambique; grandes engarrafadores que compram o produto de terceiros;
- Presença ainda muito forte da informalidade, cujas dimensões são apenas estimadas, mas que não devem ser pequenas;
- Inexistência e/ou precariedade de pesquisa de base científica que justifique objetivamente os critérios de avaliação adotados;
- Inexistência ou precariedade das pesquisas sobre os componentes químicos da Cachaça e seus efeitos não só sobre aprimoramento da qualidade da bebida como sobre a saúde do consumidor.

Estratégias Propostas para o Alcance dos Objetivos

As estratégias propostas devem contemplar três vertentes

Política

- A criação do Instituto Brasileiro da Cachaça, cuja efetiva implantação está prevista para este semestre, fazendo dele, efetivamente o foco de liderança das ações visando a valorização e a certificação da qualidade da Cachaça, com especial cuidado – por sua importância estratégica – para com o pequeno produtor de Cachaça de alambique;
- Revisão da questão da tributação com inclusão dos produtores de alambique no SIMPLES como uma das formas de estimular a inclusão dos produtores informais no mercado formal;
- Integração das ações dos diversos Ministérios e órgãos da administração pública que se relacionam direta ou indiretamente como o setor "Cachaça";
- Dar continuidade às ações visando à defesa da indicação geográfica no mercado exterior;
- Combater a informalidade sem desconhecer as implicações sociais e a importância econômica –- ou seja, por meio de ações estimuladoras e propositivas;
- Impedir o desgaste da indicação geográfica junto ao mercado externo, através de políticas objetivas, traçadas em parceria com o Instituto Brasileiro da Cachaça – IBRAC;
- Tendo em vista a importância estratégica dos produtores de Cachaça de alambique – que geralmente tem uma produção abaixo de um milhão de litros/ano – desenvolver um esforço para permitir a inserção dos produtores de Cachaça de alambique no mercado externo e interno.

Científica

- Estimular o desenvolvimento de pesquisas na área do negócio Cachaça visando tanto a qualidade do produto como sua inserção social;
- Apoiar as diversas formas de disseminação do conhecimento, por meio de cursos, feiras, congressos e publicações;
- Apoiar o desenvolvimento de pesquisas sobre o impacto ambiental do agronegócio 'Cachaça' com vistas à diminuição e/ou anulação deste impacto;
- Pesquisas na área da economia e do comércio exterior com vistas à prospecção do mercado existente e potencial.

Tecnológica

- Qualificação dos produtores;
- Apoio às pesquisas sobre inovação tecnológica que tenham impacto positivo sobre o setor;
- Disseminação das informações e inovações tecnológicas.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

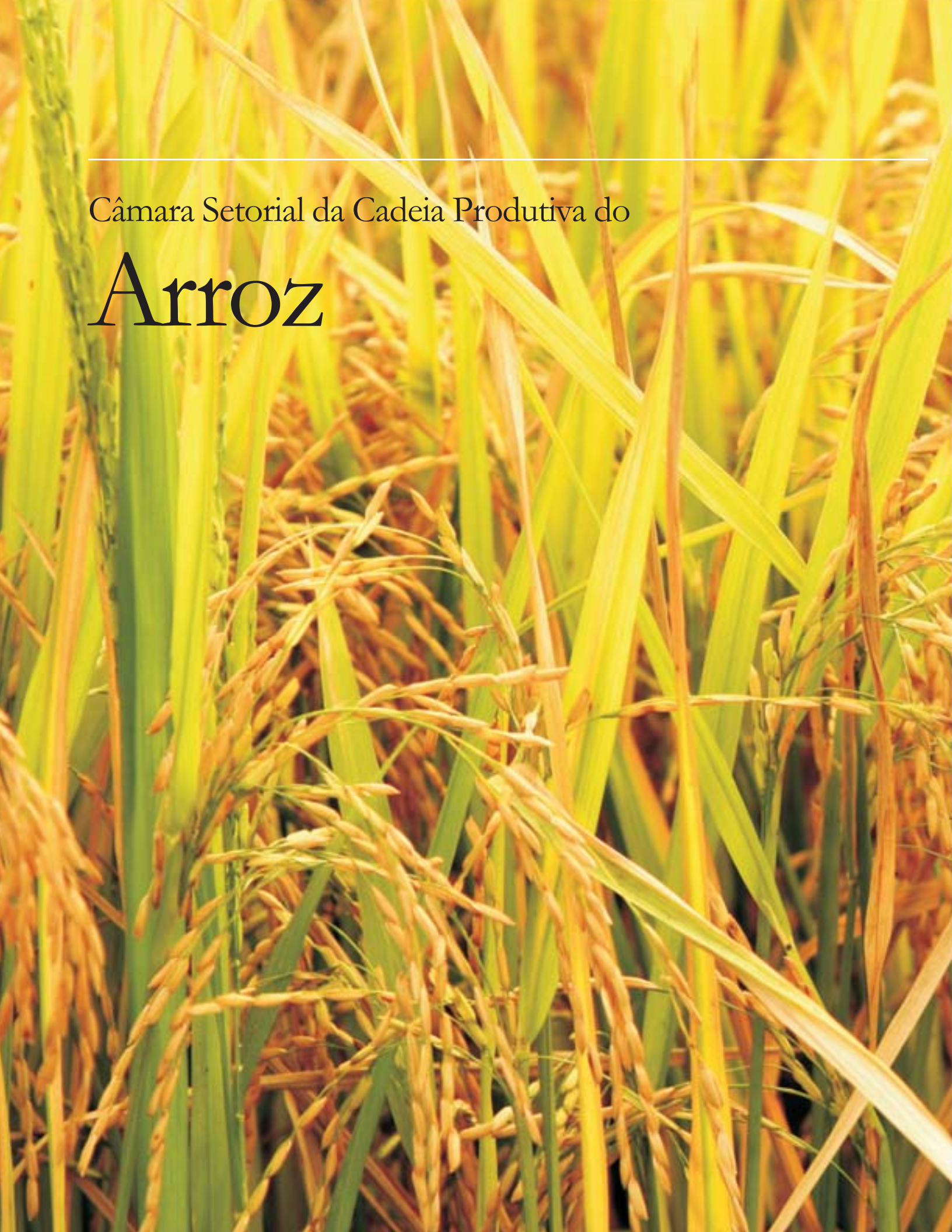
Coordenação

- João Luiz Coutinho de Faria – APACERJ
- Ricardo da Cunha Cavalcanti Junior – SDA/MAPA

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA
- Associação Brasileira dos Exportadores e Importadores de Alimentos e Bebidas – ABBA

- Associação Brasileira de Bebidas – ABRABE
- Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT
- Associação de Produtores e Amigos da Cachaça do Estado do Rio de Janeiro – APACERJ
- Associação dos Produtores de Cana-de-Açúcar e seus Derivados no Estado do Rio Grande do Sul – APRODECANA
- Associação Mineira dos Produtores de Aguardente de Qualidade – AMPAQ
- Associação Pernambucana dos Produtores de Aguardente de Cana e Rapadura – APAR
- Banco do Brasil S/A – BB
- Banco do Nordeste do Brasil – BNB
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Cooperativa dos Produtores de Aguardente de Cana do Estado de São Paulo – COPACESP
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Federação dos Plantadores de Cana do Brasil – FEPLANA
- Federação Nacional das Associações dos Produtores de Cachaça de Alambique – FENACA
- Instituto Brasileiro da Cachaça de Alambique – IBCA
- Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO
- Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Assessoria de Gestão Estratégica – AGE
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismos – SDC
  - Secretaria Executiva – SE
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
  - Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE
  - Secretaria de Relações Internacionais – SRI
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério da Justiça – MJ
- Ministério das Relações Exteriores – MRE
- Ministério da Saúde – MS
- Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Secretaria da Receita Federal – SRF
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
- Sindicato das Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral do Estado de Minas Gerais – SINDBEBIDAS



Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do

Arroz

Histórico

Ayrton Jun Ussami[1]

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz foi instalada em 19 de outubro de 2004 em Brasília, DF, pelo Ministro Interino da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, José Amauri Dimarzio. Na ocasião, o Ministro indicou como Presidente da Câmara, Francisco Lineu Schardong, representante da CNA, e como Secretário Executivo, Paulo Morceli, da CONAB. Nomes que foram referendados por ocasião da primeira reunião ordinária da Câmara.

Francisco Lineu Schardong é produtor rural no Rio Grande do Sul e Diretor Administrativo da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul – Farsul. Morceli é economista, pós-graduado em Informação do Agronegócio, Comércio Exterior e Informática.

A Portaria nº 49, de 22 de fevereiro de 2006 criou a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz. Trata-se de órgão consultivo formado por 34 entidades representativas dos diversos segmentos ligados aos setores governamental e privado, que tem como atribuição a discussão e a apresentação de propostas de políticas públicas e privadas, para que sejam implantadas a médio e longo prazo em benefício deste setor, tão importante para o Agronegócio brasileiro.

A viabilização da cartilha do plano de marketing para aumentar o consumo de arroz, através da Embrapa Arroz e Feijão, foi uma das conquistas desta Câmara, face à queda de consumo deste cereal, devido às mudanças comportamentais e de hábitos dos consumidores.

O cenário favorável dos últimos anos colaborou para a recuperação da atividade, com aumento da rentabilidade, fazendo o arroz participar ativamente do progresso do Agronegócio brasileiro. Os produtores sentiram-se estimulados e ampliar a produção por meio do incremento da área plantada. Aliado à implementação de alta tecnologia na lavoura, principalmente no arroz irrigado, onde o país alcançou qualidade e produtividade comparáveis aos melhores do mundo, o Brasil alcançou um cenário de auto-suficiência na produção.

As propostas encaminhadas pelo Grupo Temático para a formulação de Políticas Públicas e Privadas têm foco em negociações internacionais, defesa comercial, combate a práticas desleais de comércio internacional e importações, incrementação as exportações, políticas de custeio, investimento e de comercialização, promoção do consumo de arroz e seus derivados, relações comerciais intracadeia inovação tecnológica e assistência técnica e normatização.

[1] Chefe da Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

O setor arrozeiro nacional, que no último ano apresentou fraco desempenho na comercialização, com expressiva queda nos níveis de preços, chegando a alcançar quase a metade dos custos de produção, causando forte retração no Valor Bruto de Produção, está diante de sérias adversidades e de pesados desafios. Tal situação já está projetada nos novos números da safra brasileira para o próximo ano, com forte desestímulo ao plantio e, conseqüentemente, forte redução na área plantada no país.

Os últimos anos que favoreceram a recuperação da atividade, agregando rentabilidade, fazendo o arroz participar ativamente do *boom* do Agronegócio brasileiro, permitiram estimular e ampliar a produção por meio do incremento da área plantada, com a implementação de alta tecnologia na lavoura, principalmente no arroz irrigado, onde o país alcançou qualidade e produtividade comparáveis aos melhores do mundo, permitindo-se alcançar um cenário de auto-suficiência na produção, mas com grandes dificuldades para retomar esta posição e de manter um nível de rentabilidade, principalmente no setor produtivo.

O esforço adotado pela cadeia produtiva, no último ano, buscando estratégias para sobrevivência do setor, com soluções que permitissem sustentabilidade no curtíssimo prazo para a comercialização foi insatisfatório, pois a grande parte da comercialização, durante o ano safra, ocorreu com preços abaixo do preço mínimo governamental devido ao atraso na alocação dos recursos em 2006, associado ao excesso de oferta e à importação de arroz do Mercosul, mesmo com o uso dos mecanismos de comercialização governamentais.

Em 2005, o setor buscou novos mercados, incrementou as exportações, realizou vendas para o Governo Federal, visando a diminuição temporária nos estoques de passagem, procurou alternativas para reduzir a interferência do Mercosul, iniciando, até, campanha para o aumento de consumo.

Entretanto, o setor arrozeiro nacional não pode prescindir de políticas de médio e longo prazo, sob pena de apresentar uma total instabilidade que não dará a mínima garantia de investimento na atividade e no abastecimento nacional, ficando à mercê do mercado internacional e à instabilidade de preços e de produção.

A disponibilização de recursos e mecanismos eficientes e modernos, nos prazos necessários para melhor gerir a oferta, ampliar a oferta de crédito para custeio e investimento, o apoio na busca de novos mercados, política mais competitiva e mais igualitária no Mercosul, maior proteção ao mercado interno, através da majoração da Tarifa Externa Comum, e uma política tributária que desonere a

produção e não favoreça as importações, minimizando a guerra fiscal entre os Estados, além de se fazer necessária à avaliação dos níveis de rentabilidade de todos os agentes da cadeia produtiva, são medidas de caráter técnico e político que terão de ser buscadas insistentemente, como forma de enfrentar os cenários desfavoráveis.

Dentro deste contexto complexo, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz, criada originalmente em 19 de dezembro de 1990 e posteriormente instalada em outubro de 2004, tem um papel decisivo, pois é um órgão consultivo, formado por mais de 30 entidades representativas da área governamental e do setor privado, tendo como atribuição a discussão e a apresentação de propostas de políticas públicas ao Governo, para que sejam implantadas a médio e longo prazos tão necessárias a este setor vital do agronegócio brasileiro.

Francisco Lineu Schardong
Presidente da Câmara

Introdução

O presente documento foi elaborado por Grupo Temático formado por membros da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz, criado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília-DF, em 21 de julho de 2005, em atendimento à demanda do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Pretende-se, portanto, com este documento criar condições para que os agentes públicos e privados promovam as articulações necessárias à perfeita harmonização da cadeia produtiva, minimizando as atuais divergências, com a convivência harmônica entre os mesmos de modo a permitir maior produtividade e eficiência no setor.

O tamanho e a importância da orizicultura no Brasil não permitem a convivência desarticulada desse segmento nacional. O arroz é o principal alimento da população brasileira e, segundo levantamento do IBGE, o consumo domiciliar vem se reduzindo. Os dados da última Pesquisa Nacional de Orçamento Familiar (POF) do IBGE indicam uma redução de 42,48% na aquisição de arroz polido nos domicílios brasileiros, no período de 1987/2003. A pesquisa indica, ainda, grande variação do consumo doméstico entre as diferentes regiões, ambientes urbanos e rurais e faixas de renda familiar. Naquela pesquisa não são disponíveis dados de consumo fora do domicílio, mais comuns nas grandes cidades do que no interior e ambientes rurais, o que leva a inferir que este decréscimo, apesar de expressivo, não corresponde a realidade nacional.

A maior presença da mulher no mercado de trabalho, associada ao ritmo da vida moderna nas grandes cidades, tem levado à redução do número de refeições em família e ao aumento do consumo fora do domicílio, popularizado pelo advento dos restaurantes de comida a quilo. Nesses restaurantes é ofertada uma grande variedade de alimentos, facilitando o consumo de outros produtos em lugar do arroz. Deve-se levar em conta, também, a idéia errônea de que o arroz engorda e, portanto, deve ser reduzido da dieta. Tal idéia tem sido amplamente propagada por profissionais da saúde. Segundo pesquisas na área de nutrição, o arroz é um alimento saudável, que contribui com um significativo aporte de vitaminas e sais minerais. Seus carboidratos complexos têm liberação lenta, sendo especialmente adequados para a alimentação de atletas. Em mistura com o feijão, compõe uma refeição saudável e balanceada, pela sua complementariedade, além do que, o arroz "cai" bem com qualquer outro alimento.

Outro fato relevante para a edição deste documento se baseia no momento em que o mesmo é editado: a maioria dos produtos da agropecuária brasileira está passando por grandes dificuldades no presente exercício em razão de eventos relacionados com o mercado ou mesmo com o clima. No caso do arroz, com a produção de duas safras recordes sucessivas, complementado com importações do produto da Argentina e do Uruguai, houve a formação de estoques de passagem de elevados volumes, pressionando o mercado e provocando reduções nos preços, ocorrendo então, maiores dificuldades.

As soluções para os problemas imediatos não estão resolvendo as dificuldades do setor, já que são recorrentes. É preciso, portanto, que se chegue a um acordo para a busca de ações estruturais, com implementações, também, de ações de políticas públicas que objetivem minimizar as divergências, dando mais celeridade a essas ações.

Ambiente Externo e Interno

Nos últimos cinco anos, em relação ao arroz, vê-se grandes modificações no cenário mundial, as quais podem ser traduzidas em oportunidades para o Brasil. Nos principais países produtores e consumidores, especialmente na China, vem reduzindo a oferta do produto, com o consumo permanecendo praticamente nos mesmos níveis. As mudanças que estão ocorrendo nesse país são estruturais, ou seja, parte dos recursos humanos e naturais (água), estão sendo direcionados para a urbanização, indicando que a tendência de redução da produção deverá continuar. Entretanto, como estamos tratando de país com economia planificada, é possível que os estrategistas tenham vislumbrado cenários diferentes. Outra questão relevante se refere à possível mudança do perfil de consumo de arroz da população chinesa. Atualmente, o consumo daquele país está próximo de 135 milhões de toneladas de arroz beneficiado. O cenário em perspectiva poderá ser alterado caso haja uma mudança no perfil de consumo dessa população.

Caso o cenário atual permaneça, é possível que dentro de poucos anos a China venha a se tornar um grande importador mundial de arroz. É difícil pensar no Brasil como exportador para a China, já que dois fatores são desfavoráveis: a menor relação de distância e as variedades de arroz produzidas pelos países do Leste Asiático, próximos àquele país. Entretanto, se a China tornar-se um grande importador da Tailândia e do Vietnã, o Brasil e o Mercosul podem acessar os mercados que esses países deixarem de atender, elevando, assim, a produção interna.

Não se pode esquecer, todavia, a questão de mercado do Mercosul que tem se complicado nos últimos anos em razão do excedente de produção do Bloco já que o Brasil tem perseguido a sua auto-suficiência, enquanto que os países membros também buscam elevar sua produção para exportação, tendo o Brasil como destino principal. Deste modo, não resta outra condição senão o excesso de oferta interna deprimindo os preços e provocando grandes transtornos ao produtor nacional. Como saída só existem duas alternativas: a redução da produção interna do Bloco ou a busca de novos mercados. É nesse segundo caminho que se pretende trilhar, precisando, entretanto de:

Integração de mercados dos países que fazem parte do Mercosul

A idéia de competição entre os países do Mercosul só traz dificuldades entre eles próprios. É certo que as políticas e práticas entre os mesmos não estão harmonizadas, já que permitem que existam ganhos diferenciados entre os participantes, provocando sérias distorções e animosidades. Entretanto, para que a situação fique mais equilibrada, todos deverão trabalhar com um único objetivo: aumentar a produção interna para exportar mais para novos nichos de mercado. Entretanto, como o mercado interno não comporta a elevação da oferta além de certo quantitativo, é necessário que o aumento da produção seja precedido do dimensionamento da demanda externa.

Equilibrar a oferta dos países membros

No mercado internacional não é possível operar com ofertas em momentos de abundância, ausentando-se do mercado em momentos de escassez. Para que os países do Mercosul tenham condições de ganhar novos mercados é necessário que a produção seja equacionada, mantendo a produção equilibrada, em atendimento aos mercados conquistados.

Buscar a redução gradual dos protecionismos internacionais

A existência de pesados subsídios por parte de países exportadores, principalmente EUA, e importadores, caso da Europa e do Japão, dificultam, sobremaneira, as aspirações dos países do Mercosul em ganhar novos mercados. Assim, a busca para superar esses entraves deve ser permanente e parte da estratégica dos países membros.

Aumento da demanda interna

Além da busca do aumento das exportações, todos os países membros devem ir a busca do aumento do consumo interno. No caso específico do Brasil, está provado que a dobradinha arroz com feijão é muito saudável e agrega qualidade à alimentação do brasileiro, especialmente àquele de menor poder aquisitivo. Assim, campanhas de marketing são necessárias para aumentar ou retornar o consumo interno de arroz aos patamares dos anos 1970.

Melhoria no padrão técnico do arroz

Nos últimos anos, as indústrias de beneficiamento buscaram modernizar-se, tornando-se verdadeiras indústrias de alimentos e não mais engenhos de beneficiamento de arroz. Entretanto, além da qualidade no tratamento do produto é necessário agregar maiores ganhos para quem consome tal produto. Assim, a idéia de produzir alimentos funcionais, que atendam necessidades específicas da população é uma idéia genial que devemos incorporar.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Negociações Internacionais, Defesa Comercial, Importações e Promoção das Exportações

Sensibilizar os negociadores brasileiros para que incluam em suas pautas o arroz e seus produtos derivados, com vistas à eliminação de barreiras às exportações. Ampliação de acesso a mercados e eliminação de subsídios às exportações

A participação brasileira em três importantes frentes de negociações internacionais: a Rodada de Doha, no âmbito da OMC; as negociações regionais para a constituição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o acordo de livre comércio Mercosul – União Européia que poderão influir favoravelmente ao setor arrozeiro nacional.

A participação de representantes do Governo nestes acordos, desempenhando papel favorável, desde que tenham conhecimento e convencimento da importância da reforma do comércio internacional para a atividade arrozeira brasileira.

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz passa a ter papel preponderante neste aspecto, sensibilizando o Executivo e o Legislativo para que o produto seja incluído na agenda de negociações, em busca de novos mercados e na eliminação de subsídios internacionais às exportações do cereal.

De acordo com estudos da OCDE, entre 2002 a 2004, os subsídios representaram 76% dos preços do faturamento do produtor, correspondendo a US$ 23,9 bilhões de dólares gastos com subsídios

ao arroz, mundialmente com destaques para o Japão com US$ 16,4 bilhões de dólares e Estados Unidos com US$ 677 milhões de dólares. O arroz, considerando o mesmo estudo, é apenas superado pelo leite e pela carne, em termos de valor de subsídio por produto.

Obter compromisso do governo brasileiro para que assegure a aplicação de medidas de defesa comercial nas importações de arroz e seus derivados, quando causarem danos à cadeia produtiva

Visando reduzir o fluxo das importações do Mercosul e de outros países que apresentam fortes vantagens competitivas o setor produtivo do arroz, em 2005, por meio da Federarroz, com o apoio da Farsul e do Irga, buscou, através de Medida Administrativa de Salvaguardas, reparar ou prevenir os prejuízos causados ao setor doméstico nacional, com o ingresso do produto originário de importações. Os prejuízos causados à produção nacional, associados as notáveis diferenças das cargas tributárias e a descoberta de subsídios às exportações destinados às indústrias do Uruguai e da Argentina, menores preços de insumos, máquinas e equipamentos, mesmo comprados no Brasil, constituem a base da argumentação da petição administrativa que pleiteia uma sobre taxa ou restrições quantitativas ao ingresso do cereal no país.

O Departamento de Defesa Comercial (DECOM), entretanto, considerou improcedente a demanda administrativa. O Tratado de Assunção estabelecia como objetivos maiores a aceleração do desenvolvimento econômico, fundamentado em princípios de gradualismo, flexibilidade e equilíbrio. O acordo foi estabelecido com base no princípio de reciprocidade, implicando em tratamentos equivalentes e não preferenciais aos seus membros.

Diante deste contexto de desigualdades, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva espera, por parte do Governo, medidas no sentido de equalizar as assimetrias, permitindo maior competitividade do arroz nacional evitando a concorrência predatória e desleal que ocorre no Mercosul e Terceiros Mercados.

Avaliar a possibilidade de abertura de um painel na OMC, para tratar dos subsídios dos EUA e da EU, à produção e exportação de arroz

O IRGA, em parceria com a CNA, a Gremial Molinos Arroceros (GMA) e a Associacion de Cultivadores de Arroz (ACA) do Uruguai, bem como com a Federacion de Cultivadores de Arroz da Argentina (Fedenar), viabilizaram a contratação de um estudo preliminar referente aos subsídios norte-americanos, em especial sobre o levantamento dos subsídios, a partir de 1998, análise dos fatores de mercado e a fundamentação jurídica, entre outros temas.

Dentro deste quadro, a Câmara Setorial do Arroz deverá participar e apoiar os estudos citados, bem como as suas implicações no setor arrozeiro, ressaltando que os recentes resultados favoráveis ao Brasil, no caso do açúcar e do algodão, justificam um otimismo em relação as futuras demandas na área agrícola.

Buscar, pelo aumento da Tarifa Externa Comum, níveis consolidados na OMC como forma de defesa às importações de terceiros países, onde os subsídios são expressivos e causam sérias distorções mercadológicas e danos ao setor produtivo nacional

A necessidade de proteção ao mercado frente a terceiros países que mantêm políticas de subsídios à produção e a exportação de arroz faz com que a Tarifa Externa Comum do arroz em casca e beneficiado seja utilizada como instrumento necessário para salvaguardar o mercado interno e evitar a entrada de arroz de

países extra-bloco, subsidiado na origem e tendo como argumento o fato do Mercosul ter atingido a auto-suficiência na produção do cereal.

Segundo levantamento do ICONE, os subsídios agrícolas atingiram em 2005, seu mais elevado patamar, devendo os Estados Unidos destinarem US$ 26 bilhões aos principais commodities. Os subsídios americanos destinados ao arroz atingiram 160% sobre o valor total da produção em 2001, significando que para cada US$ 1,00, referente à produção, o produtor americano recebe US$ 1,60, o que permitiu, decisivamente, a exportação de mais de 60% da produção.

Buscar harmonizar as políticas tributárias, agrícolas e econômicas do Mercosul, visando corrigir as desigualdades que atualmente causam prejuízos e ameaças graves ao setor arrozeiro brasileiro

Após 14 anos de vigência do Tratado de Assunção, observa-se desequilíbrios setoriais e situações de fluxo de mercadorias que vão de encontro à idéia de reciprocidade, implicando em tratamento diferenciado para seus estados-membros, determinando prejuízos e ameaças a importantes setores econômicos, em especial ao setor arrozeiro, e mais especificamente, à região produtora de arroz da Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Devido a isto, o objetivo estratégico do Mercosul que era de aproveitar as vantagens competitivas e comparativas dos sistemas regionais e viabilizar em conjunto a conquista de terceiros mercados, contrasta com o que verdadeiramente ocorreu que foi um desequilíbrio setorial com potenciais e graves implicações regionais em vários setores do agronegócio brasileiro, em especial ao setor arrozeiro.

As assimetrias existentes, tanto na área fiscal, tributária, como na área de insumos, máquinas e equipamentos, determinaram condições de produção e de comercialização desfavoráveis ao Brasil, impondo notáveis dificuldades à competitividade da lavoura arrozeira brasileira.

Propôr um sistema de cotas, estabelecendo parâmetros de internação, de modo a complementar o abastecimento interno, evitando pressões que possam deprimir os preços ou gerar escassez do produto no mercado nacional

Comparando-se 13 safras anteriores ao início do Mercosul, com as 13 posteriores, contata-se que a produção média no Brasil aumentou 11%, enquanto no Uruguai 150,5% e na Argentina 140,5%. Neste mesmo período, a área média no Brasil apresentou redução de 29,9%, enquanto no Uruguai aumentou 101,6% e 76,8% na Argentina, segundo dados apurados pelo Irga.

Após o estabelecimento do Mercosul, o Brasil se encontrava deficitário e dependente das importações de arroz. Hoje, há equilíbrio entre oferta e consumo, tendo em vista os avanços tecnológicos, e portanto, sendo necessária uma revisão dos acordos e, principalmente, através do estabelecimento de cotas para completar o abastecimento nacional, em vista de que, antes do estabelecimento do Mercosul, Uruguai e Argentina tinham a definição de 250 mil toneladas de arroz/ano para exportar para o Brasil.

Permitir o livre fluxo comercial de insumos e máquinas e implementos agrícolas aos níveis praticados no âmbito do Mercosul

O Brasil, se comparado com os vizinhos do Mercosul, é prejudicado por assimetrias tributárias que permitem que o arroz produzido no Uruguai e na Argentina tenha custos unitários menores devido aos preços inferiores das máquinas, implementos e insumos, principalmente herbicidas, estes com custos que chegam a corresponder a 1/3 do similar comercializado no Brasil.

A estimulação de medidas que visem a abertura do mercado para as importações de defensivos agrícolas, como por exemplo, a reformulação do Decreto n° 98.816/1990, permitindo a introdução do registro de regime por equivalência, prática adotada com sucesso por outros países, estabeleceria economicidade significativa, restabelecendo uma justa concorrência.

Visando equalizar os custos de produção no bloco, a permissão ao livre fluxo comercial de insumos, máquinas e equipamentos aos níveis de preços praticados nos demais países do bloco, seria indispensável para reduzir as desvantagens competitivas sofridas pelo produto nacional.

Ampliar e exigir o controle fitossanitário de resíduos tóxicos (micro-toxinas) e de pesagem na internação de produtos do Mercosul, evitando uma prática atualmente identificada de total descontrole destes ingressos, colocando em risco a saúde do consumidor

O ingresso indiscriminado de arroz do Mercosul, desprovido de controles fitossanitário e de resíduos tóxicos, ou até mesmo de pesagem pela falta de balanças, identificadas em mais de cinco postos de fronteira, neste ano, exige ações que venham efetivamente controlar oficialmente estas internações, evitando a prática de contrabando que coloca em risco a saúde do consumidor.

O Projeto de Lei nº 102/2005, estabelece restrições à entrada de arroz e de outros produtos da Argentina e do Uruguai, especialmente condicionando o ingresso dos produtos à realização de análise prévia de resíduos de agroquímicos e fungicidas utilizados na produção das lavouras dos países vizinhos, bem como da presença de micro-toxinas. Esta medida deve ser implantada em caráter nacional, pois não admite que o produtor utilize determinados produtos em sua lavoura e, igualmente, que o país venha a importar e consumir produtos onde foram utilizados esses mesmos insumos.

Agilizar processos de habilitação às exportações e realizar acordos de equivalência sanitária e de tarifas, bem como participar em feiras de negócios de relevância internacional, visando à promoção do arroz brasileiro

As exportações brasileiras, na safra 2004/05, de março de 2005 a fevereiro de 2006, alcançaram 379,7 mil toneladas, base casca, representando um incremento de 311,3% em relação à safra anterior. O Brasil, apesar do excelente desempenho dessas exportações, tem condições de ampliar a participação no mercado internacional pois apresenta alta competitividade na produção, embora sabidamente tenha gargalos tais como: elevados custos portuários e de fretes, dólar sobre-valorizado, são fatores restritivos ao acesso e à manutenção dos mercados conquistados.

A ação do governo, com a inserção na pauta exportadora do país, por meio da formalização de acordos de equivalência sanitária e de tarifária, colocando o arroz como produto na lista de ofertas, poderá proporcionar maior viabilização nas vendas externas e na conquista de novos mercados.

Desenvolver esforços, juntamente com o Uruguai e a Argentina, para a busca de terceiros mercados e a inclusão do arroz em acordos internacionais

O Mercosul incluiu na sua formação o objetivo estratégico de ampliar a exportação para terceiros mercados, com base na ampliação de relações complementares eficientes entre seus participantes.

As tentativas ocorridas visando à implementação de ações e à prospecção conjunta de mercados, por meio do Mercosul agroexportador, embora sem sucesso, não podem ser descartadas como uma estratégia conjunta, na busca para se contigenciar medidas que atendam as demandas externas cada vez mais crescentes.

Políticas de Custeio, Investimento e de Comercialização

Garantir fluxo de recursos para as linhas de crédito para custeio e investimento

Os recursos necessários para o crédito agrícola normalmente não atendem o calendário agrícola, muitas vezes, impossibilitam sua utilização pelo produtor rural. A burocracia, a reciprocidade e atualmente, a exigência de um mix de taxas de juros encarecem os custos do financiamento oficial, praticamente dobrando-os nos últimos dois anos, inviabilizam cada vez mais àqueles que ainda têm acesso ao crédito rural oficial e, consequentemente, onerando cada vez mais, os custos de produção.

A adoção de uma política de crédito com facilidade de acesso, taxas de juros compatíveis com a atividade rural, revisão nos limites de crédito e a utilização de crédito rotativo na atividade rural, reduzindo a burocracia e agilizando a sua liberação, são aspectos a serem discutidos, no âmbito da Câmara Setorial.

Garantir fluxo de recursos estimulando a armazenagem própria, com volumes, recursos e taxas que sejam atrativos para o investimento

A armazenagem própria é um dos fatores fundamentais para o bom gerenciamento da produção, contribuindo principalmente para reduzir as dificuldades na comercialização do produto. A disponibilização de linhas de crédito a juros controlados, com carência para permitir a viabilização do investimento em estocagem, como prioridade na política de infra-estrutura.

Disponibilizar os recursos e os instrumentos de apoio necessários à comercialização

A necessidade de uma política comercial, visando dar sustentação aos preços, com recursos previamente orçados e instrumentos de apoio à

Tabela 1. Impacto da desoneração do ICMS sobre o Salário Mínimo Real

Hipótese de redução do ICMS de:	Aumento do valor real do Salário Mínimo(%)
17% para 7%	13,5
17% para 4%	17,7
17% para 0%	25,0
12% para 7%	7,2
12% para 4%	11,1
12% para 0%	17,7
7% para 4%	4,5
7% para 0%	10,4

Fonte: IPEA

comercialização pré-definidos, permitindo uma melhor gestão da oferta e visando compatibilizar a rentabilidade da atividade e um preço adequado do produtor ao consumidor, deverá ser considerada como uma das prioridades da Câmara Setorial Nacional.

A utilização de mecanismos modernos de comercialização, tais como: PEP/VEP; Contratos de Opções; PROP; LEC; CPR, e outros mecanismos ou instrumentos a serem desenvolvidos e a inserção do arroz nos Mercados Futuros e negociações por meio das Bolsas de Mercadorias, criarão novos vetores de vendas e permitirão profissionalizar a comercialização dentro da cadeia produtiva.

A implementação da PGPM, assegurando a garantia aos preços mínimos estabelecidos pelo governo, por meio de AGF, permite ao produtor acesso a recursos que lhe proporcione uma renda mínima, principalmente no início da safra. A participação junto com o MAPA na definição do Preço de Liberação dos Estoques, quando houver necessidade da intervenção do Governo no mercado, disciplinando a venda dos estoques públicos, também deve fazer parte desta política comercial para o mercado interno.

Aumentar o teto máximo de créditos de comercialização para o setor industrial, com custos de crédito rural, respeitado os parâmetros da PGPM na comercialização do arroz com os produtores também é uma medida que vem em apoio a comercialização do produto.

Incluir o arroz com a aplicação da menor alíquota de ICMS

Como é de conhecimento público, os alimentos no Brasil têm uma elevada carga tributária na composição de seus preços de venda ao consumidor. Estudos comprovam que a tributação dos produtos integrantes da cesta básica nacional, ao longo das cadeias produtivas, chega a mais de 35%, o que constitui injustiça social sem precedentes, afetando, fundamentalmente, as classes menos favorecidas, em cujo orçamento a alimentação tem peso relevante.

A eliminação ou redução desta injusta carga tributária ensejaria significativa valorização do poder aquisitivo do Salário Mínimo (Tabela 1), além de reduzir a informalidade que envolve o beneficiamento e a comercialização desses produtos, resultando no incremento do consumo e ampliação da base da arrecadação tributária. A elevada sonegação fiscal decorrente da situação constatada no presente, distorce o mercado na medida em que cria uma concorrência desleal e predatória às empresas que cumprem com dificuldade todas as obrigações legais.

Por outro lado, a maioria dos Estados, grandes produtores de alimentos, se vê cada vez mais prejudicada pelo aumento da guerra fiscal imposta por algumas unidades da Federação. Como pode ser visto na tabela anterior, o comparativo dos tributos estaduais sobre o arroz, as variações nas alíquotas do ICMS podem chegar a até 13,5%, o que é outra distorção grave.

Temos reconhecidamente, no Brasil, uma dieta tradicional, considerada exemplar por todas as áreas técnicas que estudam o tema da nutrição humana. A famosa combinação "arroz com feijão" é considerada básica e ideal, além de já estar incutida no gosto da população brasileira. O país tem amplas condições, por vocação agrícola, de clima e solo, em garantir essa dieta nas proporções adequadas e suficientes às necessidades alimentares de cada cidadão.

Quanto menor for a carga de tributos ao longo de toda a cadeia produtiva, maiores possibilidades terão programas sociais como o "Fome Zero", por exemplo, sem custo ao erário, de atingir plenamente aos seus objetivos. A isenção de contribuições ao PIS e COFINS na comercialização de arroz, feijão e farinha de mandioca, decidida no final do ano de 2004, é uma prova disso, na medida em que contribuiu para que os preços desses produtos caíssem durante o ano de 2005, embora não se desconheça que outros fatores conjunturais também concorreram para tal.

Urge, portanto, desonerar todos os produtos essenciais da Cesta Básica e, principalmente, no caso do ICMS, adotar regras fiscais uniformes em todos os Estados da Federação. Medidas que resgatem a competitividade das indústrias formalmente instaladas, evitem a migração constante de parques industriais em busca de benefícios fiscais, além de gerar estabilidade e maior número de empregos, contribuirão para uma redução importante dos preços finais, beneficiando, fundamentalmente, portanto, as populações menos favorecidas financeiramente.

Cada vez que a Cadeia Produtiva do Arroz propõe a uniformização, ou equalização do ICMS interestadual, encontra resistência sob o argumento de que as alterações das normas vigentes exigiriam unanimidade dos conselheiros do CONFAZ, fato que na prática não se comprova tendo em vista o alto grau de disparidade encontrado atualmente, conforme se constata pela leitura do "Resumo da Guerra Fiscal em Relação ao Arroz", em anexo também.

Benefícios concedidos por algumas unidades da Federação, em desconformidade com as normas do CONFAZ:

a) MATO GROSSO

Nas saídas interestaduais de arroz industrializado dentro do programa PRÓARROZ, tributadas com a alíquota de 12%, é concedido um incentivo de 75%, resultando numa alíquota efetiva de 3% em tais operações.

b) TOCANTINS

Nas saídas de arroz produzido e industrializado neste Estado, tributadas com a alíquota de 12%, é concedido um crédito presumido de 10% (art. 34, IX, do RICMS-TO). Isto resulta em uma tributação efetiva de 2%.

c) MATO GROSSO DO SUL

- Saídas internas – a alíquota aplicável é de 7% sobre uma base de cálculo de 33%, resultando numa carga tributária efetiva de apenas 2,31 %;
- Saídas interestaduais – nas saídas tributadas a 12% é concedido um crédito presumido de 67%. Isto resulta em uma tributação efetiva de 3,96% em tais operações, gerando, no entanto, ao adquirente um crédito integral de 12%.

d) PERNAMBUCO

Nas saídas internas, tributadas pela alíquota de 17% , é concedido um crédito presumido de 10%. Além deste benefício, existe mais o programa denominado de PRODEPE, que concede uma redução de 50% do saldo devedor informado em GIA, resultando numa alíquota efetiva de 3,5%. Estes benefícios têm incentivado as indústrias gaúchas e das demais unidades da Federação a instalarem filiais no Estado para onde transferem a granel o arroz ali produzido e beneficiado, pois o empacotamento local é condição para usufruir do benefício. Tal prática tem contribuído para agravar o desemprego na indústria do arroz gaúcha. Estima-se que enquanto uma determinada quantidade de arroz saindo industrializada e empacotada gera seis empregos, o mesmo volume saindo a granel ocupa apenas um emprego.

Convém mencionar, ainda, que as empresas "incentivadas" pelo PRODEPE e que utilizam o benefício cumulativo do crédito presumido são estimuladas a importar para aquele mercado, uma vez que as entradas de matéria prima importada têm diferimento de ICMS. Como para usufruir o benefício fiscal abre-se mão de todos os créditos por entrada e do Rio Grande do Sul a mercadoria chega com 7% de ICMS, estes acabam virando "custo", inviabilizando praticamente as compras dos consumidores de Pernambuco do originado do Rio Grande do Sul. Isso sem contar a vantagem dos fretes a partir de Montevidéu.

e) BRASÍLIA

O Governo do Distrito Federal concede incentivo fiscal, de forma que o arroz produzido e industrializado em outros Estados e apenas comercializado em Brasília – seja tributado em somente 1%. Este artifício faz com que o arroz

produzido no Rio Grande do Sul, numa operação triangular envolvendo um estabelecimento situado em Brasília, possa atingir a praça de Minas Gerais, por exemplo, com uma tributação de apenas 8%, contra os 12% numa saída diretamente do Rio Grande do Sul.

f) MINAS GERAIS/BAHIA

O Governador Aécio Neves propôs à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais zerar as alíquotas de ICMS referentes a diversos produtos, entre os quais arroz e feijão. Idêntico procedimento está em vias de ser adotado no Estado da Bahia.

g) SÃO PAULO

São Paulo é o Estado com maior consumo de arroz do Brasil, quantitativamente. Para as empresas que têm também como mercado o pequeno e médio varejo, faz-se mister a montagem de estruturas de distribuição (CDs), que permitem melhores condições de atendimento aos clientes. Nestes casos, os Estados que praticam tributação de 12%, contra uma alíquota interna de 7% do Estado de São Paulo, conjugadas com a baixa capacidade de agregação de valor do produto arroz, faz com que as empresas estejam acumulando créditos de ICMS naquele Estado, sem possibilidade de aproveitamento.

O Estado de São Paulo criou uma figura fictícia, chamada IVA (Índice de Valor Agregado), concedendo à operação de distribuição de arroz um índice máximo de 53%, o que vale dizer que somente serão reconhecidos, para efeitos do DCA (Documento de Crédito Acumulado), 53% do saldo credor de ICMS acumulado. O restante, cada contribuinte terá que consumir com suas próprias operações.

Outro ponto crucial com relação a São Paulo tem sido a tendência de importação direta do arroz do Mercosul, lá tributado, por enquanto, com alíquota de 7%, enquanto se importado pelo Rio Grande do Sul e Santa Catarina, paga 12%, como já comentado acima, no caso de Minas Gerais.

Introduzir políticas de apoio anti-cíclicas para os produtores de arroz

O produtor de arroz é submetido a dois tipos de risco: o climático, onde sua produção pode ser sensivelmente reduzida por falta ou excesso de chuvas e por riscos de mercado que por fatores fora de seu controle podem alterar substancialmente os preços, provocando graves prejuízos. Para o risco climático pode-se protege-lo com o seguro rural e para os riscos de mercado propõe-se políticas anti-cíclicas onde tais efeitos sejam minimizados e a renda do produtor preservada.

Premiar o produtor que adotar boas práticas de produção

Os produtores que adotarem boas práticas de produção, com o melhor uso da água e dos resíduos tóxicos, receberão, quando do pagamento do seu financiamento um bônus que resultará no desconto de sua parcela a pagar. O valor desse bônus será fixado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e divulgado juntamente com o Plano Safra de cada ano.

Normatização

Revisar a Portaria nº 269, adequando-a a nova realidade do mercado do produtor ao consumidor.

A revisão da antiga Portaria nº 269, editada em 1989 é sumamente necessária, com a sua adequação aos novos padrões tecnológicos desenvolvidos na lavoura, atendendo as necessidades do consumidor, e visando, também, a agregação de valor ao produto de qualidade diferenciada.

A alteração desta importante legislação deve ser precedida de amplo debate no âmbito da cadeia produtiva, com avaliação criteriosa, assim como dos seus impactos, principalmente no setor de produção. O foco do debate deve ser voltado para a qualidade, mas utilizando critérios adequados que permitam aumentar a competitividade do produto produzido internamente, tanto na área industrial quanto no setor agrícola.

Viabilizar a regulamentação de Agro-Químicos genéricos utilizados na lavoura arrozeira

A comercialização de medicamentos humanos genéricos possibilitou a redução dos preços médios dos remédios, aliando a isto preço baixo e qualidade. A adoção de similar tratamento aos agroquímicos utilizados na lavoura arrozeira, permitiria alterar o perfil dos preços dos herbicidas, fungicidas, inseticidas, entre outros no país, beneficiando os produtores rurais e reduzindo custos, ampliando a concorrência neste importante segmento do agronegócio brasileiro, a exemplo do que ocorre com o único produto genérico do setor o glifosato.

Relações Comerciais Intracadeia

Criar grupo temático, coordenado pela Câmara Setorial, com o objetivo de promover o consumo de arroz e seus derivados: projetos para aumento de consumo

A redução no consumo de arroz, mostrado pelo IBGE, é foco de muita preocupação para o setor arrozeiro nacional. Por ser o arroz um alimento básico saudável, contribuindo com significativa aporte de energia, através de seus carboidratos complexos, além de proteínas, vitaminas e sais minerais, torna-se de suma importância a preservação do hábito da ingestão diária, assim como o incentivo à ampliação do seu consumo, especialmente nas metrópoles e regiões onde tem apresentado maior decréscimo.

Para reverter tal quadro, é indispensável criar mecanismos de estímulo ao consumo, esclarecendo a população quanto as qualidades nutricionais e funcionais do cereal, bem como dos seus benefícios, desmistificando que o "arroz engorda". A proposta é a criação de um grupo temático, coordenado pela Câmara Setorial, que estudará formas de promover o consumo, a mídia espontânea do produto bem como a captação de recursos para viabilizar a execução de plano contínuo de conscientização do público em geral, com ênfases para o infanto-juvenil, classe médica, fisioterapeutas e nutricionistas.

Consolidar a Câmara Setorial como interlocutora dos atores da cadeia produtiva do arroz: produção, indústria e varejo

Uma peculiaridade da cadeia produtiva do arroz é a estreita interdependência entre a produção e a indústria de beneficiamento. Dada a ampla oferta de produto de boa qualidade, proveniente do ecossistema de várzeas sub-tropicais do RS, SC, Uruguai e Argentina, a indústria do Sul do país tem oportunidade de reduzir sua planilha de custos adquirindo o produto onde for mais conveniente no momento. Por outro lado, a consistente melhoria de qualidade do arroz de sequeiro sob o ecossistema de terras altas, situado em locais logisticamente menos acessíveis, atraiu indústrias de outros locais, além de estimular a modernização das já existentes. Portanto, as oscilações de área cultivada sob esse ecossistema, ocasionam problemas de abastecimento das indústrias locais e comprometem o alto investimento realizado. A proposta é que a Câmara Setorial discuta estratégias visando estabelecer um amplo diálogo entre os diferentes atores dos processos de produção, industrialização e varejo, para assegurar um maior comprometimento e melhor distribuição dos custos entre esses diferentes segmentos, nos dois ecossistemas.

Além disso, os indícios de que segmentos da cadeia produtiva do arroz possam estar infringindo a Lei de Defesa da Concorrência – Lei nº 8.884, de 1994 – como abuso de poder econômico, recomendam que a Câmara Setorial se organize e estude formas para evitar as práticas comerciais adotadas pelos grandes grupos varejistas estabelecidos no Brasil. Também a transparência das informações dentro da cadeia produtiva torna-se ferramenta fundamental para a definição de estratégias e de políticas setoriais para a consolidação da própria cadeia.

Fazer gestões para incluir o arroz como um produto negociável em bolsas de mercadorias e futuros

Um dos graves problemas dos produtores brasileiros tem sido a não tomada de garantia de preços para a sua mercadoria. Assim, o produtor investe ao processar a safra, preparando a terra, gastando com insumos, mão-de-obra e capital sem ter qualquer indicação do que ocorrerá dali para frente. Sua esperança está centrada, apenas, nas informações parcas e pouco confiáveis, dos preços da safra anterior. Se eventualmente acontece de ter uma supersafra e os preços caírem abaixo dos custos de produção, só resta ao produtor incorrer em prejuízo ou buscar apoio nos instrumentos de comercialização do Governo Federal. Como esses instrumentos normalmente não têm volume de recursos que permite um apoio total e efetivo, o prejuízo é o resultado certo.

Desta feita, para que esse problema seja superado, propõe-se que a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, façam gestões junto à Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F na busca de implantação de um sistema de comercialização de futuros para o produto. Esse processo não é difícil de ser implantado haja vista que já contamos com contratos futuros para vários produtos da agricultura brasileira, tais como o milho e a soja e, com o arroz, já contamos com o Indicador Arroz, desenvolvido e operado pelo Cepea/Esalq/USP.

As dificuldades existentes dizem respeito à necessidade de modernização das normas de classificação e na preparação dos contratos para operação na bolsa, podendo ser seguido, por exemplo, o modelo adotado na Chicago Board Of Trade (CBOT).

Inovação Tecnológica

Promover a geração de conhecimento visando a inovação tecnológica, redução de custos e aumento da competividade da cadeia produtiva

Só com critérios e processos baseados em modernidade e inovação é que o arroz do Brasil deterá competitividade no mercado internacional. Dentre as prioridades e desafios apresentados pelo agronegócio, que devem permear o panorama de CT&I, estão alguns temas relativamente novos na agenda de pesquisa das instituições nacionais, mas de grande impacto potencial. Estes temas incluem agregação de valor ao arroz, sua adequação a padrões internacionais, sistemas para avaliação de conformidades e de gestão da restreabilidade; desenvolvimento de organismos geneticamente modificados e testes de biossegurança; rotulagem e certificação de produtos; novos métodos de colheita, embalagem, armazenagem e conservação; técnicas de agricultura de precisão; sistemas de apoio à tomada de decisão; simulação, modelagem e previsão de desempenho de sistemas e seu efeito no ambiente; novos sistemas de irrigação, otimização do uso da água, monitoramento de mananciais hídricos, entre outros.

A necessidade de acelerar a obtenção de resultados da pesquisa para atender às novas demandas implica em ampliar os recursos de custeio e infraestrutura, bem como estabelecer um novo modelo de cooperação entre organismos públicos e privados. A Câmara se propõe a atuar no estímulo à pesquisas inovadoras bem como à ampliação de recursos financeiros, através da interlocução com organismos de fomento, em especial os Fundos Setoriais de CT&I e com parlamentares, visando emendas ao orçamento da União.

Estudar novas formas de parceria/ arrendamento entre arrendatário e arrendador visando reduzir seus custos finais

Adoção de alta tecnologia que incrementem a produtividade e consequentemente a redução do custo unitário de produção desde que o setor tenha renda que viabilize a lavoura dentro dos altos padrões tecnológicos disponibilizados.

Buscar uma escala de produção, compatibilizando: capital, mão-de-obra, meio ambiente e tecnologia

Aprimorar controle de gestão direcionado à produção e á comercialização, utilizando instrumentos fundamentais como: controle de custos, planejamento financeiro e também, dinamizar outras formas de comercialização da produção em modelo similar ao Produção Integrada de Arroz – PIA.

Contemplar a agricultura familiar na geração e difusão de tecnologia

Cerca de 30% da produção de arroz vem de pequenas propriedades com utilização de mão-de-obra familiar. No que se refere ao arroz irrigado no ambiente sub-tropical, em especial em SC, esta exploração é altamente organizada e está devidamente inserida no mercado. Dentro deste contexto, a maior parte da tecnologia desenvolvida pelas instituições de pesquisa se adapta perfeitamente a este importante segmento do setor arrozeiro. Por outro lado, no ambiente tropical, e em especial na Região Nordeste, tanto sob várzeas ou terras altas, o arroz cultivado nas pequenas propriedades é predominantemente para auto-consumo, o excedente eventualmente chegando aos mercados locais. Tais agricultores encontram-se, geralmente, à margem das tecnologias e de acesso à crédito, A proposta da Câmara para este segmento é estimular políticas de crédito agrícola e de assistência técnica, entre outros fatores propulsores para este segmento. Cabe também estimular pesquisas na área de agroecologia e agricultura orgânica, visando agregação de valor ao produto.

Incentivar estudos sobre aproveitamento do arroz e seus derivados

Além dos grãos inteiros, o beneficiamento do arroz produz resíduos, incluindo casca, farelo e grãos quebrados, que poderiam ser melhor explorados pela indústria, evitando desperdícios e agregando valor ao produto. A casca tem ampla aplicação, destacando-se seus usos na produção de energia, na construção civil e na siderurgia. O farelo, que representa a fração mais rica em termos nutricionais, é tradicionalmente usada em rações animais, sendo pouco utilizado na alimentação humana no nosso país. Dele é extraído o óleo considerado como o de maior qualidade, dentre os de origem vegetal, pelo melhor balanço entre gorduras saturadas, mono insaturadas e poli-insaturadas. É uma preciosa fonte de vitamina E, antioxidantes (tocoferois, tocotrienóis, gamma-oryzanol, fitoesteróis, polifenóis) e outros micronutrientes que ajudam a combater os radicais livres e o envelhecimento, com amplo uso na indústria farmacêutica, como suplemento alimentar, bem como na indústria cosmética. Os quebrados podem ser mais amplamente utilizados, seja na produção de farinha, seja na cervejaria. A farinha tem uma amplitude de usos que vão da produção de alimentos infantis, flocos extrusados, cereais, biscoitos, chips, salgadinhos e cobertura para frituras empanadas, entre outros. A proposta da Câmara é criar um consórcio envolvendo instituições de pesquisa, universidades e iniciativa privada, visando categorizar e priorizar demandas de pesquisa, identificar fontes alternativas de recursos financeiros e promover políticas de estímulo à diversificação da oferta e maior aproveitamento do arroz e produtos derivados.

Viabilizar estudos sobre a aplicação do zoneamento agroclimático nacional sugerindo e orientando os produtores para o plantio em áreas recomendadas

Incentivar e sugerir o plantio da lavoura segundo as regiões e as normas definidas no Zoneamento Agroclimático Nacional, desestimulando seu cultivo em áreas não recomendadas.

Logística

Políticas de apoio ao transporte interno (rodoviário, ferroviário e fluvial)

Perto de 60% da produção do arroz no Brasil concentra-se nos dois Estados do extremo sul do país, já o consumo está disperso em todas as regiões. Esse produto, por outro lado, tem reduzido seu valor específico, de modo que o custo de transporte vem correspondendo a parcela cada vez mais significativa no custo final do produto.

O Brasil, pela sua extensão territorial, deve implementar políticas que reduzam esse custo, principalmente e especialmente para os produtos da cesta básica brasileira. O uso de modais de transportes de grandes cargas, como é o caso do transporte ferroviário e o fluvial são ideais para as condições do país. Entretanto, considerando o alto valor a ser investido e o tempo que esse tipo de obra requer, não deve ser esquecido do transporte rodoviário. Atualmente vive-se com estradas de concepção antiga, que não suportam o volume de cargas e, por isso, altamente deterioradas, elevando, sobremaneira, o custo dos fretes.

Assim, o Brasil deveria adotar a seguinte estratégia na condução da questão do transporte de longa distância:

a) investir na construção de ferrovias e na navegabilidade de rios – como forma de dar vazão à demanda, removendo maior quantidade com menores custos;

b) ampliar e fazer manutenção das estradas – para permitir o escoamento da produção até estarem prontos os novos modais e permitir o fluxo de mercadorias de menor distância.

Transporte de cabotagem

O Brasil tem mais de oito mil quilômetros de costas marítimas e em boa parte dela servida por portos de boa qualidade. Entretanto, a participação do transporte de cabotagem é muito pequena, pois não existem navios disponíveis para atender a demanda. Segundo consta, existem poucas empresas de navegação de cabotagem no Brasil que possuem equipamentos que atendem a demanda. Assim, boa parte do produto que sai dos estados do sul e que dispõem de excelentes portos chegam, principalmente, no Nordeste e Norte, via rodoviária, encarecendo, sobremaneira, o produto final.

Desta feita, propõe-se que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, juntamente com a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz, façam gestões junto ao Ministério dos Transportes para exigir o aumento da frota de navios que servem à costa brasileira ou que permitam a entrada de novos fornecedores do serviço, de maneira a compatibilizar o custo do frete de cabotagem no Brasil, com os demais países membros do Mercosul.

Adequar a armazenagem dentro das normas estabelecidas pela nova Lei de Armazenagem, possibilitando a emissão de certificados: CDA e Warrant

A nova Lei de Armazenagem, de número 11.076/2004, permitirá que o produto armazenado de terceiros se torne um título representativo de promessa de entrega/venda de mercadoria e também que seja negociado como ativo financeiro. Os títulos gerados são o Certificado de Depósito Agropecuário(CDA) e o Warrant Agropecuário(WA). O CDA permite ao proprietário vender seu estoque sem movimentar fisicamente a produção. O WA, também lastreado nos estoques armazenados, garantirá empréstimos bancários com taxas de juros mais atraentes.

O CDA e o WA funcionarão como uma nova moeda para os produtores rurais que poderão negociar o certificado como se vendessem o produto ou levantar o empréstimo com o warrant.

Segundo a nova lei, quem armazena produtos de terceiros deve cumprir o que ela estabelece, tendo que adotar as seguintes providências: alterar o objetivo social da empresa e arquivar na Junta Comercial. A aplicação da lei permitirá a regularização do arroz a depósito, prática utilizada tradicionalmente pelo setor.

Para que seja coibida a manipulação de Arroz à Depósito, prática tradicional usada pelo setor, e por conseguinte não permitir a má comercialização por parte de Industrias e Cooperativas, sugerimos:

- Implementar o CDA e o Warrant Agropecuário a fim de lastrear corretamente o arroz depositado pelos produtores;
- Incrementar a fiscalização estadual do ICMS para que esta exija mensalmente, em contrapartida a venda de produtos, a compra da matéria-prima, e não apenas o ingresso como depósito da mesma, como é feito até o momento.

Propostas do Grupo Temático para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Negociações Internacionais

- Identificar e acompanhar políticas adotadas por outros países, com o objetivo de dar suporte às negociações internacionais relacionadas ao complexo arroz;
- Sensibilizar os negociadores brasileiros para que incluam nas suas pautas o arroz e seus derivados com vistas à eliminação de barreiras às exportações, ampliação de acesso a mercados e a eliminação de subsídios agrícolas às exportações;
- Desenvolver esforços junto ao Governo federal e em conjunto com a Argentina e o Uruguai visando harmonizar a tarifa externa comum para todas as NCMs do arroz aos níveis consolidados pela OMC, 35%, até que se instaurem políticas de proteção capazes de erradicar práticas desleais de comércio;
- Desenvolver programa integrado de assistência internacional e compras governamentais e multilaterais de arroz, associado a programas específicos de segurança alimentar e combate à fome no plano internacional.

Defesa Comercial, Combate a Práticas Desleais de Comércio Internacional e Importações

- Solicitar ao governo brasileiro que assegure a aplicação de medidas de defesa comercial nas importações de arroz sempre que prejudicarem a cadeia produtiva, gerando excedentes e deprimindo preços no mercado interno, comprometendo a renda da atividade e desestimulando o plantio do cereal;
- Interceder junto ao governo brasileiro o compromisso de reavaliar a mediada administrativa de Salvaguardas encaminhada pela Federarroz;
- Rediscutir o Mercosul, criando parâmetros para as importações, por meio de um sistema de cotas, com gestão de fluxo de ingresso, visando complementar o abastecimento nacional, compatibilizando a oferta e a demanda, evitando as pressões sazonais que reduzam ou aumentem a oferta do produto, que deprimem ou geram altas generalizadas nos preços do mercado interno;
- Re-introduzir e legitimar os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento nas discussões sobre as normas para o arroz no âmbito do Mercosul, assumindo o

papel de gestor na rediscussão sobre o Acordo de Assunção, reaproximando as entidades públicas e privadas dos Estados-membros e agindo como um facilitador neste processo;

- Harmonizar o tratamento tributário no Mercosul, reduzindo suas assimetrias e aumentando o nível de competitividade brasileira, tendo em vista as desvantagens comparativas que possui em relação ao Uruguai e a Argentina;
- Permitir o livre fluxo comercial de insumos, máquinas e equipamentos, aos níveis praticados pelo Bloco permitindo uma maior linearidade nos custos de produção de seus estados-membros;
- Avaliar a possibilidade de abertura de um painel na OMC para tratar dos subsídios dos EUA e da União Européia à produção e comercialização de arroz, em continuidade aos estudos preliminares liderados pelo IRGA;
- Exigir o controle fitossanitário e de resíduos tóxicos não somente no Estado do Rio Grande do Sul, mas aprovar legislação para todo o território nacional, conforme o Regulamento Técnico do Arroz do Mercosul, item 4.11.1.4, bem como de pesagem e de controle aduaneiro quando das importações, principalmente quando ocorrer por via rodoviária ou ferroviária, e a sua proibição, caso os requisitos acima não sejam observados.

Incrementar as Exportações

- Criar estrutura que centralize informações e estudos sobre comércio internacional de arroz, interagindo com os demais setores públicos e privados;
- Desenvolver programa integrado de assistência internacional e compras governamentais de arroz, associado à programas de segurança alimentar e combate à fome no plano internacional;
- Incluir o arroz nas negociações internacionais, e agilizar acordos de equivalência sanitária e de tarifas;
- Sistematizar e organizar a vinda de missões internacionais para tomarem conhecimento do ambiente que é produzido o arroz nacional, fortalecendo todos os elos da cadeia produtiva e integrando exportadores e importadores;
- Buscar a participação do arroz e seus derivados em feiras internacionais visando fortalecer a promoção comercial do produto e incrementar negociações;
- Desenvolver ações conjuntas entre Brasil, Argentina e Uruguai na busca de terceiros mercados para a exportação de arroz e a sua inclusão nas negociações internacionais, ampliando novos mercados e redirecionando os excedentes do bloco.

Políticas de Custeio, Investimento e de Comercialização

- Ampliar limites período de carência, volume de recursos e redução das taxas de juros e divulgar antecipadamente o calendário de disponibilização de recursos;
- Implantar o crédito rotativo na atividade rural reduzindo a burocracia e agilizando a sua liberação;
- Disponibilizar os mecanismos de sustentação de preços na safra, amparados na PGPM, e outros mecanismos de apoio à comercialização, na entressafra, como: Opções Públicas e Privadas, PEP e VEP para dar referência às cotações de mercado e também estímulo às exportações;
- Ampliar os recursos com juros da

exigibilidade bancária, aumentando o compulsório de 25% para 30%, desta forma aumentando o nível de recursos e taxas controladas,destinados ao crédito rural;

- Ampliar a disponibilidade dos recursos controlados e da poupança rural aos Bancos Estaduais e Cooperativos, permitindo maior amplitude na disponibilidade do crédito;
- Criar linha de crédito para a implantação e desenvolvimento de indústrias direcionadas a produtos alternativos de arroz;
- Facilitar o acesso a linhas de crédito voltado para a armazenagem e industrialização, com juros controlados, maior carência e menor burocracia;
- Criar linha de crédito direcionada à aquisição de equipamentos para a elaboração de produtos derivados do arroz;
- Ampliar o teto individual por CNPJ do crédito industrial com taxas compatíveis ao crédito rural, ou permitir a utilização por filial;
- Instituir, no Brasil, políticas anti-cíclicas para o arroz como forma de reduzir os riscos de mercado do produtor rural.

Promoção do Consumo de Arroz e Seus Derivados

- Proposição de um grupo temático na Câmara Setorial com o objetivo de apresentar propostas para incrementar o consumo de arroz e de seus derivados;
- Desenvolver campanhas publicitárias visando o aumento de consumo, divulgando as qualidades nutricionais e funcionais do arroz;
- Desenvolver ações específicas, visando divulgar as condições nutracêuticas do arroz, em faculdades de nutrição, medicina, educação física, engenharia de alimentos, escolas;
- Desenvolver convênio com o Governo Federal incluindo o arroz e seus derivados na merenda escolar (MEC) e também, em refeições populares;
- Pleitear junto ao Governo Federal a ampliação do uso do arroz e seus derivados em programas socais de doação de alimentos;
- Apoiar, também, programas de âmbito estaduais e municipais incluindo o arroz e seus derivados (farinha e farelo) na merenda escolar, por meio das Prefeituras.

Relações Comerciais Intracadeia

- Recomendar a adoção da nova Lei de Armazenagem nº 11.076/2004, que determina providências na armazenagem de produtos de terceiros. Para tanto é necessária a adoção das seguintes providências: alterar o objetivo social da empresa e seu arquivamento na Junta Comercial para permitir que o produto armazenado de terceiros se torne um título representativo de promessa de entrega/venda de mercadoria e também que seja negociado como ativo financeiro;
- Ampliar e padronizar o nível de informações dentro da cadeia produtiva, buscando dar maior transparência nos dados, para permitir avaliar e definir estratégias para seu melhor desenvolvimento, como por exemplo, dados sobre vendas e consumo de arroz no varejo, entre outras;
- Viabilizar a contratação de um estudo técnico, profundo e isento, para levantamento atualizado do custo de cada

etapa da cadeia produtiva, nas suas mais diversas formas de organização e local de atuação.

Inovação Tecnológica e Assistência Técnica

- Investir em pesquisa e tecnologias também voltadas à agricultura familiar, viabilizar o acesso a instrumentos de comercialização;
- Intensificar a difusão de tecnologia adaptando-a aos fatores ambientais e socioeconômicos;
- Criar políticas públicas voltada ao reaparelhamento, recomposição de pessoal e dos salários dos profissionais da pesquisa, do ensino e da assistência técnica e extensão rural;
- Melhorar a interação entre as instituições de pesquisa e de extensão para melhor otimização das informações junto aos produtores;
- Intensificar treinamento e capacitação do produtor na gestão de produção e de comercialização;
- Discutir e participar com o MAPA na elaboração de dados e de indicadores sobre o setor arrozeiro, para a sua divulgação periódica, visando a harmonização principalmente das informações que dizem respeito ao mercado, como por exemplo: Quadro de Oferta e Demanda, Preços de Paridade de importações, entre outros.

Normatização

- Concluir o trabalho de Revisão da Portaria 269, de 1988, adequando-a dentro da nova realidade de mercado, compatibilizando e avaliando as suas implicações dentro da cadeia produtiva, com foco direcionado à qualidade do produto;
- Viabilizar a regulamentação de agroquímicos genéricos junto ao MAPA;
- Reconhecer que agroquímicos genéricos registrados nos países membros do Mercosul sejam automaticamente registrados no Brasil;
- Estimular medidas visando abertura do mercado para as importações de defensivos agrícolas, como por exemplo, a reformulação do Decreto nº 98.816/90 para permitir a introdução do registro de regime por equivalência.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- Francisco Lineu Schardong – FARSUL
- Paulo Morceli – CONAB

Colaboração

- André Barbosa Barretto – FEARROZ
- Beatriz da Silveira Pinheiro – EMBRAPA
- Cezar Augusto Gazzaneo
- Marco Antonio Lorga – SIAMT
- Marco Aurélio Tavares – IRGA

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira das Indústrias de Arroz Parboilizado – ABIAP
- Associação Brasileira de Bolsas de Mercadorias – ABM
- Associação Brasileira de Sementes e Mudas – ABRASEM
- Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS
- Associação das Indústrias de Beneficiamento de Arroz de Santa Cruz do Rio Pardo – ABASCRPardo
- Associação dos Produtores de Arroz do Estado do Mato Grosso – APA/MT
- Associação dos Produtores de Arroz e Irrigantes do Mato Grosso do Sul – APAI/MS
- Associação Nacional das Bolsas de Mercadorias – ANBM
- Banco do Brasil S/A – BB
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

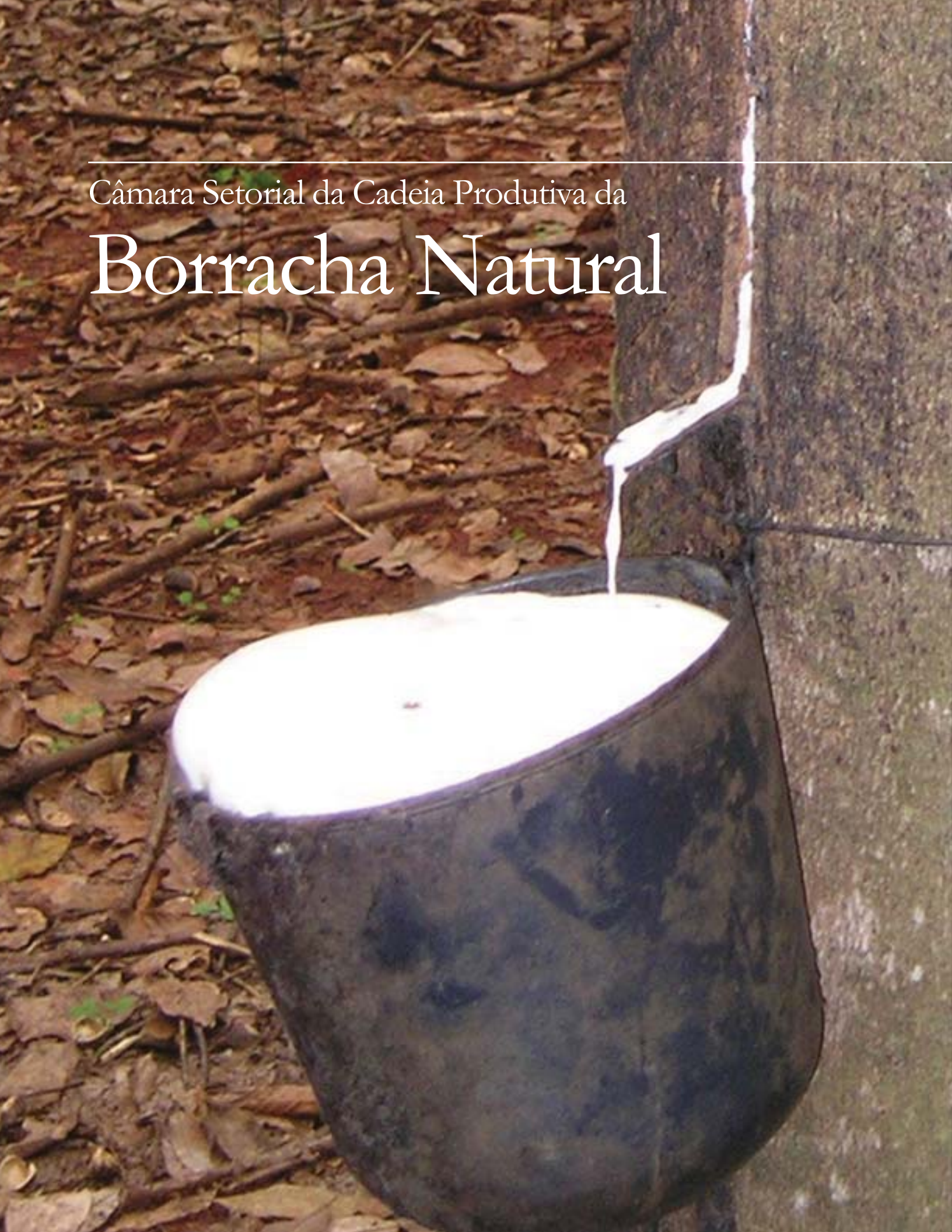
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa
- Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – FARSUL
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins – FAET
- Federação das Associações dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul – Federarroz
- Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul – Fecoagro/RS
- Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul – Fearroz
- Instituto Riograndense do Arroz – IRGA
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

  Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA

  Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC

  Secretaria de Política Agrícola – SPA

  Secretaria Executiva – SE
- Sindicato da indústria do Arroz de Pelotas – Sindapel
- Sindicato das Indústrias de Arroz de Goiás – SIAGO
- Sindicato das Indústrias de Arroz de Santa Catarina – Sindarroz-SC
- Sindicato das Indústrias de Arroz do Estado do Rio Grande do Sul – Sindarroz-RS
- Sindicato Intermunicipal das Indústrias da Alimentação do Estado do Mato Grosso – SIAMT
- Sociedade Rural Brasileira – SRB



Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da

Borracha Natural

Histórico

Fabrício Vieira Juntolli[1]

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural foi instalada em 05 de agosto de 2005 na seda da Sociedade Rural Brasileira em São Paulo, capital. Na oportunidade, o então Ministro Roberto Rodrigues indicou para presidir a Câmara o Presidente da Sociedade Rural Brasileira – SRB, João de Almeida Sampaio Filho e como Secretario Executivo o representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Ailton Vitor Pereira. Em seguida, por ocasião da primeira reunião ordinária, as indicações foram referendadas pelo plenário da Câmara, que contou ainda com a presença do Secretário Executivo do MAPA, hoje Ministro Luis Carlos Guedes Pinto.

O Presidente da Câmara é Economista, Presidente da Comissão Natural de Borracha Natural da CNA, e da Sociedade Rural Brasileira. É Vice-Presidente da Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha – APABOR e da Associação Comercial de São Paulo – ACSP. É produtor de Borracha Natural nos estados de SP, MT e PR e Diretor da Usina de Beneficiamento de Borracha INTERLATEX no município de Barretos, SP.

O Secretario Executivo é Médico Veterinário, com Mestrado em Produção Animal na UFSM, Doutorado e Pós-Doutorado em Ciência Animal pela Universidade de Illinois, EUA. Atualmente desempenha suas atividades na Embrapa, em cultura da seringueira.

Criada pela Portaria nº 515, de 21 de dezembro de 2005, a Câmara possui 32 órgãos e entidades dos diversos segmentos ligados à atividade, como órgãos governamentais, associações, federações e organizações.

Além da grande utilidade para a sociedade de modo geral, a heveicultura é conhecida pela sua capacidade de geração de trabalho permanente, bem como pelo caráter intensivo no emprego da mão-de-obra.

Os principais temas discutidos pela Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural estão relacionados ao manejo, a sanidade e a proteção de plantas; melhoramento genético para incrementar a produção e a produtividade de borracha, a produção de madeira, assim como o seqüestro de carbono; zoneamento ecológico e econômico como a regionalização do cultivo; transformação da produção em produtos de maior valor agregado, qualidade e certificação da borracha; financiamento do cultivo e comercialização da borracha.

[1] Chefe da Divisão da CGAC/SE/MAPA, Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural apresenta esta Agenda de Trabalho que foi solicitada pela Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (CGAC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A elaboração da agenda seguiu o roteiro sugerido pela CGAC, tomando por base as informações obtidas junto aos diferentes segmentos ou setores da cadeia, bem como os temas mais relevantes levantados e discutidos nas três primeiras reuniões da Câmara, constantes nas respectivas atas.

O documento representa um ponto de partida para discussões e ações futuras, e contém uma abordagem geral sobre os setores e agentes da cadeia, os ambientes interno e externo, retratando a importância da cultura da seringueira e seus impactos ambientais, sociais e econômicos para o nosso país. São apresentadas as principais estatísticas dos setores representativos da cadeia, de modo a permitir a sua análise global ou setorial e oferecer subsídios para tomadas de decisões por parte dos agentes de cada segmento e dos governantes, parlamentares e demais autoridades responsáveis pela elaboração e implementação de políticas, programas e ações relacionadas à cadeia.

Na agenda também são apontadas as diretrizes e prioridades de curto, médio e longo prazos da Câmara, visando à formulação de políticas públicas e privadas para apoio e fortalecimento dos principais segmentos da cadeia da borracha natural (produção, beneficiamento e indústria). No final do documento, são relacionadas a equipe responsável pela sua elaboração e os órgãos e entidades componentes da Câmara.

Com menos de um ano de existência, a Câmara tem sido um importante fórum de debate e busca de soluções para a cadeia, mostrando capacidade de diagnóstico das potencialidades e dos entraves e problemas de cada setor, bem como de proposição de medidas e estratégias de solução, de modo a contribuir para o crescimento sustentado do agronegócio da borracha natural e a geração de emprego e renda para redução da pobreza e da desigualdade social, desde que devidamente apoiada por ações governamentais.

João Almeida Sampaio Filho
Presidente da Câmara

Introdução

A borracha natural é de suma importância para o país e o mundo, não somente pelos pneumáticos imprescindíveis na indústria automobilística e na aviação, mas também por centenas de artefatos empregados em diversos setores essenciais, tais como: saúde (luvas cirúrgicas, preservativos, tubos cirúrgicos, bicos de mamadeira e afins), eletroeletrônicos e eletrodomésticos, calçados, mineração e siderurgia, entretenimento e outras atividades (petrolífera, saneamento, construção civil e indústrias em geral).

A cadeia produtiva da borracha natural é constituída por quatro setores: 1) produção (heveicultura e extrativismo nos seringais nativos), 2) beneficiamento (usinas), 3) indústrias (pneumáticos e artefatos), 4) comércio e prestação de serviços; os quais atuam em seqüência e são interdependentes.

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural foi inaugurada pelo Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, em reunião realizada em 05 de agosto de 2005, na sede da Sociedade Rural Brasileira, em São Paulo, SP, sendo instituída oficialmente por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2005. A sua criação veio ao encontro dos anseios dos diversos setores da cadeia, constituindo um fórum para discussão e busca de soluções para os problemas identificados e um canal estratégico de comunicação e interlocução da cadeia com o governo federal através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Esta Agenda de Trabalho foi elaborada a pedido da Coordenação Geral das Câmaras Setoriais e Temáticas (CGAC) do MAPA, seguindo o roteiro sugerido pela CGAC e tomando por base as informações obtidas junto aos diferentes segmentos da cadeia, bem como os temas mais relevantes levantados e discutidos nas três primeiras reuniões da Câmara. O documento traz uma abordagem geral sobre os setores e agentes da cadeia, os ambientes interno e externo, a importância da cultura da seringueira e seus impactos ambientais, sociais e econômicos para o nosso país. São apresentadas as principais estatísticas dos setores da cadeia, de modo a permitir a sua análise global ou setorial e oferecer subsídios para tomadas de decisões por parte dos agentes de cada segmento e dos governantes e autoridades responsáveis pela implementação de políticas, programas e ações relacionadas à cadeia. São discriminadas as prioridades e as diretrizes de curto, médio e longo prazos da Câmara, visando à formulação de políticas públicas para apoio e fortalecimento da cadeia. O documento também contém a relação das instituições e entidades componentes da Câmara, seus respectivos representantes titulares e a equipe responsável pela sua elaboração.

A seringueira pode ser utilizada de várias formas, sendo a sua borracha de uso mais conhecido na fabricação de pneumáticos e de centenas de artefatos de grande utilidade para a sociedade humana. A importância dos pneus e câmaras de ar nos meios de transporte (aviões, carros, ônibus, caminhões, tratores, motocicletas, bicicletas) dispensa maiores comentários. Centenas de artefatos de borracha natural são empregados em vários setores essenciais, tais como: saúde, calçados, mineração e siderurgia, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, entretenimento e outras atividades (petrolífera, saneamento, construção civil e indústrias em geral). Dentre os artefatos de borracha, pode-se destacar: as luvas cirúrgicas que são imprescindíveis para a assepsia e o sucesso das cirurgias, além de outros utensílios hospitalares

de borracha; os preservativos utilizados no controle da natalidade e na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; os bicos das chupetas e mamadeiras; os solados dos tênis, sapatos e das botinas e botas que servem também como isolantes elétricos para proteção dos eletricistas; os blocos de borracha utilizados nas fundações das edificações (prédios, pontes e outros) em regiões sujeitas a abalos sísmicos, juntas de vedação e de amortecimento de impactos, correias e esteiras transportadoras, mangueiras, bolas de futebol, etc.

Entretanto, mais recentemente, a pesquisa tem sido direcionada para o desenvolvimento de clones com dupla aptidão, para produção de borracha e madeira para construção civil e fabricação de móveis e caixas de embalagens, tornando a cultura mais útil, importante e lucrativa. Além desses produtos, a seringueira é uma planta melífera que apresenta nectários nas flores e na base dos pecíolos das folhas, e suas sementes podem ser empregadas para extração de óleo, contribuindo para agregação de renda extra aos agricultores (GONÇALVES, 2002).

Ambiente Externo e Interno

Importância Ambiental da Heveicultura

Lado bom

- A cultura é reflorestadora, contribui para a conservação do solo e da água, e serve de abrigo e alimento para a fauna (mamíferos, aves, insetos);
- Baixo uso de agrotóxicos quando é cultivada em áreas de escape as suas principais doenças;
- Alta taxa de crescimento e de seqüestro de carbono, em torno de 90 toneladas de CO_2 por planta de 15 anos de idade (OLIVEIRA *et al*, 2005), gerando créditos de carbono aos heveicultores e ao país;
- Baixa demanda de nutrientes e de fertilizantes na fase adulta devido à baixa exportação de nutrientes na borracha;
- Baixa demanda de água durante a estação seca que coincide com o período de senescência e renovação da folhagem das plantas.

Lado ruim

- A difícil decomposição dos pneus e artefatos de borracha propicia poluição ambiental e condições favoráveis à proliferação do mosquito transmissor da dengue (Aedes aegypti). A solução para esses problemas vem sendo buscada por meio da criação de leis ambientais e da atuação de empresas especializadas na reciclagem e na re-utilização dos produtos de borracha para confecção de tiras de sofás, solados, tubos, tapetes, rodas maciças, pisos, etc.; uso de fragmentos ou pó de borracha juntamente com o asfalto para a pavimentação de ruas e estradas; utilização de pneus picotados juntamente com o concreto, em substituição à brita, na produção de pré-moldados, blocos, pisos, guias, etc.; uso de pneus inteiros ou picotados como combustível alternativo (de maior poder calorífico que o carvão e o óleo combustível) nas fábricas de cimento licenciadas pelos órgãos ambientais (AREBOP, s/d);
- Os preservativos e as luvas de borracha podem causar sérios problemas de saúde e até matar as pessoas alérgicas ao látex da seringueira. Produtos feitos do látex, como as luvas que são usadas nas fábricas, nos hospitais ou em casa, são as principais causas da alergia ao látex. A quantidade de pessoas que desenvolveram alergia vem aumentando nos últimos anos devido ao maior uso das luvas protetoras e dos preservativos que

acompanham o aumento da epidemia de doenças infecciosas.

Importância Social e Econômica

Além da grande utilidade para a sociedade humana, a heveicultura é conhecida pela sua capacidade de geração de trabalho permanente, bem como pelo caráter intensivo no emprego da mão-de-obra (um sangrador para cada 5 a 10 hectares, dependendo do sistema de sangria adotado), uma vez que a sua exploração não é mecanizada. Essa atividade também reserva espaço ao trabalho da mulher, tendo em vista que a sangria é uma prática que exige especialização, habilidade, sensibilidade e não é associada a grande esforço físico (VIRGENS FILHO, 2005).

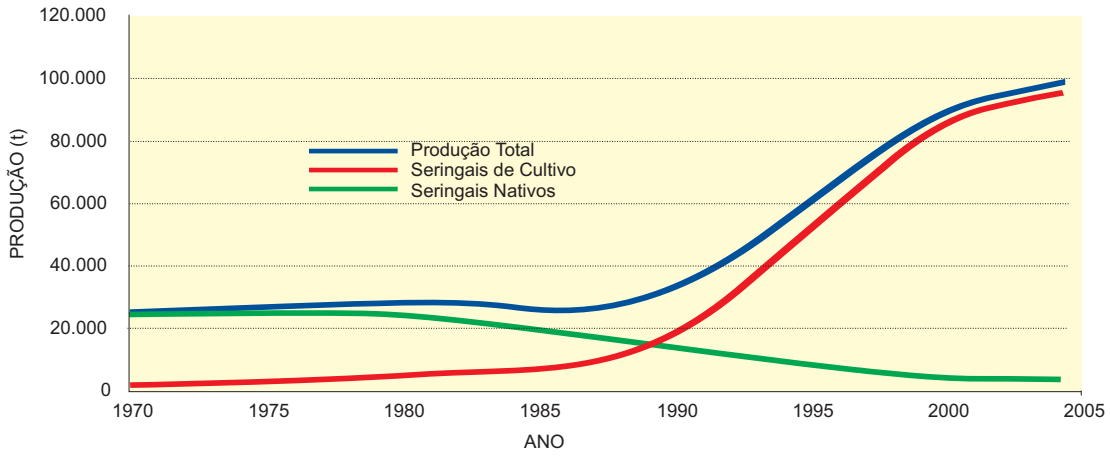
A participação da mão-de-obra no custo total é da ordem de 20% a 30% na fase de formação do seringal, e de 30% a 60% na fase de produção, dependendo do sistema de sangria adotado. Como os agricultores familiares não têm custos fixos elevados e nem encargos sociais, tornam-se mais competitivos no mercado globalizado, e devem ser incluídos nos programas de fomento e expansão da cultura. A heveicultura é uma boa opção para pequenos agricultores e assentados da reforma agrária, desde que estejam organizados em associações e cooperativas e tenham assistência técnica especializada. Sob o ponto de vista da renda mensal, um módulo de 3 hectares possibilita ganhos que variam de 2,0 a 4,0 salários mínimos na fase de reembolso do financiamento e 4,0 a 6,0 salários na fase subseqüente (VIRGENS FILHO, 2003).

Indicadores Socioeconômicos

Com base na atual área plantada com seringueira no Brasil, de aproximadamente 137 mil ha, estima-se que o setor produtivo da borracha natural ofereça mais de 25 mil empregos diretos fixos no campo, além de outros 25 mil indiretos. Deve-se adicionar ainda os mais de 7.000 empresários (heveicultores) que são constituídos na sua grande maioria (> 90%) por pequenos e médios produtores com seringais de até 10 a 20 hectares. Atualmente, existem mais de 100 viveiros de mudas de seringueira, dando suporte à expansão da nossa heveicultura, os quais empregam mais de um mil operários rurais. O extrativismo da borracha nos seringais nativos da Amazônia foi gradativamente desativado a partir dos anos 1980, mas ainda gera ocupação e renda para inúmeras comunidades de seringueiros (CONAB, 2006; MORCELI, 2004).

Considerando a produção nacional de aproximadamente 100 mil toneladas de borracha natural em 2005 (equivalente a 170 mil toneladas de látex coagulado com 60% de borracha, comercializadas ao preço médio de R$1.800,00/t), estima-se o faturamento

Figura 1. Participação dos seringais de cultivo e nativos na produção nacional de borracha



global do setor produtivo da ordem de 300 milhões de reais e o recolhimento de 60 milhões de reais em impostos, anualmente.

Mercado Nacional da Borracha Natural

Os seringais nativos foram responsáveis pelo período áureo da borracha, no final do século XIX e início do século XX (1880 a 1915), chegando à produção recorde de 45 mil toneladas no ano de 1911 (APABOR, 2006) e gerando desenvolvimento e riqueza para os Estados da Amazônia. Desse período em diante, a borracha extraída dos seringais nativos perdeu espaço para a borracha produzida nos seringais cultivados no sudeste asiático. A partir de 1951, o Brasil tornou-

Tabela 1. Áreas plantada e colhida de seringais e produção de látex coagulado com 60% de borracha, por Região e Unidade da Federação, no ano de 2004

UF/Região	Áreas de seringais (ha)		Produção de látex coagulado	
	Plantada	Colhida	Total (t)	Relativa (%)
Pará	1.255	1.255	1.770	1,07
Rondônia	1.768	881	1.329	0,81
Acre	1.631	1.352	930	0,56
Tocantins	570	570	248	0,15
Amazonas	71	71	55	0,03
Norte	**5.295**	**4.129**	**4.332**	**2,62**
Bahia	26.757	26.720	20.780	12,62
Maranhão	1.912	1.888	2.579	1,56
Pernambuco	202	202	616	0,37
Nordeste	**28.871**	**28.810**	**23.975**	**14,55**
São Paulo	35.693	35.278	88.157	53,53
Espírito Santo	6.631	6.608	8.020	4,87
Minas Gerais	2.461	2.461	4.170	2,53
Rio de Janeiro	2	2	5	0,00
Sudeste	**44.787**	**44.349**	**100.352**	**60,93**
Mato Grosso	26.454	26.454	30.480	18,51
Goiás	1.711	1.711	3.632	2,20
Mato Grosso do Sul	585	585	1.136	0,69
Centro-Oeste	**28.750**	**28.750**	**35.248**	**21,40**
Paraná	337	337	782	0,50
Sul	**337**	**337**	**782**	**0,50**
Total do Brasil	**108.040**	**106.375**	**164.689**	**100,00**

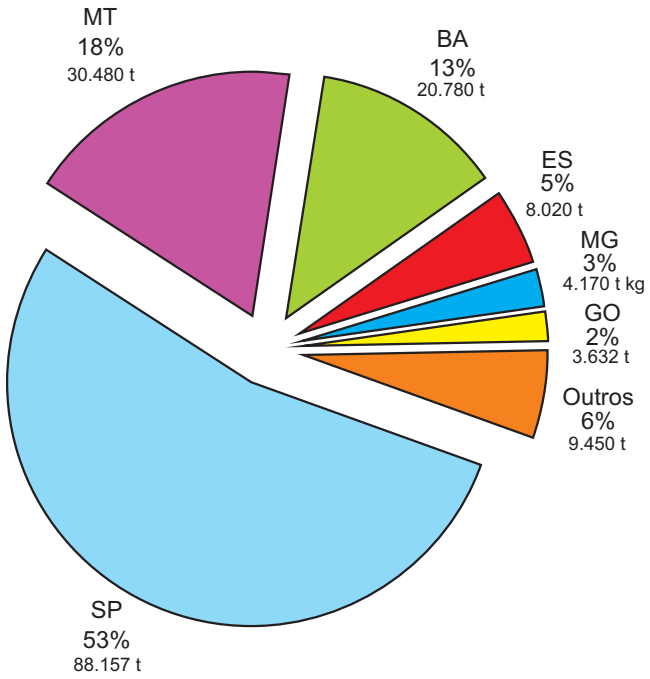
Fonte: IBGE (2005); PBNB (2006)

se importador de borracha natural, mas os seringais nativos ainda tiveram grande participação na produção nacional de borracha até 1980. Devido aos plantios de seringais nos últimos 25 anos, essa participação foi reduzida ano a ano, de modo que a produção dos seringais nativos foi superada pela

constante e necessário melhoramento genético da espécie.

A produção nacional de borracha está diretamente relacionada com a produção dos seringais de cultivo, principalmente dos estados de São Paulo, Mato Grosso e Bahia que apresentam

Figura 2. Participação relativa dos estados na produção de borracha natural em 2003

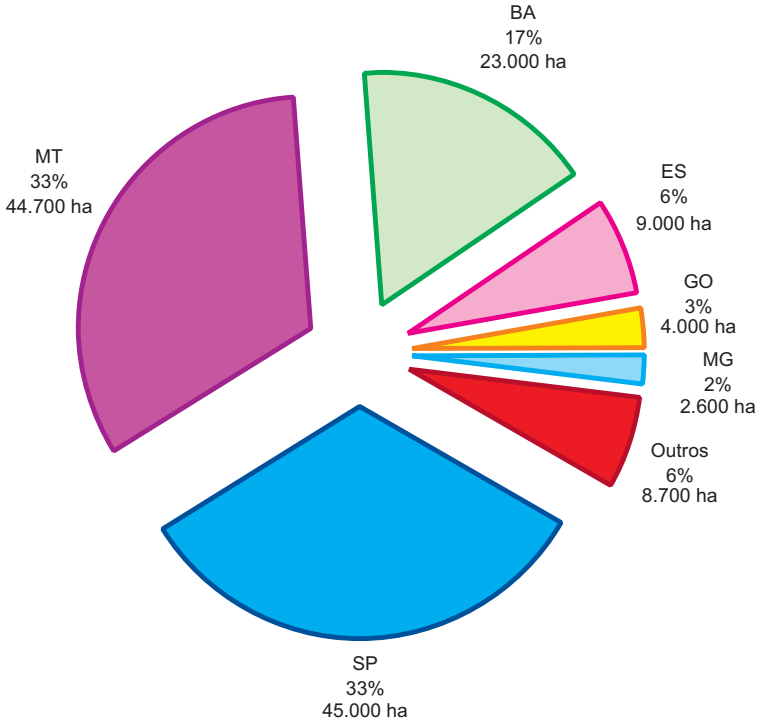


Fonte: IBGE (2005); PBNB (2006)

dos seringais de cultivo em 1990, e atingiu 3 mil toneladas em 2005, representando apenas 3% da produção nacional (Figura 1). Contudo, os seringais nativos da Amazônia ainda representam fonte de renda para as populações ribeirinhas da região, e sua exploração sustentável deve ser incentivada por meio de políticas, programas e ações governamentais, não somente pelo seu lado socioeconômico e histórico, mas também por contribuir para a valorização e conservação do nosso banco de germoplasma *in situ* da seringueira, o qual tem sido pouco explorado por meio de prospecções e trabalhos de pesquisa para o

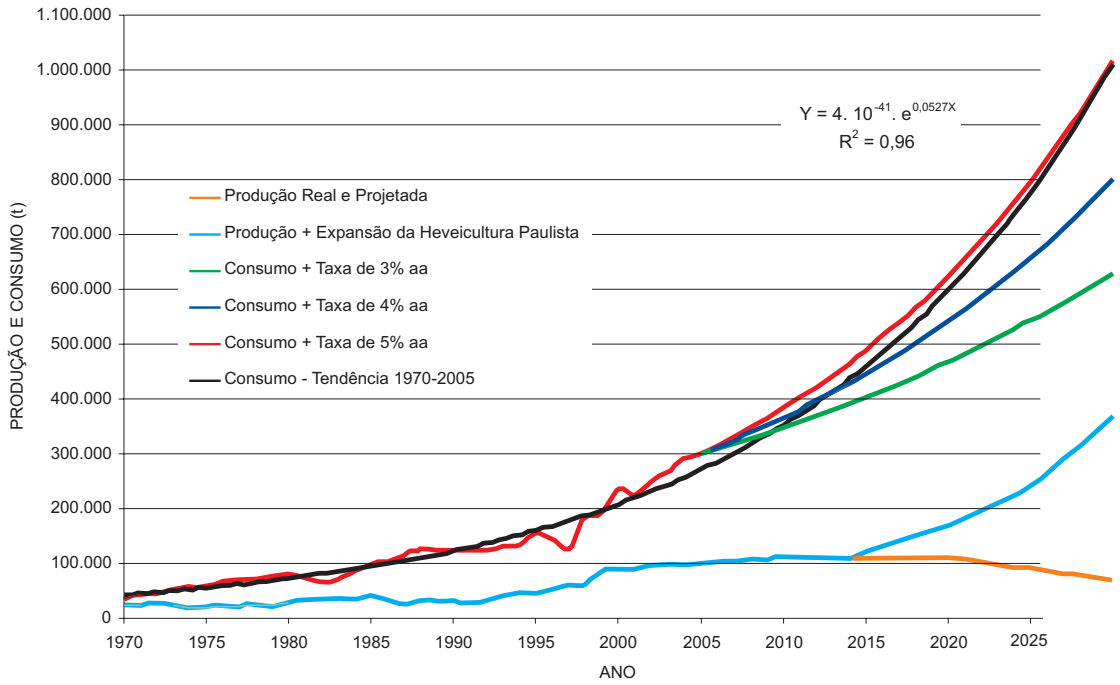
maiores áreas cultivadas e colhidas e maior produção de borracha (Tabela 1 e Figura 2). Entretanto, segundo informações de técnicos e pesquisadores de diversas instituições que trabalham com a cultura, a área cultivada atual é maior que aquela apresentada na Tabela 1, chegando próxima a 137 mil hectares, com base nas seguintes informações por estado: 45 mil hectares em São Paulo (APABOR), 44,7 mil hectares em Mato Grosso (EMPAER-MT), 23 mil hectares na Bahia (CEPLAC/CEPEC), 9 mil hectares no Espírito Santo (INCAPER), 4 mil hectares em Goiás (Embrapa), 2.600 hectares em Minas Gerais (EPAMIG), e 700 hectares no Paraná

Figura 3. Participação relativa dos estados na área cultivada com seringueira em 2006



Fonte: IBGE (2005); PBNB (2006); APABOR (2006)

Figura 4. Evolução da produção e do consumo de borracha natural no Brasil



Fonte: IBAMA (1989, 1995); Morceli (2004); Rossmann *et al.* (2004, 2005); Cortez e Benesi (2005); APABOR (2006)

(IAPAR), enquanto nos demais estados existem cerca de 8 mil ha (IBGE, 2005), sendo a participação relativa dos estados mostrada na Figura 3.

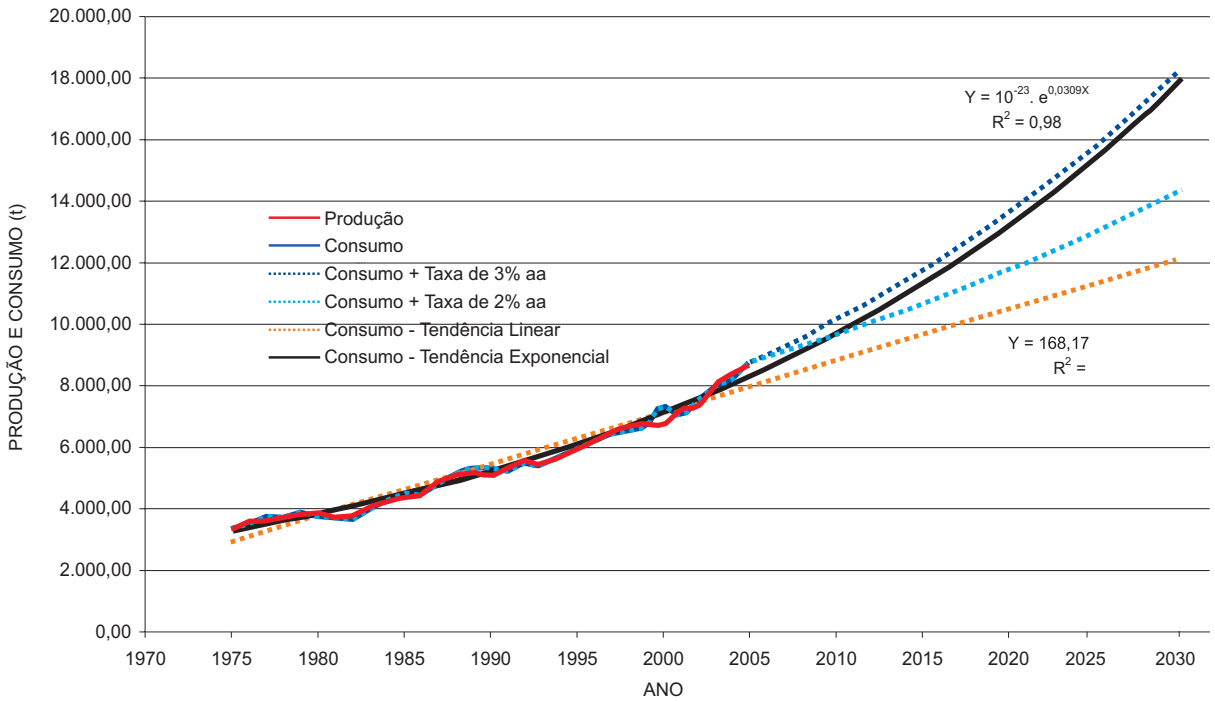
A evolução da produção e do consumo de borracha natural no Brasil (Figura 4) mostra que o consumo cresce em taxa bem superior à produção, gerando déficits e importações crescentes do produto. Em 2005, a produção foi de 100 mil toneladas e o consumo de 300 mil toneladas, sendo este proporcionado pelas indústrias de pneumáticos (75%) e de artefatos de borracha (25%). Considerando a hipótese de poucos investimentos em novos plantios, há tendência da nossa produção atingir 110 mil t/ano, entre 2010 e 2020 e depois cair para menos de 100 mil t/ano. Porém, considerando a expansão da heveicultura paulista em 120 mil ha, com o plantio de 8 mil ha/ano, durante 15 anos seguidos (CORTEZ e BENESI, 2000), a produção esperada será de 370 mil toneladas em 2030 (APABOR, 2006).

Mesmo com o sucesso desse plano de expansão, a produção nacional em 2030 será insuficiente para atender ao nosso consumo estimado em mais de 600 mil toneladas (taxa de 3% aa), 800 mil toneladas (taxa de 4% aa) e 1 milhão de toneladas (taxa de 5% aa). Esta última estimativa parece mais provável, pois representa melhor a tendência do nosso consumo histórico nos últimos 35 anos (1970 a 2005), estimada pela equação exponencial Y = 4. 10-41. e0,0527X, onde Y = consumo esperado, X = Ano, e = 2,7183. Dificilmente o Brasil crescerá menos nas próximas décadas do que nas últimas, e esse argumento é reforçado pela taxa mais alta de crescimento do consumo de 1997 a 2005.

Mercado Mundial da Borracha Natural

A evolução da produção e do consumo de borracha natural no mundo (Figura 5) mostra o equilíbrio entre ambos nos últimos 35 anos, indicando

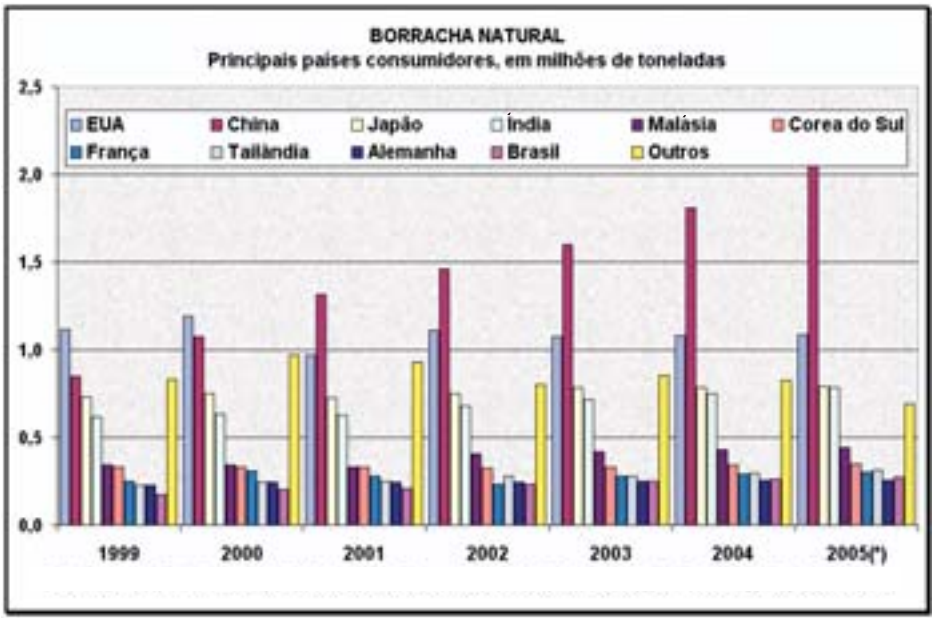
Figura 5. Evolução da produção e do consumo de borracha natural no mundo



Fonte: IBAMA (1989, 1995), IRSG (1996-2006)

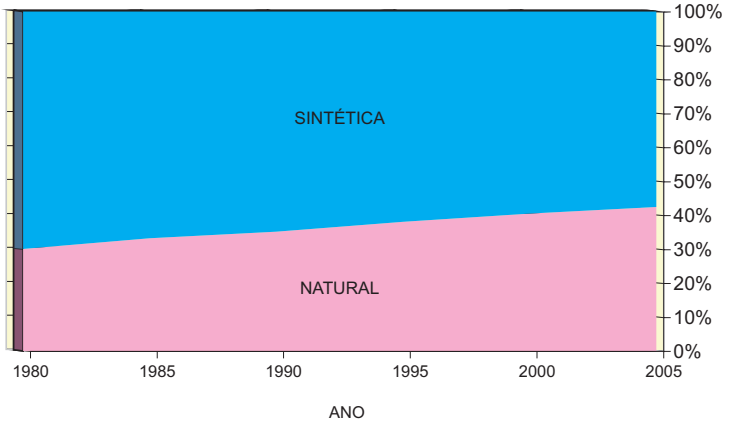
a suficiência do produto, porém, com estoques de passagem relativamente baixos, da ordem de 1/4 do consumo mundial (IBAMA, 1989, 1995; IRSG, 2006). Embora os países mais desenvolvidos e industrializados tenham consumo estável de borracha natural, o consumo mundial nos próximos anos tende a crescer mais do que a produção em função do crescimento econômico dos países altamente populosos, especialmente a China (Figura 6), do aumento do consumo de borracha natural em relação à sintética (Figura 7) e da elevação do consumo *per capita*, além da limitação da área mundial cultivada com seringueira e da sua expansão aquém do necessário para fazer frente à demanda crescente. De acordo com as previsões feitas por Hidde Smit, Secretário Geral do International Rubber Study Group (IRSG), principal instituição de pesquisas sobre economia mundial da borracha, sediado em Londres, o déficit de borracha natural poderá ser de 4 milhões de toneladas em 2035, se for mantido o ritmo atual de crescimento da produção (ROSSMANN *et al.*,

Figura 6. Evolução do consumo de borracha natural dos principais países consumidores



Fonte: *Rubber Statistical Bulletin* Vol. 57, nº 7 e consumo 2002/05 IRSG – Elaboração: Conab e (*) Projeção Conab

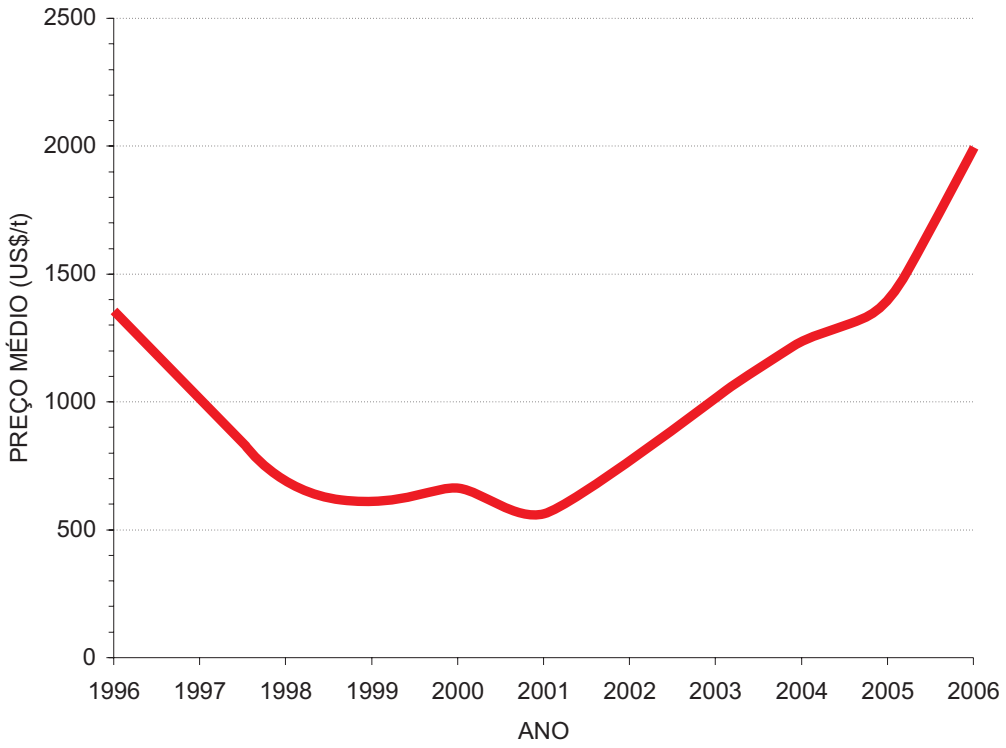
Figura 7. Consumo relativo de borrachas natural e sintética no mundo de 1980 a 2005



Fonte: Morceli (2004, 2005)

2005). A tendência do consumo registrado no período de 1975 a 2005 (Figura 5) pode ser expressa pela equação exponencial Y = 10-23. e 0,0309X, onde Y = consumo, X = ano em questão, e = 2,7183, a qual se aproxima da curva de crescimento do consumo na taxa de 3% ao ano, projetando um consumo superior a 18 milhões de toneladas em 2030. Desse modo, a área mundial cultivada com seringueira terá que ser ampliada em mais de 10 milhões de hectares, uma vez que produção mundial em 2005 foi de 8,7 milhões de toneladas (IRSG, 2006) numa área cultivada de 10 milhões de hectares, aproximadamente. Considerando um cenário futuro mais pessimista da economia mundial, pode-se admitir o crescimento do consumo na taxa de 2% ao ano, projetando um consumo de mais de 14 milhões de toneladas em 2030, ou seguindo o modelo de equação linear (Y = 168,17x - 329218) que projeta um consumo de mais de 12 milhões de toneladas em 2030. Essas projeções pessimistas são menos prováveis diante do crescimento da economia mundial, especialmente de países populosos como a China, e da tendência de maior consumo de borracha natural em relação à sintética, contrastando visivelmente com a tendência verificada nas últimas duas décadas, em particular nos últimos cinco anos. Contudo, servem como indicativos de valores mínimos e norteadores da heveicultura mundial que terá que ser ampliada até 2030 em mais de 4 ou 6 milhões de hectares para atender ao consumo crescente de modo linear ou na taxa de 2% ao ano, respectivamente.

Figura 8. Evolução do preço da borracha natural (SMR10) no mercado internacional



Fonte: Rossmann *et al.* (2004); PBNB (2006); APABOR (2006)

Além do grande mercado interno aberto para a heveicultura e sua cadeia produtiva, deve-se ressaltar que, dentre todos os países aptos ao cultivo da seringueira, o Brasil desponta como o de maior potencial para suprir a demanda mundial de borracha natural por possuir: situação política e econômica mais favorável que os países concorrentes; dezenas de milhões de hectares de terras aptas à cultura e sem necessidade de mais desmatamentos; conhecimento e tecnologia

disponível para a cultura (que precisa ser treinado e direcionado para a cultura), excesso de mão-de-obra pouco qualificada (15% de desempregados que poderiam ser incorporados ao setor produtivo e sua cadeia).

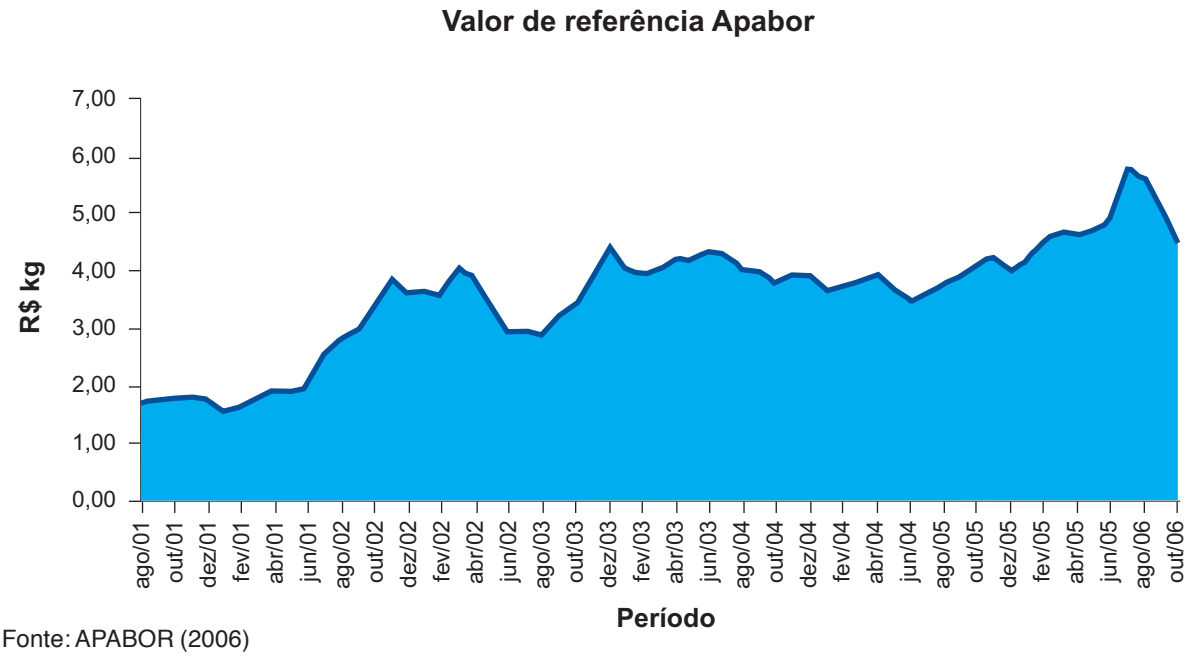
Considerando a contratação de um operário (fixo e registrado) para cada 5 hectares de seringal, o potencial de geração de empregos diretos no campo (fixos e registrados) pela heveicultura no Brasil cresceria de 25 mil (cuidando dos 136 mil hectares de seringais atuais) para 250 mil (cuidando de 1,2 milhões de hectares a serem plantados para atender a nossa demanda até 2030). Portanto, constata-se que esse potencial de geração de empregos pela heveicultura pode ser ampliado em 10 vezes para atender ao mercado interno e em até 100 vezes para o mercado externo.

Evolução dos Preços da Borracha Natural

O equilíbrio entre a produção e o consumo nas últimas décadas do século passado favoreceu a manutenção do preço histórico internacional da borracha natural ao redor de US$1 mil/t. No final dos anos 1990 e no início da década atual, os preços sofreram drástica redução no mercado internacional, atingindo valores abaixo de US$600/t (Figura 8), devido à forte crise que abalou as economias e desvalorizou as moedas dos países do Sudeste Asiático que são os maiores produtores e exportadores.

Entretanto, a partir de 2002, teve início uma nova era de preços em elevação, passando de valores médios de US$557,39/t em 2001 para US$2 mil/t em 2006 (ROSSMANN *et al*, 2004; PBNB, 2006; IRSG, 2006). Essa alta dos preços, segundo Rossmann *et al.* (2004), pode ser creditada aos seguintes fatores: 1) recuperação da economia mundial, com forte demanda da China no mercado; 2) acordo tripartite entre Tailândia, Indonésia e Malásia, visando à contenção da oferta global e à redução do estoque mundial de borracha natural; 3) flutuações no valor das moedas asiáticas; 4) interferências climáticas nos principais países produtores e crescimento dos negócios dos Estados Unidos. Por se tratar de uma cultura perene com longo período de imaturidade, que exige altos investimentos no plantio e na formação dos seringais, a reversão de uma situação de déficit pode levar mais de duas décadas se as devidas providências forem tomadas imediatamente, o que leva

Figura 9. Evolução do preço médio da borracha natural (GEB1) no mercado nacional

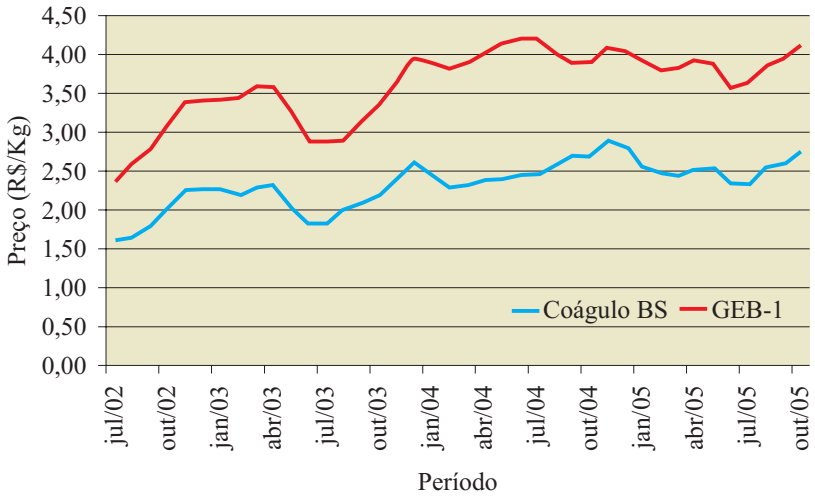


Fonte: APABOR (2006)

a crer que os preços internacionais da borracha natural continuarão a subir nos próximos anos, influenciando, conseqüentemente, os preços nacionais do produto e de seus derivados.

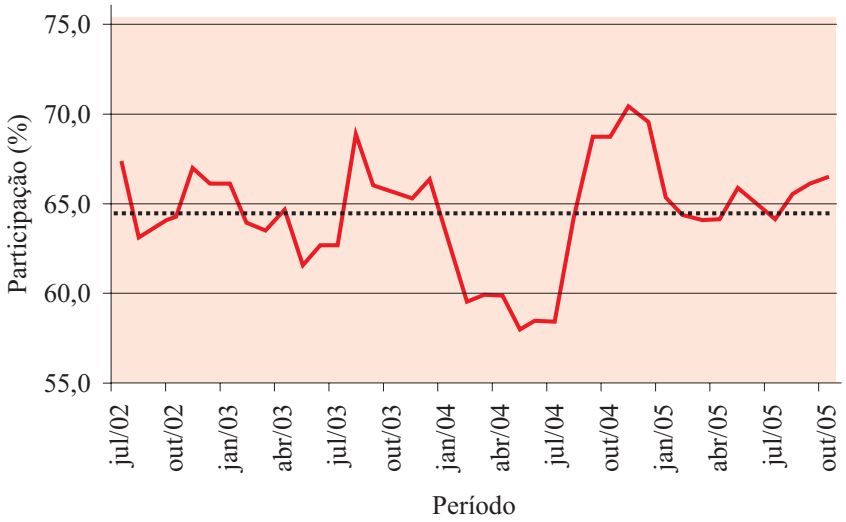
Nos últimos anos, os preços da borracha tipo granulado escuro brasileiro (GEB) também tiveram uma tendência crescente no mercado interno (Figura 9). O preço do GEB aceito e pago pela ANIP às Usinas é calculado mensalmente pela APABOR (2006) com base na média mensal do produto no mercado internacional e da taxa de câmbio, acrescendo os custos totais de importação (15,2%) referentes a: frete marítimo do porto de Cingapura ao porto de Santos (US$110,00/t em média); seguro do transporte (0,285%

Figura 10. Preços do coágulo (com base na borracha seca) recebido pelo heveicultor e do GEB-1 recebido pelas usinas de beneficiamento do estado de São Paulo



Fonte: Rossmann *et al.* (2006)

Figura 11. Participação do heveicultor no preço recebido pelas usinas de beneficiamento do estado de São Paulo



Fonte: Rossmann *et al.* (2006)

sobre o valor do produto); taxa de importação (4% sobre o valor do produto incluindo frete e seguro); taxa de renovação da Marinha Mercante Brasileira (25% sobre o frete marítimo); despesas portuárias (US$16,12/t em média); e frete rodoviário do porto de Santos até a Grande São Paulo e Campinas onde está a maioria das fábricas de pneus (US$11,02/t).

Os preços da borracha tipo coágulo (calculados com base na borracha seca) recebidos pelos heveicultores têm acompanhado os preços do GEB 1 recebido pelas usinas de beneficiamento do Estado de São Paulo (Figura 10), sendo a participação do heveicultor no preço recebido pelas usinas, da ordem de 64,5% em média (Figura 11). Entretanto, alguns agentes do setor produtivo defendem que a participação do produtor seja de 70%, e a definição de um percentual acordado entre as partes poderia possibilitar o melhor planejamento do setor, minimizando os efeitos das oscilações do mercado (ROSSMANN *et al.*, 2006). O estabelecimento de critérios técnicos e econômicos para remuneração do coágulo elimina a desconfiança do produtor e constitui mais um incentivo a novos plantios.

Pesquisa e Desenvolvimento

Para que o Brasil atinja a auto-suficiência em borracha natural são necessários investimentos no plantio de seringais e em pesquisa e desenvolvimento (P&D). As instituições de pesquisa são responsáveis pela geração do conhecimento necessário para garantir a competitividade e a sustentabilidade do setor. Entretanto, os investimentos em P&D da cultura no Brasil foram concentrados, até a década de 1980, em regiões menos aptas ao seu cultivo devido a restrições climáticas e graves problemas fitossanitários, como nas áreas mais úmidas da Amazônia e da Região Sul da Bahia. Com o fracasso da heveicultura nessas regiões e o sucesso dos plantios feitos nas regiões com estação seca definida ou seca e fria (áreas de escape ao mal-das-folhas), a cultura expandiu-se nessas regiões, porém sem o devido suporte de pesquisa e, ainda hoje com baixos investimentos nessa área, tanto em número de pesquisadores e técnicos como em recursos financeiros alocados, abaixo das necessidades atuais e futuras do setor produtivo nacional.

Após o fracasso dos plantios de seringueira na Amazônia, promovidos pela SUDHEVEA (PROBOR 1, 2 e 3) nas décadas de 1970 e 1980, a Embrapa transformou o antigo Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê, localizado em Manaus, AM, no Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia, atualmente denominado Embrapa Amazônia Ocidental. Conseqüentemente, ocorreu a dispersão e a migração dos pesquisadores de seringueira para outras regiões mais aptas ao seu cultivo, sendo que a maioria abandonou definitivamente a cultura e poucos permaneceram nela trabalhando em tempo integral, enfrentando limitações financeiras e de apoio humano para os trabalhos de campo que passaram a ser desenvolvidos de modo isolado principalmente nas áreas de escape ao mal-das-folhas. Outros fatores também contribuíram para a desintegração da equipe de pesquisadores de seringueira, como a escassez de recursos financeiros e a extinção dos Programas Nacionais de Pesquisa por cultura e das reuniões periódicas das respectivas equipes.

Depois de vários anos sem eventos para reunir e agregar os pesquisadores da cultura, a Michelin, o CIRAD e o International Rubber Research and Development Board (IRRDB) organizaram, no período de 04 a 06 de maio de 2004, na Ilha de Itaparica, BA, um workshop internacional sobre o mal-das-folhas da seringueira, para conhecimento dos avanços obtidos nos estudos sobre o patógeno, a doença e seu controle, bem como para discutir os novos rumos da pesquisa.

Durante as discussões, houve cobrança dos presentes, principalmente do nosso país, no sentido de a Embrapa voltar a fortalecer as pesquisas sobre o mal-das-folhas da seringueira, além da busca de recursos financeiros e de infra-estrutura para o pleno desenvolvimento dos trabalhos. Notou-se a necessidade de a Embrapa articular ações em parceria com o IRRDB e suas instituições componentes, Michelin, CIRAD, CEPLAC/CEPEC, IAC, IAPAR, UESC e outras universidades, MAPA e outros Ministérios, PROBEM/CBA, além das demais instituições envolvidas em P&D com o mal-das-folhas da seringueira. Com relação às fontes adicionais de recursos financeiros para P&D em seringueira na região deve-se também considerar o FONTAGRO, além da União Européia.

Apesar do número relativamente elevado de

usinas de beneficiamento cadastradas pela CONAB, a produção nacional de borracha natural em 2005 foi processada quase que totalmente pelas 22 usinas relacionadas na Tabela 2, de acordo com levantamento feito por Vazquez Cortez, presidente da Associação Paulista dos Produtores e Beneficiadores de Borracha (APABOR). Esse pequeno número de usinas ativas em relação ao total cadastrado reflete uma grande capacidade instalada, mas ociosa, provavelmente em decorrência da baixa e insuficiente oferta de borracha nacional. As usinas localizadas na Amazônia, em especial, encontram maior dificuldade para competir no mercado por causa da longa distância e maior custo do transporte da borracha beneficiada até as indústrias situadas nas Regiões Leste e Sudeste do Brasil. Para superar esse entrave, os governos estaduais e municipais devem incentivar e apoiar a instalação de indústrias na região para garantir o escoamento da produção e gerar mais emprego e renda para a população.

Perspectivas e Comentários Gerais Sobre a Cadeia

O crescimento dos setores de produção e de beneficiamento da borracha depende diretamente dos investimentos em novos plantios para expansão da área cultivada com seringueira e, portanto, do aumento da produção nacional de borracha natural (100 mil t/ano) que representa apenas um terço do consumo interno (300 mil t/ano). Se a taxa de crescimento do consumo continuar a 5% ao ano, o Brasil estará consumindo mais de um milhão de toneladas de borracha natural por volta do ano de 2030, o que propiciaria a esses setores aumentarem mais de dez vezes a sua capacidade instalada, o seu faturamento e potencial de geração de empregos, nos próximos 25 anos.

Por sua vez, o crescimento do setor industrial (pneumáticos e artefatos) depende diretamente do consumo nacional de borracha natural nos próximos anos. Com o aumento do consumo previsto no parágrafo anterior, esse setor poderá expandir em mais de três vezes a sua capacidade instalada, o seu faturamento e a geração de empregos, nos próximos 25 anos. Porém, esse setor atende também ao mercado externo com expressivas exportações que atingiram, em 2005, 32,2% do faturamento global da indústria de pneumáticos e 12,2% do faturamento global da indústria de artefatos, o que torna o desempenho do setor bastante influenciado pelas taxas de câmbio, as quais tem sido desfavoráveis devido à valorização do real frente ao dólar cuja cotação caiu de mais de R$ 3,00 para valores próximos a R$ 2,00, a longo dos últimos dois anos. Aliás, essa situação tem afetado também as exportações e o desempenho de grande parte do agronegócio brasileiro, tornando-o menos competitivo no mundo globalizado atual.

O resumo dos principais indicadores socioeconômicos da cadeia produtiva da borracha natural (Tabela 2) dá uma idéia global do seu grande potencial de geração e emprego e renda, tendo sido constatados mais de 24 mil empresários envolvidos na cadeia, gerando mais de 152 mil empregos diretos, mais de 266 mil empregos indiretos e um faturamento global superior a 35 bilhões de reais, em 2005.

Para suprir a necessidade futura de borracha natural, o país terá que investir num programa de plantio de 50 mil hectares de seringais por ano, nas áreas aptas ao seu cultivo, o que permitirá a geração de, no mínimo, 10 mil novos empregos fixos e diretos no campo por ano (250 mil nos próximos 25 anos), a criação de oportunidades de negócio para os agricultores carentes de alternativas viáveis de cultivo e o reflorestamento de 1,2 milhão de hectares de terras já desmatadas, muitas delas ociosas por falta de boas opções de cultivo. Essa área a ser plantada equivale, por exemplo, a pouco mais de 0,6% da região de Cerrado que possui área de aproximadamente 204 milhões de hectares. Assim, essa expansão da heveicultura contribuirá para a melhoria dos indicadores sociais, econômicos e ambientais da cadeia e do país.

Considerando o plantio de 1, 2 milhão de hectares até 2030, ao custo de oito a dez mil reais por hectare para a formação dos seringais até o início da fase produtiva, esse plano de expansão necessita de investimentos totais da ordem de 10 a 12,5 bilhões de reais, ou seja, de 400 a 500 milhões de reais por ano.

Para garantir o êxito desse programa, investimentos adicionais terão que ser feitos nas instituições de pesquisa e extensão rural voltada para a cultura da seringueira em nosso país, tanto na ampliação das equipes de profissionais quanto dos recursos financeiros necessários. Nesse contexto, a Embrapa tem

Tabela 2. Resumo dos principais indicadores socioeconômicos da cadeia produtiva da borracha natural

Setores da cadeia	Estatísticas da cadeia produtiva da borracha natural			
	Número de Empresas	Empregos diretos (mil)	Empregos indiretos (mil)	Faturamento bruto (bilhão de reais)
Produção Rural (137 mil ha)	5 mil (CONAB, 2006) (Pequeno > 90%)	25 (ROSMANN *et al*., 2004)	25	0,3
Usinas de Beneficiamento (CONAB, 2006; APABOR, 2006)	73 (CONAB) 22 (APABOR)	2,5	2,5	0,4
Indústria de Pneumáticos (ANIP, 2006)	8 empresas / 15 fábricas (Grandes = 100%)	25	125	14,2
Ind. de Artefatos (ABIARB, 2006)	1.200 (Micro = 90%) 1.445 (ANFAB)	60	100	4,2
Indústria de Reciclagem (dados ainda não levantados)	-	-	-	-
Comércio de Pneumáticos (ANIP, 2006)	4 mil (Micro e médio > 90%)	40	-	>10,0
Comércio de Artefatos (ABIARB, 2006)	4 mil (Micro > 90%)	-	4	>5,0
Comércio geral de Insumos (estimativas preliminares)	10 mil (Micro > 90%)	-	10	1,0
Total	>24.000	>152	>266	>35,0

sido cobrada a re-assumir a coordenação de um programa nacional de pesquisa de seringueira com a dimensão necessária ao enfrentamento de tal desafio, estabelecendo parcerias com instituições de pesquisa nacionais (federais e estaduais), internacionais e privadas (grandes empresas).

Constata-se também na Tabela 2 que os setores de produção e beneficiamento da borracha são os mais fracos da cadeia, obtendo faturamentos anuais de 300 e 400 milhões de reais/ano, respectivamente, sendo muito menores que o das Indústrias de pneumáticos (14,2 bilhões de reais) e de artefatos (4,2 bilhões de reais). No setor produtivo, a situação é mais crítica, pois o menor

faturamento ainda é dividido com um número elevado de empresários e empregados, levando a um resultado *per capita* bem menor que nos demais setores da cadeia. Portanto, prevê-se a necessidade de apoio governamental e das empresas de maior porte dos setores de produção, beneficiamento e industrialização, constituindo um Fundo Setorial para aplicação em Pesquisa & Desenvolvimento no setor produtivo de modo a superar os entraves e fortalecer a cadeia como um todo.

Segundo Rossmann *et al.* (2006), a heveicultura brasileira se encontra numa situação muito favorável ao crescimento, com base nos seguintes fatores: a) segmento produtor mais organizado, com uma forte entidade representante – Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha (APABOR) – e o surgimento de novas associações de produtores; b) setor industrial forte, organizado e representado pela ANIP – Associação Nacional das Indústrias de Pneumáticos e pela ABIARB – Associação Brasileira da Indústria de Artefatos de Borracha; c) crescimento da demanda nacional e mundial de borracha natural; d) preços internacionais da borracha natural em elevação; e) preços do petróleo elevados, causando aumento dos preços das borrachas sintéticas; f) criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural como fórum para discussão de temas relevantes e identificação de entraves e busca de soluções; tudo isso resultando em iniciativas de expansão da cultura da seringueira em alguns estados como São Paulo, Mato Grosso, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Pará, Rio de Janeiro e Paraná.

Como principais entraves ao desenvolvimento do setor heveícola nacional, Rossmann *et al.* (2006) apontam os seguintes: a) falta de uma política pública de incentivo ao plantio de seringueira; b) falta de linhas de financiamento específicas para a cultura; e c) falta de integração entre os segmentos da cadeia produtiva para solucionar os problemas de cada setor. Este último foi um dos motivos da criação da Câmara da Borracha de tantas outras Câmaras setoriais criadas pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento.

Na realidade, existem linhas de financiamento para plantio florestal, nas quais a seringueira poderia ser enquadrada (PROPFLORA, PRONAF Florestal e FCO), porém, o prazo de carência (8 anos) é insuficiente para o tomador do empréstimo, pois o seringal leva dos sete aos dez anos de idade para atingir seu pleno potencial de produção.

O PROPFLORA (Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas, do BNDES) tem por objetivo apoiar a implantação e manutenção de: florestas destinadas ao uso industrial, áreas de preservação e reserva legal, espécies florestais para produção de madeira destinada à queima no processo de secagem de produtos agrícolas (BNDES, 2005). Cada agricultor pode tomar empréstimo de até R$150 mil (65% para implantação e 35% para manutenção durante quatro anos, o que não atende às necessidades da cultura), a juros de 8,75% ao ano, com oito anos de carência e 12 anos para pagamento (BACHA, 2005). Esse valor teto custearia a formação de até 15 a 18 hectares de seringais, atendendo à demanda dos pequenos e médios agricultores, mas os juros são altos para essa classe de produtores. Porém, esse montante não atende aos interesses dos médios e grandes empresários que pensam em investir no plantio de seringais em maior escala. Além disso, a maioria das propriedades agrícolas das regiões mais aptas ao cultivo da seringueira no Brasil não atende à exigência de regularidade ambiental (resumida pela averbação das áreas de proteção permanente e de reserva legal). Daí a importância de se incluir o cultivo da seringueira para efeito de reserva legal, também nas médias e grandes propriedades, como já é permitido nas de pequeno porte, com área entre 20 e 50 hectares, pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal e permite em seu artigo 16, letra d, parágrafo 1º, computar além da cobertura florestal de qualquer natureza os maciços de porte arbóreo (BRASIL, 2005).

O PRONAF Florestal é uma modalidade do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, para o financiamento da produção agroflorestal e extrativista dos agricultores familiares e sua inserção nas cadeias produtivas de papel e celulose, movelaria, siderurgia, construção civil e outras (BRASIL, 2005c). Os juros são baixos, de 4% ao ano e com 1% de desconto por adimplência, os prazos são de 8 anos de carência e de 12 anos para pagamento (BACHA, 2005), mas, o teto máximo financiado mal dá para custear a formação de 1 ha de seringal que deveria ser de pelo menos 2 ha para uma família de pequeno agricultor ou

assentado da reforma agrária. Além disso, a elevada quantidade de agricultores inadimplentes inviabiliza a retomada de empréstimos bancários dos programas oficiais.

Os Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, através de editais, também oferecem apoio financeiro a fundo perdido para pequenos projetos regionais ou territoriais de cunho social, ambiental e econômico (ex: implantação de viveiros para o plantio de seringais em assentamentos e comunidades de pequenos agricultores), porém, os recursos são bastante limitados diante do grande número de projetos apresentados. Outra alternativa existente para os agricultores seria o crédito fundiário do Banco da Terra para aquisição de terras e projetos de cultivo.

Vinculados ao Ministério da Integração Nacional existem os fundos constitucionais de financiamento das regiões Centro-Oeste (FCO-Pronatureza), Nordeste (FNE-Verde) e Norte (FNO-Floresta) que visam financiar projetos de manejo florestal sustentável, reflorestamento com fins energéticos, madeireiros e outros, sistemas agroflorestais, recuperação de áreas degradadas, projetos ambientais, implantação de viveiros e outras atividades e finalidades associadas (BACHA, 2005). No FCO-Pronatureza, as taxas de juros anuais são de 6% para mini-produtores, de 8,75% para pequenos e médios e de 10,75% para grandes, com bônus de 15% por adimplência. O projeto é financiado em 100% para os mini e pequenos produtores e suas associações e cooperativas, em até 90% e 80% para os médios e grandes produtores, respectivamente, e suas associações e cooperativas. O pagamento deve ser feito em 15 anos, incluído o período de carência de 8 anos, tanto para seringueira quanto para florestamento e reflorestamento com fins energéticos (BRASIL, 2005b), porém, esses últimos têm maturação mais precoce.

Para viabilizar os projetos de seringueira, o período de carência deve ser de pelo menos 10 anos, e o prazo de pagamento deve ser estendido para 15 anos. Todos os gastos e custos acumulados com a implantação e formação do seringal até o início da extração do látex, aos sete anos de idade, devem ser considerados como investimentos feitos para a construção de uma fábrica de borracha natural que terá uma vida útil estimada em 30 anos. O custeio do seringal começa juntamente com a fase produtiva e refere-se aos gastos com administração e transporte, manutenção e exploração adequada dos seringais, incluindo os insumos de produção (fertilizantes, defensivos, estimulantes, combustíveis, energia elétrica, ferramentas e outros) e a mão-de-obra (gerência, assistência técnica, sangradores, coletores e fiscais de sangria, operadores de máquinas agrícolas e outros), além dos encargos sociais e dos impostos.

Segundo Rossmann *et al.* (2006), o Banco do Brasil lançou, em 2005, o Programa de Investimento, Custeio e Comercialização Florestal – BB Florestal, que tem por finalidade financiar a implantação e manutenção de florestas de uso industrial e contribuir para a redução do déficit existente no setor, ajudando a aumentar a oferta de madeira no mercado e a diversificar as atividades no meio rural (BRASIL, 2005c). Esse programa inclui as linhas de crédito anteriores (FCO, PROPFLORA e PRONAF Florestal) e pode atender demandas específicas, inclusive para recuperação de áreas degradadas (BANCO DO BRASIL, 2005).

Finalmente, deve-se ressaltar o grande esforço da maioria dos heveicultores das regiões de escape ao mal-das-folhas que construíram, com recursos próprios e apoio das usinas de beneficiamento e das instituições de pesquisa, a maior parte da heveicultura nacional, ainda pequena diante do nosso consumo, mas forte e competitiva, servindo de exemplo a ser seguido por outros empresários e investidores.

Uma negociação entre produtores e usineiros sobre o percentual de participação do preço pago ao coágulo pelas usinas em relação ao preço recebido pelo GEB das indústrias, e a definição de critérios técnicos e econômicos para remuneração do coágulo eliminariam qualquer desconfiança do produtor e constituiriam mais um real incentivo a novos plantios.

Nas áreas mais úmidas da Amazônia e com maior incidências do mal-das-folhas, devem ser privilegiados os projetos voltados ao extrativismo sustentável, à agregação de valor à borracha e sua colocação em nichos especiais de mercado na forma de artefatos fabricados por indústrias cuja instalação deve ser estimulada pelos governos dos estados e municípios da região, para absorver a produção e gerar renda às comunidades ribeirinhas, evitando o transporte da borracha Amazônica até as indústrias localizadas nas Regiões Leste

e Sudeste do país. Esses projetos devem ser incentivados, pois além do seu benefício socioeconômico servem para continuar valorizando os nossos seringais nativos que são verdadeiros bancos de germoplasma *in situ* da espécie, de extrema importância para o futuro da heveicultura.

Por causa dos fracassos anteriores devido a doenças, o cultivo da seringueira nas áreas mais úmidas esbarra na ausência de empreendededores, tendo maior potencial de adoção por parte de pequenos agricultores, suas associações ou cooperativas, ocupando as clareiras ou roçados feitos nas várzeas para os cultivos de subsistência. Porém, o sucesso do plantio depende da utilização de boas combinações entre clones de painel e de copa, por meio da técnica de enxertia de copa, de modo a se obter plantas com copas resistentes às principais doenças e troncos e altamente produtivos.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Visando ao bom funcionamento da Câmara e ao tratamento adequado das informações, dos problemas e das demandas levantadas, foram constituídos três Grupos Temáticos permanentes (Pesquisa e Desenvolvimento da Heveicultura; Fomento a Novos Plantios de Seringueira; Estatísticas e Mercado da Borracha Natural) e três temporários (Levantamento da Cadeia Produtiva da Borracha Natural; Estabelecimento de Padrões para a Produção e Comercialização de Sementes e Mudas de Seringueira; Proposta de Heveicultura para Agricultura Familiar), de modo a explorar melhor as competências internas por área de atuação.

Nas reuniões da Câmara e durante fase de elaboração deste documento foram levantadas as seguintes propostas, visando à formulação de políticas para o fortalecimento da cadeia produtiva da borracha natural.

Curto prazo

- Atuar junto ao BNDES para elevação do crédito de investimento e custeio ao setor de beneficiamento, e solicitar a liberação dos recursos já aprovados, bem como a inclusão dos municípios onde existem usinas de beneficiamento no seu programa de crédito.
- Atuar junto aos ministérios das áreas afins para a criação de uma linha de crédito, específica para a cultura da seringueira, contemplando os diversos extratos de produtores, e também para exploração sustentável dos seringais nativos.
- Atuar junto aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, bem como aos seus órgãos e empresas e à iniciativa privada, na busca de incentivo e apoio às iniciativas regionais, estaduais e municipais de implantação ou expansão da heveicultura e de revitalização do extrativismo sustentável dos seringais nativos.
- Atuar junto ao Ministério do Meio Ambiente de modo a permitir o cultivo da seringueira para recompor a reserva legal das propriedades rurais com mais de 50 hctares localizadas em ecossistemas não amazônicos, até um determinado percentual (50%) e somente nos casos em que a reserva estiver degradada, incompleta ou inexistente, por se tratar de uma espécie da flora brasileira que abriga e alimenta a nossa fauna em geral: insetos, inclusive abelhas que utilizam o néctar das suas flores e folhas para a produção de mel de boa qualidade; aves insetívoras; e mamíferos, especialmente roedores que apreciam suas sementes. Devidos aos impactos positivos também nos ecossistemas não amazônicos, os plantios de seringueira poderão constituir corredores ecológicos, ligando fragmentos remanescentes da vegetação nativa.

- Interagir com os setores de produção, beneficiamento e industrialização, visando à criação do FUNDO SETORIAL DA BORRACHA para custear as pesquisas necessárias ao setor produtivo e promover o desenvolvimento do agronegócio da borracha e do país, sendo os recursos aportados pelas empresas de maior porte, contando com incentivo fiscal e outras formas legais de compensação por parte do governo (ex: Lei nº 10.973).
- Atuar junto aos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, visando estimular as instituições de ensino, pesquisa e extensão rural para a geração, adaptação e disponibilização de tecnologias voltadas ao desenvolvimento sustentável do setor heveícola.
- Atuar junto aos governos estadual e federal para elevação dos recursos financeiros e humanos para pesquisa e desenvolvimento da heveicultura, cujos entraves e desafios atuais e futuros são enormes, e o quadro atual de pesquisadores está muito reduzido e próximo da aposentadoria, necessitando de ampliação e renovação.
- Atuar junto à Embrapa para estreitar o intercâmbio com o Malaysian Rubber Board (MRB), visando à importação dos clones de seringueira RRIM da série 2000 e ao repatriamento do germoplasma da espécie oriundo de prospecções feitas na Amazônia brasileira.
- Atuar junto à Embrapa para re-assumir a coordenação de um programa nacional de pesquisa de seringueira com dimensão adequada às necessidades do país.
- Manter o Brasil filiado ao International Rubber Research Development Board (IRRDB) e devidamente inserido no contexto mundial do setor, por meio da Embrapa.
- Atuar junto aos poderes legislativo e executivo na regulamentação da importação de pneus usados no sentido de proteger a indústria nacional e evitar o aumento da poluição ambiental em nosso país com a importação de lixo dos países desenvolvidos.

Médio e longo prazo

- Com base na área atual cultivada e nas taxas de crescimento da produção e do consumo nacional, prevê-se a necessidade de investimentos para o plantio de 50 mil hectares de seringueira por ano para que o Brasil possa almejar a auto-suficiência em borracha natural até 2030 (1 milhão de toneladas/ano) e, conseqüentemente, da criação de um órgão e um programa de apoio e fomento à heveicultura e à produção de borracha natural, como ocorre nos países onde a cultura tem maior expressão econômica e social.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

- João de Almeida Sampaio Filho – SRB
- Ailton Vitor Pereira – Embrapa Transferência de Tecnologia
- Ademar Araújo Queiroz do Vale – ABIARB
- Jayme Vazquez Cortez – APABOR
- Jomar da Paes Pereira – Embrapa/IAPAR
- Walter Tegani – ANIP
- Heiko Rossmann – Projeto Borracha Natural Brasileira

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira de Tecnologia da Borracha – ABTB
- Associação Brasileira da Indústria de Artefatos de Borracha – ABIARB
- Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos – ANIP
- Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borracha – APABOR
- Associação de Produtores de Borracha Natural do Brasil – APBNB
- Banco do Brasil S/A – BB
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC
- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal – CRA
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB/MAPA
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Cooperativa dos Seringalistas do Espírito Santo Ltda – HEVEACOOP
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso – FAMATO
- Federação da Agricultura do Estado de São Paulo – FAESP
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo – FETAESP
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN
- Instituto Agronômico de Campinas – IAC
- Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
    - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
    - Secretaria Executiva – SE
    - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI
    - Secretaria de Política Agrícola – SPA
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Ministério da Fazenda – MF
- Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – SAA/SP
- Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca do Estado do Espírito Santo – SAAAP/ES
- Sociedade Rural Brasileira – SRB
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Universidade de São Paulo – USP
- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP
- Universidade de Brasília – UNB

Bibliografia Consultada

ABIARB – Associação das Indústrias de Artefatos de Borracha. Disponível em: http:// www.abiarb.com.br. Acesso em jun.2006.

ANFAB – Associação Nacional dos Fabricantes de Artefatos de Borracha. **Perfil da indústria de artefatos de borracha do Brasil e do RS**. 34p. Disponível em http:// www.anfab.org.br. Acesso em jul.2006.

ANIP – Associação das Indústrias de Pneumáticos. Disponível em: http://www.anip.com.br. Acesso em jun.2006.

APABOR – Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de borracha. Disponível em: http://www.apabor.org.br. Acesso em jun.2006.

AREBOP – Associação Nacional das Empresas de Reciclagem de pneus e artefatos de borrachas. (folder s/d, np.). Disponível em: http://www.arebop.org.br.

BACHA, C.J.C. **Muita mata e pouca madeira**. Agroanalysis, Brasília, v.25, n.7, p.36-41, jul.2005.

BANCO DO BRASIL. **BB financia Programa de Reflorestamento.** Notícias, Brasília, 30 de março de 2005. Disponível em: http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/si/ntcas/ noticia.jsp? Noticia. Código=139729. Acesso em out.2005.

BNDES. **Programa de Plantio Comercial e recuperação de Florestas - Propflora.** Disponível em: http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuários/propflora.asp. Acesso em out.2005.

BRASIL. **Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965**. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm. Acesso em out.2005a.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **FCO RURAL: Programa de Conservação da Natureza – Pronatureza.** In: FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste: programação 2005, p.45-49, 2005b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **MDA e BB assinam acordo que beneficia produção florestal.** Notícias, Brasília, 31 de março de 2005. Disponível em: http://www.mda.gov.br/index.php?ctuid=62588&sccid=134. Acesso em out.2005c.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: http:// www.conab.gov.br. Acesso em jun.2006.

CORTEZ, J.V. **Reflexões sobre as projeções do consumo de borracha natural no Brasil até o ano 2030**. Disponível em: http://www.apabor.org.br/artigos. Publicado em ago.2005.

CORTEZ, J.V.; BENESI, J.F.C. **Contribuição ao Estado de São Paulo para o aumento da produção de borracha natural**. São Paulo: Secret. de Agricultura e Abastecimento, 2000, np.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: http://www.dieese.org.br. Acesso em jul.2006.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Anuário Estatístico: mercado da borracha 1991-1993.** Brasília: IBAMA, 1995. 75p.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Anuário Estatístico: mercado da borracha 1989.** Brasília: IBAMA, 1995. 75p.

IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em nov.2005.

IRSG – International Rubber Study Group. Disponível em: http://www.rubbersudy.com. Vários acessos de 1998 a 2006.

MORCELI, P. **Borracha natural: perspectivas para a safra 2004/05.** Política Agrícola, Brasília, Ano XIII, n.2, p.56-67, abr.mai.jun.2004.

MORCELI, P. **Borracha nacional: estatísticas do setor.** Palestra proferida na reunião inaugural da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural, ago.2005.

GONÇALVES, P. de S. **Sub-produtos complementares da renda de um seringal.** Disponível em: http://www.apabor.org.br/artigos. Publicado em ago.2002.

OLIVEIRA, D. *et al*. **Determinação de carbono na biomassa de seringueiras visando projetos de MDL.** In: Congresso Brasileiro de Agrometeorologia, 14, 2005, Campinas, SP. **Anais...** Campinas, 2005.

ORTOLANI, A.A.; PEDRO JR., M.J.; ALFONSI, R.R.; CAMARGO, M.B.P.; BRUNINI, O. **Aptidão agroclimática para a regionalização da heveicultura no Brasil.** In: Seminário Brasileiro sobre recomendações de clones de seringueira, 1., Brasília, 1982. **Anais...** Brasília: SUDHEVEA, 1983. p.19-28.

PBNB - Projeto Borracha Natural Brasileira. Disponível em: http://www.borrachanatural.agr.br Acesso em jun.2006.

ROSSMANN, H.; GAMEIRO, A.H.; PEROZZI, M.; PEREZ, P.S. **Seringueira: a vez da borracha**. Agroanalysis, Brasília, v.24, n.4, p.16-18, jul.2004.

ROSSMANN, H.; PEREZ, P.S.; PEROZZI, M.; GAMEIRO, A.H. **Borracha: longe da auto-suficiência**. Agroanalysis, Brasília, v.25, n.7, p.41-42, jul.2005.

ROSSMANN, H.; GAMEIRO, M. B. P.; PEREZ, P. **A competitividade da borracha natural no Brasil**. In: GAMEIRO, A. H. (Org). Competitividade do agronegócio brasileiro: textos selecionados. Santa Cruz do Rio Pardo: Editora Viena, 2006. Cap. 6 - Fibras e Resinas, p.218-235.

VIRGENS FILHO, A. de C. **Programa de Desenvolvimento do Agronegócio Borracha no Estado da Bahia - PRODEAB**. Ilhéus: CEPLAC/ASSERBA. 2003. 150 p.

VIRGENS FILHO, A. de C. **Programa de Desenvolvimento do agronegócio Borracha nos estados da Bahia e Espírito Santo - PRODABES**. [Ilhéus]: CEPLAC. 2005. 55 p.

Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do

Algodão e Derivados

Histórico

Manoel Galvão Messias Júnior[1]

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados foi instalada em 26 de agosto de 2005 em Cuiabá, Mato Grosso. Na oportunidade, o então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, indicou Sérgio De Marco, Presidente da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (Ampa), como Presidente da Câmara e Sávio Rafael Pereira, Coordenador Geral de Oleaginosas e Fibrosas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA como Secretário Executivo. As indicações do Ministro foram referendadas na primeira reunião ordinária da Câmara.

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados foi criada pela Portaria n° 514, de 22 de dezembro de 2005 e é constituída por 30 representantes de órgãos e entidades ligados ao setor.

No desenvolvimento de suas atividades, a Câmara criou cinco Grupos Temáticos. Dentre os resultados das discussões destaca - se a identificação de distorções fiscais cuja solução poderiam resultar em maior competitividade no mercado internacional e internamente aumentar a arrecadação federal. A Câmara também trabalha com ações voltadas para orientar a pesquisa genética, e apontou como um dos maiores desafios para a produção brasileira a aprovação das novas tecnologias de sementes geneticamente modificadas, argumentando que um atraso nesta área excluiria o Brasil do ranking dos maiores produtores de algodão.

A cultura do algodão no Brasil passou por uma revolução estrutural, destacando - se o extraordinário aumento de produtividade da lavoura, tornando - a mais competitiva no mercado mundial. O setor propõe estratégias para o alcance dos objetivos, que contemplam três vertentes, na área de política com revisão do Regulamento Técnico da Instrução Normativa n° 63 do MAPA, na questão Comercial e Administrativa com incentivo a classificação instrumental e na vertente tecnológica e científica para a criação de um regulamento técnico específico para a classificação do algodão em caroço.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

O presente documento traça as prioridades e os objetivos para a cadeia produtiva do algodão e derivados que demandam políticas tanto públicas como privadas para alavancá-la.

Para tanto foi realizado um estudo do mercado algodoeiro, tanto interno como externo, voltado principalmente para a situação atual do algodão no Brasil focando os pontos fortes e os gargalos do setor.

Com vista no exposto foi elaborado uma série de estratégias e prioridades a serem implementadas buscando o crescimento do setor. Após isso é proposto pelo setor produtivo um conjunto de medidas a curto, médio e longo prazo necessárias para seu desenvolvimento.

Foi mencionado dentro das políticas público e privada, o que o setor considera como destoante e dificultador ao processo produtivo e as propostas de melhoria. Por fim apresentamos o Grupo Temático que desenvolveu este documento e os membros da Câmara do Algodão.

Sérgio De Marco
Presidente da Câmara

Introdução

O processo de modernização pelo qual passou e na verdade vem passando a lavoura de algodão no Brasil é provavelmente algo inédito na agricultura mundial.

Em apenas oito anos houve uma revolução no modo de produzir algodão no país, da colheita manual e da existência de poucas variedades disponíveis, passou-se a uma cultura totalmente mecanizada e com variedades altamente produtivas, na verdade as mais produtivas no mundo em termos de sequeiro.

De maior importador mundial de algodão em pluma na safra 1996/97, o país tornou-se o 3º maior exportador em 2003/04. Em 2005/06, o Brasil deve exportar próximo a 400 mil toneladas de pluma.

O deslocamento espacial da produção da Região Sudeste para o Centro-Oeste foi muito expressivo transformando a região do Cerrado, notadamente Mato Grosso e Bahia, na principal área produtora, com mais de 90% do total. A produção entre as safras 1996/97 e 2003/04 cresceu 306% ou 22% ao ano, sendo esta última, a maior safra da história. Em 2005/06 houve pela primeira vez nos últimos dez anos redução de área, que deve ser recuperada na próxima safra.

A produtividade da lavoura saiu de 1.300 kg/ha para extraordinários 3.150kg/ha, ou seja, 142% de aumento em sete anos ou 13,5% ao ano.

Assim, o Brasil tornou-se o mais competitivo produtor mundial de algodão. Prevê-se que nos próximos anos, o país será o 2º maior exportador mundial, ultrapassando o Uzbequistão. O maior desafio para a produção brasileira no presente é a aprovação das novas tecnologias de sementes geneticamente modificadas, pois um atraso nesta área será fatal para a rentabilidade do setor, com reflexos no crescimento da área plantada.

Os Estados Unidos, o maior exportador mundial, mantém uma política de subsídios à sua produção e exportação que em anos recentes atingiu um volume em torno de 50% do valor de sua produção. O recente processo movido na Organização Mundial do Comércio pelo Governo do Brasil e com amplo suporte dos produtores ao questionar os referidos subsídios norte-americanos, foi um passo fundamental na consolidação da posição de destaque do país no comércio internacional do produto e seguramente a vitória dos nossos produtores abre caminho para o aumento de nossa produção e a liderança nas exportações mundiais de algodão em pluma.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tanto na formulação da política agrícola do Brasil como nas negociações internacionais tem sido e continuará sendo um forte aliado dos produtores neste seu empreendimento vitorioso. Na safra 2005/06, o Governo Federal despendeu R$ 253 milhões em suporte de preços ao produtor, impulsionando a comercialização de 460 mil toneladas de pluma, ou praticamente a metade da safra.

Ambiente Externo e Interno

Na década de 1990 a oferta mundial de algodão ficou estagnada e a procura cresceu. A conseqüência disto foi o aumento nos preços em um patamar acima da média na primeira metade da década. A crise da oferta foi explicada na época por problemas de pragas e epidemias.

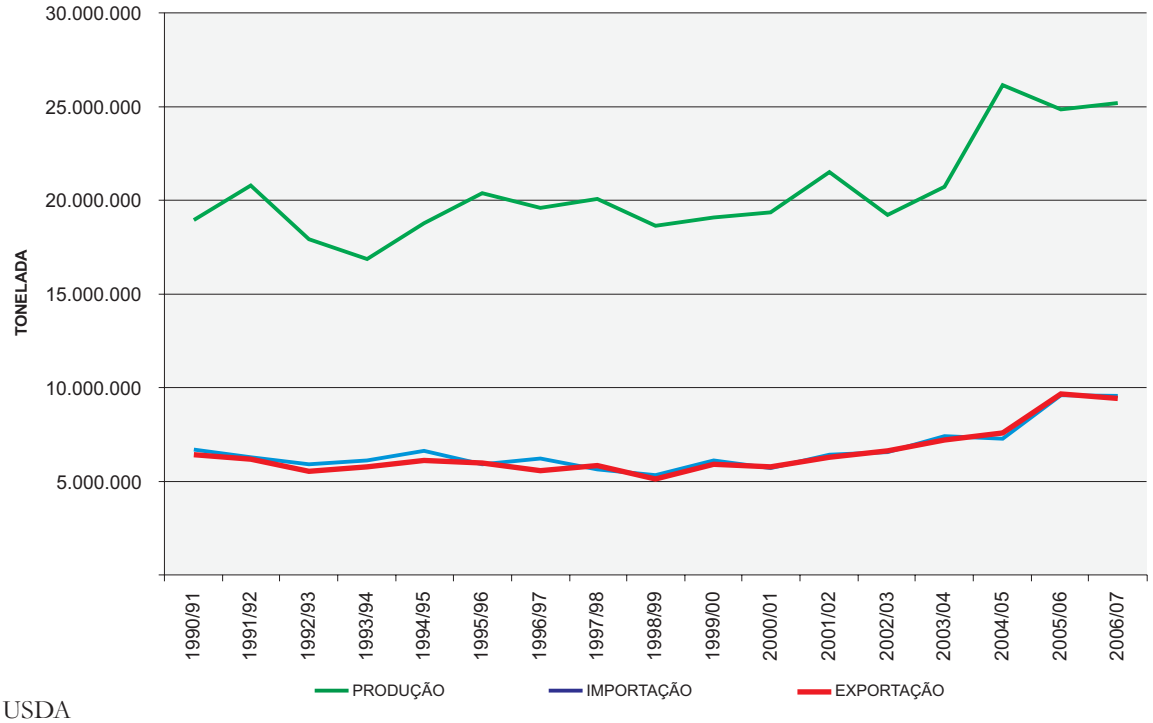
Na segunda metade da década de 1990, os preços estavam altos e a oferta disparou, a reação do mercado foi a queda nos preços do produto. A crescente oferta de algodão deveu-se a fatores tecnológicos e principalmente de transgênia, que aumentaram a produção.

No ano 2000, houve a inserção de novas áreas de produção que aumentaram a área mundial e principalmente a produção da cultura. Entre as novas regiões pode-se citar o Centro-Oeste no Brasil e o Sudeste na Turquia.

Na safra 2004/05 houve produção recorde, tendo em vista os anos anteriores, com 10% maior que a safra passada. Como o consumo pouco aumentou, a produção foi escoada via exportação nessa safra, mas essa produção se deve muito à China.

No mercado internacional, deve-se ressaltar a importância de um país: China, que atualmente responde por 24% da produção mundial, mas o país é também o maior importador mundial com 45% do total, devido a insuficiente produção frente a crescente demanda. As safras de maior crescimento desse país foram a partir de 2004/05 à atual. A produção mundial está concentrada em praticamente três países: China, EUA e Índia, que respondem por 59,46% da produção mundial (Figura 1).

Figura 1. Dados mundiais do algodão



Fonte: USDA

O Brasil responde por apenas 4,8% da produção mundial de algodão, é o 5º ficando atrás da China, Estados Unidos, Turquia e Paquistão. A safra estimada para 2005/06 é 1.028,3 mil toneladas de pluma.

A balança comercial do algodão em 2006 tem saldo positivo, até o momento, com US$ 443 milhões que corresponde a 237 milhões de toneladas de algodão exportado e 90 milhões de toneladas de algodão importado. Sendo o 4º produto do agronegócio brasileiro em importância nas exportações.

A produção da cultura está concentrada em dois pólos, Mato Grosso e Bahia, que respondem por 58,8% e 32,2% da produção, respectivamente.

O algodão veio de uma crise na safra passada, mas esse ano com os muitos mecanismos de equalização do preço, problemas climáticos que afetaram os EUA, há uma perspectiva que a área aumente de 10 à 15% na safra 2006/07.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

O cultivo do algodão passou por um processo de inversão no Brasil, de importador, para exportador, fato que torna a cultura cada vez mais significativa para a economia e para o agronegócio.

A cotonicultura passou por uma transformação, após os anos 1990. Com a abertura do mercado nacional e a inexistência de barreiras de proteção, a produção interna, principalmente de pluma, caiu vertiginosamente. O país passou de exportador para importador desse produto.

Em 1996, as importações iniciaram sua queda, as exportações em contrapartida, mantiveram-se em patamares baixos, mas hoje supera as importações e tem um saldo da balança comercial da cultura em US$ 443 milhões que representa para o agronegócio 2,76% das exportações de todos os produtos. O incremento às exportações favorece a política de sustentação de preços ao produtor, gerando menos recursos a serem financiados.

Espera-se para o setor:

No curto prazo

- Levantar as reais dimensões do setor, das suas dificuldades; dos entraves na produção, distribuição, comercialização do produto;
- Levantar o potencial já instalado (núcleos de pesquisa, laboratórios existentes, etc.) que pudessem atender às necessidades do setor no campo do conhecimento;
- Incrementar as ações (informação, apoio, qualificação, certificação, acompanhamento) em colaboração com os setores público e privado;
- Padronizar o setor comercial da classificação instrumental do algodão, realizada pela força tarefa do ICAC;
- Analisar a carga tributária de PIS/COFINS e INSS que incidem sobre a produção agrícola de algodão;

- Criar uma comissão para discutir a IN – MAPA 63;
- Revisar os processos de exportação, entre normas e documentários, junto ao MAPA e Receita Federal.

A médio e longo prazo

- Buscar reformular a carga tributária, desonerando PIS/COFINS da produção e o INSS, buscando maior competitividade ao setor;
- Encaminhar propostas ao MAPA e Receita Federal quanto aos processos facilitadores para a exportação do algodão;
- Elaborar o manual do exportador, a fim de padronizar todo o processo.

Políticas Públicas e Privadas

Os principais problemas identificados pelos grupos temáticos da Câmara Setorial do Algodão e seus Derivados foram:

Distorções Fiscais

Reforma da política fiscal, direcionada a mudar a atual estrutura tributária, principalmente, PIS/COFINS e INSS. A desoneração do produto poderia resultar em uma maior competitividade do setor industrial que por conseqüência aumentaria a base de arrecadação federal.

Propostas

- Desoneração do PIS/COFINS do setor de produção agrícola de algodão em virtude da essencialidade do produto para o vestuário;
- Criação de um crédito fiscal federal para o produtor agrícola, calculado sobre o PIS/COFINS dos insumos de energia elétrica e óleo diesel. Esse crédito seria utilizado para compensar as contribuições com INSS.

Transgênico

Ações voltadas para orientar a pesquisa genética, para produtos com elevado potencial de mercado.

Propostas

- Esforços no sentido de derrubar o veto presidencial ao quorum da CTNBio nas aprovações comercias dos eventos;
- Negociar com as empresas de biotecnologia para incorporar os eventos disponíveis na maioria das variedades de algodão mais plantadas do Brasil; Questionar junto às autoridades para que dentro da CTNBio seja priorizado a análise de liberação comercial dos eventos de resistência ao glifosato em algodão.

Equalização e Preço Mínimo

Necessidade de se preservar os contratos "futuros" firmados para a safra 2005/06, atrelados à moeda dólar tanto para exportação quanto para o mercado interno.

Proposta

Manutenção dos leilões de PEP e formatar PEP – Produtor.

Processo Logístico de Exportação

Necessidade de agilizar o processo de entrega e consultas de documentos no porto de embarque, com tolerância máxima de 24 horas. Necessidade de servidores da Receita Federal e do MAPA em horário de expediente comercial ou em turnos especiais no ápice das exportações. Maior número de fiscais no porto. Possibilidade de emitir e solicitar *on-line* os documentos exigidos. Padronização nas instruções de embarque regularizada pela Anea e regularização dos termos para os contratos de algodão.

Propostas

- Tentar discutir com os armadores para disponibilizarem serviços como emissão de BL, via Internet;
- Solicitar no MAPA horário de atendimento especial no ápice das exportações e revisão no processo da emissão do Fito;
- Solicitar à Receita Federal o aumento do número de fiscais nos portos, principalmente especializados no comércio internacional;
- Rever a documentação exigida e verificar a possibilidade de dispor eletronicamente;
- Criação pelas entidades envolvidas na cadeia do algodão de um manual do exportador a fim de padronizar o processo.

Dificuldades dos Importadores

Investimento na malha ferroviária e melhoria nas condições das estradas, fato que daria maior agilidade no transporte e conseqüentemente refletiria numa queda dos custos do frete. Maior freqüência de navios operando e disponibilidade de rotas com menos frete marítimo.

Propostas

- Reforma nas vias de acesso aos portos;
- Reestruturação nos portos já existentes e investimento em estudo para novas alternativas logísticas visando aliviar a concentração por Santos e Paranaguá.

Dificuldade nos Portos Secos

A Receita Federal necessita criar um regime aduaneiro especial – DAC, pois suas instruções são vagas deixando para interpretação do fiscal. O MAPA precisa criar documentos oficiais que descrevam normas específicas para tratamento do DAC, considerando a normativa da Receita Federal, de forma a desburocratizar o processo.

Propostas

- Descrever o processo de DAC em todas as suas etapas;
- Acompanhar a elaboração das novas normativas, sugerindo melhorias para agilizar os processos, definindo resolução para as situações ainda não dispostas nas leis.

Estratégias Propostas para o Alcance dos Objetivos

As estratégias propostas contemplam três vertentes:

Política

- Criação de uma comissão para revisão do Regulamento Técnico da Instrução Normativa nº 63 do MAPA, levantando já alguns pontos que mereceriam alterações;
- Continuar o esforço no sentido de derrubar o veto ao quorum da CTNBio.

Comercial e Administrativa

- Contato com os representantes do Brasil na Força Tarefa do ICAC sobre a Padronização Comercial da Classificação Instrumental do Algodão;
- Adoção de contrato padrão de exportação de algodão;
- Incentivo à classificação instrumental com maior treinamento de operadores, classificadores e corretores.

Tecnológica e Científica

- Criação de um regulamento técnico específico para a classificação do algodão em caroço;
- Gestionar junto às autoridades, Câmara dos Deputados e Senado, para que dentro da CTNBio seja priorizada a análise de liberação comercial dos eventos de resistência ao glifosato em algodão.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

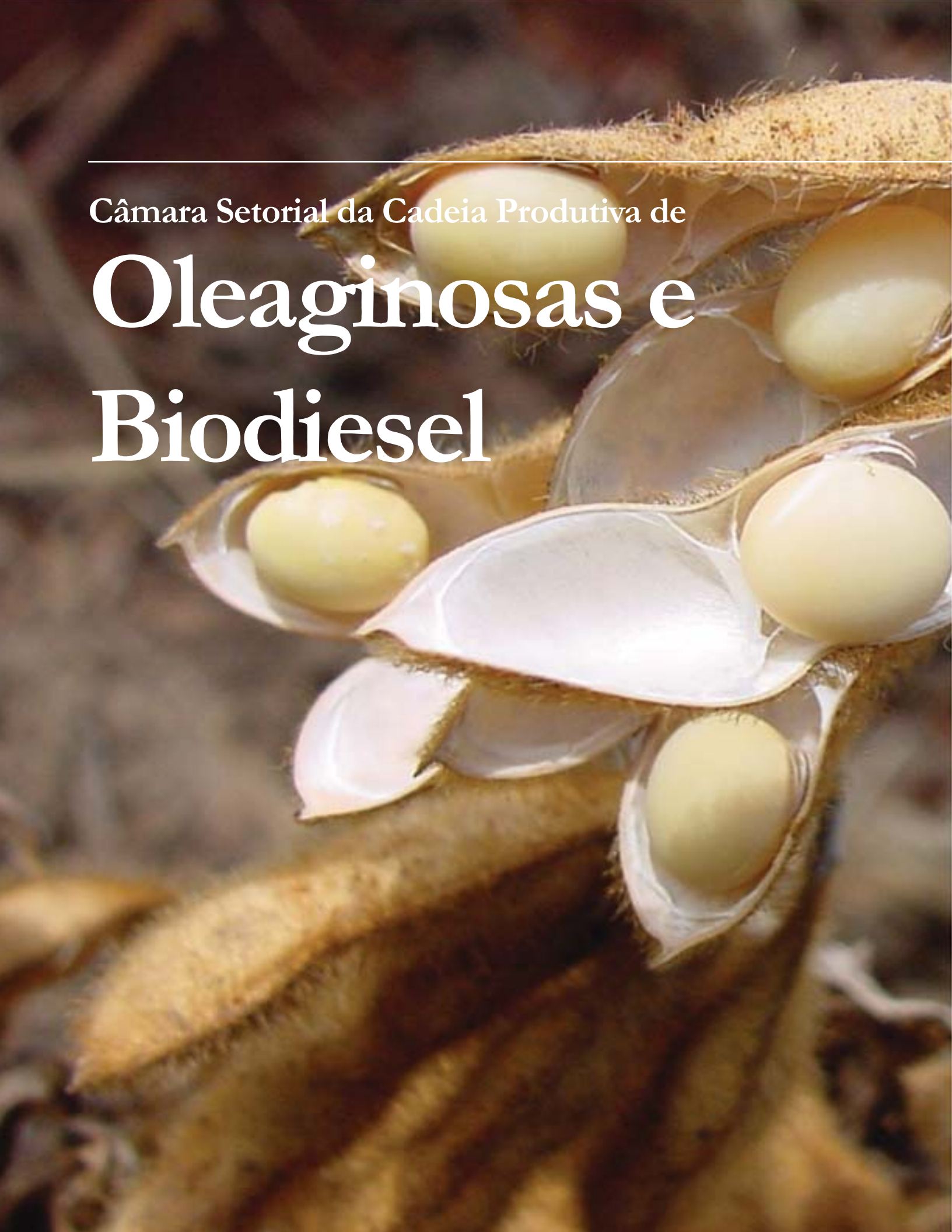
- Sérgio de Marco – AMPA
- Sávio Rafael Pereira – SPA/MAPA

Colaboração

- Andréa Christina Guirro de Oliveira – SPA /MAPA
- Décio Tocantins – AMPA
- Álvaro L. Ortolan Salles – ABRAPA
- André L. Franco – ANDEF
- Biramar Nunes de Lima – MAPA
- Carlos Alberto Brito Soares – SRB
- Carlos Henrique Facciolli – BB
- Claudio Manoel da Silva – ABRASEM
- Daniel Cavalcante Moura – ABIT
- Durwal Luiz de Oliveira Bueno – MT
- Edilson Martins de Alcântara – BM&F
- Getúlio Pernambuco – CNA
- Gilberto Flávio Goellner – ABRAPA
- Hélcio Honda – ABIT
- Hélvio Alberto Fiedler – OCB
- Ivo Carraro – ABRASEM
- João Carlos Jacobsen Rodrigues – ABRAPA
- João Luiz Ribas Pessa – ABRAPA
- Jonas L. Nobre Júnior – BM&F
- Jorge Maeda – ABRAPA
- Kchiro Mandai – MF
- Luciano Carvalho – CNA
- Márcio Augusto Montella – BB
- Marco Antônio Aluisio – ANEA
- Odair Britto Filho – ANEA
- Paulo Farnese Filho – SENADO
- Peter Graham – ANEA
- Plínio Camargo de Penteado – BM&F
- Pocho Silveira – ABIT
- Sérgio Pitt – AIBA
- Tim Kuba – ABIT
- Vicente Gongora – SINDAG
- Wilhelmus P. M. Uitdewilligen – ABRAPA

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira da Industria Textil e de Confecção – ABIT
- Associação Brasileira de Agrobussiness – ABAG
- Associação Brasileira de Produtores de Algodão – ABRAPA
- Associação Brasileira de Produtores de Sementes – ABRASEM
- Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão – AMPA
- Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF
- Associação Nacional dos Distribuidores de Insumo Agrícola e Veterinário – ANDAV
- Associação Nacional dos Exportadores de Algodão – ANEA
- Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA
- Banco do Brasil S/A – BB
- Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria Executiva – SE
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
  - Secretaria de Relações Internacionais – SRI
  - Assessoria de Gestão Estratégica – AGE
- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Ministério dos Transportes – MT
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola – SINDAG
- Sociedade Rural Brasileira – SRB
- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS



Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de

Oleaginosas e Biodiesel

Histórico

Fabrício Vieira Juntolli[1]

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel foi instalada em 21 de novembro de 2005 na Sede da Embrapa em Brasília, DF. Na ocasião estava presente o Prêmio Nobel em Química – Alan G. MacDiarmid e demais autoridades que participavam da reunião de Chefes da Embrapa. O então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, indicou para presidir a Câmara o Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE, Carlo Lovatelli. Como Secretário Executivo foi indicado o representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Décio Luiz Gazzoni. As indicações do Ministro foram referndadas pelo plenário na primeira reunião ordinária da Câmara.

O Presidente da Câmara é Bacharel em Física, Pós-Graduado em Administração de Empresas com Especialização em Administração Financeira e Marketing. Atualmente é Diretor de Assuntos Corporativos da Bunge Brasil, Presidente da Associação Brasileira de Agribusiness, Presidente Associação Brasileira da Indústrias de Óleos Vegetais, Presidente do Instituto de Estudos do Comércio e das Negociações Internacionais, Vice-Presidente da Fundação Bunge, Vice-Presidente do Conselho de Empresários da América Latina, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação, Membro do Conselho Diretor da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga e Membro do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP

O Secretário Executivo é Engenheiro Agrônomo com Mestrado em Entomologia. É pesquisador da Embrapa Soja, Consultor Internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento, foi Diretor Técnico da Embrapa, Chefe-Geral da Embrapa Agropecuária Oeste, Chefe-Geral da Embrapa Soja, e tem atuado como consultor de governos de diversos países para modernização de estruturas agropecuárias e implantação de projetos de pesquisa, sanidade agropecuária, desenvolvimento rural e extensão.

A Câmara, criada pela Portaria n° 39, de 31 de maio de 2006, é constituida por 45 instituições dos diversos segmentos da cadeia produtiva, órgãos governamentais, associações, federações entre outras. Seu objetivo principal é atuar como foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento da cadeia produtiva da soja e outras plantas oleaginosas, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum, visando a produção de biodiesel.

---

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia produtiva de Oleaginosas e Biodiesel do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

O presente documento traça, em grandes linhas, a estratégia de atuação da Câmara de Oleaginosas e Biodiesel, para as diferentes cadeias que compõem o segmento de oleaginosas, bem como para a indústria do biodiesel.

A Câmara envolve-se com um segmento com peso específico acentuado, posto que as oleaginosas respondem por parcela ponderável do PIB do agronegócio brasileiro, com forte concentração na cultura da soja. Esta oleaginosa é a grande responsável pela oferta de óleo e proteína para o mercado doméstico e para o mercado externo, para onde também é exportada parcela ponderável do grão para esmagamento no exterior.

Além da soja, compõem o segmento outras oleaginosas, como o algodão, cujo produto principal é a fibra, mas de cujas sementes obtêm-se produtos como óleo e torta. Outras oleaginosas importantes são o dendê, cultivado no trópico úmido brasileiro, em especial no Pará; o girassol e a canola, distribuídas no sul e centro-oeste brasileiro, e a mamona, com forte concentração no Nordeste. Além das oleaginosas cultivadas, compõe o segmento alguns produtos extrativistas, regionalizados, normalmente para auto-abastecimento ou abastecimento do mercado local, como babaçu, pinhão manso, macaúba, etc.

Relativamente ao biodiesel, trata-se de uma indústria nova, ainda embrionária em nosso país, como o é em, praticamente todo o mundo. Embora as perspectivas de médio e longo prazo sejam animadoras e entusiasmantes, o início do processo requer discussões, reflexões e cuidados para maximizar o aproveitamento das oportunidades que se descortinam com o crescimento do interesse acerca de fontes renováveis de energia.

O documento propõe uma reflexão setorial sobre diversos aspectos das cadeias envolvidas, porém com o foco assestado no aproveitamento das oportunidades de negócios, que se desdobram em diversos objetivos nacionais como geração de emprego e renda, melhor distribuição de renda, interiorização do desenvolvimento, crescimento da economia, ampliação das exportações, auto-suficiência energética, mecanismos de desenvolvimento limpo, redução de impactos ambientais, entre outros.

Carlo Lovatelli
Presidente da Câmara

Introdução

O agronegócio brasileiro sempre teve um componente forte no setor de oleaginosas, tanto para abastecimento doméstico quanto voltado para o mercado externo. Em especial, no segmento de óleos despontam diversas alternativas tradicionais, que possuíram peso específico maior no passado, como foi o caso do milho e do amendoim. O surgimento da cultura da soja e a sua adaptação ao solo e clima brasileiro, alterou o panorama do setor de oleaginosas, com predominância cada vez mais intensa desta cultura sobre as demais.

Na esteira da produção de soja foi possível alavancar um complexo de cadeias interdependentes, em especial na área animal, como a criação de suínos e de aves e, em menor escala, a produção leiteira e o confinamento de gado de corte. No momento, o Brasil é um *player* muito importante no mercado internacional de carnes, e parte deste sucesso deve-se à competitividade gerada pela produção de soja, distribuída em praticamente todo o território nacional.

Esta distribuição ampla é um dos segredos da competitividade brasileira, fruto de desenvolvimento tecnológico próprio, com a adaptação da soja a baixas latitudes, posto que, antes de sua produção extensiva no Brasil, o cultivo da soja em outros países estava confinado às regiões frias e temperadas do planeta. No caso do algodão, que é a segunda oleaginosa em importância, no momento, a mudança de paradigma ocorreu por problemas sanitários, conjugados com problemas fundiários e sociais, que criou óbices intransponíveis para a produção do algodão em regiões tradicionais como Paraná, São Paulo e o interior do Nordeste. Com o aumento dos custos internos e a competição acirrada de outros países, o algodão encontrou condições de sustentabilidade e competitividade no Centro-Oeste brasileiro e na região Oeste baiano.

Vislumbra-se uma nova revolução a caminho, em função do crescimento do interesse de governos e da sociedade global pela energia renovável. A cana-de-açúcar é paradigmática neste aspecto, tendo sido pioneira em trilhar o caminho para a demonstração da viabilidade energética e econômica do uso de um combustível alternativo ao petróleo. Em sua esteira, cresce no mundo o interesse pelo biodiesel, como forma de contrapor-se aos impactos ambientais deletérios da queima de combustível fóssil e pelo esgotamento progressivo das reservas de petróleo. Os estudos prospectivos indicam altas taxas de crescimento da produção e uso de biodiesel, nos principais países do mundo, com um potencial de alterar completamente o mercado de óleos e proteínas, em escala global.

Neste contexto, situa-se o âmbito de atuação da Câmara de Oleaginosas e Biodiesel, no horizonte do curto e do médio prazo, onde insere-se a discussão de novas propostas de políticas públicas para fazer frente ao cenário que se avizinha, e permitir que o Brasil possa maximizar o potencial de aproveitamento das oportunidades mercadológicas, como os desdobramentos nos demais objetivos nacionais, como mencionado anteriormente.

Ambiente Externo e Interno

O mercado de óleos e o mercado de proteínas são fortemente interdependentes e estão, atualmente, fortemente direcionados para o mercado nutricional, tanto para a elaboração de produtos para alimentação humana direta, quanto para a formulação de rações. No tocante ao mercado de óleos, o comércio é dominado pelos óleos de palma e de soja, que tem se alternado como principal produto do mercado, o qual movimenta 143 milhões de toneladas anuais. Estes dois óleos respondem por 50% da oferta mundial de óleos. Individualmente, a canola responde por 12% da oferta mundial e o girassol por 7% do mercado. O conjunto de outras fontes de óleo e de gorduras animais é responsável por pouco mais de um quarto do mercado.

No mercado de tortas, de aproximadamente 220 milhões de toneladas anuais, a soja apresenta domínio absoluto, respondendo por quase 70% do comércio, seguido por canola (11%), algodão (7%) e girassol (5%). A razão deste domínio da soja é o seu alto teor de proteína de qualidade, associada ao custo relativamente baixo de produção e à previsibilidade da oferta.

Os principais atores do mercado são os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina, principais produtores de soja e os países do Sudeste Asiático (Malásia, Indonésia e Tailândia) além de Nigéria e Colômbia, maiores produtores de dendê. A União Européia é um importante *player*, por consumir grande quantidade de óleo e por ser produtora de oleaginosas como canola e girassol. A China, o quarto produtor mundial de soja, destaca-se, ultimamente, não por sua capacidade de produção, porém como grande importador e consumidor de óleos e proteínas vegetais, fruto do continuado crescimento econômico do país e do incremento da demanda agregada por matérias primas e comodities, no mercado internacional. Em igual condição encontra-se a Índia, quinto produtor mundial de soja, porém com destinação exclusiva para o mercado doméstico.

A maior demanda no mercado internacional, até o momento, vinha sendo do mercado de tortas, pela necessidade de produtos protéicos para a indústria de nutrição humana e para o mercado de rações animais. As perspectivas de médio e longo prazo indicam que este mercado continuará sendo sólido e forte, com demanda crescente, em função do aumento da demanda de alimentos protéicos, derivada do crescimento econômico mundial, do crescimento da população e da própria mudança de hábitos de consumo.

Entretanto, para a próxima década, vislumbra-se um crescimento intenso no mercado de óleos, pela demanda crescente de óleos para a indústria de biodiesel. Estimativas do USDA apontam para uma demanda superior a 30 milhões de toneladas de óleo em 2010, que deverá ultrapassar 120 milhões de toneladas de óleo em 2020, exclusivamente destinada à indústria de produtos energéticos. Estas previsões têm por base, principalmente, as políticas públicas de apoio à produção e uso de biodiesel, em diferentes países, com suas projeções de consumo para o médio e o longo prazos, porém confirmadas pela sensibilidade da opinião pública aos impactos ambientais negativos, decorrentes da queima de combustíveis fósseis, suportando as iniciativas para a sua substituição por fontes renováveis.

O aumento da demanda de óleo provocará um desequilíbrio no mercado em relação à oferta de farelos, sejam eles protéicos (soja, girassol ou canola) ou fibrosos (dendê), o que exigirá ações de governos e da iniciativa privada para administrar convenientemente as turbulências de mercado. Ao confirmarem-se as previsões, teríamos um

aumento de 20% na demanda de óleos no início da próxima década e de 100% no final da mesma, destinada, exclusivamente, ao mercado energético.

Entre estas ações situam-se a expansão da oferta de matéria prima, de acordo com o cronograma da demanda de óleo; a expansão das indústrias esmagadoras; a expansão da indústria de biodiesel; a adequação da logística e da infra-estrutura (transporte, armazenamento, energia); a reacomodação dos mercados associados, em especial as cadeias de suínos, aves, gado de corte e gado de leite, sem esquecer os impactos nas linhas de produtos nutricionais destinados à alimentação humana direta.

A análise da oferta de matéria-prima indica que são poucos os países que podem aportar volumes consideráveis de oleaginosas para atender o aumento da demanda, no curto e no médio prazo. Os EUA, principal produtor de soja, encontram-se no seu limite de expansão de área de soja, que já conflita com a área de milho, tendo em vista o incentivo do governo americano à produção de etanol de milho. É razoável supor um crescimento apenas vegetativo da produção de soja naquele país.

A Europa, que exportava óleo de canola e de soja até 2005, deve inverter o sinal e tornar-se importadora líquida de óleo a partir do próximo ano, em especial de soja (na forma de grão ou de óleo) e de dendê. A China e a Índia, que figuram entre os principais produtores de soja, não possuem condições de atuar no mercado externo, devendo qualquer expansão de sua produção ser destinada ao mercado doméstico.

Excluído o Brasil, que será analisado a seguir, resta o conjunto da América Latina, com destaque para a Argentina, Paraguai e Bolívia. A área de expansão da Argentina e do Paraguai é limitada, dependendo de tecnologias e sistemas de produção para aproveitamento de áreas marginais e pouco férteis, ao contrário da expansão que ocorreu até o momento. A Bolívia vai enfrentar sérias turbulências, em virtude das medidas governamentais restritivas à ação de investidores internacionais e às quebras de contratos, tanto na área energética quanto de produção agrícola. Em função disto, não é esperada maior contribuição da Bolívia no curto e médio prazos.

O Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo, contribuindo com parcela expressiva da oferta internacional de grão, óleo e farelo. Em função do ambiente internacional que se desenha, o mundo espera que o Brasil seja uma das soluções para atender a necessidade de expansão da produção de oleaginosas.

O Brasil, além de produtor, é um grande consumidor de óleos e farelos protéicos e será, seguramente, um grande consumidor de biodiesel, no futuro próximo. Como tal, o Brasil deverá atender à demanda de um mercado doméstico crescente e estar devidamente posicionado para atender ao mercado externo, que também crescerá a altas taxas.

No primeiro instante, o Brasil pode expandir a área de produção de soja, ou mesmo sua produtividade, solvidas algumas questões que estão entravando esta expansão no momento, quais sejam os problemas financeiros, tributários, cambiais e de logística. Estudos indicam uma disponibilidade superior a 90 milhões de hectares no cerrado brasileiro, que permitiriam expandir a produção de soja e outras oleaginosas. A integração lavoura-pecuária permitiria incorporar outros 20 milhões de hectares anuais para o esforço de ampliação de oferta de oleaginosas. Também existem áreas expressivas, estimadas em 20-30 milhões de hectares, de pastagens degradadas e abandonadas, sem competitividade na criação animal, porém disponíveis para investimentos sustentáveis na produção de oleaginosas.

A expansão de outras oleaginosas é um tema mais complexo, com outros entraves próprios. Em

um primeiro instante, poderiam ser expandidas as áreas destinadas à algodão, girassol, canola, dendê e mamona, cada qual com considerações específicas.

A expansão da área de algodão não depende, diretamente, do mercado de óleo, porém do mercado de têxteis, cujo principal concorrente são os produtos sintéticos. Seguramente, a expansão do mercado de óleos confere um grau maior de competitividade e previsibilidade para a cultura do algodão, porém não se vislumbra uma inversão mercadológica em que o principal "driver" da expansão seja o óleo e não a fibra. Dessa forma, o aumento da oferta de caroço de algodão depende, quase exclusivamente, da expansão da demanda pela fibra.

O Brasil não é um tradicional produtor de canola ou de girassol, que são plantas típicas de clima temperado. O girassol tem enfrentado problemas sanitários que limitam o seu cultivo a algumas áreas, em condições climáticas específicas. Devido à sua tolerância a períodos secos, o girassol pode ser uma excelente opção estratégica com segunda cultura (safrinha) em praticamente todo o Cerrado brasileiro. Além dos problemas sanitários já mencionados, são necessários investimentos em desenvolvimento de tecnologias (incluindo variedades e híbridos), para tornar a cultura competitiva e sustentável na região. A disponibilidade das indústrias esmagadoras e a consolidação do uso de farelos de girassol auxiliarão no estabelecimento da cultura em novas regiões.

A canola é um cultivo de clima frio, e estaria melhor adaptado às condições brasileiras ao sul do Trópico de Capricórnio, como cultura de inverno, aproveitando áreas de soja que, atualmente, permanecem em pousio durante o inverno. A Embrapa vem investindo na tropicalização da canola, testando sua adaptação nos altiplanos do centro-oeste do país, com uma opção para os períodos de menor precipitação pluviométrica. Entretanto, assim como referido para o girassol, existem diversas lacunas no sistema de produção de canola, que necessitam ser adequadamente equacionadas, para permitir o seu cultivo competitivo e sustentável. Igualmente, por falta de tradição, todos os demais atores das respectivas cadeias deverão integrar-se para que existam condições reais de sucesso na expansão tanto da cultura da canola quanto do girassol.

A cultura do dendê possui condições edafo-climáticas ótimas para expansão no trópico úmido brasileiro, onde se estima que existam mais de 30 milhões de hectares aptos para o seu cultivo. Embora existam alguns problemas tecnológicos (sanitários), a grande restrição para a expansão da cultura do dendê se situa no conjunto de crédito adequado e logística regional deficitária.

A mamona é um produto totalmente diferenciado, não pertencendo ao complexo de oleaginosas de vocação nutricional. O óleo de mamona possui características industriais altamente interessantes, sendo integralmente absorvido pela indústria de química fina e farmacêutica. A torta de mamona contém produtos tóxicos e alergogênicos, que impedem o seu uso na indústria nutricional. A expansão da cultura deverá ocorrer exclusivamente para atender o mercado energético, impulsionada por políticas públicas de caráter social. Também existem restrições tecnológicas por superar na cultura da mamona e no processamento pós porteira que, se devidamente equacionados, podem conferir um impulso extra ao seu cultivo.

Entretanto, quando se examina o longo prazo, verifica-se que o Brasil deverá perseguir inovações tecnológicas para atender a expansão do mercado de oleaginosas, que não se restringem às matérias primas tradicionais. Os principais critérios para a busca de novas alternativas são a adaptação às áreas de expansão da agricultura brasileira (Centro-

Oeste, Meio Norte e Nordeste), a alta capacidade de produção de biomassa, a alta densidade energética por unidade de área, a rusticidade e a baixa exigência por recursos finitos como água e fertilizantes.

Em resumo, o Brasil possui uma enorme oportunidade para expandir a produção de oleaginosas, atendendo ao aumento da demanda interna por óleos nutricionais, por farelos protéicos e à demanda ainda embrionária por biodiesel, porém crescendo a altas taxas. No mercado externo, o panorama também é animador, com o segmento energético comandando a expansão do mercado de óleos, carregando consigo um aumento da oferta de farelos protéicos, permitindo a expansão das cadeias de carnes.

À par das oportunidades, existem as ameaças, quase todas circunscritas ao ambiente interno, posto que o Brasil possui diversas vantagens comparativas que lhe permitiriam competir adequadamente com concorrentes externos.

As principais ameaças que podem frustrar as oportunidades no comércio internacional de oleaginosas são:

- Excessiva valorização do real frente a outras moedas, que reduzem a competitividade brasileira;
- Taxas de juros elevadas, comparativamente aos demais concorrentes, alguns dos quais contam com subsídios à sua produção e comercialização;
- Elevada pressão tributária, comparativamente aos concorrentes;
- Estrutura tributária perversa, que incentiva a desindustrialização setorial e impede a agregação de valor, elevando custos fixos;
- Logística inadequada, em especial com modais de transporte ineficientes e péssimo estado de conservação das vias rodoviárias.

Potencialidades

O Brasil possui inúmeras vantagens comparativas para a produção sustentável de oleaginosas e de biodiesel. Entre elas refira-se:

- Grande estoque de área agricultável, ainda não utilizada, concentrada, principalmente, nas regiões de Cerrado do Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil;
- Oferta regular de chuvas em grande parte da região produtora e oferta de água para irrigação em imensas porções do território nacional;
- Por ser um país tropical, existe uma grande incidência de radiação solar, permitindo a produção de alto volume de biomassa e de alta densidade energética por unidade de área;
- As condições climáticas dominantes nas principais regiões produtoras permitem o cultivo de duas a três culturas anuais, reduzindo os custos fixos da atividade agrícola, bem como de alguns custos variáveis;
- Baixo custo da mão-de-obra;
- Existência de malha hidrográfica não aproveitada para hidrovias;
- Possibilidade de expansão da malha ferroviária;
- Oferta e potencial de expansão da geração de energia hidroelétrica;
- Ambiente empresarial adequado, com empresários experimentados, habilidosos e agressivos;
- Disponibilidade de tecnologia agropecuária tropical no estado da arte mundial;
- Existência de diversos centros, institutos e empresas de pesquisa agropecuária com potencial de oferta de inovações para tornar a agricultura cada vez mais sustentável e competitiva;

- Ambiente organizacional dos agricultores adequado, especialmente na forma de cooperativas e associações setoriais;
- Possibilidade de ampliação do leque de cultivo de oleaginosas, mormente de espécies como palmáceas tropicais, com alta capacidade de produção de biomassa e alta densidade energética.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel pautará sua atuação pelas seguintes diretrizes:

- Profunda integração entre os diversos atores públicos e privados, envolvidos com as cadeias de oleaginosas e biodiesel;
- Empreender ações e iniciativas positivas e abrangentes, visando capitalizar oportunidades de expansão dos negócios referentes a estas cadeias;
- Atenção para os aspectos sociais e ambientais das oportunidades econômicas e negociais das cadeias de sua área de atuação;
- Auxiliar na integração entre atores internos e externos das cadeias de oleaginosas e de biodiesel, visando o fortalecimento do mercado e a solução de problemas comuns;
- Ampla participação dos membros da Câmara e de expoentes e autoridades que possam auxiliar no encaminhamento das questões afetas às cadeias de oleaginosas e biodiesel;
- Apoio à formulação de políticas e de iniciativas que redundem em ampliação das oportunidades para as cadeias envolvidas;
- Integração com outras políticas públicas que possuam interface ou potencial de impacto nas cadeias de oleaginosas e biodiesel;
- Atuação conjunta com outras câmaras setoriais em temas de interesse comum;
- Contribuir nos debates sobre sustentabilidade socioambiental-econômica da produção de oleaginosas.

O agronegócio brasileiro é francamente dominado pela iniciativa privada. Porém, pela forma de organização da economia brasileira, é muito dependente das ações de governo e das políticas públicas. A forma de organização das câmaras setoriais, permitindo o intercâmbio de idéias e discussão de propostas entre os diferentes atores e segmentos das cadeias, propicia a oportunidade de formulação de políticas públicas mais adequadas para solucionar os entraves que permitam expressar as potencialidades setoriais do agronegócio.

Os diferentes segmentos envolvidos com as cadeias de oleaginosas e de biodiesel têm trazido à discussão pública e oferecido às autoridades diversos estudos de diagnóstico, prospecções, cenários e propostas para solucionar os problemas mais prementes do setor e eliminar determinados gargalos competitivos e de sustentabilidade.

Como forma de balizar a ação futura, a Câmara propõe estudar e discutir alguns temas candentes, que são fundamentais para a inserção competitiva do Brasil no mercado das cadeias que a compõem, mencionando-se especificamente:

Curto Prazo

- Diagnóstico da situação atual da produção de matéria prima das diferentes oleaginosas;
- Levantamento das potencialidades da biodiversidade e alternativas de oleaginosas para atender as demandas antecipadas pelos cenários futuros;
- Estudo circunstanciado da agroindústria associada às cadeias de oleaginosas, suas potencialidades e estrangulamentos;
- Estudos referentes aos principais entraves do setor, mormente nos temas tributário, creditício, cambial e de logística;
- Discussão dos cenários de comportamento dos mercados de óleo e proteína, no curto e médio prazo, em especial os impactos decorrentes do crescimento do mercado de biodiesel;
- Discussão dos impactos do aumento da demanda de óleo sobre a oferta agregada de tortas e farelos e seus efeitos nas cadeias de carnes;
- Discussão das necessidades, demandas e prioridades de desenvolvimento tecnológico para a produção de matéria prima em forma competitiva e sustentável;
- Discussão das necessidades, demandas e prioridades de desenvolvimento tecnológico para o aproveitamento de co-produtos da indústria de biodiesel, em especial do glicerol, e do aproveitamento dos resíduos do esmagamento e extração do óleo;
- Propositura de políticas públicas, decorrentes dos estudos e diagnósticos efetuados, para solução dos problemas aventados.

Médio Prazo

- Discussão de estudos e propostas de alteração da estrutura tributária incidente sobre as diferentes cadeias de oleaginosas;
- Discussão de temas importantes para assegurar a qualidade e a imagem do Brasil no comércio internacional, como a rastreabilidade e a certificação de produtos;
- Participação nas discussões de prioridades de desenvolvimento tecnológico de caráter estratégico e no apoio ao desenvolvimento das inovações tecnológicas;
- Apoio à realização de feiras, congressos, encontros que tenham por objetivo o desenvolvimento do setor;
- Apoio aos núcleos de pesquisa de forma a garantir a continuidade do trabalho;
- Apoio às ações do setor produtivo que tenham como objetivo a organização do setor;
- Desenvolvimento de ações e políticas visando a conquista do mercado exterior (marketing, gestão junto aos organismos reguladores do mercado internacional, apoio ao comparecimento de feiras internacionais);
- Estudo e discussão de propostas de apoio à exportação e de facilitação das atividades burocráticas relacionadas com a exportação;
- Integração com os mecanismos do Poder Legislativo, como a Comissão de Agricultura da Câmara Federal, para integrar a iniciativa privada e as diferentes instâncias governamentais envolvidas com a formulação de políticas públicas.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- Carlo Lovatelli – ABIOVE
- Décio Gazzoni – Embrapa Soja

Colaboração

- Fábio Trigueirinho – ABIOVE

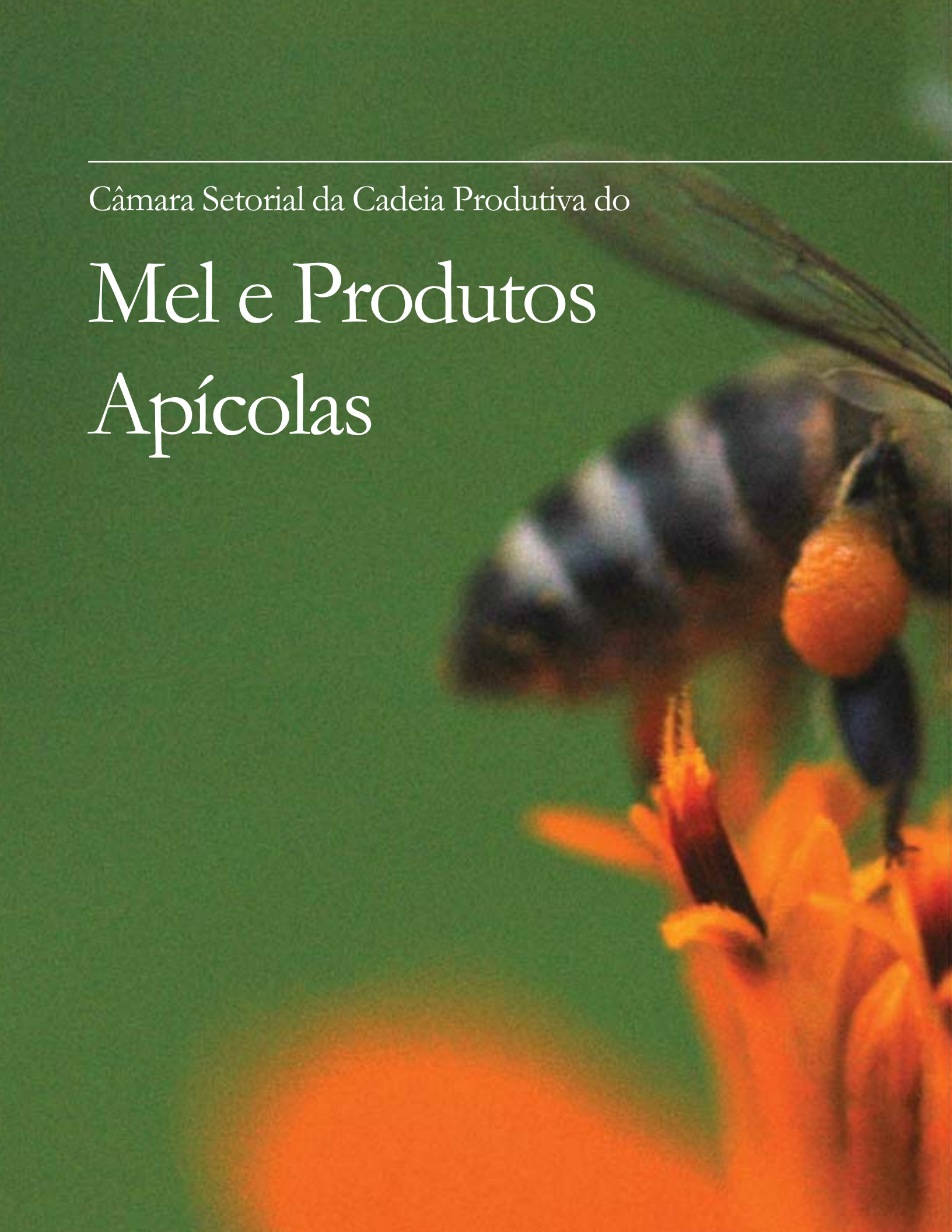
Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Agência Nacional do Petróleo – ANP
- Associação Brasileira da Indústria da Alimentação – ABIA
- Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ
- Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM
- Associação Brasileira das Indústrias de Biodiesel – ABIODIESEL
- Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE
- Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG
- Associação Brasileira de Frigoríficos – ABRAFRIGO
- Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso – APROSOJA
- Associação Nacional dos Exportadores de Algodão – ANEC
- Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA
- Associação Pró Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás – ADIAE
- Banco do Brasil S/A – BB
- Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB
- Casa Civil da Presidência da República
- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal – CRA
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Confederação Nacional da Indústria – CNI
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ

- Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – ICONE
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Assessoria de Gestão Estratégica – AGE
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
  - Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE
  - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI
  - Secretaria Executiva – SE
- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos de Passageiros de São Paulo – URBANUS
- Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, Eletrônico, Siderúrgicas e Fundições de Piracicaba, Saltinho e Rio das Pedras – SIMESPI
- Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – SINDICOM
- União da Agroindústria Canavieira de São Paulo – UNICA
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
- Universidade de Brasília – UnB
- Usinas e Destilarias do Oeste Paulista – UDOP
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB

Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do

Mel e Produtos Apícolas



Histórico

Sônia Azevedo Nunes[1]

No dia 22 de maio de 2006 foi instalada em Aracajú, Sergipe, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e Produtos Apícolas. O então Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luis Carlos Guedes Pinto, indicou para a Presidência do colegiado, Joail Humberto Rocha de Abreu, representante da Confederação Brasileira de Apicultura – CBA e como Secretário Executivo, Alberto Gomes da Silva Júnior, representante da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA. A primeira Reunião da Câmara ocorreu em Aracajú no dia 23 de maio de 2006 e a partir da segunda reunião ordinária, em 07 de julho de 2006, assumiu a presidência da Câmara José Gomercindo Corrêa da Cunha, por decisão dos membros titulares presentes à reunião. A câmara é composta por 29 órgãos e entidade e sua portaria de criação encontra-se em processo de publicação.

O Presidente da Câmara é Pós-graduado em Apicultura pela Universidade de Taubaté e é criador de Abelhas Rainhas. Ocupa os cargos de Presidente da Confederação Brasileira de Apicultura – CBA e de Presidente da Federação Apícola do Rio Grande do Sul – FARGS.

O Secretário Executivo é Médico Veterinário, Pós-graduado em Gestão Agroindustrial e Mestre em Economia Rural. É docente da União Educacional do Planalto Central – UNIPLAC e em 2001 ingressou no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Médico Veterinário, exercendo as funções de Chefe no Serviço de Inspeção Federal. A partir de 2002 passou a Fiscal Federal Agropecuário, lotado no Departamento de Saúde Animal, onde atualmente é Chefe da Divisão de Sanidade dos Eqüídeos, Caprinos e Ovinos e Abelhas – DSECO e responsável pelo Programa Nacional de Sanidade Apícola.

Embora a apicultura brasileira tenha registrado um crescimento significativo nos últimos anos, ainda existem desafios que devem ser superados em praticamente todos os segmentos da cadeia como a informalidade do setor, a baixa produtividade, baixo controle de qualidade dos produtos e gestão da produção, busca de novos mercados e consolidação dos tradicionais, aumento do consumo interno do mel e de outros produtos apícolas como o pólen e a geléia real, além da solução de problemas relacionados à divulgação, comercialização, infra-estrutura, oferta, armazenagem, qualidade, capacitação de produtores, financiamento e crédito e questões regulatórias.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisora da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e Produtos Apícolas do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

No Brasil está em curso uma grande "revolução silenciosa" municiada pela inovação tecnológica e gerencial, cujos principais agentes são os médios e grandes "empresários rurais", que incorporam aos seus agronegócios "tecnologias de ponta" nas áreas de produção e administração rural.

Atualmente, o maior desafio do agronegócio é identificar e promover atividades produtivas que sejam "inclusivas" sob os aspectos tecnológicos e gerenciais, isto é, que permitam uma "desconcentração tecnológica", democratizando e viabilizando a incorporação das inovações nas pequenas propriedades rurais.

O Brasil vive um momento em que o governo e a sociedade civil, estão sendo desafiados a criar alternativas geradoras de emprego e renda. A Apicultura brasileira, sendo atividade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta, reúne requisitos que a credenciam como uma alternativa de elevado potencial de inclusão social, face à sua competitividade em relação aos aspectos econômicos, sociais e ambientais, e de grande importância para o "desenvolvimento sustentável".

Nenhuma organização, isoladamente, pode responder ao desafio de viabilizar uma "Apicultura Integrada e Sustentável". O atual momento da apicultura exige uma mudança de comportamento e nos estimula articular forças, associando recursos e integrando competências, para enfrentar os novos e grandes desafios do setor. É tempo de promover a integração de todos os atores que interagem no âmbito local, regional nacional e internacional, dentro de uma visão sistêmica, que considera os diversos fatores que interferem no desenvolvimento do agronegócio apícola (econômicos, sociais, ambientais, culturais, políticos, científicos e tecnológicos).

Na Apicultura é relativamente simples a assimilação da importância da articulação e da parceria, pois a atividade já traz em sua essência esse ensinamento, pois as abelhas são mestras naturais do conceito de cooperação, organização e divisão do trabalho. Inspirados nesse comportamento, as pessoas, os grupos e as instituições, estão superando as barreiras e buscando a construção conjunta,de soluções para toda a Cadeia de Apicultura.

Atualmente, o setor vem convivendo com limitações estruturais e conjunturais que estão comprometendo a sua competitividade. Neste contexto, a aplicação da Lei nº 10.990, de 13 de dezembro de 2004, que determina ao Poder Público implementar programas de estímulo às atividades apícolas, justifica o estabelecimento de políticas que venham a contemplar o setor com tratamentos diferenciados em relação à carga tributária, ao crédito, à tecnologia, aos serviços de assistência técnica, ao acesso aos mercados. Em especial, urge a adoção de políticas públicas e privadas para minimizar os impactos decorrentes do embargo das importações de mel do Brasil pela União Européia, bem como para

ampliação do mercado interno, face ao baixo consumo interno de mel e produtos da colméia.

Para superação dos desafios, objetivando posicionar e consolidar o Brasil na liderança da apicultura mundial, é preciso compartilhar uma visão sistêmica do agronegócio apícola e ter uma abordagem de cadeia produtiva, de forma a estimular alianças estratégicas em todos os seus elos. Uma tarefa que demanda a integração, o engajamento e o compromisso de todos os envolvidos, que deve ser assumida e protagonizada pelos representantes, apicultores e empresários do Setor. A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Mel e Produtos Apícolas, ao se constituir no fórum propício e ideal para o encaminhamento e equacionamento das questões de interesse do setor, certamente contribuirá para assegurar a competitividade do agronegócio apícola.

Aproveitamos para agradecer toda a equipe da Câmara Setorial, ao Coordenador Geral de Apoio às Câmaras, Duarte Vilela, a supervisora Sônia Azevedo Nunes, e nosso Secretário Alberto Gomes da Silva pela apoio, dedicação e suporte operacional para a concretização deste trabalho.

Agradecemos também o grupo temático que produziu este documento e outros atores representantes que se fizeram presentes e contribuíram gratuitamente para a elaboração da Agenda de trabalho da Cadeia Produtiva de Mel e Produtos Apícolas.

José Gomercindo Corrêa da Cunha
Presidente da Câmara

Introdução

Na reunião de instalação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Mel e Produtos Apícolas, realizada durante o "XVI Congresso Brasileiro de Apicultura", no dia 22 de maio de 2006, em Aracajú/SE, foi constituído um Grupo de Trabalho com a missão de elaboração do documento inicial, o grupo apresentou em plenária da Câmara, um conjunto de sugestões para formular políticas públicas e privadas de curto, médio e longo prazos. Na plenária, foram priorizadas as propostas de políticas estruturais. Em seguida foi gerada uma agenda com sua base estabelecida, aprovada por todo conjunto de entidades participantes da reunião.

A Agenda de Trabalho foi então formatada e disponibilizada em rede para que todos pudessem contribuir com sugestões e ajustes. A ampla discussão da Agenda, buscou assegurar a participação de todos os segmentos envolvidos com o agronegócio apícola, direta ou indiretamente, ou seja: os órgãos e empresas de pesquisa, as universidades e outras instituições de ensino; as instituições de fomento e de financiamento; as instituições e empresas de planejamento, extensão e assistência técnica; as indústrias de máquinas, equipamentos, insumos, ingredientes e embalagens; as empresas do setor de beneficiamento primário, de transporte, distribuição e comercialização; as empresas agroindustriais; as organizações não governamentais, órgãos de classe, fundações e representações setoriais; os produtores de base familiar e demais empreendimentos de produção rural.

Esta agenda pretende ser o referencial para o estabelecimento de políticas e para a implementação de ações concretas, que venham assegurar e consolidação de uma posição de destaque da apicultura brasileira no cenário mundial, tornando-a competitiva e atraente aos investimentos. Este é o objetivo desta agenda, ser um marco da apicultura brasileira. Articular políticas, associar recursos e integrar competências, para escrever um novo capítulo do agronegócio do mel no Brasil.

Ambiente Externo e Interno

Histórico da Apicultura

As abelhas são descendentes das vespas, que deixaram de se alimentar de pequenos insetos e aranhas para consumirem o pólen das flores quando essas surgiram, há cerca de 135 milhões de anos. Durante esse processo evolutivo, surgiram várias espécies de abelhas. Hoje, são conhecidas mais de 20 mil espécies, mas acredita-se que exista cerca de 40 mil espécies ainda não descobertas. Somente 2% das espécies de abelhas são sociais e produzem mel. Dentre estas, as do gênero Apis são as mais conhecidas e difundidas (ROUBIK, 1989).

Por volta do ano 2400 a.C. os egípcios começaram a colocar as abelhas em potes de barro. A retirada do mel ainda era muito similar à "caçada" primitiva. Entretanto, os enxames já podiam ser transportados e colocados próximo à residência do produtor. Apesar de os egípcios serem considerados os pioneiros na criação de abelhas, a palavra colméia vem do grego, pois os gregos colocavam seus enxames em recipientes com forma de sino feitos de palha trançada, chamada de colmo (CRANE, 1987).

Naquela época, as abelhas já assumiam tanta importância para o homem, que eram consideradas

sagradas para muitas civilizações. Com isso, várias lendas e cultos surgiram a respeito desses insetos. Com o tempo, elas também passaram a assumir grande importância econômica e a ser consideradas um símbolo de poder para reis, rainhas, papas, cardeais, duques, condes e príncipes, fazendo parte de brasões, cetros, coroas, moedas, mantos reais, entre outros (CRANE, 1987).

Na Idade Média, em algumas regiões da Europa, as árvores eram propriedades do governo, sendo proibido derrubá-las, pois elas poderiam servir de abrigo a um enxame no futuro. Os enxames eram registrados em cartório e deixados de herança por escrito. Naquela época, o roubo de abelhas era considerado um crime imperdoável, podendo ser punido com a morte (CRANE, 1987).

Essa atividade atravessou o tempo, ganhou o mundo e se tornou uma importante fonte de renda para várias famílias. Hoje, além do mel, é possível explorar com a criação racional das abelhas, produtos como: pólen apícola, geléia real, rainhas, polinização, apitoxina e cera; existem casos, de produtores que comercializam enxames e crias.

Atualmente, o Brasil produz 24.500 toneladas de mel (FAO, 2006) e é conhecido em todo mundo pela criação das abelhas africanizadas. Essas abelhas da espécie *Apis mellifera*, são um poli-híbrido constituído por cinco sub-espécies de abelhas originárias da Europa e da África. As abelhas européias (*Apis mellifera mellifera; Apis mellifera lígustica*; *Apis mellifera carnica* e *Apis mellifera caucásica*) introduzidas no Brasil no período colonial, trazidas pelos jesuítas e imigrantes (NOGUEIRA NETO, 1972). Em 1956, o professor Warwick Estevan Kerr dirigiu-se à África, com apoio do Ministério da Agricultura, com a incumbência de selecionar rainhas de colônias africanas produtivas e resistentes a doenças para realizar pesquisas comparando a produtividade, rusticidade e agressividade entre as abelhas européias, africanas e seus híbridos e, após os resultados conclusivos, recomendar a abelha mais apropriada às nossas condições. Contudo, devido a um problema na condução da pesquisa, algumas das colônias enxamearam, liberando as abelhas africanas no país (KERR, 1984).

Essa liberação propiciou a possibilidade do cruzamento natural das duas populações introduzidas no país (européias e africanas) formando o poli-híbrido conhecido como abelhas africanizadas. Mais adaptadas ao clima tropical do que as abelhas originárias da Europa, as abelhas africanas impõem várias de suas características ao híbrido brasileiro, inclusive a produtividade, a resistência a doenças e a agressividade (GONÇALVES, 1984; 1986). Certamente, ocorreram problemas até que se chegasse ao estágio de desenvolvimento atual, dada à agressividade dessas abelhas e à inabilidade dos apicultores em lidar com a nova realidade.

Hoje, todos os estados da Federação praticam a criação de abelhas de forma racional, em maior ou menor proporção, dada à expansão do número de enxames nativos e de apiários, apoiada na grande quantidade e variedade da flora apícola brasileira. Soma-se a esse processo, o aparecimento de diversas empresas especializadas na venda de insumos e apetrechos para criação de abelhas, além da criação de diversas linhas de pesquisa sobre o tema, nos vários centros espalhados pelo país.

Produção e Comercialização Apícola

A produção de mel obtida de floradas silvestres está se tornando cada vez mais escassa no mundo. Por esse motivo, atualmente, a exploração da apicultura está cada vez mais dependente das culturas agrícolas que, na maioria dos sistemas produtivos, utilizam os agroquímicos de maneira inadequada. Essa situação prejudica a qualidade do mel e dos demais produtos apícolas, pois ocasiona a contaminação da produção com resíduos que podem ser tóxicos para o homem.

O Brasil, ao contrário, apresenta características especiais de flora e clima que, aliados à presença da abelha africanizada, lhe conferem um potencial fabuloso para a atividade apícola, ainda pouco

explorado. Assim, a grande diversidade de floradas silvestres dá ao país vantagens em relação aos seus concorrentes, face ao elevado potencial para produzir mel orgânico e para aumentar a sua produção, em função da grande disponibilidade de pasto apícola silvestre, ainda inexplorado.

Não obstante, a produtividade brasileira ainda encontra-se reduzida, quando comparada com a produção internacional. A baixa produtividade dos apiários brasileiros, quando comparado à produtividade em outros países (Tabela 1), se explica pela pouca utilização de recursos tecnológicos na produção. A seguir, apresenta-se um comparativo da produtividade brasileira, frente a outros países produtores de mel.

O Brasil é hoje mais conhecido internacionalmente pelo domínio da metodologia de controle das abelhas africanizadas, pela resistência das abelhas africanizadas ao ácaro *Varroa jacobsonii* (hoje conhecido como *Varroa destructor*), pelo significativo crescimento da indústria apícola que vem se destacando pela variabilidade e qualidade de seus produtos (centrífugas, desoperculadoras, tanques, cilindros para produção de cera moldada, colméias, etc.) e pelo aumento de produção dos produtos das abelhas (mel, pólen, geléia real, própolis, veneno, etc.).

Produção Mundial e Nacional de Mel

O Brasil figura entre o 11º e 17º produtor mundial de mel e ocupa a 5ª posição no ranking mundial de exportação. Na década de 1950 o país produzia apenas 4 mil toneladas de mel por ano e, atualmente, produz entre 32 e 50 mil toneladas (IBGE, 2006; CBA, 2006).

Segundo a FAO (2006), a China é o maio produtor de mel mundial, contribuindo com 22% da produção em 2005. Esse país é seguido pelos Estados Unidos e Argentina, que em 2005 contribuíram, cada um, com aproximadamente 6% da produção mundial. O Brasil está na 15ª posição, com 24.500 toneladas, representando, aproximadamente, 2% da produção mundial. Não obstante, considerando-se os dados da produção nacional de 2004 (32,29 mil toneladas), medida pelo IBGE, o Brasil situa-se como 12º produtor mundial de mel.

Quanto à produção de mel no Brasil no ano de 2004, a Região Sul foi a principal fonte de produção de mel no país com 47,7%. A Região Nordeste vem na segunda posição com 31,5% da produção, seguida das regiões Sudeste (16,2%), Centro-Oeste (2,8%) e Norte (1,6%). Com relação ao valor da produção, embora a Região Sul também mantenha a liderança, a Região Nordeste vem aumentando substancialmente sua participação nos últimos anos. Dados não oficiais apontam que hoje, no Brasil, a produção chega a 40 mil t/ano, com o montante de 500 mil apicultores em 2 milhões de colméias.

Este mercado está avaliado em 360 milhões de dólares, com o número de apicultores tendo aumentado 4,5% nos últimos dez anos, segundo estimativas da Confederação Brasileira de Apicultura.

Tabela 1. Comparativo de produtividade de mel

Produtividade Média Anual	Brasil	EUA	México	Argentina	China
Mel	15	30	25	35 a 40	50

Fonte: Apiservice (2006).

Comercialização Mundial e Nacional de Mel

O mercado mundial de mel é bastante concentrado, tendo apenas dois paises demandando quase metade de toda exportação mundial e, por outro lado, são também dois os paises responsáveis pela maior parte das exportações.

Os principais mercados importadores de mel no mundo em 2003 são a Alemanha (23%), os Estados Unidos (23%) e o Japão (11%), vindo, em seguida, diversos outros países com presença massiva da União Européia. Um ponto que não pode ser esquecido é o fato de que diversos países, como a Alemanha, compram mel para reexportarem a outros países, atuando tanto como grandes importadores, como grandes exportadores do produto.

O maior fornecedor mundial de matéria-prima e o maior produtor é a China, alcançando um volume de 276 mil toneladas de mel produzidas anualmente.

Com relação às exportações de mel, verifica-se, em 2003, a forte presença de dois principais mercados exportadores que são a China (21%) e a Argentina (18%), embora estes países tenham sofrido embargo em 2004. Porém, desde meados de 2005, os problemas sanitários que os produtos apícolas destes países foram solucionados e suas exportações recomeçaram, impulsionando os preços para seus níveis históricos, que é de US$ 1,00/kg do produto.

Com a volta destes dois países ao mercado internacional e, mais recentemente, com o embargo da Comunidade Européia ao mel brasileiro, pelo não cumprimento de prazos na implantação do PNCR – Programa Nacional de Controle de Resíduos, o cenário internacional se apresenta bastante desfavorável para o setor apícola nacional, pelo menos até o final de 2006, uma vez que a Europa responde por mais de 90% das exportações de mel do Brasil.

Evolução das Exportações de Mel do Brasil

A Alemanha tem uma grande participação no mercado mundial, atuando tanto como grande importador, em 2003 quanto como exportador (5,3%). Nesse cenário, o Brasil aparece na quinta posição, com cerca de 19.273 mil toneladas exportadas (4,8% do mercado mundial).

O Brasil passou a ocupar um lugar de destaque mundial na exportação de mel, inclusive com a participação de pequenos apicultores espalhados por todo o país, mas em especial no semi-árido do Nordeste. Estima-se que 350 mil pessoas participam da cadeia produtiva. Eles ajudaram a transformar o país em exportador do produto, passando de 269 toneladas, em 2000 para 19 mil toneladas, em 2003, um aumento de 7,2 mil % em volume e 13,8 mil % em valor – de 269 mil kg/US$ 331 mil, para 19,3 milhões kg/US$ 45,5 milhões.

Em 2004, iniciou-se um ciclo decrescente nas nossas exportações de mel, em função da volta da China e da Argentina ao mercado. Assim, apesar do aumento de 9% no volume, o valor das nossas exportações (US$ 42,4 milhões) reduziu em 7%. O preço médio recebido caiu de US$2,36/kg em 2003 para US$ 2,01/kg em 2004.

Em 2005, a tendência de queda observada em 2004 acentuou-se. O valor das exportações (US$ 18,9 milhões) decresceu 55% e a quantidade exportada (14,4 mil toneladas) reduziu-se em 31%. Em torno de 80% das exportações foram para a União Européia (11,1 mil toneladas e US$ 14,4 milhões), sendo a Alemanha o principal importador (6,2 mil toneladas e US$ 8,1 milhões). Os principais estados brasileiros exportadores foram São Paulo (US$ 7,72 milhões), Ceará (US$ 3,4 milhões), Piauí (US$ 3,05 milhões) e Santa Catarina (US$ 2,93 milhões).

Revertendo a curva declinante verificada no ano passado, as nossas exportações de mel no mês de maio de 2006, US$ 1,9 milhão e 1,2 mil toneladas, acusaram um forte incremento em valor

(+ 208%) e em volume (+ 220%), em relação ao mês anterior (abril de 2006), e aumentos superiores a 33,9% em valor e 8,2% em peso, em relação ao mesmo mês do ano anterior (maio de 2005), interrompendo, o processo de redução das exportações iniciado em abril, em decorrência do embargo do mel brasileiro pela União Européia. O preço médio das exportações em maio foi de US$ 1,56/kg, pouco inferior aos US$ 1,62/kg do mês anterior, mas superior à média praticada no ano de 2005, que foi de US$ 1,31/kg.

No acumulado de janeiro a maio de 2006, o valor de nossas exportações de mel foi de US$ 8,53 milhões, representando, em relação à de igual período de 2005, um incremento de 6% em valor. Esse aumento em valor foi decorrente do aumento no preço recebido de US$ 1,34/kg para US$ 1,58/kg, não tendo sido acompanhado de incrementos no volume exportado. Assim, no período analisado (janeiro a maio), observou-se uma redução de mais de 10,0% no volume total comercializado que foi de 5,38 mil toneladas.

Consumo Mundial e Nacional de Mel

Os Estados Unidos da América consomem cerca de 120 mil toneladas anuais de mel. As estimativas de consumo de produtos apícolas para a União Européia são de US$ 12 bilhões ao ano. O consumo de mel no Brasil ainda é baixo (Figura 1).

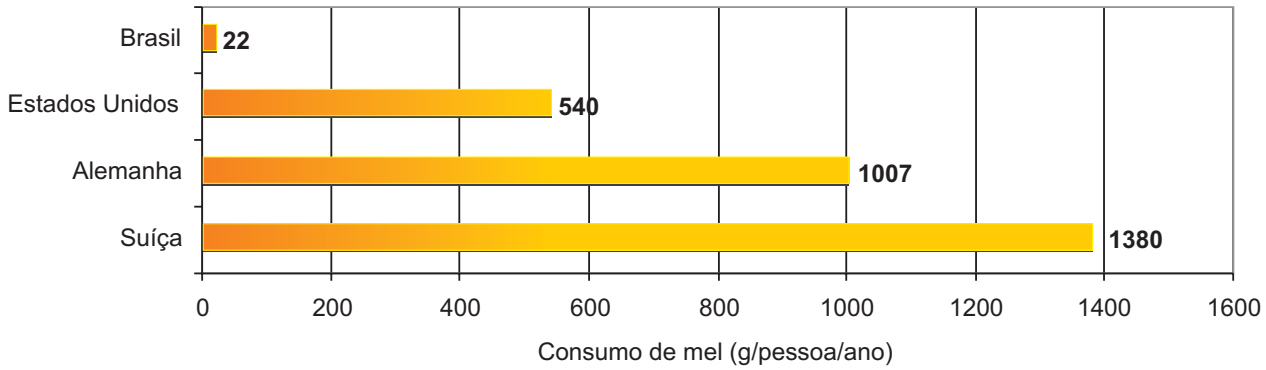
É importante destacar que não existem dados totalmente confiáveis relativos ao consumo de mel no Brasil. A maneira como se consegue estimar o consumo de mel no Brasil é por meio do conceito de consumo aparente, o qual representa a soma da produção interna, mais importações, menos exportações.

No consumo aparente do mel de abelha no Brasil, ressalta-se que, no período de 1986-2004, houve uma mudança drástica, pois se saiu de um patamar em que a produção não era suficiente para atender o consumo interno, para, em menos de dez anos, corresponder a apenas 36% da produção. Os demais produtos derivados das abelhas não apresentaram índices significativos de importação e exportação, de forma a subsidiar esta análise.

Ao analisar, evidencia-se o aumento significativo da produção e exportações brasileiras, com uma diminuição drástica das importações, gerando, entre 2001 e 2002, uma redução nominal do consumo interno em torno de 57%, estabilizando-se neste novo patamar até hoje.

No atual cenário do embargo das exportações de mel do Brasil, os dados acima apresentados geram uma grande preocupação, face à drástica

Figura 1. Consumo de mel *per capita* (g/pessoa/ano) na Suíça, Alemanha, Estados Unidos e Brasil



Fonte: FAO (2006)

diminuição do consumo interno, com uma redução da ordem de 12 mil toneladas, e uma extrema dependência do mercado externo para escoar a produção. Por outro lado, percebe-se o espaço que há para o setor apícola crescer neste país.

Provavelmente, uma das causas da forte redução no consumo interno seja o baixo emprego do mel como insumo e ingrediente pela indústria alimentícia. Neste contexto, a edição da Resolução nº 5, de 13 de novembro de 2000, que flexibilizou o uso de aditivos químicos nos lácteos, contribuiu muito para diminuição do consumo de mel pela indústria de alimentos.

O recente embargo do mel brasileiro pela União Européia, associado ao cenário de queda dos preços no mercado externo, aponta para a necessidade de uma maior atuação no mercado interno, historicamente com preços mais estáveis e, hoje, em maior patamar do que o mercado externo. Verifica-se, também, a oportunidade de ampliação de mercado para outros produtos que não o mel, sendo que tal fato está balizado no aumento da produção de pólen, própolis e cera.

Estudos sobre o perfil do consumidor de mel em quatro regiões do Brasil, realizadas pelo SEBRAE (Bahia, Pará e Sergipe), Embrapa Meio-Norte (Piauí, Rio Grande do Norte e Alagoas) e USP (Ribeirão Preto) demonstram que Somente 5 a 29% da população brasileira consomem mel diariamente. O baixo consumo de mel é explicado pela falta de um hábito consolidado do consumo deste produto pela população, que o utiliza, na maioria das vezes, de forma medicinal e pela relação direta entre poder aquisitivo e consumo, demonstrando que o preço do produto afeta diretamente o consumo (VILELA e PEREIRA, 2000; VILELA, 2002; VILCKAS, 2004).

Os estudos demonstraram que, além destes, existem diversos outros fatores que influenciam o consumo de mel. Dentre eles, destaca-se também a falta de informações a respeito de suas propriedades alimentares e medicinais, demonstrando que existe uma evidente carência de esforços de planejamento de divulgação e marketing no setor, como forma de incentivar o consumo de mel, a exemplo do que vem sendo feito por inúmeros outros produtos alimentícios no Brasil.

Produção e Comercialização de outros Produtos Apícolas e de Derivados do Mel

Apesar de o mel ser o produto mais explorado na atividade apícola, é possível, ainda, produzir e comercializar a cera de abelha, o pólen, a geléia real, as rainhas, a apitoxina, a polinização e vários derivados.

Cera

A cera de abelha, além de ser matéria prima para a produção apícola, é usada nas indústrias de cosméticos e de medicamentos, que consomem, cada uma, 1/3 da produção mundial, e na indústria de velas, que utiliza 1/5 da produção mundial. Em 2002, as importações e exportações da cera de abelha movimentaram cerca de US$ 32,4 milhões em todo o mundo. A Alemanha foi o maior importador, sendo seguida pelos Estados Unidos, França e Japão. Os maiores exportadores foram China, República Islâmica do Irã, Estados Unidos da América e Alemanha.

Em 2005 o Brasil exportou US$ 5,6 milhões, equivalentes a 58.352 quilos, de outras ceras de abelha (NCM 15.219.019), volume ínfimo frente ao que é comercializado no mundo. Não obstante, o preço médio do quilo de cera das exportações nacionais aumentou de US$ 85,71 em 2004, para US$ 95,95 em 2005. Esse fato deve-se à forte demanda pelo produto no mercado interno, dada à expansão do número de colméias em todo o país. Os países compradores do produto brasileiro foram o Japão, Hong Kong, Holanda, China e Taiwan (MDIC-SECEX, 2005).

Segundo o estudo contratado pelo SEBRAE junto à M.Stortti Business Consulting Group, divulgado em maio/2006, a cera pode ser vendida bruta ou alveolada. O valor do quilo da cera de

bruta varia entre 30 e 40 reais e o valor da lâmina de cera alveolada é de R$ 3,50, sendo que com um quilo de cera bruta é possível produzir 8 a 14 lâminas. Encontra-se no mercado embalagens com tamanhos variados, conforme padrão de cada fornecedor.

Própolis

Não existem estatísticas confiáveis sobre a produção mundial de própolis. Sabe-se que os maiores produtores de própolis no mundo são China, Brasil, Estados Unidos, Austrália e Uruguai. São tratadas por mês cerca de 200 toneladas de própolis finais para consumo mundial.

O Japão é um dos maiores consumidores de própolis como complemento alimentar. Na Nova Zelândia o consumo anual de própolis é de aproximadamente 9,9 milhões de doses diárias.

Em 2005, o Brasil exportou apenas 274 quilos de cera de abelhas em bruto/própolis (NCM 15.219.011), no valor de US$ 25.800,00, o que representou uma redução de 97% em relação ao volume comercializado em 2004.

De acordo com o estudo contratado pelo SEBRAE o preço do quilo da própolis para o produtor no mercado interno fica entre 20 e 100 reais, dependendo da origem e da qualidade do produto. Para o consumidor final também há uma variação muito grande do preço, sendo o preço médio do quilo R$ 393,00.

Encontra-se no mercado embalagens com tamanhos variados, conforme padrão de cada fornecedor. Percebe-se, porém, maior quantidade de embalagens de spray, sendo as embalagens com 30 gramas, as mais comuns.

Pólen

Não existem estatísticas confiáveis sobre a produção mundial de pólen, que permitam uma análise adequada deste mercado, tanto em nível mundial, quanto nacional.

No Brasil, há apenas duas empresas registradas exclusivamente para o beneficiamento do pólen: uma no sul da Bahia e a outra em Salgado (SE). A produção nacional, além de pulverizada, é insuficiente para atender à demanda potencial. A estimativa do setor é de que sejam produzidas 50 toneladas de pólen no país, ante uma demanda potencial da ordem de 150 toneladas por ano. Entretanto, não existem números oficiais sobre o volume de pólen importado.

Segundo a consultoria M.Stortti, o preço do quilo do pólen pago ao produtor gira em média de R$ 30,00. Esse valor é equivalente ao mercado internacional, onde o preço praticado ao quilo do produto gira em torno de US$ 10,00. Já no varejo o preço fica na faixa de R$ 70,00/kg. Encontram-se no mercado embalagens com tamanhos variados, conforme padrão de cada fornecedor. Percebe-se, porém, existir maior quantidade de embalagens de vidro, em média com mil gramas.

Geléia Real

O maior produtor mundial de geléia real é a China. Não existem estatísticas confiáveis que permitam uma análise adequada deste mercado, tanto em nível mundial, quanto nacional.

A geléia real é um produto de alto valor nutritivo e possui uma produção pequena, devido a isto seu preço é bastante elevado, chegando a R$ 900/kg (M.Stortti- 2006). O seu valor no varejo também tem alta variabilidade, através da pesquisa realizada no mercado, o quilo de geléia real chega a um valor médio de R$ 1.208,00. Encontra-se no mercado embalagens com tamanhos variados, conforme padrão de cada fornecedor. Percebe-se, porém, existir maior quantidade de embalagens de plástico, sendo o mais comum 20 gramas, em virtude do elevado preço do produto.

Hidromel e Vinagres de Mel

O hidromel e o vinagre de mel provêm de soluções de mel em água transformadas através da fermentação alcoólica. A qualidade destes produtos é diretamente proporcional à qualidade da matéria prima e ao processo produtivo.

Contrariamente ao que sucede em outros países, onde o mel e outros produtos elaborados a base dele têm relevância, em nosso país, esses produtos não têm grande difusão, mas se trata de uma alternativa a ser explorada.

Não existem estatísticas confiáveis que permitam uma análise adequada do mercado de hidromel tanto em nível mundial, quanto nacional. No Brasil, geralmente esta bebida é elaborada em nível artesanal destinando-se, quase exclusivamente, ao consumo familiar, não existe um mercado consolidado deste produto, mas há espaço para ser criado, e com a demanda sendo incentivada se conseguiria criar um novo mercado, já que há imenso potencial. Pioneiramente, a Apícola Fernão Velho, de Maceió-AL, já produz hidromel em escala industrial e comercializa no mercado interno em embalagem de vidro de 500ml.

A única razão para o baixo consumo deste produto não está na qualidade senão no preço muito alto da matéria prima. Visto que entre as matérias primas com as que se produz vinagre: a uva, a maçã e o mel, o mel custa ao menos de 5 a 20 vezes mais que os demais produtos. O preço está justificado pelo altíssimo valor biológico do mel.

No Brasil, a Apícola Fernão Velho, de Maceió-AL, já produz vinagre de mel em escala industrial e comercializa no mercado interno em embalagem de vidro de 500ml.

Outros Produtos das Abelhas

- Apiterapia – Ciência da cura das enfermidades com produtos apícolas, embora tendo uma denominação nova, tem profundas raízes na medicina tradicional de muitos povos. Há registros que relatam a prática da apicultura e o uso dos produtos apícolas pelos egípcios há cinco mil anos. É um mercado novo ainda, porém bastante promissor caso haja uma ampla divulgação para abrir o mercado.
- Apitoxina – Mercado bastante incipiente ainda, mas com grande potencial de crescimento. O veneno comercializado para laboratórios em gramas, é utilizado na fabricação de pomadas e vacinas. Historicamente reconhecido como tendo propriedades antiartríticas potentes. Estudos científicos revelam ser um eficiente medicamento para a saúde humana, recomendada para doenças como artrite, reumatismo, tendinite, bursite, nevrite, afecções cutâneas, doenças oftalmológicas e tratamento de esclerose múltipla.
- Polinização – A polinização é considerada o maior benefício das abelhas para o homem, uma vez que 1/3 dos alimentos consumidos dependem deste serviço. Estima-se que aproximadamente 73% das espécies vegetais exploradas são polinizadas pelas abelhas. Os agentes polinizadores contribuem para gerar, anualmente, US$ 54 bilhões em todo o mundo. Considerando-se, também, espécies vegetais silvestre e a contribuição destes agentes na preservação do ecossistema, esse valor alcança a faixa dos US$ 33 trilhões. No Brasil esse serviço tem sido pouco utilizado, entretanto, as abelhas Apis mellifera, tem sido utilizada para polinização de melão, na Região Nordeste, e maçã na Região Sul. Estima-se que essas culturas movimentaram, só com o aluguel de colméias, durante o ano de 2004, cerca de R$ 2,1 milhões, contudo ainda é necessário estimular esse mercado no Brasil (FREITAS, 2006).

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

As principais diretrizes consideradas pela Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Mel e Produtos Apícolas para a formulação das políticas públicas foram agrupadas com as seguintes proposições:

Inclusão do mel e de outros produtos apícolas em programas oficiais do(s) governo(s);

Discussão sobre as normas relacionadas com os produtos apícolas;

Realizar levantamento e adequar formas de financiamento para o Setor Apícola;

Políticas fiscais e tributárias compatíveis com o setor;

Política de sanidade apícola

Fortalecimento das entidades voltadas para a assistência técnica e extensão rural;

Linhas de financiamento voltadas para a pesquisa e desenvolvimento do agronegócio apícola;

Criação de um programa de conformidade para o setor apícola – ISO 17000;

Melhorias na Aplicação da política sanitária.

Pesquisa e Inovação Tecnológica

Elaboração de um programa de inteligência competitiva para o setor;

Realização de um diagnóstico nacional do setor apícola;

Ações de pesquisa e desenvolvimento;

Ações de profissionalização dos diversos autores envolvidos no Agronegócio Apícola.

Organização do Agronegócio Apícola

Formas de fortalecimento da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA) e das demais instituições de classe.

Comercialização dos Produtos Apícolas

Criação de um programa sustentável de promoção comercial para mercado interno;

Criação de um programa sustentável de promoção comercial para exportação;

A seguir serão apresentadas as propostas demandadas pela Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Mel e Produtos Apícolas para formular políticas públicas e privadas.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Inclusão do mel e de outros produtos apícolas em programas oficiais de governo

Demandas de prioridade alta e em médio prazo

- Ampliar o consumo do mel na merenda escolar, hospitais e em outros programas do governo;
- Incluir o mel e outros produtos apícolas nos programas de compras governamentais;
- Incluir o mel como item da cesta básica;
- Situação/justificativa;
- Baixo aproveitamento do mel e de outros produtos apícolas produzidos regionalmente nos programas do governo;

- O Brasil tem condições únicas de clima e flora com capacidade de produção durante todo ano, centrada na agricultura familiar;
- O mel é um produto com alta estabilidade e valor nutricional.

Discussão sobre as normas relacionadas com os produtos apícolas

Demandas de prioridade alta e em médio prazo

- Propor a criação ou serviços, com uma divisão específica para produtos apícolas dentro do DIPOA;
- Propor a criação de uma comissão permanente de trabalho, integrando as secretarias do Ministério da Agricultura;
- Regulamentar mel e formulados apícolas com outros extratos;
- Propor uma discussão na nota técnica da ANVISA sobre utilização da própolis como medicamento;
- Reavaliar as normas de uso do mel em produtos industrializados;
- Discutir as normativas de produção e registro de mel orgânico;
- Reavaliar e ajustar formas de registro de rotulagem dos produtos, para exportação e comercialização interna.

Situação

- Necessidade de avaliação e discussão das normativas dos produtos apícola;
- Rotulagem não adequada para o mercado atual;
- Atualmente a Normativa nº 005/2000 do MAPA para produtos alimentícios permitem que seja utilizado edulcorantes e flavorizantes em substituição ao mel, o consumidor est sendo lesado;
- Consulta pública sobre mel composto em aberto, Resolução nº 01, de 19 de junho de 2001.

Realizar levantamento e adequar linhas de financiamento e de crédito para o Setor Apícola

Demandas de prioridade alta e em médio prazo

- Conhecer, por meio de agentes financeiros, as linhas de crédito atualmente existentes para o Setor Apícola;
- Propor, se for o caso, a adequação/criação de linhas de crédito especiais para os entrepostos exportadores, que estimulem o desenvolvimento, com juros e prazos compatíveis com o setor;
- Propor, se for o caso, a adequação / criação de linhas de crédito para investimento e custeio específicos para as diversas etapas de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização;
- Identificar e viabilizar o acesso a linhas alternativas de créditos.

Situação

- Pouco conhecimento das linhas de crédito existente;
- Inadequação de juros e garantias;
- Dificuldade de acesso a linhas de crédito;
- Ausência de linhas de crédito de custeio e capital de giro para exportadores;
- Algumas casas de mel e entrepostos construídos dentro das antigas exigências da vigilância sanitária, atualmente não se enquadram na mesma, existindo dificuldade financeira dos produtores e comerciantes em realizar as modificações necessárias.

Políticas fiscais e tributárias compatíveis com o setor

Demandas de prioridade alta e em médio prazo

- Adequação e equalização dos impostos estaduais e federais de modo a tornar o setor mais competitivo;
- Adequação e padronização entre os estados, na isenção de ICMS, trânsito de produtos, com fins de exportação, do produtor até entreposto exportador;
- Isenção e/ou redução para equipamentos e insumos (Imposto de importação sem similar nacional e Imposto para produtos industrializados).

Situação

- A cobrança de taxas de impostos diferenciados em cada estado tem tornado o setor pouco competitivo em algumas regiões;
- Sem condições de ser competitivo para o entreposto exportador que depara com diferentes formas de cobrança de ICMS, em diferentes estados.

Política de sanidade apícola

Demandas de prioridade alta e em curto prazo

- Implementar barreiras sanitárias para evitar a entrada de doenças nas abelhas no Brasil;
- Ampliar a capacidade laboratorial em diagnósticos das doenças das abelhas, bem como a criação de laboratórios de referência em análise e pesquisa;
- Intensificar as ações do Programa Nacional de Sanidade Apícola;
- Intensificar a capacitação do serviço veterinário oficial em treinamento para enfrentamento das enfermidades das abelhas;
- Otimizar as ações do Sistema de Defesa Sanitária Animal para o setor;
- Implantar e/ou otimizar ações voltadas para a sanidade e manejo sanitário;
- Propor programa na mercosul para Sanidade Apícola.

Situação

- Necessidade de fortalecimento das barreiras sanitárias para o setor, minimizando o risco à sanidade das abelhas no Brasil;
- Carência de laboratórios de referências devidamente equipados;
- Ausência de ações em sanidade apícola na maioria das unidades da Federação.

Fortalecimento das entidades voltadas para a assistência técnica e extensão rural

Demandas de prioridade média e em médio prazo

- Revitalizar, ampliar e fortalecer a atuação do sistema público e privado de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de acordo com a região;
- Implementar um programa de capacitação continua para técnicos, produtores e trabalhadores rurais;
- Apoiar o fortalecimento e a organização das Associações, Sindicatos, Cooperativas e Instituições afins.

Situação

- Diferenças regionais no sistema de ATER;
- Baixa eficiência dos atuais modelos de capacitação na maioria dos estados;
- Necessidade em estimular a organização do setor, cada região desenvolve um sistema;
- Necessidade urgente dos apicultores receber capacitação em qualidade.

Linhas de financiamento voltadas para pesquisa e desenvolvimento do agronegócio apícola.

Demandas de prioridade alta

- Identificar os entraves tecnológicos do setor;
- Melhorar a produtividade, através de pesquisa aplicada;
- Estimular e priorizar a pesquisa naqueles entraves tecnológicos identificados.

Situação

- Necessidade em se realizar um diagnóstico do setor produtivo;
- Inexistência de créditos específicos dos fundos setoriais para o setor;
- Carência de infra-estrutura física e humana nas instituições de pesquisa e universidades.

Criação de um programa de conformidade para o setor apícola – ISO 17000

Demandas de prioridade média e em longo prazo

- Criar uma atividade que provê a demonstração que, requisitos especificados relacionados a um produto/serviço, processo, sistema ou pessoa são atendidos;
- Envolver a realização de uma comparação e uma avaliação;
- Criar mecanismos típicos de Avaliação da Conformidade: ensaio, inspeção, declaração de fornecedor, qualificação de fornecedor, certificação e acreditação;
- Criar uma padronização e selo de qualidade para processo produtivo, equipamentos e insumos apícolas.

Situação

- Equipamentos e insumos despadronizados e de baixa qualidade, diminuindo o tempo de vida útil e aumentando o custo de produção;
- Complexidade nas transações comerciais, com múltiplos processos de avaliações;
- Baixa competitividade das empresas;
- Dúvidas sobre a qualidade dos produtos;
- Baixo controle sobre a produção;
- Baixa agregação de valor à marca.

Melhorias na aplicação da política sanitária

Demandas de prioridade média e em médio prazo

- Elaborar e implementar um programa de qualificação para os fiscais do MAPA atuarem na atividade apícola;
- Fortalecer o sistema de vigilância sanitária estadual e municipal nas regiões em que for necessário;
- Implementar campanhas de esclarecimento à população.

Situação

- Necessidade de readequação de unidade de beneficiamento e entrepostos;
- Diferenças de fiscalização em empresa registrada no município, estado e federal;
- Muitos produtos no mercado adulterado e produzido sem a segurança alimentar necessária.

Pesquisa e Inovação Tecnológica

Elaboração de um programa de inteligência competitiva para o setor

Demandas de prioridade alta e em médio prazo

- Criar um processo de coleta sistemática de informações sobre a atividade e sobre as tendências gerais do ambiente de negócio, com o objetivo de aperfeiçoamento da posição competitiva do agronegócio apícola, visando:

- Antecipar mudanças no mercado (ações da concorrência; concorrentes novos ou potenciais) e Minimizar os riscos da sua tomada de decisão;
- Aumentar a qualidade e as possibilidades de expansão de negócios através do conhecimento sobre concorrentes, clientes, NE, fornecedores e parceiros de negócio;
- Monitorar novas tecnologias, produtos e processos que afetam os negócios;
- Monitorar as mudanças políticas, regulatórias ou legislativas que possam afetar o seu negócio;
- Ganhar vantagem competitiva;
- Necessidade de um banco de dados que sirva de fonte de informações para o setor produtivo e ao agronegócio apícola como um todo sobre insumos, fornecedores, compradores, produção, etc;
- Necessidade da definição de um espaço para abrigar a iniciativa, com profissional qualificado para a função e equipamentos adequados a sua efetiva implantação.

Situação

- Informações conflitantes sobre o setor, dados estatísticos oficiais não sendo realmente representativos e condizentes com a realidade.

Realização de um diagnóstico nacional do setor apícola

Demandas de prioridade alta e em curto prazo

- Identificação, coleta, tratamento, análise e disseminação da informação estratégica para a organização (os empreendimentos), viabilizando seu uso no processo decisório, através de um sistema de Inteligência Competitiva;
- Necessidade de informações atualizadas e fidedignas sobre a situação do setor, produção, número de apicultores, número de pessoas envolvidas na atividade, número de colméias, entraves tecnológicos, produtividade, etc.

Situação

- Informações conflitantes sobre o setor, dados estatísticos oficiais não sendo realmente representativos e condizentes com a realidade.

Ações de Pesquisa e Desenvolvimento

Demandas de prioridade alta e em longo prazo

- Realizar pesquisas nos entraves tecnológicos identificados no diagnóstico nacional, viabilizando seu uso no processo decisório, através de um sistema de Inteligência Competitiva;
- Desenvolvimento de projetos multi-institucionais e interdisciplinares, visando à caracterização dos diversos tipos de méis brasileiros e dos demais produtos apícolas (própolis, geléia real, pólen, cera) levando em consideração as características dos produtos e de produção de cada região;
- Desenvolvimento de projetos com foco no estudo das propriedades funcionais e terapêuticas dos produtos das abelhas;
- Realização de pesquisas regionais voltadas à alimentação e nutrição de abelhas no período da entressafra;
- Realização de pesquisas voltadas à sanidade apícola;
- Realização de pesquisas para inovação e melhoria de equipamentos e materiais apícolas;
- Realização de pesquisas voltadas à polinização dirigida;

- Realização de um zoneamento para a flora apícola nacional;
- Priorizar recursos dos fundos setoriais na área de ciência e tecnologia;
- Criar fundo para fortalecimento da infra-estrutura física e de recursos humanos para as entidades que desenvolvem tecnologia para o setor.

Situação

- Carência de informações sobre as especificidades dos diversos produtos das abelhas, no que diz respeito as suas características físico-químicas, funcionais e terapêuticas;
- Necessidade da devida identificação e caracterização dessas propriedades funcionais e terapêuticas, atestando a importância da apiterapia e subsidiando a elaboração de políticas públicas que favoreçam a inserção da apiterapia no sistema de saúde pública, levando por sua vez, a uma agregação de valor desses produtos e o incentivo e aumento do consumo pela população brasileira.

Ações de profissionalização dos diversos atores envolvidos no Agronegócio Apícola

Demandas de prioridade média e em longo prazo

- Implementação de programa nacional de capacitação com foco em manejo apícola, BPF (boas práticas de fabricação), BPA (boas práticas na apicultura), gestão do negócio, associativismo, cooperativismo e comercialização;
- Capacitação dos técnicos das instituições de assistência técnica e de fomentos, visando a qualificação dos mesmos em apicultura, linhas de crédito e de projetos, nivelando e padronizando as informações a serem repassadas aos apicultores.

Situação

- Baixa qualificação do apicultor brasileiro não apenas nos aspectos ligados à produção, mas na gestão do negócio;
- Serviços de assistência técnica ineficientes;
- Baixa qualificação do quadro técnico dessas instituições;
- Informações repassadas em eventos de capacitação muitas vezes distorcidas e sem padronização.

Organização do Agronegócio Apícola

Formas de fortalecimento da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA) e das Federações Estaduais, Associações e demais instituições de classe

Demandas de prioridade alta e em longo prazo

- Elaboração de um plano de captação de recursos e geração de receitas para a CBA, propiciando melhores condições de trabalho e de ações, que possam fortalecer a entidade junto aos apicultores e ao governo;
- Propor um sistema de gestão para as federações, associações e demais instituições de classe.

Situação

- Entidade sem as devidas condições financeiras e estruturais para representar a contento a classe apícola e atuar como um instrumento de ligação entre as demandas do setor e o poder público;
- Falta de gestão de negócios nas instituições de classe, sem verba e sem estrutura funcional.

Comercialização dos Produtos Apícolas

Criação de um programa sustentável de promoção comercial para mercado interno

Demandas de prioridade alta e em longo prazo

- Elaboração e implementação de um plano nacional de marketing visando a valorização dos produtos apícolas e a disseminação das informações corretas sobre suas características e benefícios de seu consumo;
- Criação de uma marca e/ou selo de qualidade;
- Propor ações que visem a valorização e o aumento de consumo *per capita* de produtos apícolas.

Situação

- Baixo consumo *per capita* de mel e de outros produtos apícolas.

Criação de um programa sustentável de promoção comercial para exportação

Demandas de prioridade alta e em curto prazo

- Elaboração de um programa de incentivo e promoção das exportações do mel fracionado e outros produtos apícolas;
- Criação de marca e/ou selo de identificação para o mel brasileiro;
- Elaboração de um plano de Marketing visando a valorização dos produtos apícolas brasileiro no mercado externo.

Situação

- Fragilidade no aspecto comercial do agronegócio apícola, centrado no mercado externo, porém de forma não planejada;
- Exportações de mel a granel, sem agregação de valor e identificação do produto com o país.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- José Gumercindo Corrêa da Cunha – CBA
- Alberto Gomes da Silva Júnior – SDA/MAPA

Colaboração

- Joelma Lambertucci de Brito – ABEMEL
- Fábia de Mello Pereira – Embrapa
- Ricardo Costa Rodrigues de Camargo – Embrapa
- Horst Halvelage – EPAGRI-CEPEA
- Reginaldo Resende – SEBRAE
- Alzira Vieira – SEBRAE
- Paulo Raimundo Rettore – OCB
- Constantino Zara Filho – APACAME

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira dos Exportadores de Mel – ABEMEL
- Associação Paulista de Apicultores Criadores de Abelhas Melíficas Européias – APACAME
- Banco da Amazônia S/A. – BASA
- Banco do Brasil S/A – BB
- Banco do Nordeste – BNB
- Caixa Econômica Federal – CEF
- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB
- Confederação Brasileira de Apicultura – CBA
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Meio Norte – Embrapa
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
- Centro de Referência em Pesquisa e Extensão Apícola – EPAGRI – CEPEA
- Fundação Banco do Brasil – FBB
- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO

- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
  - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI
  - Secretaria Executiva – SE
- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
- Ministério da Integração Nacional – MI
- Ministério da Justiça – Secretaria de Direito Econômico – Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
- Ministério da Saúde – MS
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
- Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos e Químicos para Fins Industriais no Estado de Minas Gerais – SINDUSFARQ
- União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFS

Bibliografia Consultada

ALICE. **Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior**. Disponível em: http://aliceweb.mdic.gov.br/. Consultado em 05.ago.2006.

APISERVICES. Database. Disponível em http://www.apicultura.com/menus/databases.htm. Consultado em 08.ago.2006.

CRANE, E. **O livro do mel**. 2.ed. São Paulo: Nobel, 226p., 1987.

CRANE, E. **O livro do mel**. São Paulo: Nobel, 226p. 1983.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. FAO STATISTICAL DATABASE. Disponível em: http://apps.fao.org/inicio.htm. Última atualização: mar.2006. Consultado em 10.ago.2006.

FREITAS, B. M. **Uso de programas racionais de polinização em áreas agrícolas**. Disponível em: http://www.bichoonline.com.br/artigos/apa0015.htm. Consultado em 11.ago.2006.

GONÇALVES, L.S. **Abelhas africanizadas: uma praga ou um benefício para a apicultura brasileira?**. In: ENCONTRO SOBRE ABELHAS, 2, 1996, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 1996. p.165-170.

GONÇALVES, L.S. **Retrospectiva sobre apicultura brasileira**. In: SIMPÓSIO SOBRE APICULTURA, 1984, Jaboticabal. Anais... Campinas: UNESP/CATI/SBZ, 1984. p. 56-70.

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal.** In: Sistema IBGE de recuperação de dados: mel de abelhas. http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?e=I&c=74. Consultado em 09.ago.2006.

Jornal: O Estado de São Paulo. Caderno Agrícola, Nº. 2.619, de 18.jan.2006, páginas 6 e 7, 2006.

KERR, W.E. **História parcial da ciências apícolas no Brasil**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE APICULTURA, 5; CONGRESSO LATINO-IBERO-AMERICANO DE APICULTURA, 3, 1980, Viçosa. Anais... Viçosa: Confederação Brasileira de Apicultura, 1984. p. 47-60.

NOGUEIRA NETO, P. **Notas sobre a história da apicultura no Brasil**. In: Camargo, J.M.F. (org,). Manual de apicultura. São Paulo: CERES, 1972. p. 17-32.

PEREIRA, F. M.; VILELA, S. L. O. **Cadeia Produtiva do mel no estado de Alagoas**. EMBRAPA: Relatório técnico, 2004, 128 p.

ROUBIK, D.W. **Ecology and natural history of tropical bee.** Cambridge Tropical Biology Series. 1989. 514 p.

PAULA NETO, F. L.; ALMEIDA NETO, R. M. **Principais Mercados Apícola Mundiais e a Apicultura Brasileira.** In: Congresso da Sober, 63, 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** SOBER, Ribeirão Preto, SP. P. irregular.

REIS, V. D. A. Mel Orgânico: **Oportunidades e Desafios para a Apicultura no Pantanal**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003. P. irregular.

VILCKAS, M. **Estudo sobre o Perfil do Consumidor de Mel da Região de Ribeirão Preto como Subsídio para a Exploração da Apicultura**. S.d.

WIESE, H. **Apicultura Novos Tempos**. Guaíba: Novos Tempos, 2005.

FEEVALE, 2004. IX Seminário Estadual de Apicultura & II Encontro Estadual de Meliponicultura. **Anais...** Novo Hamburgo, 2004. P. irregular.

Revista AMANHÃ, Nº 154, mai.2000.

DESER (Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais). Secretaria da Agricultura Familiar e Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estudo Exploratório 13: Sobre a Cadeia Produtiva do Mel.** DESER, dez.2005, P. irregular.

VILELA, S. L. O. **Caracterização da situação atual**. IN: Vilela, S. L. O.; Pereira, F. M. **Cadeia Produtiva do mel no estado do Rio Grande do Norte**. Natal: SEBRAE-RN; Teresina:Embrapa Meio-Norte, p. 37-65, 2002.

VILELA, S. L. O.; PEREIRA, F. M.; SILVA, A. F. A percepção dos consumidores. IN: Vilela, S.L.O.; Alcoforado Filho,F.G. (org) **Cadeia Produtiva do mel no estado do Piauí**. Teresina: Embrapa Meio-Norte,p. 95-99, 2000.

Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de

Milho e Sorgo

Histórico

Ayrton Jun Ussami[1]

A instalação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo aconteceu no dia 6 de julho de 2006, em Brasília-DF. O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luis Carlos Guedes Pinto, empossou como Presidente da Câmara César Borges de Sousa, da ABIMILHO, e para o encargo de Secretário Executivo, Sílvio Farnese, da Secretaria de Política Agrícola do MAPA.

A Câmara teve origem na 2ª Reunião Extraordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo, Aves e Suínos, ocorrida em 21 de fevereiro de 2006, quando foi proposto o desmembramento da mesma em duas, uma de milho e sorgo e outra de aves e suínos. Na 8ª Reunião Ordinária da Câmara, em 25 de abril de 2006, após a aprovação dos membros e do ex-Ministro Roberto Rodrigues, o referido desmembramento foi oficializado.

A Câmara de Milho e Sorgo conta com 23 membros representantes dos diversos segmentos do setor. O presidente da Câmara é Pós-Graduado em Administração Financeira pela FGV, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Milho – Abimilho, Vice- Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA e membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG.

O Secretário Executivo é Engenheiro Agrônomo e Administrador de Empresas pelo Instituto Agronômico de Montepellier, na França, Mestre em Economia Agroalimentar, e ocupa, atualmente, o cargo de Coordenador-Geral de Cereais e Culturas Anuais – DEAGRO/SPA/MAPA.

Pela sua versatilidade de uso, pelos desdobramentos de produção animal e pelo aspecto social, o milho é um dos mais importantes produtos do setor agrícola no Brasil.

A importância econômica do milho é caracterizada pelas diversas formas de sua utilização, que vai desde a alimentação animal até a indústria de alta tecnologia. Na realidade, o uso do milho em grão como alimento para produção animal, representa a maior parte do consumo deste cereal, com cerca de 70% de participação em todo mundo.

Já o Sorgo é usado na forma de grãos na alimentação animal, principalmente de suínos e aves, havendo também o consumo por parte de outros animais, como os bovinos, para os quais também utiliza-se o sorgo como feno, silagem ou no pastejo.

[1] Chefe da Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

Apesar da integração entre as cadeias de grãos, particularmente milho e sorgo, da produção animal, principalmente aves e suínos, estas cadeias, em função da dimensão socioeconômica delas, exigiu foros específicos para discussão e proposição de novos rumos, neste particular para as culturas de milho e sorgo no país.

Para efeito de dimensionamento, a área plantada de milho no Brasil é em torno de 12,5 milhões de hectares e, representa cerca de 30% do total. Ocupa o 2º lugar no somatório dos principais grãos. O sorgo, no entanto, com área próxima a 700 mil hectares, ainda tem um grande espaço de crescimento como complemento no arraçoamento animal. Sob o enfoque de produção, estes dois grãos representam em torno de 36% da produção nacional.

O agronegócio brasileiro vem passando por dificuldades no ajustamento entre as receitas e despesas, o que está exigindo uma forte adaptação ao ambiente econômico de moeda valorizada com custos de logística mais elevados do que concorrentes externos.

Assim, o tema central para as culturas de milho e sorgo passa forçosamente por avanços na aplicação de tecnologias que melhorem a produtividade e reduzam os custos médios dos produtores, com foco na viabilização da produção e da economia dos setores consumidores, quer seja para produção de carnes ou diretamente para o consumo humano.

Convém que se mantenha atento na prospecção de novos destinos para a produção brasileira desses grãos, com foco em produtos derivados. Esta conquista facilita o ajustamento entre a produção e o consumo além de ampliar a visão sobre o comportamento dos preços futuros nos principais mercados.

Recebo a indicação para presidir a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo como uma tarefa e assumo o compromisso de trazer para este ambiente as angústias e dificuldades dos agentes que operam os complexos da produção, industrialização e comercialização, para que se possa encontrar um caminho mais curto para o encaminhamento das soluções.

Como síntese, apresento, neste documento, as principais diretrizes da Câmara Setorial das Cadeias Produtivas de Milho e Sorgo, fruto de discussão interna, para que sirva de norte nas atividades a serem desenvolvidas pelos seus membros.

César Borges de Sousa
Presidente da Câmara

Introdução

Na ocasião da instalação da Câmara Setorial de Milho e Sorgo, em 6 de Julho de 2006, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento falou da importância das Câmaras como uma forma de diálogo entre todos os segmentos da sociedade. Esclareceu que é de fundamental importância o trabalho conjunto do setor público e do setor privado.

Apesar de ser uma Câmara relativamente nova (apenas uma reunião foi realizada após a sua divisão), foi indicado um grupo de componentes para elaborarem esse documento com a identificação das principais demandas da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo. Este grupo teve a representação de vários segmentos dentro do setor.

A identificação de demandas e das ações de políticas que podem atender a estas demandas serve como instrumento norteador para a atuação da Câmara Setorial. Com isto, a Câmara poderá atuar estrategicamente para soluções dos problemas de médio e longo prazo, ao mesmo tempo em que se discute as questões conjunturais que são apresentadas em cada reunião. Sem este instrumento, haveria o risco de se incorrer no mesmo procedimento de reuniões sem planejamento, onde apenas questões conjunturais são discutidas.

Embora a Câmara Setorial de Milho, Sorgo, Aves e Suínos tenha sido desmembrada em duas diferentes, existe um forte elo entre os segmentos destas duas Câmaras, sendo que políticas e programas que virão a ser pensados e propostos para a cadeia produtiva de Milho e Sorgo afetarão a cadeia produtiva de aves e suínos e vice-versa. Por isso, todo o sistema produtivo tem que ser pensado e por isso neste documento são apresentadas propostas que estão relacionadas com a demanda de carnes.

Este documento é um instrumento fundamental de gestão, pois é uma proposta de agenda institucional da Câmara fornecendo as referências para a estratégia de alinhamento das ações da Câmara Setorial que conduzirão a proposições de políticas públicas que conduzam ao desenvolvimento do Sistema Agropecuário de Milho e Sorgo. O desenvolvimento do SAG de Milho e Sorgo deverá ser baseado em três pilares: viabilidade econômica, justiça social e sustentabilidade ambiental. A elaboração deste documento inicia-se pela análise do ambiente interno e externo, no qual são apresentadas algumas informações setoriais. A partir destas informações foram estabelecidas as estratégias gerais com a finalidade de propiciar as mudanças pretendidas no longo prazo.

Apesar de este ser um documento fechado, a estratégia de se pensar o SAG de Milho e Sorgo deverá ser contínua, pois pela própria idéia de que os sistemas são dinâmicos, há a necessidade de que esta agenda seja dinâmica, permitindo a inclusão e exclusão de temas e demandas à medida que estas forem aparecendo e sendo atendidas.

Ambiente Externo e Interno

A cultura do milho no Brasil está dispersa em todos os estados, com produtores nas diferentes escalas de produção e, com diferentes níveis tecnológicos. Existem lavouras com produtividade variando de 600 kg/ha a 8 mil kg/ha.

Além disto, parte da produção nacional é retida na propriedade para consumo interno. Estima-se que este volume atinja, em determinadas safras, mais de 15% do total colhido.

A produção destinada para transação no mercado, que representa o maior volume, tem um foco de produção nos Estados da Região Sul, Centro-Oeste e em algumas regiões de Minas Gerais e da Bahia. Esta produção é suficiente para atender ao consumo industrial do país.

O milho, na economia brasileira, tem uma importância muito grande, por ser o principal insumo para a alimentação de animais – aves e suínos, principalmente – que representam, junto com a carne bovina, as principais fontes de proteína animal para a população.

O sorgo, por ser uma cultura mais rústica, tem uma produção concentrada nos estados da Região Centro-Oeste, parte de Minas Gerais e São Paulo. Sua importância é ser um complemento na oferta de grãos para o arraçoamento animal e, sob enfoque econômico, representar uma alternativa rentável para a viabilização do plantio direto nas regiões produtoras e aproveitamento de áreas com menor índice pluviométrico.

Na safra atual – 2005/06 –, a produção interna de milho está estimada pela CONAB em 41,4 milhões de toneladas, com crescimento de 18,4% em relação à safra passada e, a de sorgo em 1,5 milhão de toneladas, com redução de 6% quando comparada com a safra de 2004/05.

Este volume de produção, totalizando 42,6 milhões de toneladas, é suficiente para atender o consumo, estimado também pela CONAB, em 39,2 milhões de toneladas gerando um excedente, apenas nesta safra, de 3,4 milhões de toneladas. No entanto, considerando que na safra anterior ocorreu um saldo de estoque de 3,2 milhões de toneladas, o quadro de abastecimento torna-se ainda mais folgado, com complemento de importações de 0,4 milhões de toneladas. Isto fará com que as exportações possam atingir 2,8 milhões de toneladas.

Neste ano, os preços no mercado do milho estiveram abaixo dos praticados na safra passada, em sintonia com o quadro de oferta e demanda.

Esta situação gerou uma certa gravidade na formação de renda dos produtores, o que exigiu a participação do Governo para garantir o preço mínimo aos agricultores. Assim foi que, concentrando a ação nos estados das regiões Sul e Centro-Oeste, foram apoiadas a comercialização de 6,3 milhões de toneladas de milho, o que corresponde a mais de 15% da safra. Com isto, os estoques públicos atingiram 3,3 milhões de toneladas, o que representa quase 2 meses de consumo comercial de milho.

Resumindo, não se vislumbram dificuldades no abastecimento de milho no segundo semestre de 2006, mantendo as atuais condições de consumo dos setores de aves e suínos.

Com relação ao mercado externo, as condições de produção nos EUA, que é o principal produtor, na safra 2006/07, foram menos favoráveis que as do ano passado, gerando uma colheita estimada em 292 milhões de toneladas, o que corresponde a uma redução de 7 milhões de toneladas.

Considerando ainda que o consumo neste país vem crescendo desde a safra 2002/03 a um ritmo de 5% ao ano, e nesta safra deverá superar a anterior em cerca de 13 milhões de toneladas, o estoque final reduzir-se-á para 34 milhões de toneladas (no final da safra passada foi de 57 milhões de toneladas), posição que tende a ser estabilizadora na formação dos preços no mercado externo.

Este quadro, sob o enfoque mundial, mostra uma situação semelhante. A produção nesta safra atinge 690 milhões de toneladas, estabilizada em relação à passada. No entanto, o consumo cresce cerca de 4%, atingindo, pela primeira vez, 724 milhões de toneladas. Desta maneira, o estoque final cai abaixo de 100 milhões de toneladas, sendo estimado em 93 milhões de toneladas. Este estoque é 25% menor que o da safra 2002/03.

Alguns analistas entendem que este quadro de maior equilíbrio entre a oferta e a demanda para o milho tende a se manter ou mesmo agravar em virtude do interesse dos EUA em continuar a

produzir álcool combustível a partir de milho. Este ano deverá esmagar cerca de 50 milhões de toneladas de milho para este fim. Consideram ainda que no curto prazo a produção não deverá crescer de modo a suprir esta nova pressão de demanda.

Assim, o mercado externo já está precificando esta situação, operando desde o início de 2006, com preços crescentes em relação ao final do ano passado. Este ano, em média, estão quase 10% superiores ao de 2005. As atuais cotações estão sinalizando US$ 95/t, contra US$ 86/t no mesmo período do ano anterior.

De forma resumida, vê-se que as condições do mercado interno serão suficientes para atender o consumo, com preços crescentes no segundo semestre – em função da entressafra e da retirada de parte do excedente pela atuação do Governo – que tenderão a estabelecer uma certa coerência com a paridade de importação, sobretudo nos estados mais próximos dos portos.

Com referência ao sorgo, em virtude da sua produção ser muito pequena em relação ao milho, a análise feita para esse grão cabe perfeitamente para o sorgo. Apenas considera-se que, dado que a sua formação de preços é caudatária do milho, o mercado pratica, para esse grão, valores em torno de 75% do valor praticado para o milho.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

A elaboração das diretrizes para formular políticas para o setor de Milho e Sorgo contou com o trabalho do Grupo Temático Temporário formado pelos membros representantes da CNA, Embrapa Milho e Sorgo, ACEBRA e OCB. Este grupo consolidou nos itens a seguir as demandas, identificando em documentos anteriormente editados as prioridades e a situação atual da Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo. Dividiu-se a apresentação das demandas em dois grupos, um para milho e outro para sorgo. No caso do milho são apresentados os fatores que têm influenciado o desempenho do Sistema Agroindustrial do Milho, bem como proposta de atuação do setor público, organizações e iniciativa privada para resolver os gargalos. No caso do sorgo, são identificados os subtemas prioritários que são gargalos ou oportunidades para o desenvolvimento da produção de sorgo e o estabelecimento das diretrizes para formular políticas para o setor, na grande maioria semelhante às do milho.

Bens Coletivos

Informação de Safra (oferta e demanda) e nichos de mercado de milho e sorgo

- Instituições do Governo passem a unificar esforços no levantamento de safras;
- Melhor provimento de informações quantitativas e qualitativas pelas associações de interesse privado.

Prioridade Alta e Diretriz de Curto Prazo

Mecanismo institucionalizado de redução de riscos da produção por meio de zoneamento agroclimático

- Propor um efetivo sistema de seguro da produção, incluindo o aprimoramento do seguro rural;
- Propor melhorias no sistema de crédito à produção.

Prioridade Alta e Diretriz de Curto Prazo

Mecanismo institucionalizado de redução de riscos por meio de *hedging*, opções e garantia de preços e comercialização

- Estimular e aperfeiçoar instrumentos de comercialização;
- Contrato de Opções de Vendas e Prêmio de Escoamento da Produção – PEPs têm claramente esses objetivos;
- Apresentar proposições para elaboração da reforma tributária que desonere os produtos da atual incidência de impostos em cascata e da desuniformidade fiscal;
- Promover discussões sobre as autorizações da internacionalização da comercialização das safras.

Prioridade Alta e Diretriz de Curto Prazo

Incentivo à criação de associações de produtores de Milho e Sorgo, a exemplo do que acontece com soja e algodão e de outros segmentos da cadeia

Prioridade Alta e Diretriz de Curto Prazo

Padronização e aumento da qualidade do produto (*commodity* e produto final)

- O incentivo para a construção de silos verticais;
- A responsabilidade oficial quanto à qualidade do grão, no entanto, deveria ser reforçada no que tange à entrada e saída de produtos do país.

Prioridade Média e Diretriz de Curto Prazo

Incentivar a armazenagem

- Revisar a legislação sobre armazenagem;
- Promover campanhas de planejamento de safras;
- Sugerir aperfeiçoamento dos instrumentos creditícios para melhoria da estrutura de armazenagem de safras de grãos.

Prioridade Média e Diretriz de Médio Prazo

Propor políticas para melhoria da Logística

- Propor soluções para a deficiência em infra-estrutura de transporte e a falta de vias de escoamento mais eficientes, pois são importantes gargalos do SAG do milho e sorgo;
- Propor programa para construção de silos e armazéns em nível de propriedade;
- Incentivar a aquisição de equipamentos mais modernos e eficientes para limpeza e secagem de grãos, por meio de programas de concessão de crédito.

Prioridade Média e Diretriz de Médio Prazo

Estimulo à produção de sementes melhoradas e parcerias para eliminação de entraves burocráticos para desenvolvimento, produção, comercialização e uso de novos materiais, tais como, organismos geneticamente modificados (OGM), híbridos com alto teor protéico, híbridos especiais, etc.

Prioridade Média e Diretriz de Médio Prazo

Marketing institucional para aumento do consumo de milho e seus derivados e para destino de milho e sorgo para novos produtos com novos usos, por exemplo, polímeros, bio-energia, etc.

Prioridade Média e Diretriz de Médio Prazo

Promover a disseminação da informação da cultura de sorgo tanto no que diz respeito à produção quanto no que diz respeito ao consumo

- Transferir à cadeia do agronegócio do sorgo todas as tecnologias geradas no país e

aquelas adaptáveis do exterior sobre produção e utilização dos produtos do sorgo;

- Desenvolver projetos de P&D para as soluções de problemas que têm reduzido a produtividade e a rentabilidade da cultura, aumentado seu risco para o produtor, desestimulado o consumo de seus produtos, e que garantam os recursos genéticos e demais conhecimentos necessários para seu crescimento no país.

Prioridade Média e Diretriz de Médio Prazo

Classificação segundo os padrões requeridos pela indústria

- Melhoria do processo de classificação;
- Eliminação da classificação oficial compulsória de produtos agrícolas no âmbito interno - a responsabilidade da classificação da commodity seria transferida para as empresas consumidoras e empresas de classificação credenciadas independentes.

Prioridade Baixa e Diretriz de Longo Prazo

Apoio e desenvolvimento de pesquisa e extensão, que se deve dar em três níveis

- Pesquisa pública – pesquisa básica e de produtos que atendam um segmento não atendido pelo mercado;
- Empresas privadas, no desenvolvimento de produtos mais adequados às atuais demandas;
- Lei de Proteção de Cultivares;
- Qualidade da oferta;
- Convênios entre iniciativa privada e pública: nesse segmento destaca-se principalmente o desenvolvimento de processos agroindustriais.

Prioridade Baixa e Diretriz de Longo Prazo

Marketing institucional para aumento do consumo de proteína

Prioridade Baixa e Diretriz de Longo Prazo

Dar mais visibilidade e reduzir o caráter marginal do agronegócio do sorgo

Prioridade Baixa e Diretriz de Longo Prazo

Incentivos

Pagamento de royalties como forma de incentivo a P&D

- Sugerir a criação de mecanismos de controle de pagamento de *Royalties* de tal forma que não prejudique a produção agrícola e não desestimule o surgimento de novas tecnologias.

Prioridade Média e Diretriz de Longo Prazo

Controle

Controle de defensivos e fertilizantes

- Agilidade na tramitação de registros de novos defensivos e de genéricos;
- Fiscalização da qualidade dos defensivos e fertilizantes;
- Promover a liberação de registros de defensivos destinados à produção de sorgo.

Prioridade Alta e Diretriz de Curto Prazo

Selo de qualidade

- Promover a criação de selos de qualidade para os grãos das duas culturas;
- Promover a rastreabilidade da produção;
- Promover a diferenciação de produtos, tais como: OGM, orgânicos, Alto óleo, Alto valor protéico (QPM), etc.

Prioridade Baixa e Diretriz de Longo Prazo

Controle da lei de proteção de cultivares

Prioridade Baixa e Diretriz de Longo Prazo

Controle de sanidade do milho e sorgo

- Promover o zoneamento de doenças e pragas;
- Fazer campanha de erradicação de plantas infectadas.

Prioridade Baixa e Diretriz de Longo Prazo

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- César Borges de Sousa – ABIMILHO
- Sílvio Farnese – SPA/MAPA

Colaboração

- Getúlio Pernambuco – CNA
- Jason de Oliveira Duarte – Embrapa Milho e Sorgo
- Ivo Hilário Riedi – ACEBRA
- Dilvo Grolli – OCB

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG
- Associação Brasileira dos Criadores de Suínos – ABCS
- Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos – ABEF
- Associação Brasileira das Indústrias Moageiras de Milho – ABIMILHO
- Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína – ABIPECS
- Associação Brasileira de Milho e Sorgo – ABMS
- Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS
- Associação Brasileira dos Produtores de Sementes – ABRASEM
- Associação de Empresas Cerealistas do Brasil – ACEBRA
- Associação Nacional de Bolsas de Mercadorias – ANBM
- Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF
- Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – ANEC
- Banco do Brasil S/A – BB
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Milho e Sorgo
- Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
Secretaria Executiva – SE
Secretaria de Política Agrícola – SPA

- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Sindicato Nacional da Indústria da Alimentação Animal – SINDIRAÇÕES
- Senado Federal – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
- Sociedade Rural Brasileira – SRB
- União Brasileira da Avicultura – UBA

Bibliografia Consultada

GARCIA, J.C.; MATTOSO, M.J.; DUARTE, J.O. **Importância do Milho em Minas Gerais.** Informe Agropecuário, Belo Horizonte. v.27, n.233, jul./ago.2006. p.7-13.

MATTOSO, M.J.; GARCIA, J.C.; DUARTE, J.O.; CRUZ, J.C. **Aspecto da produção e mercado do milho. Informe Agropecuário**. Belo Horizonte. v.27, n.233, jul./ago.2006. p.95-105.

MATTOSO, M.J.; LOPES, M.R.; VIEIRA, R.C.M.T.; OLIVEIRA, A.J.; LIMA FILHO, J.R.; SANTOS FILHO, J.I. **Cadeia Produtiva do Milho.** In: Cadeias produtivas do Brasil. Análise da competitividade / editores-técnicos Rita de Cássia Milagres Teixeira Vieira; Antônio Rafael Teixeira Filho; Antônio Jorge de Oliveira...(*et al.*). Brasília: Embrapa Comunicação para transferência de Tecnologia / Embrapa. Secretaria de Administração estratégica, 2001. 469p.

SCHAFFERT, R.E. ed. 11. Ribas, P.M. **Seminário Temático sobre Sorgo: pesquisa, desenvolvimento e agronegócio.** 2001, Sete Lagoas, MG. Síntese... editado por Robert Eugene Schaffert, Paulo Motta Ribas. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2001. 52p. (Embrapa Milho e Sorgo. Documentos 14).

SOUZA, E.L.L.; AZEVEDO, P.F.; SAES, M.S.M.; VIEGAS, C. **Competitividade do sistema agroindustrial do milho.** In: Competitividade no Agribusiness Brasileiro – Relatório de estudo elaborado para o IPEA. Coord.: Elizabeth M. M. Q. Farina e Decio Zylbersztajn, PENSA/FIA/FEA/USP. São Paulo, jul.1998. 161p.

Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do

Feijão

Histórico

Ayrton Jun Ussami[1]

A instalação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Feijão aconteceu no dia 31 de outubro de 2006, em Brasília-DF. O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luis Carlos Guedes Pinto indicou para o encargo de Presidente, Péricles Pessoa Salazar, e para o encargo de Secretária Executiva Ângela Pimenta Peres, da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA. Logo em seguida, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária, em que a indicação do Ministro para a Presidência da Câmara foi referendada pelo plenário. Não há ainda a portaria da Câmara por esta ter sido inaugurada durante a edição desse documento.

Péricles Pessoa Salazar é economista, especializado em Economia Rural e empresário do setor de agroindústria, ligado aos ramos da carne bovina e de cereais. É membro do Conselho Superior da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, Coordenador do Conselho Setorial de Agroindústria e Alimentos da FIEP, Presidente do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do Paraná, Presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, professor aposentado do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná e Presidente Executivo do Instituto Brasileiro do Feijão – IBRAFE.

Ângela Pimenta Peres, Engenheira Agrônoma, é doutora em ciência dos alimentos na área de fisiologia pós-colheita de produtos vegetais e mestre em fitopatologia, possuindo especialização em gestão agroindustrial. Atualmente é diretora do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/ MAPA.

Sendo a 4ª maior cultura em área cultivada no Brasil, com 4,2 milhões de hectares, o feijão produziu, de acordo com o 9º levantamento da Conab, em 2006, 3,4 milhões de toneladas.

Dois sistemas de produção são identificados no país: um que se dá em milhares de micros e pequenas propriedades rurais de baixa produtividade e outro mais tecnificado, de maior dimensão e com alta performance. O sistema de menor tecnificação necessita de maior suporte e apoio governamental na definição de políticas públicas. O desafio está na eliminação de gargalos institucionais, a fim de ampliar os horizontes de produção de feijão no país.

O setor produtivo considera como desafios a adequação às boas práticas de fabricação, rastreabilidade e posteriormente um selo de conformidade a fim de organizar institucionalmente a cadeia produtiva do feijão.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Feijão do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

A iniciativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em editar um livro cujo conteúdo é a apresentação das diretrizes para formular políticas, com a contribuição de todas as suas Câmaras Setoriais e Temáticas, muito além de oportuna e auspiciosa, é uma excelente oportunidade para que a sociedade brasileira possa conhecer com mais detalhes o trabalho que vendo sendo desenvolvido em parceria entre o governo federal e os diversos segmentos das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.

As políticas públicas são construídas segundo as necessidades de ajustes permanentes, de reorientação de focos e de objetivos, e sempre em conformidade com as mudanças que se verificam no anseio dos consumidores, das demandas de países importadores e das constantes variações que se verificam no panorama global das relações de produção e de comercialização, interna e externamente.

A criação das Câmaras no âmbito do MAPA caracterizou-se como uma excelente oportunidade de espaço para que o setor público, em conjunto com o setor privado, pudessem discutir com transparência e democraticamente os gargalos, dificuldades e obstáculos que de formas rotineira e constante sobrepõem-se em cada um dos seus mercados. O diagnóstico e a identificação precisa destes problemas são a matéria-prima das políticas públicas, cuja formulação pelo governo é tomada de forma compartilhada entre todos aqueles que estão representados nestes fóruns, por meio de suas entidades e instituições representativas ligadas direta ou indiretamente às cadeias produtivas.

A Câmara Setorial nasceu da necessidade específica de se ter um fórum adequado para a discussão de dificuldades inerentes a sua cadeia produtiva. Uma das grandes questões críticas relacionadas ao feijão diz respeito à desorganização de sua cadeia produtiva. A dispersão geográfica da cultura do feijoeiro é grande, comum no território nacional, pulverizado em diversos Estados e por várias safras, presente numa ampla diversidade de ecossistemas subtropicais e tropicais (Cerrado, Mata Atlântica, Semi-Árido e Equatorial), em cultivo solteiro e consorciado, com os mais variados arranjos culturais, inter e intra-específicos, cultivado em estratos de áreas diferenciados e por produtores de diferentes classes socioeconômicas, o que impede uma maior organização de sua cadeia produtiva.

Reunidos em vários locais do país, produtores, empacotadores e pesquisadores do setor público e privado, iniciaram uma ampla mobilização visando a construção de um debate público sobre a cadeia produtiva. São vários os obstáculos institucionais e de mercado, cuja superação passa de forma inevitável e absoluta pela Câmara Setorial, posto que neste espaço democrático e transparente colocam-se todos aqueles que podem tomar as decisões e agilizar procedimentos de ajuste.

O feijão é uma cultura de ampla tradição no Brasil, fazendo parte da dieta diária de milhões de consumidores de todas as camadas da população. Para a sua produção e comercialização estão envolvidos centenas de milhares de pessoas e empresas, gerando uma inestimável contribuição para a economia do país, em termos de geração de renda e emprego. O desenvolvimento harmônico e sustentável desta atividade é significativamente importante para o Brasil. Existem deficiências institucionais que esperamos corrigir por meio do diálogo construtivo no interior da Câmara Setorial. Temos potencial de produção e há demanda internacional, além de todos os fatores produtivos internos. Resta-nos trabalhar juntos para o engrandecimento ainda maior desta cultura e assegurar seu *status* de importância no agronegócio brasileiro.

Agradecemos ao Ministro Luiz Carlos Guedes Pinto e toda a sua equipe pela acolhida da nossa demanda em criar a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Feijão, particularmente ao Coordenador Geral das Câmaras Setoriais, Duarte Vilela, pela sua atenção e compreensão. Agradecemos a todos aqueles que tornaram possível a concretização deste sonho.

Péricles Pessoa Salazar
Presidente da Câmara

Introdução

O ponto de inflexão no mercado nacional do feijão deu-se com a introdução de novas técnicas de produção, com maior inovação tecnológica, conferindo à atividade um novo potencial até então desconhecido pelos produtores brasileiros.

Entretanto, os avanços obtidos ainda não conseguiram alçar o feijão ao primeiro time das culturas brasileiras. O diagnóstico preliminar contido neste documento retrata um panorama ainda muito incipiente em termos de produção e representatividade, se comparado com a enorme disponibilidade dos fatores de produção presentes na agricultura brasileira.

Na apresentação, o objetivo foi realçar a importância estratégica da criação das Câmaras dentro da estrutura administrativa do MAPA e, em particular a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Feijão, recentemente implantada. O compartilhamento de idéias, de análise conjunta e da definição e implementação de políticas públicas resultaram no grande salto de qualidade para o agronegócio brasileiro. Colocar na mesma mesa todos os envolvidos no processo de produção e comercialização de um produto, com o objetivo de discutir seus gargalos e soluções, significou por si só uma substancial decisão que com certeza trará dividendos expressivos para o conjunto das atividades agropecuárias no Brasil.

O ambiente interno no qual opera-se o produto feijão é retratado sucintamente nesse documento, no qual procurou-se mostrar o cenário da produção existente atualmente no país: aquele com baixo uso de tecnologia e outro mais evoluído e de alta produtividade, mas que pouco a pouco vai se consolidando como a única alternativa como instrumento de alavancagem e desenvolvimento da produção. A análise do diagnóstico preliminar já mostra a participação percentual na produção brasileira dos mais e menos evoluídos tecnologicamente, e cada vez menor será a produção de feijão com baixo uso de tecnologia.

A diminuição do consumo nacional per capita retrata as causas que a originou. A cadeia produtiva já discute estratégias que possam reverter esta diminuição. A agregação de valor via processamento e a busca pelo mercado internacional inserem-se neste contexto de soluções alternativas que possam viabilizar a contrapartida do aumento da oferta oriunda dos produtores mais evoluídos em termos tecnológicos.

Para completar, o documento procura listar os grandes desafios institucionais a serem vencidos pela ação compartilhada entre o setor público e o setor privado na Câmara. Dentre eles, a implantação de um modelo de produção integrada de feijão, visando elevar a qualidade do produto para o consumidor interno, bem como obtê-lo com potencial para alcançar outros mercados internacionais.

O documento sintetiza toda a grande expectativa da cadeia produtiva do feijão, que há tempo vem sendo concertada pelos seus diversos elos e que agora com a criação da Câmara Setorial espera-se que seja satisfeita, com benefícios econômicos e sociais para todos os envolvidos.

Ambiente Externo e Interno

Em 2006, a produção brasileira de feijão foi de 3,5 milhões de toneladas, em uma área colhida de 4,19 milhões de hectares, composta por aproximadamente 20% do tipo preto e 80% do tipo cores, em que o grupo comercial carioca participa com 90%. O feijoeiro comum é cultivado ao longo do ano, na maioria dos Estados brasileiros, proporcionando constante oferta do produto no mercado, com menor fluxo de escoamento nos meses de setembro e outubro. Mesmo que a produção de certos tipos de feijão tenha atingido o patamar de auto-suficiência, a oferta do produto apresenta, com freqüência, grandes oscilações, decorrentes das alterações de preços no mercado, o que se reflete em variações da área plantada nas safras subseqüentes.

A Região Sul ocupa lugar de destaque no cenário nacional, seguida das Regiões Sudeste, Nordeste, Região Centro-Oeste e Região Norte. De 1995 a 2004 houve uma redução da área plantada de 580 mil hectares, com tendência de se manter em queda, muito embora não tenha havido reflexo na produção, devido ao aumento contínuo na produtividade, atingindo 33% no período, em decorrência, principalmente, da utilização de novas tecnologias de manejo e, principalmente, pelo uso de cultivares mais produtivas que vêm sendo desenvolvidas pelas instituições de pesquisa.

Independentemente das adversidades climáticas e dos problemas fitossanitários, que induzem os médios e grandes produtores ao uso intensivo de agrotóxicos, a produção dos tipos comerciais de feijão consumidos no Brasil atingiu a auto-suficiência. Apenas a produção de feijões dos tipos preto e branco não tem sido suficiente para abastecer o mercado interno, com uma média anual de importação de 105 mil toneladas. O feijão preto produzido no Sul do Brasil apresenta, em determinadas épocas, um padrão de qualidade que não satisfaz às exigências dos consumidores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo, o que tem levado à importação de, aproximadamente, 80 mil toneladas, principalmente da Argentina. Deste mesmo país, também são importadas anualmente, aproximadamente, 25 mil toneladas de feijão branco. De modo geral, para atender às atuais demandas do mercado interno, há necessidade de se melhorar a qualidade do produto. Ademais, a possibilidade de ampliação da produção para o mercado externo evidencia a necessidade de direcionar esforços no sentido de desenvolver tipos especiais de grão para lograr maior competitividade do produto no mercado internacional. Estes grãos especiais também atenderiam o mercado interno, o qual, embora pequeno, oferece uma opção ao produtor com valor agregado, pelo preço diferenciado.

No Brasil, 75% das lavouras de feijão estão concentradas em áreas com menos de 10 hectares, 19% em áreas de 10 a 100 hectares, 4% de 100 a 500 hectares e 2% acima de 500 hectares.

Os sistemas produtivos variam desde o menos tecnificados ao de mais alta tecnologia. Neste segundo caso, o feijão é produzido sob irrigação utilizando-se o sistema pivô central. O uso de sementes certificadas ou fiscalizadas restringe-se a somente 10% da área plantada, sendo o restante semeado com grãos.

O baixo uso de tecnologia e a deficiente e frágil estrutura agronômica das lavouras, não resistindo convenientemente às secas, excesso de chuvas e ainda vitimada por pragas e doenças que ainda provocam frustrações freqüentes de safras, fazendo disparar os preços e provocando nova super oferta na safra seguinte, conferem à atividade um caráter ainda primitivo em muitas regiões produtoras do país.

No entanto, dado este mesmo comportamento ciclotímico da produção, e com o uso mais

intensivo de tecnologia, um outro grupo de produtores, com técnicas de produção mais modernas, começou a emergir no país, principalmente nas principais regiões produtoras, sistemas de produção mais tecnificados que estão permitindo a obtenção do produto em várias épocas do ano.

A primeira safra, conhecida como "safra" ou safra "das águas", é plantada entre agosto e novembro e tem como principais regiões produtoras o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e a região de Irecê, na Bahia. Esta safra respondeu por 32% da produção de 2005 e serve de balizamento de mercado para a segunda safra.

A segunda safra, denominada de "safrinha" ou safra "da seca" é plantada de dezembro a março, sendo a maior parte dos produtores das regiões Sul e Sudeste, e é usada como rotação para as áreas de cultivo de soja e milho. Esta safra representou em 2005 cerca de 40% do total da produção de feijão. Já os produtores das regiões Norte e Nordeste plantam o feijão em abril-maio sendo esta a única safra do ano.

A terceira é conhecida como safra "de inverno" e é plantada de abril a julho nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal e Bahia, sempre sob o sistema irrigado, normalmente atinge alta produtividade e representa atualmente 27% da produção nacional.

A Tabela 1 mostra o consumo domiciliar *per capita* de feijão no Brasil e regiões.

A média atual de consumo de feijão *in natura*, importante fonte de proteína, é de 12,8 kg por habitante/ano, computados 23,48 kg habitante/ano no meio rural e 10,88 kg habitante/ano nos grandes centros urbanos (Tabela 1). Quando se compara com a média da década de 1960, há decréscimo real de 50% do consumo. Este fato tem preocupado os especialistas da cadeia produtiva do feijão. As possíveis causas desta queda do consumo *per capit*a no Brasil estão relacionadas com a substituição por fontes de proteína de origem animal, o êxodo rural, bem como, a mudança de hábitos alimentares, com o advento do *fast food*, além das fortes flutuações de oferta e preços e a demora para o preparo do produto (falta de praticidade).

A preferência do consumidor é regionalizada e diferenciada principalmente quanto à cor e tipo de grão, com destaque para a coloração. A exigência por produtos de melhor qualidade, aliada a mudanças de hábito alimentar e à necessidade de um menor tempo para preparo doméstico, tem criado um ambiente favorável à sua

Tabela 1. Consumo domiciliar *per capita* de feijão no Brasil (kg/hab/ano)

Região	Total	Urbana	Rural
Brasil	12,880	10,880	23,480
Região Norte	10.234	9,489	12,363
Região Nordeste	17,943	14,667	26,198
Região Centro-Oeste	10,297	9.569	15,583
Região Sudeste	11,471	9,820	28,600
Região Sul	9,836	8,003	18,692

Fonte: IBGE (2002-2003)

industrialização, embora ainda seja insignificante a sua participação no consumo diário do brasileiro, devido ao preço do produto industrializado.

A Tabela 2 mostra o consumo domiciliar *per capita* de feijão por tipo, evidenciando que o feijão rajado (tipo carioca) e o preto são os tipos mais consumidos no Brasil. O feijão preto é o mais consumido na Região Sul seguido do rajado. Nas demais regiões, o rajado (tipo carioca) é o mais consumido seguido do preto, com exceção da Região Nordeste, onde os tipos mais consumidos são o fradinho e o rajado (consumo *per capita* idêntico), ambos seguidos pelo mulatinho e, este, pelo tipo preto.

O incentivo ao consumo interno de feijão sugere a busca de alternativas mais adequadas às exigências do consumidor, como:

- Agregação de valor via processamento, oferecendo produtos semi-prontos;
- Oferta de feijão orgânico;
- Utilização do feijão como substituto protéico dos produtos de origem animal;
- Conscientização quanto à importância desta fonte de proteína para a população mais pobre;
- Campanhas de estímulo ao consumo *in natura* e de diferentes formas de consumo com divulgação de suas propriedades nutricionais e funcionais, como protetor e terapêutico de doenças coronarianas e oncológicas, devido a seu baixo teor de gordura e alto teor de fibras;
- Programas sociais, como combate à fome e merenda escolar;
- Adequação ao estrato produtivo da agricultura familiar podendo, portanto, constituir-se tanto em fator de inclusão social, via agricultura de subsistência e familiar, quanto em fator de agregação de valor, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico.

Em muitas propriedades o feijão é produzido para a própria subsistência das famílias, com baixo índice de retorno comercial. Mesmo aquelas que usam seus excedentes para a comercialização, fazem do produto em muitos casos a sua única fonte de renda.

Já em propriedades mais tecnificadas, de

Tabela 2. Consumo domiciliar *per capita* de feijão por tipo, no Brasil (kg/hab/ano)

Tipo de feijão	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	**12,880**	**10,234**	**17,943**	**11,471**	**9,836**	**10,297**
Fradinho						
(Feijão Caupi)	1,557	0,776	5,343	0,037	0,031	0,056
Jalo	0,441	0,812	0,362	0,617	0,062	0,067
Manteiga	0,325	0,251	0,824	0,062	0,291	0,084
Mulatinho	0,709	0,128	2,335	0,088	0,036	0,055
Preto	2,891	1,023	1,977	2,582	6,766	2,340
Rajado						
(tipo carioca)	5,077	5,280	5,297	6,077	1,247	5,939
Roxo	0,085	0,101	0,105	1,525	0,011	0,316
Outros	1,289	1,757	1,041	0,424	0,827	1.292

Fonte: IBGE (2002-2003)

surgimento recente no país, o feijão tem sido um importante instrumento de indução para o aperfeiçoamento das propriedades rurais e dos seus sistemas produtivos, ao lado de outras culturas como a soja e o milho.

A geração de renda e emprego no primeiro grupo dos menos tecnificados, embora reduzidos em comparação com as grandes culturas, ainda se constitui em importante fator social para uma camada enorme da população brasileira, a qual necessita do suporte e do apoio institucional dos governos federal e estaduais na definição das suas políticas públicas.

O segundo grupo, embora com sistemas produtivos mais aperfeiçoados e alta interação com os mercados consumidores, enfrenta gargalos institucionais que necessitam ser removidos e que dificultam a continuidade do seu crescimento. Removê-los é condição necessária para a ampliação dos horizontes de produção do feijão no país.

No setor secundário ocorre uma grande pulverização de pequenas, médias e grandes cerealistas. Com exceção de algumas empresas líderes do setor e outras de médio porte, verifica-se uma desconfortável inadequação de um grande número de equipamentos para os requisitos indispensáveis das Boas Práticas de Fabricação e Segurança do Alimento. O desafio inicial da cadeia produtiva, para atender o salto de qualidade que todos desejam, é o de permitir o registro de todas as empresas no MAPA, a fim de que sejam fiscalizadas e monitoradas segundo os critérios da Inspeção Vegetal.

Numa fase posterior, espera-se que uma vez obtidos os resultados positivos do registro no Ministério da Agricultura, as cerealistas tenham a possibilidade de serem certificadas segundo selos de conformidade, fechando-se, assim, o rol de procedimentos para a organização institucional da cadeia produtiva do feijão no Brasil.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Pretende-se na Câmara Setorial discutir a implementação de uma ampla legislação federal que trate sobre os gargalos institucionais que dificultam o desenvolvimento da cadeia produtiva do feijão. Entre estes pode-se citar :

- Defesa fitossanitária e inspeção vegetal;
- Padrões de identidade e qualidade atualizados, para a classificação do feijão;
- Padronização do quesito "umidade";
- Instituição de um sistema de fiscalização sobre as empresas empacotadoras, na forma de Título de Relacionamento ou qualquer outro instrumento que monitore permanentemente as atividades destas empresas, exigindo as Boas Práticas de Fabricação;
- Num prazo mais elástico a instituição de um selo de conformidade, atestando a qualidade do feijão que está sendo comercializado no mercado;
- Ampliação dos horizontes de produção e comercialização interna, elevando o consumo *per capita* dentro do país;
- Abrir o produto feijão para o mercado internacional, tornando-o uma *comoditty* de exportação;
- Incentivos à pesquisa e difusão de novas tecnologias.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- Péricles Pessoa Salazar – IAPAR

Colaboração

- Ângela Pimenta Peres – SDA/MAPA
- Alcido E. Wander – Embrapa Arroz e Feijão

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos – ABIA
- Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS
- Associação Brasileira dos Produtores de Sementes – ABRASEM
- Associação Nacional de Bolsas de Mercadorias – ANBM
- Banco do Brasil S/A – BB
- Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F
- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Confederação Nacional do Comércio – CNC
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ
- Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR
- Instituto Brasileiro do Feijão e Legumes Secos – IBRAFE
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
    - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
    - Secretária de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo – SDC
    - Secretaria Executiva – SE
    - Secretaria de Política Agrícola – SPA
    - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Sociedade Rural Brasileira – SRB
- Universidade de Brasília – UnB
- Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
- Universidade Federal da Bahia – UFBA
- Universidade Federal de Lavras – UFLA
- Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
- Universidade Federal de Viçosa – UFV
- Universidade Federal do Ceará – UFC
- Universidade Federal do Paraná – UFPR

Câmara Temática de

Ciências Agrárias

Histórico

Manoel Galvão Messias Júnior[1]

A Câmara Temática de Ciências Agrárias foi instalada em 2 de setembro de 2003, no XXIII Congresso Brasileiro de Agronomia em Belo Horizonte pelo Ministro Interino da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, José Amauri Dimárzio. Na oportunidade, foi indicado Presidente da Câmara, José Levi Pereira Montebello, da Confederação das Federações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, e como Secretário Executivo, José Roberto Rodrigues Peres, assessor da Presidência da Embrapa, nomes que foram referendados pela Câmara em sua primeira reunião ordinária.

Atualmente, a Câmara Temática de Ciências Agrárias é presidida por Alexander Estermann, Médico Veterinário, pós-graduado em Administração e Economia Rural na Nova Zelândia.

José Roberto Rodrigues Peres é pesquisador e Gerente Geral da Embrapa Transferência de Tecnologia, em Brasília-DF. Engenheiro Agronômo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, é Mestre em Microbiologia do Solo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e também representante da Embrapa no Programa Nacional de Biodiesel.

A Câmara foi criada pela Portaria n° 7, de 5 de janeiro de 2005 e é composta por 32 representantes de órgãos e entidades ligados às Ciências Agrárias.

Uma das prioridades para a Câmara é a elaboração de um documento referencial sobre o perfil e a importância do novo profissional de Ciências Agrárias, para atender à demanda de mercado, que hoje requer profissionais versáteis, multidisciplinares e com outras habilidades que não estão sendo contempladas pelos currículos escolares oferecidos. Discute também a criação de uma legislação abrangente que regulariza a contribuição dos produtores para o financiamento da pesquisa agropecuária, o que seria o "Fundo para Financiamento da Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia para a Agropecuária". O produtor estará financiando o avanço tecnológico, que retornará para ele de forma a garantir o seu diferencial de competitividade, tornando seu negócio sustentável.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Temática de Ciências Agrárias do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

O propósito deste documento é ser um marco referencial das atividades da Câmara Temática de Ciências Agrárias na construção de cenários que subsidiem a formulação de políticas públicas e privadas relativas aos temas: "O Perfil do Profissional de Ciências Agrárias para a Agropecuária" e o "Fundo para Financiamento da Pesquisa, Desenvolvimento (P&D) e Transferência de Tecnologia para a Agropecuária".

Estes temas foram propostos para compor a Agenda de Trabalho pelos membros da Câmara, após várias reuniões desde a sua criação.

Dentre os resultados a serem alcançados pela Câmara destacam-se: a) elaboração de um documento referencial sobre o perfil e a importância do novo profissional de Ciências Agrárias que atenda a demanda de mercado. Neste documento também deve constar: Quem são? Quantos são? Onde estão? Os profissionais de Ciências Agrárias no Brasil; b) a criação de uma legislação abrangente que regulariza a contribuição dos produtores para o financiamento da pesquisa agropecuária.

Alexander Estermann
Presidente da Câmara

Introdução

A inserção comercial do Brasil no mercado globalizado pressupõe a manutenção de alta competitividade entre os diversos componentes do seu agronegócio. Duas são as pilastras para se dar continuidade a esta competitividade: uma é o profissional de Ciências Agrárias com perfil adequado para atender às novas demandas e a segunda o estado da arte tecnológica o que, por sua parte, pressupõe um sistema de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e Ações de Transferência de Tecnologia (TT) condizentes com as metas que o país se propõe a atingir, na disputa pelos mercados do agronegócio.

Os sistemas de PD&I e de TT existentes no Brasil demonstraram sua capacidade de alavancar e sustentar a competitividade do agronegócio brasileiro, o qual responde, atualmente, por 27,9% do PIB nacional, por 37% da oferta de empregos e pela totalidade do saldo na balança comercial, devendo angariar divisas em valor acima de US$ 30 bilhões, no corrente ano.

Entretanto, apesar da importância estratégica dos sistemas de PD&I do agronegócio, diversos problemas de ordem estrutural e macro-econômica, vinculados às políticas de estabilização da moeda e de inserção do Brasil no mercado financeiro, conduzem a dúvida à capacidade de investimento do Estado brasileiro, para manter e até aumentar significativamente a oferta de Inovações Tecnológicas necessárias para continuar dando sustentabilidade competitiva ao agronegócio brasileiro.

A fórmula encontrada em outros países, mormente nos Estados Unidos, é a formação de fundos para investimento em programas de PD&I e para promoção comercial do produto, sustentado com contribuições vinculadas à produção e/ou ao valor do produto. Esse mecanismo é conhecido por *check off*, não possuindo um nome correspondente no Brasil. Nos EUA, existem 15 programas em funcionamento, movimentando recursos anuais próximos de US$500 milhões. Os programas são regulados por legislação federal, administrados por entidades privadas e supervisionados pelo Departamento de Agricultura. No Brasil, um esquema semelhante é adotado com a citricultura, a pecuária de corte, a suinocultura e, *lato sensu*, com as culturas da soja e do algodão.

Para resolver a inequação resultante da incapacidade do Estado como provedor de P&D e TT e as demandas crescentes – e cada vez mais sofisticadas do sistema produtivo – propõe-se a adoção de sistema semelhante ao que existe no EUA, expandindo e formalizando o que, em menor escala, também ocorre no Brasil.

Propõe-se uma legislação abrangente que regule a contribuição compulsória dos produtores, iniciando-se com aquelas cadeias produtivas que reúnem condições para isso (as culturas de soja e milho, a fruticultura e a criação de gado de corte e frango). Os recursos seriam administrados por fundos privados e supervisionados pelo Governo Federal. O Governo obrigar-se-ia a uma contrapartida compatível com a participação privada.

A rápida expansão do agronegócio brasileiro, atingindo em 2005 os 27,9% do PIB nacional, não tem sido acompanhado na mesma velocidade por oferta de profissionais qualificados para atender a demanda e manter a sua competitividade. Hoje, o mercado requer profissionais versáteis, multidisciplinares e com outras habilidades, que não estão sendo contempladas pelos currículos escolares oferecidos. Além disso, não existe informação no Brasil sobre quem são, quantos são, e onde estão esses profissionais de Ciências Agrárias.

Por estas razões, a Câmara propõe um grande debate e a elaboração de documentos referenciais que poderão servir de base para formulação de políticas públicas para os temas propostos.

Ambiente Externo e Interno

A globalização de mercados rege-se por regras escritas e não escritas. Entre as regras escritas incluem-se os acordos bilaterais, multilaterais ou internacionais, vinculados a órgãos como a OMC, a FAO e a OIE, que tratam, especialmente, das regras sanitárias, aspectos técnicos, direitos de propriedade, tributação e subsídios, vinculados à não discriminação e à transparência. Entre as regras não escritas estão aspectos de geopolítica, interesses estratégicos e as leis de mercado, vinculados à oferta, procura e exigências de qualidade.

Dentro do *framework* das regulamentações escritas, a ocupação de espaços mercadológicos é função da competitividade setorial da cadeia produtiva de determinado país ou região. Esta deriva, parcialmente, das vantagens comparativas intrínsecas ou construídas, das características do sistema produtivo e das interfaces com outros segmentos. No aspecto sanitário de cultivos e criações, o estado da arte de PD&I e o apoio qualificado que podem prestar representam a pedra basilar para eliminar barreiras sanitárias.

O *hardcore* competitivo de um determinado produto repousa em preço adequado, qualidade e sanidade, garantia de entrega, promoção publicitária, além de capacidade empreendedora e negocial e de condições adequadas de financiamento da produção e da comercialização. Incidindo transversalmente a todos esses aspectos estão os sistemas de Ciência e Tecnologia (C&T), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Transferência de Tecnologia (TT). A transversalidade torna-se evidente quando cada elemento de competitividade é decomposto em seus componentes.

Exemplificando, o custo do produto é função do custo de produção, da escala produtiva, da produtividade, da capacitação da mão-de-obra e do estado da arte tecnológica, que dependem, umbilicalmente, dos sistemas referidos anteriormente. Naturalmente, a questão não se esgota nesses aspectos, pois o custo também depende dos modais de transporte, do armazenamento, da intermediação financeira (volume de crédito, prazos, taxas de juros), da logística de portos e aeroportos, da oferta de energia e comunicações e, no caso específico do Brasil, da tributação. A expressão "custo Brasil" foi cunhada a partir do diferencial de ônus imposto ao sistema produtivo brasileiro pelas deficiências de logística, demanda tecnológica represada e excesso de tributação, entre outros. A mesma análise pode ser aplicada à publicidade (diferencial mercadológico decorrente de tecnologias no estado da arte) e o sistema de crédito, que se sentirá mais atraído a ampliar o volume de recursos e a reduzir as taxas de juros em um ambiente em que as tecnologias reduzam, sensivelmente, o risco do investimento.

Nos demais elementos da competitividade, também é possível perceber a importância angular dos sistemas de ciência e tecnologia. Qualidade é função exponencial do estado da arte tecnológica, seja no conceito de qualidade fisiológica ou de segurança dos alimentos. Garantia de entrega é produto da estabilidade da produção e da sustentabilidade dos sistemas. Até a capacidade empresarial é limitada sem investimentos em novas ferramentas de administração rural, de processos, em levantamentos e pesquisas de mercado, etc.

Conforme o mundo avança, célere, no rumo da eliminação das barreiras não tarifárias, destaca-se como componente crucial da competitividade a liderança na geração, no desenvolvimento e transferência de tecnologias adequadas, atendendo às leis de mercado, às regulamentações internacionais e às exigências dos consumidores.

Sem o investimento adequado e uma sólida visão de futuro, as vantagens comparativas naturais desvanecem-se, sobrepujadas por vantagens competitivas derivadas de tecnologias na fronteira do conhecimento.

Este deve ser o vetor principal da discussão de fórmulas de financiamento de C&T, PD&I e TT do agronegócio, para garantir o espaço comercial do Brasil à altura de seu potencial de inserção internacional. Os demais aspectos devem ser caudatários a ele, para evitar comprometimento da geração e distribuição de renda, da criação de empregos, da arrecadação tributária e do desenvolvimento nacional.

No ano de 2005, o valor do agronegócio brasileiro foi de 28,1% do PIB nacional. A mão-de-obra ocupada no agronegócio ascendeu a 37% dos empregos. Apenas a produção de grãos foi responsável por uma colheita de 123,2 milhões de toneladas, fruto de um firme e continuado ritmo de crescimento, observado nos últimos anos.

Em relação às transações comerciais com o exterior, o agronegócio é o único setor da economia historicamente superavitário. No ano de 2005, o saldo comercial obtido pelo agronegócio com o exterior foi de US$ 38,4 milhões, enquanto o superávit global do comércio exterior brasileiro foi de US$ 44,8 milhões. A nossa pauta de exportações do agronegócio abrange quase 2 mil diferentes produtos, atingindo 209 mercados em todo o mundo.

O agronegócio possui o condão de dinamizar a economia do país e interiorizar o desenvolvimento. Os recursos provenientes do agronegócio não são reinvestidos integralmente no setor, irrigando o comércio, a indústria e a área de serviços, como os setores de automóveis, eletro-eletrônicos, mercado imobiliário, a indústria do vestuário, serviços médicos, educacionais, de turismo, lazer, etc. Um agronegócio pujante amplia os empregos, aumenta e distribui renda e fixa o homem no interior, reduzindo os impactos das migrações para os grandes centros, em conseqüência diminuindo as necessidades de investimentos, sempre mais caras nas metrópoles, além de conter a violência ligada ao desemprego e às condições sub-humanas de moradia.

Ao longo dos últimos 15 anos (1990/2005), a produção brasileira de grãos cresceu mais do que 110%, enquanto a área plantada expandiu apenas 15%. Isto reflete o expressivo ganho de produtividade que foi de mais do que 80% no período.

A safra 2005/2006 poderá alcançar o recorde de 123,2 milhões de toneladas de grãos. Entre os principais produtos, merecem destaque os aumentos da produção de soja (24%), milho (19,5%, primeira safra e 107%, segunda safra), trigo (90,5%), feijão (21%, segunda safra) e algodão (9,6%).

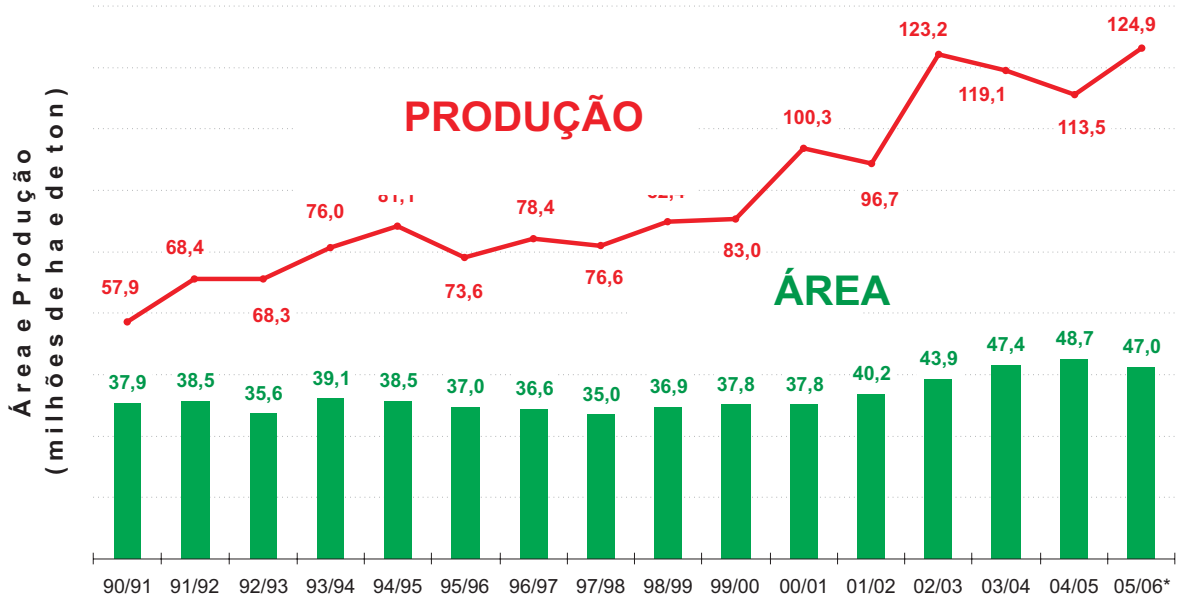
Embora outros fatores contribuam, é consenso que a produtividade reflete, diretamente, o ganho tecnológico do agronegócio nacional. Isto posto, a produtividade pode ser utilizada como um índice do impacto da evolução tecnológica sobre o agronegócio. Enquanto o Brasil colhe safras recordes, o agronegócio colhe os investimentos efetuados por governos anteriores em PD&I.

Projetando o futuro próximo, o sucesso no desenvolvimento de variedades transgênicas resistentes à salinidade e acidez do solo, com maior capacidade de extração de nutrientes e resistentes à seca, permitirão incorporar milhões de hectares de áreas marginais, reconfigurando a geografia do agronegócio mundial.

Na seqüência, serão abordados alguns exemplos ilustrativos dos avanços obtidos e dos desafios remanescentes, em relação às tecnologias desenvolvidas para o agronegócio nacional.

A Figura 1 mostra a evolução da produção e da área plantada com os principais grãos da lavoura

Figura 1. Evolução da produção de grãos e da área plantada no Brasil



GRÃOS: algodão, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

Fonte: CONAB (2005)

brasileira (soja, milho, arroz, trigo, feijão, etc.). De imediato percebe-se que a expansão da área é marginal em relação ao incremento da produção, calcado no aumento da produtividade. Observa-se que, com exceção das safras com severos problemas climáticos, que a tendência é de crescimento praticamente linear.

Um exercício estatístico mostra um crescimento médio anual de 83 kg/ha na produtividade geral da lavoura de grãos do Brasil (y=1,561 + 83,8 x), ao longo dos últimos 13 anos. Na ponderação da produção de grãos brasileira, uma saca de grãos equivale a, aproximadamente, R$ 30,00.

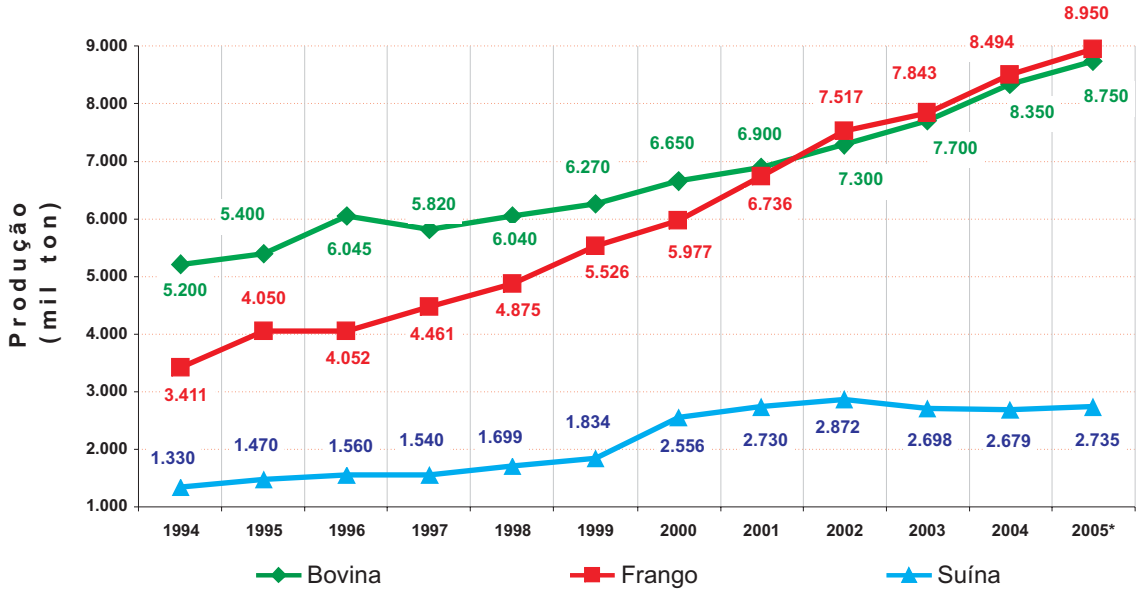
Considerando a área plantada em 2005 (48 milhões de hectares), o diferencial de produção devido, exclusivamente, à produtividade foi de 3,9 milhões de toneladas ou 65 milhões de sacas. Considerando o preço ponderado (R$ 30,00), o diferencial atinge R$ 1,950 bilhão de reais ao ano. Este montante não inclui o valor adicionado referente ao processamento, pois o valor calculado restringe-se ao pagamento na porteira da fazenda.

Ponderando que a grande contribuição para o acréscimo de produtividade deveu-se ao avanço tecnológico, seria justo remunerar o setor com, ao menos, 50% do valor adicionado, o que significaria reinvestir R$ 975 milhões no sistema de PD&I agropecuário. O restante remuneraria, de forma suplementar, os fatores natureza, capital e trabalho, além da tributação governamental.

É importante referir que, além de grãos, a agropecuária brasileira produz fibras como algodão ou rami, raízes e tuberculosas, como batata e mandioca além de cana-de-açúcar, café, frutas, hortaliças, flores, gado, suínos, aves, etc.

A exemplo da agricultura, a pecuária registra um crescimento espetacular (Figura 2). De 1990 a 2003, a produção de carne bovina aumentou 85,2% – ou 6,1% ao ano –, passando de 4,1 milhões para

Figura 2. Evolução da produção de carne no Brasil



7,6 milhões de toneladas. Nesse período, a suinocultura cresceu 173,3%, ou 12,4% ao ano. A produção de carne suína saltou de um milhão para 2,87 milhões de toneladas. O complexo carne, que inclui outros tipos do produto, também investe em pesquisa, por intermédio do melhoramento genético, e na certificação de origem do produto. Tudo para oferecer aos consumidores alimentos seguros e de alta qualidade, como o chamado "boi verde", um animal alimentado apenas com pastagem, muito diferente dos sistemas mantidos em outros países produtores.

Análise da capacidade de financiamento do governo federal mediante a demanda tecnológica

Entende-se como obrigação precípua do Estado a manutenção das atividades de saúde, educação e segurança. Ao redor desse eixo central gravitam outras atividades, como o investimento em energia, telecomunicações, transporte, infra-estrutura, ciência e tecnologia, entre outros.

O modelo econômico praticado pelos últimos governantes brasileiros impõe o pagamento da dívida financeira como prioridade máxima de aplicação de recursos, no contexto de uma estratégia de estabilização da moeda e inserção internacional.

Isso posto, observa-se uma redução gradativa das aplicações dos Tesouros Federal e estadual, em diversas atividades que, historicamente, eram por ele financiadas. O fato é decorrência direta da aplicação de superávits primários na execução orçamentária do Governo, atingindo valores tão altos quanto os 5,87% do PIB, verificados em julho de 2004. Apesar dessa disposição governamental, o valor poupado é insuficiente para o pagamento do serviço da dívida, quanto mais para amortizá-lo, o que gera um círculo vicioso que resulta no aumento da relação dívida pública/PIB.

A pesquisa agropecuária pode servir como um exemplo claro de como o Estado perdeu, progressivamente, a sua capacidade de

investimento mesmo em atividades essencialmente prioritárias e de alto retorno à sociedade (e ao Tesouro Nacional), como os sistemas de PD&I.

Outra análise que se impõe é o fato de havermos superado o período de avanço tecnológico de alto retorno e baixo custo. Os novos avanços significarão rompimento de paradigmas e ocorrerão mediante pesados investimentos, com o uso de ferramental sofisticado, treinamento de pessoal, formação de redes complexas e intercâmbio com centros de excelência localizados no exterior. Isto significa que o custo unitário dos projetos de pesquisa serão muito superiores àqueles verificados no final do século passado. Em suma, a pesquisa ficou mais cara e os retornos não serão tão espetaculares quanto os obtidos anteriormente.

Outra análise que se impõe é o fato de a ciência avançar a passos rápidos nos países centrais, grandes concorrentes do Brasil em diversos segmentos do agronegócio. Como as transações comerciais internacionais são regidas por regras e padrões lastreados em sólida fundamentação científica, os países centrais que, além de serem a vanguarda do conhecimento científico, detém a hegemonia política e comercial, impõem regras e padrões rígidos, exigindo a adoção de tecnologia de ponta no sistema produtivo.

O mesmo fenômeno é observado nos ensaios e testes laboratoriais, em que os protocolos e a precisão tornam-se mais rígidos a cada ano, exigindo que o país que pretenda competir com efetividade no comércio internacional seja um detentor da tecnologia mais avançada disponível no mercado. Do ponto de vista estratégico, é fundamental dominar a tecnologia na fronteira do conhecimento não apenas para atender os requisitos internacionais, como para impor a agenda do país ao invés de permanecer eternamente atrelados às iniciativas e imposições dos países centrais, que assestam a proa do comércio internacional de forma a serem privilegiados, de forma unilateral.

A imposição de barreiras comerciais disfarçadas, mormente nas áreas sanitária e de qualidade, repousa no diferencial tecnológico e na capacidade científica do país para rebater e eliminar essas barreiras, com forte respaldo científico. O Brasil necessita criar uma sólida imagem de que dispõe de um sistema de PD&I do agronegócio atuando na fronteira do conhecimento, para desestimular a imposição de barreiras comerciais de fundo casuístico, que apostem na nossa incapacidade de demonstrar a excelência de nosso sistema produtivo e de nossos produtos.

Finalmente, o princípio da equivalência, previsto nos acordos internacionais, e que pode significar diferenciais de competitividade para o agronegócio nacional, também pressupõe domínio tecnológico, de forma a criar alternativas de processos que sejam aceitos universalmente, com respeito às regras e padrões internacionais e que permita que possamos reduzir custos sem comprometimento dos padrões de qualidade.

O sistema de *check off* é largamente utilizado nos EUA, no Canadá, e mais recentemente, no Brasil, embora com menor expressão. O conceito de aplicação de recursos abrange desde a promoção comercial, o auxílio a campanhas de sanidade agropecuária e o apoio a sistemas de PD&I e TT. Nos países desenvolvidos, o sistema justifica-se pois o aporte de recursos para a pesquisa situa-se entre 2 e 2,5% do PIB setorial, entre recursos públicos e privados.

Sistemas brasileiros de *check off*

- Fundepec – O Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Estado de São Paulo, uma entidade sem fins lucrativos, foi criado em 1991 para, em parceria com a Secretaria da Agricultura, combater a Febre Aftosa no Estado de São Paulo. O exemplo de São Paulo espalhou-se por outros Estados do Brasil, mantendo o escopo de apoio às ações

de sanidade animal. Em especial, o fundo dispunha de recursos específicos para ressarcimento de perdas referentes ao abate sanitário em focos de febre aftosa.

- Fundecitrus – O Fundo de Defesa da Citricultura é uma instituição mantida por produtores e indústrias de suco, voltada para a defesa sanitária vegetal. Além de atuar no monitoramento, realiza e financia pesquisas científicas para a descoberta de formas de combate ou de convivência com doenças e pragas que afetam essa lavoura.
- Fundo de promoção e divulgação de carne suína e seus derivados – O fundo foi criado há sete anos, envolvendo cerca de uma dezena de elos da cadeia produtiva da carne, entre produtores e industriais. A receita do fundo é proveniente, primariamente, da contribuição de R$0,10 referente a cada suíno abatido.

O fundo destina-se, especificamente, à promoção do consumo de carne suína e seus derivados. Sua aplicação ocorre por meio de campanhas nacionais ou regionalizadas visando ao aumento do consumo *per capita*. Sua estrutura de gestão compõe-se do Conselho de Administração, Conselho Assessor e as associações estaduais de criadores de suínos.

- Soja – Embora não possam ser considerados programas de *check off stricto sensu*, observam-se iniciativas interessantes no relacionamento entre os produtores de soja e algodão e o sistema de PD&I. No caso da soja, a organização de produtores em torno de fundações de apoio à pesquisa permitiu manter a pesquisa em melhoramento genético da cultura em níveis relativamente adequados. Como resultado, observou-se um espetacular crescimento da produtividade da cultura no final do século passado e início do presente.
- Algodão – O FACUAL é o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão, criado pela Lei nº 6.683, de 02 de junho de 1997 e regulamentado pelo Decreto nº 1.589, de 8 de julho de 1997, aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, sancionado pelo Governo do Estado de Mato Grosso e instrumentalizado por regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Gestor. Trata-se de um fundo de fomento, administrado por um Conselho Gestor composto por representantes das entidades representativas do setor.
- FABOV – O Fundo de Apoio à Bovinocultura de Corte, é uma entidade sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, instituído pela Lei nº 8.432, de 30 de dezembro de 2005 e, regulamentado pelo Decreto nº 6.994, de 31 de janeiro de 2006 e, constituído pela ACRIMAT – Associação dos Criadores do Estado de Mato Grosso, FAMATO – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural – SEDER e Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ e, sua operacionalização obedecerá ao disposto na legislação pertinente e pelo Regimento Interno.
- FACS – O Fundo de Apoio à Cultura da Soja, é uma entidade, instituída pela Lei nº 8.432, de 30 de dezembro de 2005 e, regulamentado pelo Decreto nº 6.994, de 31 de janeiro de 2006 e, constituída pela APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso, FAMATO – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural – SEDER e Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ e, sua operacionalização obedecerá ao disposto na legislação pertinente e pelo Regimento Interno.

O sistema de *check off* é particularmente desenvolvido nos Estados Unidos, onde são encontrados os principais exemplos. Com pequenas

variantes, os recursos de *check off* são utilizados para promoção comercial, abertura de mercados, aumento do consumo e para o financiamento de programas de PD&I e de TT.

O primeiro programa de promoção criado nos EUA derivou do *Wool Act* (1954). Atualmente existem 15 programas nacionais de *check off*, que operam de acordo com legislação própria. Em geral, os programas de *check off* são dirigidos por representantes dos mantenedores e administrados por profissionais. Além de prover os recursos, os mantenedores aprovam os programas e a aplicação dos recursos e ambos são avaliados de acordo com os planos de metas organizacionais.

Os programas de *check off* dos EUA são supervisionados pelo *Agricultural Marketing Service*, uma divisão do USDA. A avaliação dos programas de *check off* americanos, conduzidos pela Texas A&M University apontou para retornos positivos entre US$ 2 e US$ 12 para cada dólar investido pelos produtores.

A Tabela 3 indica os principais programas de *check off* em andamento nos Estados Unidos, os quais movimentam, no seu conjunto, recursos anuais que se aproximam de US$ 500 milhões.

Além dos citados, existem outros programas incidentes sobre mel, pêlo de cabra ou lã, porém com menor importância que os referidos.

Entretanto, por essas análises efetuadas, verifica-se que o agronegócio é o grande motor da economia nacional, ponta de lança da inserção brasileira no mercado globalizado e o setor da economia nacional que dispõe das vantagens comparativas mais qualificadas. E, entre os transdutores das vantagens comparativas em vantagens competitivas, está o domínio e a utilização de tecnologia apropriada e adequada, a permanente capacidade inovativa e de transferência de tecnologias.

Está claro também que, apesar do Brasil praticar os mais altos índices de carga tributária do mundo (média de 40,2% do PIB em maio de

Tabela 3. Principais programas de *check off* nos Estados Unidos

Produto	Orçamento anual (US$ milhões)	Principal fonte Principal fonte de receita	Entidade gestora
Leite	230	US$ 0,15/43,35kg de leite	Dairy Management Inc
Carne bovina	85	US$ 1,00/cabeça	Cattlemen's Beef Promotion and Research Board
Carne suína	65	0,45% do valor bruto da venda ou importação animal	National Pork Board
Soja	62	0,5% a 1% do valor bruto de venda de soja	United Soybean Board
Algodão	45	1% da comercialização até o limite de US$1,00/fardo	Cotton Board
Ovos	8	US$ 0,05/30 dúzias	American Egg Board
Batatas	7	1% da média móvel do preço (últimos 10 anos)	National Potato Promotion Board

Figura 3. O ensino do agronegócio no Brasil

Fonte: Batalha (2004)

Figura 4. Pontuação média atribuída às grandes áreas

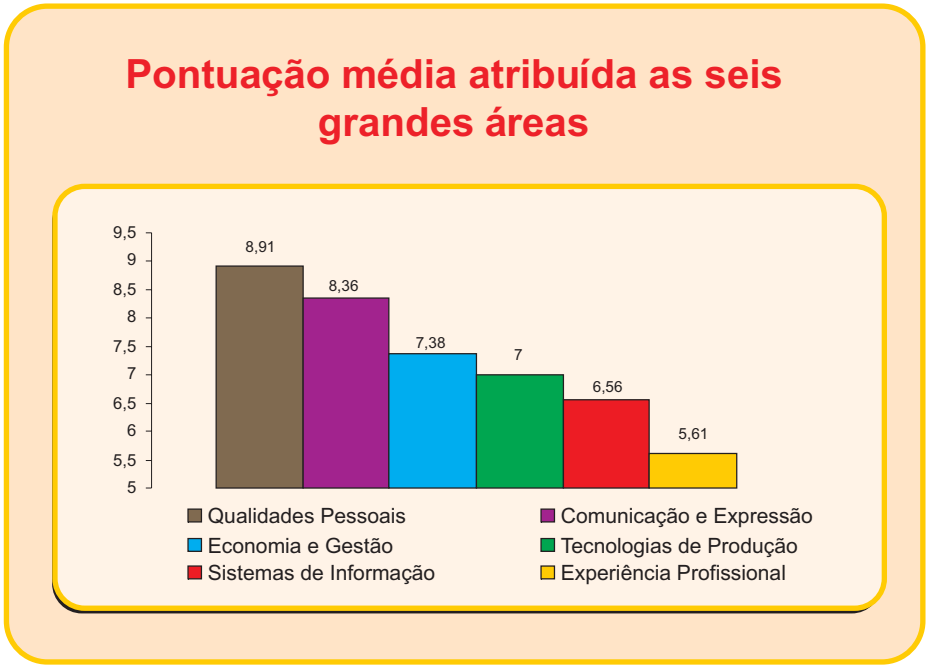
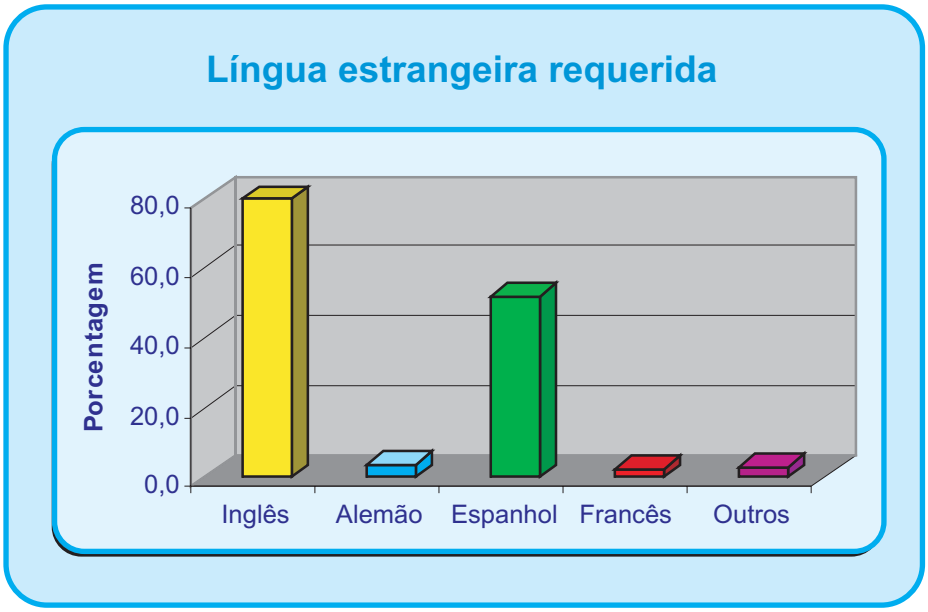
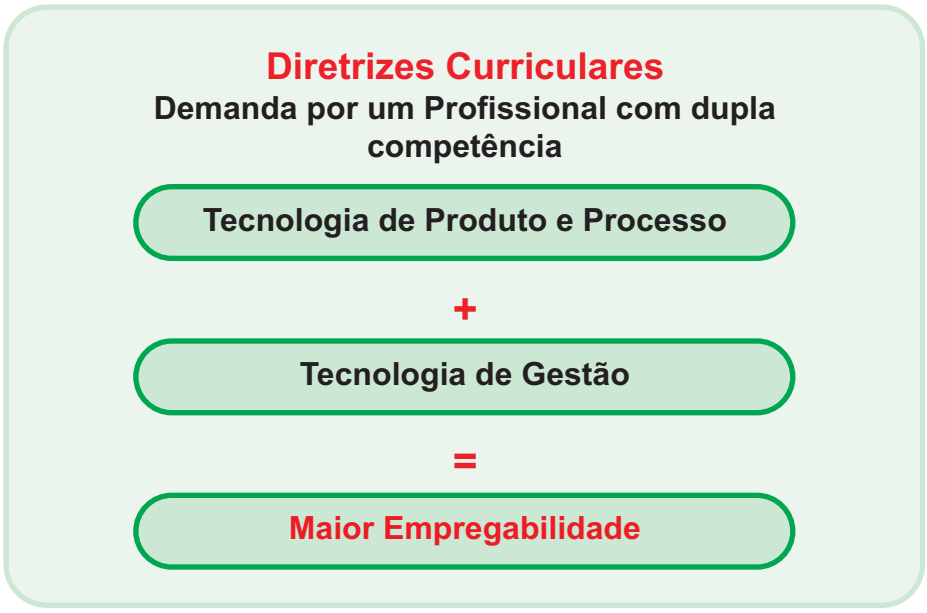


Figura 5. Língua estrangeira requerida



Fonte: Batalha (2005)

Figura 6. Diretrizes curriculares e novas demandas



Fonte: Batalha (2005)

2004, picos acima dos 48%), é consensual que, dentro do paradigma das políticas macroeconômicas adotadas pelos sucessivos Governos brasileiros, a capacidade de financiamento do Governo está muito aquém das necessidades dos diversos agentes, sejam eles econômicos ou sociais, públicos ou privados.

Aceitas estas premissas, parte-se da inexorabilidade do investimento alto e crescente em PD&I para o futuro próximo, restando equacionar a garantia do permanente fluxo de recursos, adequado ao atendimento das demandas do agronegócio.

A fim de reverter o crescente quadro de debilidade dos sistemas de PD&I e conformá-los às necessidades competitivas do agronegócio, propõe-se a adoção de um sistema de *check off*, complementar e suplementar aos atuais sistemas de financiamento da pesquisa, com características próprias e foco adequado para solver os problemas alinhavados no diagnóstico e no prognóstico do agronegócio.

O Perfil do Profissional das Ciências Agrárias para o Agronegócio

O empenho dos profissionais de ciências agrárias foi essencial para que o Brasil superasse os desafios e atingisse toda esta evolução do agronegócio citada anteriormente. Por outro lado, a manutenção desta alta competitividade entre os diversos componentes do agronegócio exige além dos investimentos em C&T, um profissional de ciências agrárias com novas habilidades para enfrentar desafios tais como: a) as inovações tecnológicas, visíveis, decretadas pela adoção das mais modernas máquinas, sejam tratores, colheitadeiras ou equipamentos, dotados de computadores de bordo, GPS e ar condicionado. Os insumos mais recentes são aplicados, assim como técnicas de ponta como o plantio direto e agricultura de precisão; b) menos visível, e certamente imensurável, é a revolução gerencial. Já não basta mais a melhor tecnologia, se o fazendeiro não for um bom gerente. É preciso ser bem informado para ser um comerciante ágil, para comprar insumos ou vender a produção na hora certa. Gerência financeira é indispensável, seja para tomar crédito com adequado mix de juros, seja para aplicar suas reservas. Saber calcular e pagar impostos já exige preparo, assim como cuidar das questões ligadas a custos de produção e organização do trabalho. Cuidados com a formação de recursos humanos e os contratos de trabalho são prioridades, bem como o adequado tratamento da questão ambiental, hoje fundamenta, inclusive em termos de comércio exterior; c) terceiro grande desafio, o da revolução silenciosa é a mudança de modelo: trata-se da necessidade de agregar valor à produção primária. Já não é mais possível fazer renda compatível com os investimentos no campo vendendo grãos, por exemplo.

O professor Mário Otávio Batalha, da Universidade Federal de São Carlos, lançou uma publicação contendo levantamento sobre a formação de recursos humanos voltados para o agronegócio no país. Esse trabalho é a continuação de uma primeira pesquisa realizada em 2000, também com o apoio do CNPq, acrescentando que foi aplicado o mesmo questionário para se medir a oferta e a demanda da formação profissional na área.

A seguir serão apresentados alguns dos resultados desta pesquisa, destacando-se as principais característica e habilidades do novo profissional de ciências agrárias exigidas pelo mercado (Figuras 3, 4, 5 e 6).

Do lado da oferta, havia quatro cursos voltados para o agronegócio em 2000, passando para mais de 100 em 2004, a maioria fora dos grandes centros. Esse rápido crescimento, segundo o pesquisador, levanta questões com relação à qualidade dos cursos. Informou ainda que na pós-graduação o crescimento também foi expressivo,

mas não na mesma proporção da graduação.

O mercado está exigindo um profissional mais qualificado com habilidades gerenciais conjugadas com conhecimentos técnicos.

Segundo Batalha, das 53 principais características do agronegócio, podem ser agrupadas em seis grandes áreas: Economia e Gestão; Métodos Quantitativos Computacionais; Experiência Profissional; Características Pessoais; Comunicação e Expressão e Tecnologias de Produção.

Os cursos relacionados ao agronegócio não estão ajustados às necessidades do mercado tanto os de graduação, quanto os de Pós-Graduação, devem rever suas grades curriculares. O setor de transporte e armazenagem é o menos atendido nas suas demandas específicas.

O Profissional de Ciências Agrárias será reconhecido como o motor referido e o Brasil, finalmente, com uma agricultura verticalizada, sustentável e competitiva.

Entretanto, por essas análises efetuadas, verifica-se que o agronegócio é o grande motor da economia nacional, ponta de lança da inserção brasileira no mercado globalizado e o setor da economia nacional que dispõe das vantagens comparativas mais qualificadas. E, entre os transdutores das vantagens comparativas em vantagens competitivas, está o domínio e a utilização de tecnologia apropriada e adequada, a permanente capacidade inovativa e de transferência de tecnologias.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Fundo para Financiamento da Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia para Agropecuária.

Para implementação de um sistema *check off* no Brasil é necessário estabelecer políticas que compatibilizem as demandas de PD&I e a capacidade de financiamento do setor público e privado. Nestas políticas é fundamental não onerar ainda mais o sistema produtivo com mais uma taxa, adicional à sufocante carga tributária aplicada pelos diversos níveis de Governo. Neste particular, é importante esclarecer que apesar da sugestão para criação do fundo seja compulsoriamente, a receita componente do *check off* não podem ser consideradas taxas ou impostos *stricto sensu*. O produtor estará financiando o avanço tecnológico, que retornará para ele de forma a garantir o seu diferencial de competitividade, tornando seu negócio sustentável.

O Perfil do Profissional de Ciências Agrárias para a Agropecuária

O Profissional das Ciências Agrárias tem condições de atuar em todos os níveis da área tecnológica, gestão e modernização do setor agrícola, agregando valores aos produtos e serviços. Este profissional precisa ser um cidadão integrado à realidade do seu país, comprometido com sua história e com sua geo-economia. Neste sentido é necessário, para viabilizar esta proposta, formalizar políticas públicas que:

I) Criem mecanismos que definem diretrizes do profissional de ciências agrárias para que possam contribuir com a elevação da produção, produtividade e sustentabilidade do agronegócio brasileiro;

II) Criem mecanismos de integração dos setores públicos e privados visando aprimorar a formação do profissional de ciências agrárias;

III) Estabeleçam mecanismos tais como bolsas, renúncia fiscal, que vinculem o profissional de ciências agrárias ao mercado. O Programa Primeiro Emprego é um bom exemplo pois ele visa:

a) estimular a inserção do profissional da área de Ciências Agrárias no mercado de trabalho, através de programa de trabalho supervisionado e estreitamente vinculados às prioridades da agricultura brasileira, da segurança alimentar e do esforço governamental no sentido da geração de novos postos de trabalho;

b) possibilitar ao profissional recém-formado a oportunidade de acesso ao mercado de trabalho, mediante a aquisição de experiência prática em instituições de natureza pública e privada;

c) estabelecer parcerias consistentes e duradouras entre o setor público, as empresas e os organismos da sociedade civil organizada;

d) estimular o desenvolvimento da agricultura familiar e empresarial.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- Alexandre Estermann – CFMV
- José Roberto Rodrigues Peres – Embrapa

Colaboração

- Décio Luiz Gazzoni – Embrapa
- Francisco Madeiro da Costa – SDC/MAPA
- Romão da Cunha Nunes – SBZ
- Everaldo Anastácio Pereira – UNB
- Fernando Bermeguy – CONFEA
- Paulo Carneiro Junqueira – OCB

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG
- Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior – ABEAS
- Associação Brasileira de Engenheiros de Alimentos – ABEA
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
- Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Confederação das Federações de Engenheiros Agrônomos do Brasil – CONFAEAB
- Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA
- Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Federação das Associações dos Engenheiros de Pesca do Brasil – FAEP
- Federação Nacional dos Engenheiros Agrimensores – FENEA
- Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas – FENATA
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Secretaria-Executiva – SE
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
- Ministério da Educação – MEC
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
- Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER
- Sociedade Brasileira de Engenharia Agrícola – SBEA
- Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais – SBEF
- Sociedade Brasileira de Zootecnia – SBZ
- Sociedade Nacional de Agricultura – SNA
- Sociedade Rural Brasileira – SRB
- Universidade de Brasília – UNB

Bibliografia Consultada

BATALHA, M.O. *et al.* **Recursos e Agronegócio: A Evolução do Perfil Profissional.** 2005. 320 p.

BECKER, G. S. **Federal Farm Promotion ("Check off") Programs.** Environment and Natural Resources Policy Division (95-353 ENR). 1996. Disponível em: http://www.ncseonlinge.org.NLE/CRSreports/Agriculture/ag-16.cfm.

DAVIS, G. C, CAPPS, Jr., O, BESSLER, D. A., LEIGH, J. H., NICHOLS, J. P.; GODDARD, E. **An economic evaluation of the pork check off program (January 2001).** Department of Agricultural Economics, Texas A&M University, College Station, TX 77843-2124. Disponível em: http://agecon.tamu.edu/publications/dtr01-1.pdf.

SPRECHT, J. E., HUME, D. J. e KUMUDINI, S. V. **Soybean Yield Potential – A Genetic and Physiological Perspective.** Crop Science, 39:1560-1570. 1999.

USB Return on Investment 1995-2001. **A report by World Perspectives, Inc. and AgriLogic.** Inc., 2003. Disponível em: http://www.unitedsoybean.org/studies_pdf/ROI_2003.pdf.

WARD, R. W. **Evaluating the Beef Promotion Check off: The Robustness of the Conclusions.** Agribusiness, 15(4):517;524. 1999.

WILLIAMS, G. W. **Returns to US Soybean Export Market Development.** Agribusiness, 1(3):243-263. 1985.

WILLIAMS, G. W; DAVIS, G.; NICHOLS, J. **Check off Program Evaluation: Why, What, How, When and Who.** TAMRC Commodity Market Research Report No. CM 2-00. set.2000. Disponível em: http://agrinet.tamu.edu/tamrc/pubs/cm200.htm.

WILLIAMS, G. W. **Commodity Check off Programs as Alternative Producer Investment Opportunities: The Case Of Soybeans.** Agribusiness, 15(4):539-552. 1999.

Câmara Temática de

Insumos Agropecuários

Histórico

Ayrton Jun Ussami[1]

No dia 21 de julho de 2004 foi instalada em Brasília, DF, pelo então Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento José Amauri Dimarzio, a Câmara Setorial de Insumos Agropecuários. Na ocasião, foram indicados como presidente da Câmara, Cristiano Walter Simon, representante da ANDEF e como Secretário Executivo, Wilson Vaz de Araújo, da Secretaria de Política Agrícola – SPA/MAPA. Em sua primeira reunião ordinária, ocorrida em no dia 16 de agosto de 2004, o plenário da Câmara referendou os nomes indicados pelo Secretário Executivo.

Devido à grande transversatilidade dos assuntos ligados às cadeias produtivas, o que caracteriza a importância dos insumos em todas elas, a Câmara de Insumos Agropecuários passou, a partir de novembro de 2005, a ser denominada Câmara Temática por decisão unânime de seus membros. Em 30 de maio de 2006, foi oficialmente criada a Câmara Temática de Insumos pela Portaria nº 137.

As principais ações acompanhadas pela Câmara são:

Sementes: a agilidade de procedimentos na regulamentação de sementes transgênicas à luz da Lei de Biosegurança, Protocolo de Cartagena e a Lei de patentes.

Calcário Agrícola: Programa Nacional de Correção da Acidez do Solo e difusão da tecnologia e Campanha de divulgação institucional dos benefícios da correção do solo.

Fertilizantes: busca de isonomia tributária entre produto nacional e importado, consciência Ambiental e otimização da oferta de produtos alternativos.

Defensivos Agrícolas: regulamentadores mais ágeis, respeito à Regulamentação de Registros e Proteção da Produção de Agroquímicos no Brasil.

Produtos Veterinários: aprovação de novo regulamento para o setor de alimentação animal em substituição ao Decreto nº 7.698/76, rastreabilidade dos produtos destinados à alimentação animal e Implementação do Sistema Informatizado de Registro de Produtos para a Alimentação Animal.

Além disso fazem parte das pautas de discussão questões sobre Infra-Estrutura e Logística, Tributação, Pirataria e Biotecnologia.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Temática de Insumos Agropecuários do Conselho do Agronegócio.

Apresentação

Os dois anos de atuação da Câmara Temática de Insumos Agropecuários estão reunidos neste documento, bem como as diretrizes para sua continuidade, com o objetivo de atender às demandas da sociedade brasileira em benefício do agronegócio. A Câmara tem caráter consultivo e tem como objetivo propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades dos setores associados ao agronegócio.

Ela é constituída por representantes dos segmentos que compõem os setores de produção, comercialização, distribuição, usuários, formuladores e executores de políticas para insumos como sementes, combustíveis, fertilizantes e suas matérias-primas, alimentos animais, corretivos agrícolas, defensivos vegetais e animais. Inclui, também, agentes econômicos indiretamente envolvidos no processo produtivo agrícola.

Em julho de 2004, quando foi criada a Câmara, o cenário do setor agropecuário era bastante sombrio, com expectativas de aumentos nos custos de produção da ordem de 25%, decorrentes sobretudo do aumento do preço dos insumos. O preço dos fertilizantes na época refletia os valores internacionais, sendo influenciado pelo preço do petróleo, frete marítimo, imposto de importação, taxa de câmbio e aqueles decorrentes do custo Brasil.

A infra-estrutura era outra preocupação, pois o crescimento sustentado da indústria brasileira, no período de 2004/07, dependeria fundamentalmente de investimentos emergenciais para reduzir o risco de um colapso da malha rodoviária, e investimentos complementares em ferrovias, rodovias, hidrovias e portos para capacitar o sistema viário existente a absorver o crescimento da demanda de transporte no período.

Os produtores demandavam, em respeito ao princípio da isonomia, estender a alíquota zero de PIS/COFINS para rações, suplementos minerais, defensivos animais e suas respectivas matérias-primas.

Dois anos se passaram e ainda há muito que melhorar no setor de insumos, na medida em que o cenário sombrio ainda não se dissipou e a safra 2006/2007 deverá registrar redução na área cultivada e na matriz tecnológica sobretudo nos cultivos de grãos. O envolvimento dos membros da CTIA nos trabalhos tem sido fundamental para amenizar as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais e suas cooperativas, indústria e distribuidores de insumos agropecuários.

Em 2005, a Câmara foi a que mais realizou reuniões, 13 no total, sem esvaziamento do quorum. É neste mesmo ritmo que a Câmara de Insumos propõe dar continuidade a sua agenda com trabalho e a busca de resultados cada vez mais positivos para o setor produtivo e para o conjunto do agronegócio.

Cristiano Walter Simon
Presidente da Câmara

Introdução

Este documento resume a agenda de trabalho da Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA), vinculada ao Conselho do Agronegócio, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Criada em 21 de julho de 2004 já se reuniu por 19 vezes para discutir e deliberar a respeito de diversos assuntos de sua competência.

Sem fazer julgamento sobre políticas específicas de cada setor ou pré-julgar discussões e decisões levadas a efeito em outros fóruns, a agenda sugere o caminho em que os segmentos da indústria e distribuição de insumos agropecuários podem avançar para maximizar os benefícios gerados pelo agronegócio.

A Câmara tem se constituído num fórum apropriado de debates e proposições de medidas que tem melhorado a qualidade e reduzido os custos das matérias-primas, da fabricação dos insumos e transporte dos produtos e, conseqüentemente, da própria produção agrícola e pecuária, elevando índices de rentabilidade, promovendo o crescimento econômico para o País, satisfação aos produtores e respeito ao meio ambiente.

Para alcançar seus objetivos, a Câmara tem sido muito atuante com quorum sempre participativo. No mesmo período foram criados seis grupos permanentes de trabalho, dez proposições e cinco moções.

Por se tratar de uma Câmara que envolve representantes de diversos segmentos da indústria de insumos agropecuários, do setor produtor agrícola propriamente dito, do Governo Federal e também de agentes econômicos privados indiretamente afetos ao agronegócio, os seguintes itens permeiam as discussões realizadas nesta Câmara, seja em relação a um setor específico ou ao conjunto dos setores:

- Legislação e Tributação;
- Exportações e importações de matérias-primas e de produtos;
- Informações e estatísticas dos fatores de produção e da produção agropecuária;
- Expectativas de oferta e demanda;
- Indicativos de produção agropecuária;
- Oportunidades de financiamento;
- Regulamentação Sanitária e ambiental;
- Infra-estrutura de logística à produção – armazenagem, transporte e portuária;
- Biotecnologia.

Os membros da Câmara sabem que os resultados obtidos até aqui são apenas um começo e que a agenda reserva ainda muitos desafios na área de insumos, dentre os quais cabe destacar:

- Adequar a legislação e a tributação;
- Melhorar a infra-estrutura de logística à produção e distribuição de insumos e produtos;
- Garantir a competitividade em biotecnologia;
- Inibir o contrabando e a pirataria;
- Intensificar a fiscalização e a inspeção;
- Ampliar a oferta de crédito;
- Esclarecer a opinião pública sobre transgênicos;
- Esclarecer os produtores sobre a importância do uso do calcário na produção agrícola;
- Agilizar o processo de registro de defensivos agrícolas;
- Ampliar os serviços de retirada de embalagens vazias de defensivos agrícolas do meio ambiente.

Uma forma de manter esse ritmo é mirar-se nas iniciativas de sucesso, como é o exemplo adotado pelo Instituto Nacional de

Processamento de Embalagens Vazias (inpEV). Hoje o Brasil é líder mundial na retirada de embalagens vazias de defensivos agrícolas do meio ambiente. No total, o país recolheu, somente em 2005, 17.881 toneladas de embalagens, o que representa 62% do total de embalagens comercializadas no país em um ano. Deste total, 15.544 toneladas de embalagens foram recicladas (87%) e 2.337 foram incineradas (13%).

Outro exemplo é o trabalho conjunto das câmaras temáticas de insumos agropecuários e de financiamento e seguro do agronegócio, na busca de soluções para a dívida dos produtores rurais junto aos fornecedores de insumos. Esse trabalho contribuiu para viabilizar a criação da linha de financiamento denominada FAT – Giro Rural, que se tornou a principal fonte de financiamento de dívidas rurais privadas. Cerca de R$ 1 bilhão de dívidas dessa natureza foram refinanciados ao amparo dessa linha, somente no primeiro ano de vigência.

Além disso, a CTIA, tendo como base a visão do agronegócio como um todo, propõe dar continuidade à busca de soluções que mudem o cenário do mercado de insumos no País e contribuam para a redução dos preços dos insumos. A tributação e o combate à ilegalidade são exemplos. Com menos tributação e sem a presença de produtos piratas no mercado, o Brasil naturalmente se consolidar-se-á no maior produtor e exportador de *commodities* do mundo, podendo exportar a preços mais competitivos, com expectativa de aumentar sua participação no comércio internacional de defensivos agrícolas.

A Câmara Temática de Insumos Agropecuários procura se posicionar não em defesa de setores isolados, mas do agronegócio como um todo, levando-se em conta a defesa do país, da nossa economia, do meio ambiente, da saúde da população e da qualidade do alimento a ser exportado.

Ambiente Externo e Interno

Defensivos Agrícolas

A Holanda, Japão e Bélgica são os países que mais intensivamente usam ingredientes ativos de agroquímicos, por hectare. Mesmo sendo o 3º país do ranking mundial no consumo de defensivos agrícolas, atrás apenas do Japão e dos Estados Unidos, e com área cultivada superior a 60 milhões de hectares, lavouras temporárias e perenes, o Brasil ocupa apenas o 9º lugar no ranking de ingredientes agroquímicos por hectare (Tabela 1). Isso dá a dimensão do país no cenário mundial.

É um mercado bilionário, cujos investimentos crescem continuamente. Nos últimos anos, no mundo, o custo para que um novo produto seja desenvolvido e lançado no mercado passou de US$ 152 milhões para US$ 184 milhões. O tempo médio para que um novo produto chegue ao mercado é de 9 a 10 anos.

Nos últimos anos, o mercado mundial tem crescido continuamente e o custo de lançamento de um novo produto, com tempo médio de lançamento de 9 a 10 anos, passou de US$ 152 para US$ 184 milhões (Figura 1).

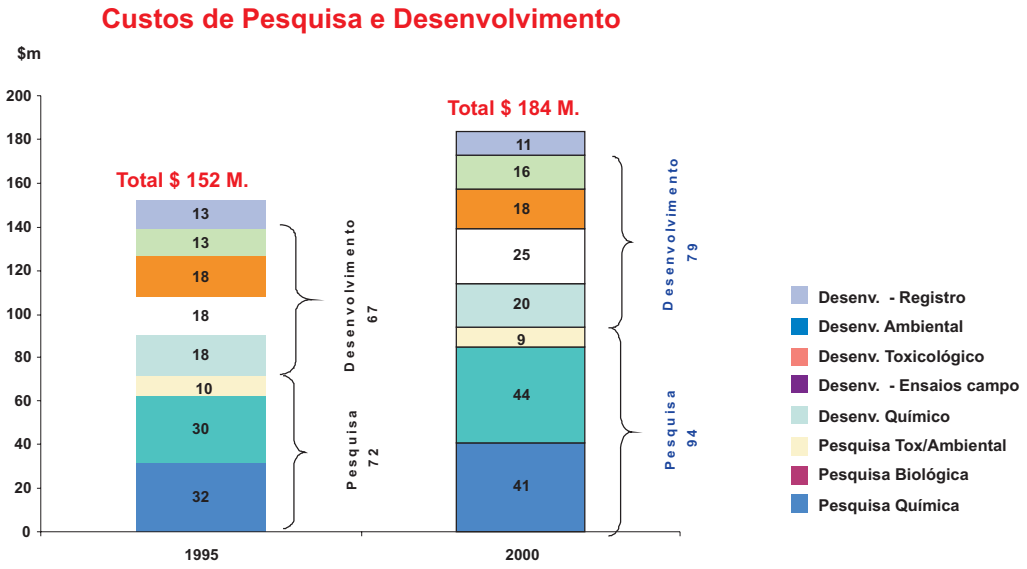
A legislação atual de preços de transferência visa evitar eventual envio de lucros ao exterior e conseqüente redução da base de cálculo do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e da CSLL (Contribuição Sobre o Lucro Líquido). Entretanto,

Tabela 1. Volume Consumido de Ingrediente ativo por País – Kg/ha

País	Consumo
Holanda	20,8
Japão	17,5
Bélgica	12,0
França	6,0
Inglaterra	5,8
Iugoslava	4,0
Alemanha	4,0
USA	3,4*
Brasil	3,2**
Dinamarca	2,6
República Dominicana	1,6
Polônia	1,0
Índia	0,3
Paquistão	0,2

Fonte: Wageningen university (1993)
*US – EPA (1994/95)
**ANDEF (2000)

Figura 1. Desenvolvimento de um produto Agrícola



da forma como está, essa legislação cria a situação de que é melhor importar do que produzir no país, ou seja, o produto importado pronto para a revenda paga IRPJ e CSLL sobre a margem bruta presumida de 20%, enquanto o produto industrializado no Brasil paga sobre a margem bruta presumida de 60%.

Em estudo elaborado pelo SINDAG (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola), para avaliar a equivalência fiscal entre as duas situações concluiu-se que a margem bruta, pela limitada agregação local, para os produtos industrializados deveria ser ao redor de 30% e não 60%. O devido pleito feito junto à Secretaria da Receita Federal foi indeferido.

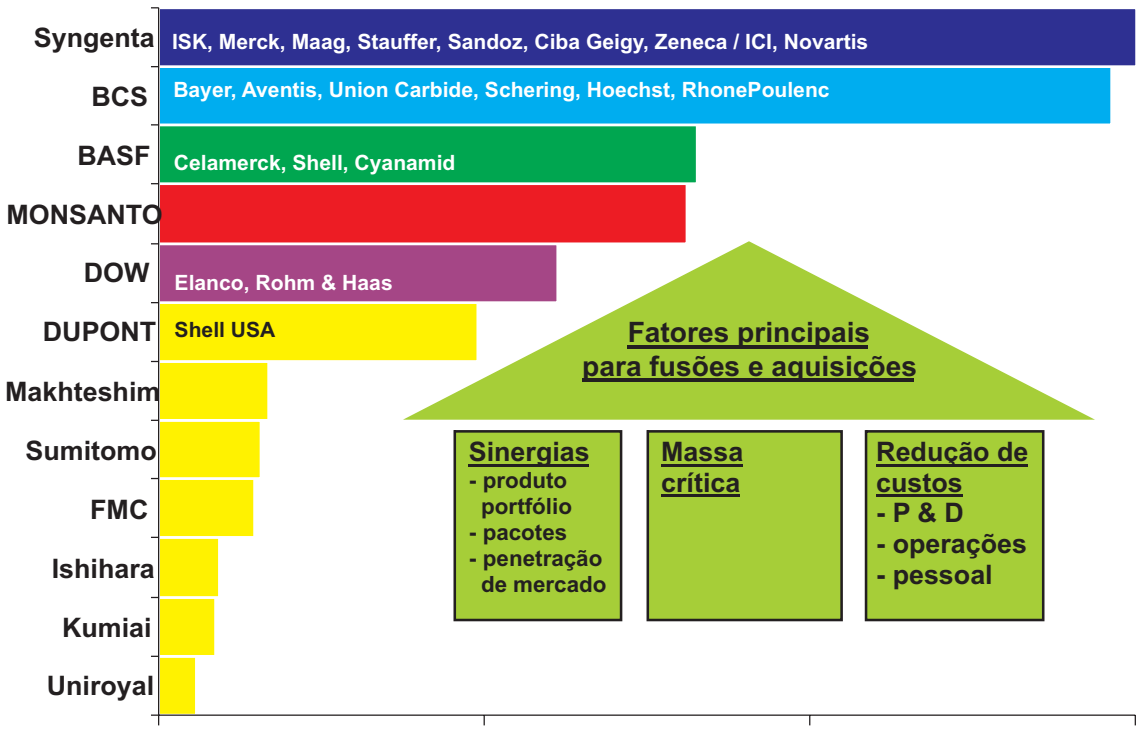
Outro ponto polêmico trata das diferenças em relação a outros países para registro de novos produtos. O processo no Brasil é complexo, demanda autorização do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos (CTA), formado por representantes de três órgãos (Ministérios da Agricultura, Meio Ambiente e Saúde), fato que torna o processo demasiadamente moroso.

A exemplo do que se observa nos últimos anos nas mais diferentes indústrias, a de defensivos agrícolas também passa por um processo de concentração na busca de maior competitividade (Figura 2).

Fertilizantes

O consumo mundial de fertilizantes (NPK) na safra 2005/06 foi de 154,9 milhões de toneladas. A China responde por 26% desse consumo. Em segundo e terceiro lugar aparecem a Índia e os Estados Unidos, com 13% e 12%,

Figura 2. Consolidação em agroquímicos reduziu pela metade o número de empresas



Fonte: ANDEF

respectivamente. Nessa safra, o Brasil consumiu 8 milhões de toneladas, o que corresponde a 5,2% do total (Tabela 2).

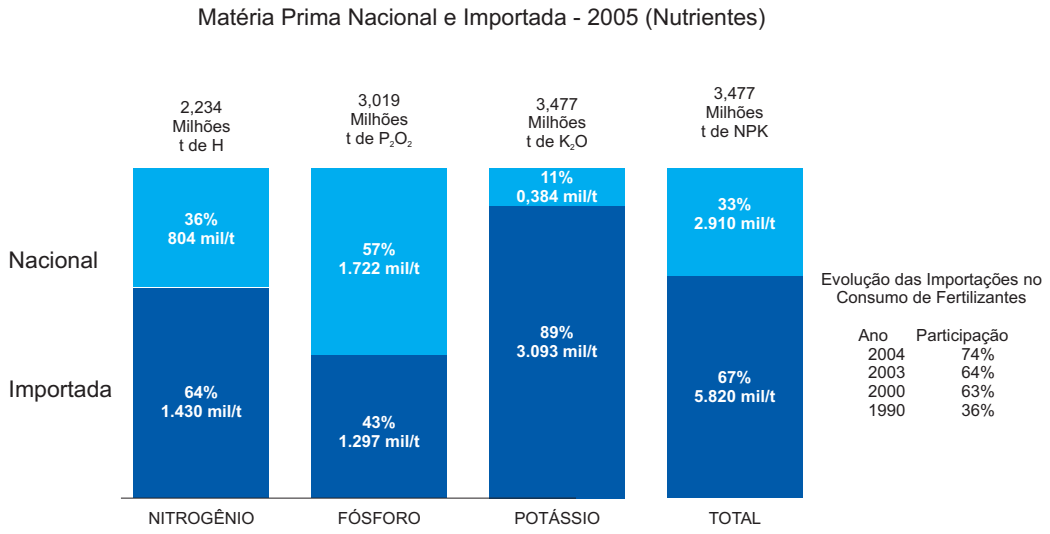
A Tabela 2 mostra que em 2005 a Índia ultrapassou os Estados Unidos no consumo de fertilizantes, e embora não mostre na Tabela, o Brasil registrou uma queda em nutrientes de 11,3% em relação ao ano anterior.

A crise atual da agricultura provocou redução no consumo de fertilizantes. De acordo com a Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA) a importação de fertilizantes em 2005 foi 25% menor do que em 2004, mas mesmo assim as importações de fertilizantes (toneladas) cresceram substancialmente nos últimos anos (Figura 3).

Tabela 2. O Brasil é importante no consumo mundial de fertilizantes (em mil t)

PAÍSES	1970	1980	1990	2005
CHINA	3.735	15.266	26.764	40.250
ESTADOS UNIDOS	15.535	21.477	18.587	18.915
ÍNDIA	1.814	5.231	12.000	20.100
BRASIL	**990**	**4.066**	**3.148**	**8.048**
FRANÇA	4.647	5.610	5.684	3.885
PAQUISTÃO	296	1.080	1.894	3.815
ALEMANHA	4.763	5.170	3.350	2.555
OUTROS	33.928	53.669	58.834	57.355
MUNDO	**65.708**	**111.569**	**130.261**	**154.923**

Fonte: IFA /ANDA



O potássio destaca-se como o principal macronutriente de nossa pauta de importação. Do total consumido internamente em 2005 (3,4 milhões de toneladas), 89% foram importados. A produção mundial de potássio em 2005 foi de 32,8 milhões de toneladas. Quatro países – Canadá, Rússia, Belarus e Alemanha representaram 80% dessa produção. O Brasil respondeu por apenas 1,1%, 384 mil toneladas.

A importação de Amônia também foi expressiva, cerca de 64% do consumo nacional, que somou 2,2 milhões de toneladas em 2005. A produção mundial de amônia em 2004 foi de 116 milhões de toneladas. Os principais países produtores – China, Índia, Rússia e Estados Unidos – responderam por 55% desse volume. A produção brasileira representa apenas 0,9%, pouco mais de 1 milhão de toneladas.

Embora menor que o potássio e a amônia, a participação das importações de fósforo no abastecimento interno não deixa de ser significativa. Do total consumido internamente em 2005 (3 milhões de toneladas), 43% foram importados. A produção mundial de fósforo em 2004 foi de 143,6 milhões de toneladas. Estados Unidos, Marrocos, China e Rússia responderam por cerca de 70% do volume produzido. O Brasil participou com 4%, 5,7 milhões de toneladas.

As indústrias mundiais de fósforo e potássio estão em processo de concentração. Não são esperados movimentos semelhantes na indústria de nitrogenados. Observa-se que a oferta mundial de fertilizantes vem se estreitando em relação à demanda. Em parte, a explicação para essa retração deve-se aos preços baixos dos fertilizantes praticados até alguns anos, que afastou investimentos, principalmente nas áreas de fósforo e potássio.

No período recente, verifica-se o aumento da demanda de fertilizantes pelos países em desenvolvimento: Brasil, China, Índia, Paquistão e outros (Tabela 2). A presença de subsídios e novas técnicas de cultivo incrementam o consumo, dão sustentação à oferta e elevam os preços internacionais. Contudo, mesmo sendo o quarto consumidor mundial de fertilizantes (5,2% do total), o Brasil não tem a menor condição de influir na formação dos preços internacionais.

Destaca-se que os preços de fertilizantes nitrogenados – Uréia, Sulfato de Amônia, etc. – são diretamente relacionados com os preços do petróleo, do Gás, da Nafta e da Amônia, todos em ascensão.

No mercado de fósforo, houve redução do número de fornecedores. Atualmente, os grandes exportadores são os Estados Unidos (uma empresa), Marrocos (uma empresa) e a Rússia (uma *holding*). Os demais países produtores são pouco expressivos. Também no mercado de potássio o número de fornecedores foi reduzido. Os grandes exportadores são: Canadá (uma empresa), Alemanha (uma empresa) e Rússia (duas empresas). Outros países são poucos expressivos. Os produtores de fósforo e potássio vêm reajustando os seus preços na mesma proporção da desvalorização do dólar, pois segundo eles, seus custos internos são efetuados em moedas locais – Euro, Dólar Canadense, Rublo.

Por fim, registra-se que os problemas adicionais para oferta decorrem de aspectos logísticos – portos, transporte, armazenagem, demurrage, fretes caros, etc; aumento dos fretes marítimos internacionais em até duas vezes nos últimos três anos.

A situação piora ainda mais na medida em que as indefinições postergam entregas e retiradas somente para o pico da safra, acentuando os gargalos sazonais (Tabela 3).

Tabela 3. Valor dos fretes marítimos internacionais

MERCADO INTERNACIONAL
Fretes (US$/TON)

Origem	OUT/03	AGO/04	AGO/05	AGO/06
Báltico	15/17	40	25/30	30/35
Blacksea	18/22	35/40	12/30	30/32
Tampa	15/18	25/30	23/36	25/27
Hopwell/Nokfolk	18/22	30/35	30/35	27/29
Taxas de demurrage				
. Navios pequenos (+/- 25.000t) - US$ 15.000/dia a US$ 18.000/dia				
. Panamax - US$ 30.000/dia a US$ 35.000/dia				

Rações e Alimentos para Animais

O Brasil ocupa a 3ª posição no ranking da produção mundial de alimentos para animais, atrás apenas dos Estados Unidos e da China (Figura 4).

Para complementar o abastecimento interno, a indústria de alimentação animal importou no ano de 2005 cerca de US$ 400 milhões em insumos sem similar nacional, correspondente a 4,3% do faturamento da indústria nacional. O Brasil é o principal produtor da América Latina (Figura 5).

Transgênicos

É um dos temas globais de maior repercussão no Brasil. Segundo o Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia

Figura 4. Produção mundial de rações

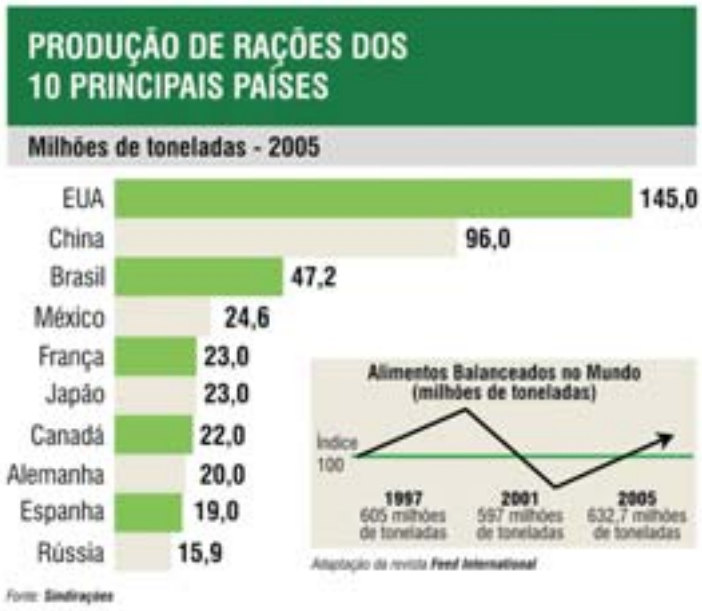
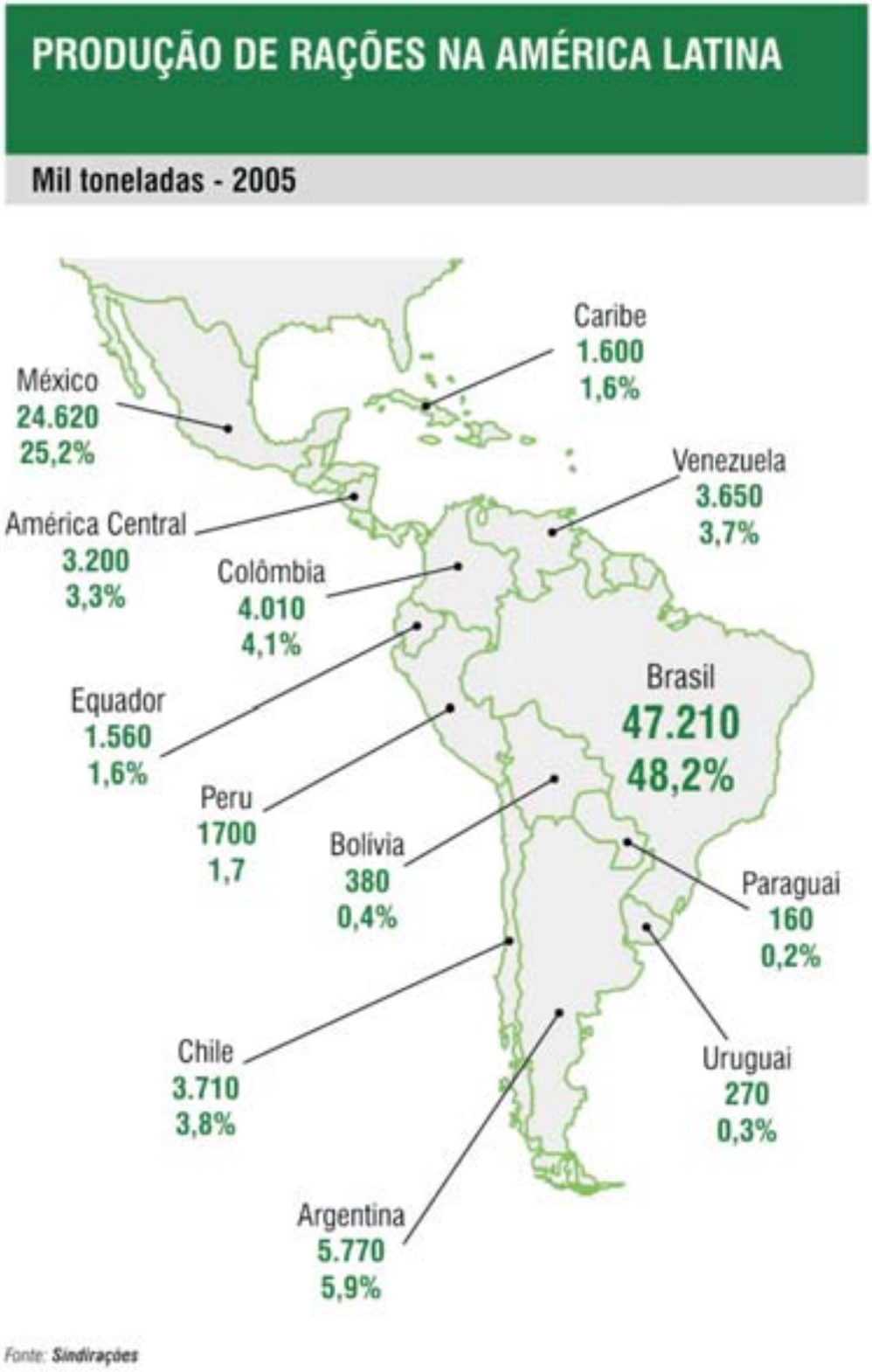


Figura 5. Produção de Rações na América Latina



(ISAAA), em 2005 houve aumento de 11% na área global de plantações transgênicas. Desde o começo de sua comercialização, em 1996, a área global de plantações transgênicas aumentou mais de cinqüenta vezes, passando de 1,7 milhão de hectares cultivados em seis países para 90 milhões de hectares em 21 países em 2005.

O Brasil tornou-se o terceiro maior produtor de alimentos transgênicos em todo o mundo, em 2005, com um aumento estimado de 88% na área de soja transgênica. O país que mais planta OGMs é os Estados Unidos, seguido da Argentina.

Hoje, 14 dos 21 países que plantam transgênicos alcançaram um *status* de "mega-países biotecnológicos" plantando 50 mil hectares ou mais em 2005, incluindo os Estados Unidos, Argentina, Brasil, Canadá, China Paraguai, Índia, África do Sul, Uruguai, Austrália, México, Romênia, Filipinas e Espanha.

Em nível mundial, a soja GM continuou sendo a principal lavoura GM em 2005, ocupando 54,4 milhões de hectares (60% da área GM global), seguida pelo milho (21,2 milhões de hectares com 24% da área GM global), algodão (9,8 milhões hectares com 11%) e canola (4,6 milhões de hectares com 5,0% da área global semeada com lavouras GM).

Entre os benefícios econômicos, ambientais e sociais na adoção de lavouras GM destaca-se a Receita Líquida Adicional Estimada de US$ 6,5 bilhões em 2005, sendo que a Receita Líquida Acumulada em nível global, de 1996 a 2004, atingiu US$ 27 bilhões. Esse resultado deve-se ao incremento da produtividade, redução nos custos primários de produção e flexibilidade operacional.

Quanto ao ambiente interno, desde 2004, com o agravamento da estiagem que castigou o Sul do país, o desempenho do setor de insumos tem sentido as conseqüências. Na Tabela 4, está apresentado o desempenho do mercado de insumos agrícolas nesses dois últimos anos.

Calcário

A queda nas vendas de calcário em 2005 foi de 35% na comparação com 2004. Observa-se que os estados tradicionais na produção de grãos – Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás e Paraná – foram os que registraram as maiores quedas. Por outro lado, os estados de São Paulo e Minas Gerais, onde a produção de cana-de-açúcar, laranja, café e madeira destacam-se, o consumo de calcário aumentou 11% e 18%, respectivamente. A forma mais econômica, e, conseqüentemente, amplamente difundida para correção da acidez do solo é a calagem, em outras palavras, a incorporação ao solo de rocha calcária moída.

A calagem é um investimento de baixo custo e alto retorno econômico, que potencializa o efeito de todos os componentes essenciais ao crescimento da planta e de seus frutos, como comprovado pela pesquisa brasileira e mundial. Segundo a Associação Brasileira de Calcário Agrícola (ABRACAL) a necessidade de utilização do calcário no Brasil seria de 71 milhões de toneladas enquanto que em 2005 foram comercializados apenas 17,2 milhões de toneladas.

Sementes

A ABRASEM estima que o valor total de vendas de sementes em 2005 seja da ordem de R$ 6,5 bilhões. O mercado legal é responsável por R$ 3,6 bilhões, mas os altos impostos e produtos ilegais fazem com que o consumo irregular chegue a R$ 2,89 bilhões, provocando perda de R$ 153,4 milhões em arrecadação de impostos. A pirataria de sementes, vindas principalmente da Argentina, só tem agravado a situação.

A semente pirata constitui-se um risco considerável para a agricultura brasileira. Traduz-se num vetor de baixa tecnologia e de produtividade, de desassistência e desestímulo à pesquisa e ao parque sementeiro edificados ao longo dos últimos 30 anos.

Tabela 4. Mercado nacional dos insumos agrícolas em 2004 e 2005

Insumos	Quantidade ou Faturamento	Unidade	Jan a Dez de 2004	Jan a Dez de 2005	Variação (%)
Calcário : Brasil	**Quantidade vendida**	**Mil t**	**26.457**	**17.120**	**-35%**
MT	"	"	6.415	2.786	-57%
PR	"	"	5.654	3.002	-47%
MG	"	"	3.082	3.645	18%
SP	"	"	2.273	2.527	11%
GO	"	"	3.100	1.600	-48%
RS	"	"	1.973	743	-62%
ES	"	"	230	210	-9%
Outras	"	"	330	2.607	-30%
Sementes: Legais	**Faturamento**	**R$ milhões**	**4.500**	**3.600**	**-20%**
Algodão	**Taxa de Utilização (1)**	**Percentagem**	61%	49%	-20%
Arroz	"	"	45%	43%	-4%
Feijão	"	"	25%	13%	-48%
Milho	"	"	84%	85%	1%
Soja	"	"	65%	54%	-17%
Sorgo	"	"	67%	74%	10%
Trigo	"	"	84%	71%	-15%
Piratas	**Faturamento**	**R$ milhões**	**2.154**	**2.890**	**34%**
Fertilizantes : Brasil No ano	**Quant. Entregue**	**mil t**	**22.767**	**20.194**	**-11%**
Regiões (2)					
Sul	"	"	6.612	5.452	-18%
Sudeste	"	"	6.094	6.284	3%
Centro-Oeste	"	"	7.609	6.175	-19%
Nordeste	"	"	2.260	2.090	-7%
Norte	"	"	192	184	-4%
Defensivos Agrícolas (3)	**Faturamento**	**R$ milhões**	**10.520,9**	**7.953,2**	**-24%**
Herbicidas	"	"	3.631,6	2.630,8	-28%
Fungicidas	"	"	3.760,3	2.426	-35%
Inseticidas	"	"	2.561,8	2.399,6	-6%
Acaricidas	"	"	194,4	174,9	-10%
Outros	"	"	372,8	321,3	-14%
Máquinas Agrícolas	**Quant.vend.merc.interno**	**unidades**	**35.987**	**21.383**	**-41%**
Tratores de rodas	"	"	28.699	17.587	-39%
Colheitadeiras	"	"	5.603	1.647	-71%
Outras	"	"	1.685	2.149	28%
Total de Financiamento (4)	**Volume de Recursos**	**R$ milhões**	**48.442,9**	**51.590,9**	**6%**

Fonte: ABRACAL, ABRASEM. ANDA, ANDEF e ANFAVEA . Elab: Câmara Temática de Insumos Agropecuários/SPA/MAPA

Obs: (1) Taxa de utilização: área cultivada, com o uso de sementes legais sobre a área total cultivada com o produto.

(2) Sul: RS,SC e PR; Sudeste: ES,MG,RJ e SP; Centro-Oeste: DF,GO,MT,MS e TO; Nordeste: AL,BA,CE,MA,PB,PE,PI,RN e SE; Norte: AC,AP,AM,PA,RO e RR.

(3) Mercado estimado em 85% do total.

(4) Crédito liberado pelo sistema financeiro para custeio, comercialização e investimento no ano-safra. Fonte: SPA/MAPA

É, em geral, portadora de doenças e pragas. No médio prazo traz grandes problemas para os agricultores e evasão de divisas para governo e detentores.

- Vulnerabilidade frente a novas pragas e doenças;
- Desestruturação da pesquisa não-royalty;
- Desestruturação do parque sementeiro;
- Evasão de impostos;
- Desinformação no campo;
- Redução de produtividade.

Entre os riscos para a agricultura brasileira que as sementes piratas acarretam, destacam-se:

- Fitossanitários: disseminação de pragas, doenças e plantas daninhas;
- Misturas varietais, baixo desempenho;
- Desuniformidade;
- Adaptação regional;
- Queda na produtividade;
- Distanciamento da tecnologia e treinamento;
- Baixa produtividade.

Fertilizantes

De acordo com a ANDA, o país entregou em 2005 20,2 milhões toneladas de fertilizantes, o que representa uma queda de 11,2% em relação a 2004, quando foram entregues 22,7 milhões de toneladas. A produção nacional de fertilizantes intermediários em 2005 ficou em 8,9 milhões de toneladas contra 9,7 milhões no ano anterior. No caso das importações, houve queda de 24,1% na comparação com 2004. O faturamento líquido setorial em 2005 foi de R$ 12,18 bilhões. Apesar de 2005 ter sido um ano com queda nas vendas, vale relembrar que o Brasil é 4º maior mercado mundial em consumo de fertilizantes. As previsões para 2006 apontam para uma nova redução nas entregas de cerca de 5% comparativamente ao ano de 2005. Essa queda deve-se aos seguintes fatores:

Gargalos no Setor Agrícola

1. Suporte/Recursos – Bancos/Governo, praticamente só prorrogações;
2. Grãos (cereais) – expectativa de redução margem/área/adubação;
3. Queda no nível de tecnologia;
4. Cana, café, citros e reflorestamento, apesar do aumento de margem/área/adubação não compensarão as quedas dos grãos/cereais (soja principalmente).

Gargalos Infra Estruturais

1. Dificuldades decorrentes de postergação de decisões: portos – demora nos embarques/desembarques de produtos (fila/demurrage); problemas/limitações das ferrovias e rodovias; limitações na capacidade de armazenagem. Como conseqüência, custos maiores e transferência inevitável para o agricultor.

Gargalos no Setor Fertilizantes

1. Perda/Prejuízo em 2005;
2. Renegociação/prorrogações das dívidas 2005/2006. Lavrador/Fornecedor;
3. Situação difícil – reflexos nos créditos de fornecedores e bancos nacionais;
4. Essa situação também afeta o crédito dos fornecedores perante os bancos externos – retração/preocupação/opções por outros países. (Mercado globalizado – aquecido/subsidiado);
5. Redução de capital de giro, (próprio/terceiros) – reflexo – menor crédito por produtor.

Um resumo da situação está apresentado na Tabela 5.

Defensivos Agrícolas

A redução no faturamento bruto das vendas

Tabela 5. Estimativa de entrega de fertilizantes por cultura no Brasil de 2003 a 2005

Culturas	ÁREA PLANTADA (1)			TOTAL DE ENTREGAS					
	2.003	2.004	2005	2.003		2.004		2.005	
	Mil Ha	Mil Ha	Mil Ha	Mil T	%	Mil T	%	Mil T	%
Soja	21.601	23.413	22.023	8.856	38,85%	9.014	39,59%	7.488	37,08%
Milho	12.865	12.186	12.772	3.860	16,93%	3.656	16,06%	3.193	15,81%
Cana-de-açúcar	6.252	6.568	6.587	2.688	11,79%	2.693	11,83%	2.832	14,02%
Café	2.390	2.540	2.478	1.315	5,77%	1.372	6,03%	1.412	6,99%
Algodão Herbáceo	1.160	1.263	924	1.044	4,58%	1.074	4,72%	785	3,89%
Arroz	3.774	4.005	3.115	868	3,81%	841	3,69%	654	3,24%
Trigo (2)	2.562	2.811	2.362	769	3,37%	759	3,33%	543	2,69%
Feijão	4.326	3.933	4.110	666	2,92%	590	2,59%	514	2,55%
Reflorestamento	4.806	5.449	5.700	384	1,68%	436	1,92%	513	2,54%
Fumo	462	498	503	485	2,13%	523	2,30%	503	2,49%
Laranja	824	898	907	406	1,78%	404	1,77%	426	2,11%
Batata	143	143	138	409	1,79%	372	1,63%	373	1,85%
Banana	495	513	513	158	0,69%	159	0,70%	164	0,81%
Sorgo	939	815	788	188	0,82%	163	0,72%	126	0,62%
Tomate	60	60	58	117	0,51%	114	0,50%	110	0,54%
Soma	**62.659**	**65.095**	**62.978**	22.213		22.170		19.636	
Outras	**4.721**	**5.329**	**5.582**	583	2,56%	597	2,62%	559	2,77%
Total	**67.380**	**70.424**	**68.560**	22.796	100,00%	22.767	100,00%	20.195	100,00%

Obs.: (1) - Dados revistos extraídos do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA/ IBGE
(2) - Plantio e colheita no próprio ano.
Fonte: IBGE/Empresas do Setor

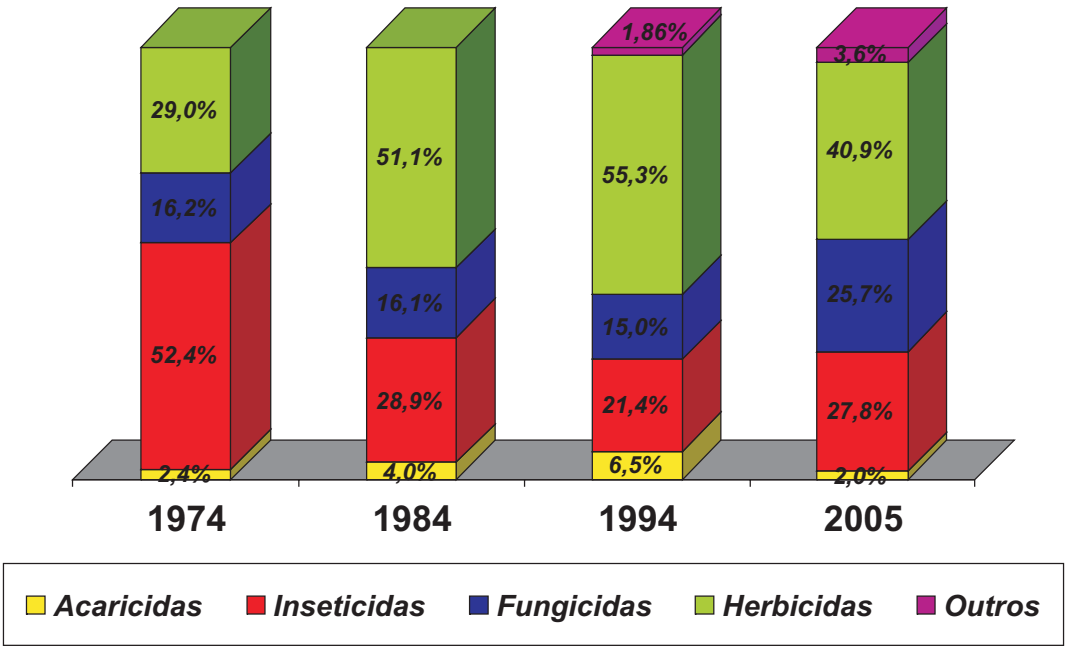
de defensivos em 2005 foi de 24,4% se comparado ao ano anterior, caindo de R$ 10,52 bilhões para R$ 7,95 bilhões. A redução no segmento herbicida foi de 27,6%, fungicidas, 35,5%, inseticidas, 6,3%, acaricidas, 10%, e outros, 13,8%. Entre os principais impactos no mercado de defensivos estão a forte redução de área das culturas de soja e algodão; redução da vendas de fungicidas (em 2005 os agricultores não se anteciparam na compra desses produtos, principalmente daqueles recomendados para o combate à ferrugem da soja); menor uso de tecnologia; restrição de crédito; crescimento da cana-de-açúcar e café; e compras perto da época de uso. A pesquisa representa 85% do mercado de defensivos.

A indústria de agroquímicos no Brasil é composta de 40 companhias, das quais 30 são multinacionais. Dessas companhias, 21 possuem plantas de manufaturas e os investimentos diretos no período 1999-2005 foram superiores a US$ 1,0 bilhão. Somente em 2005 a indústria de defensivos agrícolas investiu US$ 50 milhões em pesquisa e desenvolvimento. 9.800 empregos diretos são absorvidos na indústria.

O Mercado de fitossanitários no Brasil evoluiu de US$ 246,1 milhões em 1974 para US$ 4,2 bilhões em 2005, ou seja, 1.707%. A distribuição por segmento de mercado pode ser observada na Figura 6.

Cabe destacar a redução na participação relativa do uso de herbicidas e o substancial incremento do uso de fungicidas no período recente. A explicação para tais comportamentos pode ser atribuída, em grande medida, ao aumento

Figura 6. A Evolução do mercado de fitossanitários



Fonte: Andef

no plantio de sementes de soja geneticamente modificadas e a forte incidência de ferrugem asiática da soja.

No Brasil, em 2005, 70% do mercado de defensivos agrícolas estava concentrado em apenas quatro culturas: soja (44%), cana-de-açúcar (9%), algodão (10%) e milho (7%). Os principais estados produtores de grãos (Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e Mato Grosso) e mais o estado de São Paulo, tradicional no cultivo de cana-de-açúcar, respondem por 72% do total de defensivos agrícolas comercializados no mercado interno.

Cabe destacar que a evolução tecnológica na produção de agroquímicos tem possibilitado a redução maciça das dosagens empregadas no tratamento por hectare. Assim, entre as décadas de 1960 e 1990 observa-se a seguinte redução nas doses: herbicida – 88,4% (Figura 7.1), inseticida – 93,6% (Figura 7.2) e fungicida – 86,7% (Figura 7.3). Mais significante foi a redução alcançada no nível de toxidade dos inseticidas – 161 vezes. Mensurado em DL50 (mg/kg), quanto maior o DL50 menor o grau de toxidade (Figura 7.4).

O Brasil tem uma moderna legislação federal de registro para produtos agroquímicos em linha com as normas de registro requeridas pelos países industrializados. Para obter um registro nacional o produto necessita ser testado em condições locais e ter os dados de suporte baseados em estudos de resíduos locais para cada cultura a ser recomendada para registro. Além da legislação Federal existe em 22 Estados legislações estaduais específicas. No entanto, o processo de regulamentação dependente de três ministérios (MAPA, MMA e MS), o que tem tornado demasiadamente morosa a obtenção de registros.

Figura 7.1. Herbicida

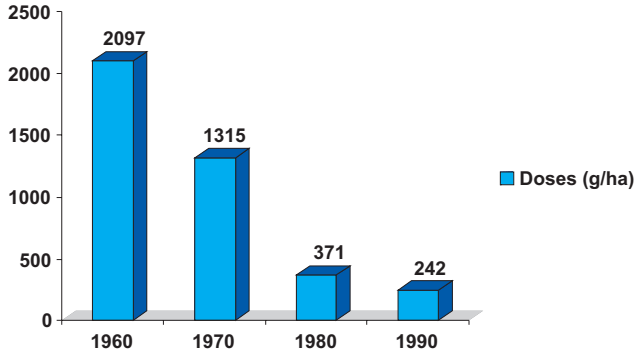


Figura 7.2. Inseticida

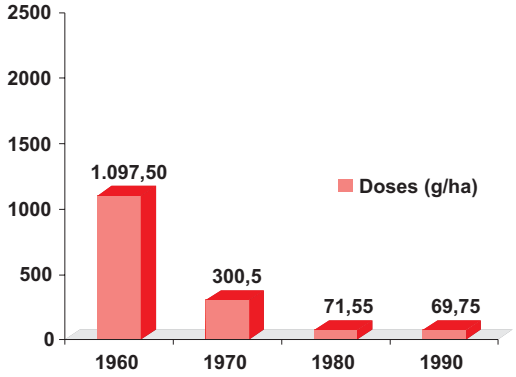


Figura 7.3. Fungicida

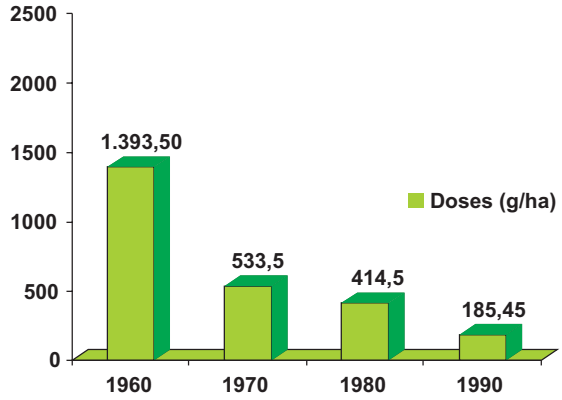
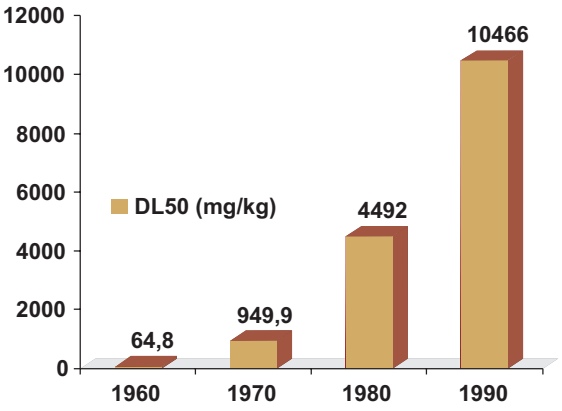


Figura 7.4. Redução de toxidade (inseticidas)



Recolhimento e Processamento de Embalagens Vazias de Defensivos Agrícolas

Os serviços são coordenados pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) que, mesmo com pouco tempo de existência, colocou o Brasil na liderança mundial em retirada de embalagens vazias de defensivos agrícolas do meio ambiente. Somente em 2005 foram recolhidas 17.881 toneladas de embalagens, crescimento de 28% em relação a 2004, quando foram retiradas 13.933 toneladas. Em relação ao ano de 2002, quando os trabalhos foram iniciados e recolhidas 3.762 toneladas de embalagens vazias, o aumento observado foi da ordem de 375%.

As 17.881 toneladas de embalagens retornadas em 2005 correspondem a 62% do volume comercializado pelos fabricantes em um ano agrícola. Desse total de embalagens recolhidas

nesse ano, 87% (15.544 toneladas) seguiram para reciclagem, e 13% (2.337) foram incineradas.

As embalagens, dependendo da matéria-prima empregada em sua composição, podem ser recicladas em até 16 tipos de material, tais como:caixa para fiação elétrica, conduíte, embalagem de óleo lubrificante, duto corrugado e madeira plástica.

A dinamização dessa prática, por meio de seminários, campanhas educativas para agricultores veiculadas na TV, como a "A Natureza Precisa de Você" – "Lava-me" e "Devolva-me", treinamentos, folhetos, adesivos, cartazes e banners, dias de campo como o Dia Nacional do Campo Limpo e concursos de desenhos, alcançou 89% dos agricultores.

Destaca-se que nos últimos quatro anos foram investidos no programa cerca de R$ 135 milhões, assim distribuídos: agricultor, 10% dos custos – relacionados ao transporte das embalagens da propriedade rural até a unidade de recebimento indicada na nota fiscal de compra do produto; revendedores e cooperativas, 20% dos custos – parte das despesas de construção e administração das unidades de recebimento e campanhas de educação e conscientização; indústria fabricante 70% dos custos – parte das despesas de construção e administração das unidades de recolhimento, campanhas de educação e conscientização e transporte das embalagens das unidades de recebimento ao destino final. Os recursos para o programa são oriundos das empresas associadas, sendo que apenas 16,5% dos custos são cobertos pelas receitas geradas pelo sistema.

Além dos benefícios ao meio ambiente e à saúde humana, o sistema de destinação final exerce importante função socioeconômica no país. Gera mais de 2.500 empregos diretos nos postos e centrais de recebimento de embalagens, associações de distribuidores, cooperativas, transportadoras, recicladoras e prestadores de serviços.

Campanha Contra os Agrotóxicos Ilegais

O SINDAG iniciou a campanha contra os agrotóxicos ilegais no ano de 2001, devido ao crescente uso destes produtos pelos agricultores brasileiros. Participam da campanha empresas associadas do SINDAG, e as revendedoras e cooperativas associadas da ANDAV (Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários), pois o problema afeta toda a cadeia produtiva dos defensivos agrícolas.

A campanha conta com o apoio do inpEV pois, através de convênio firmado com o IBAMA, é possível a retirada dos produtos apreendidos pelas autoridades fiscalizadoras e a sua destinação final que é a incineração em empresa certificada por órgãos oficiais de meio ambiente.

O problema do contrabando dos agrotóxicos vem chamando a atenção das autoridades por conta do risco que o uso destes produtos pode trazer para a saúde humana, e para o meio ambiente, além do aumento da criminalidade no país. A Polícia Federal desencadeou em 2005 a primeira grande operação de sucesso contra os agrotóxicos ilegais denominada "Operação Caaeté". O SINDAG participa do Painel de Colaboradores da Campanha Nacional de Combate à Pirataria do Ministério da Justiça.

Do início da campanha até o presente momento já foram apreendidas mais de 200 toneladas de agrotóxicos ilegais, com a detenção de aproximadamente 300 suspeitos. Estudo conduzido pela Price Waterhouse & Coopers no mercado paraguaio, origem da maior parte dos agrotóxicos ilegais apreendidos, estima que o valor do prejuízo causado às indústrias instaladas no Brasil, é de US$ 300 milhões.

Concomitantemente aos trabalhos internos no Brasil, estão sendo feitos contatos com autoridades diplomáticas, para obter apoio junto aos países de origem dos produtos contrabandeados para a

implementação da rastreabilidade dos defensivos agrícolas nesses países.

Rações e Alimentos para Animais

O segmento de alimentação animal está representado pelo Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal – SINDIRAÇÕES que, juntamente com a ANFALPET – Associação Nacional dos Fabricantes de Alimentos para Animais de Estimação, ASBRAM – Associação Nacional dos Fabricantes de Suplementos Minerais e ANDIFÓS – Associação Nacional para Difusão de Fontes de Fósforo em Alimentação Animal, formam um dos principais elos da cadeia produtiva das diversas proteínas animais.

A indústria de alimentação animal produziu em 2005 cerca de 47,2 milhões de toneladas de alimentos para animais, entre rações e suplementos minerais, contribuindo diretamente para a produção anual de 19,88 milhões de toneladas de carnes de bovinos, suínos e aves; mais de 25 bilhões de litros de leite e mais de 22 bilhões de ovos por ano.

Na Tabela 6 está apresentada a produção no período de 2002 a 2004.

O setor é composto por fabricantes e importadores de insumos básicos (vitaminas, aminoácidos, microminerais e aditivos da linha Feed Grade), fabricantes de pre-mixes, fabricantes de rações balanceadas completas e fabricantes de suplementos minerais que em conjunto faturam US$ 9 bilhões em 2003. O setor absorve 60% da produção nacional de milho e 40 % do farelo de soja. A ração representa 75% do custo total de produção da carne de frango, 66% do custo da carne suína e 30% do custo de produção do leite.

Tabela 6. Produção brasileira de ração

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE RAÇÕES						
COMPOSIÇÃO: MIL TONELADAS POR ESPÉCIE						
SEGMENTO	2005			2006 (Previsão)		
	1º Sem.	2º Sem.	TOTAL	1º Sem.	2º Sem.	TOTAL
AVICULTURA	**13.076,60**	**13.694,50**	**26.771,10**	**12.950,60**	**14.283,90**	**27.234,50**
Corte	11.138,00	11.718,10	22.856,10	10.934,70	12.149,90	23.084,60
Postura	1.938,60	1.976,40	3.915,00	2.015,90	2.134,00	4.149,90
SUINOCULTURA	**5.996,40**	**6.396,40**	**12.392,80**	**6.524,20**	**6.612,10**	**13.136,30**
BOVINOCULTURA	**2.524,60**	**2.850,60**	**5.375,20**	**2.576,20**	**3.113,70**	**5.689,90**
Leite	1.792,50	2.012,50	3.805,00	1.912,50	2.120,80	4.033,30
Corte	732,10	838,10	1.570,20	663,70	992,90	1.656,60
PET FOOD	**718,10**	**844,30**	**1.562,40**	**832,70**	**839,60**	**1.672,30**
EQÜINOCULTURA	**147,60**	**152,40**	**300,00**	**147,60**	**152,40**	**300,00**
AQÜICULTURA	**108,50**	**118,70**	**277,20**	**129,60**	**142,10**	**271,70**
Peixes	75,50	85,60	161,10	94,30	106,80	201,10
Camarões	33,00	33,10	66,10	35,30	35,30	70,60
OUTROS SEGMENTOS	**285,00**	**295,00**	**580,00**	**274,70**	**284,70**	**559,40**
TOTAIS	22.856,80	24.351,90	47.208,70	23.435,60	25.428,50	48.864,10

Fonte: Sindirações

Em 2005, as vendas tiveram crescimento, em volume, da ordem de 10%, puxado basicamente, pelo aumento de consumo nos segmentos de aves e suínos.

Para 2006, a queda na comercialização de fertilizantes está estimada em 10%, segundo dados preliminares. Os defensivos poderão sofrer redução de 20%, enquanto o setor de sementes deverá diminuir suas vendas em cerca de 10% e o de produtos veterinários, 20%, enquanto o setor de alimentação animal prevê um crescimento de 3,5%.

Crédito Rural

Tem sido um tema muito abordado nas reuniões da CTIA. Isso se explica pelo fato de que a agricultura brasileira ainda é muito dependente do crédito rural oficial. De um modo geral, os insumos respondem por cerca de 60% do custo de produção total da lavoura e por mais de 80% dos custos variáveis da produção de grãos, fibras e oleaginosas. Os produtores financiam a aquisição desses insumos junto ao sistema financeiro, junto às indústrias e fornecedores ou por meio de recursos próprios. A Secretaria de Política Agrícola do MAPA informa regularmente nas reuniões da Câmara o desempenho do crédito rural, assim como as medidas adotadas pelo Governo Federal em benefício do setor rural, diante das dificuldades ocasionadas por intempéries climáticas ou de comercialização enfrentadas pelos produtores rurais e suas cooperativas, com impactos diretos na indústria de insumos.

Diante da crise da agricultura a partir de 2004, as discussões de crédito no âmbito da Câmara tornaram-se mais profundas, contribuindo, inclusive, em um esforço conjunto com a Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio, para a aprovação junto ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT a linha de crédito denominada FAT – Giro Rural, que permite o refinanciamento de dívidas privadas dos produtores rurais e suas cooperativas perante os fornecedores de insumos.

Essa linha entrou em vigência no mês de junho/2005 e já no seu 1º ano foi aplicado cerca de R$ 1 bilhão. Ela sofreu ajustes ao longo desse período e a expectativa é de que, até o final de 2006, pelo menos R$ 3 bilhões sejam aplicados em empréstimos destinados ao equacionamento de dívidas privadas dos agricultores, diretamente ou por intermédio de seus fornecedores.

A linha FAT – Giro Rural está disponível em três modalidades: a) Aquisição de Títulos; b) Produtores Rurais; c) Fornecedores de insumos. As três modalidades admitem o refinanciamento de dívidas correspondentes a despesas de custeio das safras 2004/2005 e 2005/2006. Nessa última modalidade – Fornecedores de insumos – é permitido, ainda, o refinanciamento pelos fornecedores de dívidas relacionadas ao custeio da safra 2006/2007 que eles financiaram aos agricultores. Para tanto, as condições estabelecidas para empréstimos ao amparo dessa linha devem ser estendidas, pelos tomadores, aos produtores rurais e suas cooperativas. As operações poderão ser contratadas até o dia 31 de março de 2007. Têm prazo de vencimento de até cinco anos, incluídos até dois de carência, exceto no caso de refinanciamentos correspondentes a operações da safra 2006/2007, cujo prazo de pagamento foi fixado em 15 meses.

Sobre o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais – Moderagro, um dos principais instrumentos oficiais que o setor dispõe para investimento em recuperação de solos e de pastagens degradadas, especialmente em calagem, o MAPA tem buscado a ampliação de recursos para o Programa a cada safra, assim como, assegurar a sua disponibilidade durante o ano inteiro, de maneira que não haja interrupção na liberação de financiamentos. Nos anos em que os recursos para financiar o Programa exauriram-se antes do encerramento do ano-safra,

o MAPA solicitou e o Conselho Monetário Nacional autorizou o remanejamento de programas que apresentavam indicativos de sobra de recursos. Este ano agrícola, 2006/2007, estão autorizados para o Moderagro R$ 1,2 bilhão, a ser aplicado até 30 de junho de 2007.

Em que pese os esforços do Governo Federal para amenizar a dificuldade de liquidez pela qual atravessam os agricultores, em especial àqueles que se dedicam à produção de grãos, fibras e oleaginosas, sabe-se que as medidas adotadas em 2005 e 2006 não equacionam o problema por completo. Muitos agricultores irão continuar com dificuldades. É preciso que os agentes econômicos, direta ou indiretamente envolvidos no processo produtivo agrícola, sigam mobilizados na busca de mecanismos que contribuam para a recuperação da renda desses agentes, de maneira a mantê-los no processo produtivo.

Logística

Mais um assunto tem chamado a atenção dos integrantes da CTIA. Segundo estudo da Macrologística Consultoria é necessário eliminar os gargalos da infra-estrutura de transporte – um dos principais entraves ao desenvolvimento do agronegócio.

O Brasil gasta por ano US$ 8 bilhões a mais devido à inadequação da matriz de transportes. Isso significa gastar 20% do PIB com logística, sendo 2,7% em transporte. Os países da OCDE despendem na média 10% do PIB com logística. Já no Brasil a logística representa 30% dos custos operacionais do setor industrial. As despesas com atrasos nos embarques dos produtos do agronegócio nos portos (demurrage) somam cerca de US$ 1 bilhão.

É fundamental aumentar a participação dos outros modais na matriz de transportes, como o aquaviário e o ferroviário, de tal modo que fosse possível conseguir em dez anos, um incremento de 16% para 25% no modal aquaviário e de 21% para 34% no ferroviário o que traria uma redução no custo anual do transporte dos produtos do agronegócio de US$ 2,7 bilhões.

Biotecnologia

O período compreendido entre a sanção da Lei nº 11.105, em 24 de março de 2005, a promulgação de seu regulamento, através do Decreto nº 5.591, em 22 de novembro de 2005, culminando com a instalação, através da Portaria Ministerial nº 889, da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), em 23 de dezembro de 2005, resultou em um acúmulo de cerca de 538 processos protocolados e paralisados junto àquela Comissão, resultando no impedimento da continuidade e/ou implementação de programas de Pesquisa & Desenvolvimento de interesse público e privado, bem como na aprovação de liberação para produção e comercialização de produtos inovadores oriundos da biotecnologia moderna.

A morosidade da CTNBio compromete ainda mais o desenvolvimento do agronegócio nacional e retarda o esperado avanço do país nas áreas de Ciências e Tecnologia.

Em maio de 2006, a CTIA encaminhou a Proposição nº 001/2006 ao MAPA pedindo empenho desse Ministério junto à CTNBio, no sentido de agilizar o processo de análise e deliberação sobre os inúmeros pleitos junto a ela protocolados, dando a devida prioridade àqueles referentes à Solicitações de Liberação Comercial, Liberação Planejada no Meio Ambiente, Importação, Certificado de Qualidade em Biossegurança.

Nessa proposição, a Câmara manifestou seu reconhecimento ao empenho do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia em prontamente instalar a CTNBio, ato contínuo à promulgação do Decreto nº 5.591/05 (dezembro/2005), seguido da indicação de sua Presidência em fevereiro de 2006 que, de imediato, agilizou os processos de revisão/definição do Regimento Interno da CTNBio.

Entretanto, persistem por parte dos setores produtivos e demais setores relacionados à Ciência e Tecnologia, de forma geral, grandes preocupações em relação à morosidade com a qual vem se desenvolvendo o processo de análise e deliberação dos 538 pleitos protocolados desde há muito junto à CTNBio, correspondentes às Áreas Humana, Animal, Vegetal e Ambiental.

Tal situação torna-se ainda mais preocupante, considerando-se que novos pleitos vêm sendo continuamente protocolados e que processos remetidos para diligência deverão retornar à pauta em reuniões futuras, fato que pode comprometer ainda mais a sua capacitação em termos de análise e deliberações.

Diretrizes para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

Calcário Agrícola

A CTIA, articulada com as entidades que a compõem, trabalha pela criação do Programa Nacional de Correção da Acidez do Solo. Também propõe ações que levam à manutenção do programa Moderagro como fonte de financiamento, além de conseguir disponibilidade de recursos ao amparo desse programa durante todos os meses do ano. Outra frente trata da difusão da tecnologia e a necessidade de uma campanha de divulgação institucional dos benefícios da correção do solo. Por fim, trata da vinculação do crédito de custeio à correção do solo e da melhoria da logística de transporte do calcário.

Sementes

Uma das prioridades nas últimas reuniões tem sido garantir agilidade de procedimentos na regulamentação de sementes transgênicas, pautada na Lei de Biosegurança. Outra preocupação tem sido o Protocolo de Cartagena, com o objetivo de articular os agentes do agronegócio para que o agricultor brasileiro não seja prejudicado por uma perda de competitividade. A Câmara trabalha no sentido de estimular os investimentos no setor, a fiscalização para proibir o contrabando, o respeito à regulamentação de registros, a inspeção e a fiscalização e impedir os registros de campos irregulares. A Lei de Patentes, a propriedade intelectual e a política tributária completam os temas para os quais a CTIA busca melhorias no setor de sementes.

Fertilizantes

É um dos temas centrais da Câmara, que busca isonomia tributária entre o produto nacional e o importado, possibilitando ganho de competitividade do setor e incentivo a investimentos. A padronização da qualidade de produtos, a segurança de qualidade na cadeia produtiva e a adequação da infra-estrutura de importação e distribuição são prioridades para o setor de fertilizantes, pois tais medidas propiciam redução dos custos logísticos, bem como agilidade e otimização da frota nacional, fatos que contribuem para a redução dos custos em nível dos produtores. A consciência ambiental tem ocupado espaço cada vez maior na agenda, sempre relacionada à instalação de novas fábricas, reciclagem de produtos, otimização da oferta de produtos alternativos e desenvolvimento sustentado. Outra prioridade é a desoneração dos custos do frete marítimo, com a redução/eliminação da incidência do Adicional de Frete para Renovação da Frota da Marinha Mercante – AFRMM.

Defensivos Agrícolas

Nos próximos anos, a agricultura brasileira e o mercado de defensivos agrícolas serão impactados pelos avanços obtidos no âmbito da biotecnologia, pelo comportamento das variáveis macroeconômicas, sobretudo taxa de câmbio e de juros, por política fundiária que não gere insegurança e instabilidade no campo, pela maior simetria entre os órgãos de governo no que tange à regulamentação.

Os programas de financiamento, maior agilidade dos regulamentadores e incentivos a investimentos locais são alguns dos principais temas discutidos pela CTIA. A Câmara trabalha, também na busca de medidas para conter impunidades, o roubo de cargas, o contrabando e a falsificação de produtos, fatores que representam perdas significativas. Também no sentido de estimular a produção de agroquímicos no Brasil, procura soluções para que seja respeitada a regulamentação de registros, atenção à propriedade intelectual, exportação x importação, custo de inventário, preço de transferência e política tributária. Por fim, consta da agenda apoiar as ações inerentes ao recolhimento e processamento de embalagens vazias de defensivos agrícolas.

As ações terão como meta assegurar o abastecimento interno com produtos de boa qualidade e preços compatíveis com a estrutura de produção e a rentabilidade do setor agrícola.

Rações e Alimentos para Animais

A CTIA tem como um de seus objetivos colaborar para a aprovação de novo regulamento para o setor de alimentação animal, em substituição ao Decreto nº 7.698/76. Outra meta é contribuir para a implantação do Sistema Informatizado de Registro de Produtos para a Alimentação Animal.

Quanto à tributação, os componentes da Câmara desejam reduzir a zero a Alíquota do PIS/COFINS, assegurando isonomia ao que já foi concedido aos insumos agrícolas. Outra prioridade é rastrear os produtos destinados à alimentação animal, intensificando os serviços de inspeção e fiscalização, inclusive com a contratação de novos fiscais federais agropecuários pelo MAPA.

Política Agrícola

A CTIA atua em favor da disponibilidade e adequação de crédito ao produtor rural, inclusive na busca de alternativas de financiamento para o agronegócio. Alcançar a efetividade do seguro rural, mediante a eliminação dos entraves identificados. Desoneração dos setores produtores e distribuidores de insumos agropecuários, a fim de reduzir os seus preços e, conseqüentemente, os custos de produção dos agricultores. Apoiar as proposições do agronegócio brasileiro junto aos organismos internacionais, como por exemplo, a OMC e o Mercosul.

Biossegurança

Segundo estudos, o Brasil não está preparado para atender as exigências impostas pelo Protocolo de Biossegurança. Estima-se que, somente com a soja, o país tenha um custo adicional de US$ 2 bilhões a serem pagos pelo setor produtivo. Segundo ele, o acordo não atende aos interesses de exportação do agronegócio. Assim, a CTIA entende que as regras sobre o protocolo não podem ser ditadas por aqueles que não terão o ônus da conta.

Biotecnologia

O que merece maior destaque no curto prazo é o quorum para instalação da CTNBio. De acordo com o Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005, a reunião da CTNBio poderá ser instalada com 14 de seus 27 membros, incluindo pelo menos um representante de cada uma das áreas. O

parágrafo único diz que as decisões serão tomadas com votos favoráveis da maioria absoluta, exceto nos processos de liberação comercial, que exigem quorum de pelo menos dois terços dos membros. Assim, o principal entrave aos trabalhos da CTNBio é o quorum para liberações comerciais. A CTIA conclui que é preciso alterar o regimento, bem como acertar a ordem cronológica e as prioridades.

O tema sempre esteve presente nas reuniões da Câmara. Na reunião do mês de junho de 2006, foi criado um Grupo de Trabalho para discutir a Estratégia Nacional de Biotecnologia e interagir com o Grupo Interministerial constituído para esse fim. O GT é composto por representantes das seguintes entidades: Abag (coordenadora), Abifina, Abrasem, Andef, CNA, OCB, Sindirações e Sindan.

Este Grupo orientará as posições da Câmara em relação às questões levantadas no âmbito do Grupo Interministerial sobre a política de desenvolvimento da bioindústria, tais como: onde queremos chegar em termos de posicionamento, nacional e internacional, em quinze anos? O que é preciso fazer? Que medidas precisam ser tomadas já e ao longo dos próximos anos para atingir a posição desejada? O que é preciso fazer para situar o Brasil entre os países líderes na indústria biotecnológica, em termos de participação no comércio mundial? Onde estão as oportunidades para o Brasil e quais são as necessidades? Quais são os obstáculos a superar? Quanto o país precisa investir?

Por fim, a Câmara Temática de Insumos Agropecuários continuará subsidiando o MAPA para que este interceda junto a CTNBio no sentido de que essa Comissão promova, efetivamente, as análises e deliberações daqueles pleitos, em conformidade com os prazos e, com isso, atenda aos anseios e necessidades da comunidade científica, do agronegócio nacional e da sociedade civil como um todo.

Os resultados obtidos até aqui são apenas o começo e as diretrizes descritas acima, em relação aos diferentes segmentos do mercado de insumos, poderiam ser resumidas nos seguintes tópicos:

- Adequação da legislação sobre tributação;
- Melhorar a infra-estrutura de logística (produção e distribuição de insumos e produtos);
- Garantir a competitividade em biotecnologia;
- Inibir o contrabando e a pirataria;
- Intensificar a fiscalização e a inspeção;
- Ampliar a oferta de crédito;
- Esclarecer a opinião pública sobre transgênicos e outros produtos e serviços advindos da moderna biotecnologia;
- Esclarecer os produtores sobre a importância do uso do calcário na produção agrícola;
- Agilizar o processo de registro de defensivos agrícolas;
- Ampliar os serviços de retirada de embalagens vazias de defensivos agrícolas do meio ambiente;
- Reduzir os custos dos insumos para os agricultores.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação:

• Cristiano Walter Simon – Presidente

• Wilson Vaz de Araújo – Secretário Executivo

Colaboração:

- Alessandra Bassan Bonomo – ABRASEM
- Amaury P. Sartori – SINDAG
- Carlos Eduardo Florence – AMA BRASIL
- Dante D. G. Scolari – CAPADR
- Eduardo Daher – ANDA
- Fernado Carlos Becker – ABRACAL
- Mariana Pereira – AP Comunicação
- Mário Sérgio Cutait – SINDIRAÇÕES
- Milson da Silva Pereira – SINDAN
- Peter Ahlgrimm – ANDEF

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
- Assessoria de Gestão Estratégica – AGE/MAPA
- Associação Brasileira das Indústrias Moageiras do Milho – ABIMILHO
- Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG
- Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos – AENDA
- Associação Brasileira dos Produtores de Calcário Agrícola – ABRACAL
- Associação Brasileira dos Produtores de Sementes – ABRASEM
- Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais – ALANAC
- Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica – ABIQUIF
- Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades – ABIFINA
- Sociedade Brasileira de Melhoramento de Plantas – SBMP
- Associação das Empresas Cerealistas do Brasil – ACEBRA
- Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil – AMA BRASIL
- Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF
- Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários – ANDAV
- Associação Nacional para Difusão do Adubo – ANDA
- Banco do Brasil S/A – BB
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA/SF
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR/CD
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN
- Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo – SINDUSFARMA
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
  - Secretaria Executiva – SE
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal – SINDIRAÇÕES
- Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – SINDAG
- Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN
- Sociedade Rural Brasileira – SRB

Bibliografia Consultada

ANDA (Associação Nacional para Difusão de Adubos). **Anuário Estatístico Setor de Fertilizantes – 1987 – 2006**. São Paulo, ANDA, 2005.

INPEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias). **Relatório Anual do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – 2005**. São Paulo, INPEV, abr.2006.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). **Plano Agrícola e Pecuário 2006/2007**. Brasília: MAPA, 2006.

SINDIRAÇÕES (Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal). **Experiência e Trabalho Sério: União e Força aos Associados**. São Paulo: Sindirações, 2006.

CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). **Indicadores da Agropecuária**. Brasília: CONAB, ago.2006.

Obs.: este documento foi fundamentado, basicamente, em apresentações, debates, apontamentos em atas (memórias) e encaminhamentos realizados ao longo desses dois anos de existência da Câmara Temática de Insumos Agropecuários – CTIA.

Câmara Temática de

Financiamento e Seguro do Agronegócio

Histórico

Ayrton Jun Ussami[1]

A Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio foi instalada no dia 28 de julho de 2004, em Brasília, DF, pelo então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues. Na ocasião foi indicado Presidente da Câmara, Manoel Félix Cintra Neto, Presidente da BM&F e para Secretário Executivo, Ivan Wedekin, Secretário de Política Agrícola do MAPA. Atualmente, a Secretaria Executiva da Câmara é ocupada por Edílson Guimarães, também Secretário de Política Agrícola do MAPA.

Economista, o Presidente da Câmara é um dos líderes da comunidade financeira nacional. Desde 1997 é Presidente do Conselho de Administração da BM&F e ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Bolsa Brasileira de Mercadorias. Faz parte de várias instituições representativas de segmentos do mercado e da sociedade, e da diretoria de uma série de entidades culturais e filantrópicas. No exercício de suas funções, Manoel Félix tem integrado as delegações brasileiras perante o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras das mais representativas entidades do panorama econômico e financeiro mundial.

O Secretário Executivo é economista formado pela Universidade de São Paulo, trabalha no MAPA, na área de Economia Agrícola, desde 1985. Foi Diretor do Departamento de Economia Agrícola de 1997 a 2006 e atualmente é o Secretário de Política Agrícola desta pasta.

Criada pela Portaria nº 56, de 8 de março de 2006 em função do forte crescimento do agronegócio e da necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos tradicionais de crédito, comercialização e seguro rural, objetivando a garantia de renda ao produtor, a Câmara conta com 33 instituições públicas e privadas em sua composição.

O Governo Federal está atento aos problemas do setor. A confluência de um conjunto de fatores conjunturais negativos tem estimulado a criação de medidas para favorecer o setor agrícola. Dentre as medidas estruturais discutidas pela Câmara para favorecer a agricultura nacional destacam-se as referentes ao seguro rural e novos instrumentos de financiamento de safras e apoio à comercialização. Para o maior desenvolvimento do seguro rural no País, o Governo está propondo um novo sistema de garantia do seguro, bem como priorizando a tramitação do projeto de lei que promove a abertura do mercado de resseguros.

[1] Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA, Supervisor da Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio do conselho do Agronegócio

Apresentação

Este documento, elaborado pela Secretaria de Política Agrícola, com a participação dos Órgãos e Entidades que compõem a Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio, tem com principal objetivo mostrar a situação atual do crédito e seguro rural, instrumentos indispensáveis para fortalecer e estimular a expansão e a modernização da agricultura e pecuária brasileiras.

Detalha o volume de recursos programados do Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2006/07 e destaca os novos instrumentos de financiamento e de apoio à comercialização.

Elenca uma série de ações e objetivos da política agrícola, refletidos nos planos agrícolas e pecuários e lista pontos importantes na agenda de demandas a serem incorporadas no planejamento das políticas de financiamento e seguro rural.

Manoel Félix Cintra Neto
Presidente da Câmara

Introdução

A Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio foi instalada no dia 28 de julho de 2004. A data é simbólica, pois marca o dia do agricultor e o aniversário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que completou 144 anos em 2006.

O objetivo dessa Câmara é criar um espaço democrático para a discussão do financiamento e do seguro rural, instrumentos imprescindíveis para o desenvolvimento do setor agropecuário. A Câmara também tem a prerrogativa de sugerir ações para o governo e o setor privado, além de instituir um elo de comunicação entre diversos pontos da cadeia para construir propostas de solução para questões conjunturais e estruturais relacionadas ao agronegócio brasileiro.

A idéia é que esse fórum possa ajudar a tornar mais acessíveis essas duas ferramentas importantes para o agronegócio brasileiro, o crédito e o seguro rural, principalmente com medidas que aumentem a oferta de recursos financeiros, tanto do sistema oficial como da iniciativa privada, e reduzam o custo médio efetivo da contratação do seguro pelo produtor.

Ambiente Externo e Interno

Para fazer frente aos desafios de uma economia dinâmica e interdependente no âmbito global, é indispensável para o agricultor preocupar-se permanentemente com a melhoria da qualidade e da produtividade de seus produtos. Um dos esteios para se alcançar eficiência e qualidade é a oferta de crédito para o setor.

Devido à estabilidade econômica, desde 1994 tem sido possível para o governo aumentar os programas de crédito para investimento, a juros fixos, de forma a permitir avanços estruturais no processo produtivo rural. Principalmente pela viabilização do incremento tecnológico da agropecuária brasileira, por meio da renovação do parque de máquinas, da correção dos solos, renovação das pastagens e aumento da infra-estrutura de armazenagem, dentre outros.

O crédito rural é um dos principais instrumentos de assistência à agricultura brasileira e conta com um sistema específico, o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, que incorpora bancos federais, estaduais, privados e bancos cooperativos, e é controlado e supervisionado pelo Banco Central do Brasil. São três as modalidades de crédito existentes: i) investimento; ii) custeio; iii) comercialização e armazenagem.

Evolução da Agroindústria e o Crédito Rural

O crédito rural, voltado para o financiamento da agroindústria, foi determinante para o sucesso e avanço do agronegócio. Nos anos 1970, o crédito abundante, fornecido em condições vantajosas pelo setor público, foi fundamental para o desenvolvimento da agroindústria e ampliação da fronteira agrícola. A combinação de taxas de juros baixas com mecanismos de empréstimos com garantia de compra, que transferia o risco de comercialização para o governo, garantiram a expansão do segmento, estimulando o aumento da área cultivada. A política de crédito permitiu acumular um estoque de máquinas que seria extremamente útil para a modernização do setor. O crédito favorecido também permitia compensar

o mercado fechado de insumos (fertilizantes, defensivos), que praticava preços maiores que os internacionais.

Nos anos 1980, com a crise fiscal do Estado, gradativamente o setor passou a utilizar mecanismos alternativos de financiamento da produção através de empresas de insumos, de comercialização (traders) e de processamento. Na década de 1990, o padrão de financiamento muda realmente. A política agrícola oficial passa a privilegiar programas nos quais o risco passava para as mãos do produtor.

Mecanismos como programa de escoamento da produção, contratos de opção de venda e linhas de crédito a juros fixos dos programas do BNDES/MAPA (como o Moderfrota) nascem com orientação para o mercado, de modo a reduzir o volume de subsídios e diminuir os estoques públicos.

Atualmente, o sistema oficial é responsável por cerca de 30% da parcela dos créditos para a agricultura. Estimativas apontam que as necessidades de financiamento do setor rural, em 2003, foram de R$ 110 bilhões, sendo R$ 31 bilhões, ou seja, 28%, liberados por meio do sistema oficial de crédito rural. Os 72% restantes estavam relacionados a créditos privados de fontes não bancárias, oferecidos por financiadores nacionais e internacionais, e recursos próprios.

É importante ressaltar que a formulação das diretrizes da política agrícola, inclusive a política de financiamento para o setor rural, é de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Isso significa que a recuperação da agricultura após períodos de crise como, por exemplo, a que houve na safra 2004/05, ou ainda a sustentabilidade do agronegócio, visando os resultados positivos e

Investimento ampliou fortemente a área plantada de grãos

Figura 1. Área Plantada de Grãos (Milhões de hectares)

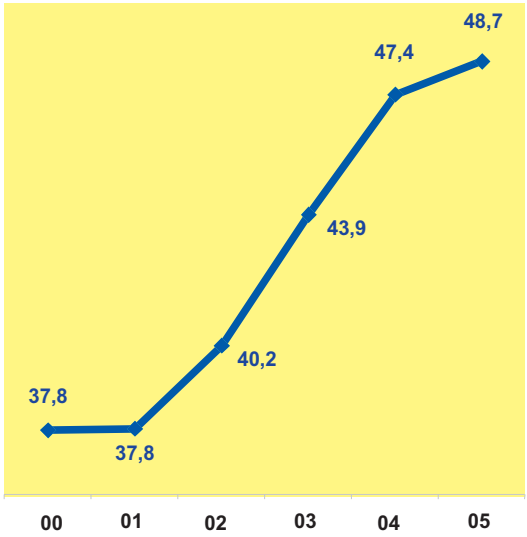
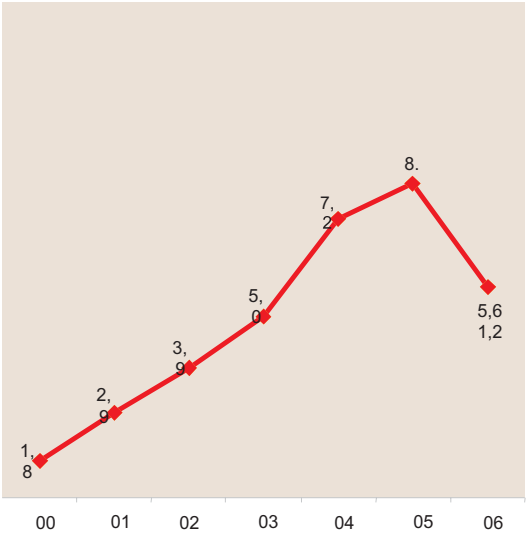


Figura 2. Crédito para Investimento (R$ bilhões)



Fonte: CONAB; BNDES; BACEN; MAPA

crescentes, depende da eficácia das políticas públicas.

As Figuras 1 e 2 refletem a importância do crédito oficial para investimento na expansão produtiva do setor agropecuário, denotando uma correlação direta entre aumento da área plantada e oferta de crédito para investimento. Não obstante, outra conseqüência direta do investimento no setor é o inegável aumento da produtividade.

As principais linhas de investimento para o agronegócio, oriundas de recursos do BNDES e com a equalização das taxas de juros do orçamento do MAPA, estão nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1. Programas de investimento para a safra 2005/06 (R$ milhões)

Programa	Aplicação Safra 2004-05	Programação Safra 2005-06	Limite de Crédito por Operação (R$ mil)	Encargos Financeiros (% a.a.)	Prazo Máximo (anos)	Principais Itens Financiáveis
Prodefruta (1)	257	200	200	8,75	8	Investimentos fixos e semifixos relacionados à implantação ou melhoramento de espécies frutíferas e em projetos de agregação de valor
Moderagro	1.025	1.200	200	8,75	5	Correção de solos, adubação verde, conservação de solos, recuperação de pastagens, sistematização de várzeas e adequação ambiental
Prodeagro (1)	257	300	200	8,75	5	Investimentos fixos e semifixos relacionados à floricultura, ovinocaprinocultura, aqüicultura, apicultura, suinocultura, avicultura, sericicultura e pecuária leiteira; projetos de adequação sanitária e ambiental
Moderinfra (1)	362	700	600	8,75	8	Investimentos fixos e semifixos direcionados à agricultura irrigada e à instalação e modernização de armazéns nas propriedades rurais
Prodecoop	280	550	35.000 (2)	10,75	12	Investimentos fixos e semifixos destinados às estruturas cooperativas visando agregação de valor à produção agropecuária; projetos de adequação sanitária e ambiental
Propflora	28	100	150	8,75	12	Investimentos fixos e semifixos destinados ao plantio e produção comercial de florestas, recomposição de reserva legal e produção de madeira para queima na secagem de grãos
Moderfrota	3.016	5.500	Ver nota (3)	9,75 ou 12,75 (3)	5 8	Tratores agrícolas, implementos associados e equipamentos para beneficiamento de café Colheitadeiras
Proger Investimento	84	100	56	8,00	8	Investimentos fixos e semifixos destinados a pequenos produtores
Subtotal	**5.309**	**8.650**				
Finame Agrícola Especial	535	500	-	13,95	5	Máquinas e equipamentos, inclusive para beneficiamento de algodão, frutas, sementes, pescados, entre outros (exceto os financiáveis no Moderfrota); manutenção ou recuperação de tratores agrícolas; aquisição de aviões de uso agrícola
Total	**5.844**	**9.150**				

Notas:
(1) Limites para contratação coletiva: Moderinfra (R$ 1,8 milhão); Prodefruta (R$ 600 mil) e Prodeagro (R$ 600 mil).
(2) Pode ser ampliado em até 100%, desde que o adicional seja utilizado em empreendimentos da cooperativa em outras Unidades da Federação ou no âmbito de cooperativa central.
(3) Produtores com renda bruta anual de até R$ 150 mil, 100% do valor do bem à taxa de juros de 9,75% a.a.; renda bruta igual ou superior a R$ 150 mil, 90% do valor do bem à taxa de juros de 12,75% a.a. Para café, limite de R$ 20 mil.
Fonte: MAPA/SPA; MF; BNDES

Tabela 2. Programas de investimento para a safra 2006/2007 (R$ milhões)

Programa	Programado Safra 2005- (R$ milhões)	Programado Safra 2006- (R$ milhões)	Limite de Crédito por Operação (R$ mil)	Encargos Financeiros (% a.a.)	Prazo Máximo (Anos)	Principais Itens Financiáveis
Prodefrutá	200	150	200	8,75	8	Investimentos fixos e semifixos relacionados com implantação ou melhoramento de espécies frutíferas, e em projetos de agregação de valor.
Moderagro	1.200	1.200	200	8,75	5	Correção de solos, adubação verde, conservação de solos, recuperação de pastagens, sistematização de várzeas e adequação ambiental.
Prodeagró	300	500	200	8,75	5[5]	Investimentos fixos e semifixos relacionados com floricultura, ovinocaprinocultura, aqüicultura, apicultura, suinocultura, avicultura, sericicultura, pecuária leiteira e implementação de sistemas de rastreabilidade de bovinos e bubalinos.
Moderinfrá	700	500	600	8,75	8	Investimentos fixos e semifixos direcionados à agricultura irrigada e à instalação e modernização de armazéns nas propriedades rurais.
Prodecoop	550	450	35.000 [2]	8,75	12	Investimentos fixos e semifixos destinados às estruturas cooperativas visando agregação de valor à produção agropecuária.
Propflora	100	100	150	8,75	12	Investimentos fixos e semifixos destinados ao plantio e produção comercial de florestas, recomposição de reserva legal e produção de madeira para queima na secagem de grãos
Moderfrota	5.500	3.000	100% [3] 90% [3]	8,75 [4] 10,75	5 6	Tratores agrícolas, implementos associados, colheitadeiras e equipamentos para beneficiamento de café; tratores e colheitadeiras usados.
Prolapec	-	200	300 [6]	8,75	5	Investimentos fixos, semi-fixos e custeio associado no âmbito de projetos de sistemas de integração de agricultura com pecuária.
Proger Investimento	100	100	56	8,00	8	Investimentos fixos e semifixos destinados a pequenos produtores
Finame Agrícola Especial	500	200	-	12,35	5	Máquinas e equipamentos, inclusive para beneficiamento de algodão, frutas, sementes, pescados, entre outros (exceto os financiáveis no Moderfrota); manutenção ou recuperação de tratores agrícolas; e aquisição de aviões de uso agrícola
Total	9.150	6.400				

Notas:
(1) Limites para contratação coletiva: Prodefruta (R$ 600 mil), Prodeagro (R$ 600 mil) e.Moderinfra (R$ 1,8 milhão).
(2) Pode ser ampliado em até 100%, desde que o adicional seja em empreendimentos da cooperativa em outras Unidades da Federação ou no âmbito de cooperativa central.
(3) Do valor do bem financiado.
(4) Renda bruta anual de até R$ 250 mil.
(5) Investimentos destinados à suinocultura e à avicultura o prazo é de até 8 anos.
(6) O limite pode ser elevado para até R$ 345 mil, para o beneficiário que comprovar a existência de reservas legais e de área de preservação permanente.
Fonte: MAPA/SPA; MF; BNDES

Pontos de Discussão e Perspectiva de Agenda

No transcorrer dos trabalhos e reuniões da Câmara são expostos diversos assuntos. A presença de setores não governamentais oportuniza uma discussão mais prática e realista dos temas e, ao mesmo tempo, reivindicadora, na medida em que representantes destes setores cobram ações do Governo Federal. Essa interação é positiva e respalda as iniciativas da Câmara, assim como legitima a sua própria existência.

Entre a agenda de demandas a serem incorporadas no planejamento das políticas referentes aos setores de financiamento e seguros estão os seguintes pontos:

- A necessidade de parcerias para investimentos em logística e infra-estrutura. Estes são gargalos históricos de diversos setores produtivos. A possibilidade de parcerias público-privadas, e um maior investimento por parte dos governos numa política mais desenvolvimentista, são vistos como necessários para a ampliação e consolidação do agronegócio;
- O incentivo ao desenvolvimento dos novos instrumentos de financiamento do agronegócio – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), Agrinote, CDA (Certificado de Depósito Agropecuário), WA (Warrant Agropecuário), Certificação de Armazéns, FIA (Fundo de Investimento do Agronegócio), Contrato Privado de Opção de venda e Contrato de Opção de Compra de Estoques Públicos, universalizando-os e tornando-os mais ágeis;
- A discussão sobre renegociações de dívidas rurais, notadamente PESA e SECURITIZAÇÃO. Há a discussão para a possibilidade de criação de um mecanismo de liquidação antecipada (PESA), pois quando os produtores buscam uma maneira de antecipar o pagamento, não estão encontrando condições de fazê-lo, uma vez que inexiste qualquer previsibilidade legal-burocrática para isto;
- Equacionar o endividamento rural no Nordeste. A falta de aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Nordeste, devido à inadimplência, consolida um paradoxo: as regiões com menor incidência de seca são mais agraciadas com os recursos do FNE. Portanto, é preciso estudar uma forma de equacionar esta iniqüidade;
- A agilização de aplicação de crédito para a comercialização em momentos de crise, como alta de estoques, custos elevados, preços decadentes e câmbio desfavorável, juntamente com políticas de suporte a preços e renda;
- Implementação e aumento da adoção do seguro rural, com ações que visem motivar as seguradoras a atuar no mercado. Isso inclui regras para a subvenção ao prêmio, ampliação do zoneamento agroclimatológico (inserção das culturas de safrinha) e sistematização do processo que coletará e trabalhará os dados que comporão a Central Estatística do Agronegócio.

Ações em foco nos planos agrícolas e pecuários

A resposta do MAPA às demandas do setor rural está refletida nas políticas contidas nos Planos Agrícolas e Pecuários. As medidas que possuem ligação com a política de crédito e financiamento rural são as seguintes:

- Expansão do volume total de recursos do crédito rural;
- Expansão relativamente maior do volume

de recursos com juros controlados;

- Manutenção dos encargos financeiros de todas as linhas de financiamento;
- Incentivo às iniciativas de preservação ambiental;
- Ampliação do investimento para agregação de valor nas propriedades rurais;
- Medidas de apoio ao setor cooperativista;
- Medidas emergenciais de apoio à agricultura.

Objetivos da Política Agrícola, Refletidos nos Planos Agrícolas e Pecuários

- Apoiar o produtor rural, para ajudá-lo a contornar as dificuldades presentes e a retomar o processo de crescimento da produção, de modo ambiental e economicamente sustentável, aumentando as oportunidades de inclusão social, geração de emprego e renda;
- Proporcionar a modernização e competitividade do agronegócio, mediante o financiamento de investimentos produtivos e da infra-estrutura do meio rural;
- Atrair recursos do mercado financeiro e de capitais para financiar o agronegócio, por meio dos novos instrumentos regulamentados no final de 2004;
- Reduzir o risco inerente à atividade agropecuária, por meio da expansão do seguro rural;
- Contrabalançar a tendência de queda da área plantada e redução do padrão tecnológico, com conseqüente retração da produção agropecuária;
- Reduzir os riscos de novas crises de liquidez no setor rural;
- Minimizar o impacto, da menor produção agrícola, nas contas externas e afastar a perspectiva de pressão inflacionária dos alimentos;
- Atenuar o impacto negativo da crise agrícola na atividade econômica e nos níveis de emprego e renda.

A Situação do Crédito Rural

O Plano Agrícola e Pecuário 2006/07 prevê a aplicação de R$ 60 bilhões no crédito rural. Para a agricultura comercial, está programada a aplicação de R$ 50 bilhões, valor 13% superior ao estimado para a safra anterior. Para a agricultura familiar, serão alocados R$ 10 bilhões em 2006/07, ante R$ 9 bilhões na safra passada.

No atual Governo, o volume de recursos do crédito rural cresceu 143%, passando de R$ 24,7 bilhões na safra 2002/03 para o montante recorde de R$ 60 bilhões, em 2006/07. Os recursos para financiar o custeio e a comercialização, que na safra 2002/03 somaram R$ 14,3 bilhões, foram ampliados em 190%. As linhas para financiar os investimentos na agricultura cresceram 71%, comparados aos R$ 5,03 bilhões da safra 2002/03.

Em relação ao PAP 2005/06, houve uma importante inovação, que contribuirá para a sustentabilidade da agricultura. Isto é, produtores que se enquadrarem nos itens a seguir poderão ter limite adicional de crédito de custeio:

- Os produtores que já praticarem ou apresentarem plano de recuperação de matas ciliares e reserva legal (15% de adicional);
- Os que utilizarem sistemas de rastreabilidade na produção pecuária (15% de adicional); e
- Os que comprovarem utilização de práticas de integração lavoura-pecuária (limites independentes entre custeio agrícola e custeio pecuário).

Safra 2005/06: Custeio, Comercializaçao e Investimento

Do total de recursos programados para o crédito rural no presente ano safra, R$ 44,35 bilhões (descontados aqueles destinados à agricultura familiar amparada pelo Pronaf), foram aplicados 98% – ou seja, R$ 43,53 bilhões. Em que pese a dificuldade enfrentada pelo setor agrícola no período, esse montante representa um acréscimo de 2 % em relação ao volume de crédito concedido na safra passada.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) também registrou desempenho positivo. O desembolso ao longo do ano-safra ficou 25% acima do realizado na safra 2004/05. Dos R$ 9 bilhões programados para a safra em curso foram aplicados R$ 7,0 bilhões (78%), contabilizando apenas os desembolsos realizados pelos bancos públicos federais e pelos bancos cooperativos.

Em resumo, as aplicações totais no crédito rural nesta safra registraram um aumento de 5% em relação ao volume de recursos aplicados na safra passada. Isto é, foram R$ 50,5 bilhões na safra em curso contra R$ 48,3 bilhões na safra anterior. Quando considerados todos os recursos destinados ao financiamento do setor rural no ano safra 2005/06, verifica-se que 73% foram aplicados à taxa de juros fixa.

Custeio e Comercialização

O volume de recursos aplicado em financiamentos de custeio e comercialização na safra 2005/06 chegou a R$ 38 bilhões – 10% acima do valor aplicado na safra anterior (R$ 34,7 bilhões). Esse aumento foi possível em virtude da maior disponibilidade de recursos oriundos da Caderneta de Poupança Rural, que registrou crescimento de 56% em relação ao ano passado, quando se considera taxa de juros controlada e não controlada.

Do total de recursos aplicados nessa finalidade, 64% foram concedidos a juros fixos da ordem de 8,75% ao ano. As principais fontes de financiamento de custeio e comercialização são os Recursos Obrigatórios (MCR 6-2), que respondem por 69% dos recursos aplicados à taxa de juros do crédito rural, seguido pela Caderneta de Poupança Rural, com 25%.

Cabe destacar, ainda, a retração em operações com CPR junto às instituições financeiras. O valor total das operações nessa safra foi de R$ 3,6 bilhões contra R$ 5,6 bilhões na safra passada, menos 36%. De certa maneira, essa retração foi compensada pela maior aplicação de recursos da Caderneta de Poupança Rural diretamente no financiamento de custeio e de comercialização.

Investimento

A crise vivida pela agricultura nessas duas últimas safras provocou forte retração na demanda por financiamentos de investimentos. Mesmo o Governo tendo disponibilizado para o ano safra 2005/06 um total de R$ 11,15 bilhões, as aplicações efetivas totalizaram somente R$ 5,44 bilhões, o que corresponde a 49% da programação inicial. Em relação à safra passada, a redução dos investimentos financiados com recursos controlados do crédito rural foi da ordem de 32%.

Os programas que registram maiores quedas foram o Moderfrota (54%), o Moderinfra (36%) e o Moderagro (18%). Por outro lado, destaca-se o crescimento nas aplicações de recursos ao amparo do Propflora (70%), Prodefruta (19%) e Prodeagro (7%).

Linha FAT – Giro Rural

Essa linha foi criada em meados de 2005 com o objetivo de possibilitar o refinanciamento de dívidas de produtores rurais e suas cooperativas junto aos fornecedores de insumos. O principal argumento para a sua criação reside na redução dos custos financeiros das operações originalmente contratas. Mas, embora o CODEFAT tenha autorizado R$ 3,0 bilhões para

essa linha, foram aplicados somente cerca de R$ 883 milhões.

Recentemente, foram feitos alguns ajustes na FAT Giro Rural. A linha refinanciará dívidas de custeio das safras 2004/05 e 2005/06, de produtores e cooperativas, contraídas junto às instituições financeiras. O prazo de pagamento foi ampliado de dois anos para cinco anos, com dois anos de carência. Com isso, espera-se que nos próximos meses sejam aplicados mais R$ 3 bilhões por intermédio dessa linha.

Plano Agrícola e Pecuário 2006/07

O Governo aprovou R$ 60 bilhões para o financiamento da safra 2006/07. Desse total, R$ 50 bilhões estão destinados à agricultura empresarial e R$ 10 bilhões para o Pronaf.

Para o financiamento de custeio e comercialização da agricultura empresarial, os recursos autorizados somam R$ 41,4 bilhões, dos quais 73% serão aplicados à taxa de juros controlada. Como os recursos destinados a investimento são integralmente aplicados à taxa fixa, a agricultura empresarial terá 77% do total de recursos aprovados para serem aplicados a taxas fixas, contra 68% na safra 2005/06.

Incluindo os recursos autorizados para o Pronaf, todo ele a taxas de juros controladas, verifica-se que dos R$ 60 bilhões autorizados pelo Governo Federal , R$ 48,7 bilhões serão aplicados a taxas de juros fixas, ou seja, 81%, contra 73% na safra passada.

Novos Instrumentos de Financiamento

Em 2004, foram criados novos títulos de crédito (regulamentados pela Lei nº 11.076, de 31 de dezembro de 2004). Estes papéis têm o potencial de modificar a forma de financiamento do agronegócio brasileiro. A idéia básica é atrair o investidor urbano, seja ele um pequeno poupador ou um grande fundo de pensão, a financiar a atividade rural, em complementação ao crédito regulamentado pelo Governo.

Mas como fazer isso, considerando as fortes diferenças culturais que caracterizam os tomadores e fornecedores potenciais de recursos? Construindo pontes de acesso entre os dois mundos, por meio dos novos títulos.

São três os títulos de refinanciamento do agronegócio: os Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Os títulos são lastreados em documentos representativos de financiamentos anteriores, os chamados recebíveis. Ou seja, qualquer título emitido por produtor rural que corresponda a uma promessa de pagamento futuro. São exemplos, as Cédulas de Produto Rural, as Notas Promissórias Rurais, as Duplicatas Rurais DRs, os contratos de fornecimento e exportação, etc., sempre emitidos por produtores rurais ou cooperativas.

Os três títulos diferenciam-se fundamentalmente pelo tipo de entidade emissora. O CDCA é de emissão exclusiva das empresas do agronegócio, como as cooperativas, as empresas supridoras de insumos à agropecuária e as que têm na produção agrícola a matéria-prima de suas atividades (indústria de processamento, comerciantes, exportadores). A LCA é de emissão exclusiva de instituições financeiras. E o CRA, de empresas de securitização.

Para melhor entendimento, podemos exemplificar com uma operação de LCA (Figura 3). Um banco tem um orçamento definido para financiar seus clientes do meio rural, que corresponde a 25% do saldo dos depósitos à vista de seus clientes. Atingido este orçamento, novos empréstimos somente seriam concedidos quando o produtor quitar o crédito rural tomado. Agora, o banco pode ampliar seu orçamento. Basta emitir

LCAs lastreadas nos títulos representativos das dívidas dos tomadores dos empréstimos (os agricultores) e vendê-las no mercado, obtendo assim novos recursos para financiar a agropecuária.

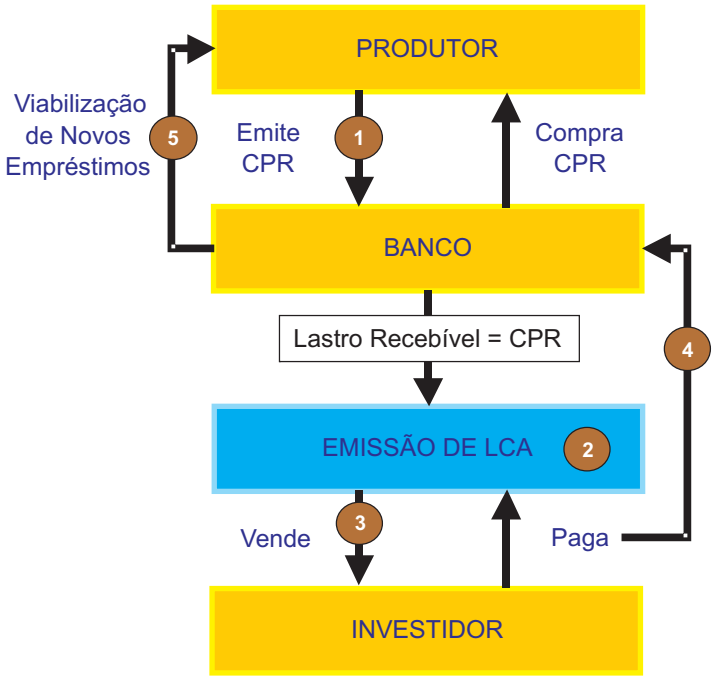
Conforme a Figura 3, por ocasião do plantio, o produtor procura um banco para obter recursos para a aquisição de insumos, por hipótese. Oferece ao banco uma Cédula de Produto Rural (CPR) de sua emissão, no valor dos recursos pretendidos, já embutidos os juros da operação. O banco concorda com a proposta e compra a CPR. O produtor rural terá então os recursos financeiros necessários à sua atividade. E terá o compromisso de pagar, no vencimento, a CPR ao banco.

O banco pode manter as CPRs assim acumuladas, emitidas por diversos clientes, em carteira, esperando o vencimento, quando os produtores saldarão suas respectivas dívidas. Pode também emitir uma LCA, com lastro em lotes de CPRs, e comercializá-la no mercado. Assim, um investidor urbano pode comprar esta LCA, fornecendo ao banco novos recursos para financiar novos empreendimentos agrícolas. Estará feita a ponte. O investidor urbano, comprador da LCA, terá provido ao banco recursos que financiarão outros agricultores, os quais, na situação anterior, não poderiam contar com a ampliação do crédito bancário.

Nos respectivos vencimentos, o produtor resgatará a CPR junto ao banco e este, também no vencimento, pagará a LCA a seu detentor, completando-se a operação.

Operação muito semelhante ocorre com uma empresa supridora de insumos à agropecuária. Naturalmente, alguns agricultores financiarão suas compras mediante a emissão de CPRs. No passado, a capacidade da empresa vendedora de financiar seus clientes era determinada por seu orçamento para esta finalidade ou a disponibilidade de capital de giro. Agora, este limite pode ser fortemente ampliado, pois a empresa pode usar as CPRs

Figura 3. Fluxo operacional da LCA – Letra de Crédito do Agronegócio



recebidas de seus clientes para lastrear CDCAs a serem colocados no mercado e, com isso, obter novos recursos para ampliar suas vendas (Figura 4).

Além do depósito à vista, tem-se os recursos de caderneta de poupança no Banco do Brasil e nos bancos cooperativos, que são obrigados a aplicar 55% e 65% dos saldos e crédito rural. Os recursos obrigatórios assim definidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural são aplicados a taxas favorecidas (no geral, 8,75% a.a.), são insuficientes para atender as necessidades dos agricultores. Mas se o governo ampliar o percentual de exigibilidade de aplicação e crédito rural, estará reduzindo a oferta de crédito e aumentando a taxa de juros para os demais setores da economia. Esse dilema só tem solução com a redução da taxa de juros da economia e com a construção da referida ponte entre o mercado financeiro e o agronegócio.

Com o advento do CDCA, o limite do orçamento das empresas para financiar a agropecuária desvincula-se do capital de giro das empresas e passa a depender, fundamentalmente, do grau de risco a que querem se expor e a sua credibilidade no mercado financeiro.

Já as operações com CRA são muito diferentes (Figura 5). A legislação impede que empresas de securitização assumam risco no mercado. Por esta razão, as operações com CRA são necessariamente estruturadas. Conforme o diagrama, a empresa de securitização identifica clientes dispostos a correr riscos de determinado tipo de empresas, como cooperativas tradicionais e de médio porte. A securitizadora compra os recebíveis de cooperativas com o perfil definido pelo investidor. E revende estes títulos ao investidor. Desta forma,

Figura 4. Fluxo operacional do CDCA

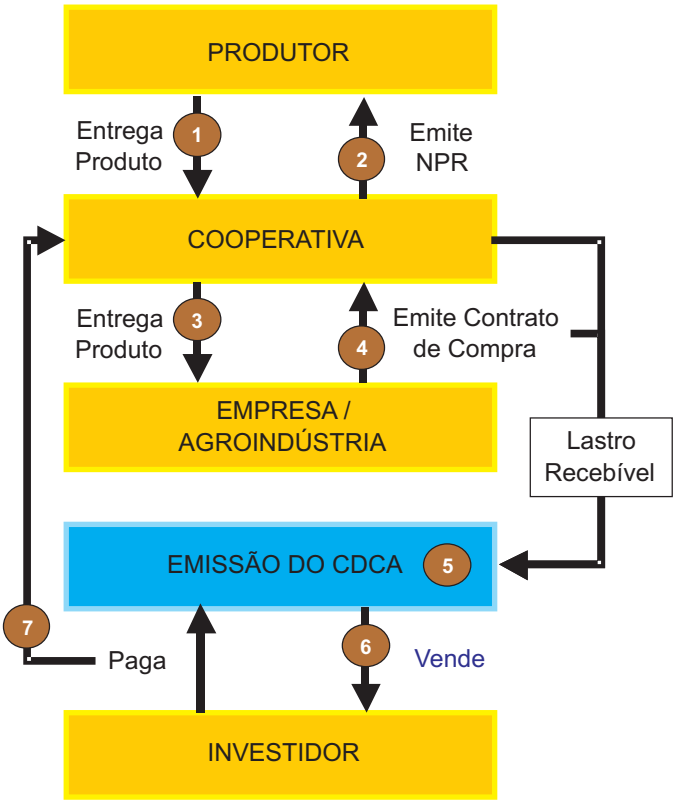
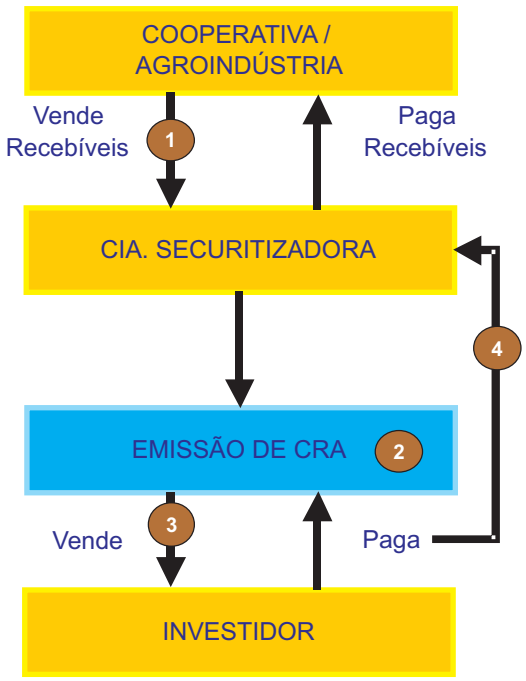


Figura 5. Fluxo operacional do CRA



o risco de inadimplência é integralmente assumido pelo investidor.

O interesse pelos novos títulos vem crescendo significativamente e as primeiras operações já foram estruturadas, tanto por bancos públicos como por entidades privadas. Até 11 de setembro de 2006, foram registrados na Cetip e na BM&F, 1.274 contratos, totalizando R$ 2,7 bilhões.

O MAPA trabalha agora para estimular o crescimento da utilização dos novos instrumentos privados de financiamento do agronegócio, observando as ações do setor privado para promover eventuais adequações da legislação específica.

Novos Instrumentos de Apoio à Comercialização

Contratos Privados de Opção de Venda e Prêmio de Risco de Opção Privada

A mencionada Lei nº 11.076, de 31 de dezembro de 2004, também criou os Contratos Privados de Opção de Venda. O instrumento funciona de modo similar ao clássico Contrato de Opção de Venda ao Governo, instrumento relativamente conhecido pelo mercado. Com o objetivo de sustentar as cotações de determinado produto, o Governo pode lançar leilões de contratos de opção de venda daquele produto, conforme preço, quantidade (27 toneladas por contrato), qualidade, local e prazo de entrega, previamente estabelecidos.

Os produtores que quiserem a garantia de poder vender seus estoques ao governo conforme estas condições, habilitam-se aos leilões e compram as opções, pagando um prêmio. Se, na data de exercício da opção os preços de mercado estiverem acima do estabelecido no contrato de opção, o produtor perderá o prêmio pago e venderá o produto no mercado. Se, no entanto, os preços estiverem abaixo daquele valor, o produtor entregará o produto ao Governo, recebendo

portanto um preço acima do de mercado. Ao comprar a opção e pagar um prêmio, o produtor está adquirindo uma espécie de seguro contra a queda de preço do produto.

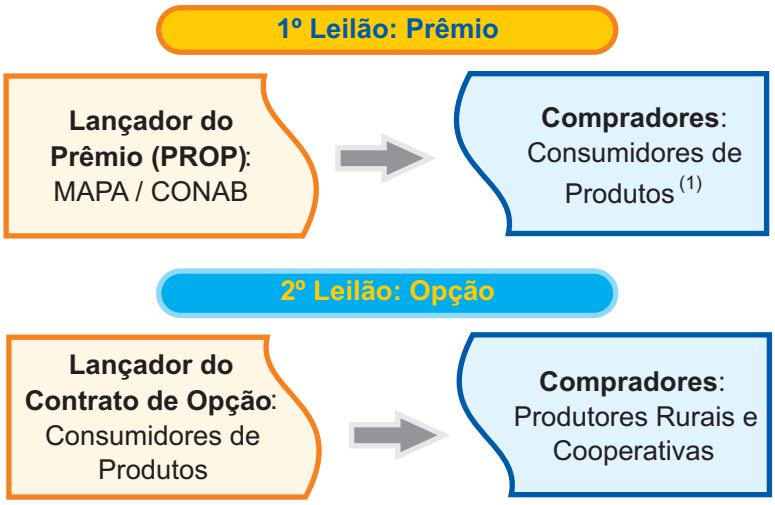
O Contrato Privado de Opção de Venda tem funcionamento similar. A diferença é que, no novo instrumento, quem lança as opções é o setor privado e não o governo, que sempre enfrenta sérias restrições orçamentárias à execução da política agrícola. O detentor da opção (produtor rural ou cooperativa), vendida em leilões, tem o direito, mas não a obrigação, de entregar o produto correspondente à empresa lançadora, a qual tem obrigação de receber o produto, desde que este corresponda às especificações estabelecidas por ocasião do aviso de leilão de venda das opções. Portanto, a entrega da mercadoria somente ocorrerá se, na data do exercício, o preço de mercado estiver abaixo do preço de exercício do contrato, da mesma forma do contrato público de opção de venda.

Para incentivar o lançamento de Contratos Privados de Opção de Venda, o Governo criou o Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP), o qual elimina o risco a que se expõe a empresa lançadora até determinado nível de preços.

Conforme a Figura 6, o processo inicia-se com a decisão governamental de realizar um leilão de PROP para viabilizar a realização, seguido de leilões de contratos privados de opção de venda. São anunciadas as condições, ou seja, o limite de recursos a serem comprometidos pelo Governo, os preços de exercício das opções de venda, as datas de exercício das opções etc. As empresas que se interessarem habilitam-se ao leilão de PROP. Neste leilão, não há pagamento de prêmio. Se a demanda de PROP pelas empresas privadas superar a oferta que o Governo se dispõe a fazer, o valor da garantia (o prêmio) será reduzido, até que as condições de oferta e demanda se igualem.

As empresas compradoras de PROP assumem a obrigação de lançar leilões de Contratos Privados de Opção de Venda para garantir um determinado preço ao produtor ou suas cooperativas. Vê-se que as cooperativas têm a vantagem de atuar em duas

Figura 6. Fluxo operacional dos leilões de Contratos Privados de Opção de Venda e Prêmio de Risco



Nota: (1) Cooperativas, comerciantes, indústrias, exportadores, etc.

pontas: como lançadoras de contratos de opção privada para seus produtores ou como compradoras de contratos de opção lançados por uma determinada empresa privada.

Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e Warrant Agropecuário (WA)

O Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e o Warrant Agropecuário (WA) são títulos de crédito lastreados na produção depositada em armazéns. Também foram criados pela Lei dos Novos Títulos Agrícolas, a Lei nº 11.076/04.

O CDA representa a promessa de entrega da mercadoria depositada. O WA confere direito de penhor sobre a mercadoria descrita no CDA. São títulos gêmeos, pois são emitidos no mesmo momento e se referem a um mesmo lote de mercadoria. São emitidos pelos armazenadores, mas pertencem aos detentores dos estoques. São obrigatoriamente registrados em centrais de registro de ativos autorizadas pelo Banco Central (Figura 7).

Conforme a Figura 7, o produtor colhe o produto, deposita-o no armazém de sua confiança e solicita do depositário a emissão simultânea do CDA-WA. De posse dos títulos, o produtor dirige-se a um banco e solicita o registro e custódia dos títulos em uma entidade autorizada pelo Banco Central (BM&F, Bovespa ou Cetip). A partir daí, a negociação dos títulos será necessariamente eletrônica. O WA permite a seu detentor penhorar o produto para garantir uma operação de empréstimo bancário. Já o CDA permite a seu detentor vender a mercadoria.

Na comercialização física há incidência de ICMS quando o produtor vende a mercadoria depositada. A tributação em cada uma das vendas encarece o produto, de modo que o produtor se via forçado a vender a mercadoria ao depositário ou ao consumidor final (em muitos casos, ambos eram a mesma figura, ou seja, uma indústria de processamento). Com o CDA-WA, a incidência de ICMS só ocorre quando da retirada do produto do armazém ou de seu processamento para consumo. O CDA/WA é também isento de Imposto de Renda.

Esta mudança legal permitiu ao detentor do CDA vendê-lo a alguém que não tem interesse final no produto físico. Um fundo de pensão, por exemplo, que deseja carregar o risco de mercado do produto depositado, apostando na alta de preços. Na prática, o CDA-WA possibilitou uma ampliação da demanda pela produção rural e, de outro lado, criou nova alternativa de investimento aos operadores do mercado financeiro.

O mercado segurador está preparando um novo modelo de apólice para garantia dessas operações. Encontram-se em estudo modificações na legislação sobre seguro rural quanto à armazenagem e ao transporte de produtos agropecuários, os quais objetivam reduzir os custos das operações.

Seguro Rural

O seguro rural no Brasil, com a promulgação do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, passou a fazer parte do Sistema Nacional de Seguros Privados, e constitui-se em um dos instrumentos mais importantes à disposição do produtor na gestão do risco da atividade agropecuária.

São grandes os efeitos sociais do seguro rural, na medida em que ele possibilita a reposição da capacidade produtiva do ruralista em caso de perda por evento adverso e induz o uso de tecnologia mais avançada na atividade rural, possibilitando que as seguradoras possam aceitar os riscos, o que reduz as demandas de recursos do setor agropecuário junto ao Governo.

Entretanto, o seguro rural desenvolveu-se muito pouco no país, como se pode verificar por meio da Tabela 3.

Atualmente, apenas seis seguradoras operam no Brasil com produtos de seguro agrícola: Companhia Seguradora Aliança do Brasil, Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A., AGF Brasil Seguros S.A., ACE Seguradora S.A., SBR – Seguradora Brasileira Rural S.A. e Companhia de Seguros Aliança do Brasil.

cobertura do tipo *stop-loss* no mercado internacional.

Os recursos do FESR são alimentados pelas sociedades seguradoras participantes do programa, pelos resultados positivos das operações do seguro rural, em cada exercício, por parcelas que variam

Tabela 3. Evolução do seguro rural no Brasil em R$ milhões

Item	2002/03	2003/04	2004/05
Capital Segurado	643,0	710,7	690,3
Prêmios Emitidos	38,0	38,1	37,0
Sinistros Pagos	5,9	105,7	78,5
Subvenção ao Prêmio	-	-	0,006

As modalidades de seguro rural ofertadas no mercado brasileiro são: agrícola, pecuário, aqüícola, de florestas, de penhor rural, de benfeitorias e produtos agropecuários, de vida do produtor rural e de cédula de produto rural – CPR.

No modelo atual, as operações vinculadas ao seguro agrícola, aqüícola, pecuário e de florestas oferecem a opção às sociedades seguradoras de recuperação das parcelas de sinistros retidos por elas e pelo IRB – Brasil Resseguros S.A., que excederem 50% de seus prêmios ganhos (retidos), líquidos das despesas administrativas e comissões de corretagem, junto ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – FESR.

Pode ser recuperada também a parcela que exceder a 250% dos prêmios mencionados, no caso de catástrofe. Neste último caso, incluem-se também os seguros de penhor rural. No intervalo entre 150% e 250% de sinistralidade, as seguradoras e o IRB têm a opção de buscar uma

entre 30 a 50% desses resultados, em cada exercício, nas modalidades do seguro rural, exceto os seguros de benfeitorias e produtos agropecuários, vida e CPR.

O Decreto-Lei nº 73/66 prevê crédito especial da União em caso de insuficiência de saldo no FESR para cumprir seus compromissos, mas as restrições quanto aos contingenciamentos orçamentários normalmente têm criado dificuldades para o bom funcionamento desse sistema.

No que se refere ao modelo ressegurador, existe no país um monopólio por parte do IRB - Brasil Resseguros S.A. que limita o mercado em função da sua capacidade de reter os riscos subscritos no segmento do seguro rural, principalmente na modalidade agrícola. Esse fato tem onerado os custos com resseguro e impossibilitado o desenvolvimento do mercado interno com coberturas mais adequadas, além de

tornar os processos de resseguros mais morosos.

A falta de um amplo banco de dados do segmento de seguro rural, com informações históricas sobre produções, sinistros e perdas, entre outras, inviabiliza uma mensuração mais acurada do risco, impactando negativamente sobre o estabelecimento dos valores dos prêmios utilizados na comercialização das apólices, tornando-os inadequados para o desenvolvimento do mercado de seguros rurais.

As informações estatísticas são particularmente relevantes na modalidade agrícola do seguro rural, além dos conhecimentos técnicos especializados, desde a contratação até a regulação e peritagem dos sinistros. Engenheiros Agrônomos e técnicos das sociedades seguradoras são demandados em várias fases do período coberto pelo contrato de seguro, desde a inspeção prévia em algumas culturas, até o cumprimento de diversas exigências contratuais.

Em linhas gerais, esse é o ambiente em que está inserido o seguro rural no país que, embora tenha uma das agriculturas mais competitivas do mundo, ainda não dispõe de um mercado de seguro rural amplamente desenvolvido.

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

As políticas públicas e privadas na área de seguro rural devem contemplar o fortalecimento dos quatro pilares:

- A subvenção econômica ao prêmio precisa contar com recursos suficientes e tempestivos, para que possa cumprir o seu objetivo de desenvolver o seguro rural no país;
- O Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – FESR precisa ser modernizado, para atender às exigências atuais e futuras do mercado, estabelecendo claramente o conceito de catástrofe e dispondo de recursos não contingenciáveis, para que possa realmente atender às suas finalidades;
- O mercado de resseguro deverá estar aberto ao acesso das resseguradoras internacionais, de forma que poderemos ter maiores ofertas nas subscrições de riscos por parte destes, devendo incrementar potencialmente esse mercado com ofertas de coberturas diferenciais para o mercado produtor;
- A necessidade da implementação no país de um centro catalisador de dados do mercado produtor, seja ele administrado por instituição pública ou privada, ou até mesmo em parceria público-privada, para dar suporte ao desenvolvimento de estudos atuariais mais adequados, quanto aos produtos de coberturas de riscos do seguro rural.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

Coordenação

- Manel Felix Cintra Neto – BM&F
- Edílson Guimarães – SPA/MAPA

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG
- Associação das Empresas Cerealistas do Brasil – ACEBRA
- Banco Central do Brasil – BACEN
- Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB
- Banco Cooperativo Sicredi S/A – BANSICREDI
- Banco da Amazônia – BASA
- Banco do Brasil S/A – BB
- Banco do Nordeste do Brasil – BNB
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
- Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F
- Brasil Resseguros S/A – IRB
- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal – CRA
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Comissão de Valores Mobiliários – CVM
- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN
- Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA

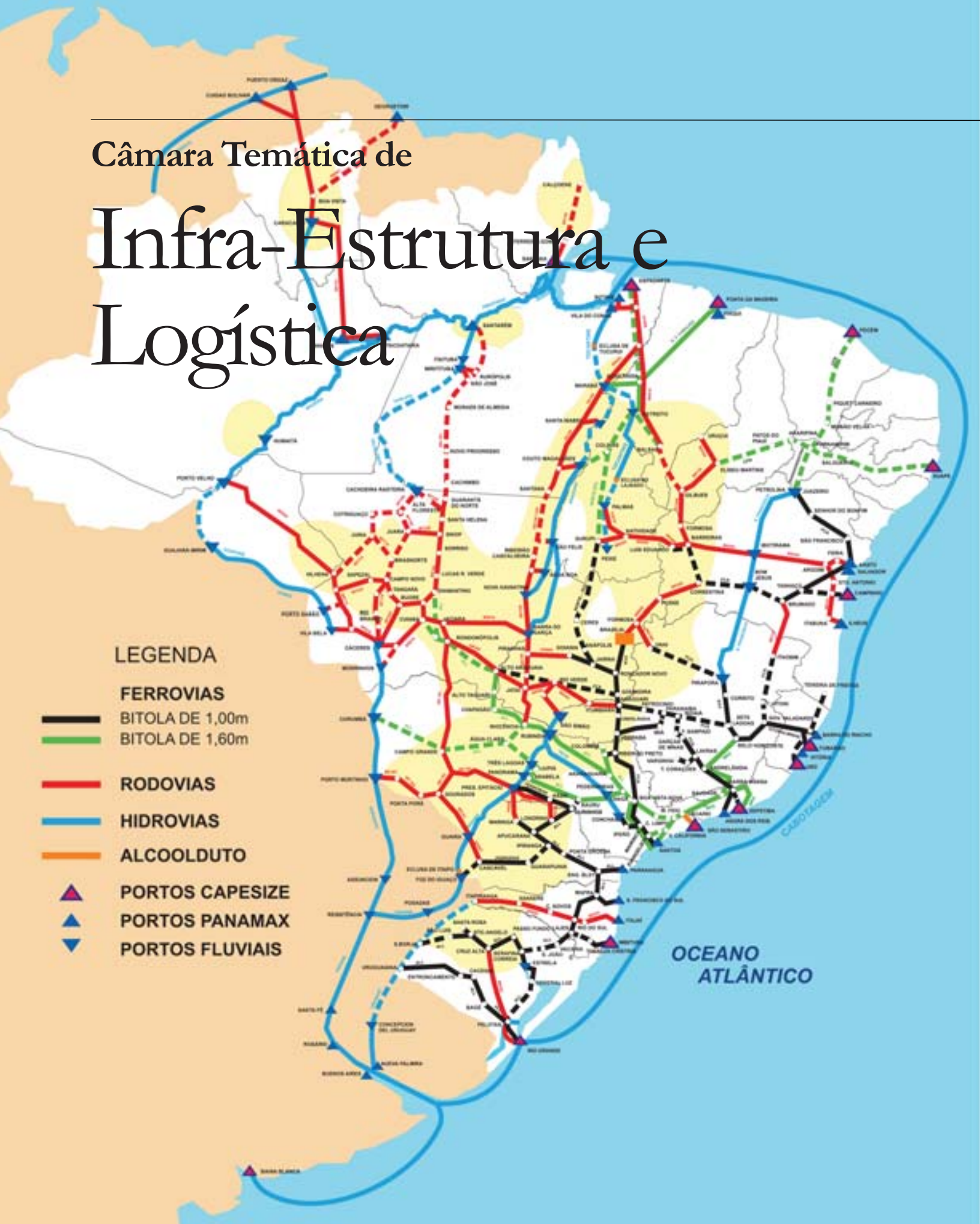
Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE

Secretaria Executiva – SE

- Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Secretaria do Tesouro Nacional – STN
- Sociedade Rural Brasileira – SRB
- Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

Câmara Temática de

Infra-Estrutura e Logística



Histórico

Francisco de Assis Mesquita Facundo[1]

A instalação da Câmara Temática de Infra-Estrutura e Logística do Agronegócio ocorreu no dia 29 de setembro de 2005, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte (MG), com a presença do então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, do Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, Deputado Federal Sila Brasileiro e do Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves. Na solenidade, o Ministro indicou como Presidente da Câmara o representante da Associação Nacional dos Usuários de Transportes de Carga – ANUT, Paulo Manoel Lenz Cesar Protasio, e como Secretário Executivo, o representante da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SDC/MAPA, Biramar Nunes de Lima. Por ocasião da 1º reunião ordinária, a indicação do Ministro para Presidir a Câmara foi referendada pelo plenário da Câmara.

A Câmara é composta por 63 órgãos e entidades e foi criada oficialmente com a edição da Portaria n° 27, de 18 de janeiro de 2006, posteriormente alterada pela Portaria n° 168, de 20 de junho do mesmo ano.

O Presidente da Câmara é empresário, formado em Direito com extensão em Administração de Empresas e Marketing Internacional. Realizou estudos e projetos, a convite das Nações Unidas, em setores de interesse da UNCTAD, UNCED, UIT, OMPI; foi Secretário de Desenvolvimento Comercial do Ministério de Indústria e Comércio e exerceu a Presidência da Empresa Brasileira de Turismo. Dirigiu ainda diversas outras entidades na área do comércio internacional. Recentemente fundou, junto com outras 60 instituições, o Instituto Pró-Modernização da Logística do Comércio Exterior Brasileiro (PROCOMEX), com o objetivo de incorporar as logísticas modernas junto a Alfândega, e, atualmente, preside a Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga – ANUT.

O Secretário Executivo da Câmara é formado em Direito, com especialização em gestão de negócios. Foi funcionário de carreira do Banco do Brasil por 34 anos, onde ocupou os cargos de Coordenador de equipe, Chefe de Supervisores e Subgerente de Agências; Assessor Especial de Diretor, Chefe Adjunto de Gabinete, Gerente de Liquidações, Chefe de Gabinete de Diretor, Chefe de Departamento, Gerente Geral de Cooperativas, Superintendente Executivo e Diretor da Diretoria de Agronegócios, na Direção Geral do Banco. Biramar foi Assessor Especial do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Conselheiro de Administração

[1]Chefe de Divisão da CGAC/SE/MAPA e Supervisor da Câmara Temática de Infra-estrutura e Logística do Agronegócio do Conselho do Agronegócio.

da PERDIGÃO e da CIA DE ARMAZÉNS GERAIS DE MINAS GERAIS. Atualmente exerce o cargo de Diretor do Departamento de Infra-Estrutura e Logística da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A criação desta Câmara Temática tem por objetivo contribuir como elemento de sustentabilidade e competitividade para o agronegócio brasileiro, tendo em vista que muitas destas estruturas estão, na prática, interligadas física ou logisticamente. Permite, ao agregar vários representantes de diversos setores da economia – responsáveis pela produção, armazenamento, transporte, distribuição e exportação – a busca de propostas que envolvam parcerias públicas e privadas (PPP), como também o desenvolvimento de transportes alternativos como o Multimodal, que une rios, trilhos e rodovias. A adoção das PPP, além de incrementar as oportunidades de novos investimentos para garantir a sustentabilidade do agronegócio, agregando valor às cadeias produtivas e beneficiando todos os segmentos sociais envolvidos, dinamiza o setor produtivo e aumenta a inserção de seus produtos de maneira competitiva nos mercados nacional e internacional.

Apresentação

A Câmara Temática de Infra-Estrutura e Logística do Agronegócio é um importante fórum de discussão dos interesses da cadeia do agronegócio.

Na medida em que dela fazem parte todos os agentes interessados na referida cadeia: setor produtivo, exportadores, tradings, agroindústrias, transportadores, representantes das instituições governamentais envolvidas, as sugestões apresentadas para compor a matriz de compromissos e ações de melhoria da infra-estrutura e logística para o escoamento da produção, insumos e seus derivados, armazenamento e comercialização melhor retratam as carências do setor e engrandecem a responsabilidade com a solução dos problemas.

Foi uma idéia feliz do então Ministro Roberto Rodrigues, pois os gargalos da infra-estrutura e da logística recaem sobre os ombros do produtor rural e a Câmara tem condições de apontar para as autoridades governamentais a necessidade e oportunidade de aplicação dos investimentos.

Em 11 meses de existência muitos assuntos de interesse do agronegócio foram encaminhados e já percebemos os resultados.

Por fim, cumpre-nos agradecer a crença e participação de todos os componentes desta Câmara, extensivo aos que têm contribuído espontaneamente e aos convidados, os quais têm tratado o assunto com a devida prioridade.

Em nome de todos os representantes, nosso agradecimento especial ao Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luís Carlos Guedes Pinto, pela continuidade e apoio irrestrito a esta iniciativa corajosa e louvável.

Paulo Manoel Lenz Cesar Protásio
Presidente da Câmara

Introdução

O Brasil soube aproveitar suas vantagens comparativas no setor produtivo do agronegócio. Incorporou modernas tecnologias de produção, aprimorou sua capacitação gerencial e de manejo da terra, atingindo com isso níveis elevados de produtividade e baixos custos de produção. No entanto, quando o produto sai da área de produção perde competitividade pela ineficiência do sistema logístico.

A perda de competitividade é refletida principalmente pelo alto custo dos fretes, devido ao precário estado das rodovias, à rarefação e obsolescência da malha ferroviária, à ineficiência dos portos e à utilização inadequada dos diversos modais de transporte.

Sem dúvida alguma, o país possui invejável competitividade no setor agropecuário, mas só da porteira para dentro das fazendas, em conseqüência da dramática situação da infra-estrutura logística, que não recebeu os investimentos necessários a capacitá-la a absorver o aumento na demanda de transporte decorrente do espantoso crescimento das safras agrícolas.

Tal fato pode ser evidenciado pelo aumento da área plantada com grãos, que evoluiu de 83 milhões de toneladas para 113 milhões em apenas 6 anos, ao mesmo tempo em que os investimentos em infra-estrutura de transportes se mantiveram estáveis em torno de 0,5% do PIB, aumentando de forma insignificante em 2005 e 2006.

O dinamismo do crescimento da produção brasileira de grãos, a disponibilidade de terras agricultáveis, água, recursos naturais e a crescente demanda mundial de alimentos colocam o país com possibilidades ímpares de atingir um novo patamar de desenvolvimento econômico por meio do agronegócio, caso venha a colocar a sua malha viária em condições de absorver o crescimento esperado na demanda de transporte.

A visão futurista do então Ministro Roberto Rodrigues levou à criação de área específica de Logística da Produção no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Câmara Temática de Infra-Estrutura e Logística do Agronegócio – com o objetivo de harmonizar os interesses públicos e privados na construção de uma agenda positiva que, garantindo a eliminação dos gargalos logísticos, propicie o crescimento sustentado do agronegócio brasileiro. A iniciativa do Ministro, fruto de sua visão modernizante, já apresenta resultados expressivos em apenas seis meses de trabalho, mercê de uma Agenda de Ação Público-Privada que corporifica um verdadeiro processo de democratização da gestão pública.

A Agenda da Câmara Temática de Infra-Estrutura e Logística do Agronegócio, além de contemplar a formação de grupos de trabalhos nas áreas de Corredores de Transporte, Cabotagem, Portos, e Modernização e Investimentos, já vem desenvolvendo ações efetivas que têm contribuído para o fortalecimento da infra-estrutura e logística do país.

São os seguintes os Grupos Temáticos da Câmara:

Corredores de Exportação

Visa retomar o conceito de planejamento por corredores de exportação, ou de integração, tendo como foco um sistema portuário de contato com o mundo e sua hinterlândia.

Cabotagem

O objetivo é desenvolver ações e articulações que possam solucionar os diversos problemas que afetam a competitividade da

navegação de cabotagem brasileira no menor tempo possível. Os principais problemas são: alto custo de abastecimento dos navios na costa brasileira, atraso no ressarcimento do AFRMM, falta de incentivo a projetos de estaleiros novos e modernizados, demora na aprovação de contratos pelo BNDES, limite de crédito para financiamento de navios, pouca oferta de tripulantes brasileiros.

Modernização e Investimento

- Estruturação do "Projeto 200 anos da Abertura dos Portos Brasileiros" no âmbito do setor público;
- Acompanhamento da execução do Orçamento Geral da União 2006 e elaboração da proposta para o Orçamento 2007;
- Mobilização do setor público e do setor privado para uma tentativa de dinamização da implantação do Operador de Transporte Multimodal;
- Acompanhamento da evolução do Projeto "Sistema de Informações Geográficas em Transportes" – SIG-T.

Portos

Revitalização do PROHAGE – Programa de Harmonização das Atividades dos Agentes de Autoridade nos Portos, com o objetivo de aumentar a eficiência das atividades portuárias.

Nos capítulos seguintes encontra-se o detalhamento da agenda de trabalho de cada Grupo Temático.

Ambiente Externo e Interno

Nos últimos anos, o Brasil consolidou sua posição como um dos maiores produtores e fornecedores de alimentos e fibras do mundo. Com um clima diversificado que vai do temperado ao tropical, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda água doce disponível no planeta, o país dispõe de 388 milhões de hectares de terras agricultáveis. Desse número, 90 milhões ainda não explorados, mais 30 milhões de hectares que hoje são ocupados pela pecuária extensiva e que podem ser utilizados na agricultura, totalizando, portanto, cerca de 120 milhões de hectares.

O agronegócio tem sido o maior responsável pelo crescimento da economia brasileira nos últimos anos, apresentando crescimento do PIB superior ao de outros setores. Entre a safra 1989/90 e a 2003/04, a produção de grãos cresceu 105% – saltando de 58,3 milhões para 120 milhões de toneladas – ao mesmo tempo em que a área plantada ampliou-se em apenas 20,5% – de 38,9 milhões para 46,9 milhões de hectares, desempenho esse, obtido graças ao aumento de 71% na produtividade média das lavouras.

Uma questão importante a ser registrada é a dimensão dos mercados internacionais. Segundo os dados da OMC – Organização Mundial do Comércio, as exportações mundiais de mercadorias em geral, em 2005, ultrapassaram a fantástica soma de 10,5 trilhões de dólares, sendo que desse total mais de 10% correspondem a produtos do agronegócio, ou seja, mais de 1 trilhão de dólares, ou quase uma vez e meia o PIB brasileiro.

Em 2005 o Brasil exportou perto de 1% do total mundial – 118 bilhões de dólares de mercadorias em geral. Contudo, a participação relativa das exportações do agronegócio foi mais expressiva pois atingiu 44 bilhões de dólares, ou seja, perto de 4% do total mundial.

O Brasil exporta um amplo conjunto de produtos para quase todos os países do mundo. Sua competitividade e qualidade colocam o país em posição de liderança no ranking mundial de uma série de produtos como café, suco de laranja e açúcar; sendo o segundo maior na produção de soja e primeiro exportador mundial desses produtos (Tabela 1).

Tabela 1. Evolução das exportações do agronegócio (em mil toneladas)

	1997	2000	2005
Complexo Soja	19.361	21.823	39.552
Carnes bovinas	143	319	1.402
Carnes de frango	674	958	2.917
Açúcar	6.375	6.502	15.927
Madeiras e derivados	7.102	8.520	14.314
Suco de Laranja	1.186	1.277	1.761

Fonte: MDIC/SECEX

Contribuições para a Formulação de Políticas Públicas e Privadas

As cadeias produtivas do agronegócio, desde insumos, máquinas, tecnologias, etc, até os mais sofisticados derivados, são responsáveis por dois fatores muito importantes, a ocupação integral do território brasileiro e, pela geração de oportunidades de produção, tecnologias, emprego e renda, que fortalecem de maneira crescente as bases diversificadas da economia brasileira.

Corredores de Exportação

Como o processo de crescimento da produção foi sendo construído ao longo dos anos, podemos observar que, para atendimento do mercado interno, a produção está disseminada por todo o país, utilizando-se de uma infra-estrutura que atende razoavelmente às necessidades.

A grande questão que se coloca de maneira crítica está nos caminhos para atendimento futuro dos mercados externos, especialmente pela localização da produção dos excedentes exportáveis que estão construindo uma nova geografia econômica em áreas pioneiras.

Para encaminhar as soluções, o entendimento geral é de que se deve retomar o tradicional e comprovado conceito de planejamento por corredores de exportação, ou de integração, tendo como foco um sistema portuário de contato com o mundo e a sua hinterlândia e como premissa de análise a eficiência competitiva e uma relação custo/benefício favorável nas decisões de investimentos de infra-estrutura e demais medidas institucionais e operacionais.

Nesse macro contexto de transformações, as regiões Sul e Sudeste tenderão a se dedicar de maneira crescente às produções mais sofisticadas, tanto pela proximidade dos mercados internos como pela maturidade/complexidade de suas estruturas produtivas. Para atender as necessidades de logística de transportes do agronegócio nas regiões Sul e Sudeste, temos de nos preparar para a variedade e qualidade de produtos, tanto nos fluxos de exportação como para o abastecimento do mercado interno, o que é feito por uma complexa rede de modais já existentes, que necessitarão da eliminação de alguns gargalos, melhorias e manutenção constantes.

Nas novas fronteiras de expansão – Corredores dos Portos de São Luís-Belém, Porto Velho e Santarém, as deficiências qualitativas e quantitativas da infra-estrutura de transportes exigem obras de consolidação urgentíssimas para atender as escalas de infra-estrutura necessárias. Nesses corredores, estima-se um volume adicional de produção equivalente a 30 milhões de toneladas no fluxo de exportação nos próximos 10 anos, além das necessidades de fertilizantes no fluxo de importação.

As obras de consolidação desses três corredores precisam ser aceleradas para atender as escalas de infra-estrutura necessárias, especialmente as do corredor de São Luis-Belém, coluna vertebral da logística no Centro-Oeste, que tem duas características principais: primeiro, redução dos custos com fretes e, segundo, alívio da pressão sobre os modais que atendem os portos de Santos, Paranaguá e Vitória, dando-lhes importante sobrevida e permitindo que se adaptem para atender as novas especialidades da demanda.

Os corredores tradicionais do porto de Rio Grande, dos portos de São Francisco/Itajaí/Paranaguá/Antonina, do porto de Santos/São Sebastião, do sistema portuário de Salvador, dos portos de Recife/Suape e dos portos de Pecém/Fortaleza deverão receber tratamento, cada um deles, considerando suas próprias especificidades e necessidades.

Acredita-se que a arregimentação de forças por corredor pode dar racionalidade operacional dos investimentos e unidade política para consolidação dessas rotas de integração, negócios e desenvolvimento, contrapondo-se a interesses pontuais e estranhos aos macro-negócios de cada corredor. Este encaminhamento poderá se tornar um instrumento de racionalização das prioridades para aplicação de recursos orçamentários da União.

Cabotagem

Dois setores de destaque da economia nacional vêm unindo esforços no sentido de solucionar questões relevantes que afetam seu desempenho, quais sejam:

- Setor agrícola: pela falta de navios para o transporte de seus produtos e, em alguns casos, incompatibilidade do frete com as margens operacionais do setor;
- Setor de navegação (cabotagem): pela falta

de competitividade, principal causa da redução da frota mercante brasileira. Apesar de reconhecida sua importância no equilíbrio da matriz de transportes nacional, a navegação de cabotagem ainda enfrenta problemas que comprometem sua competitividade.

A navegação de cabotagem vem crescendo a expressivas taxas ao longo da última década. Este serviço inclui, além do transporte da carga doméstica, as cargas do Mercosul (regional) e as cargas *feeder*. O serviço *feeder* compreende o transporte, entre portos brasileiros, da carga com origem ou destino em portos do exterior.

Apesar do progresso recente da cabotagem ainda ser pouco significativo, constitui-se em importante passo na direção correta ao promover a desconcentração do transporte rodoviário a longas distâncias, com expressivo impacto na redução de custos da matriz de transportes.

É importante lembrar que o frete marítimo na cabotagem, por empresa brasileira de navegação, é dispêndio em moeda nacional e, portanto, não contribui para o agravamento do déficit cambial na rubrica de serviços.

Contrapondo-se ao crescimento apresentado pelo setor de cabotagem, a frota mercante brasileira vem encolhendo ao longo dos últimos anos. A falta de competitividade é a principal causa de sua redução, que já contou, em 1986, com quase 10 milhões de toneladas, distribuídos em 293 navios.

Como conseqüência da redução da frota, temos uma diminuição de sua escala operacional, que aumenta os custos.

É importante notar a existência de uma evidente demanda reprimida para a renovação e, mesmo, para a expansão de nossa frota. Este potencial, transformado na contratação de novos navios em estaleiros brasileiros, trará imediatos reflexos na geração de empregos e contribuirá para a economia de divisas, itens fundamentais para a estabilidade econômica e social do país.

Sabemos que mais de 60% da frota mercante mundial está, hoje, registrada nos chamados registros abertos (conhecidos como "bandeiras de conveniência"), nos quais gozam de total isenção fiscal e tributária. O restante da frota, embora registrado em bandeiras nacionais, recebe toda sorte de subsídios e incentivos, a maioria deles procurando tornar as condições particulares de cada país similares às oferecidas pelas bandeiras de conveniência.

São estes navios que servem de parâmetro de custos para o mercado internacional e brasileiro de fretes. Estamos competindo com navios que não pagam encargos sociais a seus tripulantes (no Brasil estes chegam a 140% acima dos salários pagos.), operados por empresas que não pagam nenhum tipo de imposto ou taxa, além de insignificantes tarifas anuais de menos de US$ 1.000 por navio por ano.

Um navio de bandeira estrangeira apresenta um custo operacional significativamente menor que o de um navio operando sob a bandeira brasileira. Daí, a pouca atratividade que o setor apresenta, resultando em pouquíssimos novos investimentos, e em, praticamente, nenhuma renovação da frota atual. Isto também aplica-se àqueles engajados na navegação de cabotagem. Embora preferenciais no transporte interno no país, os navios de registro brasileiro estão sujeitos, da mesma forma que aqueles envolvidos no transporte internacional, ao mercado mundial de fretes, seja por serem parte de um trajeto internacional (caso dos serviços de carga geral *feeder*), seja por terem o mercado regulado por padrões internacionais (caso típico dos mercados de granéis – líquidos ou sólidos).

Os problemas que comprometem a competitividade da cabotagem podem ser tratados como de ordem conjuntural (soluções de curto prazo) e de ordem estrutural (soluções de médio/ longo prazos).

A solução de curto prazo já adotada e que se aplica também a outros setores, foi promover a união das partes interessadas, no caso os usuários do setor agrícola e as empresas de navegação, para discussão de assuntos comuns. Enquanto as soluções de médio e longo prazo dizem respeito aos problemas de ordem estrutural, relativos aos navios, aos portos e à burocracia que comprometem a eficiência nos portos.

Portos

A Câmara Temática de Infra-Estrutura e Logística do Agronegócio concluiu sobre a importância da revitalização do PROHAGE Programa de Harmonização das Atividades dos Agentes de Autoridade nos Portos, que foi criado pela Portaria Interministerial nº 11, de 25 de novembro de 1997, com o objetivo de aumentar a eficiência das atividades portuárias. Posteriormente, esta Câmara fará uma sugestão de normas para atuação do PROHAGE.

O assunto foi encaminhado à Casa Civil da Presidência da República, em 25 de maio de 2006.

Modernização e Investimentos

Neste item a Câmara Temática vem dirigindo os seus esforços para:

Estruturação do "Projeto 200 Anos da Abertura dos Portos Brasileiros" no âmbito do setor público.

O Projeto foi idealizado para implantar uma cultura de excelência e competitividade na gestão pública dos portos organizados. Trata-se de um certame que, no dia 28 de janeiro de 2008, quando será comemorado o 200° aniversário da data de abertura dos portos brasileiros, resultará na premiação daqueles portos organizados nacionais que tiverem satisfeito certos compromissos de gestão decorrentes de acordos internacionais ou de imposições da legislação em vigor, além de terem atingido determinados padrões de eficiência operacional pré-estabelecidos.

O Projeto já tem o apoio da Casa Civil, do Ministério dos Transportes, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e do Ministério Público do Trabalho e da Ação Empresarial, e está na fase de mobilização dos diversos segmentos empresariais, dos governos estaduais envolvidos, das entidades filiadas à Comissão Portos e do prosseguimento da estruturação funcional e programática (paradigma de gestão, indicadores, metas, cronogramas, etc).

Orçamento da União

Acompanhamento da execução do OGU 2006 e elaboração da proposta para o OGU 2007.

O Orçamento Geral da União 2006 destinou:

- R$ 1,457 bilhão para recuperação da malha rodoviária, dos quais R$ 720,2 milhões são contingenciáveis;
- R$ 223,8 milhões, para as ferrovias, dos quais R$ 152,5 milhões não são contingenciáveis (e destes, R$ 89,1 milhões foram designados para a Ferrovia N-S);
- R$ 531,4 milhões para os portos e hidrovias, com R$ 158,1 não contingenciáveis;
- A eclusa de Tucuruí não está contemplada.

A proposta para o biênio 2006/07 é de concentração dos esforços do Governo na

recuperação da malha viária, destinando:

- R$ 1,92 bilhão para erradicação dos estrangulamentos físicos mais importantes existentes nas ferrovias;
- R$ 580 milhões para a conclusão das eclusas de Tucuruí e Lajeado;
- R$ 600 milhões na Agenda Portos.

Dessa forma haveria condições de capacitar a malha viária a absorver o aumento da demanda de transporte prevista para o período, sem aumento do custo logístico; e passar a cuidar de planejar os investimentos necessários à ampliação, modernização e otimização do uso do sistema logístico, no período 2008-2010.

Implantação do Multimodalismo

Empenho para a implantação do transporte multimodal em âmbito nacional e internacional.

No Brasil é praticado um transporte vulgarmente chamado de intermodal que apresenta as seguintes características gerais: usa no máximo dois modais, conhecimentos de embarque distintos, sob a responsabilidade de embarcadores distintos, uso incipiente de centros logísticos com infra-estrutura completa de transporte, comunicações e armazenagem. Este negócio tem sido imposto mais pela rarefação da malha viária que pela preocupação com a eficiência.

Transporte Multimodal de Carga – Lei nº 9.611/98 – Regido por um único contrato, utiliza dois ou mais modais, desde a origem até o destino, sendo executado sob a responsabilidade única de um Operador de Transporte Multimodal, podendo ser nacional ou internacional. Compreende, além do transporte, a coleta, unitização, desunitização, movimentação, armazenagem e entrega da carga ao destinatário, bem como a realização dos serviços correlatos que forem contratados entre a origem e o destino, inclusive os de consolidação e desconsolidação documental de cargas. Esta é uma definição para integração logística. A eficiência do transporte depende da integração logística.

Operador de Transporte Multimodal

Início da mobilização do setor público e do setor privado para uma tentativa de dinamização da implantação do Operador de Transporte Multimodal – pessoa jurídica contratada como principal para a realização do transporte da origem até o destino, por meios próprios ou por intermédio de terceiros; pode ser transportador ou não transportador; cabe-lhe emitir o Conhecimento de Transporte Multimodal de Carga (CTMC).

Responsabilidades do OTM perante o contratante: é responsável pela execução do serviço do local de recebimento até a entrega no destino; pelos prejuízos de perdas, danos e avarias, bem como de atraso na entrega; pelas ações ou omissões de empregados, agentes, prepostos ou terceiros contratados ou subcontratados, como se essas ações ou omissões fossem próprias, com direito a ações regressivas contra os terceiros contratados ou subcontratados, para se ressarcir das indenizações que foram pagas.

Situação atual do OTM: 185 habilitados pela ANTT (nacional e internacional, entre eles CVRD, Brasil Ferrovias e ALL); modelo de CTMC já existente – CONFAZ – Ajuste SINEF 006/2003; procedimentos de utilização ainda não estão claros; estados receiam perder receitas; operadores temem comprometimento do sigilo comercial; operadores e embarcadores temem bi-tributação; a SRF ainda não regulamentou o transporte multimodal internacional.

Operação Multimodal

Problemas de âmbito geral:

- No modelo ferroviário atual existe

concentração de poder em mãos das concessionárias;

- Com o regime de tráfego mútuo nas ferrovias, não existe multimodalismo; é inexistente a figura do Operador Ferroviário Independente; dúvida quanto à eficácia do direito de regresso do OTM contra terceiros (contratados ou subcontratados);
- Baixíssima disponibilidade de transporte hidroviário e de cabotagem; custo da cabotagem muito elevado;
- Armazenagem de grãos deficiente;
- Lentidão das operações de transbordo marítimo, risco de cartelização.

"Sistema de Informações Geográficas em Transportes" (SIG-T) – acompanhamento da evolução do Projeto.

Grupo Temático Responsável pela Elaboração do Documento

O presente documento foi elaborado pelos membros da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio, cujas entidades e órgãos estão elencados a seguir.

Entidades e Órgãos que Compõem a Câmara

- Agência Nacional de Águas – ANA
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ
- Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
- Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carnes – ABIEC
- Associação Brasileira das Empresas de Transporte Internacional Expresso de Cargas – ABRAEC
- Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE
- Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG
- Associação Brasileira de Armazenagem – ABCAO
- Associação Brasileira de Movimentação e Logística – ABML
- Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem – ABDER
- Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público – ABRATEC

- Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP
- Associação das Empresas Cerealistas do Brasil – ACEBRA
- Associação do Transporte Rodoviário de Carga do Brasil – ATR
- Associação Nacional dos Exportadores de Algodão – ANEA
- Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – ANEC
- Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF
- Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga – ANUT
- Associação Nacional para Difusão do Adubo – ANDA
- Banco da Amazônia – BASA
- Banco do Brasil S/A – BB
- Banco do Nordeste do Brasil – BNB
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
- Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F
- Centro Nacional de Navegação Transatlântico – CNNT
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados – CAPADR
- Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG
- Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA
- Companhia Docas do Estado de São Paulo / Porto de Santos – CODESP
- Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
- Confederação Nacional da Indústria – CNI
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
- Confederação Nacional dos Transportes – CNT
- Conselho de Autoridade Portuária – Porto do Rio Grande – CAP/RS
- Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina – CAP/PR
- Departamento das Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra e Recursos Naturais – DEORN
- Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transporte _ DNIT
- Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"/Universidade de São Paulo – ESALQ – USP
- Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul – FECOAGRO
- Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima – FENAMAR
- Instituto Brasileiro de Frutas – IBRAF

- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
  - Assessoria de Gestão Estratégica – AGE
  - Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
  - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
  - Secretaria Executiva – SE
  - Secretaria de Política Agrícola – SPA
  - Secretaria de Produção de Agroenergia – SPAE
  - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI
- Ministério da Fazenda – MF
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio Exterior – MDIC
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Ministério dos Transportes – MT
- Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB
- Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE
- Senado Federal
- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
- Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI
- Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima – SINDARMA
- Sociedade Rural Brasileira – SRB

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Seção de Digitalização, Produção Gráfica e Comunicação Visual
CGSG/SPOA/MAPA